



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LÍVIO SILVA DE OLIVEIRA

**A SOCIEDADE URBANA E O DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO:**  
Entre o ideal global e o real local no contexto de mundialização das violências

Porto Alegre  
2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LÍVIO SILVA DE OLIVEIRA

**A SOCIEDADE URBANA E O DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO:** entre o ideal global e o real local no contexto de mundialização das violências

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos

Porto Alegre  
2018

### CIP - Catalogação na Publicação

SILVA DE OLIVEIRA, Lívio  
A SOCIEDADE URBANA E O DIREITO À CIDADE NO RIO DE  
JANEIRO: Entre o ideal global e o real local no  
contexto de mundialização das violências / Lívio SILVA  
DE OLIVEIRA. -- 2018.  
415 f.  
Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Território. 2. Marginalização. 3. Segurança. 4.  
Urbanismo. 5. Violência. I. Tavares dos Santos, José  
Vicente, orient. II. Título.

LÍVIO SILVA DE OLIVEIRA

**A SOCIEDADE URBANA E O DIREITO À CIDADE NO RIO DE JANEIRO:** entre o ideal global e o real local no contexto de mundialização das violências

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em: 04/07/2018.

---

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Luciana Garcia de Mello  
(PPGS-UFRGS)

---

Prof. Dr. Enio Passiani  
(PPGS-UFRGS)

---

Prof. Dr. Daniel Ganem Misse  
(DSP - UFF)

---

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo  
(PROPUR - UFRGS)

Porto Alegre  
2018

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS por terem aberto suas portas para mim. A CAPES, por ter me proporcionado apoio material para a realização da presente pesquisa. Agradeço também aos membros da banca pelo aceite do convite para a composição da mesma.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos, pela paciência e sabedoria com que me orientou tanto no período de Mestrado e de Doutorado por mais de seis anos de aprendizado e de parceria. Também estendo o meu agradecimento à prof. Dr<sup>a</sup> Neiva Vieira da Cunha, minha orientadora na graduação em Ciências Sociais e quem eu reencontrei no período de doutorado, sendo minha coorientadora informal no período que estive no Rio de Janeiro. Mestre e Mestra de suma importância para eu chegar até esse ponto.

Agradeço especialmente à minha família: Ana Cristina (mãe), Luiz Antônio (pai), Michele Cristina (irmã), Henrique (irmão), Rafaella Cristina (sobrinha) e Tiago Moreno (irmão). Sempre estiveram comigo, dando apoio material e compartilhando afetos para que eu seguisse acreditando nessa caminhada acadêmica. Também tenho um agradecimento especial à minha namorada e companheira nessa reta final de doutorado, Vanessa, que teve paciência e amor comigo, me estimulando e me acompanhando nessa jornada com sua inteligência e sua observação que me indicaram outras interpretações para o meu objeto.

Agradeço aos meus professores e minhas professoras da UFRGS por terem compartilhado aprendizados e experiência acadêmicas nesse período que fui estudante de Pós-Graduação na UFRGS. Cito em especial: Lucio Oliver, Rochele Fellini Fachinetto, Enio Passiani, Luciana Garcia de Mello, Marcelo Kunrath, Fernando Cotanda, Marilis Lemos, Soraya Vargas e à prof. Dr.<sup>a</sup> Lorena Fleury, atual coordenadora do PPGS-UFRGS. Além dos docentes, agradeço imensamente a Regiane Accorsi e Marcelo Scarparo, excelentes servidores do PPGS-UFRGS com quem os discentes e docentes podem contar.

Agradeço aos meus amigos e minhas amigas que Porto Alegre me deu para a vida, em especial: Julio Souto Salom, Rodrigo Wolffenbüttel, Juliano Lobato Colla, Eduardo Zanella, Anelise Grégis Estivalet, Suelen Aires Gonçalves, Eduardo Silveira, Paula Linck, Luciele Bernardi, João Pontes e Gorki Gonzalez. Que estiveram bem próximos de mim nos momentos mais difíceis e mais alegres nesse portinho, com os quais essa trajetória se tornou mais leve.

Agradeço aos meus queridos e minhas queridas amigas e colegas da UFRGS, em especial do GPVC, com quem tive contato mais direto. A todas e todos fica o meu

agradecimento, em especial para: Gabriel Guerra Câmara, Vitor Alessandri, Ráisa Lammel, Paola Stuker, Gabriela Salvarrey, Claudio Dantas, Elisa Celmer e Francisco Amorim. As parcerias foram se formando ao longo do meu trajeto na UFRGS, em especial: Camila Farias, Daisy Meneghel, Eduardo Georjão, Eduardo Pazinato, Gabrielle Araújo, Caroline Scherer, Anthony Tao, Bruno Inghes, José Eduardo Gomes, Tamirez Paim e Gerson Leiria.

Aos meus amigos e às minhas amigas que estão distantes, mas estiveram em contato direto ao longo da tese, auxiliando de alguma maneira. Cito os nomes de: Luis Mario Brito, Jéssica Fulgano, Caroline Momente, Sandra Kleinschmitt e Stephania Klujsza. Estendo esse agradecimento especialmente a Nicole Rosner, que foi uma parceira constante no campo de pesquisa no Rio de Janeiro, também coorientada pela prof<sup>a</sup> Neiva; juntamente com Anelise, mas em momentos distintos da minha pesquisa. Agradeço também a todos/as amigos/as da História da UniRio, que seria improvável de nomeá-los neste pequeno espaço.

Dedico esta tese às memórias de João Cirino da Silva e Francisca Augusta (avós maternos); e de Rafael Velasquez Tonasse Gomes, amigo e um irmão que a vida me deu por pelo menos 15 anos. Vô João lia para mim quando era criança e foi meu primeiro incentivador à leitura; e vó Chiquinha sempre recomendava a disciplina para estudar, transmitindo a sabedoria popular através da experiência de um homem negro que transitou do campo para a cidade e de uma nordestina (pernambucana) para a vida cotidiana. Meu amigo Rafael sempre esteve comigo durante minha vida escolar, inclusive para o ingresso na UFRGS, vindo comigo para cá fazer a prova da UFRGS quando eu nem mais acreditava. Essas três pessoas que não estão mais aqui materialmente foram importantes para iniciar e terminar esses ciclos e permanecem comigo onde quer que estejam.

## RESUMO

A presente tese tem como tema a reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no projeto de *cidade global*. O objetivo geral desse trabalho é identificar e analisar o conceito de segurança como eixo norteador histórico das reformas urbanísticas da capital fluminense e quais são os seus possíveis reflexos na segmentação territorial contemporânea dessa cidade. Utilizaremos os conceitos teóricos de *sociedade urbana* e de *direito à cidade* do sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre a partir de sua crítica ao urbanismo como ideologia de classe para interpretarmos e compreendermos o fenômeno urbano na América Latina no contexto de mundialização das violências no período de globalização e na *modernidade tardia*, tendo o Rio de Janeiro como unidade de análise sociológica a partir do método comparativo para a sua contextualização como recorte da realidade social. A triangulação de metodologias sociológicas (urbana, histórica, da violência e conflitualidades) indicará as potencialidades e os limites nas reinterpretções, assimilações e apropriações desses conceitos teóricos por parte de sujeitos sociais a partir da construção histórica dos direitos formais e de fronteiras materiais e simbólicas por meio da categorização de territórios e populações da cidade, refletindo a desigualdade social no processo de inclusão precária, segregação, marginalização e criminalização. Nesse sentido, problematizaremos essa dinâmica para construirmos o conceito de *cidade segura* para América Latina a partir do Empreendedorismo urbano para a competição global das cidades para superação de sua crise, evidenciada pela contradição entre a *cidade real* e a *cidade ideal*.

Palavras-chave: Território; Marginalização; Segurança; Urbanismo; Violência.

## RESUMEN

La presente tesis tiene como tema la reconfiguración del espacio urbano de Río de Janeiro a través de las Unidades de Policía Pacificadora (UPP) en el proyecto de *ciudad global*. El objetivo general de este trabajo es identificar y analizar el concepto de seguridad como eje orientador histórico de las reformas urbanísticas de la capital fluminense y cuáles son sus posibles reflejos en la segmentación territorial contemporánea de esa ciudad. Utilizaremos los conceptos teóricos de sociedad urbana y de derecho a la ciudad del sociólogo y filósofo francés Henri Lefebvre a partir de su crítica al urbanismo como ideología de clase para interpretar y comprender el fenómeno urbano en América Latina en el contexto de mundialización de las violencias en el período de globalización y en la *modernidad tardía*, teniendo Río de Janeiro como unidad de análisis sociológico a partir del método comparativo para su contextualización como recorte de la realidad social. La triangulación de metodologías sociológicas (urbana, histórica, de la violencia y conflictualidades) indicará las potencialidades y los límites en las reinterpretaciones, asimilaciones y apropiaciones de esos conceptos teóricos por parte de sujetos sociales a partir de la construcción histórica de los derechos formales y de fronteras materiales y simbólicas medio de la categorización de territorios y poblaciones de la ciudad, reflejando la desigualdad social en el proceso de inclusión precaria, segregación, marginación y criminalización. Sin embargo, problematizaremos esa dinámica para construir el concepto de *ciudad segura* para América Latina a partir del emprendedorismo urbano para la competencia global de las ciudades para superar la crisis, evidenciada por la contradicción entre la *ciudad real* y la *ciudad ideal*.

Palabras-clave: Territorio; Marginalización; Seguridad; Urbanismo; Violencia.



## ABSTRACT

This thesis has as its theme the reconfiguration of the urban space of Rio de Janeiro through the Pacifying Police Units (UPP) in the *global city* project. The general objective of this work is to identify and analyze the concept of security as a historical guiding axis of the urban reforms of the capital of the state of Rio de Janeiro and what are its possible reflections in the contemporary territorial segmentation of that city. We will use the theoretical concepts of *urban society* and the *right to the city* of the French sociologist and philosopher Henri Lefebvre from his criticism of urbanism as a class ideology to interpret and understand the urban phenomenon in Latin America in the context of the globalization of violence in the period of globalization and *late modernity*, with Rio de Janeiro as a unit of sociological analysis based on the comparative method for its contextualization as a clipping of social reality. The triangulation of sociological methodologies (urban, historical, of violence and conflicts) will indicate the potentialities and limits in the reinterpretations, assimilations and appropriations of these theoretical concepts by social subjects from the historical construction of formal rights and of material and symbolic borders, the categorization of territories and populations of the city, reflecting social inequality in the process of precarious inclusion, segregation, marginalization and criminalization. However, we will problematize this dynamic to build the concept of a *safe city* for Latin America based on urban entrepreneurship for the global competition of cities to overcome the crisis, evidenced by the contradiction between the *real city* and the *ideal city*.

Keywords: Territory - Marginalization - Security - Urbanism – Violence.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proporção histórica .....	223
Figura 2 – Proporção territorial .....	223
Figura 3 - Policial distribuindo o quebra-cabeça das UPP para crianças (Unidade Rocinha).....	247
Figura 4 - Mapa das UPP (Fonte: ISP-RJ). .....	254
Figura 5 - Localização da UPP Chapéu-Mangueira / Babilônia (Fonte: Google maps) .....	262
Figura 6 - Foto: Fachada Bar do David em 2011 .....	263
Figura 7 - Foto: Atual fachada do Bar do David .....	264
Figura 8 - Projeto Porto Maravilha.....	270
Figura 9 - Foto do antes/depois da derrubada do elevador da perimetral – <i>Boulevard Olímpico</i> (Lívio Silva de Oliveira/ 2016).....	272
Figura 10 – Mapa: <i>Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana</i> .....	273
Figura 11 - Placa que descreve o processo histórico de transformação do Cais do Valongo – (Lívio Silva de Oliveira/ 2016).....	274
Figura 12 - Cais do Valongo e o início do Morro da Providência ao fundo (Lívio Silva de Oliveira/ 2016).....	275
Figura 13 - Roda de Samba da Pedra do Sal (Foto: Lívio Silva de Oliveira/2016) .....	275
Figura 14 - Foto: Lívio Silva de Oliveira (2016) .....	278
Figura 15 - Foto Lívio Silva de Oliveira (2016).....	279
Figura 16 - Localização do Morro da Providência (ponto vermelho) – Fonte: Google Maps. ....	281
Figura 17 - Barack Obama na Cidade de Deus – Foto: Divulgação .....	284
Figura 18 - Localização da Cidade de Deus (tracejado em vermelho) – Fonte: Google Maps. ....	284
Figura 19: Localização da <i>Cidade da Polícia</i> (Fonte: Google Maps).....	290
Figura 20: Portão de Entrada da <i>Cidade da Polícia</i> . .....	291
Figura 21 – As bandeiras do Brasil e do estado do Rio de Janeiro hasteadas por agentes no alto do Complexo do Alemão (Fonte: Agência <i>EFE</i> ). .....	297
Figura 22 - Príncipe Harry no Complexo do Alemão (Fonte: Marcelo Piu/ Agência O Globo) .....	304
Figura 23 - Localização do Complexo da Maré (tracejado em vermelho) – Fonte: Google Maps. ....	306
Figura 24 – Ato na Av. Brasil na altura do Complexo da Maré (fonte: Jornal do Brasil) .....	310
Figura 25.....	314
Figura 26.....	314
Figura 27.....	315
Figura 28 - A distribuição visual do BRT no Rio de Janeiro pode ser verificada no mapa ...	331
Figura 29 – Mapa do VLT .....	332
Figura 30 – Linha 1 (laranja), Linha 2 (verde), linha 4 (amarela).....	334
Figura 31 - Placa na Estação da Carioca (Metrô) – Por Lívio Silva de Oliveira (2016).....	335
Figura 32 - Parada de ônibus na Av. D. Hélder Câmara, Engenho de Dentro – por Lívio Silva de Oliveira (2016).....	336
Figura 33 - Localização geográfica do bairro de Deodoro .....	337
Figura 34 - Localização geográfica de Copacabana .....	338
Figura 35 - Localização geográfica da Barra da Tijuca.....	339
Figura 36 – Eduardo Paes e Delegação Australiana.....	341
Figura 37 - Imagem de divulgação (Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro).....	342
Figura 38 - Ação dos Guardas Municipais na Vila Autódromo (Foto: Katia Carvalho) .....	343

Figura 39 - A casa dos resistentes da Vila Autódromo ao fundo o Centro Principal de Mídia. .....	343
Figura 40 - Localização Geográfica do Maracanã.....	345
Figura 41 - Foto: REUTERS/ Marcos Brindicci .....	346
Figura 42 - Cemitério de Trens do Engenho de Dentro (Foto: Carlos Latuff – 2002).....	349
Figura 43.....	350
Figura 44.....	350
Figura 45 - Um dos novos acessos da estação Olímpica de Engenho de Dentro (Foto: LMartins fotografia) .....	351
Figura 46 - Praça do Trem, o Museu da Cidade Olímpica e Paralímpica e o Engenhão. ....	351
Figura 47 - Pista estilizada na estação Olímpica de Engenho de Dentro .....	351
Figura 48 – comparação territorial UPP e Olimpíadas.....	355
Figura 49 - Policiais no saguão do Aeroporto Internacional Tom Jobim - RJ (Foto: AFP)...	356
Figura 50 - Fuzileiros Navais em Copacabana durante as Olimpíadas (Foto: Nicole Rosner) .....	358
Figura 51 - Fuzileiros Navais ao redor da Pira do Povo no <i>Boulevard Olímpico</i> .....	359
Figura 52 - Militares do Exército na estação de metrô de São Cristóvão .....	359
Figura 53 - Militares do Exército patrulhando plataforma de trem.....	360
Figura 54 - Agentes da Força Nacional no condomínio Vila Carioca (Foto: <i>Jornal Extra</i> ). .	361
Figura 55 - Festa de abertura (Foto: Tércio Teixeira) .....	375
Figura 56 - Cerimônia de encerramento (Foto: Carl de Souza/ AFP). .....	375
Figura 57 – Mobilização de servidores em frente à ALERJ (Foto: MUSPE).....	376
Figura 59 – Batalhão de choque acionado durante o ato dos servidores em frente à ALERJ (Foto: MUSPE).....	377
Figura 60 – Faixa ironizando o cercamento da ALERJ em decorrência dos atos dos servidores (Foto: MUSPE).....	377
Figura 61 - Charge da mascote das Olimpíadas Rio 2016 na fila do emprego (autor: Montanaro). .....	379
Figura 62 - Parque de Madureira (Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro).....	387
Figura 63 - Festa de Iemanjá no Boulevard Olímpico (Foto: Lívio Silva de Oliveira – 2017) .....	388
Figura 64 - Cartaz com propaganda positiva dos Jogos Olímpicos – Praça Mauá/ Centro (Foto: Lívio Silva de Oliveira -2017). .....	388

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Tipos históricos de cidade para Lefebvre .....	28
Quadro 2: Território-violência-Marginalidade .....	97
Quadro 3: Cidades comparadas .....	186
Quadro 4: Estado em nível global – exercício de poder: vontade e representação .....	227
Quadro 5: “Lógicas de classe” – ação, manejo de recursos e estratégias:.....	228
Quadro 6: formas de comunicação urbana para Lefebvre .....	229
Tabela 1 - Principais indicadores de criminalidade e atividade policial em áreas de UPP (2007 a 2015) .....	239
Tabela 2 - descrição das UPP do Complexo do Alemão e Complexo da Penha.....	300
Tabela 3 - casas temáticas .....	370

## LISTA DE SIGLAS

A.D.A: Amigos dos Amigos

ALERJ: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

APO: Autoridade Pública Olímpica

AUC: Autodefesas Unidas da Colômbia

BOPE: Batalhão de Operações Especiais

CCP – Coordenadoria de Polícia Pacificadora

CESEC – UCAM: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Universidade Candido Mendes

CIEP: Os Centros Integrados de Educação Pública

COB : Comitê Olímpico Brasileiro

COI : Comitê Olímpico Internacional

COR: Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro

CORE: Coordenação de Recursos Especiais

C.V : Comando Vermelho

ELN: Exército de Libertação Nacional

EUA: Estados Unidos da América do Norte.

FARC: Forças Revolucionárias da Colômbia

FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos

FIFA: Federação Internacional de Futebol (FIFA)

GLO: Garantia da Lei e da Ordem

GP AE: Grupamento de Áreas Especiais

IPP: Instituto Pereira Passos

ISP – Instituto de Segurança Pública

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

MAR: Museu de Arte do Rio de Janeiro

MNU: Movimento Negro Unificado

MUSPE: Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado.

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PDS: Partido Democrático Social

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PMERJ: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro MG: Minas Gerais

PRB: Partido Republicano Brasileiro

PRONASCI: Programa Nacional de Segurança com Cidadania

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSOE: *Partido Socialista Obrero Español*

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

RJ: Rio de Janeiro

RS: Rio Grande do Sul

SESEG: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro SP: São Paulo

T.C: Terceiro Comando

UPP: Unidade de Polícia Pacificadora

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1. Metodologia .....</b>	<b>20</b>
<b>1.2. Construção do objeto .....</b>	<b>23</b>
<b>1.3. Estrutura da tese .....</b>	<b>24</b>
<b>2. CIDADES E CIVILIZAÇÕES: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>26</b>
<b>2.1. A cidade industrial e o surgimento da Sociologia (século XIX) .....</b>	<b>29</b>
<b>2.2. Novo Mundo: América como desafio urbano.....</b>	<b>33</b>
2.2.1. América Latina – colonização castelhana .....	34
2.2.2. América Latina – Brasil e colonização portuguesa .....	39
2.2.3. América do Norte – Colônias de povoamento e EUA .....	48
<b>3. MUNDIAL OU GLOBAL? - A SOCIEDADE URBANA E AS DISPUTAS IDEOLÓGICAS POR UM MODELO DE CIDADE .....</b>	<b>58</b>
<b>3.1. A Sociedade Urbana e o Direito à cidade: contribuições teórico-metodológicas de Henri Lefebvre para a conceituação do urbano .....</b>	<b>59</b>
3.1.1. A sociedade urbana segundo Lefebvre.....	62
3.1.2. O direito à cidade segundo Lefebvre .....	66
<b>3.2. Cidades Globais .....</b>	<b>67</b>
<b>3.3. Empreendedorismo Urbano .....</b>	<b>71</b>
<b>3.4. Sistematização de categorias e de conceitos sociológicos .....</b>	<b>76</b>
3.4.1. Estado democrático de Direito.....	77
3.4.2. Estado democrático de Direito na América Latina.....	81
3.4.3. Marginalidade e criminalização .....	85
3.4.4. Sujeitos de direito na América Latina (?) .....	88
3.4.5. Território e População.....	92
<b>4. RIO DE JANEIRO COMO UNIDADE DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA .....</b>	<b>101</b>
<b>4.1. Os leitos históricos que este Rio percorreu: marcos políticos e sociais que estruturaram a cidade maravilhosa.....</b>	<b>102</b>
<b>4.2. Família Real Portuguesa: Transformações urbanas, sociais e políticas.....</b>	<b>103</b>
4.2.1. Marginalidades relacionais: etnia e raça como vetores de territorialidade no Rio de Janeiro.....	105
<b>4.3. República: ideia de modernização pela ciência .....</b>	<b>108</b>
4.3.1. Bota-abaixo: Reforma Pereira Passos e polissemia do conceito de segurança por meio do urbanismo.....	110
4.3.2. Expansão da cidade e qualificações territoriais: zona sul e subúrbio .....	113
<b>4.4. Industrialização e expansão urbana: classe, raça e moradia .....</b>	<b>117</b>

<b>4.5. Anos dourados e criminalidade no Rio de Janeiro.....</b>	<b>122</b>
<b>4.6. Usos do território e administração de populações no Rio de Janeiro.....</b>	<b>126</b>
4.6.1. <i>Favelas e subúrbios: o próximo ou o outro? Representações sociais, culturais e históricas de territórios e populações marginalizadas.....</i>	<i>127</i>
4.6.2. <i>Controle social e elite mestiça na capital federal: gestão do Estado e extralegalidade em territórios periféricos.....</i>	<i>137</i>
<b>5. CIDADE- CAPITAL: O QUE FAZER COM O RIO DE JANEIRO? .....</b>	<b>144</b>
<b>5.1. Governo Carlos Lacerda: remoções de favelas e especulação imobiliária.....</b>	<b>147</b>
5.1.1. <i>Aliança Para o Progresso e Governos Militares: Habitação e manutenção extralegal da ordem urbana nas periferias da cidade .....</i>	<i>149</i>
5.1.2. <i>Fusão Rio de Janeiro – Guanabara.....</i>	<i>155</i>
5.1.3. <i>Violência urbana e territorialização.....</i>	<i>157</i>
<b>5.2. Segurança Pública como fator político: ascensão do narcotráfico a partir da década de 1980.....</b>	<b>159</b>
5.2.1. <i>Violência urbana e direitos humanos: sociedade carioca e os dilemas da modernidade tardia.....</i>	<i>163</i>
5.2.2. <i>Década de 1990: frustrações sociais com o Estado democrático de direito e crises econômicas conjugadas com o quadro de violência urbana no Rio de Janeiro .....</i>	<i>170</i>
<b>5.3. Rio de Janeiro como cidade global: Cesar Maia e o Empreendedorismo urbano no contexto de competição urbana global .....</b>	<b>176</b>
5.3.1. <i>Reurbanizar ou remover? O programa favela-bairro.....</i>	<i>178</i>
5.3.2. <i>Violência urbana e atores sociais difusos: populismo punitivo, mídia e administração pública para a construção de uma cidade-segura.....</i>	<i>179</i>
<b>6. RIO DE JANEIRO: ENTRE O IDEAL GLOBAL E O REAL LOCAL .....</b>	<b>184</b>
<b>6.1. Barcelona – Tese.....</b>	<b>186</b>
<b>6.2. Medellín – Antítese.....</b>	<b>193</b>
<b>6.3. Rio de Janeiro – Síntese .....</b>	<b>200</b>
6.3.1. <i>Anos 2000: O território como centralidade .....</i>	<i>200</i>
6.3.2. <i>Barra da Tijuca.....</i>	<i>210</i>
6.3.3. <i>Jogos Pan-Americanos de 2007.....</i>	<i>215</i>
<b>6.4. Era Eduardo Paes .....</b>	<b>219</b>
6.4.1. <i>Tecnocracia e popularidade na administração municipal: Perfil político de gestor de contradições do empreendedorismo urbano .....</i>	<i>220</i>
6.4.2. <i>Áreas vocacionadas: ressignificações culturais, sociais e históricas no urbanismo do Rio de Janeiro global.....</i>	<i>228</i>
<b>7. A CIDADE GLOBAL E A CIDADE SEGURA: ALINHAMENTOS DE FORÇAS SOCIAIS E FORÇAS POLÍTICAS PARA O URBANISMO COMO IDEOLOGIA NO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>233</b>



<b>7.1. Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP)</b> .....	<b>235</b>
<b>7.2. Politização e mercantilização da segurança pública</b> .....	<b>242</b>
7.2.1. <i>Disputas de modelos de segurança pública</i> .....	243
7.2.2. <i>UPP: ações privadas e megaeventos</i> .....	247
<b>7.3. Segmentação das UPP na cidade do Rio de Janeiro: simbologias, materialidades e funcionalidades</b> .....	<b>252</b>
7.3.1. <i>Zona Sul</i> .....	255
7.3.1.1. <i>Chapéu- Mangueira e Babilônia</i> .....	261
7.3.2. <i>Centro e Santa Teresa</i> .....	267
7.3.2.1. <i>Lapa e Santa Teresa</i> .....	268
7.3.2.2. <i>Porto Maravilha</i> .....	269
7.3.2.3. <i>E o Morro Da Providência?</i> .....	279
7.3.3. <i>Zona Oeste</i> .....	281
7.3.4. <i>Zona Norte</i> .....	285
7.3.4.1. <i>Complexo do Jacarezinho e a Cidade da Polícia</i> .....	287
7.3.4.2. <i>Complexo do Alemão</i> .....	293
7.3.5. <i>Maré: a não UPP</i> .....	305
<b>7.5. Balanço das UPP</b> .....	<b>311</b>
<b>8. CICLO DE MEGAEVENTOS</b> .....	<b>319</b>
<b>8.1. Olimpíadas 2016</b> .....	<b>329</b>
8.1.1. <i>Deodoro</i> .....	337
8.1.2. <i>Copacabana</i> .....	338
8.1.4. <i>Maracanã</i> .....	345
8.1.5. <i>Descrição do campo</i> .....	352
<b>8.2. Mudanças na segurança pública do Rio de Janeiro: visibilidade de crises e contradições da violência urbana e seus territórios</b> .....	<b>354</b>
<b>8.3. Exceção cotidiana: flexibilização de direitos e disputas simbólicas na cidade olímpica</b> ..	<b>365</b>
<b>8.4. Festa Olímpica</b> .....	<b>369</b>
<b>8.5. Ressaca social: crise na segurança pública e falência do Estado do Rio de Janeiro</b> .....	<b>376</b>
<b>8.6. Fim de um ciclo? As incógnitas sobre o projeto de cidade global e as UPP</b> .....	<b>380</b>
<b>9. CONCLUSÃO</b> .....	<b>392</b>
<b>9.1. Crítica ao universalismo conceitual a partir da América Latina</b> .....	<b>402</b>
<b>9.2. Afinal: o que é cidade segura para a América Latina em um contexto de globalização e mundialização das violências</b> .....	<b>404</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>406</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Em sua teoria sociológica clássica, o alemão Max Weber parte da seguinte premissa: o conhecimento científico objetivo começa a partir de um interesse subjetivo do pesquisador. Dessa forma, Weber segue a tradição filosófica e historicista alemã, afirmando que a análise não começa propriamente a partir do objeto, mas da análise do conhecimento que engendra a ideia de objeto, a partir dos sentidos construídos pela ação entre os indivíduos. Ainda na linha da tradição das Escolas Filosóficas e Históricas alemã, Karl Marx parte das postulações sobre fatos e atos históricos, sendo que as premissas marxistas para configurar estes dois postulados são (i) a condição de estar vivo, na qual os indivíduos se organizam fisicamente e estabelecem determinada relação com a natureza; e (ii) a produção dos meios para satisfações de necessidades e produzir a vida material. A articulação dos pensamentos de Marx e Weber indicam para um indivíduo inserido em grupo nos quais os sentidos não são apenas da ordem material, mas também simbólicas, e, assim, os questionamentos de um mundo construído antes desse indivíduo é uma das formulações para o conhecimento previamente dado.

A partir do método marxista, o filósofo italiano Antonio Gramsci (1986) afirma que a filosofia não se restringe ao sentido livresco, sendo necessária a articulação entre saberes e conhecimentos populares e doutos para transformação da vida prática nas dimensões culturais, política e sociais. Gramsci defende que o homem é um processo de seus atos através de suas vontades e realizações juntamente com as condições dadas em sua vida, considerando os graus de autonomia dos sujeitos por meio da sua conjuntura material e suas perspectivas de abstração que acarretam a ação. Nesse sentido, Gramsci trabalha com o conceito de filosofia popular, que se caracteriza por um conjunto de ideias e opiniões vividas, sentidas e compartilhadas para que o povo não seja alijado dos processos de construção política. Com isso, Gramsci defende a práxis como cultura das massas e para as massas, por se tratar de uma concepção de homem numa realidade concreta e efetiva para que se possam formular hipóteses científicas.

A breve e sintética apresentação de ideias centrais de Weber, Marx e Gramsci apontam para a trajetória histórica e biográfica do pesquisador. Não é possível dissociar as escolhas temáticas de pesquisa das vivências e experiências do cientista ao longo de sua vida, seja ele/ela das Ciências Humanas, da Informação, Biológicas, da Saúde, entre outras tantas. O método de pesquisa é o determinante para transformar o objeto de curiosidade subjetiva do pesquisador em conhecimento científico em determinada área do conhecimento pela objetividade metodológica empregada em sua análise. Entendo que a ciência neutra é uma

falácia na medida em que não somos seres meramente racionais, mesmo na condição de cientistas/pesquisadores. Porém, não devemos colocar nossas paixões e emoções como forma de análise do objeto, sob pena de invalidá-lo como conhecimento científico. Assim, o método empregado pode ser interpretado como a mediação entre as paixões pessoais e a racionalidade científica. Portanto, não se trata da tese “sobre a vida” ou “da vida” do pesquisador/cientistas, mas uma tese que “faz parte” de sua vida.

Dessa forma, a reconstrução da trajetória do cientista/pesquisador é importante para compreender e humanizar o processo de construção do objeto científico. No caso da Sociologia, entendo que no atual contexto é necessário colocar os marcos históricos das nossas respectivas biografias que nos trouxeram até o ponto de defender uma tese de doutorado em uma Universidade Federal. No meu turno, o primeiro das duas famílias, paterna e materna, a conseguir este título. Ao tomarmos em conta as estruturas históricas e culturais do Brasil, há alguns anos, seria muito improvável o filho de um nordestino (paraibano) e praça de Marinha, com uma mulher negra sem o ensino médio, ter concluído a graduação, junto ao meu irmão e à minha irmã, e vislumbrar a possibilidade de ser agraciado com o título de doutor. Nos últimos anos, o meu caso não é mais uma grande raridade, mas, ainda assim, não é uma regra consolidada.

O interesse pelas transformações urbanas é algo antigo para mim. Durante minha primeira década de vida, minha família fazia o trajeto rodoviário entre Rio Grande – Rio de Janeiro duas vezes ao ano, pelo menos. Uma viagem que durava em média 30 horas. Nesse trânsito, as primeiras informações sobre as diferenças de cidade se davam de maneira comparativa em minha memória. A minha realidade cotidiana primária, Rio Grande, na região sul do estado do Rio Grande do Sul, contrastava com a realidade metropolitana do Rio de Janeiro, nas dimensões culturais, históricas, materiais e sociais. Os componentes híbridos de uma cidade litorânea, com uma indústria pesqueira forte e idas ao balneário da praia do Cassino, com elementos rurais típicos da região do Pampa e da Campanha e elementos urbanos se misturavam nos microcosmos primários que eu circulava, principalmente no trânsito entre casa e escola.

Ao fixarmos residência no Rio de Janeiro, os caminhos para as escolas me fizeram observar as transformações físicas, geográficas e sociais ao circular pela cidade. A descida do Morro da Conceição para ir para a escola no centro da metrópole por si só já era uma descoberta. A mudança para o subúrbio carioca da qual a primeira lembrança que tenho foi o impacto de ouvir a expressão “*ir à cidade*”, em referência ao trajeto zona norte - centro do

Rio de Janeiro. A segunda foi a relação mais próxima com a violência, pelas suspensões das aulas em decorrência de intensos tiroteios próximos da escola e também na casa dos meus pais. No ensino médio, a distância de quilômetros da minha casa até a escola me proporcionou o encontro com amigos e amigas de várias localidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, com os quais pude conhecer as festividades, os riscos, as novidades e desigualdades da cidade e seus territórios.

O Exército foi a minha primeira experiência de trabalho formal. O interesse sobre as questões sociais que me fizeram ingressar na militância política somada a essa experiência profissional consolidaram minha escolha de fazer a graduação em Ciências Sociais. O microcosmo do quartel concentrava todos os tipos sociais em sua pluralidade, no qual pude perceber expectativas, frustrações e histórias de vida de jovens de periferia que almejavam uma vida material mais estável, tal quais os oficiais e praças. No entanto, o fascínio pelas armas e o trânsito entre a reivindicação de identidades contraditórias, ora transgressora e marginal das favelas, ora conservadora e moral militar; foi sedimentando em mim a necessidade de compreender de maneira mais sistemática e metodológica toda essa complexa interação social que tinha a violência como fio condutor.

Ao ser contemplado com uma bolsa do Programa Universidade Para Todos (ProUni), pude dar início ao meu curso de Graduação em Ciências Sociais. Essa foi minha primeira experiência em uma instituição de ensino privada: a Universidade Candido Mendes. Nessa instituição conheci a professora Neiva Vieira da Cunha, que foi minha professora pelos quatro anos de graduação e minha orientadora, com quem aprendi e me interei da disciplina Sociologia. Nesse período, ao lado do meu amigo Rafael Velasquez, começamos a fazer estudos exploratórios sobre os temas urbanos, ele pelo viés da cultura e do consumo e eu pelo lado da violência e do crime, confluindo na construção de identidades. Isso redundou em uma especialização sobre a relação do crime e eleições no Rio de Janeiro.

O interesse pelo tema me fez buscar referências brasileiras sobre a temática da violência urbana. Nesse processo de leitura, os trabalhos do professor José Vicente Tavares dos Santos foram me interessando pela abordagem da temática e pela metodologia. O auxílio do meu amigo e colega de graduação Luis Mario Brito Júnior na delimitação do objeto do anteprojeto e o estímulo de Rafael Velasquez, que tentou mestrado na Antropologia Social da UFRGS, foram fundamentais para eu ingressar no curso de mestrado em Sociologia. Essa passagem foi significativa para minha trajetória acadêmica, tendo em vista tentativas frustradas de ingresso em outras instituições.

A volta ao Rio Grande do Sul por meio do mestrado me permitiu conhecer profundamente a região metropolitana de Porto Alegre. A recepção e a acolhida para orientação do prof. José Vicente no curso de mestrado foram uma espécie de resgate sociológico e acadêmico. O trabalho de campo realizado na cidade de Canoas foi convertido em dissertação na qual pude aplicar os métodos de pesquisa, metodologia e teorias sociológicas oriundos do convívio de aprendizado com o meu orientador, com a prof. Rochele Fellini Fachinetto e com os demais colegas. Ademais, a integração ao Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) me fez ter contato com estruturas de pesquisas acadêmicas que até então não havia tido.

O ingresso no curso de Doutorado me fez ter outro olhar sobre o Rio de Janeiro. O exercício do controle das subjetividades me colocou em um lugar ambíguo de visitante da própria cidade. Redescobrir determinados lugares, como o Morro da Conceição, meu primeiro lugar de moradia na capital fluminense, foi uma das tarefas mais difíceis na minha trajetória acadêmica, que também me serviu de teste para o campo mais denso no período olímpico: Engenho de Dentro, na região que passei grande parte da minha vida. Esse fazer e refazer sociológico me fez compreender a importância do método no controle das subjetividades. A observação do Rio de Janeiro pela óptica da Sociologia remontou os meus passos biográficos até aqui, sendo que na minha trajetória acadêmica entendi que todos os nossos trabalhos são coletivos. Portanto, apesar de ter escrito esta tese sozinho, ela não foi um trabalho individual, sendo este trabalho resultado de compartilhamentos recíprocos de ações racionais e/ou afetivos de maneira coletiva, por isso a escrevi na primeira pessoa do plural: nós.

### **1.1. Metodologia**

Para o controle das subjetividades, o sociólogo demanda um treinamento, um disciplinamento de seu olhar sobre a realidade que o cerca. Dessa forma, a teoria funciona como forma de organização desse olhar, que caracteriza a observação como uma interpretação, não apenas algo passivo, sendo a Sociologia uma ciência da observação informada da realidade social que utiliza o método hipotético-dedutivo, via de regra. Nesse sentido, o sociólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu (2003) indica três formas de construir a Sociologia como ciência de maneira metodológica: ruptura; construção do objeto e racionalismo aplicado.

Segundo Bourdieu, a ruptura com o senso comum é uma forma de superar os obstáculos epistemológicos do sociólogo em razão da sua familiaridade com o objeto de

análise sociológica (BOURDIEU *et al*, 2003, p. 23-25). Posteriormente, para a construção desse objeto, o estudioso defende que a construção dos fatos merece uma atenção sob um olhar teórico, por não se tratar de coisas que se apresentam explicativas por si só, em que ele observa que a sociologia seria menos vulnerável às tentações do empirismo. Por fim, ao abordar o racionalismo aplicado, Bourdieu demonstra a capacidade inventiva da intuição e seu potencial de controle epistemológico, porém ele se aprofunda na dedução, que pode conferir validade e seu valor explicativo de uma teoria sociológica para uma fundamentação científica, ou seja, a possibilidade de engendramento de um elenco sistemático de posições suscetíveis de encontrar confirmação ou anulação na prova dos fatos (BOURDIEU *et al* 2003, p.77). Bourdieu explica que esse processo pode acarretar resultados negativos na pesquisa sociológica, o que não é um fato desastroso, porque pode ser caracterizado como uma parada para reflexão científica por parte do sociólogo.

Outro ponto que podemos apresentar como exemplo da transformação do fato social em objeto sociológico é a formulação de conceitos. Nesse sentido, partimos das postulações do sociólogo estadunidense Howard Becker (2007), que afirma que os conceitos são relacionais e não existe uma distinção conceitual se não há outro para opor-se a ele. Com isso, Becker trabalha a ideia de sistema de possibilidades, que podem definir papéis sociais, tendo em vista que esses conceitos são construções sociais porque o termo pode ser empregado para designar uma classe, etnia ou até mesmo aspectos físicos das pessoas, que podem se tornar problemas sociológicos. Isso tudo depende de uma rede de relações sociais que estão organizadas de maneiras conexas, como uma forma de criar identidades socialmente construídas.

Becker afirma que conceitos são necessários, já que todos nós trabalhamos com conceitos. Porém, ele aponta dificuldade em suas definições, ainda mais quando se o método de avaliação são os testes de medida, em que ele exemplifica o teste de inteligência para ilustrar sua ideia, entre outras coisas, que podemos medir certas questões a partir do social, como a própria “classe social”, que ele trabalha categorias de que se relacionam como prestígio, identidade e profissão. Becker aponta que outra maneira de definir conceito é colher exemplos de coisas que reconhecemos como corporificado aquilo à que se refere, e depois procurar o que há de comum nas ideias que se confundem de forma inevitável, e historicamente contingentes, com as pessoas tornando seu uso uma rotina, dos quais ele cita “habilitação”, “crime”, “profissão”, como exemplos sociológicos comuns no trabalho conceitual (BECKER, 2007, p. 148), daí ele se refere ao prestígio social da ocupação e seu

reconhecimento. Dessa forma, Becker escreve que “*O truque teórico que ajuda a resolvê-las é reconhecer que aquilo que faz parte da coleção a ser abrangida pela definição governa o tipo de definição a que chegaremos*” (Idem, p.149).

A partir dessas considerações, utilizaremos a metodologia da sociologia da violência e das conflitualidades, articuladas com elementos da história social e urbana da capital fluminense. Esse ramo da sociologia tem como objetivo identificar as continuidades e descontinuidades da violência e da criminalidade, o papel do Estado em termos comparativos entre as sociedades contemporâneas após a Segunda Grande Guerra, partindo do princípio que o conflito é a força motriz do campo social. As conflitualidades podem redimensionar e resignificar valores e regras sociais, tendo a violência como eixo norteador de uma realidade social.

Essa formatação metodológica se deve às perspectivas plurais nas quais o urbano é identificado como um objeto complexo, ao construirmos categorias sociológicas transversais a esses temas para analisar a cidade do Rio de Janeiro como objeto de interesse sociológico. Nesse sentido, também observamos que a construção desse objeto específico demandou um esforço de pesquisa em outras áreas, como a Antropologia, a Geografia e a História, por exemplo, para dar conta da formulação de hipóteses, de categorias, de noções e de conceitos para o estudo da capital fluminense como objeto de análise.

Os procedimentos de pesquisa para realização desta tese foram: a observação participante, o levantamento bibliográfico, pesquisa histórica e documental. A observação participante se constituiu em idas ao Rio de Janeiro para realização de campo para coleta de dados primários nas áreas de instalação das UPP e nos locais do evento olímpico, no ano de 2016. O levantamento bibliográfico foi a etapa de refinamento dos conceitos teóricos que trabalharíamos para disciplinar o nosso olhar para a interpretação dos dados e sua contextualização. A pesquisa documental foi a coleta de fontes secundárias para complementar informações sobre os dados coletados e interpretados em nossa análise, além do mapeamento das UPP pelo Rio de Janeiro para identificarmos a sua relação com os registros de ocorrências criminais. Nesse sentido partiremos do argumento do qual a *cidade global* é intrínseca à ideia de *cidade segura* na América Latina, tendo o processo de reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro através das UPP como objeto de análise sociológica, ou seja, o conceito de segurança como norteadora do urbanismo.

## 1.2. Construção do objeto

Para a construção do objeto de interesse sociológico é preciso delimitar a unidade de análise sociológica. No nosso caso, a unidade de análise sociológica é a cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, são divididos os objetos empírico e teórico para focar em qual ponto da realidade social nos concentraremos para transformar um fato social em objeto de interesse sociológico. Assim, o objeto empírico é a reconfiguração do espaço urbano pela implantação das UPP no Rio de Janeiro e sua relação com o projeto de *cidade global*. Já o nosso objeto teórico são os conflitos sociais implicadas nas dinâmicas relacionais entre sociedade, Estado e mercado e seus desdobramentos na universalização ou não de direitos por meio do discurso do *direito à segurança*.

A nossa pergunta de partida para esta pesquisa de tese é: como uma cidade com histórico de violência e de desigualdade, traduzido na sua divisão territorial, pode se tornar uma cidade global? A partir desse questionamento, nossos objetivos são: (i) analisar o processo histórico de urbanização do Rio de Janeiro como construtor de sujeitos sociais e sua transição para a globalização; (ii) compreender a relação entre as políticas de segurança pública e os grandes eventos na cidade; (iii) problematizar a segmentação territorial “vocacionada” e (iv) constituir um conceito de “*cidade segura*” na América Latina.

Como resposta provisória para nossa pergunta de pesquisa, formulamos as seguintes hipóteses:

(i) A cidade global é caracterizada pela polissemia do conceito de segurança, que pode ser interpretado para uma continuidade biográfica dos indivíduos e/ou (até) baixos riscos para investimentos. Nesse sentido, há uma segmentação territorial da cidade, vocacionando espaços e qualificando ou desqualificando por critérios de mercado ou de criminalidade.

(ii) a *cidade global* indica a necessidade de um perfil de gestão para o político que administrará o empreendimento urbano de ordem neoliberal (ganhos privados, prejuízos coletivos).

iii) Os megaeventos seriam o portfólio dessas cidades e a demonstração de sua segurança. No entanto, a perspectiva economicista não dá conta dessas questões, apontando para a administração de desejos ao oferecer o *possível-impossível* de maneira universal e de forma direcionada (tempo e espaço).

(iv) A *cidade segura* se mostra desigual ao passo que ela inclui precariamente setores sociais que veem seus direitos suprimidos de maneira seletiva, agravando o quadro de



desigualdade social. Em síntese, a *cidade segura* é caracterizada pela ideia de pensamento único e sem conflitos, por meio de um modelo urbanístico pré-fabricado.

### 1.3. Estrutura da tese

A presente tese está dividida em três partes e possui ao todo dez capítulos, contando a *apresentação* e a *conclusão*. A primeira parte está contida em dois capítulos (2 e 3). No capítulo 2 faremos uma breve contextualização das cidades como fenômeno mundial a partir das noções de cultura e de civilização, observando o desenvolvimento da Sociologia e dando ênfase ao fenômeno urbano no continente americano. No capítulo 3 trabalharemos a transição das perspectivas de cidades mundiais para cidades globais a partir da articulação do método *regressivo-progressivo* e dos conceitos teóricos de *sociedade urbana* e *direito à cidade* (LEFEBVRE, 2008, 2016); de *cidade global* (SASSEN, 2010); e de empreendedorismo urbano (HARVEY, 2006), juntamente com as categorias sociológicas em perspectiva contextualizada com o urbano da América Latina: estado democrático de direito; marginalidade e criminalização; território e população.

Na segunda parte da tese faremos uma contextualização histórica do Rio de Janeiro a partir das intervenções urbanas que tiveram como eixo norteador o conceito de segurança em três capítulos. Nesse sentido, o capítulo 4 conterà a construção histórica do Rio de Janeiro como capital administrativa do Brasil, passando pelos períodos monárquico e republicano, o que foi transformando a cidade em laboratório de políticas urbanas e em referência cultural e civilizacional do país, o que sedimentou os tipos ideais de *cidadão* e de *marginal*, categorias *segura* e *perigosa*, respectivamente; tendo o território e a criminalidade como variáveis. O capítulo 5 apresentará os efeitos práticos da transferência da capital institucional para Brasília nos aspectos sociais, culturais, políticos a partir das variáveis violência, segregação e segurança, com a ascensão do tráfico de drogas ilícitas nas favelas. No capítulo 6 abordaremos a introdução do Rio de Janeiro na competição urbana global a partir da comparação entre Barcelona (Espanha) e Medellín (Colômbia) para analisarmos as estratégias urbanas em um contexto de violência urbana.

A terceira parte da tese consiste na parte empírica da tese, com a análise das UPP e dos Jogos Olímpicos de 2016. O capítulo 7 será dedicado à construção do modelo das Unidades de Polícia Pacificadora como política de segurança pública efetiva no enfrentamento ao crime organizado nas favelas cariocas e sua relação com o empreendedorismo urbano e o projeto de *cidade global*. Nesse sentido, analisaremos qual foi

o papel das UPP no processo de reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro no tocante às *áreas vocacionadas*. O capítulo 8 será efetivamente a análise do ponto máximo do ciclo de megaeventos na cidade e interpretar as experiências de sujeitos sociais com as transformações permanentes e mudanças transitórias para as olimpíadas. Essa parte nos indicará quais tipos de conclusões chegaremos ao analisarmos esse contexto histórico e social a partir das articulações com os conceitos teóricos de Lefebvre para a configuração do conceito de *cidade segura* para América Latina a partir do Rio de Janeiro.

## 2. CIDADES E CIVILIZAÇÕES: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Para além do ensino enciclopédico da disciplina de História nas fases escolares mais primárias, no qual o conteúdo indica que a região conhecida como Mesopotâmia é o berço da civilização ocidental, a partir da permanência populacional em determinado território, o que inclui o processo de construção das primeiras cidades; o fenômeno urbano não é apenas uma construção material. Dessa forma, partimos da afirmativa do sociólogo brasileiro Octavio Ianni de que “*A cidade está sempre relacionada à civilização*” (IANNI, 2003, p. 124). A ideia de um complexo aglomerado no qual as construções de variados portes, estilos e funções dividem, abrigam, protegem e/ou disputam espaço com as pessoas parece ter sido transformado em conceito universal por meio de uma verificação empírica preliminar. Na Antiguidade, civilizações mediterrâneas adotaram a mesma forma de convívio social como traço da vida cotidiana, como a grega, a egípcia e a romana, que tiveram características expansionistas quando estas formaram seus impérios.

Na Europa, esse processo seguiu na Idade Média e na Idade Moderna, com forte influência Igreja Católica. Segundo o sociólogo Norbert Elias, a noção de cristandade vai se tornando intrínseca à noção de civilização ocidental:

Em nome da Cruz e mais tarde da civilização, a sociedade do Ocidente empenha-se, durante a Idade Média, em guerras de colonização e expansão. E a despeito de toda a sua secularização, o lema "civilização" conserva sempre um eco da Cristandade Latina e das Cruzadas de cavaleiros e senhores feudais (ELIAS, 1994, p. 67).

A influência religiosa na Europa redundou na era do mercantilismo que teve a descoberta do continente americano como grande marco, cindindo *Velho e Novo Mundo*:

Desde o primeiro instante, o Novo Mundo já se acha em transformação. O descobrimento e a conquista são simultaneamente deslumbramento e desencantamento (...) O que havia, como algo primordial, revela-se simultaneamente decifrável e indecifrável (...) A descoberta e a conquista do Novo Mundo abalam mais ou menos radicalmente os quadros raciais e mentais de referência de uns e outros, tanto no Velho Mundo como no Novo Mundo (IANNI, 2003, p. 36 – 37).

No entanto, no extremo oriente podem ser encontradas cidades milenares tão complexas em termos materiais quanto às que foram fundadas na região do mar Mediterrâneo. Nelas podiam ser encontradas também a divisão social do trabalho, a territorialização das populações, os mercados, as fortificações militares, palácios, templos, etc. China, Japão e Índia são exemplos de países contemporâneos que ainda possuem um espólio arquitetônico remanescente desses períodos. Outro país que pode ser citado é o Irã, que outrora foi o centro do império persa, que também possuía característica expansionista, a ponto de antagonizar

com o Império de Alexandre, *O Grande*, da Grécia. Nesse sentido, podemos destacar também o advento do Islamismo como religião monoteísta como vetor privilegiado de cultura e conhecimento, valores sociais e de construção histórica de cidades e de populações orientais.

No mundo islâmico não havia poder religioso centralizado como o Vaticano para os católicos. A questão do conhecimento e da ciência tornou-se muito presente nos impérios de orientação islâmica, a tal ponto que as primeiras universidades modernas surgiram sob os domínios desses impérios, a partir das escolas religiosas conhecidas como *madrças*; sendo a primeira delas fundada no ano de 859 d.c., localizada na cidade de Fez, no Marrocos: a Universidade Al Quaraouiyine. A primeira instituição europeia nesses moldes foi a Universidade de Bolonha, localizada na cidade homônima, situada na Itália, no ano de 1088 da era cristã. Esses centros de conhecimentos surgem como traços civilizacionais e de uma nova forma de ver e de viver as cidades

A arquitetura indicava os símbolos que as identificavam o fenômeno urbano, tanto nas civilizações europeias como nas do médio e extremo oriente. Esse complexo sistema de convivência humana apresentou duas variáveis: a subordinação e o conflito. Variáveis estas que poderiam ser motivadas por fatores endógenos e/ou exógenos às cidades. Nesse sentido, a necessidade de leis foi construída como forma de manter a ordem social e política da cidade, ou seja, ora a divisão entre dominados e dominantes, ora a divisão entre invasores/conquistadores e invadidos/conquistados. Em linhas gerais, o conceito de segurança aparece como poder de coesão contra os conflitos internos e externos da/na cidade.

A construção de identidades coletivizadas, nacionais e/ou locais, também pode apontar para conflitos e estigmas sociais da atualidade por questões de: origem, étnico-raciais, de gênero, entre outros. A noção de conquista civilizacional aponta para a relação de dominação e de subordinação do “*bárbaro e incivilizado*” ante uma “*civilização superior*”, ou seja, a do vencedor da guerra. Superioridade atingida através da violência pelo dito civilizado. Nesse sentido, Elias faz uma observação, afirmando que o “*civilizado*” e o “*incivil*” não são antítese um do outro e que representam fases de um desenvolvimento contínuo (ELIAS, 1994, p. 73). Esse argumento defendido por Elias pode ser verificado no processo de colonização.

A partir desse argumento apresentado por Elias podemos fazer um diálogo com o antropólogo Norbert Rouland (2003), que disserta sobre os sentidos diferentes que foram empregados aos termos de cultura e de civilização. Ele afirma que as duas concepções são de origem alemã e geram ambiguidades e mal-entendidos. O termo civilização transmite a ideia de racionalidade, de progresso. A cultura compreende a um certo número de ideias, de crenças

e de representações, mas também costumes e os sinais mais sensíveis que os exprimem, sendo o conjunto de possíveis respostas que os humanos formulam para o problema da existência social. Para Rouland, o que denominamos civilização seria apenas uma forma de cultura, que pode ser datada e situada.

A articulação dos argumentos de Rouland e de Elias nos indica as formas pelas quais repertórios de ação foram mobilizados por parte dos conquistadores. Ou seja, como se consolidou a dominação permanente do colonizador sobre o colonizado, sem o emprego irrestrito e ostensivo da violência física por meio do processo de assimilação cultural. Esse processo pode empregar formas de violência simbólica e apontar para disputas constantes nesse sentido. Esse processo tem como exemplo categórico a conquista e dominação do continente americano por parte dos europeus sobre as populações autóctones.

Outros pontos foram as revoluções religiosas, políticas, econômicas e tecnológicas na Europa, que transformaram as cidades e suas dinâmicas sociais. O sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre esquematizou os seguintes tipos históricos de cidade:

**Quadro 1: Tipos históricos de cidade para Lefebvre**

Tipo	Características
<i>Cidade Política</i>	Dominação de nobres, sacerdotes e militares sobre artesão, camponeses, estes últimos taxados tributariamente pelo uso da terra; Uso da escrita (documento), comércio (circulação monetária), dominação como forma de proteção.
<i>Cidade Mercantil</i>	Ascensão de senhores burgueses; que transformou a função urbana para encontro de pessoas, coisas e trocas, dando função de lugar de mercado (mundo da mercadoria); Liberdade através do mercado: racionalidade urbana e ideia do indivíduo na cidade (marcos de civilização e ideologia da liberdade - Liberalismo). Início da formalização dos sujeitos de direitos da era moderna a partir da divisão social do trabalho na cidade conjugado com um aparato estatal.
<i>Cidade Industrial</i>	Autoritária e repressiva (não-cidade e anticidade) – sobreposição sobre as cidades pré-industriais; Exploração capitalista das fontes primária de energias naturais e da mão de obra farta e precarizada como <i>exército de reserva</i> .

## 2.1. A cidade industrial e o surgimento da Sociologia (século XIX)

A cidade industrial europeia foi palco de intensas transformações sociais, políticas e econômicas que foram transportadas para diversas partes do planeta. As inovações tecnológicas no século XIX reconfiguraram as dimensões de tempo e de espaço, principalmente nos transportes, o que influenciou a intensidade de fluxo comercial de diferentes localidades, consolidando as cidades como centros administrativos – tanto econômico como político. Essas mudanças contribuíram para a formação da Sociologia, uma ciência que tem como objeto essa nova sociedade mais urbana e urbanizada. Nesse sentido, surgem as primeiras categorias sociológicas: *a industrialização, a urbanização, a alienação*. Além disso, a noção de *urbanidade* como nova forma cultural é indicativa para estudar os processos sociais da época para além do urbano (SASSEN, 2010. p. 88). Portanto, inicialmente, a Sociologia se apresenta hegemonicamente como uma ciência que tem como objeto a sociedade urbana europeia e industrializada. Porém, a Sociologia Urbana gradualmente foi perdendo o seu status de lente privilegiada para analisar a cidade, à medida que os avanços metodológicos da Sociologia em geral contribuíram para isso (SASSEN, 2010. p. 88), por outras perspectivas e outros objetos.

As contribuições sociológicas clássicas ainda são pertinentes para identificarmos as transformações, os continuísmos e os descontinuísmos da modernidade por meio da construção de objetos e categorias sociológicas, ou seja, transformar fatos sociais em problemas sociológicos. Nesse sentido, a formação de uma nova classe social no período da industrialização europeia, a classe trabalhadora ou o *proletariado*, apontou para as desigualdades e a segregação que foram refletidas na falta de acesso aos direitos de forma universal nessa sociedade. O Estado moderno figura como a instância na qual se dariam as definições dos processos decisórios, que teriam como cerne o cenário urbano.

O Estado, para Marx e Engels (1992), seria uma espécie de balcão de negócios no qual a classe dominante, a burguesia, consolidava seu poder por meio de leis que alienavam os trabalhadores fabris dos meios de produção e os subordinavam a condições de trabalho exploratórias. Karl Marx considerava que a ordem da economia burguesa seria: *capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial* (MARX, 1982, p. 23). Essa dialética caracterizou o antagonismo dessas duas classes através da análise materialista. Nesse sentido, o valor de uso e o valor de troca de um produto se dão por novas necessidades criadas pelo capitalismo por meio do fetichismo da mercadoria, que

atribuiria a esse produto algo “*mágico*” (MARX, 1982), apontando para o consumo em três ações, que podem ser simultâneas ou não: *a necessidade de consumir; a capacidade de consumir e o estímulo para consumir* (CAROSIO, 2010; MARX, 1982).

Essas dimensões apontam para o capitalismo como uma forma concreta de relação social entre as duas classes para Marx. O argumento de Marx é que o trabalho assalariado implicou determinada liberdade de ação, ainda que o direcionamento dela fosse o consumo e a circulação de dinheiro dentro das cidades. Porém, Marx defende que as contradições do capitalismo eram evidentes pela violência da classe dominante sobre a classe dominada, em que as leis reprimiam e criminalizavam ações indesejadas dos proletariados. Portanto, uma das conclusões que podem ser tiradas a partir da perspectiva marxista é que o Estado democrático de direito, de ordem liberal e burguesa, é uma estrutura que reproduz e retroalimenta a pobreza e a exploração de forma sistemática, além de ser uma tecnologia de desmobilização de classes dominadas.

Já na perspectiva de Max Weber, o Estado seria dotado de uma burocracia que lhe daria a maior impessoalidade possível para a manutenção dos monopólios do uso legítimo da força física e da tributação, que transformara o *Estado em Estado*.

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta um caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão (WEBER, 2003, p.62).

A constituição do Estado moderno é intrínseca ao surgimento do Capitalismo em Weber. Porém, ele critica o capitalismo a partir de uma perspectiva liberal porque este se caracterizaria numa espécie de “*escravatura sem dono*” que sufocaria as liberdades individuais, ainda que ele afirmasse que o capitalismo era inevitável e, conseqüentemente, o aceitava. Além disso, Weber afirma que a religião, a partir da Reforma Protestante, foi um fator importante para o surgimento do capitalismo por meio de uma nova noção de individualismo, defendendo que essa Reforma foi mais decisiva para o Capitalismo do que o Renascimento.

Segundo Weber, o protestantismo colocou a ciência a serviço da técnica e da economia. Para ele, a igreja Católica coibia o processo científico, indicando a vocação do empresário moderno, termo que “*a valorização da atividade lucrativa capitalista, apoiada em fundamentos racionais, como realização de um objetivo realizado por Deus*” (WEBER, 2006, p. 331), e o profissionalismo disciplinado deste empresário lhe rendeu benefícios no capitalismo. Weber ainda defende que a cidade só existiu no Ocidente, sendo que nos outros

lugares são encontrados prenúncios dessa instituição. Dessa forma, uma interpretação possível sobre o fechamento deste conceito indica um viés civilizador por parte de Weber para essa definição; afinal, o Ocidente não é definido geograficamente, mas como construção de um processo em três dimensões: histórico, cultural e social.

Essas considerações da Sociologia clássica de Karl Marx e Friedrich Engels e Max Weber sobre a cidade e o Estado modernos nos apontavam para estruturas macrosociológicas da vida urbana industrial europeia e os signos da modernidade. Porém, as dimensões marco e microsociológicas dessa noção de *urbanidade* também foram abordadas por outros sociólogos, inicialmente. Émile Durkheim definiu com o conceito de *anomia* a ausência ou desintegração de normas sociais dessa nova sociedade urbana, influenciadas pela dinâmica econômica que construíram novas relações sociais que acarretavam comportamentos individualistas por parte das pessoas através da transformação da divisão social do trabalho.

Durkheim (1984) entende que as representações individuais e coletivas e os simbolismos são objetos da Sociologia. Assim, o teórico afirma que a Sociologia é a “*Ciência das Instituições*”. Instituições – formais e informais - que são capazes de produzir controle externo e coercitivo, internalizado pelos indivíduos pelo *fato social*, indicando que a sociedade não é um amontoado de indivíduos por meio da ideia de *consciência coletiva*.

Porém, a desintegração desses laços sociais de um determinado indivíduo pode levar ao estado de *anomia* descrito pelo sociólogo francês, o que pode acarretar crimes e, até mesmo, o suicídio, por entender não ser pertencente desta sociedade. Nesse sentido, ele compreende esse problema de ordem social. A observação a se fazer sobre estes dois exemplos na obra de Durkheim é que ambos são fenômenos sociais normais, uma vez que em todas as sociedades eles ocorrem em determinado número, ainda que eles sejam uma ruptura da consciência coletiva, ou seja, não são fenômenos patológicos, mas podem apontar para um estado de *anomia*, demandando controle social.

Essa coerção institucional inclui o Estado, o que explicaria a obediência para o cumprimento de uma norma jurídica por parte dos indivíduos pela potencialidade da violência. No entanto, o que nos interessa neste momento é quais são os efeitos dessa coerção sobre os indivíduos em Durkheim para a construção de *representações sociais e coletivas*. Durkheim defende que as *representações sociais* são realidades que se encontram intimamente ligadas por um substrato formado por representações e são, em certa medida, independentes do indivíduo, afirmando que a vida psíquica não é algo absoluto (DURKHEIM, 1984, p. 40). Nesse sentido, Durkheim indica que a noção de *urbanidade* na



modernidade também tem efeitos mentais sobre indivíduos na/da cidade a partir de suas representações, refletindo os tipos de interações sociais.

Georg Simmel também aborda essas transformações mentais que se expressam pelos indivíduos em sociedade por meio da noção de *urbanidade*. Nesse sentido, Simmel (1983) defende a natureza sociológica do conflito como fator positivo para interação entre os indivíduos, argumentando que ele pressupõe a ideia de sociação, uma vez que um indivíduo demanda necessariamente de outro para entrar em conflito. Como categoria sociológica, o conflito produz ou modifica grupos de interesses, uniões, organizações, etc., além de estar destinado a resolver dualismos divergentes, sendo um modo de conseguir algum tipo de unidade no intuito de alcançar a paz, ainda que haja a possibilidade de aniquilamento de uma das partes conflitantes.

Segundo Simmel, o conflito indica a necessidade de diálogo e negociação para a manutenção do tecido social. Ele afirma que *“a contradição e o conflito, ao contrário, não só precedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência. É claro que provavelmente não unidade social onde correntes convergentes e divergentes não estão inseparavelmente entrelaçadas”*(SIMMEL, 1983, p. 124). Portanto, o conflito é um fator potencial de mudança e de desenvolvimento por uma unidade demandar de forças de atração e forças de repulsão, assim sendo, as sociedades definidas e verdadeiras não resultam apenas de fatores positivos porque *“a sociedade, tal como a conhecemos, é o resultado de ambas as categorias de interação, que se manifestam desse modo como inteiramente positivas”* (Idem. p.124).

Simmel defende que o antagonismo é um elemento da sociação. O antagonismo não produz sociação, mas é um elemento que quase nunca está ausente dela. Os antagonismos sociais estão no bojo dessa interação, na qual ele procura precisar dois termos para definir o conceito de unidade: discordância e oposição. A princípio, a discordância tem valor negativo e dual entre os indivíduos, enquanto a oposição possui um valor positivo quando o conflito é associado a outras interações não afetadas por ele, sendo o exemplo da competição dentro de uma unidade econômica lançado por Simmel para fundamentar seu argumento de que há uma má interpretação do conceito de unidade. Nesse sentido, a competição de Simmel encontra paralelo no argumento de Elias sobre a pressão por competição que tornou, no transcorrer histórico do Ocidente, as funções sociais cada vez mais diferenciadas (ELIAS, 1993, p. 195).

Em relação mais direta à noção de *urbanidade* que está em discussão, podemos extrair dos escritos de Simmel a afirmação de que o sentimento de *aversão* é o que estrutura as

relações da vida urbana. As relações externas e o conflito aparecem como forma de satisfazer as oposições através da aversão e por sentimentos de mútua estranheza e repulsão. Nesse sentido, ele afirma que a antipatia nos protege dos perigos típicos da cidade, defendendo que ela assume o papel de uma forma de sociação, apesar de inicialmente poder ser entendida como dissociação.

Sobre a violência, Simmel defende que ela faz parte de um desenvolvimento histórico que, em alguns casos, indica as relações de sociação. Os conflitos que acarretam atos violentos são qualificados através de elementos socializantes. Nesse sentido, podemos fazer uma conexão com a *anomia* de Durkheim e a *aversão* de Simmel para indicar as transformações de mentalidades na cidade a partir da violência e do crime. Esses argumentos fazem a ponte entre as violências intersubjetivas e a forma de reação das estruturas estatais para dar pronta resposta a essas demandas e a pedidos de quais grupos sociais.

A característica expansionista da cidade industrial moderna e sua noção de *urbanidade* indicam a pretensão de uma universalização racionalizada de valores morais, sociais, religiosos e culturais, bem como de estruturas jurídicas e políticas por meio da relação entre Estado, mercado e sociedade. Em outras palavras, a ideia de civilização ocidental ganha um modelo de cidade e de cidadão traduzido na vida urbana de maneira europeia e exportado/transportado para outras partes do globo pelo direcionamento ao consumo capitalista, à administração de populações (dimensões afetivas, materiais, morais e simbólicas) e à divisão social do espaço urbano por meio da divisão social do trabalho. Esse processo acarreta, também, o acesso aos direitos de cidadania e o reconhecimento dessa situação, ou seja, quais são os pressupostos para que indivíduos e classes sociais possam se sentir *seguros* nessa cidade, em um movimento que aponta para as formas de individualismo homogeneizado e a gradual supressão seletiva de direitos e/ou de alteridades.

## **2.2. Novo Mundo: América como desafio urbano**

Quando Cristóvão Colombo alcança o continente americano em 1492 e reivindica essas terras para os reis católicos de Espanha tem início o processo de colonização europeia nessa parte do globo. Logo em seguida, no ano de 1500, Pedro Álvares Cabral acha ou descobre, no mesmo continente, terras que reivindica sua posse em nome da Coroa Portuguesa que, posteriormente, seriam colonizadas e se tornariam um país independente: o Brasil. Essa empreitada europeia deixou marcas significativas na porção de terra que eles chamaram inicialmente de “*Novo Mundo*” a partir do seu pretense descobrimento. Terras nas

quais já havia povos nativos, os indígenas ou *gentios*, como nos apresentam os livros enciclopédicos escolares de séries iniciais. A ideia de descobrimento passa a impressão de processo harmônico da chegada da civilização europeia no “*incivil*” mundo recém-descoberto pelos europeus, uma espécie de “*terra sem dono e sem lei*”, sendo este o momento em que “*o homem ocidental concebe a si próprio como o senhor nato do cosmo*” (IANNI, 2003, p. 37), uma vez que os primeiros contatos com os habitantes nativos não demonstravam a intervenção humana na natureza, reconhecido pelos europeus enquanto marco civilizacional: a cidade.

No entanto, como já apresentado anteriormente, essa “descoberta” causou transformações na Europa que reverberaram pelo mundo inteiro e constituíram novas relações a partir do mercantilismo. Essa dinâmica gerou determinados conflitos em busca dos meios de produção para o comércio e acúmulo de capital, uma vez que Portugal e Espanha se dedicaram à exploração extrativista nas “suas” terras por meio da colonização. Portanto, a chegada a América por parte dos europeus não foi um processo pacífico de descoberta, como foi sendo transmitida e reproduzida através dos tempos como uma espécie de passado glorioso construída por heróis, de uma civilização que tinha como sinônimo a Cristandade. Todo o processo de chegada e permanência dos europeus e as suas consequências históricas, sociais, políticas e culturais se configura como um processo de conquista de um povo invasor sobre o povo invadido, ou seja, um processo de dominação, no qual a violência teve papel fundamental em suas dimensões físicas e não físicas no dito “*Novo Mundo*”.

Nesse sentido, Ianni afirma que a América está em um processo de transformação desde o primeiro instante. Ele afirma que “*O descobrimento e a conquista são simultaneamente deslumbramento e desencantamento (...) O que havia, como algo primordial, revela-se simultaneamente decifrável e indecifrável*” (IANNI, 2003, p. 36). A interpretação de que o “*Novo Mundo*” é um possível lugar da ausência ou da falta, uma vez que com a chegada dos europeus determinadas coisas, pessoas e ideias apareceram/aparecem e desapareceram/desaparecem, o que para Ianni é “*um acontecimento excepcional, que rompe aos poucos ou drasticamente os quadros sociais e mentais de referência, compreendendo estilos de pensamento e visões do mundo*” (Idem. p. 37).

### 2.2.1. América Latina – colonização castelhana

Na empreitada castelhana no Novo Mundo foram encontradas fontes de extração de metais preciosos, principalmente nas áreas que atualmente albergam dois países: México e

Peru. Nessas localidades, os espanhóis se depararam não só com os metais, mas com dois impérios: O Asteca, na região então conhecida como Meso America (México e Caribe); e o Inca, na parte alta da cordilheira dos Andes. Ambos os impérios apresentavam estrutura de poder hierarquizada e tinham características expansionistas. Além disso, também podia ser verificada a divisão social do trabalho bem definida (agricultores, militares, comerciantes, artesãos, sacerdotes, etc.) e identificada a vida em centros urbanos com construções de complexidade arquitetônica semelhantes às encontradas no extremo oriente.

Alguns mitos e exotismos são atribuídos ao “*Novo Mundo*”, como foi apresentado em relação ao Oriente na crítica de Edward Said, na qual ele afirma que este Oriente conhecido e narrado foi uma construção do Ocidente. Podemos interpretar essas narrativas como uma espécie de visão que desqualifica as formas de tecnologia e de conhecimento científico das civilizações e das culturas ditas pré-colombianas. Esse exotismo persiste no senso comum pela dificuldade explicativa das ciências contemporâneas para responder como determinados tipos de construções complexas sem utilização de argamassa ou mesmo padrões gráficos vistos do alto, o que dá margem para especulações e espetacularizações sobre intervenções extraterrestres e/ ou poderes mágicos, por exemplo. No entanto, recorreremos mais uma vez aos argumentos de Ianni para indicar que a chegada e a conquista da América se deram em momentos de rupturas no “*Velho Mundo*”:

Os acontecimentos revelam-se contemporâneos de rupturas epistemológicas (...) Provocam a crise e o abandono de convicções e ilusões, ao mesmo tempo que suscitam a emergência de outras convicções e ilusões. São rupturas históricas e epistemológicas que alimentam outras formas de compreensão e explicação, tanto quanto de ideologias e utopias, sem esquecer nostalgias e escatologias. (IANNI, 2003, p. 38-39).

O contato espanhol com dois impérios complexos e expansionistas como descritos, além de remontar uma lógica semelhante aos europeus, apontam para a possibilidade de universalização da ideia de Estado. Apesar da afirmativa de Weber sobre a cidade ser uma construção do ocidente, remetendo-a ao surgimento do capitalismo e à consolidação do Estado moderno como seus pressupostos ao identificarmos a complexidade estrutural dos impérios asteca e inca, refletidas nas suas respectivas vidas urbanas. Podemos considerar, então, que civilizações e culturas distantes geograficamente adotaram sistemas políticos institucionais semelhantes e normas sociais de conduta dentro de uma lógica jurídica minimamente estruturada. A cidade emerge como centro de poder também no “*Novo Mundo*”, ainda que em regiões localizadas, indicando que a ideia de Estado se apresenta como construções coletivas e individuais. Segundo Ianni, “ (...) o globo terrestre revela-se histórico,

*no sentido de produto e condição, constitutivo e constituinte da práxis coletiva e individual, nas quatro partes do mundo”* (IANNI, 2003, p. 39), o que podemos verificar nos casos dos Incas e dos Astecas.

Os astecas se consolidaram como força hegemônica pré-colombiana no atual México a partir da conquista de outros povos. Os astecas se formaram em uma espécie de confederação étnica que tinha como capital a cidade de *Tenochtitlan*, atual Cidade do México - Distrito Federal e capital do país homônimo. O Historiador búlgaro Tzvetan Todorov em seu livro *A conquista da América: a questão do outro* disserta sobre o processo de dominação espanhola sobre os astecas a partir da noção de alteridade. Segundo Todorov, o encontro dos americanos com os espanhóis foi o fato mais surpreendente de nossa história, sendo que ele parte da percepção dos espanhóis sobre os indígenas para construir sua análise histórica (TODOROV, 1982).

A exceção feita por Todorov é sobre o *huey* Montezuma II e os seus. Hernan Cortes, que saíra de Cuba com um número reduzido de homens, foi recebido como um Deus pelo monarca, acreditando que o conquistador espanhol era uma divindade asteca, em 1519. Segundo Todorov, este movimento se deu por conta da interpretação que Montezuma deu aos signos religiosos e culturais astecas, o que acarretou sua conversão ao cristianismo, prisão e morte no ano seguinte. Montezuma foi sucedido por Cuitláhuac, que morreu de varíola 80 dias após sua posse, e posteriormente por Cuauthémoc, em 1521, que foi empossado à revelia da vontade dos conquistadores espanhóis.

O significado cultural dos objetos e dos fatos também influenciou na conquista dos espanhóis sobre os astecas. Enquanto os europeus entravam nos templos pré-colombianos atrás de ouro e outros metais preciosos, os nativos não compreendiam a destruição do trabalho feito pelos artesãos, tão valioso para sua civilização. Segundo Todorov, a leitura de Cortês sobre os signos da cultura asteca fez com que ele explorasse e dominasse essa civilização, ora fazendo movimentos de reconhecimento da alteridade, ora tornando os nativos objetos de uma relação de poder assimétrica. Além disso, as deserções enfraqueceram as resistências lideradas por Cuauthémoc, que foi preso, torturado e morto por Cortês. Nesse sentido, a religiosidade asteca aponta para uma espécie de apocalipse, uma vez que as mortes em massa dos índios por guerras e/ou doenças trazidas pelos espanhóis indicava que Deus estava com os seus conquistadores, o que caracterizou o genocídio indígena nas palavras de Todorov.

A civilização Maia foi um dos povos que não foi dominado pelos astecas. Os maias possuíam um complexo conhecimento de arquitetura e de engenharia traduzidas nas suas

construções de templos e de cidades, como ainda podem ser encontradas em Chiapas e Yucatán, no atual México, como a cidade de *Chichén Itzá* (patrimônio da Humanidade pela Unesco), além de uma escrita e de um idioma sistematizados e próprios. A civilização não se constituiu como um império centralizado, conhecidos mais como cidades-estados que se estenderam por territórios de outros países além do México (Belize, Guatemala, Honduras e El Salvador). Ao fim do século XVII, os maias foram subjulgados pelos espanhóis com a queda de suas últimas cidades, o que ocasionou também a destruição de escritos científicos e matemáticos dessa civilização por parte dos conquistadores europeus.

Mais ao sul do continente, o Império Inca foi sendo construído e desenvolvido por séculos anteriores à chegada dos europeus. Sua extensão de terra ia desde a atual Colômbia até aos atuais Chile e Argentina. A cidade de Cuzco era a capital incaica, denotando a centralidade urbana no exercício do poder imperial. Francisco Pizarro, explorador espanhol, foi autorizado pela coroa espanhola a conquistar e ter propriedades das terras que compreendem o atual Peru, em 1529. Concomitante a este período, a guerra civil entre os irmãos Huáscar e Atahualpa pelo posto de *Sapa Inca*, o qual era ocupado pelo primeiro, causava cisões no Império, oportunizando o avanço espanhol sobre suas terras. Com a prisão de Huáscar, Atahualpa, que governava o reino de Quito, se torna o *Sapa Inca* em 1532, mas logo se torna cativo de Pizarro. No ano seguinte, Atahualpa foi morto pelos espanhóis sob a acusação de crimes como heresia, poligamia, entre outros, sendo sucedido pelo seu irmão Tupac Hualpa, ou *Imperador-fantoches*, pelo fato de ter sido posto artificialmente no cargo pelos colonizadores.

O caso dos Incas também indica a cosmologia local para compreender a forma de dominação e apropriação da colonização espanhola nas Américas. Tal como o caso dos astecas e dos maias, os Incas também podem ter interpretado os espanhóis como emissários de uma divindade: *Viracocha*. A lenda na qual era narrada a chegada de *Viracocha* haveria seres fabulosos que se dividiram em dois e sons de trovão, sinais que podem ser interpretados como homens apeando de seus cavalos e como as explosões de disparos de armas de fogo; e esse seria um fim da civilização Inca, algo semelhante ao que se passou no México com a chegada de Cortés.

Nesse sentido, o antropólogo estadunidense Marshall Sahlins (1990) aponta para uma perspectiva histórica e uma dimensão cultural, exemplificando a chegada do inglês James Cook ao Havaí, no século XVIII. Cook foi identificado como o deus *Lono* pelos nativos por meio da interpretação de fatos que seriam os signos de sua chegada. Sahlins e Todorov

convergem na ideia de interpretação de signos como forma de legitimação dos conquistadores a partir da cosmologia, uma espécie de destino inevitável, a partir de signos que coincidiam com as profecias nativas. As religiões encontradas pelos conquistadores europeus apresentaram uma lógica semelhante ao cristianismo: uma espécie de fim da civilização com a vinda/volta de um deus supremo. No entanto, essa não é a única possibilidade explicativa para a conquista espanhola sobre Impérios expansionistas tão complexos.

O outro fator que pode ser explicativo para a conquista castelhana sobre os impérios pré-colombianos nas Américas é a guerra dos reis católicos contra os mouros. A experiência militar adquirida pelos espanhóis com a conquista de Granada é indicativa para interpretar a conquista das civilizações maia, asteca e inca por essas também possuírem exércitos numerosos e vida social e política centralizada em cidades. A assimilação material das cidades conquistadas por meio das guerras pelos espanhóis se repetiu nas Américas, com a transformação de templos religiosos locais em igrejas católicas, por exemplo.

A diferença no “*Novo Mundo*” foi a assimilação humana por parte dos europeus pela necessidade de ocupação territorial e pela obtenção de mão de obra para explorar as fontes de metais preciosos como o ouro e a prata. Os nativos foram catequizados e escravizados, além de mestiços serem reconhecidos como cidadãos, ainda que de segunda classe, para fins de reconhecimento de ocupação territorial como forma legal de posse das colônias no âmbito internacional, o *uti possidettis*<sup>1</sup>, tendo em vista a baixa densidade demográfica dos países ibéricos. A dominação espanhola se reproduzia e se retroalimentava a partir da violência física e não física sobre os corpos nativos e pela expansão territorial nas Américas. Nesse sentido, a assimilação - que é um termo controverso, mas aplicável – se confunde com a ideia de apropriação. Uma apropriação violenta, no caso da colonização.

Essa apropriação pode ser verificada no que tange à construção das cidades na América Latina. O caso peruano é exemplar para problematizarmos algumas nuances sobre as cidades como marcas civilizacionais. Voltemos à divisão entre as noções de cultura e civilização. A fundação de Lima por Francisco Pizarro retira a centralidade de Cuzco por razões políticas, geográficas, simbólicas, logísticas, entre outras. As apropriações e assimilações sistemáticas dos espanhóis sobre os incaicos aparentemente, ou nos fizeram acreditar que fez desaparecer esta civilização, dando a ideia de cultura datada. No entanto,

---

<sup>1</sup> Princípio segundo o qual “*quem tem a posse tem o domínio*”.

<sup>2</sup> Essa data é considerada pela chegada do professor estadunidense Hiram Bingham (Universidade de Yale) como um redescobrimto, uma vez que no século XIX, mapas já indicavam a localização da “cidade perdida dos Incas”.

<sup>3</sup> Nome atual da instituição: Universidad Nacional Mayor de San Marcos (fonte: <http://www.unmsm.edu.pe/home/inicio/historia>).

<sup>4</sup> Um exemplo da aparição do Bacharel da Cananea em obras de ficção é a conversa dele com o Macunaíma,

situações materiais, como a descoberta no século XX<sup>2</sup> da cidade de Machu Picchu, e outras culturais, como a manutenção da língua quéchua, indicam a permanência da civilização inca no cotidiano do Peru.

Portanto, a cultura não é algo estanque. Ela é produzida e reproduzida por atores que interpretam os seus signos, conservando ou transformando os mesmos e, com isso, mantendo uma civilização viva na memória e no cotidiano. Esses signos civilizacionais dos incas ainda são traços fortes para ideia de identidade nacional construída em outros países da América Latina. Podemos citar o exemplo da permanência dos traços incas no Equador e no Peru, ou no caso dos maias e dos astecas, como o próprio México, se aproximando do conceito de *comunidades imaginadas* do historiador anglo-americano Benedict Anderson (2008), que aponta para as diferenças entre comunidades ideais (*dever ser*) e comunidades reais (*o que são*).

De fato, os espanhóis também conquistaram outros territórios pela América Latina e Caribe para além das terras dos grandes impérios pré-colombianos. A Venezuela e a Argentina são exemplos dessa expansão castelhana. Essa expansão impôs um processo colonial de urbanização baseado no trabalho escravizado, o que demarca profundamente os marcos iniciais de fronteiras simbólicas da desigualdade contemporânea neste continente. No entanto, há uma observação a ser feita no caso da colonização castelhana nas Américas que foi a fundação de universidades locais ainda nos primeiros anos de conquista, exemplificada pela Universidade San Marcos de Lima (Peru)<sup>3</sup>, fundada em 1551, indicando uma variável para a vida urbana nessas colônias: a possibilidade de instrução formal pela população local e de dominação cultural.

### 2.2.2. América Latina – Brasil e colonização portuguesa

A conquista do solo e a consequente colonização portuguesa no que corresponde ao atual Brasil teve como início de sua urbanização um ato oficioso. A fundação de São Vicente por Martim Afonso de Souza, primeira vila da colônia, teve como data oficial o ano de 1532. No entanto, as bases da vila já tinham sido erguidas por um personagem obscuro da história brasileira: Cosme Fernandes Pessoa, conhecido como o *Bacharel da Cananeia*. O *bacharel* degredado teria chegado às terras do atual litoral paulista em 1501 com a expedição de

---

<sup>2</sup> Essa data é considerada pela chegada do professor estadunidense Hiram Bingham (Universidade de Yale) como um redescobrimto, uma vez que no século XIX, mapas já indicavam a localização da “cidade perdida dos Incas”.

<sup>3</sup> Nome atual da instituição: Universidad Nacional Mayor de San Marcos (fonte: <http://www.unmsm.edu.pe/home/inicio/historia>).



Américo Vespúcio e deixado com os nativos. Essa figura controversa e imprecisa da história suscitou mitos, lendas e citações em obras literárias e artísticas<sup>4</sup>, apesar de, historiograficamente, a sua atuação ter sido de traficante de índios e ter casado com filhas de chefes de tribos locais. Essas relações dinamizaram a localidade do Porto do Bacharel, que possuía em 1516 condições de vila, incluindo um posto de vigilância de alvenaria. No entanto, Cosme Fernandes se tornou aliado dos espanhóis, que estavam em disputas pelo território com os portugueses, participando de ações que incluíram guerras e saques ao vilarejo que ele fundou.

O obscurantismo do *bacharel da Cananeia* contrasta com figuras contemporâneas a ele. Um exemplo deste contraste é a memória coletiva sobre João Ramalho, que pode ser considerado uma espécie de patriarca dos bandeirantes. Ramalho adotou o mesmo *modus operandi* de Cosme Fernandes ao contrair casamento com filhas de chefes indígenas locais, sendo o mais destacado o seu enlace com Bartira, filha do cacique Tupiniquim Tibiriçá, o que lhe conferiu uma espécie de *aliança de sangue* com os indígenas. João Ramalho, que convivera com os tupiniquins desde sua chegada ao Brasil, prestou serviços à Coroa Portuguesa a partir da expansão de seus domínios territoriais, construindo vilas para o interior do atual estado de São Paulo, o que influenciou na fundação da atual cidade de São Paulo. A interpretação positiva da memória de João Ramalho construiu também o bandeirante como herói no imaginário social e na cultura histórica, além de reforçar o mito da democracia racial a partir da construção de um passado glorioso e harmônico.

As primeiras figuras históricas nos são interessantes para compreendermos quais significados sociais influenciam o imaginário popular para construção de multiculturalismos, de memória e de sujeitos históricos. Os contrapontos surgem e constituem essa relação conflituosa de dominação. A civilização ocidental marcada pelo mercado e pela cristandade a essa altura é testada e interpretada de outra forma com o contato de religiosos europeus com os habitantes do *novo mundo*. Enquanto que para frei Bartolomeu de Las Casas os nativos eram humanos respeitosos e portadores de uma cultura diferente (IANNI, 2003, p. 41), sendo um dos maiores críticos à escravização dos indígenas nos primeiros anos de ocupação espanhola, outros contemporâneos de Las Casas defendiam que os nativos eram selvagens e primitivos. No entanto, as alianças entre líderes indígenas nas terras conquistadas por espanhóis e portugueses indicam a agência do nativo, ainda que em situação de desvantagem

---

<sup>4</sup> Um exemplo da aparição do Bacharel da Cananeia em obras de ficção é a conversa dele com o Macunaíma, personagem principal do livro “*Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*”, de Mário de Andrade.

pelo poder do conquistador e dentro de uma formalidade muito frágil, o que corrobora a afirmação de civilizados de Las Casas.

A memória social construída a partir dessas narrativas e personagens constrói também a ideia de cidadão a partir do pretense heroísmo dos bandeirantes. Afinal, não se questiona a importância do avanço das bandeiras para o desenho atual do Brasil – o que inclui o processo de urbanização do interior do país pela dominação dos meios de produção extrativista, como o caso de Minas Gerais, ainda que a maior parte das cidades brasileiras tivesse demonstrado uma ocupação sistemática no litoral, principalmente a partir do nordeste. Porém, aqui se problematiza a ideia de heroísmo que foi construída para reinventar um passado glorioso e uma origem nobre para uma elite paulistana dos fins do século XIX e início do século XX<sup>5</sup>, urbana e industrial, após um período econômico marcado pelo escravismo agrícola. Essa elite buscava representar os signos da modernidade no país, o que contrastava com o *modus operandi* violento da expansão das bandeiras.

Neste ponto, podemos identificar dois atores sociais e dois sujeitos históricos que atestam a complexidade do *Novo Mundo* como desafio urbano: o negro e a negra. Esses imigrantes compulsórios trazidos a ferros e escravizados no continente americano pelos colonizadores para a produção agrícola e acúmulo originário, que catapultou o capitalismo nas metrópoles europeias<sup>6</sup> ao passar dos séculos, especialmente a época da revolução industrial inglesa, sendo a sua gênese. Segundo Ianni, foi desenvolvido com o traslado forçado de pessoas africanas, um comércio triangular:

Toda a história dos séculos XVI, XVII e XVIII é uma história de escravismos no Novo Mundo. (...) E desenvolvia-se o comércio triangular, compreendendo a Europa, de onde saíam os barcos carregados de manufaturados e industriais, a África, onde se descarregavam esses produtos e carregavam-se africanos e as colônias do Novo Mundo, nas quais se trocavam os escravos africanos por metais preciosos, especiarias, açúcar, tabaco e outros produtos (...) O navio negreiro zarpava da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro, na costa da África, por negros, que eram traficados nas plantações, com outro lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais a ser transportados para a metrópole... O comércio triangular proporcionava assim um estímulo triplo à indústria britânica. Os negros eram adquiridos com artigos manufaturados britânicos (IANNI, 2003, p. 44-45)

O contraponto da questão da submissão dos indígenas e a escravização da população negra apresentou forte conotação econômica. Para o economista Paul Singer (1995), a colonização tinha que produzir excedentes para as metrópoles e de consumo rápido no

---

<sup>5</sup> O termo *família quatrocentona* foi amplamente adotado na cidade de São Paulo no século XX para designar essa elite paulistana.

<sup>6</sup> Outras forças coloniais europeias se desenvolveram na América, principalmente no Caribe e nas ditas Antilhas: Inglaterra, França e Holanda.

mercado europeu, na linha da afirmação de Ianni. Singer faz uma distinção entre o trabalho escravizado efetuado por indígenas e negros, pela comparação entre desenvolvimento de forças produtivas. O economista afirma que no México e no Peru, casos citados anteriormente, foram estabelecidas relações de produção do tipo servil, sob a forma de renda-trabalho (a *mita*), que permitia a extração de excedentes. Em outros casos, como o Brasil, essas forças produtivas dos indígenas não eram suficientes para a produção agrícola sistemática, demandando da escravização de mão de obra africana (SINGER, 1995, p. 95).

A partir da perspectiva econômica de Singer, o tipo de construção geográfica e urbana do Brasil atual tem razões históricas. Essa construção foi baseada nos tipos de meios de produção e suas mercadorias, desde a economia agrícola açucareira, que se baseava na região costeira do país, como no nordeste, passando pelo período mineração de metais e pedras preciosas, como o caso de Minas Gerais. O negro e a negra foram atores sociais presentes nos processos de urbanização das vilas, dos arraiais e das cidades da então colônia portuguesa.

O processo escravista na América foi marcado por violências físicas e simbólicas. Destarte, o desterro desses sujeitos, de forma forçada, é um indicador dessas violências. A retirada de sua humanidade por parte dos conquistadores e sua conseqüente transmutação em mercadoria, aponta para o conjunto de desvantagens sociais que o sujeito histórico negro/negra passaria. As violências físicas como castigo foram constituindo uma cultura histórica e social de que o corpo negro é um espaço admitido para aflição de dor e promoção de prazer para os seus “*donos*”, no caso das mulheres negras, e pode ser feito um paralelo com os indígenas sobre essas violências físicas e morais, constituindo a sociabilidade na colônia.

Paradoxalmente, o papel de mercadoria extremamente cara poderia ser um fator atenuante para essas violências físicas contra os negros e as negras. Portanto, não se tratava de uma estima social pela condição humana do negro e da negra, mas pelo utilitarismo de sua vida para a economia, ou seja, a mensuração material de sua existência era o que importava. Porém, o traslado forçado de negros e negras para a América mobilizaram resistências e estratégias de sobrevivência por parte desses sujeitos, indicando sua agência. As revoltas de escravizados e a fuga e a formação de quilombos são exemplos dessa agência por meio de ações concretas, nas quais também podem ser verificadas contradições, como assimilação e apropriações, que podem ser identificadas pelos processos de miscigenação.

A miscigenação americana foi marcada pelo traslado do negro e da negra para as colônias, juntamente com a conquista dos indígenas pelos europeus. O sociólogo brasileiro

Gilberto Freyre vai dar conotações positivas para a miscigenação e adotar em suas obras o conceito de democracia racial no intuito de buscar fatores positivos da colonização. Apesar de reconhecer as violências praticadas neste período, Freyre relativiza e, em certos momentos, atenua esses fatos. A leitura da obra de Freyre nos traz muitos questionamentos sobre o papel da miscigenação, a qual ele aponta que o português já tinha essa vocação por ele mesmo ser mestiço, construindo uma narrativa quase romanceada dessa relação. Não obstante, também atribui valores positivos aos nativos, como a higiene corporal em relação aos europeus descrito como “*sujos*”, e aos negros. Nesse sentido, ele afirma que a vida e a formação colonial no Brasil era um equilíbrio de antagonismo.

A perspectiva de Freyre parece desconsiderar aspectos formais da estrutura estatal e da vida cotidiana que desmontam a ideia de “harmonia” em sua argumentação. As relações racializadas implicavam perda de direitos formais, inclusive os direitos sucessórios, como o caso do *mulatismo*, do ponto de vista do direito civil, e de políticas de Estado como a do branqueamento, por exemplo. Na dimensão jurídica, podemos identificar a situação de vulnerabilidade do negro e da negra no Brasil. Freyre parte de uma perspectiva culturalista para a construção de uma identidade nacional brasileira positiva, que segue interessante para interpretamos sociologicamente o Brasil contemporâneo, mas que demanda complementações pela complexidade das relações sociais e suas conflitualidades, além de ser extremamente questionável.

O historiador brasileiro Caio Prado Junior apresenta uma perspectiva crítica sobre as consequências da escravização dos negros e das negras no Brasil na formação da colônia em comparação ao argumento de Gilberto Freyre. Prado Jr. observa que a escravização era algo tão enraizado na vida da metrópole portuguesa no século XVI e foi implantada no Brasil, que um número considerável de sua população já naquela época era composto por pessoas escravizadas de origem moura e/ou africana, assinalando também a baixa densidade demográfica de Portugal. A heterogeneidade de raças influenciou dinâmica social e política no Brasil colônia, afirma Prado Jr.

A violência como forma de educar o escravizado se apresentava na relação trabalho e família – que aqui podemos interpretar como uma espécie de disciplina civilizadora por parte do conquistador. Os negros e as negras da senzala e os da casa-grande sofriam violências variadas. Apesar da objetificação dos corpos escravizados mencionada anteriormente, Prado Jr aponta outra possibilidade de atenuante da situação de vulnerabilidade e violência na qual a mulher negra estava submetida: o papel de ama de leite. A negra que fazia às vezes de ama de

leite do menino branco poderia abrir algum espaço para o reconhecimento afetivo para com o escravizado, porém, para Caio Prado Jr. não era a falta de carinho familiar na colônia que produzia a violência e, sim, o excesso de complacência e mimos.

Ademais, Prado Jr. defende que o mínimo de oportunidade que fosse dada ao negro poderia mudar o cenário social no Brasil. Contudo, o modo do trabalho escravo posto na colônia esterilizou e amputou suas qualificações de trabalho, afirma o historiador (PRADO Jr, 2004, p. 343). Para ele, A estrutura social dividida entre senhores e escravizados acarretou uma desagregação social.

As relações de trabalho também são destacadas na formação social cotidiana da colônia por Prado Jr. Com o início da colonização agrícola, o colono se dividia entre o proprietário de terras, que vinha de maneira voluntária, e o trabalhador sem propriedade, que teria um contragosto no trabalho servil (PRADO Jr, 2004, p. 29). A ociosidade dos senhores não produzia riquezas e ao mesmo tempo gerava despesas. O sedentarismo senhoril proporcionou o escravismo, sendo o escravizado a força motriz da economia colonial, juntamente com o colono recém-chegado. Paradoxalmente, os colonizadores europeus remetiam valores morais depreciativos aos escravizados em relação ao trabalho, como a preguiça e a leniência, em especial os indígenas. Além disso, os castigos físicos deveriam ser empregados pela classe dominante como forma de disciplinar os cativos, observa o historiador, o que indica o recorte temporal pelo qual se iniciou a cristalização dos açoites nos corpos negros nos troncos em pelourinhos na memória social e história cultural, por exemplo.

No entanto, Caio Prado Jr. lança mão de outros autores, em especial Saint-Hilaire, para descrever e fundamentar outro cenário social no Brasil colônia. Para o historiador, a energia social era produzida por negros e indígenas escravizados, e o sedentarismo europeu se refletia na apatia de seus prazeres e festas, em detrimento das manifestações culturais e festivas dos escravizados. Dessa forma, podemos fazer um paralelo entre a perspectiva econômica apresentada por Paul Singer e a histórica de Caio Prado Jr. para identificarmos as relações de poder que foram baseando e sedimentando a urbanização brasileira e as suas inscrições e representações culturais a partir da introdução do povo negro como ator social. Essas expressões indicam também as formas de agências e as estratégias mobilizadas que se tornaram componentes de uma identidade nacional imaginada no Brasil e seu multiculturalismo, que podem ser materiais e imateriais.

Apesar da independência de Portugal, o Brasil segue sendo um país escravista. A chegada da família real portuguesa à então colônia, em 1808, representou um marco de

transição na noção de ocupação urbana no Brasil. A transferência da capital do Império europeu para o Rio de Janeiro e a abertura da primeira faculdade da colônia, a de medicina em Salvador (Bahia), no mesmo ano da chegada de D. João VI ao Brasil, são pontos destacáveis dessa mudança. Signos urbanos e traços civilizacionais do conquistador. Após a independência e a manutenção da Monarquia, seguiu a forma de trabalho escravista numa economia agrícola, extremamente dependente da produção do café no século XIX.

Com o fim da monarquia e proclamação da República no Brasil, em 1889, a ideia de modernidade começa a se configurar como argumento e políticas de Estado no país. Um ano antes, 1888, foi assinada a lei áurea, que tornou ilegal o trabalho escravizado no Brasil, proporcionando um amparo legal para os negros e as negras no país. Porém, é válido observar dois aspectos: (i) a referida lei foi resultado de um processo histórico de conflitos políticos e sociais pelo fim do trabalho escravizado e não um ato unilateral e (ii) a mudança legislativa não acarretou a aceitação social do negro e da negra na sociedade brasileira, indicando a distinção entre o mundo das leis e o mundo social constituído de relações entre indivíduos e/ou grupos concretos.

O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes argumenta sobre o processo de desagregação dos negros e das negras em seu livro *Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1978). Fernandes afirma que os negros e as negras foram abandonados à própria sorte pela lei áurea, que foi o marco legal da transição entre o trabalho escravizado e o trabalho assalariado no Brasil. A recusa por parte dos recém-libertos em aceitar certos tipos de trabalhos, que apresentavam situações degradantes e opressivas como disciplina, conjugados com o recente passado escravista, foi cristalizando no senso comum o preconceito contra o negro no período após a lei áurea. A mão de obra escravizada não foi incorporada formalmente aos novos tempos produtivos, relegando essa população à marginalidade e à vulnerabilidade sociais<sup>7</sup>.

Para Fernandes, a desagregação dos negros e das negras era motivada por uma família desorganizada somada ao quadro de pobreza (FERNANDES, 1978, p. 230). Isso comprometia a socialização primária desses sujeitos na sociedade e carregariam essas demandas para outras dimensões da vida. A afirmação de Fernandes indica uma personalidade marginalizada da população negra e seus comportamentos considerados essencializados por

---

<sup>7</sup> A tese de Florestan Fernandes tem sido contestada nos estudos sociológicos. Podemos destacar a tese de Carlos Hasenbalg sobre a negritude brasileira e sua introdução na sociedade a partir de questões econômicas, morais e sociais (ver HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2005).

parte das classes dominantes. O argumento de Fernandes pode ser articulado para compreendermos as estratégias de aceitação ou de camuflagem dos negros e das negras no Brasil através da cor da pele. Nesse sentido, a memória e o multiculturalismo de Caio Prado Júnior a partir da energia dos negros e dos indígenas na vida social da colônia se confronta com a supressão da língua para o esquecimento progressivamente, em que Ianni afirma:

(...) todas as línguas das populações nativas e africanas se tornaram marginais, secundárias, dialetais ou não conspícuas (...) Aos poucos, a língua se revela, outra vez, como durante o período colonial, uma poderosa técnica de integração e administração, mudança e inovação, controle e opressão (IANNI, 2003, p. 47).

O exemplo da urbanização de São Paulo no século XIX é ilustrativo para identificar e compreender o desenvolvimento interpretativo da noção de *urbanidade* na América Latina. A partir de uma perspectiva culturalista, a antropóloga brasileira Fraya Frehse (2001) analisa um cenário urbano fortemente marcado por relações pautadas por concepções socioculturais escravistas e rurais, ou seja, relações sociais hierarquizadas que davam sentido à vida cotidiana de indivíduos que começam a conviver mais intensamente na rua por meio da centralidade da casa patriarcal num contexto capitalista ainda insipiente, mas que já engendra a sua lógica (FREHSE, 2001, p. 170). Frehse disserta sobre como as pessoas envolvidas nessa relação de temporalidades distintas interagem socialmente sob a racionalidade do capital, especialmente no que tange à mudança do espaço urbano pelo avanço da especulação imobiliária.

Nesse sentido, o bairro paulistano de Campos Elíseos é ilustrativo para compreender o processo de especulação imobiliária da cidade. A região foi planejada nos fins do século XIX para ser o local de mansões dos barões do café e de industriais de São Paulo. No entanto, com a crise do café como *commodity*, o bairro começou seu ciclo de desqualificação imobiliária na primeira metade do século XX. Esse processo foi catalisado pela construção de estações de trens e o consequente aumento na circulação de estranhos, que eram a mão de obra empobrecida das fábricas da capital paulista. Esse processo também pode ser conjugado com a ideia de qualidade de moradia estar dissociada do lugar de trabalho.

A qualificação desses espaços especulados atendia aos aspectos históricos e culturais que construíram socialmente significados e valores morais amplamente compartilhados pela classe dominante paulistana. A memória de João Ramalho e de outros bandeirantes foram inscritas nas ruas e nos monumentos da capital paulista como signos positivos de civilização, de memória histórica e de coesão social que compõem a identidade imaginada a partir do conquistador.

A construção de tipos históricos idealizados também está no cerne da disputa simbólica da identidade nacional brasileira através dos signos de urbanização. Ao fazermos uma triangulação analítica entre as três principais cidades do Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, verificamos como as transformações econômicas e sociais interferiram no significado das metrópoles brasileiras. Enquanto Salvador, capital do estado da Bahia e primeira capital da colônia, perdia gradativamente o espaço de protagonismo urbano – assim como todo o nordeste, primeira região a serem desenvolvidas as cidades de maneira sistemática pelo seu litoral - no cenário nacional para São Paulo, que se consolidava como “*locomotiva econômica*” do país por sua industrialização acelerada. O Rio de Janeiro se manteve como capital política institucional e eixo norteador simbólico do que é local e do que é nacional e centro das decisões administrativas. Essa balança histórica das cidades brasileiras influenciou também a construção de sujeitos de direitos e de sujeitos históricos da marginalização.

A construção dos sujeitos históricos da marginalização foi o resultado da ideia de classe/ raça e étnica. Quando não eram retratados como “*obedientes e bons*”, ou seja, o “*incivil civilizado*” subalternizado e/ou com papel social secundário na história brasileira, indígenas, negros e negras eram marginalizados, criminalizados e invisibilizados social, cultural, histórica e politicamente como sujeitos de direitos. Esse processo de marginalização se deu por meio do esquecimento das suas expressões culturais, religiosas, linguísticas e artísticas para a construção de uma identidade nacional. Esses sujeitos de marginalização corporificavam o atraso para as elites dominantes do Brasil, adeptas ao modelo europeu de modernidade científica dos fins do século XIX e início do século XX.

Portanto, a partir do exemplo paulistano podemos identificar o problema de se construir a noção de **urbanidade** na América Latina pela constatação de desigualdades históricas. As favelas da cidade do Rio de Janeiro e as *villas miseria* de Buenos Aires são exemplos da expressão material no tecido urbano dessa desigualdade que acarretou uma inclusão precária de grupos sociais marginalizados na modernidade latino-americana. Também são indicadores de processos de construção de sujeitos históricos de direito ou de marginalização. Essa construção remonta as forças políticas dominantes que constituíram os Estados que são frutos do colonialismo, dando as medidas de cidadania e segurança jurídica a determinados sujeitos pela dimensão material, além de fatores raciais e de origem (determinismo biológico), e sendo o choque entre a *cidade formal* e a *cidade real* um dos sintomas dessa relação de poder assimétrica marcada pela territorialidade.



### 2.2.3. América do Norte – Colônias de povoamento e EUA

A América se configura como desafio urbano pela contraposição de tipos de colonização entre a América Latina, que compreende a América do Norte a partir do México até o estreito de Magalhães na fronteira Chile-Argentina, passando pelo Caribe e pelo Brasil; e a América do Norte, composta pelos Estados Unidos da América do Norte (EUA) e o Canadá. Enquanto a América Latina foi palco da colonização extrativista, as colônias britânica e francesa do norte do continente foram destinadas ao povoamento<sup>8</sup>. Essa distinção pode ser uma das dimensões explicativas para a dificuldade de cristalização no imaginário popular de que o México é um país localizado geograficamente na América do Norte, mas é remetido com certa regularidade à América Central. Em outras palavras, a construção da América Latina em relação à América do Norte implica componentes históricos, culturais, sociais, étnico-raciais, religiosos e morais conjugados com fatores geográficos, políticos e econômicos, constituindo uma simbologia civilizacional que identifica hierarquicamente a legitimidade social de fronteiras entre Estados juridicamente estruturados nesta parte do planeta.

A religião foi um fator marcante na distinção entre as Américas. Ao passo que as colônias ibéricas eram marcadas pelo Catolicismo e pela catequese sistemática dos nativos, a colonização do norte foi marcada pela chegada em massa de protestantes vindos da Europa no século XVII, motivada por perseguições religiosas. Aqui focaremos mais no caso estadunidense para apontar as diferenças entre os dois tipos de colonização. O estabelecimento das treze colônias na costa leste do atual EUA com certa autonomia em relação à metrópole britânica foi o fator de largada para a construção de uma cultura política de ordem liberal naquela parte do globo, uma referência estrutural histórica e de valores morais compartilhados socialmente pelos conquistadores, ora pela força física, ora pela força simbólica. Além disso, o fator religioso contribuiu para a constituição de um tipo de ideal de estadunidense e pretensão americanismo universal: *O WASP* (branco anglo-saxão e protestante<sup>9</sup>).

Nesse sentido, podemos identificar a ideia de permanência territorial dos *WASP*. Essa permanência oportunizou a construção das primeiras ocupações urbanas e a descentralização política que ocasionou um processo de independência formal dos EUA da Grã-Bretanha no

---

<sup>8</sup> A Grã-Bretanha também possuía colônias extrativistas no Caribe e na Índia, por exemplo. Outro tipo de colonização por parte dos britânicos eram as colônias penais, como o caso da Austrália.

<sup>9</sup> Tradução do inglês: *white anglo-saxon and protestant*.

século XVIII, motivada inicialmente por questões de mercado. A independência acarretou a introdução de um sistema federalista de democracia institucional<sup>10</sup>, com separação estrutural dos poderes constituintes do Estado de maneira interdependentes, no regime de freios e contrapesos<sup>11</sup>, para que não houvesse abusos de autoridade, em tese. Portanto, podemos concluir que a religião produziu uma espécie de individualismo social dos/nos EUA, que teve reflexo na construção histórica de sujeitos de direitos, sendo para Max Weber um dos pilares para a prosperidade do capitalismo por lá por meio da ética protestante, ou seja, as benesses divinas em vida através do valor social do trabalho.

A colonização no norte possui paralelos com o tipo de colonização desenvolvida na América Latina. Apesar da pretensa universalidade do *WASP* como tipo ideal, a forma de constituição territorial dos EUA não foi uniforme. A cristandade, ainda que protestante, e o mercantilismo também são verificados como traços da civilização ocidental nas Américas. O massacre dos nativos indígenas e/ou alianças comerciais, territoriais frágeis e voláteis, além de matrimônios entre europeus e princesas indígenas, também podem ser identificadas no transcorrer histórico dos EUA. A ideia de expansão territorial pelos *pioneiros* (*quakers*, peregrinos, puritanos, entre outras denominações protestantes) encontra paralelo com os bandeirantes brasileiros, por exemplo, sendo reverenciados por estátuas em várias cidades estadunidenses<sup>12</sup>. Esses *pioneiros* que encontravam outros colonizadores europeus, além dos nativos indígenas, contra os quais também travavam combates pelas terras. Nesse sentido, Ianni aponta os meios de produção como fio condutor da construção social dos EUA e seu multiculturalismo:

Na sua região norte predominam uma economia e sociedade praticamente isentas de compromissos com o escravismo (...) mais ou menos polarizados pela “ética protestante e o espírito do capitalismo” (...) No sul dos Estados Unidos predomina uma sociedade e uma economia baseadas no trabalho escravo, organizadas para a exportação, principalmente para a Europa (...) No Oeste vivem principalmente populações indígenas, uma região que se revela uma vasta e rica fronteira de expansão da economia e da sociedade, organizadas principalmente com base nos princípios desenvolvidos na região norte (IANNI, 2003, p 48 -49).

<sup>10</sup> Alguns livros são referência neste sentido, como *Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, que disserta sobre as constituições estatais do Canadá, mas principalmente a democracia forma nos EUA nos anos 30 do século XIX; e *O Federalista*, de Alexander Hamilton, argumentando sobre a constituição estadunidense no século XVIII (ver WEFFORT, 2006).

<sup>11</sup> Apesar de ser datado na Grécia antiga, o regime de freios e contrapesos foi refinado por Montesquieu para a formulação de uma monarquia constitucional baseada nas leis que permitiriam a participação da sociedade civil a participar das decisões de Estado. Essa separação de poderes pode ser encontrada na teoria liberalista do filósofo inglês John Locke, uma das maiores influências teóricas para a formação dos EUA como Estado (ver: WEFFORT, 2006).

<sup>12</sup> O dia de ação de graças é a data mais simbólica dessa reverência aos pioneiros no Canadá e nos EUA, sendo feriado nacional nos dois países, tão importantes quanto o Natal e o Ano Novo.

A presença do trabalho escravizado de negros e negras nos EUA também é um paralelo importante a ser traçado entre os tipos de colonização. As guerras da independência e da Secessão, ou guerra civil americana, esta última ocorrida na segunda metade do século XIX, tiveram esses sujeitos históricos como atores sociais. Por um lado, o norte urbano demandava mão de obra assalariada para a formação de uma massa de consumidores internos de mercadoria, por outro, o sul rural exportava suas produções para a Europa a baixo custo econômico, e o trabalho escravizado conferia essa otimização aos fazendeiros, sendo o algodão a principal *commodity* agrícola da região.

O negro e a negra estavam no cerne desta batalha pela disputa entre os meios de produção, ora como objetos, ora como sujeitos dessa relação dialética. A Guerra da Secessão entre o norte, industrial e urbano, e o sul, agrícola e rural, testou a universalidade de sua democracia no sentido de valores sociais e proteção jurídica. A ideia de igualdade e cidadania em uma democracia formal de ordem liberal esbarrou numa cultura construída historicamente que baseava as relações entre os indivíduos concretos.

A vitória do norte na Guerra da Secessão não livrou os negros e as negras de perseguições e nem promoveu a sua segurança jurídica. As violências físicas e simbólicas seguiram caracterizando um quadro de segregação e de coisificação do corpo negro como um não sujeito de direitos e sem legitimidade social compartilhada das leis que acabaram tornando o escravismo ilegal nos EUA. No sul, a segregação chegava a quadros de violências físicas públicas e explícitas organizadas, inclusive mobilizando argumentos de base religiosa da ideologia *WASP*<sup>13</sup> para justificar a condição de escravizado dos negros e das negras por parte dos escravistas. No entanto, a segregação racial nos EUA estava inscrita nas cidades de costa a costa do país, traduzida na divisão territorial das cidades e nos postos de trabalho formal precarizados ou pela informalidade, fato semelhante ao ocorrido na América Latina. O acesso aos direitos, ainda que eles existam formalmente, demanda legitimidade social e uma política de Estado específica para se concretizar, no caso dos negros e das negras.

Ao considerarmos que a base moral na qual os EUA estão calcados juridicamente como Estado democrático de direito, os conflitos sociais na interação coletiva entre indivíduos concretos produziram certos constrangimentos ao conquistador. O fato de sua sociedade dita civilizada promover sistematicamente atos de barbárie contra determinados indivíduos, cidadãos *americanos* no sentido formal da lei, contradiz seus próprios valores morais de Estado e de sociedade através dessas práticas sociais compartilhadas e legitimadas. Isso indica

---

<sup>13</sup> Um grupo representante dessa ideologia é a Ku Klux Klan.

a contradição da sociedade racionalizada de ordem liberal e burguesa que Marx critica em sua teoria sobre o capitalismo e a estruturação do Estado moderno. Outro ponto que podemos analisar para compreendermos a segregação na sociedade estadunidense e as ações de Estado é que o processo civilizador de Elias também funciona como uma espécie de autocontrole social de indivíduos e grupos sociais reflexivos sobre suas ações para construir uma coesão social legitimável.

No Oeste dos EUA, a abertura da estrada de ferro transcontinental e o avanço sobre as terras que eram do México foram delimitando as fronteiras atuais daquele país. Um novo tipo de urbanização também foi sendo construída. O contato mais direto com os chamados *chicanos*<sup>14</sup>, forma generalista e pejorativa que os estadunidenses se referem aos latino-americanos, foi constituindo outro ator social, além do negro, na relação dialética e conflituosa da formação étnica e racial dos EUA: o imigrante latino. Apesar de outras etnias terem imigrado e sido inferiorizadas em relação ao tipo ideal *WASP*, como o caso dos asiáticos, por exemplo, aos latinos e aos negros foram remetidos comportamentos indesejáveis, valores morais depreciativos e passíveis de criminalização por parte das classes dominantes de forma sistemática. Esses dois sujeitos da marginalização foram historicamente construídos como uma espécie de antítese do ideal *WASP*, ainda que compartilhassem alguns elementos sociais, como no caso da religião da população negra, ou a brancura relacional dos latinos. Outro fator é a construção do ideário do caubói, personificação da força da lei por meio da imagem do *WASP*, do Estado e da civilização sobre o oeste selvagem e contra os indígenas e, posteriormente, contra os *chicanos*, vai se enraizando na cultura de determinadas localidades estadunidenses e construindo um signo de identidade social.

Os EUA, no fim do século XIX, já se encontravam num estágio avançado de produção industrial e de urbanização. Nesse sentido, a noção de *urbanidade* aos moldes europeus pode ser identificada com mais nitidez. A ideia de consumo dirigido indicava a inclusão precária dos negros e dos *chicanos* na sociedade, que ao mesmo tempo era produtora e consumidora, ou seja, a dimensão do consumo era o componente principal da medida de cidadania destes dois sujeitos históricos. O acesso aos direitos sociais, políticos e civis e seus sujeitos é graduado pela classe, pela cor e pela etnia, além de questões de gênero. No entanto, a industrialização e a urbanização dos EUA foram atrativas para imigrantes europeus, como

---

<sup>14</sup> Originalmente, o termo *chicano* foi referente ao Mexicano, mas é uma indistinção fronteiriça e preconceituosa dos EUA sobre a América Latina, como se “todos fossem a mesma coisa”. No Brasil, podemos identificar este tipo de preconceito regional nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo a respeito dos nordestinos: no primeiro, eles são chamados de “paraíba”; e no outro de “bairianos”. Outro termo pejorativo e violento simbolicamente contra os imigrantes latino-americanos é “*cucaracha*”, barata em castelhano.

poloneses e italianos. A “*América como terra das oportunidades e da liberdade*” começa a ser um símbolo de ideário liberal e capitalista a ser atingido como um sonho possível, simbolizado pela Estátua da Liberdade, primeira imagem que o imigrante recém-chegado à Nova Iorque pelo mar aos fins do século XIX e início do século XX. As cidades começam a se multifacetar e se tornam mais complexas, introduzindo outros tipos de culturas e de indivíduos que podem ser enquadrados como “*civilizados*” ou “*incivil*”, no caso, “*americano*”; ou qualquer prefixo linguístico que ateste a sua condição de não *WASP*.

A Escola Sociológica de Chicago é um marco nos estudos urbanos nos EUA. A partir das proposições teóricas de Max Weber e de Georg Simmel, o jornalista e sociólogo estadunidense Robert Ezra Park, que teve contato direto com Simmel em razão do seu doutorado em Heidelberg, escreve o artigo *The City (a cidade)*<sup>15</sup>, em 1915, sendo um texto demarcador dos estudos urbanos nos EUA como campo sociológico. Park, juntamente com outros sociólogos, como William Thomas, Louis Wirth, Florian Znaniecki, por exemplo; constroem e consolidam a Escola Sociológica de Chicago como referência dos estudos sociológico urbanos no início do século XX. As contribuições metodológicas da Escola de Chicago para a Sociologia que podemos apontar são: (i) a introdução da estatística, ou métodos quantitativos; e (ii) o método etnográfico como possibilidade de análise dos fenômenos urbanos<sup>16</sup> na pesquisa social. Dessa forma, A Escola Sociológica de Chicago parte da premissa de que o objeto de pesquisa não é o “*outro*”, e sim o “*próximo*”, ou seja, o estranhamento do que é socialmente dado e construído (COULON, 1995).

Robert E. Park recorre a termos originários da Biologia para constituir seus modelos explicativos sociologicamente para a cidade, adotando o conceito de Ecologia Humana. Este conceito foi produzido a partir da ideia de que os seres vivos fazem parte de uma rede complexa de organismos conexos, e não como indivíduos. Assim, Park entende que dois princípios ecológicos são centrais para os estudos urbanos: dominação e sucessão. A dominação seria o processo de competição que determina as áreas da cidade e o lugar do indivíduo nessa sociedade, identificado por uma disputa territorial com componentes econômicos e sociais. Park entende que essa dominação é a interação humana mais elementar, universal e fundamental, sendo o processo pelo qual a organização distributiva e ecológica da cidade é construída. A sucessão pode ser ilustrada pelos processos de deterioração física de

---

<sup>15</sup> Título completo e origem em inglês: *The City: Suggestion for the Investigation of Human Behavior in the City Environment*.

<sup>16</sup> Nesse sentido, a contribuição da Escola de Chicago pode ser atribuída também para a construção da Antropologia Social.

imóveis e pela presença de populações de baixa renda, mas pode ser também o processo inverso, o que constitui espaços qualificados e não qualificados na cidade. Nesse sentido, podemos identificar nos argumentos de Park sobre a cidade o conflito, tal como Simmel categorizou sociologicamente, e de tipos ideais, de Max Weber, para construção de um sujeito histórico e ator social: o “*homem marginal*”.

Podemos interpretar este “*homem marginal*” de Park como uma espécie de antítese interseccional do *WASP*. A especulação imobiliária e o encarecimento do solo urbano fizeram surgir bairros ricos em áreas mais agradáveis de Chicago, enquanto nas áreas mais industriais e insalubres foram surgindo cortiços em áreas consideradas degradadas da cidade. Os valores dessa estrutura urbana eram refletidos em seus moradores e internalizados como áreas vocacionadas. As origens étnicas e raciais são consideradas por Park para a construção deste tipo sociológico, além das sociais e econômicas. A partir de uma análise comparativa entre o processo de urbanização da América Latina e o dos EUA, alguns sujeitos históricos são identificados como marginais nos dois processos, como o caso do negro e do indígena. Outros figuram de maneira ambivalente, como o caso do italiano, ora marginal (caso dos EUA), ora tipo ideal de cidadão urbano (Brasil). Há ainda o tipo ideal em todos os cenários: o *WASP*.

No entanto, as expressões culturais dos marginalizados nos EUA também dão a energia social das cidades estadunidenses a partir das suas periferias, segregadas e criminalizadas, também como estratégia social. O multiculturalismo construído nos EUA parece se dissociar da ideia de miscigenação étnica e racial, ou se caracteriza por colocar essa questão de maneira secundária. Observamos que a urbanização dos EUA nos indica a complexidade do seu processo de democracia política e igualdade jurídica nas suas dimensões formais, apontando para o conflito entre a cidade ideal e a cidade real pela categorização de seus habitantes.

Os EUA foram constituídos e caracterizados pela construção de metrópoles industriais e a concentração dos mais variados tipos humanos convivendo dentro delas. O seu modelo capitalista e sua democracia de ordem liberal se tornaram referências mundiais no século XX, materializados e expressados em suas cidades como sinônimo da noção de *urbanidade*, em especial para a centralidade de Nova Iorque. Além disso, os EUA atingiram um grau de hegemonia cultural, social e intelectual de maneira global, através da indústria, do consumo e

de suas universidades e seus museus como lugares de referência de produção do conhecimento científico<sup>17</sup>.

Sobre a mundialização das cidades, percebemos a partir da nossa tentativa e esforço para uma construção histórica desde a antiguidade até a era contemporânea que, via de regra, existia uma ocupação administrativa dos territórios conquistados através da colonização. Como os EUA, sem ser um país colonizador<sup>18</sup>, ao contrário, colonizado, conseguiram se tornar uma potência mundial e impuseram um estilo urbano de viver? Por que a América Latina, com maior centralidade, não foi capaz de produzir uma potência dessa maneira como os EUA se caracterizaram? Quais fatores históricos e sociais podemos apontar como constitutivos da dominação, da abrangência e da hegemonia dos modelos de cidades estadunidenses<sup>19</sup>?

Explicações preliminares podem dar conta dessas perguntas, porém elas desdobraram outras problematizações sociológicas, e é daí que partiremos para a construção e a análise de nosso objeto de pesquisa: a *cidade segura*. O modelo estadunidense de cidade pode ser posto em paralelo com a ideia de civilização de Park, que absorveria grupos étnicos e “estrangeiros” pela secularização de seus valores sociais, culturais, morais e religiosos pela dominação socioeconômica, se aproximando das definições de Weber sobre os tipos de dominação e a de Georg Simmel sobre a natureza sociológica do conflito, sendo que as culturas se tornariam civilização, em contraste da afirmação antropológica de Rouland (2003) sobre as civilizações serem formas de culturas datadas. A partir da perspectiva socioeconômica em que a cidade moderna é o símbolo do capitalismo e a noção de cidade é intrínseca à de civilização, podemos interpretar que a racionalidade capitalista se pretende parâmetro universal de civilidade através da *urbanidade*, através do consumo dirigido. A cidade ganha contornos de disputa ideológica em sua definição conceitual e em sua proposição concreta e de intervenção na construção do real.

A constituição de uma ideologia política capitalista, traduzida pelo liberalismo e pelo neoliberalismo, é uma forma de dominação simbólica que estrutura o modelo estadunidense

---

<sup>17</sup> A própria Escola Sociológica de Chicago pode ser apontada como exemplo dessa predominância estadunidense no campo científico, no que tange temas urbanos.

<sup>18</sup> Em decorrência da Guerra Hispano-Americana, travada contra a Espanha, em 1898, os EUA conquistaram a posse das colônias espanholas no Caribe e no Pacífico. A guerra teve início a partir da intervenção estadunidense nos movimentos independentista de Cuba. Algumas possessões dessa guerra seguem sob a tutela administrativa de Washington, como Porto Rico. No entanto, a expansão estadunidense não se caracterizou por este tipo de ocupação territorial.

<sup>19</sup> Observamos que nos EUA há modelos de competição que se transformaram ao longo da história daquele país (Las Vegas, Nova Iorque e Atlanta são exemplos dessa diversidade). Porém, salientamos que como marca de cidade, as estratégias do urbanismo estadunidense são verificados como hegemônicos como referência.

de cidade como pretensamente mundial. A este tipo de dominação podemos dar o nome de *imperialismo*. A ideia de imperialismo tem origem na perspectiva marxiana, na qual o sistema capitalista atua como forma de dominação econômica e política nos países nos quais ele encontra espaço para se desenvolver. Dessa forma, nas palavras do sociólogo e filósofo boliviano René Zavaleta, o imperialismo é “*una determinación estructural está siempre revelada por su forma ideológica, y la combinatoria de ambas, estructura e ideología, debe producir siempre una política*” (ZAVALETA, 2009, p. 291).

A ideologia neoliberal também engendrou a ideia de que pan-americanismo estadunidense começa a “*civilizar*” a América Latina, a primeira grande área de atuação internacional dos EUA no início do século XX. A filósofa venezuelana Alba Carosio descreve dessa forma o processo de expansão do capitalismo dos EUA na América Latina:

A principios del Siglo XX, América Latina comenzó a ser “civilizada” y el futuro debía ser su asimilación a los designios de la gran nación del Norte. (...) La construcción de un mercado hemisférico fue también la de un sujeto colonizado por el consumo, una subjetividad deseante de las “nuevas necesidades” impuestas por el mercado y subordinada a la aspiración de llegar a ser un consumidor respetable. (...) Detrás de lo que llamamos progreso técnico se escondían profundas modificaciones sociales. (...) la imitación de estos estilos de vida por la élite latinoamericana consumista e individualista, es causa del subdesarrollo de la periferia (CAROSIO, 2010, p. 7-8).

As dimensões e proximidades geográficas podem ser explicações para a América Latina ser uma área de influência dos EUA, porém a influência estadunidense atingiu um nível global. O mundo foi se tornando cada vez mais urbano e conectado, em grande parte por conta da criação de novas necessidades do capitalismo e sua relação com os aparatos estatais. A União Soviética, de orientação marxista e antagonista geopolítico dos EUA em grande parte do século XX, se mostrava ideologicamente contra a constituição de metrópoles por este modelo ser o uma espécie de marco civilizacional do capitalismo (LEFEBVRE, 2008), não foi capaz de barrar este modo de vida concentrado nas cidades. No entanto, essa discordância aponta para outros tipos de modelos de cidade em disputa a partir de determinadas territorialidades e significações locais do que é a noção de *urbanidade*.

A ideia de absorção de valores locais pela secularização civilizacional através da dominação socioeconômica defendida por Park pode ter efeito inverso. A construção de sujeitos ou de não-sujeitos históricos de direito apresentam construções sociais e culturais diversas que podem ressignificar também essa secularização. O próprio EUA é simbólico nesse sentido, porque conseguiu converter as proposições da Revolução Francesa em decisões efetivas e estruturantes a partir de seus valores, antes mesmo que os franceses, e propagá-los por meio da ideologia e do *imperialismo*. Resgatando a afirmação de Weber sobre o



capitalismo ser uma forma de “*escravidão sem patrão*”, parece que para determinados sujeitos históricos a possibilidade de ascensão social pelo consumo e a vida nas cidades são mais palatáveis.

A dimensão do consumo evidencia também que os valores propagados pela ideologia liberal são interpretados de maneira relacional e apresentam variáveis culturais. Sem embargo, podemos afirmar que o Estado democrático de direito e o capitalismo não foram implementados de maneira uniforme nas diferentes partes do mundo. A divisão social do trabalho e o valor dado e atribuído ao trabalho são pautados pela ideologia do *vencedor* e do *perdedor*. Essa divisão é baseada na ideia de competição associada à sociedade capitalista na qual o sucesso é medido principalmente pela dimensão material e por uma pretensa igualdade entre os indivíduos. Porém, essa igualdade de condições não se verifica na realidade concreta pela análise histórica das construções de sujeitos da marginalização.

Essa diferença também se aplica à constituição das cidades. Viver nas cidades implica conviver com um número cada vez maior de estranhos e parece gerar insegurança, o que demanda o sentimento inverso. Zonas de conforto como a construção de áreas qualificadas para manter as classes dominantes distantes de determinados tipos sociais indesejados, que podem ser definidos por questões de origem étnica e racial, socioeconômica, cultural, religiosas, de gênero e, até mesmo, sanitárias; construindo a marginalidade material das cidades em suas periferias, sendo a tradução de vitória. A cidade ganha valor de uso e valor de troca e o conceito de segurança torna-se polissêmico, considerando que a cidade também é um fator criminal, além de ser entendida como lugar privilegiado de circulação de capital e especulação imobiliária. Então, como um processo tão contraditório conseguiu ser tão bem sucedido no sentido de abrangência mundial e temporal? De fato, a questão material é indicativa para compreendermos o sucesso histórico do empreendimento humano que chamamos de “cidade”, mas ela não esgota a análise desse processo contínuo e, podemos até dizer, racionalmente improvável de sociedade.

Finalmente, a partir desse processo histórico e dialético das cidades podemos formular o cenário no qual estamos propondo a conceituação sociológica do objeto *cidade segura*. A mundialização das cidades passa para uma nova fase, as cidades globais. Nesse sentido, o contexto dessa *cidade segura*, construída por meio da polissemia de segurança como categoria sociológica de análise, é a *sociedade urbana*. A partir da argumentação teórico-metodológica e conceitual do sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre sobre o fenômeno urbano, buscaremos construir nossa tese sobre o conceito de *cidade segura* e sua aplicação

universal ou não concretamente, através das dimensões sociais, econômicas, jurídico-políticas, culturais e históricas para identificarmos como é promovida essa segurança urbana.

### 3. MUNDIAL OU GLOBAL? - A SOCIEDADE URBANA E AS DISPUTAS IDEOLÓGICAS POR UM MODELO DE CIDADE

Fizemos na sessão anterior uma espécie de genealogia arqueológica para contextualizar o processo histórico das cidades. Verificamos que esse modelo de construções materiais, de intervenção humana direta na natureza e de concentração de pessoas é universal e de abrangência mundial. As diferentes formas e formulações de estilos de cidades como expressões culturais e civilizacionais foram abordados de maneira geográfica e socialmente como transformações através dos tempos. Dessa forma, chegamos ao modelo capitalista de cidade na modernidade, originada da indústria europeia, apesar de seu expoente de sucesso mundial ser os Estados Unidos da América.

A partir dessa contextualização, identificamos quatro eixos norteadores deste modelo: Estado, sociedade, mercado e território. O Estado como estrutura geral responsável pela regulação da vida através da formulação das leis; a sociedade como um conjunto de classes sociais; o mercado como base de divisão social do trabalho, de produção e de acesso ao consumo; e o território representam a forma material dessa divisão no espaço urbano a partir da ideia de áreas vocacionadas. O modelo de cidade estadunidense também é a expressão da ideologia liberal e, posteriormente, neoliberal intrínseca ao capitalismo.

A expansão estadunidense como potência foi *sui generis* porque foi a primeira grande conquista e colonização através da ideologia. Os EUA como primeiro Estado democrático de direito da era moderna caracterizaram os seus domínios por meio do imperialismo socioeconômico, político e cultural sem a ocupação territorial administrativa de forma direta. No século XX, com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria contra a União Soviética, Nova Iorque se consolida definitivamente como cidade protagonista no processo de modernidade para pós-modernidade no lugar de Paris, como centro de referência cultural mundial e capitalista.

Na oposição entre União Soviética, de orientação comunista, e os EUA, liberal, Nova Iorque é transformada em centro da “civilização ocidental”, uma capital deste mundo, nos quais os grupos dominantes dos campos políticos, empresariais, militares, intelectuais e artísticos, que começam a se autoproclamarem de “primeiro mundo” (IANNI, 2003, p. 128-129). Essa hierarquização também está inscrita no gigantismo das construções de Nova Iorque, dando a ela *status* de megalópole e construindo os seus sentidos e significados, em que “(...) presença e a profusão de tais formas gigantescas fazem de Nova York um local rico e estranho para viver (...) onde novos significados estão sempre brotando e caindo das

*árvores construídas*” (Idem, p. 131). Nesse sentido, a cidade e o continente americano podem ser interpretados como laboratórios nos quais o experimento estadunidense parece ter sido o mais bem sucedido no quesito urbano.

A Guerra Fria terminou no início na década de 1990, com a derrocada da União Soviética. Aparentemente, os EUA estariam com o caminho livre para a sua expansão ideológica e seu modelo urbano. No entanto, outros modelos alternativos foram surgindo em lugares geograficamente distintos, o que consolidou o mundo como um lugar eminentemente urbano. Até os blocos socialistas se basearam em cidades. A noção de globalização emerge como fenômeno social complexo que aponta para os signos da pós-modernidade e os dilemas da “modernidade tardia” inscritos nas cidades, como a violência e o crime, a desigualdade e a pobreza, em diferentes partes do planeta em que o capitalismo e o Estado democrático de direito chegaram de maneira formal. As incertezas e os conflitos se tornaram uma constante na sociedade globalizada, indicando a pertinência da segurança como categoria sociológica para os estudos das cidades. Sem embargo, é necessário conceituar sociologicamente o que é a sociedade urbana.

### **3.1. A Sociedade Urbana e o Direito à cidade: contribuições teórico-metodológicas de Henri Lefebvre para a conceituação do urbano**

Henri Lefebvre parte de uma matriz de pensamento marxiano para construir sua tese sobre o urbano. Das suas contribuições de estudos deste campo escolhemos dois livros para este trabalho e seus conceitos-chave que nortearam o desenvolvimento conceitual do urbano em nossa tese: *A revolução Urbana* (2008) e *O Direito À Cidade* (2016). No primeiro, Lefebvre aborda as disputas ideológicas sobre o urbano a partir da construção de um objeto de análise: a *sociedade urbana*. No outro, ele define de maneira propositiva o *direito à cidade* como fonte principal da *sociedade urbana*. Nesse sentido, esses dois conceitos-chave da teoria de Lefebvre sobre o urbano indicam a aplicação de modelos diferentes de cidade e como os atores sociais interpretam e ressignificam o espaço urbano a partir de uma sociabilidade dialética.

A premissa teórica de Lefebvre é a universalidade do fenômeno urbano. Ele se refere ao *urbano* e não mais à *cidade* para estudar o “real” (LEFEBVRE, 2008, p. 49). Tal fenômeno, para Lefebvre, possui um caráter de totalidade altamente complexo em ato e em potência (LEFEBVRE, 2016, p. 111). Nesse sentido, o teórico identifica a transformação do mundo rural para um mundo urbano, afirmando que o *urbano* pode ser definido como

justaposição e sobreposição e por ser fascinante porque nele a centralidade sempre é possível. A partir disso, ele desenvolve o seu método *regressivo-progressivo* para analisar essas transformações estruturais e estruturantes. Esse método não é histórico na acepção habitual do termo, pelo fato do virtual permitir que o realizado seja situado através de: “*Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: regressivo [do virtual ao atual, do atual ao passado] e progressivo [do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo].*” (LEFEBVRE, 2008, p. 31). Lefebvre entende que o tempo histórico recortado pelos modos de produção pode causar ininteligibilidade por ser entendido como totalidade.

O método *regressivo-progressivo* de Lefebvre analisa como diferentes temporalidades podem coexistir no urbano. É necessário datar as relações sociais entre os sujeitos, além da descrição detalhada do objeto para discernir as contradições históricas dessas temporalidades distintas, construindo uma determinada realidade imaginada, vivida e percebida. O método regressivo é caracterizado pela transdução do método dialético marxista para o triádico, sendo distinto dos métodos indutivo e dedutivo. Para este método, Lefebvre define transdução da seguinte maneira:

É uma operação intelectual que pode ser realizada metodicamente e que difere da indução e da dedução clássicas e também da construção de ‘modelos’, da simulação, do simples enunciado das hipóteses. A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto *possível*, e isto a partir das informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por essa realidade. A transdução pressupõe uma realimentação (*feedback*) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas. Sua teoria (metodologia) formaliza certas operações mentais espontâneas do urbanista, do arquiteto, do sociólogo, do político, do filósofo. Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento da utopia (LEFEBVRE, 2016, p. 109).

Lefebvre parte do pressuposto que as ciências parcelares, ou particulares, não são capazes de dar conta do fenômeno urbano. Ele argumenta que “*o fenômeno urbano não pode ser definido nem pela soma e nem pela síntese, nem pela superposição delas*”, concluindo que nesse caso o urbano não é totalidade (LEFEBVRE, 2008, p. 154). Contudo, Lefebvre não invalida tais ciências para o estudo do fenômeno urbano, afirmando que “*cada descoberta no âmbito das ciências parcelares permite uma análise nova do fenômeno total*” e, do ponto de vista metodológico, é recomendável abordar este fenômeno “*pelas propriedades formais do espaço antes de estudar as contradições e os seus conteúdos, ou seja, de empregar o método dialético*” (Idem, p. 52).

O aprofundamento das ciências parcelares evidenciam resíduos do urbano por suas análises, mas que esses resultados fragmentados não constituem conhecimento sobre o

urbano. Segundo Lefebvre: “*sem os procedimentos progressivos e regressivos (no tempo e no espaço) da análise, sem esses múltiplos recortes e fragmentações, é impossível conceber uma ciência do fenômeno urbano*”. O problema presente é como fazer a passagem de saberes fragmentados ao conhecimento total, ou, “*como definir essa exigência de totalidade?*” (LEFEBVRE, 2008, p. 58). Portanto, podemos entender que a proposição de Lefebvre ao defender o seu método *regressivo-progressivo* como ferramenta de análise do urbano é, também, uma proposta de *ciência do urbano*.

A questão das ciências parcelares é importante no que se refere à construção de um objeto sociológico sobre os fenômenos urbanos, como pretendemos nesta tese. Lefebvre faz referência direta à Sociologia, afirmando que um dos seus ramos é uma ciência parcelar que estuda o urbano: a Sociologia Urbana. Primeiramente, ele afirma que o conceito de cidade se transformou em um “*pseudo-conceito*” sociológico, tendo em vista que este conceito não corresponde mais como objeto social, ainda que a cidade tenha uma existência histórica considerável, e defendendo que “*o ‘objeto’ sociológico ‘real’, neste caso, é a imagem e, sobretudo, a ideologia!*” (LEFEBVRE, 2008, p. 59).

No caso da Sociologia Urbana, Lefebvre considera a possibilidade futura de um estatuto científico definível desde que haja uma “*crítica das necessidades e das funcionalidades, das estruturas, das ideologias e das práticas parciais e redutoras*”. Ele estende essa crítica à Sociologia Geral ao afirmar que “*nos marcos da indústria, essas disciplinas só eram capazes de oscilar entre o papel de serviços de interesses (privados e públicos) e o discurso ‘contestador-contestado’*” (LEFEBVRE, 2008, p. 128-129).

Segundo Lefebvre, há uma ambivalência na definição do *fenômeno urbano* como *fenômeno social total* para os sociólogos:

O *fenômeno urbano* seria o *fenômeno social total* tão procurado pelos sociólogos? Sim e não. Sim, no sentido em que o urbano caminha para a totalidade sem jamais atingi-la, em que ele se revela totalizador por essência (a *centralidade*), sem que essa totalidade se efetue jamais. Sim, no sentido em que nenhum determinismo parcial, nenhum saber parcelar, o esgota.; ele é, ao mesmo tempo, histórico, demográfico, geográfico, econômico, sociológico, psicológico, semiológico, etc. Ele ‘é’ isso e ainda outra coisa (coisa ou não-coisa!), por exemplo, *forma*. Isto é, vazio, que exige, porém, um conteúdo: evocação do conteúdo. Se o urbano é total, não o é à maneira de uma coisa, enquanto conteúdo (este ou aquele) reunido aqui ou ali, ele o é à maneira do próprio pensamento que persegue indefinidamente sua concentração, que não pode limitar-se a ela e nem mantê-la, que reúne sem cessar seus elementos e descobre o que reúne numa concentração outra e nova. A centralidade define o utópico (o que não tem lugar e o procura). O utópico define a centralidade (LEFEBVRE, 2008, p. 154).

Para Lefebvre, tanto a Sociologia Geral como a Sociologia Urbana podem se constituir em conhecimento científico ao reconsiderar suas categorias e conceitos sobre o fenômeno

urbano. Nesse sentido, o teórico vai defender que o objeto sociológico, ainda que não dependa somente da Sociologia, é a *sociedade urbana*.

### 3.1.1. A sociedade urbana segundo Lefebvre

Para defender a sua tese sobre o fenômeno urbano como objeto de análise, Lefebvre faz a distinção entre os conceitos de cidade e de sociedade urbana. A definição acaba com a ambiguidade dos dois termos, porque indica relações sociais e de produção que são solidárias a cada tipo urbano, assim, o teórico afirma que comparar “*sociedades urbanas*” que não são comparáveis é um equívoco (LEFEBVRE, 2008, p. 13). Essa sociedade nasce da industrialização, que domina e absorve a produção agrícola, acarretando a explosão das antigas formas urbanas. Nesse sentido, Lefebvre formula a hipótese inicial de que a *sociedade urbana* é caracterizada pela urbanização completa da sociedade – ora virtual e real amanhã – que apresenta como problema teórico identificar as discontinuidades em relação às continuidades. Portanto, Lefebvre define a sociedade urbana como objeto virtual.

Lefebvre afirma que o conceito de “*sociedade urbana*” emerge como resposta a uma necessidade teórica (LEFEBVRE, 2008, p. 16). Mais que um fato consumado, o conceito de sociedade urbana designaria a tendência, a orientação, a virtualidade, sem comprometer a análise crítica da realidade. A hipótese teórica de Lefebvre sobre a sociedade urbana como objeto virtual parte de uma concepção metodológica e epistemológica na qual ele afirma que “*se esse ‘objeto’ se situa além do contestável (empírico), nem por isso ele é fictício*” (Idem, p. 14). Considerado possível, não como realidade acabada, mas como abstração científica unicamente (legítima) a partir da prática urbana. A sociedade urbana como objeto virtual pode ser entendida por dois conceitos: a sociedade planetária e a “*cidade mundial*”, observando as crises nos meios de produção e sua fase crítica, caracterizada pela incerteza e pela perplexidade (Ibidem, p. 26-27).

A perda da autonomia da produção agrícola para a indústria é um dos indicadores da tendência da urbanização completa da sociedade. Lefebvre defende que o domínio da cidade sobre o campo é caracterizada através da força de atração dos meios de produção que faz com que a população acompanhe e se concentre onde eles, os meios, estão localizados, processo que faz o tecido urbano proliferar, estender-se e corroer os resíduos da vida agrária (LEFEBVRE, 2008, p. 15). Lefebvre afirma que a explosão da grande cidade pela presença de periferias e de cidades da região metropolitana é o ponto de imposição de sua hipótese: a urbanização completa, argumentando que:

Enquanto esse processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

Lefebvre aborda também o processo de *Implosão-explosão* no fenômeno urbano. A *implosão-explosão* é a contradição dentro do processo histórico da urbanização, que consiste na enorme concentração urbana [pessoas, atividades, riquezas de coisas e objetos, de instrumentos, de meios e de planejamento e a imensa explosão], a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos [periferia, subúrbios, etc] (LEFEBVRE, 2008, p. 24). Lefebvre descreve o surgimento de aglomerados parcamente urbanos, que ele vai conceituar de *conurbação* ou *zona crítica*. Dessa forma, Lefebvre entende que o fenômeno urbano não é harmonioso, porque sua característica principal é o conflito oriundo das suas contradições.

O método *regressivo-progressivo* de Lefebvre indica que a *sociedade urbana* é o resultado de um processo histórico dialético. Os três tipos históricos de cidade formulados pelo teórico (*política, mercantil e industrial*) sinalizam a construção do seu objeto de pesquisa e suas temporalidades e sua virtualidade, observando que o seu referencial é a contextualização histórica do urbano na Europa.

Em todos os casos apresentados para compreender o fenômeno urbano e a *sociedade urbana*, Lefebvre afirma que há três conceitos essenciais para estudar a cidade: função, forma e estrutura. A partir desses três conceitos, o teórico faz sua crítica radical ao urbanismo no plano teórico e no plano prático ao analisá-lo como ciência e como ideologia, uma vez que eles foram restituídos pelo pensamento urbanístico num contexto ampliado. Para essa crítica, ele parte da premissa que o urbanismo é uma prática social com caráter científico e técnico, que aparece como forma de ordenar o caos e a desordem, que atualmente a realidade urbana aparenta (LEFEBVRE, 2008, p. 59). Ademais, para Lefebvre, os conceitos de função, forma e estrutura são necessários, mas insuficientes para definir o fenômeno urbano (Idem, p. 107).

Segundo Lefebvre, o urbanismo se apresenta como doutrina/ideologia, ou seja, como verdade total e dogma, a partir de informações precisas que definem espaços de maneira arbitrária e perigosa. Isso apresenta um risco à medida que pode ocasionar a redução-extrapolação da cidade como rede de circulação e consumo, centro de informações e decisões é uma ideologia absoluta (LEFEBVRE, 2016, p. 48). O teórico argumenta que ideologias totalizadoras se convertem em práticas redutoras e parciais na interpretação do urbano, a subordinar a realidade urbana à planificação geral (LEFEBVRE, 2008, p. 51):



O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história e da consciência (...) O urbanismo saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde. Médico do espaço, ele teria a capacidade de conceber um espaço harmonioso, normal e normalizante (LEFEBVRE, 2016, p. 49).

Nesse sentido, podemos interpretar o urbanismo como forma de racionalização do espaço urbano com fins de dominação de classe a partir da divisão social do trabalho. O conceito de tecnocracia é interessante para interpretarmos essa dominação, uma vez que ele entende que essa noção aparece como forma de imperialismo de saberes para construção do “*homem síntese*” dessa sociedade urbana. Assim, a divisão social do trabalho como resultado da absorção do conhecimento científico e da cultura, ou seja, do trabalho intelectual, além do trabalho mais físico, pelo mercado, o que indica as instituições como superestruturas que raramente escapam do domínio ideológico do capitalismo, refletindo também as estruturas de classes e as relações de produção e de propriedade hierarquizadas (LEFEBVRE, 2008, p. 61).

O urbanismo tem uma relação simbiótica com a política à medida que o primeiro elabora o espaço da segunda. Lefebvre defende que o urbanismo é uma ilusão de classe dentro de uma sociedade capitalista/neocapitalista, mas também de países socialistas, e esse é um dos indicativos do caráter da universalidade do urbano. Nesse sentido, a instituição Estado seria um obstáculo para a consolidação da *sociedade urbana*, uma vez que a ilusão estatista seria verificada pela ideia de que o Estado seria diretor das consciências e administrador superior, que saberia e poderia gerir os assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos através do urbanismo (LEFEBVRE, 2008, p. 139).

Para Lefebvre, a cidade está em um processo cumulativo relativamente contínuo. Este processo é constituído por relações sociais baseadas nas mais abstratas, jurídicas, políticas e ideológicas orientadas pelos modos de produção que a exprime de maneira imediata, visível e legível no terreno (LEFEBVRE, 2008, p. 32), como podemos verificar a partir do método *regressivo-progressivo* e no decorrer deste texto pela sua contextualização. Porém, a prevalência de uma técnica para a administração do espaço e do território, consequentemente das pessoas, demonstra o tipo de relações assimétricas de poder e de dominação de classes podem ser inscritas no urbano e suas temporalidades e incompletudes. Para Lefebvre, o urbanismo, como técnica de dominação e ideologia de classes acarreta a segmentação desigual das cidades, traduzida materialmente na construção de *guetos*.

Lefebvre afirma que a rua possui um caráter revolucionário para a *sociedade urbana*, mas apresenta argumentos conflitantes sobre a mesma. A favor da rua, o teórico defende que

este é o espaço de encontro e de vida social urbana prejudicado e, até, destruído pela indústria, caracterizada pelos movimentos e pela mistura (LEFEBVRE 2008, p. 27). Para Lefebvre, a “cidade dormitório” é a expressão da aberrante funcionalidade da existência, entendendo que as funções da rua seriam: informativa, lúdica e simbólica. Uma “desordem positiva” que vive, informa e surpreende, ao ponto de ser capaz de construir uma ordem superior. A apropriação e o movimento de pessoas da/pela rua seria também uma forma de segurança contra a violência criminal.

Já pela perspectiva negativa, Lefebvre indica que os encontros de rua são superficiais, via de regra. Segundo ele, essa dinâmica não forma grupos e nem há sujeitos, sendo possível a conexão com a noção de *antipatia urbana* de Simmel (1983). Nessa perspectiva, Lefebvre argumenta que a rua se torna o lugar de desenvolvimento do mundo do mercado, no qual pedestres ficam encurralados e automóveis são privilegiados em uma rede organizada pelo/para o consumo (LEFEBVRE, 2008, p. 28). Dessa forma, os signos capitalistas vão tomando o poder político em potência da rua pela repressão explícita ou velada, além de tornar o consumo mais visível e legível pelas marcas que se caracterizam como símbolos dessa ideologia em seu urbanismo de classe.

Por fim, sobre a *sociedade urbana* aponta para as contradições e os conflitos da triangulação democracia urbana, realidade urbana e segregação. Para Lefebvre, Apesar da vontade de integração e de convívio, a segregação é conduzida pelos critérios de classe (LEFEBVRE, 2008, p. 86). Nesse sentido, “*a democracia urbana implicaria na igualdade de lugares, a participação igual nas trocas globais (...) A centralidade produziria a hierarquia, portanto a desigualdade*” (Idem, p. 114). Essa dinâmica demonstra o risco de saturação; de oportunidades de encontros; de informações; de convergências na realidade urbana. “*Não existem lugares de lazer; de festa, de saber, de transmissão oral ou escrita, de invenção, de criação, sem centralidade*” (Ibidem, p. 91), porém, aceitar essa situação não significa aceitar as ditaduras dos centros de poder e as planificações autoritárias, sendo possibilidades de contestação. Com efeito, Lefebvre defende que o fenômeno urbano e a expansão da *sociedade urbana* acentuaram a crise financeira e econômica das cidades da *sociedade burocrática do consumo dirigido* de maneira mundial, o que nos leva ao outro conceito de Lefebvre para o urbano: o *direito à cidade*.

### 3.1.2. O direito à cidade segundo Lefebvre

Para definir o seu conceito de *direito à cidade*, Henri Lefebvre defende uma relação de causalidade entre a efetivação desse direito e a classe operária. O teórico entende que esse grupo social seria capaz de fazer a transição revolucionária para a *sociedade urbana*, uma vez que essa concepção de direito seria referente à vida urbana transformada e renovada (LEFEBVRE, 2016, p. 118). Contudo, Lefebvre entende como desvio do *direito à cidade* a reivindicação da natureza, como fuga da cidade deteriorada e não renovada, o retorno para o coração da cidade tradicional como forma de nostalgia e de turismo e apelo das culturalidades (Idem, p. 117). Além disso, o teórico argumenta sobre as contradições e os direitos, pela pressão da classe operária para ser reconhecida na dimensão formal da cidadania pela complementação de direitos abstratos pelos direitos concretos, exemplificados pelos direitos: ao trabalho, à habitação, à educação, à saúde, ao repouso, à cultura, etc. Com isso, Lefebvre define o *direito à cidade* como “*forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade*”. (Ibidem, p. 134).

Lefebvre descreve fatores que podem ser obstáculos para a manifestação do *direito à cidade* pelo urbanismo como ideologia de classe. Segundo o teórico, há uma estratégia global de renovação das cidades, com centros de consumo e de decisões planejados (LEFEBVRE, 2016, p. 32). O urbanismo da *sociedade burocrática do consumo dirigido* consistiu em centros privilegiados do consumo como materialização sistematizada da ideologia da felicidade através dessa ação, sendo um consumo programado e cibernetizado como regra e norma para a sociedade inteira. No que tange aos centros de decisões, essa intervenção urbanística reconfiguraria o espaço para concentra os meios de poder: informação, formação, organização, operação, programando uma cotidianidade de satisfações, ou ainda: repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia e marketing). Contudo, Lefebvre defende que esse quadro possibilitaria novas contradições, argumentando que:

Em redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço (LEFEBVRE, 2016, p. 32-33).

Outro ponto é indicado por Lefebvre para desmobilização da classe operária, ou classe trabalhadora, para efetivar o *direito à cidade*. A fascinação e legitimidade dada à burguesia e à elite pelas suas liberdades e suas ostentações por parte dos trabalhadores pode ser um dos

condicionantes de desmobilização. Esse fascínio é mais forte sobre os jovens e as juventudes e sua legitimação é mais “naturalizada”, sendo que a liberdade e a ostentação não estão no cotidiano ordinário da classe trabalhadora, o que indica a exploração dissimulada em “satisfações” concedidas a esta classe (LEFEBVRE, 2016, p. 118). Outro fator apresentado por Lefebvre para o não exercício do *direito à cidade* é a existência de uma massa populacional que vive em cidades satélites ou subúrbios programados (Idem, p. 121). Essa massa populacional não seria “povo”, nem “classe popular” ou “classe operária”, que vive “relativamente bem”, apesar da ameaça permanente do desemprego, que se configura como um terror latente e generalizado, dispensando a ideologia da liberdade e possuindo um cotidiano telecomandado.

Lefebvre afirma que o *direito à cidade* seria uma sobreposição à segregação urbana. O seu argumento se baseia na premissa de que o objetivo político da segregação é privar a classe operária da vida urbana (LEFEBVRE, 2016, p. 104), sendo esse grupo social o único capaz de suprimir esse quadro, porém não de forma isolada. Porém, Lefebvre salienta que não se pode afirmar que a segregação dos grupos seja obra de uma estratégia dos poderes constante e uniforme, nem projeção eficaz das instituições, a vontade de seus dirigentes (Idem, p. 97). O caráter democrático de um regime é mensurado pela sua atitude para com as “liberdades urbanas” e para com a realidade urbana. Nesse sentido, Lefebvre afirma que a iniciativa privada deixa para o Estado o que é mais oneroso: a segurança.

Por fim, apresenta o fator político para a não efetivação do *direito à cidade* por fatores da crise planetária das cidades. Dessa forma, a presença de possíveis contestações públicas e reivindicações coletivas poderiam ser centro de agitações na cidade, sendo ruins para os negócios, como potencial de criminalidade e distúrbio. Lefebvre defende que “*O poder estatal e os grandes interesses econômicos só podem então conceber apenas uma estratégia: desvalorizar, degradar, destruir a sociedade urbana*” (LEFEBVRE, 2016, p. 84). Portanto, podemos entender que a proposição de Lefebvre com o conceito de *direito à cidade* é a construção de novas centralidades e de sujeitos sociais a partir da supressão da segregação urbana, definidas pelo urbanismo como ideologia e ilusão de classe como técnica de controle populacional.

### **3.2. Cidades Globais**

A partir da compreensão e da interpretação dos conceitos de *Sociedade Urbana* e *Direito à Cidade* de Henri Lefebvre desenvolvemos a análise sobre o fenômeno urbano. Estes

conceitos são eixos norteadores teóricos para a pesquisa sociológica. Porém, é necessária articulação com outros conceitos e outras/outras teóricas/teóricos sobre um tema tão complexo. Dessa forma, avançaremos para as definições de cidade-global defendidas pela socióloga holandesa Saskia Sassen, tendo em vista a nova era de relacionamentos que extrapola a ideia de mundialização: a globalização.

Sassen contrapõe Lefebvre ao fazer a distinção entre os conceitos de cidade mundial e cidade global. Para justificar esta distinção, a socióloga defende que o conceito de cidade global é uma tentativa de nomear a diferença e evidenciar a especificidade do global pela estruturação das cidades contemporâneas em relação às formações urbanas do passado. Observamos que Sassen foca nas descontinuidades, nas ditas “*zonas de fronteira*” da cidade, enquanto Lefebvre enfatizou as continuidades em sua teoria. O trecho abaixo é ilustrativo nesse sentido:

Não escolhi a alternativa óbvia, *cidade mundial*, porque ela tem exatamente o atributo oposto: refere-se a um tipo de cidade que temos visto ao longo dos séculos (por exemplo, Braudel, 1984; Peter Hall, 1966; King, 1990) e provavelmente em períodos anteriores na Ásia ou centros coloniais europeus (Gugler, 2004). A maioria das principais cidades globais de hoje também são mundiais, mas certamente pode haver cidades globais que não são cidades mundiais (...). À medida que a economia global se amplia e incorpora outras cidades em suas diversas redes, é bastante possível que um número cada vez maior de cidades não represente cidades mundiais” (SASSEN, 2010, p 24-25)

O objetivo de Sassen é recuperar a importância das cidades no sistema econômico global. O recorte temporal de sua tese é a década de 1980, quando a economia é globalizada, sendo caracteriza pela existência de novas formas sociais entre velhas condições sociais, o que podemos interpretar como a continuidade das contradições capitalistas, como questão sociológica. Para a socióloga, a cidade é o local estratégico para entender algumas das principais tendências que reconfiguram a ordem social no século XXI (SASSEN, 2010, p. 88). Nesse sentido, Sassen defende que o trabalho de campo é necessário para compreender muitos dos novos aspectos da condição urbana (Idem, p. 91). A ideia de ciências parcelares de Lefebvre pode ser contraposta para a construção da cidade como objeto sociológico:

Tradicionalmente, outros ramos de Sociologia tem usado o momento urbano para construir o seu objeto de pesquisas, mesmo quando ele não é urbano. Isso ocorre especialmente porque as cidades também onde tendências importantes interagem de maneiras distintas e muitas vezes complexas, de modo que não fazem na maior parte dos outros espaços (SASSEN, 2010, p. 90).

A questão central das hipóteses formuladas por Sassen é a capacidade para enormes dispersão e mobilidade geográficas no período de intensificação do processo de globalização. As acentuadas concentrações territoriais são necessárias para a administração e a manutenção

dessa dispersão, decorrente da rede crescente de cidades globais. A socióloga destaca a massiva melhoria e expansão de áreas urbanas centrais, mas observa que grandes porções dessas cidades tenham aprofundado a pobreza e a decadência da infraestrutura, reposicionando nacional e globalmente essas cidades e indicando o aumento de transações financeiras entre essas cidades em rede, que se constituem como espaços de poder para operações globais de empresas e mercados por meio de formas materiais e localizadas (SASSEN, 2010, p. 24). Além disso, Sassen argumenta que as corporações transnacionais emergem com capacidade de operar, coordenar e controlar globalmente as novas tecnologias de informação e, assim, essas redes de cidades globais podem exercer funções globais de comando e controle, rearticulando e configurando um novo regime de acumulação de capital parcialmente enraizada na estrutura estatal e sendo um subsetor corporativo ao mesmo tempo (Idem, p. 56 – 57).

Apesar de Sassen ter um foco maior na questão econômica e financeira do urbano, ela não negligencia outros fatores implicados nessa rede de cidades globais. Os fins dessa rede podem ser: Políticos - formais e não formais -, culturais; ativismo - Direitos Humanos, ecologia, de gênero, étnico-raciais, etc. Porém, essa rede apresenta efeitos colaterais como novas redes criminosas que atuam de maneira transfronteiriça, diversificando suas atividades delitivas, desde narcotráfico internacional, terrorismo e/ou transporte ilegal de pessoas (SASSEN, 2010, p. 28). Ou seja, são identificados dois fluxos de capital: o não criminoso e o criminoso. Neste ponto há uma confluência nas teorias de Sassen e Lefebvre, ao defenderem a ideia de conflito no fenômeno urbano. O reconhecimento de sujeitos de direitos ou a identificação de sujeitos de marginalização segue uma construção cultural e histórica local para a legitimação social, sendo essa dinâmica verificada de maneira universal e permanente na era da globalização.

A ressignificação das fronteiras para Sassen implica também a ressignificação do Estado na Globalização. Esse processo também pode ser indicativo do urbanismo como ilusão e ideologia de classes dominantes pela técnica científica, criticada por Lefebvre por ser a antítese do *Direito à Cidade* e da *Sociedade Urbana*. Os Estados não são mais os únicos e nem os mais importantes agentes institucionais dessa nova ordem e passaram por transformações profundas em alguns dos seus componentes fundamentais, defende a socióloga. Há a tendência de déficit democrático e fortalecimento de “legitimidade” de certos tipos de reivindicação e de normas, principalmente de atores econômicos globais. O direito à

propriedade é garantido para empresas transnacionais – tendência de privatização e regulamentação econômica pela política institucional como projeto global, critica Sassen.

Sassen argumenta que há um Estado híbrido. Ela afirma que este Estado não é totalmente privado e nem totalmente público, mas apresenta um peso maior de interesses privados nacionais e estrangeiros em seus processos decisórios. Este movimento acarreta novas capacidades estatais e um novo tipo de autoridade estatal, que se caracterizam por sua formação incipiente, levando desnacionalização parcial do Estado nacional, o que podemos identificar um forte viés economicista nessa consideração de Sassen. No caso da América Latina, os padrões e as regras de regulação do Atlântico Norte são as dominantes nas redes de cidades globais.

Sassen mobiliza *lugar e produção* como categorias sociológicas constitutivas da cidade global como objeto de análise. Ambas as categorias permitem enxergar a multiplicidade de economias e de culturas de trabalho em que está enraizada a economia global da informação. A socióloga parte da afirmativa que esses são processos concretos e localizados para construir o argumento de multiculturalismo das grandes cidades, detectando novos tipos de políticas de desvantagens para trabalhadores (SASSEN, 2010, p. 86), o que pode ocasionar ou aprofundar a desigualdade entre os grupos sociais. No tocante à relação globalização e cidade, ela defende que o capital global depende da força de trabalho imigrante, sendo a imigração como processo constitutivo da globalização (Idem, p. 92). Sassen complementa sua afirmação definindo a imigração e a etnia como fatores constitutivos de alteridade (Ibidem, p. 97). Essas premissas apresentadas pela socióloga apontam perspectivas históricas de países centrais do capitalismo, polos atrativos para imigrantes urbanos, indicando a matriz civilizacional do modelo global de cidade: o Ocidente.

Sobre a estratégia global de urbanização, Sassen se aproxima de Lefebvre ao afirmar que as cidades se tornaram o centro privilegiado de conhecimento, financeiro e de poder político. No entanto, ela enfatiza o aumento da importância dos centros financeiros e da indústria da informação, essa última depende de uma vasta estrutura física, centros com características novas devido à informatização (SASSEN, 2010, p. 93). Isso transpassa a ideia de “*smart city*” e transação / cidade-negócio ou commodities, ainda que a socióloga afirme não haver empresa ou indústria totalmente desmaterializada e, por isso, a necessidade do capital manter grandes centros financeiros de negócios e internacionais. Essas empresas são conceituadas pela hipermobilidade e elevado nível de especialização profissional de seus funcionários (Idem, p. 94).

A tecnologia, a desregulamentação dos mercados e a hipermobilidade do capital são apresentadas por Sassen como forma de ascensão social nas cidades globais. Aumento de salário dos funcionários de alto nível a partir da década de 1980 e essa supervalorização como estratégia e glamour pelo aumento da competitividade desses serviços, podendo constituir uma nova elite urbana através do trabalho e do estudo formais. Podemos relacionar essa nova elite urbana com a legitimidade social dos ricos dissertada por Lefebvre como “*possível-impossível*”. Nesse sentido, a possibilidade de liberdade pelo mercado como promessa da ideologia capitalista pode ser alcançada pela demanda por mão de obra especializada e a necessidade de rapidez para a manutenção do sistema, flexibilizando o conceito de classe trabalhadora e sua interseccionalidade (raça e etnia, classe social e de gênero) na interação social de indivíduos e grupos sociais concretos, o que influencia na interpretação dos sujeitos implicados em uma relação de poder assimétrica.

Por fim, o modelo de cidade global definido por Sassen acentua a desigualdade e estimula a permanência da inclusão precária de sujeitos de marginalização. A expansão desse modelo urbano expandiu a oferta de empregos mal remunerados pela materialização de múltiplas localizações de forma estratégica no contexto de globalização (SASSEN, 2010, p. 100). Essa lógica acarreta a invisibilidade de trabalhadores precarizados, principalmente os terceirizados, pela sua desvantagem social, sendo essa desvalorização legitimada pelas escassas possibilidades de avanço, o que aponta para a cultura de *vencedores e perdedores* como estrutura do capitalismo individualizante. Dessa forma, o consumo dos mais pobres é parcialmente satisfeito, mas estimulado de maneira uniforme como as demais camadas sociais, oportunizando o acesso a serviços ilegais e/ou informais.

### **3.3. Empreendedorismo Urbano**

Após articularmos os conceitos de Sociedade Urbana e direito à cidade, de Henri Lefebvre, com a definição de cidade global, defendida por Saskia Sassen, a partir de agora vamos dissertar sobre outro conceito analítico para compreender as dinâmicas das cidades contemporâneas: o empreendedorismo urbano. O empreendedorismo urbano é o ponto de passagem para a financeirização das cidades, segundo o geógrafo britânico David Harvey, ou seja, ele é a marca da passagem do capitalismo fordista-keynesiano de acumulação para um regime de “acumulação flexível” (HARVEY, 2006, p. 168-169). Nesse sentido, Harvey utiliza o *materialismo histórico-geográfico* como método de análise das transformações do urbano.



Harvey se referencia diretamente em Lefebvre para construir sua teoria do urbano, utilizando inclusive o conceito de *direito à cidade* para sua tese. Ambos os estudiosos defendem que a cidade é uma construção social que passa pela transformação do espaço por meio da ação das classes dominantes. A cidade é entendida como uma concentração geográfica de determinada população que, historicamente, se caracterizou como um fenômeno de classe. O processo de urbanização foi intensificado pelo desenvolvimento do capitalismo, por este sistema demandar menor circulação de bens para aumentar sua acumulação. A crítica de Harvey e Lefebvre reside no fato de o direito à propriedade privada se sobressair às outras dimensões do direito através do urbanismo. Harvey afirma que o *direito à cidade* se caracteriza por um direito comum de poder transformar a cidade de maneira coletiva, se aproximando da definição de Lefebvre sobre esse direito.

Dessa forma, o urbanismo como ideologia e como ilusão de classe pode ser identificado pela divisão espacial do solo por meio do poder político, o que influencia no exercício do direito à cidade e no controle social do território de maneira desigual:

Los individuos tratan de controlar estos mecanismos ocultos que gobiernan la redistribución utilizando el poder político. El proceso global retroactúa sobre sí mismo al nivel de los «valores sociales y culturales», ya que estos valores son a un mismo tiempo causa y efecto. Toda teoría sobre la distribución del ingreso debe basarse en ellos, y sin embargo son susceptibles de cambio: por medio de la asignación de oportunidades dentro del sistema urbano (...) Los efectos exteriores se encuentran localizados, como las oportunidades de empleo y alojamiento, los beneficios de los recursos, las redes de comunicación. etc. El poder político descansa, en parte, sobre una división en zonas” (HARVEY, 1977, p. 85-86).

A diferença de método aponta para os objetivos teóricos de Harvey em relação a Lefebvre. O *materialismo histórico-geográfico* como método de análise busca identificar as variáveis do capitalismo de maneira global, ainda que as condições materiais não sejam postas da mesma forma em regiões distintas e distantes geograficamente. Em outras palavras, o capitalismo não se desenvolveu de maneira homogênea pelo mundo, determinados por aspectos culturais, sociais e históricos que determinaram também o desenho político e jurídico das cidades. Nesse sentido, Harvey defende, de maneira categórica, o capitalismo como produtor de uma geografia histórica distintiva através do seu método:

Os capitalistas como todos os demais, talvez lutem para promover sua própria geografia histórica, mas, também como todos os demais, não fazem isso sob circunstâncias históricas e geográficas de sua própria escolha individual, mesmo quando desempenham um papel coletivo importante e mesmo determinante ao moldar aquelas circunstâncias. Essa relação de duas vias de reciprocidade e dominação (em que capitalistas como os trabalhadores, são dominados e coagidos pelas suas próprias criações) pode ser mais bem apreendida teoricamente em termos dialéticos (HARVEY, 2006, p. 165).

O desenvolvimento diferenciado dos centros urbanos deve ser analisado a partir de premissas e por metodologias que sejam pertinentes à realidade concreta, segundo Harvey. Portanto, as relações de poder também demandam de uma estrutura geográfica para circulação e acúmulo de capital, reconfigurando os projetos específicos de cidade por meio do desenvolvimento histórico e cultural das sociedades, como salientamos no capítulo anterior. No contexto de globalização, essas particularidades urbanas se confundem com demandas globais, o que nos leva a uma triangulação entre os argumentos de Sassen, Lefebvre e Harvey para a definição de cidade global.

Nesse sentido, Harvey dialoga com Sassen, uma vez que as análises do geógrafo apontam para a análise do econômico na constituição do fenômeno urbano. De fato, temos que salientar a temporalidade dos trabalhos, uma vez que Lefebvre defendeu sua tese sobre um objeto virtual, a *Sociedade Urbana*, antes dos avanços tecnológicos descritos e analisados nos trabalhos de Sassen e Harvey, o que só reafirma sua importância teórica pelo grau de verificação de sua tese na contemporaneidade. Porém, Harvey transita entre a descontinuidade de Sassen e a continuidade de Lefebvre em sua teoria a partir do *materialismo histórico-geográfico* como método de análise.

Os paralelos argumentativos de Harvey e Sassen são evidenciados na relação espaço tempo de suas teorias. O geógrafo defende que a anulação do espaço pelo tempo e a sua racionalização apresenta a tendência à concentração, definição próxima à neutralização do lugar e da distância através dos transportes e da economia informatizada nas cidades globais dissertadas pela socióloga. Isso indica a aglomeração em grandes centros urbanos, implicando a divisão territorial do trabalho e dependência de um mercado consumidor local. A sustentação dessa estrutura territorial se dá pela inovação tecnológica, o que produz novas necessidades e novos desejos entre os indivíduos. Ele parte da seguinte premissa: “*a expansão geográfica e a concentração geográfica são ambas consideradas produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para acumulação do capital*” (HARVEY, 2006, p. 52-53). Com isso, a periferia em relação ao centro como raio em expansão produz uma tensão entre concentração e expansão geográfica.

Outro ponto de confluência entre as teorias de Harvey e Sassen é o viés econômico com peso maior nas configurações urbanas, apesar de atores sociais diversos disputarem esse processo. Ele define as cidades capitalistas contemporâneas como configuradas e específicas por práticas espaciais entrelaçadas com recorte de classe e permeadas por conteúdos raciais, de gênero e burocrático-administrativos, indicando atores diversos que possuem objetivos e

compromissos remetentes à sua classe, ainda que haja a hegemonia do controle de força de trabalho (HARVEY, 2006, p. 169). Essa definição tem paralelo com a categorização de lugar e produção apresentada por Sassen para a cidade global.

Para Harvey, a metrópole ainda é segmentada por espaços de produção, o que influencia a governança urbana por meio do empreendedorismo. A governança urbana é mais que “governo urbano”, por se caracterizar numa coalizão de forças mais ampla para a reorganização da vida urbana, em que a administração pública atue como facilitador ou coordenador. A argumentação de Harvey indica um consenso entre os três teóricos (Lefebvre e Sassen), uma vez que “*o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais*”, sendo um processo marcado pelo conflito, “*ainda mais nos espaços ecológicos de densidade social muito diversificado*” (HARVEY, 2006, p. 171). Ele salienta a transmissão da ideia do caráter cívico das alianças comerciais e empresariais no empreendedorismo urbano.

A passagem do administrativo urbano para o empreendedorismo urbano foi uma resposta à crise econômica dos países capitalistas nos anos de 1970. Segundo Harvey, há histórias de sucesso e de fracasso nesse processo, sendo que os benefícios positivos que foram “*obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico*” possuem a ideia de “sucesso” atrelada a essa mudança (HARVEY, 2006, p. 167-168). Voltando à ideia de cidades capitalistas, o dinamismo do capitalismo torna as concepções de urbano e “cidade” instáveis, por deverem refletir as relações mutáveis entre forma e processo, entre atividade e coisa, entre sujeitos e objetos (Idem, p. 170). Nesse contexto de crise e de transição econômicas globais, concomitantes com a crise mundial das cidades, o empreendedorismo urbano ganha força, sendo consolidado a partir do consenso de Orleans (1985):

Os governos urbanos tinham de ser muito mais inovadores e empreendedores, com disposição para explorar todos os tipos de possibilidades para minorar sua calamitosa situação e, assim, assegurar um futuro melhor para suas populações. A única esfera de desacordo dizia respeito a qual seria melhor maneira disso ser feito (HARVEY, 2006, p. 166).

Segundo Harvey, o novo empreendedorismo urbano é caracterizado pela parceria público-privada para atrair investimentos financeiros externos. Ele afirma que autoridade local como facilitador dos interesses do capital declinou. Nesse sentido, o geógrafo mobiliza o exemplo da Tradição dos EUA: o patrocínio federal implantado de maneira local desvaneceu conforme os governos urbanos procuraram recuperar o controle social das populações indóceis por meio da redistribuição de renda e serviços públicos em consequência do

desassossego urbano (HARVEY, 2006, p. 172). Harvey observa que essa parceria público-privada como empreendedor pode estar sujeita aos riscos e obstáculos no desenvolvimento especulativo, porém, o setor público assume este risco mais que o setor privado (Idem, p. 173).

Para este projeto de governança de cidade global, Harvey traça o perfil de prefeitos gestores como tipos ideais para o empreendimento urbano a partir de dois casos concretos em contextos geográficos diferentes:

A formação da coalizão e da aliança é tarefa muito delicada e difícil, abrindo caminho para pessoas de visão, tenacidade e habilidade (como um prefeito carismático, um administrador municipal talentoso ou um líder empresarial rico) imporem uma marca pessoal sobre a natureza e direção do empreendedorismo urbano, talvez para moldá-lo até para fins políticos específicos. Enquanto, em Baltimore, foi uma figura pública como o prefeito Schaefer que desempenhou o papel principal, em Halifaz ou Gateshead, na Grã-Bretanha, foram os empreendedores privados que assumiram a liderança. Em outros casos, foi uma mistura mais intrincada de personalidades e instituições que desenvolveu um projeto específico em conjunto. (HARVEY, 2006, p. 172).

A relação entre empresariado e poder local constituído é uma das dimensões do empreendedorismo urbano. Essa relação tem como objetivo tornar a cidade “apta” para o processo de globalização através da concorrência interurbana. A competição entre as cidades transformadas em *commodity* é um dos traços da financeirização do espaço. Harvey afirma que a conjugação entre empreendedorismo urbano e concorrência interurbana construiu novos padrões de desenvolvimento do espaço urbano, como enobrecimento de áreas degradadas, centros culturais e de entretenimento, *shoppings centers*, etc.; sendo transformado em ambiente favorável para os negócios a partir da regulação de uma infraestrutura por parte da administração pública, assumindo riscos de investimento por projetos urbanísticos (HARVEY, 2006, p. 180).

O novo empreendedorismo urbano aumentou a flexibilidade geográfica pela qual as empresas multinacionais podem abordar suas estratégias localizacionais. Conforme a localidade se torna o lugar de regulamentação das relações trabalhistas, isso também contribui para a crescente flexibilidade das estratégias administrativas em mercado de trabalho geograficamente segmentadas. (HARVEY, 2006, p. 181).

Nesse sentido, o empreendedorismo urbano e a concorrência interurbana são paralelos à ideia de *sociedade burocratizada do consumo dirigido*, maneira pela qual Lefebvre definia a sociedade contemporânea. Essa comparação se dá a nível global no sentido de valor de troca subordinar o valor de uso das cidades globais, ainda que os dois valores coexistam, ora de maneira simbiótica. Porém, Harvey aponta para problemas de ordem estrutural dessa dinâmica urbana, como o estímulo à informalidade. Por um lado, podemos entender este estímulo como uma via de empoderamento de sujeitos marginalizados pela ideia de

empreendedorismo traduzido no aumento de sua renda (SASSEN, 2010), reconfigurando as formas de trabalho. Por outro, a estrutura social da informalidade aponta para a inclusão precária de determinados grupos sociais no pleno exercício da cidadania no fenômeno urbano. A precariedade é configurada como hipótese verificável ao passo que Harvey defende que a concorrência interurbana se apresenta como um “*atoleiro de dívidas*”, sendo o poder público fiador destas dívidas, o que afeta as políticas públicas para as populações mais vulneráveis.

Com efeito, Harvey afirma que o empreendimento urbano é uma camuflagem de problemas sociais e econômicos muito profundos como “história de sucesso”. Segundo o geógrafo, isso constrói uma cidade dupla com centros degradados recuperados e mar de pobreza circundante (HARVEY, 2006, p. 188). A perspectiva crítica de Harvey sobre o empreendedorismo urbano conflui com o conceito de Sociedade Urbana de Lefebvre:

No entanto, a perspectiva crítica sobre o empreendedorismo urbano não revela apenas seus impactos negativos, mas também sua potencialidade para se transformar numa prática corporativa urbana progressista, dotada de um forte sentido geopolítico de como construir alianças e ligações pelo espaço, de modo a mitigar, quando não desafiar, a dinâmica hegemônica de acumulação capitalista, para dominar a geografia histórica da vida social (HARVEY, 2006, p. 190).

Portanto, o viés marxista apresentado nas teorias de Lefebvre e de Harvey contem a ideia de transformação da sociedade a partir da realidade concreta. Essa transformação é somada às redefinições de classe operária e de segmentação espacial urbana dissertadas por Sassen no contexto de cidades globais para a construção de sujeitos ou de não-sujeitos do *direito à cidade* para uma *sociedade urbana*. O urbanismo, a construção dos guetos, o pertencimento social, as ruas, enfim, todas as categorias e noções apresentadas aqui possuem dimensões interpretativas que variam de acordo com as transformações sociais, econômicas, culturais e históricas das cidades. Nesse sentido, a categorização e a conceituação sociológicas instrumentalizaram a nossa análise das dimensões racionais e afetivas do desenvolvimento do fenômeno urbano.

### **3.4. Sistematização de categorias e de conceitos sociológicos**

Os conceitos teóricos de *sociedade urbana* e *direito à cidade* terão como fio-condutor as definições de cidade global e de empreendedorismo urbano em nossa tese. Porém, é necessário sistematizar esses conceitos para construir as categorias sociológicas que articularemos nesta pesquisa para compreendermos o desenvolvimento do fenômeno urbano na era da Globalização. Com efeito, partimos da premissa de implantação heterogênea do

capitalismo por razões geográficas, históricas, culturais, simbólicas e sociais, o que redireciona o olhar dos atores sociais nesse contexto.

Nessa sessão, trabalharemos conceitos e categorias para sistematizar a construção e a compreensão do nosso objeto sociológico. Com base no que já foi exposto, utilizaremos o método comparativo para analisar as diferentes formas que conceitos abstratos e universalizados são aplicados, internalizados e interpretados pelos sujeitos sociais na América Latina. O objetivo dessa sistematização é refinar o objeto de pesquisa para a definição de uma unidade de análise sociológica.

### *3.4.1. Estado democrático de Direito*

Consideramos o conceito de Estado democrático de Direito como aperfeiçoamento formal e ideológico do Estado moderno. A passagem para este modelo pode ser compreendido a partir da ideia de pacificação social e econômica de populações de determinado território por meio dos monopólios do uso da força física e tributários do Estado (ELIAS, 1993, p. 198). Dessa forma, a ideia de democracia é resgatada na modernidade como uma tecnologia de controle não violento, sendo um ideal almejado de maneira coletiva e quase simbiótica à noção de Estado na contemporaneidade como signo civilizacional universal e universalizante:

Hoje a “democracia” é um termo que tem uma conotação fortemente positiva. Não há regime, mesmo o mais autocrático, que não goste de ser chamado de democrático. A julgar pelo modo através do qual hoje qualquer regime se autodefine, poderíamos dizer que já não existem no mundo regimes não- democráticos. Se as ditaduras existem, existem apenas, como dizem os autocratas, com o objetivo de restaurar o mais rápido possível a ‘verdadeira’ democracia, que deverá ser, naturalmente, melhor do que a democracia suprimida pela violência (BOBBIO, 2000, p. 375).

O resgate do conceito democrático para vida política moderna é identificada diretamente aos pressupostos liberais. Porém, esse conceito é disputado ideologicamente por outras vertentes. As teorias democráticas liberais serão comparadas e problematizadas com as definições marxistas e das correntes filosóficas críticas sobre a construção estrutural do Estado a partir da prática e exercício de direitos, como participação política, reconhecimento de atores sociais e sujeitos de direitos, com as variáveis de classe, território, etnia e raça. Tanto a perspectiva liberal como a marxista são teorias que defendem a noção de liberdade, coletivas e individuais dentro do Estado democrático de direitos, ramificados nas áreas civis, sociais e políticas.

A premissa teórica da perspectiva liberal de Estado Democrático de direito é a via institucional. As decisões institucionais são tomadas, majoritariamente, pelos representantes

eleitos pelo voto e que os direitos individuais e civis são o cerne estrutural do Estado, o que inclui o direito à propriedade privada (DAHL, 1997; RAWLS, 2000). Para o cientista político norte-americano Robert Dahl, o sistema democrático se caracteriza possibilidade de oposição entre cidadãos considerados politicamente iguais, afirmando que a democracia se baseia na possibilidade de contestação pública (DAHL, 1997, p. 26-27).

O filósofo político norte-americano John Rawls (2000) defende que a principal virtude das instituições estatais deve ser a noção de justiça para a organização social. Os pilares dessa organização, a partir de um consenso sobreposto, seriam: igualdade política, igualdade de oportunidades, respeito mútuo e a garantia da reciprocidade econômica para que haja, neste cenário, o reconhecimento dos direitos igualitários para que as doutrinas não entrem em confronto entre elas, num sistema equitativo de cooperação. Portanto, as instituições sociais também devem se nortear pelo senso de justiça deve vir da concepção moral dos indivíduos, não apenas racional pela noção de pluralismo razoável inserida em uma cultura democrática (RAWLS, 2000, p. 27).

A perspectiva equitativa de direitos se fragiliza na perspectiva liberal a partir de aspectos econômicos. Com o pressuposto da propriedade privada como direito fundamental, o mercado parece algo intrínseco aos valores basilares dessa forma de Estado. O economista Joseph Schumpeter (1961) interpreta a política eleitoral como um mercado no qual quem tem mais poder aquisitivo e investir mais pode chegar ao poder institucional, entendendo que a disputa travada nesse sistema passa por manufacturar a opinião pública através dos meios de comunicação de massa. Aqui, identificamos os desequilíbrios sociais no Estado democrático de ordem liberal pelo fato de as práticas capitalistas se caracterizarem como barreiras para a contestação pública e para o pluralismo político, ainda que a ideologia liberal, ou mesmo a neoliberal, seja caracterizada pela possibilidade de liberdade por meio do trabalho e de ascensão social pela livre concorrência.

A perspectiva economicista da política e do Estado democrático liberal é a base da crítica dos marxistas sobre o Estado. Para essa vertente, o capitalismo é incompatível com o Estado democrático de Direito por mercantilizar as relações sociais e jurídicas (BORON, 2006; WOOD, 2006). Porém, reduzir a teoria defendida por Karl Marx sobre a sociedade capitalista a um determinismo econômico analítico da superestrutura é desconsiderar toda sua complexidade, já que, para ele, o modo de produção capitalista cria a racionalidade da necessidade e, uma vez essa racionalidade rompida, se conquista a liberdade. Essa conquista

seria através das lutas e o Estado teria papel fundamental em suas garantias (HARVEY, 2006, p. 78).

O conflito de ideias discutidas coletivamente entre os indivíduos é um dos pressupostos da teoria marxista do Estado democrático de Direito. As liberdades a partir do poder de decisão de maneira coletiva é posto como via de reivindicação dos direitos e perspectiva de transformação da relação da Administração Pública e o sistema capitalista. Dessa forma, o conflito é um componente fundamental para este Estado democrático por seu caráter potencialmente agregador por estimular o diálogo entre as partes discordantes, ainda que o seu esgotamento possa levar a atos de violência.

Aqui mobilizaremos os argumentos conceituais dos filósofos alemães Jürgen Habermas e Axel Honneth, filiados à Escola de Frankfurt, para compreender a perspectiva marxista do Estado democrático de Direito. Habermas e Honneth partem da noção de reciprocidade para legitimação de direitos para o reconhecimento de cidadania. Ambos apresentam como premissa que os direitos são inalienáveis e não possuem dimensão monetária. Esses direitos são produtos de uma construção histórica, uma vez que não há um sistema de direitos no singular (HABERMAS, 1995, 1997). O Estado de bem-estar social é entendido como consequência histórica da participação política dos cidadãos, sendo os direitos coletivos e individuais garantidos dessa instituição (HONNETH, 2003, p. 192), sendo o desrespeito a uma determinada identidade pessoal ou coletiva catalisador de conflitos por afetar as relações de reconhecimento em três esferas: da emotiva, da estima social e da jurídica moral (Idem, p. 24).

A partir da perspectiva marxista da escola de Frankfurt, podemos concluir que o Estado democrático de direito tem como finalidade a inclusão formal e universal da coletividade dentro de um sistema jurídico-legal. Essa vertente estaria mais identificada com a esfera pública como discursiva e racional, segundo Habermas, e uma teoria mais crítica da sociedade por Honneth. Porém, tanto as teorias marxistas como as teorias democráticas liberais sinalizam um *dever ser* que podem depender de fatores históricos, culturais, socioeconômicos e geográficos para sua interpretação dos indivíduos que interagem concretamente em determinada sociedade, seja de forma institucional ou não.

Dessa forma, não há uma democracia 100% inclusiva, seja pela ideologia de liberal/neoliberal ou pela perspectiva marxista. O sociólogo e historiador mexicano Pablo Gonzalez Casanova considera a democracia contemporânea uma utopia. Ele afirma que os defensores do modelo democrático foram incapazes de construir um conceito não-excludente



de democracia, inscrevendo no inconsciente coletivo um conceito oligárquico desse modo político, ou seja, um conceito elitista, sendo necessária a revisão teórica desses conceitos para construir alternativas para uma democracia inclusiva (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009, p. 211- 212). Porém, a democracia é um conceito abstrato que canaliza a ação prática dos indivíduos e dos grupos sociais para um objetivo de sociedade idealizada através da possibilidade de atuação do cidadão nos processos decisórios do Estado.

Para o filósofo italiano Giorgio Agamben (2014), o paradigma do Estado democrático de Direito é o Estado de Exceção. Sua análise se concentra na politização da vida e seus efeitos no Estado moderno e democrático e no ordenamento jurídico do Ocidente. Agamben trabalha com o conceito de biopolítica para aprofundar-se sobre o seu argumento central: a relação entre o soberano e a exceção. Nesse sentido, Agamben afirma que o soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora da lei, tendo o poder de suspender uma lei e colocando-se legalmente fora dela (AGAMBEN, 2014, p. 22). A exceção confirma a regra que pauta o ordenamento jurídico e sua autoridade, a partir do monopólio de decisão soberana do Estado.

Agamben recorre a outros períodos históricos do Ocidente para defender a politização da vida e a permanência de um resíduo estrutural e estruturante nos Estados modernos e democráticos. A soberania aparece, para ele, como fator paradoxal da democracia por justificar a violência em períodos democráticos, por se tratar de princípios antitéticos: justiça e violência. Agamben argumenta que “*o soberano é o ponto de indiferença entre violência e direito, o limiar em que a violência transpassa o direito e o direito em violência*” (AGAMBEN, 2014, p. 38). Nesse sentido, Agamben defende as possibilidades de “*excluir incluindo*” e de “*incluir excluindo*” dentro do ordenamento jurídico do Estado democrático de Direito.

Agamben trabalha com a ideia de que o Estado moderno tem como objetivo a conservação da vida. A partir do advento do conceito de cidadão extensivo ao coletivo populacional, a miséria e a desigualdade começaram a causar constrangimentos (AGAMBEN, 2014, p. 173), e, nesse período, a vida natural começa a ser tratada como fonte de direito, marcando a passagem à igualdade formal perante o Estado. Nesse sentido, a ideia de cidadão nacional começa a ser moldada, juntamente com a noção de povo. A partir dessa afirmação, podemos considerar o exemplo dos negros e dos *chicanos* nos EUA para ilustrar as contradições do Estado democrático de Direito para compreender a utilidade da vida em uma sociedade capitalista de produção pela relação Estado, mercado e sociedade.

A abstração da lei como ficção se mostra na teoria de Agamben com o conceito de bando. Ele defende que banimento não é estar fora da lei, mas abandonado por ela, quer dizer, ser posto em risco no limite em que direito e vida se confundem, ou seja, o seu poder de incluir excluindo e de excluir incluindo (AGAMBEN, 2014, p. 55). Esse é o ponto caro na perspectiva filosófica de Agamben e o Estado de exceção: quais vidas podem ser matáveis sem que se haja a figura jurídica do homicídio. Nesse sentido, Agamben também sinaliza que categorias jurídicas podem definir se um indivíduo tem ou não uma “*vida indigna de ser vivida*”, até por fatores economicistas e ditos humanitários (Idem, p. 135), sendo a politização da raça viés para produção de um cidadão idealizado pela *igualdade de estirpe* (Ibidem, p. 168).

Aqui, configura-se em sua teoria o conceito de território, em que o campo é o espaço do “*tudo é possível*”, que é colocado fora da lei, ou de um sistema penal ordinário, mas não é externo ao ordenamento jurídico. As perguntas de Agamben, nesse sentido, são sobre quais procedimentos jurídicos tornaram possível a construções de tais espaços e as ações exercidas neles (AGAMBEN, 2014, p. 167), que, no caso dos Estados democráticos, caracterizam a perda de sentido das suas estruturas formais, apesar da sua permanência. Portanto, para Agamben, a exceção é a estrutura filosófica do Estado e o que ainda o fundamenta na contemporaneidade.

#### 3.4.2. Estado democrático de Direito na América Latina

Até aqui, trabalhamos a definição teórica do Estado democrático de Direito como parte da universalização de uma estrutura política institucional de matriz liberal. Agora, vamos problematizar essa pretensão universal para a construção de uma metodologia na qual se analise e se compreenda o desenvolvimento histórico do Estado na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil, no sentido de sua *razão de ser*. O que podemos verificar nesse processo histórica foi a particularidade do Estado na América Latina no sentido de construção de sujeitos de direitos por aspectos históricos, culturais e sociais que privilegiam alguns e excluem e/ou incluem de maneira precária outros.

A trajetória histórica do Estado democrático de direito na América Latina é marcada pela descontinuidade. A construção estatal latino-americana foi marcada pela centralização e pela exclusão de uma massa populacional dos processos decisórios da esfera pública, o que os transformaram em minorias sociais por este prisma de análise. A participação de elites econômicas e sociais na política institucional foi sendo consolidada como adesão e legitimada

como ordem social democrática desejada (GONZÁLEZ CASANOVA, 2009; LECHNER, 1984). No entanto a violência estatal é um recorte da política contra as contestações dessa ordem das elites ao considerarmos os períodos ditatoriais recorrentes na América Latina, via de regra, instaurados sob a alegação da “defesa do Estado democrático de Direito”.

Após a Segunda Guerra Mundial, a América Latina foi consolidada como área de influência política dos EUA. Nos anos de 1960 e 1970, essa influência acarretou um ciclo de ditaduras militares com apoio das elites civis contra a chamada “ameaça comunista”, tendo em vista o êxito da Revolução Cubana, em 1959. O ciclo de ditaduras incrementou formas de violência e de repressão aos opositores da nova ordem do Estado, que foi extensiva aos sujeitos históricos de marginalidade e reforçou privilégios de classes dominantes. Dessa forma, a democracia na América Latina aparece de maneira positiva quando não há uma contestação do *status quo*.

Nos anos de 1980 e de 1990 ocorrem as transições dos períodos ditatoriais para os regimes democráticos na América Latina. As crises econômicas, o aumento da violência e da pobreza tornam essas ditaduras extremamente impopulares e evidenciaram seu aspecto antidemocrático, com destaque para Brasil e Argentina (CÁRCOVA, 2006; MISSE & GRILLO, 2014). Essas ditaduras foram sucedidas por uma onda de governos de ordem neoliberal pela via democrática formal: o voto. Porém, esses governos não foram capazes de reverter o quadro adverso construído no período ditatorial. Nesse sentido, a ideia de utopia democrática descrita por Casanova ganha contornos dramáticos na realidade de desigualdade profunda da América Latina.

O advento da democracia formal frustrou algumas expectativas de parcelas sociais da América Latina. O cientista político argentino Atílio Boron defende que os governos neoliberais da região não obtiveram êxito em fortalecer as instituições democráticas e dar legitimidade popular às mesmas, argumentando que a tradição de Estado forte e a falta de um Estado de bem-estar social nessa região do globo como uma das explicações para a perda de confiança nas instituições por parte da sociedade (BORON, 2003, 2006). Nesse sentido, os direitos civis e sociais seriam uma espécie de verniz democrático para referendar ações das elites econômicas e sociais para as decisões de mercado.

As dimensões jurídicas da transição para a democracia também são consideradas para compreensão da permanência da desigualdade na América Latina. Segundo o jurista argentino Carlos María Cárcova, há um déficit de legalidade nas democracias estabelecidas após o ciclo de ditaduras na região, sendo a delegação sua característica marcante (CÁRCOVA, 2006).

Esse déficit se apresenta muitas vezes por funções que não estão amparadas pela lei e são exercidas por esses novos regimes. O amparo dessa ação, segundo Cárcova, é a *Razão de Estado* que se contrapõe à ideia de Estado racional moderno. Dessa forma, Cárcova conclui que uma situação de legalidade mediana acarreta uma democracia mediana, que pode ser caracterizada pela politização do judiciário e influenciar o conceito de cidadania pela construção de sujeitos ou de não sujeitos de direito. Portanto, o que é apontado como déficit por Cárcova pode ser interpretado como o cotidiano social da América Latina, por relações sociais assimétricas marcadas pela desigualdade e pela violência.

O sociólogo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro corrobora a interpretação de Boron e Cárcova sobre a América Latina, afirmando que existe então o Não-Estado de Direito. Pinheiro afirma que a característica da América Latina é evidenciada pela dimensão da incivilidade. Ela afeta os mais pobres, sendo que as elites dominantes não lhes garantem o acesso básico aos direitos (PINHEIRO, 2000, p. 12). Dessa forma, o mundo real da imposição da lei se apresenta de maneira dramática pelo afrouxamento da violência legítima do Estado e danos à democracia.

Outro ponto trabalhado por Pinheiro é o risco de elites locais de manipular as estruturas do Estado. O sociólogo destaca as instituições voltadas para funções punitivas como o judiciário e as polícias, além das mídias impressas e eletrônicas (PINHEIRO, 2000, p.14). O exercício da democracia plena é praticamente inexistente para grande parte da população em sociedades baseadas no apartamento dos direitos civis e políticos, de países em que a falta de vontade e de tradição de proteção desses direitos pela seletividade e arbitrariedade conceitua-se por uma “*democracia sem cidadania*” na afirmativa de Pinheiro.

Observamos, no entanto, que o constitucionalismo e a “democracia formal” com todas as limitações abrem novas perspectivas para América Latina. O cientista político Guillermo O’Donnel se aproxima da definição de democracia posta por Casanova. Segundo O’Donnel, “*a efetivação total do Estado de Direito não foi totalmente alcançada em nenhum país, nem mesmo em democracias modernas da América do Norte*” (O’DONNEL, 2000, p. 27). Para ele, o Estado na América Latina apresenta uma severa incompletude em sua dimensão legal, apesar do seu papel crítico a cumprir como defensor e promotor de direitos humanos no sentido de enfrentar problemas sociais crescentes associados à pobreza, violência ilegal, discriminação racial e obstáculos no acesso à justiça.

A ideologia neoliberal apresenta o Estado e suas instituições como disfuncionais na América Latina. Nesse sentido, os governos dessa ordem iniciam um processo de

descentralização do Estado pelas privatizações e parcerias público-privadas a partir da década de 1990. O sociólogo brasileiro Jessé Souza observa que o conceito de liberal é relacional, podendo indicar uma postura moderna no viés econômico e uma atitude política conservadora, na busca de legitimar seus privilégios de classe por meio do discurso da meritocracia (SOUZA, 2009, p. 88).

Nesse sentido, a ideia de coerção social do Estado na América Latina é flexibilizada pela oposição do mercado capitalista. Souza defende que a demonização do Estado em detrimento à competência do mercado é uma forma de escamotear que ambas as categorias são construções humanas que têm suas ambiguidades. Souza define o aprendizado histórico e social do mercado e do Estado de Direito:

O processo de aprendizado histórico e social que resultou na institucionalização do mercado competitivo é aquele que pressupõe um acordo entre todos os membros da sociedade, o qual funciona no seguinte sentido: se quisermos ter grande produção de mercadorias e serviços a baixo preço, se quisermos ter 'riqueza' material, portanto, a busca do lucro 'egoísta' tem que ter, no âmbito do mercado, livre curso. O processo de aprendizado que levou ao Estado de Direito, por sua vez, foi aquele que institucionalizou uma série de direitos e de deveres dos cidadãos, que possuem validade obrigatória em todas as esferas da vida, e que organizam e normatizam a vida em comum segundo critérios de justiça. Daí a necessidade de 'legitimação periódica', por meio de eleições, do arranjo normativo e valorativo contingente que se materializa, a cada tempo, no Estado (SOUZA, 2009, p. 85).

Para Souza, a dialética entre mercado e Estado tem sido historicamente limitar as ações do Estado para determinadas áreas, deixando o mercado agir livremente em outras esferas. Segundo o sociólogo, "*a forma como essa dialética se resolve em cada caso tem a ver com as lutas sociais de grupos e classes para fazerem a balança pender para seus interesses e necessidades*" (SOUZA, 2009, p. 85). A produção dessa narrativa também pode nos indicar as realidades construídas pela cidadania do consumo e pela possibilidade de administrar desejos de uma massa populacional por essa via.

Por fim, na oposição mercado e Estado democrático de Direito há a ideia de inclusão. O mercado seria o vetor de inclusão de uma parcela populacional marginalizada em uma sociedade capitalista, ainda que periférica, dentro de um Estado disfuncional e ineficaz no sentido de proteção jurídica e social, como é o caso da América Latina. Nesse sentido, entendemos que não há uma exclusão completa. Partimos da premissa que há uma inclusão precária de sujeitos históricos de marginalização, inseridos na dimensão da produção e do consumo, mas cidadãos incompletos na dimensão do reconhecimento e legitimidade sociais da sua condição de sujeito de direitos formais, nas suas dimensões garantidoras e promotoras.

### 3.4.3. Marginalidade e criminalização

A partir da conceituação do Estado democrático de Direito, trabalharemos agora a conceituação de marginalidade e criminalização. Essas duas categorias estão na fronteira entre a ilegalidade e a informalidade, sendo possível o trânsito dos sujeitos históricos de marginalização por essas áreas simbólicas e sociais. Dessa forma, a distinção entre ambas as categorias sociológicas é interessante para interpretarmos quais são as relações entre o mundo das leis abstratas com a realidade concreta entre os indivíduos e/ou os grupos sociais divididos por classes.

A abordagem das antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2008) sobre as margens do Estado contribui substancialmente para interpretarmos as ambivalências entre marginalidade e criminalização. A estratégia analítica e descritiva de Das e Poole foi se afastar da imagem consolidada do Estado como forma administrativa de organização política racionalizada que tende a se fragilizar ou se desarticular nos limites de suas margens territoriais e sociais. A perspectiva das antropólogas é como o conjunto de práticas e políticas de vida nessas áreas moldam as práticas políticas de regulação e de disciplina constituem o que chamamos de “Estado” (DAS & POOLE, 2008, p. 19). Nesse sentido, elas argumentam que o conceito dominante de Estado é o modelo europeu ocidental.

Para Das e Poole, as margens do estado não são inertes. Elas apontam duas dimensões para essa flexibilização: uma legal e outra econômica. A dimensão legal e a dimensão econômica podem ser eixos norteadores de sentidos de ação para a criminalização de determinados sujeitos ou para o reconhecimento de novos sujeitos de direito pelas práticas cotidianas ou eventuais nas fronteiras, que podem ser consideradas nas oposições entre legal-illegal e formal-informal. Dessa forma, as antropólogas definem o conceito de “*Estado duas caras*”: temido e odiado, mas necessário.

Na dimensão legal das margens do Estado, Das e Poole partem da premissa da origem da lei. Essa premissa se aproxima de uma perspectiva materialista para definir o problema da origem das leis, ao afirmar que elas são resultado de práticas em que a vida e o trabalho estão entrelaçados (DAS & POOLE, 2008, p. 30). No sentido formal, a documentação do Estado é indicada por Das e Poole como atestado de existência legal do indivíduo e a possibilidade de reivindicar seus direitos previstos em lei (Idem. p. 31). A marginalidade, então, consolida a situação de vulnerabilidade de classes incluídas de forma precária no Estado de Direito.

A criminalização de costumes populares também é um dos indicativos das margens do Estado para Das e Poole. Apesar de algumas demandas serem atendidas, as diferentes práticas

sociais podem ser entendidas como desobediência e afronta à ordem legal, sendo estes desvios passíveis de punição. A ideia de criminalização desses comportamentos considerados desviantes pode ser conferida pela construção de tipos sociais idealizados que demandariam uma supervisão penal maior do Estado. Das e Poole apontam que há tecnologias específicas de poder pelas quais o Estado tenta “pacificar” e “manejar” as populações para transformar “sujeitos rebeldes” em sujeitos legais do Estado, ou seja, o primeiro enfoque indica a margem como periferia sendo o lugar daquelas pessoas e/ou de grupos que são consideradas insuficientemente socializadas dentro dos marcos legais (DAS & POOLE, 2008, p. 24). Para Das e Poole, a relação entre violência e as funções ordenadoras do Estado é chave do problema das margens.

As formas de violência extralegis por autoridades locais indicam a funcionalidade do controle territorial que mantém uma determinada ordem pelas margens do estado e manutenção do próprio estado. A flexibilização do monopólio do uso legítimo da violência por parte do Estado oportuniza outra forma de economia por fora das tecnologias de poder para “pacificar” e “manejar” os sujeitos considerados “rebeldes”. Portanto, avançamos para a dimensão econômica das margens do Estado. Das e Poole afirmam que há uma cidadania econômica que é autônoma diante do império das leis, que as antropólogas definem como “*economias informais*” ou “*economias negras*”, que têm um apelo específico ao público jovem (DAS & POOLE, 2008, p. 35).

As estratégias econômicas seguidas por jovens marginalizados à medida que tratam com vários processos regulatórios do Estado, que constroem novos limites que não colapsam essa regulação, mas constituem uma pluralidade de autoridades regulatórias. As formas de socialização desenvolvidas nesses limites são perigosas, segundo as antropólogas. Essas práticas indicam que as margens são espaços nos quais os limites conceituais da economia são fabricados e estendidos, da mesma forma que os limites literais do Estado, argumentam Das e Poole. A dimensão econômica aponta para a flexibilização do monopólio do Estado: o tributário. Segundo Das e Poole, as “*economias informais*” desafiam o monopólio do Estado sobre os impostos e sobre as licenças comerciais, além do esforço para a apropriação de algumas práticas para sobrevivência econômica dessa cidadania.

A Criminologia também nos auxilia a interpretar a marginalidade e a criminalização como categorias sociológicas. A Criminologia parte da premissa que o desvio indica outras situações relacionais que acarretam determinadas ações: aceitação e reação sociais aos desvios. A partir dessa valoração são desenvolvidos mecanismos de controle social dos

desvios. No campo científico, a Criminologia e a Sociologia rechaçam as noções positivistas e explicações genéticas para a delinquência e o desvio (TAYLOR *et ali*, 1990, p. 157). A reação social se dá mediante a aceitação pública ou não da ação. Não é o ato em si, mas como, por que e quem o pratica serão determinantes para essa reação. Nesse caso, os delitos violentos e os crimes de rua são os mais reprováveis.

Perguntas como “*desviado para quem?*” e “*desviado em relação a que?*” denotam a assimetria na relação de poder da rotulação (PAVARINI, 1983; TAYLOR *et ali*, 1990; YOUNG, 2002). O processo de categorização de quem é desviante ou não em determinada sociedade apresenta um viés político extremamente marcante, que indica também um processo com fortes conotações morais através de uma repressão normalizada pelas classes dominantes (TAYLOR *et ali*, 1990, p.186). A marginalização tem fortes contornos étnico-raciais nos países da Europa e nos EUA (ATHENS, 1998; YOUNG, 2002). Em síntese, o desvio é indicativo para compreender as relações de dominação de uma sociedade.

A articulação entre a teoria das margens do Estado a Criminologia Crítica problematiza a fragilização de um dos preceitos do Estado democrático de Direito: a presunção da inocência. A justiça individualizada se perde nas camadas sociais marginalizadas pela suspeita coletiva sobre esses grupos sociais. A seletividade do sistema jurídico-penal denota um viés classista. Com a crise do Estado de bem-estar social na era da globalização, a segurança jurídica universal é fragilizada no sentido de administrar novas e velhas demandas sociais. Com efeito, a violência difusa serve de argumento por parte de elites econômicas e políticas para a privatização da segurança com a construção de áreas de exclusividade para evitar comportamentos e tipos sociais indesejados.

A violência difusa emerge no contexto de Globalização. O criminalista britânico Jock Young defende que a ascensão de uma nova cultura altas expectativas de sucesso, tanto em termos materiais quanto em termos de autorrealização, está menos propensa a aceitar imposições de autoridades se tal ideal for frustrado (YOUNG, 2002, p. 29-30). Portanto, para Young, o crime violento é produto da exclusão, enfatizando que a violência, em grande parte, é em função de conflitos com a temática da inclusão social. Porém, reforçamos que partimos da premissa de inclusão precária dos sujeitos históricos de marginalidade na sociedade contemporânea.



#### 3.4.4. *Sujeitos de direito na América Latina (?)*

A marginalidade e a criminalização são indicadores históricos de classificação social. Como analisamos anteriormente, essas duas categorias são parâmetros para observarmos qual é o tipo de inserção, aceitação e legitimação que determinados indivíduos e/ou grupos possuem em uma sociedade. No entanto, esses grupos e sujeitos marginalizados não são objetos de uma relação assimétrica. São atores que podem flexibilizar pré-noções morais e sociais para cometer crimes como forma de compensação social para perdas materiais e/ou sociais, ou para visibilidade e algum tipo de reconhecimento social por meio da violência como linguagem, uma vez que as regras sociais são interpretativas através da agência dos sujeitos (ATHENS, 1998, p. 680; TAYLOR *et ali*, 1990, p. 191- 215). Apesar de serem identificadas em todas as sociedades e culturas, as formas pelas quais a marginalidade e a criminalização são mobilizadas são produtos de um processo histórico e geográfico pela construção de sujeitos de direitos.

A América Latina é um cenário complexo para definirmos quem são os sujeitos de direitos pela construção histórica da instituição Estado nessa região. Enquanto os países do hemisfério norte tiveram a experiência do Estado de bem-estar social, a América Latina teve a tradição de um Estado forte e centralizador. Com efeito, os conflitos sociais da globalização nos países ditos desenvolvidos são pela perda de direitos sociais, políticos e civis, outrora garantidos; ao passo que para a América Latina as reivindicações dessa ordem buscam o reconhecimento dessa universalização do direito na vida cotidiana pelo preceito democrático. O que é configurado no contexto latino-americano é a construção de sujeitos de privilégios e de sujeitos de marginalidade.

Como abordamos anteriormente, a América, como grande continente, apresentou diferentes formas de construções políticas. Apesar de ter sido colonizada integralmente pela dominação europeia, a América Latina teve diferenças marcantes na participação política de sua sociedade em relação à América do Norte. Ademais, essa região é historicamente zona de influência dos EUA e da Europa e seus modelos institucionais e ideológicos seguem sendo referências para um projeto de sociedade, transmitindo uma ideia de imitação do ocidente, principalmente pela via econômica através da pressão por consumo e tecnologia nos meios de produção (ROULAND, 2003; SINGER, 1995). Considerando o referencial analítico de Estado de bem-estar social, o Estado latino Americano é avaliado depreciativamente pela perspectiva democrática pelo seu déficit de promoção de direitos sociais, civis e políticos.

Neste ponto, voltamos aos argumentos das antropólogas Veena Das e Deborah Poole sobre as margens do Estado para interpretação dos atores e dos sujeitos sociais sobre a marginalidade e a criminalização. Segundo as antropólogas, é preciso repensar os limites entre o centro e a periferia, o público e o privado, o legal e o ilegal. A questão da regionalização é importante para fazer o contraponto com a teoria política tradicional de matriz ocidental. Primeiramente, é necessário perceber as instâncias do Estado tal como existem a nível local para logo analisar tais manifestações locais de burocracia e direito tanto nas interpretações culturalmente constituídas como apropriações das práticas e das formas que constituem o Estado liberal moderno (DAS & POOLE, 2008, p. 21), identificando as formas particulares das instituições formais e das sociedades e analisando o conjunto de práticas e de políticas de vida.

A relação dialética entre sujeitos de privilégios e de sujeitos de marginalidade é uma dos vetores para compreender o processo de criminalização na América Latina. A partir da construção histórica e sociocultural dessa região, podem ser trabalhadas categorias como direitos, cidadãos e humanos que estão estabelecidas dentro de uma fronteira social e simbólica, sendo atribuídos de maneira recíproca ou não entre as pessoas que vivem em determinada sociedade, ou seja, por meio do reconhecimento social, sendo o direito positivado a regulação formal dessas relações sociais através do Estado pela via legislativa (HABERMAS, 1997; HONNETH, 2003; ROULAND, 2003). Nesse sentido, a duplicidade das ações do Estado, segundo Das e Poole, faz com que ele tenha “*duas caras*”, sendo temido e odiado, no qual as ações podem ser mobilizadas por pré-noções morais de sujeitos de marginalidade que acabam por legitimar atos arbitrários contra eles mesmos (DAS & POOLE, 2008, p. 38-39). Em outras palavras, esse Estado “*Duas caras*” aparece como necessário para o controle social e mantenedor de ordem, ainda que esse equilíbrio social indique relações de poder assimétricas.

Ao compararmos os argumentos sobre as margens do Estado de Das e Poole e a teoria de reconhecimento de Honneth para a realidade concreta da América Latina, compreendemos a construção de sujeitos históricos a partir da localidade. Sem embargo, Honneth oferece subsídios teóricos para compreender os processos de reivindicações de direitos sociais e civis e sua possível efetivação legal, mas sua teoria esbarra na profunda assimetria de acesso aos direitos na América Latina, o que confere desmobilização social, principalmente no que tange à precarização do trabalho formal e a informalidade neste mercado. Além disso, a dimensão material é determinante para efetivar um direito na América Latina pelo quadro de

desigualdade e de inclusão precária, que configura tais direitos em privilégios de classe. No entanto, a ideia de reconhecimento, nas esferas social, afetiva e jurídica, está no conjunto de práticas cotidianas na América Latina, mobilizando, via de regra, fechamento de grupos sociais privilegiados como uma das vertentes do processo civilizador.

O método *regressivo-progressivo* de Lefebvre pode ser empregado para compreender a marginalidade e a criminalização como forma de temporalidades distintas convivendo no mesmo espaço. Os traços coloniais e do escravismo seguem como norteadores para a construção de um catálogo de suspeitos ideais de crimes violentos na América Latina. Os recortes étnico-raciais são intrínsecos às questões de classe, somados às dimensões etárias, estéticas, materiais e territoriais. Esses componentes podem significar a diferença entre a vida e a morte de determinados tipos sociais e qual será a reação social sobre o reconhecimento de sua situação de cidadão.

O sociólogo brasileiro Michel Misse (2010) trabalha com os conceitos de *acumulação social da violência* e *sujeição criminal* para interpretar o processo de criminalização de marginalizados. A acumulação como um conjunto de desvantagens que coloca determinados tipos sociais sob suspeição e incriminação preventiva. Esse processo sistemático acarreta a *sujeição criminal* de grupos sociais em situação de marginalidade, por ser atribuída a esses tipos uma “cultura” delitiva e violenta, afirma que “*o crime é definido primeiramente no plano das moralidades que se tornaram hegemônicas e cuja vitória será inscrita posteriormente nos códigos jurídicos*” (MISSE, 2010, p. 22). Os argumentos de Misse podem ser articulados com Agamben, uma vez que eliminação física de um sujeito criminal pode ser legitimada socialmente, configurando, assim, o corpo *matável* na sociedade contemporânea.

Para interpretar o processo de criminalização de sujeitos marginalizados na América Latina, o sociólogo brasileiro José Vicente Tavares dos Santos trabalha a temática da violência difusa por meio da Sociologia das Conflitualidades. Essa metodologia parte do princípio que as relações sociais são conflituosas. A conflitualidade, para Tavares dos Santos, é a força motriz do campo social. As ideias de complexidade do social, a continuidade e/ou descontinuidade da historicidade dos processos e dos conflitos sociais são as bases da teoria de Tavares dos Santos. A estrutura autoritária do Estado latino-americano indica uma dimensão negativa do conflito, dando conotações de desordem e distúrbios, canalizando ações repressivas dessa instituição como forma de defesa de interesse de classe.

Tavares dos Santos trabalha com o conceito de violência difusa para interpretar as dimensões sociológicas desse fenômeno social na sociedade contemporânea. Ele define este

fenômeno como um “*processo social diverso do crime, anterior ao crime ou ainda não codificado como crime no Código Penal*” (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009, p. 141), corroborando a argumentação de Misse. A transição econômica dos modos de produção, do trabalho escravizado para o trabalho assalariado, e a mobilidade geográfica e social, do rural para o urbano, foram fatores significativos para a construção do tipo de cidadão ideal por meio da divisão social do trabalho formal, processo no qual as forças repressivas do Estado foram vetores que redefiniram as relações sociais, observa Tavares dos Santos (Idem, p.78).

Tavares dos Santos disserta sobre a construção de suspeitos ideais no Brasil como recorte na América Latina. Essa construção social faz parte de uma cultura da violência. Dois tipos são apresentados por Tavares dos Santos: o homem rural e o favelado no meio urbano:

Esta cultura se forma a partir da discriminação e estigmatização do homem rural, definido como rústico, grosso, primitivo e violento. Nas áreas urbanas, as representações sociais desta cultura da violência se fundam em uma imagem do criminoso virtual: o homem pobre, jovem, negro e favelado, em qualquer circunstância, será o suspeito, o abordado, o alvo preferencial. Reaparecem as categorias de um discurso eugenista e racista, o qual orienta práticas de discriminação, de rotulação e de estigmatização (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009, p. 94).

Podemos identificar que o cenário de violência difusa apresenta dimensões de gênero, raça, origem, etnia e classe social que podem ser justapostas e criminalizar *a priori* determinados tipos sociais indesejados pelas classes dominantes, influenciando na promoção, na afirmação e nas garantias de direitos de alguns e na supressão seletiva de direitos de outros, do Estado por meio da ação policial. Na nossa tese, trabalharemos o favelado como tipo suspeito ideal, sendo o tráfico de drogas ilícitas a modalidade violenta de crime.

Os argumentos de Tavares dos Santos e de Das & Poole convergem para a ideia de marco civilizatório como distinção entre cidadania e marginalidade, sendo a criminalização uma forma de inclusão negativa na dimensão do direito formal e na sociedade. Essa situação acarreta a vulnerabilidade e o descrédito social dos grupos sociais marginalizados na sociedade latino-americana.

las poblaciones marginales están conformadas por sujetos “indígenas” o “naturales”, que son considerados, por un lado, el fundamento de identidades nacionales particulares y, por el otro, son excluidos de esas mismas identidades por esa clase de conocimiento disciplinario que los marca como “otros” raciales y civilizacionales. (...) las demandas jurídicas de inclusión son socavadas por formas disciplinarias de poder que desestabilizan el mismo discurso de pertenencia que alega vincular a los sujetos al estado y a sus leyes. (...) la misma forma en la que la justicia no controlada o privada asegura el poder soberano en la forma de guerra y excepción (DAS & POOLE, 2008, p. 24-25).

Dessa forma, a distinção entre sujeitos de privilégios e sujeitos de marginalidade é o fator que define a potencialidade de uma carreira criminal na América Latina. Essa dinâmica implica na possibilidade de punição ou não de cada sujeito e a reação social em relação ao tipo de crime que cada um pode vir a cometer. A divisão social do trabalho no capitalismo periférico também é um determinante para construção do catálogo de suspeitos ideais. Apesar da cultura de grupos marginalizados terem sido transformados em traços da construção de tipos nacionais, isso não significou a legitimidade social de seus direitos formais. Essa marginalidade é inscrita no tecido urbano a partir da qualificação e desqualificação de territórios, pelo seu valor de uso e seu valor de troca. Dessa forma, a divisão de classes – e racial também – é traduzida materialmente na construção de periferias, favelas e guetos, indicando a inclusão precária de trabalhadores colocados em serviços de menor valor agregado por serem áreas de construções irregulares e/ou informais, estando no limite da criminalização no imaginário social autoritário e hierarquizado da América Latina.

#### 3.4.5. Território e População

O conceito de território traz consigo a noção espacial no qual se desenvolvem relações de poder que podem ser simétricas e/ou assimétricas. O território não é só uma categoria geográfica, é também uma categoria sociológica no sentido que compreende o determinado espaço de interação humana. Portanto, o território pode ser entendido como a distinção espacial da variação dessas relações no que se refere à identidade, à memória e a outras interações de ordem afetiva ou de ordem racional. Nesse sentido, esta categoria é central para compreendermos o fenômeno urbano e como se constroem e se desenvolvem a *sociedade urbana* e o *direito à cidade* na era da globalização.

O geógrafo brasileiro Milton Santos ressalta a importância da noção de território para a análise das interações sociais. Segundo Santos, não é o território em si que deve ser analisado, mas o uso que fazem dele, defendendo a constante revisão histórica dessa noção. Assim, o geógrafo descreve a nova realidade do território no contexto global pela interdependência universal dos lugares (SANTOS, 2005, p. 255). O diálogo entre Santos e Sassen é interessante para compreender a noção de território nas cidades globais. A convergência dos dois sobre a relevância das ciências e de tecnologia da informação e da fluidez de objetos técnicos formam redes de contato.

Segundo Santos, as redes de contato pela velocidade da informação constrói um espaço banal. Ele defende que a simultaneidade da era Global é caracterizada pela informação

veloz e essas redes criam novas solidariedades: “*a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares*” (SANTOS, 2005, p. 256). Santos defende uma dialética do território, na qual o resultado pode ser a aceleração da alienação do homem e do solo, o que teria impacto nas relações de trabalho, moradia e de cidadania. Nesse sentido, Santos entende que a partir da noção de território há a possibilidade de resistência da sociedade civil como oposição ao mercado globalizado.

A noção de governamentalidade pelo exercício da biopolítica e do biopoder do filósofo francês Michel Foucault também é interessante para pensarmos o conceito de território na construção do fenômeno urbano. Foucault define três tipologias para a conceituação do território como constructo urbano: disciplina, lei e segurança. Para Foucault, o conceito de soberania define o território, no qual uma população é administrada por meio da segurança do espaço e da disciplina sobre os corpos (FOUCAULT, 2008, p. 15-16). A gestão econômica e política de populações demarca a sua sujeição em determinado território a partir da lei, da disciplina e da segurança.

Para Foucault a segurança atua na realidade. No caso da urbanização territorial europeia, o filósofo entende que o poder de polícia foi fundamental para consolidar esse processo com o desenvolvimento do capitalismo, pela ação do governo e do mercado (FOUCAULT, 2008, p. 452-453). A administração de desejos pelo exercício de um número de liberdades também é um dos fatores para a urbanização, entende Foucault. Essas liberdades seriam tecnologias de controle social por meio do mundo do trabalho formal. Nesse sentido, o território ganha conotações classificadoras para populações que seriam alvo de maior vigilância do Estado pela sua marginalidade, demandando mecanismos de administração de crise e controle social do crime. Porém, observamos que a realidade é construída através da interação concreta entre indivíduos e grupos sociais através de relações assimétricas de poder.

Segundo Foucault, há dois tipos de governamentalidade: uma política e a outra econômica. A primeira é a racionalidade própria da política para a condução da vida humana pelos governos, entendida dentro da complexidade de relações sociais implicadas no corpo populacional e suas multiplicidades. A outra trata do prolongamento da vida em uma sociedade capitalista, podendo alongar a capacidade de consumo e de produção desse sistema econômico por ter dupla função. Dessa forma, o território traduz as relações de poder assimétricas pelas dimensões materiais e simbólicas da divisão social do trabalho, fazendo a ponte como os conceitos essenciais do urbano para Lefebvre: forma, função e estrutura.

A biopolítica e o biopoder também são mobilizados na teoria do Estado de exceção permanente para interpretar sociologicamente o conceito de território. Segundo Agamben, o residual dos campos de concentração na relação entre as periferias das cidades contemporâneas e o ordenamento jurídico (AGAMBEN, 2014, p. 171). A situação de guerra torna o Estado de exceção extensivo à população civil. Esse processo é oriundo de uma lei marcial ordinária, e não do direito ordinário, acarretando um processo de restrições das liberdades. O exemplo sobre essas possíveis restrições é a ideia de “*custódia protetiva*”, que permitia, no período nazista, levar indivíduos sob custódia legal, independente de sua conduta (Idem, p. 163), princípio contrário ao do conceito de *habeas corpus*, base das liberdades individuais do Estado moderno (Ibidem, p. 120), que, sinteticamente, seria a presunção da inocência. Nesse sentido, os tipos marginais estariam mais vulneráveis ao processo de criminalização dentro de determinado território.

O conceito de *militarismo urbano* do geógrafo britânico Stephen Graham é outra contribuição teórica para interpretar administração de populações por meio do território. Graham defende que as cidades contemporâneas estão sob um tipo de vigilância que daria contornos de guerra aos conflitos urbanos ordinários, dando conotações de interesses de Estado aos interesses privados (GRAHAM, 2011). Nesse sentido, o conceito de segregação pode ser mobilizado.

O criminalista estadunidense Lonnie Athens (1998) parte desse conceito para compreender quais são os tipos de crime condenáveis na sociedade dos EUA. Athens defende que o processo de segregação social não é estático ao que se refere a identidades sociais, sendo caracterizado por zonas de passagem e distâncias físicas, caso dos guetos. Portanto, a partir dos argumentos de Graham e Athens, podemos considerar que a construção simbólica e material do território legitima o tipo de vigilância em relação às suas populações pelo argumento de segurança.

A relação entre território e segurança apresenta a oposição do conceito de segregação no urbanismo: a autosegregação. A jornalista estadunidense Jane Jacobs trabalha a segurança a partir do controle informal da violência, tendo como campo de estudo a cidade de Nova Iorque. Jacobs defende que a ordem pública é mantida basicamente pelos transeuntes de ruas e calçadas (JACOBS, 2009, p. 32), sendo a polícia uma instituição importante como último recurso nos conflitos e distúrbios sociais. Ou seja, os usuários urbanos não são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas do perigo, sendo protagonistas de uma dinâmica entre civilização e barbárie para a preservação de uma sociedade urbana. Portanto, Jacobs

parte da premissa que as grandes cidades contemporâneas são lugares dos “desconhecidos”, aproximando-se da definição de Georg Simmel de “estranhos” e de “antipatia”; e de “indiferença urbana” de Lefebvre, para compreender o rompimento de relações tradicionais na modernidade.

A reurbanização de áreas da cidade é a materialização da relação entre território e segurança através do fenômeno da autossegregação para Jacobs. A autossegregação emerge como forma de defesa de sua civilização por parte dos mais ricos, ou seja, Jacobs argumenta que as classes dominantes se viam como “*pioneiras*” desse novo estilo de territorialização com muros e ideia de exclusividade, salientando que não há maiores resistências em viver entre muros. Assim como demonstrado em outra cidade estadunidense, Chicago, Jacobs observa a profusão de zeladores e porteiros nos bairros mais ricos como indicadores da privatização da segurança em Nova Iorque. A jornalista defende que a violência e a insegurança reais e não imaginadas aparecem como problemas substanciais nos bairros residenciais mais tranquilos (JACOBS, 2009, p.31). Jacobs conclui que o zoning “é *uma solução da cidade norte-americana*” (Idem, p. 51).

A crítica de Jacobs à reurbanização é paralela à crítica de Lefebvre sobre o urbanismo na construção teórica da *Sociedade Urbana* e do *Direito à Cidade*. Segundo Jacobs (2009), a reurbanização cria áreas consideradas desvitalizadas e perigosas pela debandada da classe média e a ocupação de pessoas marginalizadas pelo problema de moradia, sendo espaços construídos pela presença de gangues (JACOBS, 2009, p. 46-48), o que classifica os tipos ideais de uma sociedade. A liberdade de rua é limitada pela reurbanização, por desprezar as funções da rua dentro de uma ordem complexa. Nesse sentido, Jacobs argumenta que “*sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade*” (Idem, p. 52).

Portanto, o território como categoria sociológica de análise do fenômeno urbano aponta para as desigualdades sociais e racionalidade científica através do urbanismo. Ademais, o território indica também qual é o tipo de cidade que é planejado e qual é o modelo hegemônico dentro dessa estratégia global. As considerações conceituais e categorizações comparativas feitas até agora nos servem de parâmetro para analisarmos e interpretarmos o urbano na América Latina.



### 3.4.6. O Urbano na América Latina

O fenômeno urbano na América Latina foi construído a partir de particularidades de ordem estrutural. Como apresentamos, o processo histórico de urbanização das cidades dessa parte do mundo constituiu tipos de relações sociais hierárquicas por meio do uso da violência como cultura política e de transformações econômicas. Essa relação entre passado vivido, pensado e imaginado é um dos dilemas da região para a globalização de suas cidades em um contexto de capitalismo periférico local em relação ao capitalismo financeiro mundial.

Entendemos que a América Latina é o *locus* de pesquisa mais interessante para analisar o fenômeno urbano no século XXI. A partir de 2010, a região se tornou a área mais urbanizada do mundo, o que teve consequências em sua administração<sup>20</sup>. Distribuição populacional não é equilibrada, denotando a desigualdade social que é materializada na construção do território: “*existe la concentración bipolar de la población y el universo urbano tiene un comportamiento heterogéneo*” (CARRIÓN, 2016, p. 45).

O processo de urbanização da América Latina foi sendo consolidado na América Latina pela forte migração do campo para a cidade. Apesar de ser um processo semelhante em todo mundo, inicialmente a transformação da população rural em população urbana na América Latina ainda manteve as formas coloniais pela continuidade de elites agrárias como classes políticas dominantes, até a industrialização por empresas nacionais entre a década de 1930 e o fim da Segunda Guerra Mundial (SINGER, 1995, p. 109-111). A industrialização foi o catalisador do processo de urbanização desordenada na América Latina por agregar um grande contingente de mão de obra barata e precarizada que se consolidou em áreas de moradia marginalizadas e posteriormente criminalizadas, principalmente de migrantes das áreas rurais dos países para o urbano de capitalismo periférico (MARICATO, 2009. SINGER, 1995).

Para Lefebvre, a influência dos EUA sobre a América Latina se deu pelo avanço tecnológico, tendo reflexos nas ordens políticas e sociais. O processo descrito por Lefebvre data dos fins dos anos de 1960 e início dos 1970. Apesar da data, é interessante para analisar como foram reproduzidas e reinterpretadas categorizações estadunidenses para a realidade concreta da América Latina em comparação aos EUA, tendo como recorte os sujeitos marginalizados e seus territórios e a correlação com a noção de violência urbana. Nesse sentido, Lefebvre descreve o seguinte quadro (LEFEVBRE, 2008, p. 131-132):

---

<sup>20</sup> Nos escritos do arquiteto equatoriano Fernando Carrión (2016, p. 45): “*En el año 2010 el planeta Tierra superó la barrera del 50% de la población concentrada en ciudades, mientras América Latina traspasó el 80%, para convertirse en la región más urbanizada del mundo*”.

## Quadro 2: Território-violência-Marginalidade

Guerrilha Urbana	
<i>América do Norte</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negros no gueto;</li> <li>• Violência, segregação social;</li> <li>• Recusa de políticas públicas é maior que a integração social.</li> </ul>
<i>América Latina</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Favelas;</li> <li>• Intermediários entre camponeses despossuídos e o trabalho industrial;</li> <li>• Imigração em massa dos campos para as cidades.</li> </ul>

A década de 1970 foi o marco temporal na consolidação da urbanização na América Latina. Ao considerarmos o contexto político de ditaduras militares com forte apoio de classes sociais dominantes economicamente, entendemos que o papel do Estado como formulador do espaço urbano. A ideia de cidade industrial autoritária é uma forma de compreender o fenômeno urbano na modernidade tardia, uma vez que a referida década foi a guinada em que a maior parte da população dos países da região se tornou urbana. Os territórios de moradia e de convivência de grupos sociais marginalizados permanecem, aumentam e se espalham com diferenças de nomenclatura para aglomerados habitacionais semelhantes de país para país, como *villa-miséria*, na Argentina, por exemplo. No Brasil, o conceito mais abrangente para definir esses territórios marginalizados e criminalizáveis socialmente é *favela*.

A correlação de forças políticas e sociais na América Latina aponta para o urbanismo como forma civilizadora, ideológica e histórica através de ações de Estado. O conceito de território nos auxilia na análise de uma zona híbrida de “*outro próximo*”, ora interpretado de maneira positiva, pela sua dignidade e obediência, ainda que viva a marginalidade e em situação de vulnerabilidade; ora o indivíduo perigoso, que se rebela contra as formas de dominação vigentes na sociedade.

As estratégias de reivindicação ou de “sabotagem” sociais podem coletivizar criminalmente sujeitos históricos de marginalidade. Em outras palavras, atos de conflitos como reivindicações pelo direito à moradia podem concorrer paralelos a atos penalmente tipificados, como tráfico de drogas, mobilizando discursos que reproduzem e retroalimentam estigmas sociais que podem ser compartilhados pelos próprios estigmatizados, acarretando um repertório actancial de distinção e autodefesa. Esta dinâmica pode influenciar na percepção de classe nos grupos sociais marginalizados por determinadas particularidades, em especial, no

mundo do trabalho formal, em vez de construir laços de solidariedade e de reconhecimento recíproco para legitimação social de seus direitos formais coletivamente.

A conexão entre os conceitos de território e segregação é uma articulação que instrumentaliza a análise e a compreensão sociológica do fenômeno urbano na América Latina. A antropóloga brasileira Neiva Vieira da Cunha (2011) aborda a segregação social considerando as definições de Lefebvre sobre a *cidade formal* e a *cidade real*. O conceito de *cidade real* parece aprofundar a análise de sociabilidade e interação, a partir de valores, normas e ações cotidianas nessas localidades, comparando com a forma idealizada do urbanismo.

Cunha em seus trabalhos, individuais e/ou coletivos (2011, 2013, 2016), disserta sobre as relações nas comunidades periféricas. Nesse ponto, ela trabalha com o conceito de segregação e analisa as diferentes formas que essa ação pode ser desenvolvida, fazendo um diálogo com a teoria das margens do Estado de Das & Poole. A dimensão espaço e tempo é considerada por Cunha tendo em vista a construção social heterogênea por aspectos históricos e culturais que influenciam as questões econômicas, políticas e jurídicas na divisão territorial das cidades contemporâneas.

A partir da análise conjunta de Cunha com os antropólogos argentinos María Carman e Ramiro Segura (2013), o continente americano será o recorte de estudos para apresentar e comparar as variações da segregação no contexto urbano. No aspecto material, não há grandes diferenças entre os continentes, refletindo a diferença econômica dos lugares e denotando o controle social do espaço através do urbanismo. Essa configuração caracteriza a cidade formal, ou seja, um determinado ordenamento e padronização de como o conjunto urbano deve ter. Esse cenário aponta para as relações de poder e quais são os atores sociais que determinam as diretrizes da reconfiguração do urbano. Porém, a composição do aspecto humano tem outras variações históricas e culturais locais.

Na parte norte do continente, podemos verificar que os critérios de seleção espacial são de ordem étnico-racial. Em sua maioria, os guetos da América do Norte são compostos por negros e imigrantes de origem latino-americana, além de outras etnias, como os árabes, por exemplo. Eles se aproximam da definição de Athens sobre a segregação social e a formação dos guetos como territórios com conotações negativas de marginalização e criminalização na sociedade estadunidense.

Nas cidades latino-americanas, o cenário se torna mais complexo devido à heterogeneidade das construções históricas e culturais de cada país. Ao passo que países como

Colômbia e Venezuela, que possuem uma população negra considerável, o componente racial da segregação social é verificável de maneira mais nítida. Em outros países da região que supostamente possuem maior homogeneidade étnico-racial, como Argentina, os componentes socioeconômicos e de classe aparecem como determinantes para a segmentação territorial do espaço urbano, sendo o caso portenho mais evidente e exemplar (CARMAN, CUNHA, SEGURA, 2013, p. 16-29). O caso brasileiro é o mais particular do continente americano, porque os componentes da segregação social são os três fatores sobrepostos: racial, socioeconômico e de classe.

O conceito de segregação, no entanto, não se traduz apenas no campo espacial. Eles afirmam que esse fenômeno pode se dar por motivações de identidade, por classificações sociais, por categorias morais e outros tipos de interação humana (CARMAN, CUNHA, SEGURA, 2013, p. 13-14). Além disso, eles defendem que a segregação social possui uma temporalidade, que pode variar a intensidade da mesma, para mais ou para menos e, em alguns casos, transformar os atributos depreciativos e as relações implicadas nesse fenômeno (Idem, p. 12). Os autores continuam sua análise a partir da expansão populacional no espaço urbano, gerando marginalização e exclusão de determinado estrato social, conceitos de matrizes teóricas próprias, dando maior amplitude ao debate sociológico acerca da segregação.

Para pensarmos o urbano a partir da América Latina é preciso romper com a dependência das tradições teóricas europeias e estadunidenses. Nesse sentido, o sociólogo mexicano Lucio Oliver (2005) defende o argumento que a sociedade latino-americana possui um elevado grau de intelectualidade científica no pensamento social e uma classe trabalhadora culturalmente ativa nas decisões políticas, que de forma contraditória se quedaram subordinadas ao capitalismo transnacional. Assim, Oliver propõe outra forma de desenvolvimento para a América Latina, que não reproduza a ocidentalização individualista dos países capitalistas a partir da crítica ao atraso, que, para o sociólogo: *“junto com a crítica da modernidade da qual este atraso faz parte, impedindo o nosso desenvolvimento, pela dependência e pela subordinação”* (OLIVER, 2005, p. 251).

Ainda na crítica de Oliver sobre o desenvolvimento ocidental para a América Latina, essa perspectiva potencializa a exploração industrial e cibernética; a violência social e alienação de classes subalternizadas. Com efeito, a perspectiva de Oliver nos auxilia a interpretar quais são os signos de civilização e de cultura legitimados e compartilhados nas cidades contemporâneas da América Latina por meio do urbanismo como ideologia de classe.

Portanto, esse pensamento social crítico nos faz problematizar a reconfiguração do espaço urbano no Rio de Janeiro por meio de políticas de segurança pública para a sua transformação em *cidade global* como forma de desenvolvimento.

#### 4. RIO DE JANEIRO COMO UNIDADE DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA

O nosso ponto de partida para essa parte da tese é o fato de a América Latina ter sido convertida na região mais urbanizada do mundo no século XXI. O projeto global de transformar as cidades em lugares estratégicos para o desenvolvimento do capitalismo financeiro, a partir do seu valor de uso e valor de troca, teve efeitos nas dimensões políticas, econômicas e sociais dos países dessa parte do planeta. Porém, o processo de urbanização uniforme encontrou barreiras na América Latina pela sua construção histórica e cultural, problematizando a aplicação de categorias ocidentais que se pretendiam universais, o que demandou a interpretação desses conceitos pela verificação de como foram construídos e reafirmados, ou não, os sujeitos de direitos para a realidade concreta da América Latina e suas sociedades marcadas pela desigualdade. Com efeito, a escolha do Rio de Janeiro como unidade de análise sociológica do caso brasileiro deve-se à sua centralidade no país e no contexto latino-americano e os investimentos para que a cidade se apresente como *cidade global*.

A cidade do Rio de Janeiro é uma unidade de análise sociológica interessante para articular a tese de Lefebvre sobre o fenômeno urbano e seus conceitos de *sociedade urbana* e *direito à cidade*, com o conceito polissêmico de segurança como categoria sociológica para a nossa tese. A capital fluminense possui características particulares e, até mesmo, únicas na sua construção histórica, do ponto de vista humano, material e físico. Se as cidades como conceito universal já pareceria um empreendimento improvável por parte da Humanidade, o Rio de Janeiro é um dos capítulos mais intrigantes no sentido de planejamento urbano, das dimensões da segregação pela sua segmentação territorial e pela construção de tipos ideais de cidadãos plenos e de cidadãos precários; conjugada com a dominação e o consumo do homem sobre a natureza.

O método *regressivo-progressivo* de Lefebvre também nos auxilia a compreender e interpretar quais foram os fatores históricos que cristalizaram a centralidade do Rio de Janeiro no país e como identidade nacional brasileira para o mundo. A cidade mantém sua centralidade em várias dimensões, mesmo em comparação a São Paulo, maior metrópole do país, e a Brasília, atual capital federal, ainda que não possua mais o *status* institucional desta última cidade. As diferentes temporalidades no espaço urbano carioca são norteadores de socialização que têm efeitos políticos, econômicos, culturais e sociais, sendo o cerne de conflitos na cidade e de construção de *áreas vocacionadas* para morar, consumir, trabalhar e conviver. Porém, as demandas locais do Rio de Janeiro ainda possuem dimensões de

“assuntos nacionais”, o que contribuiu para a construção do nosso objeto. Portanto, para identificar quais relações de poder norteiam estruturalmente a sociedade carioca para uma análise comparativa, é preciso compreender o transcurso histórico do Rio de Janeiro.

#### **4.1. Os leitos históricos que este Rio percorreu: marcos políticos e sociais que estruturaram a *cidade maravilhosa*.**

Fundada oficialmente por Estácio de Sá, em 1565, a cidade do Rio de Janeiro passou por diversas transformações materiais, humanas e simbólicas ao longo de sua história, inclusive a mudança do seu nome original: cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Sua fundação ocorreu no primeiro século de colonização portuguesa no atual Brasil como forma de travar o avanço francês na corrida colonial na América por motivos econômicos e militarmente estratégicos. Inicialmente, a vila e, posteriormente, a cidade foram sendo desenvolvidas entre quatro morros: Castelo, Conceição, Santo Antônio e São Bento. Acidentes geográficos foram consolidando a região central do Rio de Janeiro por parâmetros religiosos, políticos, econômicos e militares<sup>21</sup>. Nesse período, a cidade teve função de eixo logístico da colônia.

Em 1763, o Rio de Janeiro foi alçado à condição de capital da colônia, em substituição a Salvador, ficando a sede da administração mais próxima de Minas Gerais, local de extração da principal matéria-prima de exploração à época: ouro e pedras preciosas. O Rio de Janeiro contava com o porto, o qual era a saída e a entrada de mercadorias e pessoas, incluindo de mão de obra escravizada trazida compulsoriamente da África<sup>22</sup>; além das fortificações militares, que propicionaram a sua centralidade no território brasileiro. Apesar de sua densidade demográfica modesta, o Rio de Janeiro foi constituído como uma forte praça comercial e marítima, com uma complexa rede econômica. A hegemonia do Rio de Janeiro a partir desse período foi derivada, reforçada e dinamizada pelo controle fiscal do minério e pela posição forte e crescente como núcleo de tráfico negreiro (SILVA & VERSIANI, 2015, p. 77). A centralidade do Rio de Janeiro no território colonial foi sedimentando a construção histórica e política da cidade como capital formal.

---

<sup>21</sup> O Morro Cara de Cão, localizado ao lado do Pão de Açúcar, também era estratégico do ponto de vista militar para a consolidação da colônia portuguesa, mas fica afastado do centro da cidade.

<sup>22</sup> O Porto do Rio de Janeiro também serviu como principal entrada de escravizados africanos no Brasil (1720-1850) (MISSE & GRILLO, 2014, p. 50).

## 4.2. Família Real Portuguesa: Transformações urbanas, sociais e políticas

O início do século XIX marcou a primeira grande transformação urbana no Rio de Janeiro. A chegada da família real portuguesa na cidade, em 1808, ocasionou a mudança da capital do império português para a capital da colônia de maneira informal e temporária, porém, o Rio de Janeiro é alçado ao posto de capital oficial do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, de 1815 até 1821<sup>23</sup>. Essa mudança de *status* teve consequências materiais e sociais, tendo em vista que toda estrutura burocrática e humana do Estado português foi transladada para o Rio de Janeiro<sup>24</sup>, o que influenciou nas disputas entre as forças sociopolíticas locais pela proximidade territorial do poder central, o que trouxe no seu bojo o exercício de uma autonomia até então desconhecida na colônia.

No sentido material, o Rio de Janeiro começou a ter alterações para atender as necessidades da família real, como saneamento básico e estrutura física. Esse foi um marco de mudança nas relações sociais e culturais da cidade, já que algumas propriedades privadas foram cedidas ou confiscadas pelo poder da coroa<sup>25</sup>, pela escassez imobiliária local. Sobre os imóveis privados confiscados pelo poder real há uma observação a se fazer: eram escritas nas portas as iniciais “P.R”, de *príncipe-regente*, posto que Dom João VI exercia à época da chegada da família real ao Brasil. Popularmente, porém, a sigla ficou conhecida por “*ponha-se na rua*”, pelo fato da saída compulsória do proprietário. Podemos identificar os conflitos sociais desse período através da linguagem, inscrição e escritos da cidade conceituadas por Lefebvre, uma vez que a formalidade e a informalidade se encontram nas relações concretas entre os indivíduos pela interpretação dos signos da nova ordem.

De fato, os investimentos feitos no Rio de Janeiro pela chegada da família real acarretaram uma transformação urbana com efeitos sociais e culturais a partir da europeização institucional como ideário de civilização nos trópicos, alterando a estrutura, a forma e a função da cidade:

D. João VI agregou institucionalização formal e informal à vida colonial, com a criação de tribunais, conselhos, câmaras, de instituições encarregadas do ordenamento e policiamento da cidade, de cursos de Direito etc., além da criação do primeiro Banco do Brasil do país (...) Ao mesmo tempo, afirmava-se o projeto

<sup>23</sup> Decisão do príncipe-regente e, posteriormente, rei Dom João VI (1816-1826). Reino que alcançava territorialmente colônias em todos os continentes.

<sup>24</sup> Mais 15 mil portugueses chegaram junto com a família real ao Rio de Janeiro, que possuía uma população estimada entre 43 e 50 mil habitantes (SILVA & VERSIANI, 2015, p. 77).

<sup>25</sup> O Palácio Real de São Cristóvão foi um presente dado a Dom João VI por Elias Antonio Lopes, traficante de escravizados que, posteriormente, se tornou homem de confiança do monarca, sendo nomeado para cargos públicos. O palácio foi residência oficial da corte portuguesa e dos imperadores brasileiros até o fim da monarquia. Atualmente, o prédio abriga o Museu Nacional e a Quinta da Boa vista é um parque público, no bairro de São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro.



civilizador da monarquia, de inspiração europeia. Instituições culturais e prestigiados espaços urbanos, como o Jardim Botânico, foram edificados no suceder dos anos. Constituiu-se a Real Biblioteca de Língua Portuguesa, atual Biblioteca Nacional, sendo abertas várias livrarias na cidade (...) Vários projetos arquitetônicos seriam então realizados para a cidade, divulgando o neoclassicismo em fachadas e arcos triunfais que deram ao Rio características de uma capital europeia. Paralelamente, a partir do movimento diário de seu porto, o Rio de Janeiro incorporava influências culturais e hábitos europeus. (SILVA & VERSIANI, 2015, p. 77- 78).

As transformações materiais deste período marcaram também o planejamento territorial do Rio de Janeiro. Dessa forma, outras construções tiveram o objetivo de distanciar a nova elite da cidade de comportamentos e grupos sociais considerados desagradáveis e incivilizados. Um exemplo dessas construções foi o Cais do Valongo, em 1811, para o desembarque de negros e negras trazidos da África na condição de escravizados, distante do Paço Imperial<sup>26</sup>, sede administrativa da Coroa, tendo em vista que a população negra era desembarcada e vendida nas proximidades do paço, causando constrangimento às classes dominantes pelo estado de seus corpos: nus e feridos<sup>27</sup>.

A ideia de segurança começa a tomar forma de ação do Estado a esta época. O controle social das ruas do centro do Rio de Janeiro foi institucionalizado com a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, no ano de 1808 (NUMMER, 2010, p. 75). Antes disso, a responsabilidade do policiamento no período colonial era exercida por particulares com o objetivo de reprimir revoltas de escravizados e/ou de homens livres que ameaçavam a ordem pública da/na colônia. Dessa forma, podemos concluir que este planejamento urbano institucionalizou no cotidiano dos cariocas fronteiras territoriais e simbólicas entre segregados e membros da elite através das funções de polícia, determinando o que é crime e quem é criminoso.

Em 1822, o Brasil declara sua independência de Portugal. No entanto, as elites sociais do país mantiveram o sistema político monárquico, inclusive a mesma dinastia da coroa portuguesa, os Bragança, e a capital no Rio de Janeiro. O Brasil foi alçado à condição de Império com o objetivo de construir uma unidade nacional em um país dominado por elites oligárquicas locais que mantiveram a mão de obra escravizada e a atividade agrícola como a

---

<sup>26</sup> A essa época era chamado de Paço Real.

<sup>27</sup> Apesar do referido cais ter sido construído em 1811, o desembarque e o comércio de negros e negras escravizados foram transferidos para a região do Valongo no ano de 1774, saindo da praia do peixe e da Rua Direita (atuais praça XV e rua Primeiro de Março, respectivamente, no centro do Rio de Janeiro). O cais do Valongo foi a consolidação dessa transferência de maneira sistematizada e definitiva. (Fonte: Instituto Pretos Novos [E Memorial Pretos Novos]. Disponível em: [http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=83:memorial-dos-pretos-novos#sobre\\_o\\_museu](http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=83:memorial-dos-pretos-novos#sobre_o_museu)). Acesso em 18/11/2017.

principal nos períodos de Pedro I e Pedro II<sup>28</sup>. O Rio de Janeiro tem uma situação *sui generis* em dois aspectos: a primeira e única cidade que foi capital de um império europeu fora daquele Continente e a única monarquia das Américas. As marcas físicas do período monárquico permanecem em alguns prédios administrativos, educacionais e museus na capital fluminense, por exemplo, sendo indicativos da memória de um projeto cultural e civilizacional impressos na arquitetura do Rio de Janeiro contemporâneo.

O império brasileiro também foi o período em que a expansão urbana do Rio de Janeiro foi iniciada, ainda que de maneira secundária. As territorialidades foram sendo construídas no sistema de atração-repulsão que foi consolidando histórias, memórias e identidades raciais, culturais e sociais; e, assim, vocacionando determinados espaços urbanos como qualificados ou desqualificados. Essa dinâmica foi movimentando pessoas dos lugares mais centrais do Rio de Janeiro, perto das sedes administrativas da monarquia e dos equipamentos de cultura, conhecimento e ciência; para outros espaços mais distantes, com a construção da linha férrea da Central do Brasil, que progressivamente estimulou a suburbanização da capital, mesmo que de forma assistemática.

#### *4.2.1. Marginalidades relacionais: etnia e raça como vetores de territorialidade no Rio de Janeiro*

As narrativas populares transmitidas por meio da oralidade foram determinantes para construir um multiculturalismo étnico do Rio de Janeiro e a expansão da cidade. Três exemplos são ilustrativos para compreendermos a construção de alguns sujeitos históricos marginalizados a partir da relação etnia/raça e território e como eles foram absorvidos na sociedade carioca a partir da divisão social do trabalho, mais precisamente pela sua utilidade material: os árabes, os ciganos e os negros.

Os árabes e os ciganos apresentaram similaridades nos sentidos de permanência e mobilidade territoriais no Rio de Janeiro. Ambos os grupos estiveram presentes no Brasil desde o Brasil-colônia, mas suas trajetórias sociais tiveram mudanças estruturais significativas com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e com o Império brasileiro. A princípio, árabes e ciganos ficaram na região central da cidade e posteriormente foram migrando para o subúrbio do Rio de Janeiro e para a Baixada Fluminense pela linha férrea.

---

<sup>28</sup> Houve diversos movimentos separatistas no Brasil no período imperial, a Revolução Farroupilha (1835 - 1845), no Rio Grande do Sul; a Cabanagem (1835 - 1840), no Pará; a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco e a Revolta dos Malês (1835), na Bahia, são alguns exemplos das tensões sociais e políticas que acarretaram atos de violência e/ou de guerra.

Outro ponto comum entre eles é a ideia difundida de cada um desses grupos era etnicamente homogêneo.

Apesar de estigmas sociais, a marginalização de árabes e ciganos foi verificada como relacional no Rio de Janeiro por exercerem atividades que mantinham o funcionamento da cidade. A princípio, os árabes se dedicaram ao comércio e se concentraram na Rua da Alfândega<sup>29</sup>, que ficou conhecida como *rua dos turcos*<sup>30</sup>. A noção de trabalho como forma de ascensão social familiar também foi um componente de aceitação dos árabes na sociedade carioca, como também na brasileira e latino-americana. Esse processo histórico foi verificado pelo seguinte planejamento: pai/comerciante, filho/doutor, neto/homem público. Nesse sentido, a consolidação da ascensão social dos árabes seria e sua manutenção de *status* pela qualificação formal progressiva de geração para geração: (i) trabalho, (ii) educação, (iii) reconhecimento público. Apesar do exotismo atribuído à sua civilização, os costumes árabes foram assimilados pela sociedade brasileira em vários aspectos, desde os culinários, passando por conceitos estéticos, até a linguagem formal.

Os ciganos construíram uma imagem de boemia e de trabalho burocrático na história do Rio de Janeiro. Com a chegada da família real, os ciganos da etnia *calon* passam a desempenhar a função de *meirinhos* ou oficiais de justiça da corte de D. João VI. A descrição de pessoas temíveis talhadas e trajadas para esta função, inclusive para as notificações do P.R., contrastava com o ideário festivo de personagens das noites do centro da capital real (MELLO *et al* 2009; VEIGA, 2016). Com essa descrição, podemos concluir que a função de oficial de justiça implicava determinado risco e potencial emprego da violência física por parte do servidor, uma vez que a abordagem podia causar reações constrangidas ou de revolta por parte de quem era notificado. O trânsito dos ciganos no judiciário pelas negociações de escravizados<sup>31</sup> também pode ser considerada para a atribuição deste ofício a eles, além da imagem de violentos. Com efeito, o ofício de meirinho foi consolidado com trajetória familiar dos *calons*, conferindo-lhes mobilidade social e territorial para as áreas dos atuais bairros da Cidade Nova e do Catumbi, nos limites da região central do Rio de Janeiro.

---

<sup>29</sup> A atividade comercial ainda é exercida no local e é conhecida pela sigla SAARA (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), em nítida alusão ao deserto do Saara, no norte da África, que possui presença massiva de árabes, principalmente muçulmanos.

<sup>30</sup> A partir de 1880, houve um grande fluxo migratório sírio-libanês para o Brasil com passaportes turco, sendo uma das explicações para que os árabes fossem chamados de *turcos*.

<sup>31</sup> Desde o século XVIII, os ciganos desempenharam funções de comércio ilegal de mão de obra negra escravizada no Brasil colonial e comércio legal de animais de montaria, conferindo outro *status* social para os ciganos: brancos incorporados à classe baixa, diluindo fronteiras étnicas e culturais (MELLO *et al* 2009, p. 81).

Por fim, o terceiro exemplo da dinâmica entre territorialidade e etnia/raça para a expansão do Rio de Janeiro é o caso do negro. O negro como sujeito histórico é um caso paradigmático nas dimensões: social, cultural, econômica, religiosos, étnico-racial, política e jurídica. Exploramos anteriormente as condições que a população negra foi trasladada de forma compulsória para o Brasil e sua permanência nessas terras de forma precária e vulnerável pela sua condição socio-histórica de “objeto”. As várias etnias das nações africanas foram definidas na categoria universal de *negro*.

O negro também sofreu discriminações por estigmas sociais. Para comparar a situação do árabe, do cigano e do negro, mobilizamos a teoria do sociólogo canadense Erving Goffman sobre o estigma (1978), na qual ele defende que tal conceito é caracterizado por uma carreira moral deteriorada e de forma pública correlacionada a fatores de classe, corporais, entre outros. A partir do conceito de Goffman, que alguns estigmas podem ser desinformados ou encobertos (1978), salientamos a forma de inclusão que os tipos sociais marginalizados citados tiveram na cidade. Nesse sentido, os signos identificadores de marginalização e de estigmas sociais podem ser disfarçados pelo estigmatizado, mascarando a sua cultura e seu pertencimento étnico-racial.

Localizamos aí o ponto de distinção entre os negros em relação aos ciganos e aos árabes. Segundo o psiquiatra francês de origem caribenha Frantz Fanon (1975), a categoria *negro indistigável* expõe visualmente o conceito de estigma que Goffman se refere. A partir da identificação racial do negro, sua situação social e sujeição histórica são remetidas à estrutura de poder da sociedade brasileira, incluindo a sua capital: o Rio de Janeiro. Enquanto os árabes e os ciganos vislumbravam algum tipo de ascensão social por meio de atividades econômicas e/ou burocráticas, convertendo alguns dos aspectos negativos a eles atribuídos em aspectos positivos, por sua relevância material na cidade, aos negros não era oportunizada essa possibilidade, ainda que negros e negras fossem a força social do Brasil desde a colônia, como anteriormente abordado neste trabalho. Ademais, o negro era ator social mais presente que os árabes e os ciganos, porém, este ator era considerado uma espécie de estrangeiro, mesmo que estivessem a gerações por estas terras.

A população negra se concentrou nas cercanias do porto do Rio de Janeiro. A região ficou conhecida como “pequena África”, área que foi se estendendo pelo cais do Valongo até a atual Praça Onze, passando pela pedra do sal e por quilombos remanescentes nos morros da parte central da cidade. O território foi remetido à identidade negra pela concentração dessa população, onde suas práticas festivas, religiosas e culturais eram realizadas. Ao conectarmos

com as afirmações de Das & Poole sobre a criminalização de hábitos de populações marginalizadas e sobre as tecnologias de controle de populações rebeldes (DAS & POOLE, 2008, p. 24-37), podemos identificar fatos históricos que constroem a segregação sócio-espacial a partir da segurança na metrópole.

O antropólogo brasileiro Felipe Berocan Veiga cita um exemplo dessa questão de segurança pelo emprego da força policial nas *casas de angu*, território de encontro da população negra no centro da cidade. Segundo o antropólogo, essas casas eram residências coletivas de escravizados vendedores ambulantes e negros libertos, em que a sociabilidade intensa e constantes intervenções policiais foram a marca do período de escravização (VEIGA, 2016, p. 271). Portanto, a estrutura social e institucional delimita os territórios que devem ser evitados durante o século XIX, com fortes conotações raciais, o que qualifica e desqualifica os espaços urbanos, traçando as fronteiras simbólicas do Rio de Janeiro. A situação social do negro vai merecer atenção especial a partir da República por sua influência no processo de expansão urbana da capital através do conceito de segurança.

#### **4.3. República: ideia de modernização pela ciência**

No ano de 1889, o Brasil passou por outra mudança de sistema político-institucional com a proclamação da República. Mais uma vez, o Rio de Janeiro permaneceu como capital do país. A ideia de modernização baseada no positivismo europeu, que pautava as classes dominantes do país, influenciou as ações políticas e sociais por parte do Estado brasileiro na capital nos fins do século XIX e início do século XX. Essas ações deram início ao processo de ampliação sistematizada e planejada do tecido urbanizado da cidade, o então Distrito Federal, e evidenciou demandas sociais, como a moradia, a criminalidade e os estigmas sociais como assuntos de defesa do Estado. A República trazia para o Brasil a premissa da racionalidade civilizacional ocidental pela ciência. Nesse sentido, a capital do país seria o laboratório e o modelo para políticas a serem seguidas nacionalmente. De fato, o novo regime trouxe mudanças, mas ele também se mostrou conservador e militarizado, empregando a violência física, linguagem social desde os tempos coloniais.

O sociólogo brasileiro Antonio Mateus Soares afirma que a violência é um fenômeno intrínseco à cultura política brasileira. Nesse sentido, ele apresenta os argumentos de dois autores para apresentar as dimensões positivas e negativas da violência. O primeiro é do historiador francês Robert Muchembled, em que a violência é a forma positiva para garantir a existência da vida, segundo esta perspectiva, “*a violência se apresenta como um fenômeno*

*intrínseco à própria existência humana, sendo os seres vivos movidos por comportamentos predatórios e instintivos de defesa, quando ameaçados*”, podendo ser entendida como forma de controle social (SOARES, 2016, p. 92). No aspecto negativo da violência, Soares mobiliza os argumentos do psicanalista alemão Erich Fromm, que entende a violência como forma negativa de interação social que pode levar a destruição e/ou dominação. Porém, a partir dessa afirmativa de Fromm, Soares descreve a violência compensatória, que seria “*praticada por indivíduos acometidos de impotência, e que desejam reverter a sua fraqueza em força através da ação violenta, que pode se instituir desde a exploração ao aniquilamento do outro*” (Idem, p. 93).

Para Soares, a violência danifica o projeto humano por negar a possibilidade de argumentação e entendimento político e social. No caso brasileiro, ele afirma que a violência está na história particular da formação política do país, o que coloca esta temática como um problema de ordem pública. Para Soares, a violência compensatória foi instituída no Brasil desde a origem de sua sociedade, revelando “*um ‘acúmulo social da violência’ (...) instituidora de ‘conflitualidades’ (...), que deve ser analisada não apenas através dos fatores apresentados na contemporaneidade.*” (SOARES, 2016, p. 93), ou seja, o autoritarismo iniciado nos tempos da colonização mantém as suas marcas na estrutura política do Estado brasileiro até os dias atuais, segundo o sociólogo.

O período republicano lançou mão de discursos científicos para justificar as ações violentas do Estado. Assim, “*foram produzidos diversos discursos que evocavam o determinismo biológico como elemento de distinção entre brancos e negros*” (SOARES, 2015, p. 96), sendo mote para categorizar determinados grupos sociais como **classes perigosas**. A situação do negro se agrava neste cenário. Como visto anteriormente, a categoria “*negro indisfarçável*” de Franz Fanon (1975) nos faz compreender os mecanismos sociais que oportunizaram a possibilidade de biologização do racismo a partir dos argumentos deterministas que atribuíam valores depreciativos a uma ordem patológica para defender a tese de degeneração moral pela miscigenação.

A antropóloga e historiadora brasileira Lilia Moritz Schwarcz (1989) argumenta que o projeto de nação brasileira e republicana teve origem a partir do fim da Guerra do Paraguai. Segundo Schwarcz, a geração de cientistas brasileiros, formada a partir da década de 1870, se deu conta de que viviam em um país extremamente mestiço e negro, pobre e agrário, diferente das suas referências urbanas industrializadas e com a noção de **urbanidade**: as metrópoles estadunidenses, francesas e inglesas. Essa massa populacional devia ser incluída no processo

civilizatório europeizante para que o projeto de nação fosse concluído, o que fortaleceu duas teses: o determinismo e o evolucionismo. Esses cientistas começaram a atuar politicamente para que suas teses ganhassem poder de decisão no Estado, o que efetivamente acontece com a República.

Apesar de apresentarem argumentos e conclusões diferentes sobre a miscigenação, o determinismo e o evolucionismo buscavam legitimar o projeto civilizador europeu sobre as demais culturas e etnias no país como argumentação científica supostamente neutra. O Rio de Janeiro como capital seria o piloto para este empreendimento. A construção do cidadão idealizado da República brasileira conta com um fator racial bem marcado, que pode ser entendido como uma “*igualdade de estirpe*” (AGAMBEN, 2014, p. 168). As estratégias mobilizadas pelos sujeitos históricos de marginalidade incluíram repertórios de ação que variavam da tentativa de negação e distinção do seu grupo de origem e/ou a deliberada desobediência, ambas as situações ocasionando a inclusão precária desses sujeitos. Essa inclusão precária foi inscrita materialmente na cidade a partir do território, conjugando os conceitos de moradia e de segurança.

O urbanismo como ideologia e ilusão de classe ganhou força nas então elites dominantes do Rio de Janeiro. A ideia de técnica aliada a um projeto civilizacional seria o cerne da reconfiguração do espaço urbano carioca para transformação dos conceitos essenciais da cidade: função, forma e estrutura. A partir dessa ideia, o Rio de Janeiro passou por dois processos urbanos antagônicos neste período que determinaram o desenho da cidade: a favelização e a remoção. Nesse sentido, a Reforma Pereira Passos foi paradigmática para a expansão geográfica e construção de fronteiras físicas e simbólicas do Rio de Janeiro.

#### *4.3.1. Bota-abaixo: Reforma Pereira Passos e polissemia do conceito de segurança por meio do urbanismo*

Pereira Passos, prefeito nomeado<sup>32</sup> da então capital federal (1902-1906), pôs em marcha uma reforma sob o argumento de modernizar o Rio de Janeiro, então distrito federal. O modelo de inspiração para o projeto urbanístico foi a reforma de Haussman em Paris. A estratégia de Haussman foi expulsar o proletariado para a periferia da cidade, inventando simultaneamente os subúrbios e o habitat, o aburguesamento como despovoamento e apodrecimento dos centros (LEFEBVRE, 2008, p. 101-102). Este modelo fora adotado anteriormente na América Latina em outra capital, Buenos Aires, capital da Argentina, na

---

<sup>32</sup> Ato do então Presidente da República Rodrigues Alves.

década de 1880, sendo uma espécie de balizador geográfico para os idealizadores dessa planificação. Esse período de transformações urbanas no Rio de Janeiro ficou conhecido como Reforma Pereira Passos.

As remoções foram a tônica da Reforma Pereira Passos. A abertura de grandes avenidas no centro da capital acarretou o arrasamento de acidentes geográficos e a remoção de imóveis, mais precisamente os cortiços e as favelas. O argumento era de que os cortiços e as favelas dessa região eram locais de degenerações morais e de higiene precária, o que ocasionava crimes de rua, prostituição, pobreza, entre outros valores depreciativos remetidos aos seus moradores, sendo categorizados como *classes perigosas* e uma ameaça à harmonia e à segurança da cidade. As remoções foram efetivadas de maneira violenta empregada por parte das forças policiais contra a população mais pobre do centro da cidade. Assim, essa reforma ficou conhecida popularmente como “*bota-abaixo*”.

A planificação urbanística do centro do Rio de Janeiro visava o controle social de fatores endógenos e exógenos por meio da territorialização sistematizada. Nesse sentido, Foucault disserta sobre quatro pontos que corroboram nossa premissa de segurança como categoria sociológica polissêmica, que reconfiguraram os conceitos urbanos de função, forma e estrutura da cidade a partir da Reforma Pereira Passos:

Em primeiro lugar, abrir eixos que atravessassem a cidade e ruas largas o bastante para assegurar quatro funções. Primeira, a higiene, o arejamento, eliminar todas aquelas espécies de bolsões em que se acumulavam os miasmas mórbidos nos bairros demasiado apertados, em que as moradias eram demasiado apinhadas. Função de higiene, portanto. Segunda, garantir o comércio interior da cidade. Terceira, articular essa rede de ruas com estradas externas de modo que as mercadorias de fora pudessem chegar ou ser enviadas, mas isso sem abandonar as necessidades do controle aduaneiro. E, por fim - o que era um dos problemas importantes das cidades no século XVIII -, possibilitar a vigilância' a partir do momento em que a supressão das muralhas, tomada necessária pelo desenvolvimento econômico' fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos' vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo (...) Tratava-se, portanto, também de planejar os acessos ao exterior, essencialmente no que concerne ao consumo da cidade e a seu comércio com o mundo exterior (FOUCAULT, 2008, p. 24-25).

A polissemia da segurança como categoria sociológica é evidenciada pelo urbanismo como ideologia e ilusão de classe no Rio de Janeiro. A segurança sanitária foi defendida pelas classes dominantes de forma inerente ao controle social do crime. As ditas *classes perigosas* apresentavam este duplo risco para as elites econômicas e políticas da época, sendo os cortiços e as favelas entendidos como fonte da insegurança e das doenças na cidade. O autoritarismo científico da República causou reações das populações mais pobres da capital.



A Revolta da Vacina foi exemplar nesse sentido, debelada pela obrigatoriedade da vacinação contra a varíola na capital federal entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904, sendo a violência empregada pelas forças policiais e pelos agentes sanitários contra a população mais pobre da cidade, ocasionando conflitos, distúrbios, prisões e mortes.

A Reforma Pereira Passos tinha uma conotação simbólica da consolidação do moderno sobre a ideia de atraso civilizacional. A reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro pela técnica urbanística também era uma forma de dominação do homem sobre a natureza, com a remoção de morros, e apagar os signos do antigo regime, a monarquia, representados pelos cortiços e favelas. A derrubada do cortiço *cabeça de porco*, em 1893, apesar de ter sido antes do “*bota-abaixo*” é simbólica nesse sentido, como prenúncio da remoção sistematizada de Pereira Passos. O morro do Castelo, um dos acidentes geográficos entre os quais a cidade foi sendo desenvolvida, começou a ser arrasado progressivamente para a abertura a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco.

No bojo da Reforma Pereira Passos, a segurança jurídica não foi verificada na promoção do direito à moradia dos mais pobres. As ditas *classes perigosas* foram removidas a partir da desapropriação e demolição de seus lugares de habitação, provocando uma busca imediata por moradia. Essa busca indicou dois caminhos para as populações marginalizadas: a subida para os morros do centro ou as margens da linha férrea. A permanência da população marginalizada no centro da cidade foi estimulada pelos postos de emprego, seja no mercado formal e/ou informal. As condições de moradia nas favelas eram precárias pela falta de serviços do Estado como saneamento básico, educação formal, entre outros, sendo a única opção para as populações de baixa renda. Ao considerarmos essas questões, reforçamos o nosso argumento de inclusão precária desses sujeitos históricos de marginalização, uma vez que eles eram incluídos na vida urbana do Rio de Janeiro pelo viés econômico - ora como mão de obra barata, ora como consumidores de produtos de baixo custo de produção -, não sendo legitimados como sujeitos de direitos formais pela sociedade carioca.

A Reforma Pereira Passos também direcionou o consumo pelo urbanismo no Rio de Janeiro. Com a abertura e alargamentos de ruas e avenidas na região central da cidade, uma nova *urbanidade* era constituída na cidade através dos centros comerciais (cafés, confeitarias, lojas, entre outros), manutenção de edifícios que eram centro de conhecimento e cultura, além de jardins e passeios. A transformação consolidou o urbanismo a moda parisiense como construção de espaços qualificados para as elites. A imagem do *flâneur* carioca também começa a se consolidar no imaginário como personificação do cosmopolitismo da capital

nacional. Esse tipo social idealizado é o arquétipo de cidadão intelectualizado e culto, membro de uma elite que almeja a europeização dos trópicos como forma de civilização na América Latina.

Porém, o “*bota-abaixo*” também cristalizou o perigoso, aquele tipo social depreciado pela classe dominante que corporificou o atraso do país por questões étnico-raciais e de classe. Essas dimensões eram traduzidas pela precariedade material de seu lugar de habitação e pela divisão social do trabalho, por este sujeito de marginalidade se dedicar aos trabalhos mais braçais e intelectualmente desqualificados. As diferentes temporalidades na cidade indicavam a permanência de retalhos agrários no tecido urbano a partir do sujeito histórico *negro*, que era contrária à ideia de modernidade científica das classes dominantes. Ainda assim, este sujeito é verificado como funcional para a cidade por aspectos econômicos e sociais, mesmo sendo estigmatizado.

Os sujeitos históricos de marginalidade no Rio de Janeiro vão sendo internalizados e naturalizados como “*o outro*” e não como “*o próximo*” no imaginário social. Esses atores sociais se mostraram como um problema para a efetivação do projeto civilizador da República, ou seja, a introdução do sujeito histórico negro/ mestiço na sociedade brasileira como cidadão demandava de ações do Estado neste sentido. O planejamento urbano do Rio de Janeiro foi traçando as primeiras fronteiras geográficas planejadas de segregação socioespaciais a partir da Reforma Pereira Passos, que iniciou a expansão urbana para a zona sul da cidade, sendo uma das raízes históricas de sua segmentação territorial contemporânea. Com efeito, o legado de Pereira Passos foi a noção classista de qualificação territorial, consolidada de forma intrínseca à segurança no Rio de Janeiro pela ideia de exclusividade, oportunizando dois processos urbanos dialéticos: a elitização e a suburbanização de territórios e populações.

#### *4.3.2. Expansão da cidade e qualificações territoriais: zona sul e subúrbio*

A política urbana iniciada por Pereira Passos foi o catalisador da expansão territorial do Rio de Janeiro. O valor de uso e o valor de troca do solo carioca são consolidados no século XX pela territorialização econômica e social da cidade, tendo efeitos materiais e humanos. A região central passa por um processo de transformação arquitetônica e urbanística nas décadas subsequentes. O centro do Rio de Janeiro concentrava lugares de moradia de elites econômicas, culturais e políticas da cidade, como a região da Lapa e seus casarios, como áreas de adensamento populacional de classes trabalhadoras estigmatizadas, como os

morros do Castelo e o da Providência. Nesse sentido, a expansão territorial do Rio de Janeiro pode ser interpretada como efeito prático e direto da ideia de ordem urbana no seu centro por meio do urbanismo.

Os estilos de vida no Rio de Janeiro são transformados pela noção de metrópole moderna. A técnica urbanística como forma de dominação do homem sobre a natureza ganha novos elementos a partir das décadas de 1910 e 1920, reconfigurando a estética e o simbolismo da cidade nacional e internacionalmente por elementos materiais. O arrasamento completo do morro do Castelo e o desalojamento de sua população<sup>33</sup> tiveram dupla função no projeto de modernização do Rio de Janeiro: retirar definitivamente do tecido citadino o que remetia esteticamente aos tempos coloniais e monárquicos, além de oferecer matéria-prima para aterramentos em outras partes da cidade, e para que o visitante não tivesse a pobreza e a mestiçagem como primeira imagem do Rio de Janeiro, uma vez que o morro era a primeira vista de quem chegava à cidade de navio, transporte de longas viagens à época.

É interessante observarmos que outro argumento mobilizado para justificar a remoção do morro do Castelo foi uma espécie de megaevento da época. Em 1922, o Rio de Janeiro foi sede a exposição internacional de centenário de sua independência e demandava espaço para realizar este evento. Além disso, seguindo a lógica iniciada na Reforma Pereira Passos, o arrasamento do morro e a consequente expulsão dos seus moradores também seriam benéficas para a higienização, segurança e circulação no centro, segundo as autoridades da época.

Em contrapartida, a verticalização do Rio de Janeiro tem início como materialização da modernidade científica e traços de metrópole a partir dos avanços tecnológicos de várias áreas. Na arquitetura e na engenharia, o Edifício *A Noite*<sup>34</sup>, construído na Praça Mauá na década de 1920, em frente ao porto da cidade, foi o primeiro arranha-céu do país e o maior da América Latina por um breve período. Esse edifício foi/é a primeira imagem do desembarque dos viajantes, em contraste ao antigo morro do Castelo. O edifício também encobre parcialmente o Morro da Conceição.

Outro ponto destacável no processo de urbanização e verticalização do Rio de Janeiro foi a construção da Cinelândia. Com a construção da Avenida Central, não só moradias populares foram demolidas, mas alguns conventos. No caso, a Cinelândia foi construída no

---

<sup>33</sup> “Em setembro de 1921, moravam no Castelo 4.200 pessoas, divididas em 408 imóveis. Eram casarios de um a dois pavimentos; habitados por inquilinos negros e mestiços. Em sua maioria, eram domésticas, lavadeiras, carregadores, alfaiates, sapateiros e operários”. Fonte: Jornal *O Globo*. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/castelo-360o.html>. Acesso em 26/11/2017.

<sup>34</sup> Nome popular do edifício finalizado entre os anos de 1929 e 1930. O nome oficial do edifício é Joseph Gire, em homenagem ao seu engenheiro e projetista.

lugar do antigo Convento da Ajuda. A Cinelândia foi planejada para ser um polo de cultura, lazer e entretenimento, com salas de cinema, teatros, hotéis e cassinos, no estilo da *Times Square* de Nova Iorque. Neste perímetro estavam o Supremo Tribunal Federal, o palácio Monroe; antiga sede do Senado, além do Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional. Com efeito, podemos identificar no planejamento urbano do Rio de Janeiro a influência direta dos signos do cosmopolitismo estadunidense como marca ideológica e norteadora de significados.

A divisão entre local de trabalho e local de domicílio, o centro do Rio de Janeiro começa a se caracterizar também como traço do individualismo intrínseco ao urbanismo como ideologia de classe. Dessa forma, houve uma evasão habitacional dessa região para outras partes da cidade. A zona sul da então capital federal foi se consolidando como lugar de moradia das classes dominantes, ou seja, das elites políticas e econômicas da cidade. A abertura de túneis, a chegada da luz elétrica e a proximidade com o mar e elementos da natureza, foram vetores de novos usos do território e de estilos de vida, incidindo no valor de troca do solo pela presença de signos urbanos naquela região. A partir da década de 1920, a ratificação da zona sul como local privilegiado dinamizou a construção de prédios turísticos e residenciais, sendo o hotel *Copacabana Palace* o primeiro dessa linha, inaugurado em 1923.

A zona sul do Rio de Janeiro foi sendo consolidada como território de exclusividade de uma classe dominante híbrida, oriunda da conjugação das noções de passado monárquico glorioso e modernismo científico da República. Apesar de sinalizarem elementos conflitantes dentro da lógica social e discursiva do liberalismo, essa camada social se converteu em elite cultural da então capital. As noções de cidadão e de cidade a partir da zona sul do Rio de Janeiro começaram a ser transmutados como identidade nacional e projeção internacional do país. Dessa forma, a premissa de liberdade pelo mercado ganha outras conotações no contexto de formação dessa elite híbrida.

Nas zonas norte e oeste do Rio de Janeiro, a expansão urbana acarretou outro processo: a suburbanização. A ocupação dessas áreas foi configurando um caráter multiétnico de classes locais e pela progressiva sedimentação material de signos citadinos, que disputavam espaço com os aspectos rurais, indicando a ideia de conflito entre moderno x atraso. As fronteiras geográficas da então capital federal foram concentrando funcionalidades de abastecimento, industriais e militares por meio de um urbanismo bem menos elaborado do quem em relação à zona sul e ao centro da cidade, sendo a linha férrea o eixo físico da reconfiguração desse espaço pela circulação de pessoas, mercadorias e de riquezas. O

comércio e os aparatos estatais foram consolidando os signos urbanos como presença da civilização e como ordenadora de sentidos e significados de sociabilidade.

A categoria território foi determinante para conferir o *status* de classe dominante no Rio de Janeiro. Em termos comparativos, as elites das zonas sul, norte e oeste da cidade não apresentavam discrepâncias significativas no acúmulo de capital econômico, sendo a dimensão material equiparada. Porém, as elites da zona sul possuíam capitais culturais e simbólicos que os distinguiam como classe dominante social e politicamente. O acesso facilitado ao centro da capital federal por parte dessa elite oportunizou também a difusão e compartilhamento de seus valores de maneira hierarquizada, pela atuação política e pela imprensa, por meio dos bens simbólicos e culturais como estruturantes da sociedade.

Nesse sentido, a politização da raça também pode ser entendida como um dos fatores dessa dominação pela ideia de origem. A reivindicação de uma identidade histórica, social e étnica europeia das elites da zona sul se configurava como *igualdade de estirpe*, uma espécie de traços civilizacionais inatos por questões familiares. Isso seria o ponto de distinção com as elites suburbanas, consideradas mais mestiças, porque poderiam ser oriundas de entrecruzamentos de tipos étnicos marginalizados como o negro, o árabe e o cigano. Essa *igualdade de estirpe* também poderia ser uma qualificadora do território não pelo seu uso, mas em virtude de quem o ocupa, indicando também o viés patrimonialista de cargos públicos pelos interesses privados de classes dominantes, uma vez que o Estado seria a instância de categorização e de segurança, reforçando o quadro de desigualdade social.

A expansão urbana do Rio de Janeiro ocasionou a segmentação territorial desigual da cidade. Apesar do planejamento da zona sul como área nobre, essa região apresentou a ocupação de seus morros por populações empobrecidas e marginalizadas concomitantemente as construções de imóveis, sendo esses grupos sociais a mão de obra funcional e precarizada e indicando a fragilidade da noção de “espaços de exclusividade” através do urbanismo. Esse fenômeno também começou a ser verificado com a industrialização das zonas norte e oeste. Simultaneamente, os antigos casarões das áreas centrais do Rio de Janeiro foram sendo transformados em imóveis de alugueis de peças ou em comércios noturnos, ou seja, o declínio social do centro como lugar de habitação de elites foi transmutado em moradia para tipos sociais marginalizados. Malandros, prostitutas, boêmios, travestis, mendigos e trabalhadores precarizados foram consolidando essas áreas como degradadas e perigosas no imaginário social construído pelo urbanismo, principalmente ao término do horário de trabalho.

Interessante observar a criminalização de hábitos dos tipos sociais marginalizados como categorização negativa da região central do Rio de Janeiro. O recorte étnico-racial é indicativo da inclusão precária de populações marginalizadas na expansão urbana da cidade pelos signos de barbárie e incivilidade referenciados pela hierarquização cultural das classes dominantes. A prática de rodas de capoeira como crime de vadiagem, por exemplo, aponta para o viés racista para classificar tipos considerados desviantes e/ou *anormais* como criminosos por meio da ideologia cultural ocidental (leia-se: EUA e Europa) compartilhadas pelas elites brasileiras, sendo a miscigenação um argumento permanente para defender a ideia de atraso social e não efetivação dos projetos modernizadores para o Brasil. O concurso de moralidades hierarquizadas pode ser identificado como um dos eixos dessa reforma urbana.

A questão racial se torna mais evidente nesse contexto histórico pela dimensão geográfica, na qual a localidade conhecida como “pequena África” estava localizada no centro da então capital federal. A presença da figura quase mítica de João Francisco dos Santos, conhecido pela alcunha de *Madame Satã*, na região da Lapa, sintetizava todos os estereótipos negativos que deveriam ser reprimidos, invisibilizados e/ou disciplinados no ordenamento urbano e civilizador vislumbrado por essas elites: negro, homossexual, capoeirista, nordestino, pobre e tido como violento. Portanto, o centro do Rio de Janeiro passou a ser considerado pelas classes dominantes como território de vigilância e controle social do crime pela circulação de grupos sociais marginalizados, como forma de atestar a *normalidade* dos espaços ditos qualificados da cidade.

#### **4.4. Industrialização e expansão urbana: classe, raça e moradia**

A partir da década de 1930, o Brasil passou por intensas transformações políticas, econômicas e sociais; em decorrência da *Revolução de 1930*, consolidando Getúlio Vargas no poder presidencial. Esse período marcou o fim da *República Velha* e sua política do *café com leite*, como conhecida pelo poder exercido pelas oligarquias paulistas (cafeteira) e mineiras (leiteira), o Brasil passa do modelo agrário para o industrial de produção, processo que os varguistas denominaram *modernização*. A intervenção estatal da *Era Vargas* dinamizou as indústrias no Brasil gerando capital nacional (público e privado), sendo uma tendência do setor para a sua expansão na América Latina entre as duas grandes guerras mundiais (SINGER, 1995).

As mudanças políticas e econômicas do Brasil a partir de 1930 transformaram as relações sociais, que tiveram o trabalho industrial como fio-condutor de interações entre os

indivíduos. As indústrias sistematizaram as cidades como polos de atração de mão de obra, alternando a morfologia social e urbana do país. A transição do trabalho escravizado para o assalariado entrou em outra fase: a dos direitos sociais. A criação do Ministério do Trabalho, em 26 de novembro de 1930, a institucionalização de concurso público para provimentos de cargos na administração, para dar maior impessoalidade ao acesso, ainda que de maneira parcial<sup>35</sup>; e o decreto nº 20.291 (12/08/1931), conhecido como *lei dos 2/3*, foram iniciativas que visaram padronizar inicialmente as relações de trabalho nesse novo contexto. A *lei dos 2/3* foi paradigmática e paradoxal por apontar a possibilidade da inclusão produtiva do sujeito histórico de marginalidade negro/mestiço no processo de industrialização urbana brasileira, uma vez que esse decreto caracterizava a reserva de mercado para cidadãos nascidos no Brasil em relação ao crescente fluxo imigratório para o país<sup>36</sup>.

As transformações do primeiro período Vargas variavam entre a promoção de direitos sociais e a supressão de direitos políticos de maneira seletiva, com o progressivo aumento no número de atores sociais como sujeitos de direitos formais, reivindicações plurais e conflituosas na esfera pública pela efetivação dos direitos de cidadania. Porém, a estrutura burocratizada e repressiva do Estado Novo apresentou a permanência da violência como traço da cultura política do Brasil. Apesar da descriminalização de hábitos considerados marginais, como a prática da capoeira, o projeto de Estado sistematizado por Vargas indicou a resolução violenta de contestações políticas de maneira direcionada. Nesse sentido, a politização da raça na era Vargas foi verificada pela nova roupagem de teorias que defendiam a superioridade natural e biológica de brancos sobre os negros e mestiços, no caso: a eugenia.

A eugenia foi introduzida nos ramos da higiene, da saúde e da educação na Constituição de 1934. Segundo a historiadora estadunidense Nancy Stepan, o movimento eugenista brasileiro foi caracterizado pela ideia do “*aprimoramento da raça*”, enquanto que na Grã-Bretanha o foco era a “*adequação*” da classe operária aos parâmetros civilizacionais das elites (STEPAN, 2004, p. 355). Stepan salienta que o “*aprimoramento da raça*” dessa perspectiva tinha como referência negativa o negro, além de comportamentos moralmente considerados *anormais* demandariam disciplinamento e controle sanitários. Apesar de encontrar terreno fértil no início da *Era Vargas*, a eugenia foi sendo progressiva e formalmente abandonada no Estado Novo pela assimilação de populações marginalizadas e de

---

<sup>35</sup> Essa medida estava inserida na Constituição Federal de 1934 (*Título VII – Dos Funcionários Públicos*). Fonte: Sítio Oficial da Câmara Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 30/11/2017.

<sup>36</sup> Fonte: CPDOC – FVG. Verbete: *Lei dos 2/3*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-dos-2-3>. Acesso em 30/11/2017.

seus hábitos culturais e sociais como traços da cultura nacional, para a construção de Vargas como líder de massas e “*pai dos pobres*”:

A fé da intelligentsia na capacidade de a ‘branquidade’ dominar a ‘negritude’ foi reforçada pelo continuado ‘sucesso’, tanto dos mecanismos informais de controle social da mobilidade dos negros como das formas mais institucionalizadas de repressão, tais como o uso da polícia para manter a ‘ordem’ social e racial até fins da década de 1930, momento em que as relações sociais e de poder foram reorganizadas dentro do novo Estado autoritário (STEPAN, 2004, p. 359).

O racismo como tecnologia de controle informal da manutenção da desigualdade pode ser verificado na configuração urbana das cidades brasileiras a partir da era Vargas. Apesar dos direitos sociais e formalização da condição social de trabalhador, as dimensões da origem e da raça podem ser interpretadas como condicionantes do reconhecimento, solidariedade, legitimidade e estima sociais possuem componentes históricos e culturais para sua efetivação. Ademais, a própria estrutura do Estado Novo, autoritária e repressiva, foi indicativa nos papéis sociais esperados por membros da classe trabalhadora e seus espaços urbanos de habitação e de vivência. No caso do Rio de Janeiro, a prefeitura do então Distrito Federal, por meio do seu Código de Obras, instituiu as zonas norte e oeste como área de vocação industrial<sup>37</sup>, sistematizando o urbanismo proposto para aqueles territórios ao final da década de 1930 (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 41).

A intervenção estatal no Rio de Janeiro aponta para a segmentação territorial da cidade pelas variáveis classe e raça. Ao compararmos a formação da zona sul da cidade como espaço de *exclusividade* planejado para as elites que vivem nela, como foi composta e idealizada etnicamente essa classe dominante e a distribuição das zonas norte e oeste pelo viés industrial, podemos mobilizar o método *regressivo-progressivo* de Lefebvre para analisarmos o urbanismo como ideologia de classe. As ideias de origem e de utilidade/funcionalidade da vida remontam traços do tempo colonial, sendo fatores de produção e reprodução de uma ordem urbana desigual no que tange ao *direito à cidade*. Nesse sentido, o acesso à moradia é a materialização da desigualdade pela noção de territórios organizados e qualificados, na qual a classe trabalhadora industrial – que em sua maioria começou a se caracterizar por indivíduos negros e nordestinos -, evidencia sua precariedade e sua vulnerabilidade.

A industrialização das zonas norte e oeste do Rio de Janeiro estimularam práticas comerciais por parte de indivíduos a partir do valor de troca do solo para fins de moradia. O *aluguel de chão* foi uma das práticas mais recorrentes nesse sentido, sendo verificado como

<sup>37</sup> Decreto nº 6.000 de 01/07/1937. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/codigo-de-obras-de-1937>. Acesso em 30/11/2017.



vetor de dinamização das favelas entre as décadas de 1920 e 1960, o que incluía o registro em cartório (COUTO & RODRIGUES, 2015, p. 16). Apesar da então capital federal ser caracterizada por ser uma cidade de inquilinos pelo seu déficit habitacional, os aluguéis nas novas zonas industriais apresentaram outras motivações para essa deficiência: (i) o fluxo migratório rápido e desordenado do exército de reserva industrial como mão de obra barata e (ii) a falta de vilas operárias, muito custosas para os empresários (BRUM, 2013; BRUM & GONÇALVES, 2015). Portanto, a expansão das indústrias para o subúrbio do Rio de Janeiro indicou a possibilidade de acúmulo de renda e de ascensão social local para determinados indivíduos, mas evidenciou também a potencialidade de exploração de classe, reproduzindo e retroalimentando a ideologia capitalista nas interações sociais.

O efeito prático da segmentação territorial do Rio de Janeiro foi reforçar as fronteiras sociais e simbólicas pelo urbanismo como ideologia e ilusão de classe. A percepção de distanciamento de tipos sociais indesejáveis somada a uma relativa prosperidade econômica pela industrialização é indicativa para a nossa análise do planejamento urbano como técnica e método de distinção entre classes. Apesar de o primeiro período da *Era Vargas* ter sido marcado pela ambiguidade, pela dialética paradoxal entre pautas progressivas – como a inclusão de tipos sociais marginalizados na dimensão garantidora do direito formal pela identidade de *trabalhador* e pela noção de multiculturalismo pela assimilação e pela apropriação – e atos de repressão contra opositores políticos e/ou de populações consideradas vetores de desordem pública – sinalizando a não universalidade da absorção da população no mercado formal de trabalho - o que indicou o exercício dos direitos civis e políticos reduzidos a determinados setores da sociedade (MISSE & GRILLO, 2014, p. 51). A reconfiguração do espaço urbano da então capital federal apontou para um objetivo nítido: construir vocações territoriais. Dessa forma, as qualificadoras do lugar de produção e lugar de domicílio e/ou consumo consolidaram as fronteiras simbólicas, geográficas e sociais do Rio de Janeiro por meio do planejamento urbano, no qual o conceito de segurança pela exclusividade estimulou a migração das elites da cidade para a zona sul.

Podemos considerar a introdução de novos indivíduos e grupos sociais nas classes dominantes do Rio de Janeiro por meio das transformações políticas e a configuração do espaço urbano da cidade pela industrialização na Era Vargas. A entrada de um novo grupo hegemônico político engendrou outros elementos nacionais ao cosmopolitismo da capital federal em virtude do perfil regional mais plural dos indivíduos que compunham o novo alto escalão da administração pública, reforçando a ideia do Rio de Janeiro como centro cultural

do país. Os estilos de vida da metrópole também foram absorvidos por esses atores políticos pela dinâmica da metrópole de inovação, lazer e diversidade. A criação da Universidade do Brasil, em 1937, que visava a padronização do ensino superior no país, também indica o protagonismo do Rio de Janeiro na ciência e tecnologia do país, sendo esses centros de estudos signos de desenvolvimentos civilizatórios e culturais inscritos no meio urbano pretendidos pelo Estado Novo de Vargas, porém, esse projeto universitário mirou um público-alvo específico<sup>38</sup>: as elites.

Por fim, a configuração do espaço urbano do Rio de Janeiro na primeira fase da Era Vargas apontou para a administração de desejos das camadas sociais dessa cidade. O ímpeto de urbanização industrial de Vargas evidenciou o seu paternalismo político pela sua reivindicação de identidade política e histórica como “*pai dos pobres*”. Ao considerarmos o método *regressivo-progressivo* de Lefebvre, podemos identificar que a imagem autoconstruída de “*chefe de Estado perfeito*” se sobrepõe e se consolida simultaneamente às figuras do patriarca camponês e do patrão industrial (LEFEBVRE, 2008, p. 46). No caso de setores populacionais marginalizados, a precariedade de seus direitos foi atenuada pela padronização legal da prestação de serviço, o que pode ser entendido como catalisador da cidadania de consumo no país, porém um dado que indica a permanência do significado material e funcional da vida de populações marginalizadas.

A previsibilidade material e jurídica, por meio da consolidação formal de direitos sociais dinamizados pelo trabalho, foi um dos fatores indicativos para reforçar o Brasil como uma democracia racial. Outro fato que pode ser somado ao discurso de democracia racial foi a valorização moral dos negros e mestiços que foram para os campos de batalha da Segunda Guerra Mundial, sendo que o Estado atribuiu-lhes conotações positivas de civismo e nacionalismo (STEPAN, 2004), o que incluiu a construção narrativa inclusiva de sujeitos históricos de marginalidade no projeto nacional de Vargas. Além disso, a descriminalização de hábitos culturais e cotidianos de populações marginalizadas apontou para uma dimensão simbólica de dirimir conflitos sociais.

A ideia de nação brasileira plural, democrática e popular do Varguismo teve o Rio de Janeiro como vitrine simbólica. Podemos exemplificar este ponto pela escolha do estádio de São Januário, do Vasco da Gama, localizado na zona norte da cidade, para o anúncio da criação do salário mínimo (1940), da Justiça do Trabalho (1941) e a assinatura da

---

<sup>38</sup> Fonte: CPDOC – FGV. Verbete: Universidade do Brasil. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/UniversidadeBrasil>. Acesso em 01/12/2017.

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Dois motivos podem ser identificados: (i) aspecto físico e material, era o maior estádio do esporte mais popular do país; e (ii) o aspecto representativo e simbólico, uma vez que São Januário fora construído pela comunidade da região em resposta à proibição do clube em disputar a liga local em virtude de ter jogadores negros, mestiços e brancos pobres no seu elenco, escamoteada na alegação de “*falta de estádio*” pelas elites cariocas<sup>39</sup>.

A dimensão dos bens culturais imateriais pode ser interpretada também na perspectiva mercadológica, uma vez que o turismo e o lazer foram sendo construídas como indústrias auxiliares do Rio de Janeiro, reforçando e retroalimentando o epíteto *cidade maravilhosa*<sup>40</sup> e seu multiculturalismo cosmopolita. Porém, as maravilhas urbanas não foram distribuídas de maneira uniforme pela cidade, inscrevendo a desigualdade social na qualificação dos territórios e categorização de suas respectivas populações e mensuração da vida nos sentidos materiais, simbólicos e funcionais, sendo a raça, a classe e a moradia indicadores para a legitimação e o reconhecimento seletivos de sujeitos de direitos.

#### 4.5. Anos dourados e criminalidade no Rio de Janeiro

A década de 1950 iniciou com a segunda fase da *Era Vargas*. O ex-presidente, deposto em 1945 retornou ao cargo máximo do Poder Executivo através das eleições de 1950 e empossado no ano seguinte, com apoio de setores populares e de esquerda (MISSE & GRILLO, 2014, p. 51). A efervescência política na capital federal, o Rio de Janeiro, era paralela à ebulição cultural da cidade que se consolidou como cartão postal do Brasil para o mundo e utopia urbana para as outras regiões do país. Nesse sentido, a zona sul da cidade era projetada como sinônimo de um estilo de vida de sucesso e de glamour no período que se convencionou chamar de *anos dourados*. Esses signos de *urbanidade* e de civilidade foram vetores de construção social de significados e de sentidos para o desenvolvimento de uma imagem positiva do Rio de Janeiro como uma cidade mundial, reforçando as ideias de multiculturalismo e cosmopolitismo pelos conceitos estrutura, forma e função.

A projeção mundial do Rio de Janeiro como esse tipo de cidade planejada, na qual população e natureza conviveriam em harmonia em um contexto cultural e social favorável,

---

<sup>39</sup> Fonte: Sítio Oficial do Clube de Regatas Vasco da Gama. Disponível em: <http://www.vasco.com.br/site/conteudo/detalhe/37/1927-inauguracao-de-sao-januario-o-maior-estadio-da-america-do-sul>. Acesso em 02/12/2017.

<sup>40</sup> Apesar de o primeiro registro dessa expressão ter sido na edição de 16/02/1904, do Jornal *O Paiz*, como uma marchinha de Carnaval que criticava os avanços das carrocinhas sobre os cães de rua da cidade; o epíteto Cidade Maravilhosa foi consolidado com a marcha de carnaval de 1935 que possui este título, sendo a canção oficializada como hino do município do Rio de Janeiro pela lei nº 5 de 05/05/1960.

aponta para fatores econômicos. O turismo contemporâneo teve início a partir dos anos de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, sendo praticado por uma classe média que possuía poder aquisitivo para viajar, principalmente dos EUA, e marcado por relações de poder assimétricas (BARRETO, 2003, p. 25). Ademais, essa atividade era entendida como forma de “*salvar economias do Terceiro Mundo*” (Idem, p. 17), o que incluía o Brasil e seu capitalismo periférico. Os resquícios de uma sociedade industrial se materializam por meio de concessões através da produção e do trabalho, como o direito às férias conjugadas com esferas de existência humana nesse contexto – trabalho, moradia e lazer; representativas do seu universo cotidiano -, como expressão da *sociedade burocrática do consumo dirigido* de Lefebvre (2008), sendo o turismo:

Uma parte do lazer se desenvolve no âmbito das viagens: o universo do cotidiano se abre para o exterior. Essa evasão é marcada por influências, motivações e esperanças específicas. O destino das viagens constitui o outro polo, o anticotidiano. Nesse aspecto, são especialmente interessantes o comportamento e as experiências dos viajantes, a situação da população local e do meio ambiente (KRIPPENDORF, 2000, p. 26).

A cena cultural e política do Rio de Janeiro foram consolidando aspectos afetivos positivos de se viver na *cidade maravilhosa*. Se atividade econômica do turismo foi sendo reforçada pelo anticotidiano, a capital federal atraía mais pessoas em busca da vida na metrópole, na qual o cotidiano ordinário foi sendo ressignificado nos *anos dourados*. O carnaval, a política institucional, as universidades, os museus, os teatros, enfim, todo um conjunto de patrimônio material e imaterial construído ao longo dos séculos XIX e XX pelas reformas urbanas sinaliza o engendramento e cristalização de uma ordem social em um cenário que conjugava belezas naturais e simbolismos inscritos em um determinado território. Assim, o valor de uso e o valor de troca da cidade, em um ambiente de expectativas positivas para o futuro, dinamizadas pelas noções de surpresa, encontro e inovação a partir de estilos de vida moderna.

A ideia positiva de miscigenação também foi traduzida nas expressões artísticas e culturais da cidade. A assimilação e a apropriação da música negra estadunidense e elementos culturais remetidos a setores marginalizados da sociedade brasileira, como o samba, deram origem ao gênero musical conhecido como *Bossa Nova*. Os artistas desse gênero tinham como tema de suas músicas o cotidiano da zona sul da cidade, local de moradia de todos eles, no final dos anos de 1950. A construção da *Bossa Nova* como resultado do cosmopolitismo e do multiculturalismo por meio das influências étnico-raciais diversas do país alcançou popularidade e aceitação tanto nacionais como internacionais, sendo reconhecida como marca

do Rio de Janeiro e do Brasil e estimulando a produção de sentimentos de autoestima social na sociedade brasileira. Porém, o gênero musical reforça a ideia de uma imagem fracionada da então capital federal por apresentar a parte que “*deu certo*” pelo histórico de urbanismo como ideologia e ilusão de classe.

A segmentação territorial do Rio de Janeiro apresentou os efeitos colaterais da configuração urbana histórica da cidade. A instabilidade política do país, que culminou com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas em agosto de 1954, foi um dos indicadores da fragilidade dos acordos entre as forças sociais na então capital federal e de consequentes catalisadores de distúrbios públicos e de rua. A hegemonia do capitalismo monopolista da indústria nacional começou a ser pressionada na década de 1950 pelos EUA para abertura da produção de bens duráveis para o capital estrangeiro, em um contexto de urbanização acelerada que reproduzia os mecanismos de gestão de conflitos sociais, sendo combinados o autoritarismo e o *laissez-faire* na regulação das relações sociais, no processo de *metropolização* (RIBEIRO, 2016, p. 128-129. SINGER, 1995). A essa concomitância de crescimento urbano rápido e manutenção das desigualdades sociais foi somada uma questão de ordem social: o aumento da criminalidade.

A visualização da questão criminal começou a ganhar um incremento mais difuso a partir da década de 1950, indicando a violência como linguagem social estruturante do Rio de Janeiro. A construção no imaginário social carioca de um passado mais harmônico como parâmetro comparativo para compreender e categorizar a cidade contemporânea é problematizado pelo sociólogo Michel Misse e pela socióloga Carolina Grillo (2014) em sua análise conjunta sobre o *acúmulo social da violência*. Misse & Grillo descrevem as temporalidades dos mercados ilícitos de drogas e suas variações históricas na *urbes* carioca, sendo que, nesse período, essa atividade delitiva era indicativa de uma modernização contraditória pelo fato de a urbanização apresentar um crescimento paralelo com a criminalidade nas cidades do país (MISSE & GRILLO, 2014, p. 54-59). No caso do Rio de Janeiro, Misse & Grillo defendem que houve uma dupla ordem histórica que acelerou o consumo de drogas a partir dos *anos dourados*. Nesse sentido, a figura dos *bicheiros*, como tipos sociais marginais e populares a época, é criminalizada e romantizada simultaneamente, pela conexão interpretativa entre a tradição da malandragem e a violência urbana:

También es innegable que la visibilidad de la violencia criminal asociada a un cierto grado de organización de la misma siempre fue más grande en Río de Janeiro, incluso antes de verificar ese aumento en los años 50. El “juego del bicho”, que aunque muy popular siempre fue ilegal; la tradición de ciertos estilos de vida en las zonas bohemias, en los tugurios y, posteriormente, en las favelas cariocas, con sus escuelas de samba, sus malandrines y sus redes de solidaridad, pero también con sus

*valientes* y sus “ollas de vicio”; la expresión cultural de sus mitos urbanos y de sus luchas políticas, que ganaron el imaginario nacional en la literatura, en el cine, en la música urbana (MISSE & GRILLO, 2014, p. 56).

A conexão entre os conceitos de ilegalidade e informalidade vai ganhando outras conotações a partir desse período. É válido lembrar que os jogos de azar foram proibidos no Brasil na década de 1940<sup>41</sup> por ser considerado uma forma de degradação humana, o que denota o concurso de moralidades e o conflito de interesses de forças sociais na dimensão decisória do Estado. Além disso, a maconha, substância posta na ilegalidade na *Era Vargas*, começou a ser comercializada nas favelas do Rio de Janeiro. Isso demonstra a dimensão das condenações morais *a priori* sobre atos tidos como desviantes que podem ser confirmados nas sanções penais. Assim, como Misse & Grillo argumentam, o acúmulo social da violência no Rio de Janeiro apresenta uma dupla ordem que podemos interpretar como dimensão explicativa da cristalização da segmentação dual da cidade, no sentido da moradia: centro e periferia. A ideia de dualidade é indicativa para compreendermos o conceito de segurança como categoria sociológica ao observarmos as transformações materiais que ensejaram a noção de risco no processo de modernização urbana.

Paradoxalmente, a segurança e a modernização urbana do Brasil foram bases do argumento político para a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para a cidade projetada de Brasília. Os distúrbios sociais de ordem política e a violência urbana oportunizaram os movimentos de retirada do centro administrativo do poder para o Planalto Central pelo seu distanciamento geográfico e seu projeto urbanístico estritamente funcional. Podemos entender também que esse foi um indício de saturação do urbanismo planejado para a cidade, indicando suas fissuras e limites sociais inseridas na sua segmentação territorial, além de denotar outras interpretações possíveis, tais como a mobilização política engendrada pelo cosmopolitismo e multiculturalismo do cotidiano de convivência e encontros de rua. A formulação dessa hipótese é interessante ao observarmos que o projeto inicial de Brasília privilegiar o carro, incidindo no *direito à cidade*, já que os encontros entre estranhos e desconhecidos seria dificultado pela falta de passeios públicos (LEFEBVRE, 2008, 2016).

Nesse contexto, o Rio de Janeiro perde o seu status de capital oficial, porém, segue sendo a cidade laboratório e parâmetro de análise do urbanismo no Brasil, especialmente no que se refere às funções, estruturas e formas da cidade. No caso, a questão territorial não apenas como fronteiras geográficas e físicas, mas, sobretudo simbólicas e sociais, denotando a

---

<sup>41</sup> Decreto-Lei nº 9.215 de 30/04/1946, assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. Fonte: Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De19215.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19215.htm). Acesso em 04/12/2017.

cristalização da técnica urbanística como ideologia de classes ao qualificar e desqualificar populações pela categorização de tipos sociais *seguros* e *perigosos* pela ocupação dos espaços na cidade, indício de uma segmentação desigual por meio da segregação socioespacial<sup>42</sup>.

#### **4.6. Usos do território e administração de populações no Rio de Janeiro**

O processo histórico de desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro evidenciou a categorização de cidadãos plenos e precários por meio da qualificação do território de vivência e moradia, da utilidade material e funcional da vida por meio da divisão social do trabalho e, sobretudo, da origem étnico-racial. Assim, o uso do território indicou as formas de controle social para fins de segurança, sendo uma parcela que se instituiu como classe dominante público-alvo da dimensão protetora desse direito em detrimento da vigilância dispensada de maneira focada em populações marginalizadas, coletivizando esses grupos sociais criminalmente e seus lugares de moradia, circulação e permanência como *perigosos* e violentos (ATHENS, 1998; MISSE, 2010). Portanto, o urbanismo sistematizado no Rio de Janeiro apontou para a materialização histórica da desigualdade social e a hierarquização política, econômica e jurídica entre as classes na antiga capital do país, estruturando dois tipos de territórios como subalternos na relação de poder entre os indivíduos da cidade: as favelas e as periferias.

As favelas e as periferias do Rio de Janeiro emergem de maneira contraditória na construção do cosmopolitismo e do multiculturalismo para efetivar as ideias de ordem social e de harmonia de forma conjugada ao longo de sua história urbana. Ora entendidas como incomodo estético e social, ora compreendidas como economicamente funcionais para a produção, para a circulação e para o consumo de mercadorias, ambas as categorias são indicativas do urbanismo como ilusão de classe, na medida em que são configuradas como materialização das fissuras do conhecimento técnico, científico e abstrato aplicado na interação concreta entre indivíduos e/ou grupos sociais reais que, ainda que estejam em situação subalterna e de vulnerabilidade, demonstram a sua agência por meio de estratégias

---

<sup>42</sup> Nesse sentido, podemos utilizar o exemplo das remoções das *Vilas de Malocas* do centro da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, realizadas entre as décadas de 1930 e 1940, como reforma urbana de “qualificação territorial” semelhante às realizadas no Rio de Janeiro, tendo a segurança como eixo norteador. Essas ações atingiram em especial a região conhecida como Ilhota e Areal da Baronesa (atual bairro da Cidade Baixa), densamente povoada por uma população negra; na qual seus habitantes foram removidos para áreas distantes do centro da cidade, constituindo bairros periféricos considerados perigosos, como a Restinga (ver: ANJOS, 2006; SANTOS, 2005; SILVA DE OLIVEIRA, 2014). Esse exemplo demonstra a centralidade do Rio de Janeiro como cidade laboratório e referência de políticas urbanas no Brasil.

sociais para disputar e/ou ocupar espaços urbanos, o que confirma a nossa premissa de inclusão precária de sujeitos históricos da marginalização.

Essas duas categorias territoriais são indicativas para compreendermos as normas sociais como interpretativas. No caso do Rio de Janeiro, as noções de abandono da dimensão protetora do direito formal e de distância geográfica vão adquirindo outras conotações de dimensões simbólicas e de representações sociais, sendo cristalizados na memória e no imaginário coletivos como lugares da desordem e da incivilidade pelos discursos hegemônicos das classes dominantes. Porém, a convivência coletiva de sujeitos históricos de marginalização denota as tipologias distintas de regras e normas sociais compartilhadas por esses indivíduos, marcadas pela informalidade, que atravessou as fronteiras simbólicas da cidade planejada e constituiu traços da identidade pública *carioca*, apesar de suas contradições e conflitos sociais dentro de um projeto urbanístico de aspecto civilizador.

Com efeito, esses traços foram sendo legitimados, assimilados, apropriados e midiaticizados seletivamente pelas elites da cidade. Isso indica a assimetria histórica na relação de poder entre as classes sociais e a inclusão precária de sujeitos da marginalização. Nesse sentido, a estruturação territorial do Rio de Janeiro teve como eixo norteador o conceito de segurança, que variou historicamente pela funcionalidade para a manutenção das ordens social e econômica dos sujeitos da marginalização, mas apresentou regularidades de aspectos étnico-raciais, de classe e políticos, representados pela conotação subalterna e subordinada de subúrbio/ periferia e de favelas.

#### *4.6.1. Favelas e subúrbios: o próximo ou o outro? Representações sociais, culturais e históricas de territórios e populações marginalizadas*

Inicialmente, duas formas de moradia e convivência foram marcantes no processo de urbanização do Rio de Janeiro. Aqui abordaremos os cortiços e as favelas da cidade. Elas denotaram a desigualdade material entre classes dominantes e classes dominadas e a inclusão precária dos sujeitos históricos da marginalização na sociedade carioca, que podem ser recorte para analisar a estrutura social do Brasil. Os cortiços e as favelas são indicadores materiais e históricos do déficit jurídico do Estado brasileiro em relação aos direitos como privilégios de classe, no sentido de reconhecimento de sujeitos de direitos, e do crescimento desordenado das cidades, que se desdobraram em problematizações que analisaremos mais profundamente ao decorrer desta tese.



No sentido cronológico, os cortiços são descritos de maneira mais específica antes das favelas. Os cortiços eram caracterizados por um conjunto de unidades de habitação com dimensões reduzidas e possuíam espaços comuns para o uso dos moradores, desde atividades domésticas até as sanitárias, sendo a forma de ocupação mediante o pagamento de aluguel. Eles se concentravam em um terreno no qual o acesso era controlado por portões e muros, e, em alguns casos, podiam ser encontradas hortas e criação de animais. Os cortiços se proliferaram pelo centro do Rio de Janeiro desde o século XIX como forma de moradia para uma mão de obra precarizada da qual a cidade demandava para o seu funcionamento econômico pela circulação rápida de mercadoria e de pessoas dentro deste perímetro regional. O cortiço mais famoso era conhecido como *Cabeça de Porco*, que ficava entre os atuais bairros da Gamboa e do Santo Cristo.

Os cortiços eram contraditórios em relação ao projeto social de modernidade científica e racionalização do Estado brasileiro através do urbanismo, ainda mais no Rio de Janeiro:

Sede agora de modernidades urbanísticas, o Centro, contraditoriamente, mantinha também a sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao Centro, para sobreviver. Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura de trabalho era diária, e este só era encontrado na área central. (...) A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela, que passam a grassar quase anualmente na cidade a partir de 1850 (ABREU, 1997, p. 42 *apud* FIGUEIREDO & CENIQUEL, 2013, p. 11).

O livro *O Cortiço* é um elemento interessante para analisarmos este tipo de moradia. Escrita por Aloísio Azevedo e lançada em 1890, a obra literária traz os arquétipos sociais do Rio de Janeiro enredados em uma trama que envolve informalidade, miscigenação e ascensão de classe. Os dramas retratados em *O Cortiço* têm paralelo com a realidade concreta da cidade nos fins do século XIX. Problemas como alcoolismo, prostituição, crime, a dominação de classe, tentativas de negação como estratégias de desidentificação com grupos marginalizados de origem; e busca de legitimidade social através da conjugação de trabalho formal e casamento intrarracial são os fios condutores da trama. O gênero naturalista do livro, que procurava retratar a realidade de maneira menos romantizada, aponta para outra característica dos cortiços reais: esse tipo de habitação também era uma espécie de empreendimento individual protocapitalista periférico que se formava à época.

No que tange às favelas na cidade do Rio de Janeiro, o Morro da Providência, na região central da cidade, é considerado o local da primeira favela. Porém, podemos afirmar que o Morro da Providência é a favela mais antiga que permanece na capital fluminense porque não há um consenso histórico sobre qual foi a primeira ocupação deste tipo na cidade.

Há a afirmação segundo a qual o primeiro aglomerado habitacional a que podemos remeter à memória social como favela foi construído no morro de Santo Antonio (VALLADARES *apud*, GANEM MISSE, 2013, p. 31), acidente geográfico que ficava no centro da capital fluminense, arrasado na década de 1950, para construção da atual Avenida Chile<sup>43</sup>. O morro de Santo Antônio foi descrito como antítese da modernidade, inclusive nas narrativas literárias da época:

Não menos contundentes são os textos de João do Rio sobre o morro de Santo Antônio: *‘Eu tinha do morro de Santo Antônio a ideia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam à espera de habitações. [...] O morro era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e maltratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade. [...] Dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que serpeava descendo, era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e de buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão, com cercados indicando quintais. A descida tornava-se difícil [...]’* (DO RIO, *apud* VALLADARES, *ibid.*). *“Alcançamos, enfim, uma parte do povoado mais ou menos plana e onde se desenrola a cidadela miseranda (...) Perspectivas medíocres. Todo um conjunto desmantelado e torvo de habitações sem linha e sem valor Tudo entrelaçando toscamente, sem ordem e sem capricho* (EDMUNDO, *apud* VALLADARES, *ibid.*).”<sup>44</sup>

O termo favela foi atribuído aos egressos da Guerra de Canudos, no sertão baiano, que foram para o Rio de Janeiro. Os ex-combatentes acamparam em frente ao Ministério da Guerra, localizado na altura da Rua Barão de São Félix, na região central da cidade, para cobrar a promessa de moradia feita a eles para lutar no referido conflito armado. Essa promessa nunca foi cumprida. Os ex-combatentes permaneceram de forma definitiva na região e “*subiram o morro*”, na localidade que ficaria conhecida por *morro da favela*, em alusão à planta típica do sertão baiano (ALVITO & ZALUAR, 2003). De fato, o termo “*favella*” foi empregado pela primeira vez em referência ao Morro da Providência pela popularidade do livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha, que fora correspondente na Guerra de Canudos, em contraposição a falta de categorização para a ocupação humana do morro de Santo Antônio (VALLADARES *apud* GANEM MISSE, 2013, p. 31). O Morro da Favela começou a ser encarado pela elite local como problema social a época, além de incomodo estético pelos seus aglomerados de casas populares e cortiços.

A princípio, categoria favela foi utilizada para designar um aglomerado de residências nas encostas dos morros da cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. A maior parte de sua população era formada por negros e negras (ex-escravizados, quilombolas

<sup>43</sup> O convento de Santo Antônio foi o que sobrou do referido morro. O Observatório do valongo recebeu material da escola técnica que funcionava na localidade.

<sup>44</sup> In: FIGUEIREDO & CENIQUEL, 2013, p. 18.

e libertos) que também viviam em cortiços no entorno da zona central da cidade (BURGOS, 2005. ALVITO & ZALUAR, 2003). As favelas foram caracterizadas como lugares de construções irregulares – no sentido material e estrutural -, e com precárias condições de higiene, saneamento básico e de serviços prestados pelo Estado. No sentido sociológico, a favela se torna um território onde se dão interações particulares em relação às instituições da cidade, em que se desenvolve uma identidade territorial a partir de uma cultura e de uma socialização próprias (BURGOS, 2005, p. 190). Em contraposição à ideia de modernidade proposta pela República, a favela se torna, de forma gradativa, um substantivo com conotações negativas.

Segundo o Sociólogo brasileiro Marcelo Baumann Burgos, o termo “*favela*” e o verbo “*favelizar*” foram construídos historicamente como forma de estigmatizar e marginalizar a população desses territórios:

Gradativamente, o substantivo favela vai ganhando múltiplas conotações negativas, que funcionam como antônimos de cidade e de tudo que a ela modernamente se atribui: urbanidade, higiene, ética do trabalho, progresso e civilidade. Ato contínuo, também se incorpora ao vocabulário corrente o verbo “favelizar”, e com isso o substantivo favela se vai emancipando de sua conotação original, presa à descrição do espaço, assumindo um significado transcendente, que remete a uma dimensão cultural e psicológica, a um tipo de subjetividade particular, a do “favelado”, homem construído pela socialização em um espaço marcado pela ausência dos referenciais da cidade (BURGOS, 2005, p. 190).

A população da favela se mostrou plural e heterogênea. A composição étnica e racial desses territórios de moradia e de convivência era variada. Apesar de grande parte de sua população ser formada por negros/negras e pardos/pardas, havia também migrantes e imigrantes de fora da cidade do Rio de Janeiro, denotando a miscigenação dessa população. Ao considerarmos à ideia vigente à época, na qual os desvios morais e desordens sociais eram patologias advindas da miscigenação, inclusive o atavismo que era atribuído aos mestiços como explicações para o analfabetismo, a higiene precária, a prostituição e os crimes de rua, as políticas para as favelas e cortiços da cidade indicaram o processo de desconstrução da universalidade do conceito de cidadania nesse período, tanto na dimensão material como na dimensão simbólica.

A partir de uma analogia das ciências médicas e da saúde, na perspectiva das classes dominantes, as favelas e os cortiços seriam uma espécie de metástase urbana que comprometia o projeto de modernidade da República e deveriam ser retirados do tecido citadino. Apesar da funcionalidade material na circulação econômica do centro da capital, ambas as formas de habitação foram alvo da planificação do espaço urbano pelo urbanismo. Nesse sentido, foi caracterizada a administração de populações e não de territórios

(FOUCAULT, 2008), uma vez que os moradores seriam vetores de uma suposta doença: a degeneração pela miscigenação. Este argumento demonstra o caráter higienista e racista da modernidade civilizadora do então novo regime e o desprezo pela dimensão do direito à moradia para os sujeitos históricos da marginalização com a efetivação das remoções, por estes serem categorizados pelas classes dominantes como *classes perigosas*.

A ideia de remoções populacionais foi sendo transformada na tônica da reconfiguração urbana do Rio de Janeiro. As favelas e os cortiços do centro da cidade foram alvo preferencial dessas reformas, iniciadas de forma mais sistemática com o “*bota-abaixo*” de Pereira Passos. Como já abordamos, essa reforma urbanística foi segmentando a então capital federal de maneira a remover, reprimir e disciplinar de forma violenta, tanto física como simbólica, os tipos sociais indesejáveis pelas classes dominantes. A presença das polícias nesses territórios por meio da criminalização de hábitos populares aponta para razões históricas que estruturam a relação conflituosa contemporânea entre aparatos repressivos do Estado e as populações marginalizadas em seus territórios de moradia e de vivência. A noção de *classes perigosas* nos parece categórica para compreender que a vigilância sobre o tipo social desviante e não sobre o ato, coletivizando e naturalizando esses sujeitos de marginalização como criminosos *a priori* por preconceitos morais referendados pelos argumentos científicos racistas da época.

A expansão urbana do Rio de Janeiro trouxe consigo as favelas. A concomitância de remoção populacional do centro da cidade e da demanda por mão de obra barata, somada a migração de setores populacionais rurais do interior de MG e RJ, foi espalhando esse fenômeno habitacional precário como apêndice indesejado pelos executores do urbanismo como ideologia e ilusão de classe na zona sul da então capital federal. Na década de 1920, a construção de empreendimentos imobiliários foi atraindo grupos de trabalhadores precarizados para os postos de trabalho menos remunerados, que foram se fixando nos morros de uma região planejada para ser “*exclusiva*” das classes dominantes. Essa dinâmica também foi verificada na suburbanização do Rio de Janeiro, com as primeiras fábricas em regiões rurais do então Distrito Federal à beira da linha férrea, e na construção civil do centro da cidade, seja no processo de arrasamento dos morros ou no levantamento de edifícios. Em todos esses cenários, confirmamos o desenvolvimento urbano contraditório das favelas: um incômodo estético e civilizatório para as elites que era extremamente funcional para as suas demandas cotidianas mais ordinárias.

O processo de modernização industrial conferiu outras funções, simbologias e materialidades às favelas do Rio de Janeiro. A partir da Era Vargas, as formas de acesso ao

trabalho formal e assalariado introduziram setores marginalizados da sociedade na dimensão dos direitos sociais e em uma cidadania formal relativa, em comparação aos processos de escravização e os primeiros períodos da República. A identidade social de trabalhador se configurou como uma via de legitimação no espaço urbano e no *direito à cidade*, e também o acesso ao consumo dirigido por parte dos favelados. A noção de segurança jurídica por meio do trabalho formal também foi um dos fatores de atração da migração massiva de nordestinos para a então capital federal, o que incrementou o perfil étnico plural da metrópole. Porém essa massa populacional engrossou o contingente de tipos marginalizados nas favelas do Rio de Janeiro, sendo o nordestino como grupo étnico estigmatizado pela origem, remetido aos resquícios do atavismo e do atraso idealizados pelas classes dominantes, sendo alvo de preconceitos, subalternização e constrangimentos sociais paralelos ao sujeito histórico *negro*.

A configuração dual do urbanismo do Rio de Janeiro inseriu as favelas como um problema estrutural na expansão da cidade. Nesse sentido, o número de habitantes das favelas variou de cerca de 170 mil para 335 mil moradores, entre 1950 e 1960, “*cifra que alarmava os que viam a favela como uma infestação que crescia sem controle*” (BRUM, 2013, p. 180). Enquanto a planificação tanto da zona sul, região qualificada e privilegiada para a moradia de camadas sociais dominantes, como da região central, lugar de referência da produção política, cultural, simbólica e material, indicava uma suposta *urbanidade* hierarquizada pela racionalidade urbanística como ideologia; a ocupação desordenada dos morros da zona sul e, principalmente, das cercanias de polos industriais dos subúrbios, em especial os da zona norte, subordinava as classes mais populares por meio da hierarquização de civilidades.

A funcionalidade das favelas na região norte do Rio de Janeiro indicava duas dimensões para as elites políticas e econômicas. Por um lado, oferecia mão de obra barata e próxima do lugar da produção, sendo as favelas o quartel de um exército de reserva industrial. Por outro, estimulava a migração da população marginalizada e pobre das áreas de interesse da especulação imobiliária. Esse processo foi descrito pelos historiadores brasileiros Mario Brum e Rafael Soares Gonçalves da seguinte maneira:

De qualquer forma, a implantação de zonas industriais se daria em paralelo à resolução dos problemas da infraestrutura urbana, servindo ao mesmo tempo para assegurar às fábricas uma melhor distribuição de água e energia, além de providenciar um melhor fornecimento para áreas centrais da cidade, principalmente para uma Zona Sul não saturada com fábricas. (...) A necessidade de reordenar o espaço urbano, vinculando o reposicionamento das indústrias e dos favelados como mola-mestra deste projeto, tem defensores desde o fim da década de 1940 (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 50).

Nesse sentido, Brum & Gonçalves defendem o argumento do barateamento e oferta de solo e a proximidade de moradia dos trabalhadores das indústrias como estímulo para a migrarem para a zona norte da cidade:

No Censo das Favelas de 1949, da Prefeitura do Distrito Federal, é apontado que, entre os moradores da favela empregados, 50,5% eram trabalhadores de indústrias. (...) Zona Sul, área em que o mercado de trabalho para os favelados é constituído por empregos em serviços e comércio; para o caso da Zona Norte, a explicação para as favelas se dá pelo fato de que as indústrias se concentram nessa região (...) na década de 1950, o deslocamento das indústrias se tornava mais imperativo por imposições decorrentes da forma de desenvolvimento urbano da cidade, com a inexistência de terrenos amplos nas áreas mais centrais, bem como a valorização excessiva destes ou, ainda, a falta de uma infraestrutura, como no saneamento, por exemplo. Também a infraestrutura da cidade como um todo passava por grave crise, com panes no abastecimento de água e energia, o que demandava o deslocamento das indústrias para locais mais distantes destas áreas centrais onde antes se implantavam (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 50-51)

Outro efeito dessa configuração dual do Rio de Janeiro foi a prática do *aluguel de chão*. Como já citamos, essa prática foi muito utilizada entre os anos de 1920 e 1960, que dinamizou o desenvolvimento das favelas pela cidade. Esse aluguel era comprovado por meio de “*recibos de pagamento regular, e, em alguns casos, havia inclusive escritura de arrendamento registrada em cartório*”, o que, inicialmente, era para atividades rurais foi sendo transmutado para fins de moradia, não sendo registrado o arrendamento do solo em ofício de notas (COUTO & RODRIGUES, 2015, p. 15-16).

Além disso, havia a proibição de construções de alvenaria nesses lotes sem autorização dos donos do solo nessa modalidade de arrendamento. O não cumprimento dessa premissa era passível de derrubada dos imóveis, demonstrando a subordinação dos moradores e o autoritarismo dessa relação de poder assimétrica. Sem embargo, o *aluguel de chão* evidenciou as diferentes temporalidades do urbano vivido, pensado e imaginado no Rio de Janeiro, transitando entre a ideia de atraso e moderno pela circulação territorial. Portanto, as informalidades e as extralegalidades identificadas pela prática do *aluguel de chão* dinamizaram uma modalidade de *economia negra* (DAS & POOLE, 2008) que supriu precariamente o déficit habitacional da classe trabalhadora que migrou para a região.

As favelas foram sendo transmutadas socialmente de territórios de risco, pobreza e incivilidades para territórios de violência e criminalidade. A confusão entre o ilegal e informal começa a se configurar com a identificação de locais de venda de maconha nas favelas de forma embrionária, mas recorrente, já nas décadas de 1940 e 1950. Esses locais ficaram conhecidos como “*bocas de fumo*” que, concomitantes à presença territorial dos *bicheiros*, apontaram para as particularidades e distinções criminais da então capital federal em relação

às outras cidades brasileiras, indicando a visibilidade precoce do Rio de Janeiro no comércio de mercadorias ilícitas (MISSE & GRILLO, 2014, p. 59). A representação da favela como território de vigilância para o controle social do crime passa da potência para o ato, pelo crescimento da criminalidade ao passo que a cidade ia sendo expandida. No entanto, os tipos sociais criminalizados permaneceram sendo os sujeitos históricos da marginalização social.

Apesar de aspectos negativos, as expressões culturais e artísticas das favelas cariocas foram sendo consolidadas como traços indissociáveis da identidade nacional. O samba e a estética negra foram transformados em fator de autoestima nacional pelo movimento modernista de 1922 e assimilado pela política de Vargas, romantizando a cultura popular no discurso de democracia racial no Brasil. A chegada do rádio ao país também foi um vetor de difusão das expressões culturais de populações marginalizadas, em especial o sujeito histórico negro, e, nesse sentido, o Rio de Janeiro se configurou como centro cultural de legitimação dessas ações e de construção da identidade cultural pelo fato da rádio nacional estar sediada na cidade (MISSE & GRILLO, 2014, p. 56; SILVA & VERSIANI, 2015, p. 79-80).

A *favela* como conceito negativo vai sendo diluído a partir de narrativas romanceadas por meio de canções, que descreviam o cotidiano das comunidades cariocas. Os sambas intitulados “favela” começam a ser compostos e gravados, como a composição de Francisco Alves, de 1936, na qual o autor narra as afetividades e amores nas interações entre indivíduos concretos, ou a canção escrita por Padeirinho e Jorge Pessanha, de 1966, que aborda questões sociais e fundiárias sobre o direito à moradia e o estigma, como seguem as letras abaixo. Ambas as composições denotam as interpretações que os próprios sujeitos históricos de marginalização podem ter de si e como podem ser representadas e/ou expressadas:

*Favela oi, favela,  
Favela que guardo no meu coração  
Ao recordar com saudade  
A minha felicidade  
Favela dos sonhos de amor  
E do samba-canção*

*Hoje tão longe de ti  
Se vejo a lua surgir  
Eu relembro a batucada  
E começo a chorar  
Favela das noites de samba  
Berço dourado dos bambas  
Favela é tudo que eu posso falar.*

*Favela oi  
Minha favela querida  
Onde eu senti minha vida  
Preso a um romance de amor  
Numa doce ilusão*

*E uma saudade bem rara  
Na distância que nos separa  
Eu guardo de ti esta recordação  
(Favela, de Francisco Alves – 1936).*

*Numa vasta extensão  
Onde não há plantação  
Nem ninguém morando lá  
Cada pobre que passa por ali  
Só pensa em construir seu lar*

*E quando o primeiro começa  
Os outros depressa procuram marcar  
Seu pedacinho de terra pra morar  
E assim a região  
sofre modificação  
Fica sendo chamada de a nova aquarela  
E é aí que o lugar  
Então passa a se chamar favela  
(Favela, de Padeirinho e Jorge Pessanha – 1966)*

A participação de figuras emblemáticas de escolas de samba sediadas em favelas e subúrbios do Rio de Janeiro em programas de rádio, como o caso da dupla Cartola (Mangueira) e Paulo da Portela – ambos negros -, deram projeção positiva para elementos de culturas historicamente marginalizadas. Essa dinâmica conferiu certo reconhecimento social e dimensão de humanidade às populações estigmatizadas. Porém, a permanência os estigmas sociais estruturantes foi verificada sobre os favelados cariocas por meio de concursos de moralidades que funcionavam como filtros civilizatórios das classes dominantes para assimilação e apropriação subalternizada de sujeitos históricos da marginalização, indicando outros aspectos da inclusão precária de populações marginalizadas.

A projeção do Rio de Janeiro como imagem do Brasil ganhou as favelas e o negro como componentes de identidade nacional no cinema e na música. O filme *Orfeu Negro* ou *Orfeu do Carnaval* (1959) foi um dos catalisadores dessa visibilidade internacional ao ganhar o *Oscar de Melhor Filme Estrangeiro* em 1960. A produção baseada na peça teatral *Orfeu da Conceição*, de Vinicius de Moraes, cantor, compositor e um dos criadores da *Bossa Nova*, narrava uma história de amor no período carnavalesco, que transitava entre a cidade e o morro. Os elementos do samba e de afro-religiosidade como cosmologia de uma população marginalizada foram abordados na trama. A película apresenta também dinâmicas contraditórias de licenciosidade do urbano, como desordem permitida do carnaval como festividade vigiada (LEFEBVRE, 2008), na qual a violência e a alegria convivem no mesmo espaço. Podemos considerar que *Orfeu Negro* produziu uma espécie de imaginário encantado das favelas do Rio de Janeiro para o mundo.



As problematizações sobre *Orfeu Negro* são da ordem das representações sociais de sujeitos históricos da marginalização no que tange à autonomia e produção discursiva de indivíduos nessa situação de sujeição. Apesar de o filme contar com um elenco massivamente composto por pessoas negras, o que é interessante no sentido de visibilidade positiva, a narrativa é baseada na perspectiva de um membro da elite carioca e reinterpretada sob o olhar de europeus, uma vez que a produção cinematográfica foi realizada por franceses. A alegoria da favela pode ser interpretada pelo risco de construir uma imagem estereotipada do negro e pobre como “*um ser ingênuo*”, o que poderia retirar sua agência e reforçar a ideia de subalternização e subordinação, mas também, como recorte histórico, apresentar uma perspectiva positiva do negro como produtor e transformador de cultura e da religiosidade no Brasil a partir da sua então capital: Rio de Janeiro.

Ambas as interpretações são passíveis de articulação entre si sobre este filme a respeito do processo histórico das representações sociais das favelas cariocas. O que podemos concluir é que *Orfeu Negro*, como obra artística, nos auxilia para analisarmos sociologicamente o processo de construção histórica de sujeitos urbanos da cidade real e da cidade ideal como desenvolvimento narrativo, a partir de elementos sociais e culturais racializados e de contradições materiais e simbólicas, tanto no aspecto individual como coletivo. A película consolidou as favelas como componentes do Rio de Janeiro e a visibilidade de cidadãos plurais. Porém, a autorrepresentação dos sujeitos históricos da marginalização não foi verificada, podendo ser considerada uma espécie de alienação da produção cultural e de sua narrativa ao observarmos a subalternização e subordinação do sujeito histórico *negro* como voz passiva.

Por fim, as favelas e as periferias foram sendo caracterizados como lugares desqualificados pelo urbanismo aplicado no Rio de Janeiro. A construção histórica de sujeitos da marginalização teve relação direta na segmentação territorial da cidade, divisão social do trabalho e no exercício pleno de direitos de cidadania de setores da sociedade carioca, que evidenciam o quadro de inclusão precária. Assim, podemos considerar um imobilismo social estruturante em vários setores da economia por aspectos raciais, de classe e de moradia, o que pode ser identificado como obstáculo na emancipação social e participação política de indivíduos por meio dessa sujeição. Porém, as várias cidades dentro do Rio de Janeiro apresentaram a relação centro-periferia nas dimensões simbólicas e geográficas, demandando mecanismo e tecnologias de controle, disciplinamento e pacificação de populações rebeldes por meio das ações do Estado (DAS & POOLE, 2008), o que nos remete ao conceito de

segurança como norteador desse urbanismo. Nesse contexto de configuração urbana dual do Rio de Janeiro, uma instituição teve um papel ambíguo e contraditório na delimitação de fronteiras sociais e físicas: as polícias.

#### *4.6.2. Controle social e elite mestiça na capital federal: gestão do Estado e extralegalidade em territórios periféricos*

Na encruzilhada sociopolítica do reconhecimento do sujeito histórico *negro* no processo civilizador da República brasileira, o paradoxo inclusão e exclusão das polícias ostensivas foi evidenciado. O ingresso desse sujeito nas instituições policiais e militares aponta para as contradições sociais implicadas na dinâmica da ascensão social da população negra e/ou mestiça, como forma de desinformação de valores depreciativos e o trabalho uniformizado como distinção (SANSONE, 2002, p. 519). Nesse processo pôde ser identificado que certo contingente foi absorvido pelo viés ideológico, a partir da internalização de valores morais e práticas dos grupos dominantes (HASENBALG, 2008).

Ao considerarmos o recorte étnico-racial, os negros começaram a ser recrutados pelo Estado para os cargos de policial, principalmente para as patentes mais baixas, para lidar diretamente com essas *classes perigosas*, tal como os *capitães do mato*, responsáveis pela captura de escravizados que fugiam das fazendas ou de quilombolas. Os *capitães do mato* eram negros e pardos e suas ações eram caracterizadas pelo emprego sistemático da violência física. Além disso, há também a dimensão de que, por segurança sanitária, os impuros poderiam lidar com outros impuros, considerando ainda a tese científica dominante a época da inicial da República brasileira: o crime como fator patológico.

O disciplinamento desse contingente policial também era realizado por meio de violências corporais. Apesar de conferir inserção simultânea no mercado de trabalho formal e na burocracia estatal, a violência reforçava as distinções de classe, raça e etnia dos praças das Polícias Militares e/ou membros das guardas civis. Porém, este disciplinamento violento aponta para a dimensão compensatória da violência por indicar a possibilidade de reversão da vulnerabilidade social desses sujeitos históricos da marginalização, servindo como ponto de distinção entre os indivíduos que não gostariam de ser identificados com seu grupo originário. Esse processo caracterizou esses policiais como não-privilegiados empoderados passíveis de serem despossuídos desse poder.

Podemos afirmar, porém, que os “não-privilegiados” não são uma categoria universal por parte dos negros e mestiços das corporações policiais. Observamos que há nesse grupo

social uma *elite permissionária* histórica que contribuiu para traçar fronteiras e administrar populações em territórios mais afastados dos grandes centros urbanos do país, o que incluiu a capital: o Rio de Janeiro. Essas fronteiras foram demarcadas pelas dimensões físicas, materiais, geográficas e simbólicas, denotando a multiplicidade do conceito de segregação. A segregação sócio-espacial pode ser territorializada a partir da divisão social do trabalho, dessa forma, uma medida material da desigualdade social e seus componentes étnico-raciais (SANTOS, 2005; CARMAN, CUNHA, SEGURA, 2013), uma vez que o território indica relações de poder.

Com efeito, podemos entender a inclusão dessa elite negra/mestiça na estrutura formal do Estado como estratégia de flexibilizar a potencialidade de ser desumanizado. Essa ação podia ser mobilizada por dois fatores: (i) pelo estigma social sobre aqueles que estão em situação de vulnerabilidade (GOFFMAN, 1978, p. 15) e (ii) pelo abandono em relação à dimensão garantidora do direito (AGAMBEN, 2014, p. 104-107). Os policiais negros/mestiços eram reconhecidos como sujeitos de direito nos territórios periféricos por representarem a autoridade, a ordem e a presença do Estado. Em outras palavras, a dimensão material e utilitária de suas vidas era ressignificada por meio da racionalidade do Estado, o que podemos entender como signo de distinção entre eles e os grupos sociais marginalizados categorizados como *classes perigosas*.

A questão territorial é fundamental na nossa argumentação sobre a noção de *elite permissionária*. No caso do Rio de Janeiro, os bairros mais distantes do centro eram caracterizados pelo ambiente rural ou por distritos industriais quase isolados do tecido urbano, o Estado era representado prioritariamente pela força policial. Esses bairros se localizavam/localizam nas fronteiras geográficas norte e oeste da cidade. Os oficiais de polícia indicados para as periferias, em considerável medida ao longo da história, eram negros e mestiços. Portanto, não eram apenas agentes de baixa patente, já que esses contingentes demandavam cadeias de comando e hierarquia. A construção da Vila Militar na zona oeste da cidade, a partir de 1904, com apoio do prefeito Pereira Passos e, posteriormente, a Escola Militar do Realengo<sup>45</sup>, concentrou um grande contingente militar na região, influenciando na forma, função e na estrutura dessa região do Rio de Janeiro como vocação manufaturada estratégica para a defesa e a logística da então capital federal.

---

<sup>45</sup> Centro de formação de Oficiais de carreira do Exército Brasileiro que funcionou de 1913 a 1944. Fonte: CPDOC – FGV. Verbete: Escola Militar do Realengo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/ESCOLA%20MILITAR%20DO%20REALENGO.pdf>. Acesso em 08/12/2017.

Apesar da expansão também para a zona norte, a planificação territorial da zona oeste do Rio de Janeiro é indicativa para compreender a forma sistemática que foi constituída a *elite permissionária* periférica a partir do conceito de segurança. Os bairros da zona oeste como Bangu (industrial<sup>46</sup>), Campo Grande (rural) e Realengo (militar), por exemplo, foram territórios iniciais para a construção de uma elite mestiça e negra histórica a partir da ascensão e o empoderamento por meio do Estado, que se constituiu também como parte da burguesia local desde inícios do século XX. Esse ponto indica o fator de desmobilização de classe pela distinção e o atenuante de signos de estigmatização étnico-raciais, tendo em vista o poder simbólico – e de fato - do Estado foi transmutado nos seus corpos pela autoridade formal, o que indica que esses sujeitos históricos podem não ter sofrido os mesmos constrangimentos sistematizados verificados nas favelas, por exemplo, pela sua condição material privilegiada e pela sua situação de representantes e garantidores da ordem estatal.

A natureza da atividade militar dos policiais pode ser explicativa para o fator de desmobilização de classe e de raça para a *elite permissionária*. A caserna entendida como instituição total é interessante para analisar a carreira moral dos sujeitos de marginalização que fizeram a passagem para agentes do Estado. Segundo Goffman (2003), as instituições totais têm como função o afastamento e, até mesmo, a ruptura com o mundo externo a elas para a mutilação e redução do *eu* daquele que nelas ingressa. O extremo deste processo é a *morte civil*, quando há perdas irre recuperáveis que são sentidas pelo interno ao deixar a instituição e se vê às voltas com o mundo externo. Os valores e as práticas sociais de determinada instituição total são atribuídos e internalizados pelo indivíduo pelo processo de mortificação de seus próprios sentimentos.

O caráter voluntário de ingresso nas polícias militares é interessante para analisarmos a inserção de negros e mestiços na estrutura repressiva do Estado como vetor de desmobilização. A entrada voluntária de um indivíduo em determinada instituição total denota o processo de afastamento do seu mundo doméstico, e tal contato é cortado pela instituição de maneira nítida o que se encontrava definhando (GOFFMAN, 2003, p. 25). Portanto, há uma negativa *a priori* dos sujeitos de marginalização aos seus grupos de origem, por assim dizer, diferente do caso dos ciganos oficiais de justiça, por exemplo. As instituições policiais serviram de formatação para a racionalização do tipo ideal de “*negro obediente e bom*” e

---

<sup>46</sup> A Fábrica de Tecidos Bangu, fundada em 1889, foi o catalisador de urbanização do bairro que era uma área rural da região.

norteadores de conduta de tipos sociais incivil serem considerados civilizados, através da inserção deles no trabalho formal e da burocracia do Estado.

A dimensão territorial dessa *elite permissionária* pode ser articulada com a teoria das *margens do Estado* (DAS & POOLE, 2008). As tecnologias específicas de poder pelas quais o Estado tenta “pacificar” e “manejar” as populações para transformar “sujeitos rebeldes” em sujeitos legais do Estado apresentam o foco na ideia de que a margem como periferia seria o local onde as pessoas não são suficientemente socializadas nos marcos das leis formais (DAS & POOLE, 2008, p. 24-25). A margem mantém o centro do Estado, a partir do disciplinamento da periferia, o que influencia as decisões centrais. A partir dessa consideração antropológica, podemos interpretar as formas de manutenção das leis do Estado pela mobilidade de suas margens, o que oportuniza métodos ilegais, porém legitimados socialmente, para a continuidade da ordem. Podemos concluir que um dos monopólios do Estado, o uso legítimo da violência física, é flexibilizado para manutenção da centralidade estatal através da prática e administração extralegal de conflitos e/ou distúrbios sociais, reforçando as fronteiras simbólicas do Rio de Janeiro traduzidas pela segmentação territorial.

A reconfiguração da zona oeste a partir da presença de uma nova elite urbana é exemplar para compreendermos a construção histórica da segmentação territorial do Rio de Janeiro. A consolidação dessa região como área militar, área rural e de um polo industrial demandou a extensão da linha férrea para o transporte de massa e, assim, reduzir a dimensão espaço-tempo para a circulação de bens e de pessoas. A urbanização desta parte também mobilizou estratégias de segurança por parte das elites locais pelo aumento do trânsito de estranhos pela construção de centros de comércio e de consumo locais, o que influenciou diretamente no exercício do *direito à cidade* pelo controle social por meio da categorização de tipos sociais indesejados, reproduzidos e transportados das zonas centrais da cidade. Outro fato que podemos salientar foi a ramificação dessa *elite permissionária* em diversos setores econômicos por meio de relações de compadrio e/ou familiares, como o comércio.

Nesse sentido, a reprodução da lógica de privilégios de classe como direitos pode ser identificada nessa região do Rio de Janeiro. Porém, a zona oeste não foi remetida ao projeto de modernização urbana da então capital federal. Ao contrário, permaneceu no imaginário social como uma localidade distante e associada ao atraso rural e a falta de *urbanidade*. Esses valores depreciativos recaíram em seus moradores, inclusive nessa *elite permissionária* negra/mestiça, que transitavam entre o “*outro*” e o “*próximo*”, em termos sociológicos. Portanto, a questão racial demarca as contradições actanciais desses agentes repressivos do

Estado como homens de fronteira. Essas situações apontam para as contradições e para os conflitos sociais implicados no processo de urbanização, que nos revela a projeção histórica da multiplicidade urbana dentro da metrópole.

As noções de lei, de segurança e de disciplina vão construindo novas gradações de *urbanidade* pelo território do Rio de Janeiro. A reconstrução história das *elites permissionárias* com a participação de alguns quadros de comando da polícia militar pode nos servir de bases explicativas para compreendermos quais foram os processos sociais que acarretaram a formação e a consolidação de atores sociais em *donos do lugar* por práticas extralegais. Ou seja, o Estado é mantido por meio de suas margens por normas informais e/ou ilegais que podem ser exercidas em determinado território, sendo a lei o resultado de práticas sociais concretas nas quais a vida e o trabalho estão entrelaçados (DAS & POOLE, 2008, p. 30), ainda que ela tenha um aspecto formal genérico. Dessa forma, podemos considerar que, como traço histórico, a presença geográfica da capital não foi acompanhada pela racionalidade jurídica – genérica e universal - do Estado de direito pelo processo de suburbanização carioca, podendo ser entendida como uma das dimensões explicativas da violência urbana contemporânea.

Observamos que essas *elites permissionárias* de territórios periféricos não possuem necessariamente o protagonismo de agentes de segurança. Tampouco seria verossímil afirmar que todos os policiais lotados na região exerceram obrigatoriamente essas funções. Nas áreas de conurbação do Rio de Janeiro – zonas oeste e norte e baixada fluminense – outros atores exerciam o poder local pela potencialidade e/ ou da prática da violência extralegal como controle social do crime e da desordem e administração territorial de populações marginalizadas e periféricas (DAS & POOLE, 2008; FOUCAULT, 2008). O crescimento urbano acelerado e desigual da então capital brasileira oportunizou o loteamento informal de territórios periféricos para migrantes em busca de moradia barata, o que oportunizou a formação de grupos particulares que dominaram essas regiões e se configuraram como *donos do lugar*. Esses atores sociais de violência podiam ser híbridos, com a presença de *bicheiros*, pistoleiros e policiais de maneira individualizada, contavam com a complacência das autoridades estatais como forma flexibilizada dos monopólios do uso legítimo da violência e da tributação para manutenção da ordem social do centro para as margens do Estado.

Porém, a flexibilização dos monopólios do Estado indicou as fissuras e as contradições sociais da urbanização como processo civilizador pela noção de *lei do mais forte* no estabelecimento de normas locais em territórios periféricos. A violência como gramática

de coesão social informal aponta para a dimensão compensatória de empoderamento de sujeitos marginalizados e via de emancipação institucional. Nesse sentido, o caso do alagoano Tenório Cavalcanti<sup>47</sup> é paradigmático para observarmos os limites e as potencialidades institucionais dessa flexibilização e a possibilidade de ascensão política de grupos marginalizados que exerciam uma violência funcional.

A ascensão política e social de Tenório Cavalcanti é significativa para compreendermos fatores históricos que dinamizaram as representações sociais da violência ao articularmos os conceitos de segurança e de criminalidade. Os atos de violência cometidos por Cavalcanti sob a alegação de garantia da ordem social na baixada fluminense, mais precisamente no Município de Duque de Caxias, alavancaram sua trajetória institucional no Estado. Apesar de ter cometido crimes, como o homicídio de um delegado na década de 1950, Cavalcanti conseguiu se tornar um líder político populista e folclórico, sendo eleito vereador, deputado estadual e federal, além de demonstrar força institucional ao concorrer aos governos estaduais do Rio de Janeiro e da Guanabara. Vulgarmente, era conhecido como “*homem da capa preta*” e era visto transitando armado e com *capangas* pelas ruas. A evolução política de Tenório Cavalcanti apontou para a violência extralegal como acesso ao poder institucional do Estado e como ferramenta de legitimação social e emancipação política de *elites permissionárias* de periferias e subúrbios da capital federal.

A dualidade territorial dos projetos urbanísticos empreendidos no Rio de Janeiro foi sendo aprofundada com o crescimento da criminalidade. Se, por um lado, a zona sul da cidade representava a utopia urbana do Brasil, na qual um simulacro de desejos realizados por uma classe simbolizava o domínio da natureza pela técnica e constituía os signos da civilização cosmopolita e multicultural que projetava positivamente a cidade para o resto do país e para o mundo, por outro, as favelas materializaram a persistência da *cidade real* e das populações “rebeldes” ao urbanismo de classe que, juntamente com a emergência de esquadrões da morte ou grupos de extermínio nas periferias e subúrbios da então capital federal, eram caracterizados como territórios e populações desqualificadas pelas elites cariocas, que transitavam entre a incivilidade e a barbárie. Assim, a ideia de risco foi sendo transmutada em crime nesses territórios no processo de *acúmulo social da violência*, projetando uma imagem contraditória do Rio de Janeiro. Porém, possuíam funcionalidades econômicas e políticas para manutenção da ordem social, de maneira subalterna e subordinada.

---

<sup>47</sup> Apesar de ser de um ramo empobrecido, Tenório Cavalcanti era membro de uma família política e industrial de Alagoas. Fonte: Dicionário CPDOC – FGV. Verbete: Tenório Cavalcanti. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio>. Acesso em 10/12/2017.

A transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília apontou para uma nova acomodação de forças sociais na esfera política da cidade. A representação do urbano pensado, vivido e imaginado da antiga capital evidenciou as contradições e os conflitos sociais que foram se tornando problemas estruturantes: a moradia e a segurança. Ambas as categorias seguirão sendo eixos norteadores para analisarmos a segmentação territorial do Rio de Janeiro e compreendermos os efeitos práticos da perda de status institucional de capital do Brasil a partir das dimensões simbólicas, materiais e funcionais. Portanto, podemos identificar a zona híbrida de “*outro próximo*” nas interações sociais entre indivíduos concretos e de classes diferentes, inserida em uma lógica de “desconhecidos previamente conhecidos” em uma relação de poder assimétrica no processo urbano e no *direito à cidade* do Rio de Janeiro por aspectos de classe, raça e território.



## 5. CIDADE- CAPITAL: O QUE FAZER COM O RIO DE JANEIRO?

O Rio de Janeiro foi sendo consolidado como referência urbana do Brasil desde o período colonial até a independência do país, passando por variações dos regimes políticos, Monarquia e República, e as mudanças no meio de produção econômica da escravização agrária para o trabalho assalariado industrial. Ao longo de quase dois séculos (1763-1960) como centro político administrativo e institucional brasileiro, a cidade foi sendo cristalizada como capital do país no imaginário social nacional e internacional como construída e legitimada como representação do Brasil nos aspectos materiais, culturais, étnico-raciais, históricos e simbólicos. Nesse sentido, é interessante definirmos sociologicamente a noção de *Cidade-Capital*.

No que tange à noção de *Cidade-Capital* podemos partir da perspectiva relacional com as outras cidades do país para analisarmos esse *status* no caso do Rio de Janeiro. Para Lefebvre, as capitais dos países contemporâneos, em relações às outras cidades do território nacional, teriam um papel semelhante aos das antigas metrópoles com suas colônias, pela absorção de suas riquezas e imposição da ordem metropolitana (LEFEBVRE 2008, p. 153). A partir dessa premissa de Lefebvre, a relação de subordinação à capital, transformaria as outras cidades em semi-colônias. No caso do Brasil, isso é difícil de afirmar de maneira tão categórica pelas disputas históricas de forças sociais no campo político e econômico. Porém, a centralização do Rio de Janeiro como cidade laboratório denota a dimensão simbólica dessa subordinação urbana.

Nesse sentido, podemos mobilizar a definição de Foucault sobre a noção de *Cidade-Capital* para articularmos com o argumento de Lefebvre a cerca do papel das capitais nacionais contemporâneas. A definição dessa noção apresentada pelo filósofo francês é engendrada pelos conceitos de território e soberania pela eficácia política:

(...) a relação da soberania com o território é que é essencialmente primeira e que serve de esquema, de chave para compreender o que deve ser uma cidade-capital e como ela pode e deve funcionar. Aliás, é interessante ver como, através dessa chave da soberania como problema fundamental, vemos surgir um certo número de funções propriamente urbanas, funções econômicas, funções morais e administrativas, etc. (...) essa ideia da eficácia política da soberania está ligada aqui à ideia de uma intensidade das circulações: circulação das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial também (FOUCAULT, 2008, p. 19-20).

A partir dessas definições de Lefebvre e de Foucault sobre as capitais, podemos considerar alguns aspectos dessa condição no caso do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, a construção histórica da cidade como espaço privilegiado de decisões políticas e econômicas

do país, tanto no período de produção agrária como no industrial, ainda que São Paulo pleiteasse a condição de metrópole protagonista pelo seu espólio material em larga escala. Porém, as disputas narrativas por um “*passado glorioso*” construídas pelas elites de ambas as cidades apontaram para a questão de uma europeização verossímil por parte do Rio de Janeiro como capital simbólico e cultural, uma vez que essa cidade albergou a aristocracia da Corte Portuguesa que deu origem à monarquia brasileira, enquanto a capital paulista teve que reinventar e ressignificar a figura do *bandeirante*. Portanto, a dimensão histórica de um urbano pensado, vivido e imaginado indicam outros componentes para além dos materiais e institucionais para consolidar o Rio de Janeiro como *Cidade-Capital*.

A atribuição de signos civilizacionais europeus indicou a construção do Rio de Janeiro pelo seu urbanismo como ideologia e ilusão de classe como simulacro das referências das elites brasileiras. A construção do *status* de capital do Brasil incidiu na representação e na interpretação das demais regiões do país a partir de sua capital como referência e paradigma da conceituação do que seria o moderno e/ou o atrasado, do que seria o desejado e/ou o indesejável, do que seria o *seguro* e/ou *perigoso*. Ou seja, a cidade foi se cristalizando como lugar de produção de memória social, da intelectualidade, da inovação e do artístico por meio da concentração de bens culturais e simbólicos, além do local do poder burocrático-administrativo. Dessa forma, o histórico de intervenções do urbanismo foi consolidando o Rio de Janeiro como referência civilizacional e utopia urbana para o Brasil, o que oportunizou a construção de estereótipos sociais de forma regionalizada que constituíram uma identidade nacional manufaturada desde a interpretação das classes dominantes dessa cidade:

La “invención de la samba” fue también una ‘invención’ de Río de Janeiro como ciudad ‘típico-ideal’ de Brasil, la invención del *carioca* como un estilo de vida diferente, supuestamente más cosmopolita, de buen humor y ‘superior’. La asociación del *carioca* con el “malandrín”, distinguiéndose de otros estereotipos regionales – el *mineiro* desconfiado; el *paraíba* o *norteño*, violento en la defensa del honor, “valentón” y trabajador “esmerado”; el *paulista*, trabajador compulsivo y “conservador”; el *gaucho*, machote, autoritario; el *baiano*, indolente, hablador, también malandrín, etc., todo ello indica una invención cultural que especifica a Río, distinguiéndolo de las invenciones (muchas veces producidas en el propio Río, entonces capital de la República) que construyen el imaginario de las demás ciudades (o regiones) brasileñas (MISSE & GRILLO, 2014, p. 56-57)

Porém, a ideia de planificação e harmonia das reformas urbanas no Rio de Janeiro é problematizada pela inclusão precária de sujeitos históricos de marginalização. As diferentes tentativas de disciplinamento e/ou erradicação de populações consideradas “rebeldes” ao processo civilizatório da *cidade ideal* conjugadas com o quadro de desigualdade social resultaram na segregação sócio-espacial da *cidade real*. Como observamos no capítulo anterior, essa forma de categorização *a priori* oportunizou a construção de *territórios de*

*exceção*, nos quais a violência extralegal foi sendo transformada em linguagem de controle social e administração de populações marginalizadas para a manutenção de uma ordem social estruturante.

Favelas, subúrbios e periferias da então capital federal foram transformados em espaços urbanos nos quais normas informais e/ou ilegais eram legitimadas e compartilhadas como maneira de coesão social e prática cotidiana. Isso evidenciou quais, onde e contra quem determinadas práticas delitivas eram toleradas pelo poder estatal. Porém, o crescimento da criminalidade na capital apontou para outra função do Rio de Janeiro: além de ser um laboratório de políticas urbanas, a cidade também foi tornada uma espécie de termômetro criminal e indicador de tendências para o Brasil nesse campo. Esse fato complexifica essa cidade como objeto de análise sociológica ao articularmos os conceitos de *sociedade urbana* e *direito à cidade*.

O urbanismo dual do Rio de Janeiro apontou para a representação social do crime como suas fissuras. Os problemas sociais e estruturais da cidade eram cada vez mais visíveis e refletidos principalmente nas áreas da moradia e da segurança. As contradições da coexistência entre o espaço planejado do desejo e da utopia urbana vivida pelas classes dominantes e os territórios subalternizados e desqualificados dos subúrbios, favelas e periferias como locais destinados de moradia e de circulação de classes trabalhadoras precarizadas engendram interpretações e percepções ambíguas dessa cidade. Simultaneamente, o Rio de Janeiro foi representativo na construção ideológica de ascensão social e material por um estilo de vida cosmopolita e multicultural de maneira positiva e na produção da sensação de medo e insegurança pelo aumento progressivo da criminalidade, como recorte nacional pela urbanização acelerada do país.

Os avanços tecnológicos da comunicação e dos meios de transporte de massa foram componentes da cristalização do Rio de Janeiro como capital cultural do Brasil. Ambos os aspectos contribuíram para dinamizar a abrangência de informações e o contato direto com a cidade. Assim, o sentido institucional de capital foi extrapolado pelas dimensões culturais e civilizacionais, tornando a capital federal mais próxima potencial e simbolicamente de realidades geográficas distantes e distintas. Os temas sociais do Rio de Janeiro foram sendo entendidos em proporção nacional pelo acesso físico e de informação da cidade, diluindo as distâncias e reafirmando os seus signos urbanos e estilo de vida como parâmetro de *urbanidade* e civilidade para o país, aspectos que denotam sua capitalidade. O histórico urbanístico do Rio de Janeiro, a cidade, como vitrine do Brasil para dentro e para fora do país.

Com a transferência do Distrito Federal para a recém-inaugurada Brasília em 1960, o Rio de Janeiro perdeu a sua condição de capital institucional. Todavia, a cidade seguiu como referência cultural, social, política, econômica, entre outras para o país e imagem do Brasil no exterior. As transformações urbanas ao longo da história da cidade foram atribuídas ao seu status de capital e sua vocação burocrático-administrativa. Portanto, quais seriam as consequências para o Rio de Janeiro, agora que não é mais o centro político-institucional do Brasil? Como construir uma nova vocação para a cidade que foi consolidando sua identidade, em diversas dimensões, pelo seu histórico administrativo? Em síntese, o que se faria com esta cidade agora que não é mais capital do Brasil?

### **5.1. Governo Carlos Lacerda: remoções de favelas e especulação imobiliária**

Uma das providências tomadas em virtude da transferência do Distrito Federal para Brasília foi a criação da cidade-estado da Guanabara (1960 -1975). Esse foi um marco político importante pela ocorrência das primeiras eleições para eleger representantes dos poderes Executivo e Legislativo do Rio de Janeiro, uma vez que os prefeitos da cidade, sob a condição de Distrito Federal, eram nomeados diretamente pelo Presidente da República. Assim, as demandas locais do Rio de Janeiro deixaram de ser uma espécie de “*assunto de decisões nacionais*”, sendo convertidas em ações institucionais locais e indicando as disputas de grupos políticos da cidade para acessar os cargos eletivos. Ou seja, os *cariocas* começavam a exercer a autonomia político-institucional para decidir seus conflitos sociais locais entre os mais distintos grupos e classes, o que redimensionou os repertórios de ação coletiva de sujeitos que viviam, percebiam e sentiam a cidade.

O resultado do primeiro pleito eleitoral do estado da Guanabara foi a vitória do jornalista Carlos Lacerda, em outubro de 1960. Lacerda construiu a sua carreira pública e política no antagonismo a Getúlio Vargas, sendo um dos artífices da crise institucional que acarretou o suicídio de Vargas. A sua administração foi marcada por obras urbanas estruturais, como a construção da adutora do rio Guandu para o abastecimento de água para a população, uma das deficiências crônicas no serviço público, e a abertura de vias e túneis para interligar as áreas do Rio de Janeiro, dinamizando também a produção e o consumo da indústria automobilística. Nesse sentido, Lacerda buscava manter a evidência da cidade como vitrine do Brasil e seu potencial econômico para a reinvenção e reafirmação da identidade do Rio de Janeiro pela ideia de modernidade, ordenando o novo espaço urbano por meio do

conceito de mobilidade (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 38). Porém, o projeto de governo de Lacerda apontou para um objetivo específico: as favelas.

As favelas foram abordadas de maneira diferente e contraditória na administração Lacerda. Primeiramente, a ideia de qualificação por um processo de urbanização em larga escala das favelas cariocas foi empreendida pelo então governador, caracterizada pelo seu estímulo às ações comunitárias conhecidas como mutirões (GONÇALVES, 2015, p. 102-103). Podemos identificar elementos que remetem ao exercício do *direito à cidade* por parte de sujeitos históricos da marginalização ao serem reconhecidos como membros pertencentes e ativos da realidade urbana concreta. Isso indicou também um movimento de reacomodação de forças sociais em um contexto de autonomia política no qual o Rio de Janeiro começava a dar os primeiros passos de autonomia institucional e a perspectivas de participação política como forma de exercício de cidadania. Ademais, as remoções seriam extremamente custosas no aspecto social, político e econômico.

Porém, em 1962, Lacerda adotou a prática das remoções de favelas, dando início ao segundo ciclo de reconfiguração urbana do Rio de Janeiro por meio dessa ação. Em comparação à reforma de Pereira Passos, que tinha um caráter higienista baseado nas teorias científicas racistas que relacionavam o desvio e o crime a degenerações morais pela miscigenação, as remoções sistematizadas do período Lacerda atendiam diretamente aos interesses de setores da especulação imobiliária que atuavam na cidade, em especial na zona sul. Ainda em termos comparativos, na reforma Pereira Passos as favelas eram um objetivo secundário e colateral para o urbanismo como ideologia de classe para a construção de espaços qualificados para as elites, enquanto o remocionismo lacerdista mobilizou estratégias de fixação da população favelada para os territórios distantes das áreas de interesses de investidores privados, denotando a prevalência do valor de troca sobre o valor de uso do solo em sua administração.

Nesse sentido, Lacerda expandiu o Rio de Janeiro para as zonas norte e oeste de maneira sistemática por meio das remoções de favelas. Para o então governador, isso seria o *“melhor aproveitamento das áreas já existentes, em que a ação do Estado iria ‘corrigir’ distorções do crescimento anterior, tendo as favelas das áreas centrais, notadamente as da Zona Sul, como alvo privilegiado desse ajuste”* (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 39). A violência do Estado empregada para a remoção de populações marginalizadas das favelas foi um instrumento utilizado tanto por Pereira Passos como por Lacerda. A violência como traço da cultura política é reafirmado também como delimitador de fronteiras simbólicas e materiais

entre as pessoas, categorizando-as como indivíduos *seguros* ou *perigosos* no processo de *acúmulo social da violência*, o que indica as interações sociais que tiveram como força motriz a *conflitualidade* (MISSE, 2010; TAVARES-DOS-SANTOS, 2009). Com efeito, se podemos concluir que a questão da moradia de populações que formaram um exército de reserva industrial foi algo resultante da ideia de abandono da dimensão garantidora do direito, também podemos afirmar que a segregação dessas populações foi a ação primaz de Lacerda para seu urbanismo como ideologia de classe por um processo civilizador pela criação de *guetos*, alterando a morfologia social e urbana do Rio de Janeiro e indicando a necessidade de constantes reformas como traço histórico de suas elites.

### *5.1.1. Aliança Para o Progresso e Governos Militares: Habitação e manutenção extralegal da ordem urbana nas periferias da cidade*

O estilo centralizador, personalista e conservador de Carlos Lacerda apontou para os seus objetivos políticos de dimensões nacionais, paralelos à ideia de autonomia institucional da cidade-estado da Guanabara. A sua oposição ao seu antigo aliado, Jânio Quadros, eleito presidente com seu apoio, e o antagonismo ao sucessor na presidência da República, João Goulart, que assumiu em decorrência da renúncia repentina do precedente e era herdeiro político de Vargas, fez com que Lacerda assumisse estratégias que influenciaram diretamente na política urbana do Rio de Janeiro. Uma dessas ações ficou conhecida como *Aliança Para o Progresso*, que consistia em uma cooperação direta entre o estado da Guanabara e o governo estadunidense.

A *Aliança Para o Progresso* foi uma iniciativa do então presidente dos EUA, John Kennedy, para o desenvolvimento econômico e social nas áreas urbanas da América Latina a partir de 1961. Esse projeto denotou a ideia de imperialismo pela influência política e cultural dos EUA e pela relação de dependência econômica e tecnológica que os países dessa região tinham em decorrência do capitalismo periférico (CAROSIO, 2010; OLIVER, 2005; ZAVALETA, 2009). Além disso, o argumento de anticomunismo, um dos objetivos dos estadunidenses e razão da *Aliança Para o Progresso* após a Revolução Cubana de 1959, foi mobilizado por Lacerda para o contrato de financiamento e empréstimos internacionais (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 43), sendo a figura do então presidente João Goulart, próximo ao sindicalismo e adepto do trabalhismo, conectada a uma ameaça comunista no discurso do governador. Ademais, a *Aliança Para o Progresso* partia da premissa de valores depreciativos sobre as favelas de forma dura e desumanizadoras com o caráter civilizatório.

O aporte financeiro garantiu a Lacerda a remoção de moradores das favelas da zona sul para a zona oeste em três conjuntos habitacionais: *Cidade de Deus* (Barra da Tijuca), *Vila Aliança* e *Vila Kennedy* (ambas em Bangu). Essas localidades eram distantes dos grandes centros e possuíam infraestrutura urbana precária – transporte, luz, escolas, saneamento, etc. -, contrastando com os equipamentos públicos das zonas mais centrais do Rio de Janeiro. Essas regiões foram constituídas como as novas periferias da cidade, denotando a perspectiva de Das & Poole (2008) sobre a relação de centro e periferia por meio das *margens do Estado*. Assim, o controle social informal e/ou extralegal vai se tornando a linguagem e a gramática desses territórios, nos quais atores sociais disputam e compartilham simbolicamente os significados dessas conurbações. Na perspectiva do método *regressivo-progressivo* de Lefebvre, essas construções se caracterizam como a continuidade de relações sociais atravessadas por temporalidades diferentes, no qual os sujeitos históricos de marginalização foram alijados do *direito à cidade*, obstaculizando a transformação revolucionária da *sociedade urbana*.

Para consolidar a marca expansionista de sua administração, Carlos Lacerda contratou o urbanista grego Constantinos Doxiadis para a planificação do espaço urbano do Rio de Janeiro. Em 1964, o projeto expansionista do governo era atravessar as fronteiras da Barra da Tijuca e industrializar a região de Santa Cruz, ambos os bairros da zona oeste (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 42). No ano seguinte, foi lançado o *Plano Doxiadis*, que teve dois efeitos práticos: (i) a ênfase na circulação pelas vias rodoviárias e (ii) e uma nova direção na política habitacional da cidade. Este último ponto indica a passagem do Rio de Janeiro de cidade de inquilinos para cidade de proprietários, transformando os sujeitos através da propriedade e trabalhando a dimensão da cidadania de consumo (Idem, p. 42).

A política habitacional teve impacto direto nas favelas do Rio de Janeiro. O *Plano Doxiadis* previa a permanência e a remoção das favelas no Rio de Janeiro e a reconfiguração urbana a partir da noção de *vocação local*, ocasionando a transformação das relações sociais como potencialidade de mudanças espaciais e os atos propriamente ditos. Em relação às favelas:

O Plano Doxiadis afirmou ser “indispensável que se encontrassem soluções específicas para o problema das favelas” (...) O plano afirmava, por fim, que “acreditamos firmemente que a solução do problema das favelas só pode ser alcançada na base do reconhecimento do fato de que os favelados contribuem para a vida da cidade e, assim, dentro dela devem ser acomodadas” (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 42).

O *Plano Doxiadis* foi para além das favelas, o que evidenciou uma perspectiva higienista também nas reformas urbanas de Lacerda. A noção de “limpeza” da zona sul do Rio de Janeiro atingiu também andarilhos e moradores em situação de rua, havendo restrições de direitos e arbitrariedades como forma de “mascarar” problemas sociais. Além disso, este plano possuía um aspecto elitista pela forma negativa que o subúrbio carioca era representado socialmente (BRUM & GONÇALVES, 2015, p. 43), reforçando a segmentação territorial da cidade pelas fronteiras físicas e simbólicas, categorizando de maneira hierarquizada setores da população por classe e por raça. As reformas de Lacerda demonstraram a ideia de interconexão funcional e subordinada da vida de determinados sujeitos sociais para a circulação de pessoas, bens e mercadorias na cidade, o que na teoria de Lefebvre era o oposto ao *direito à cidade* e ao seu objeto virtual; a *sociedade urbana*. O balanço final das ações remocionistas deste governo foi:

(...) a remoção de cerca de 42 mil pessoas, a demolição de 8.078 barracos e a erradicação total ou parcial de 27 favelas, entre 1962 e 1965. Durante esse período, a Companhia de Habitação da Guanabara (Cohab-GB) construiu, em subúrbios distantes, vários grandes conjuntos habitacionais para abrigar a população removida. Essa primeira fase da política de remoção esbarrou imediatamente em acirradas críticas, até mesmo por parte dos organismos financiadores (GONÇALVES, 2015, p. 103).

As remoções de Carlos Lacerda tiveram um custo social e político alto. A ideia foi abandonada na campanha de sucessão ao cargo de governador da Guanabara, que teve como resultado a eleição de Negrão de Lima sobre o candidato da situação, Flexa Ribeiro. Isso demonstrou a ineficácia das propostas de Lacerda para as favelas cariocas, “*tanto no intuito declarado de regenerar o favelado em novo local de moradia, tirando-o da ‘precariedade’ da favela, quanto na aceitação dos favelados ao programa*” (BRUM, 2013, p. 181). A perspectiva mercadológica do uso do solo também é um fator considerável para as remoções das favelas nesse período, uma vez que grandes empreendimentos imobiliários foram se tornando a tônica da economia da zona sul do Rio de Janeiro. Porém, observamos que, apesar das críticas a serem feitas, o fato de Lacerda ter introduzido a questão da moradia para populações marginalizadas como tema central dinamizou a formulação de hipóteses, debates e propostas mais sistematizadas para possíveis melhorias em uma área social tão deficitária.

Isso engendrou também formas de mobilização coletiva e de solidariedade para a participação nas decisões políticas por parte de sujeitos históricos da marginalização, por meio de mecanismo e estratégias sociais formais e informais. Dessa forma, a interpretação do legado remocionista de Lacerda aponta para duas direções contraditórias: (i) a luta histórica pelo reconhecimento da ocupação de moradores de territórios de marginalizados como



moradia integrada à cidade e (ii) a permanência da hegemonia da perspectiva classista e histórica de urbanismo, na qual os valores morais dominantes são consolidados como civilizatórios e hierárquicos sobre as classes sociais subalternizadas e subordinadas, incidindo sobre essas a ideia corporificada de risco para a ordem social e da potencialidade coletivizada de atos criminosos.

As chuvas dos anos de 1966 e 1967 no Rio de Janeiro deram mais elementos ao argumento de risco intrínseco às favelas cariocas. Setores da mídia, empresariais e autoridades de Estado disputavam a construção narrativa das remoções nesse período. Por um lado, as chuvas que causaram mortes de moradores dos morros nos citados foram utilizadas para a retirada desses conjuntos de habitações precárias dos acidentes geográficos. Por outro, havia forças sociais que advogavam a urbanização das favelas por entenderem que o mercado concentrado nas áreas centrais da cidade atrairia a volta dessa população como mão de obra pela distância das regiões para as quais eram deslocadas. Isso evidenciou também a fragilidade da noção de “desastre natural”, uma vez que as tragédias de 1966 e de 1967 teriam ocorrido pela negligência do poder público, sendo catalisador da criação de dois órgãos: GEO-RIO e CODESCO.

A Fundação Instituto de Geotécnica, conhecida como GEO- Rio foi criada em 1966. Esse órgão foi uma resposta institucional para as demandas populares após as chuvas do ano de sua criação, que tinha como objetivo principal as obras de contenção de encostas. Já a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) teve impacto simbólico por propor a urbanização sistemática e planejada das favelas, porém seu alcance prático e efetivo foi limitado, sendo que “*das três favelas inicialmente escolhidas para serem urbanizadas (Brás de Pina, Mata Machado e Morro União), o projeto só avançou realmente na primeira delas*”<sup>48</sup> (GONÇALVES, 2015, p. 107). Porém, essas iniciativas tiveram efeitos temporários no sentido de segurança dos moradores das favelas cariocas, uma vez que a preocupação dessas populações passou das enchentes provocadas pelas chuvas para os incêndios, que eram de “*autoria por certo duvidosa, que se tornariam práticas correntes nas favelas para acelerar as remoções*” (Idem, p. 108). Esse contexto reforça e reafirma a situação de vulnerabilidade social de sujeitos históricos da marginalização e sua inclusão precária na sociedade carioca, sendo traço da desigualdade estruturante do urbano no país.

As transformações urbanas no Rio de Janeiro ganharam nova dinâmica com a ditadura militar apoiado por setores empresariais e autoridades civis. O golpe de Estado de 1964, que

---

<sup>48</sup> No caso, o único foi o bairro de Brás de Pina.

derrubou João Goulart da Presidência, incrementou a violência e o autoritarismo contra os opositores do regime ditatorial e potencialmente na sociedade brasileira, e teve reflexo na seletividade do exercício de direitos de populações marginalizadas. A antiga capital federal recebeu uma “atenção especial” das forças sociais artífices do golpe. Os setores partidários políticos, da mídia, artistas e intelectuais científicos e universitários identificados com o comunismo foram sendo criminalizados, sendo episódio conhecido como *massacre da Praia Vermelha* emblemático desse período. A invasão da Faculdade de Medicina UFRJ por forças policiais, em 1966, pode ser considerada o marco de virada na repressão ditatorial, recrudescida pela luta armada. As práticas de crimes comuns por grupos armados, como assalto a bancos e sequestros, foram enquadrados na lei de segurança nacional, o que acrescentou mais um fator de vigilância sobre populações marginalizadas da cidade.

As ações dos governos militares foram ambíguas para as populações marginalizadas do Rio de Janeiro. Apesar do incremento da violência na vigilância desses grupos sociais, a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), em 1968, autarquia federal que pode ser entendida como instrumento que garantiu as remoções das favelas da zona sul para a zona norte da cidade. O objetivo da CHISAM era a recuperação e integração moral, econômica e social das famílias faveladas e crítica à urbanização das favelas, pregressa a existência da autarquia; partindo da premissa que os aglomerados de favelas destoavam do entorno da zona sul pela sua informalidade, ilegalidade e *anormalidade* (BRUM, 2013, p. 182-183). Ademais, a vida nas favelas seria um ciclo de reproduções de incivildades passadas de geração para geração, uma vez que esses lugares não seriam psicologicamente favoráveis, segundo a premissa defendida pela CHISAM (idem, p. 183).

A criação da CHISAM indicou a permanência da capitalidade do Rio de Janeiro por meio de implantação de políticas públicas de urbanização. No caso da CHISAM, a ambiguidade dessas ações se insere na construção da mentalidade e da identidade social do favelado como proprietário por meio da habitação como instrumento de um processo civilizador. De fato, não há como negar a dimensão do bem-estar de possuir uma casa própria, ainda mais para setores sociais que estavam em situação de vulnerabilidade e de desvantagens econômicas. Porém, os canais de diálogos comunitários fechados pela ditadura, incluindo os das favelas, impediram o processo decisório plural (BRUM, 2013). Ademais, a vida em conjuntos habitacionais nas premissas da CHISAM seriam disciplinadores para uma vida “normal” pelo processo de *desfavelamento*:

No caso da Zona Sul da cidade, a favela contrastava com a beleza da paisagem, sendo os favelados um estorvo. Já nas zonas Norte e Oeste, eles poderiam ser de grande utilidade para abastecer de mão de obra as Zonas Industriais delimitadas pelo Estado, no que precisariam residir próximo a esse mercado em expansão (...) Criar-se um mercado de trabalho na periferia das cidades que compõem a Área Metropolitana do Grande Rio, que permita a absorção dos subempregados, desempregados, e fluxos migratórios, a fim de aumentar-lhes a renda, dando-lhes capacitação profissional, instrução e condições sanitárias que os integrem em uma vida normal (CHISAM, 1969, p. 16 *apud* BRUM, 2013, p. 186).

A construção de conjuntos habitacionais perto das indústrias da zona norte do Rio de Janeiro atendia aos auspícios de setores empresariais que apoiaram o golpe de 1964. Isso acarretaria a remoção de favelas dessa região. As movimentações para remover as favelas das cercanias do complexo industrial na década de 1960 não foram efetivadas em sua totalidade porque moradores ofereceram resistência e permaneceram na localidade. A ideia dos comportamentos desviantes como uma espécie de fenômeno inato ao território das favelas que era compartilhada pelos setores civil e militar desse período foi sendo desconstruída pelo cotidiano. Essa interpretação estereotipada do favelado refletiu o viés classista e segregacionista dos ocupantes do Estado.

A conjugação de perseguição a opositores políticos e de recrudescimento dos estigmas sociais de sujeitos históricos de marginalização oportunizou a formação de grupos paramilitares no Rio de Janeiro como reação aos tipos sociais criminalizados que poderiam ser vetores de distúrbios e desordens sociais para os governantes. Esses grupos eram formados por policiais que praticavam atos de violência extralegais e ilegais contra determinados sujeitos, legitimados e tolerados por autoridades e setores das elites e das classes médias cariocas. O *acúmulo social da violência* no Rio de Janeiro foi sendo traduzido na relação entre criminosos que se dedicavam ao tráfico de mercadorias ilícitas que ofereciam segurança para bicheiros como forma de organização criminosa embrionária. Assim, os grupos de extermínio ou esquadrões da morte começaram a atuar no estado da Guanabara como instrumento de segurança contra a violência urbana, sendo transmutados positivamente no contexto ditatorial.

Os membros desses grupos transitavam entre o folclore e a realidade urbana do Rio de Janeiro. A Scuderie Le Cocq foi o grupo mais conhecido entre as décadas de 1960 e 1970. A criação da associação foi em homenagem ao detetive Milton Le Cocq, que, segundo relatos, foi morto em serviço por um criminoso conhecido por *Cara de Cavalo*, da Favela do Esqueleto. A Scuderie Le Cocq era formada pelos chamados “*homens de ouro*” da polícia do Rio de Janeiro, que seriam responsáveis pela “limpeza” da criminalidade da cidade, caracterizando a imagem pública de “justiceiros”. As execuções de traficantes e assaltantes

nas favelas da zona norte, inclusive *Cara de Cavalo*, foram verificadas de maneira sistemática e atribuídas ao grupo. A Scuderie Le Cocq chegou a ter mais de sete mil associados, mas seus membros sempre negaram que formassem um esquadrão da morte<sup>49</sup>.

A expansão urbana a partir das remoções de favelas e a fixação de populações marginalizadas nos subúrbios do Rio de Janeiro por meio de políticas habitacionais evidenciaram a violência como gramática dos conflitos sociais. O aumento da criminalidade propiciou um terreno para a consolidação de grupos de extermínio na cidade, mais identificados com a Baixada Fluminense, como forma de manutenção da ordem do estado da Guanabara, criado para ocupar o lugar institucional do Distrito Federal que fora transferido para Brasília. A ineficácia das políticas habitacionais foi verificada pela contínua migração interna entre as zonas da cidade pelo abandono de serviços públicos, além da presença da polícia, reforçando os estigmas sociais.

Por fim, os esquadrões da morte também foram se transformando em um problema para a área de segurança pública por indicar a falta de controle estatal sobre as práticas ilegais de policiais. Esses métodos atingiram opositores do regime ditatorial e as populações historicamente marginalizadas nas periferias, subúrbios e favelas do Rio de Janeiro. Apesar de ter perdido o aporte financeiro pela retirada da capital, o estado da Guanabara era considerado rico pela sua arrecadação, mesmo assim, problemas inerentes à desigualdade social traduzidos na segmentação territorial da cidade foram sendo intensificados em sua breve existência.

### 5.1.2. Fusão Rio de Janeiro – Guanabara

Em 1975, houve a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Com esse processo a cidade se tornou capital do estado homônimo, seguindo a lei complementar nº 20 de 01/06/1974<sup>50</sup>, sancionada pelo então Presidente Ernesto Geisel, um dos ditadores do período militar, que ainda estabeleceu a região metropolitana do Grande Rio. A ideia da fusão seria desenvolver econômica e socialmente essa área, porém, alguns críticos desse processo entendiam como uma manobra direta da ditadura na autonomia política da cidade. De fato, ao observarmos os investimentos feitos pelo então governo federal no antigo estado da Guanabara, verificamos a intensa participação da esfera federal nas obras e decisões locais,

---

<sup>49</sup> Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u122101.shtml>. Acesso em 15/12/2017.

<sup>50</sup> Fonte: Sítio oficial da Presidência da República Federativa do Brasil – Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp20.htm). Acesso em 15/12/2017.

como na área da habitação e da malha rodoviária, em especial as obras da Ponte Rio- Niterói, um dos vértices físicos que serviram de argumento para a fusão.

A instabilidade pela efemeridade do estado da Guanabara se refletiu no planejamento urbano e na reacomodação de forças sociais no campo político. Houve outra mudança na estrutura burocrático-administrativa do Estado, indicando a absorção de espólios materiais e o remanejamento orçamentário. Algumas obras, como a construção do campus da Universidade do Estado da Guanabara (UEB), na antiga favela do Esqueleto, que com a fusão passou a ser a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é um exemplo categórico nesse sentido. Essas mudanças também afetaram as estruturas dos órgãos de segurança pública e judiciário do estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, os problemas identificados pelas autoridades como de primeira ordem na recém-institucionalizada capital fluminense era o crescimento da violência urbana.

O quadro de proliferação de esquadrões da morte formado por policiais, que ora atuavam como agentes extralegais da ordem social autoritária da ditadura, ora agiam de maneira particularizada em consonância com os interesses de *donos do lugar* de territórios marginalizados das periferias e subúrbios da cidade, como os *bicheiros* (isso quando não eram eles mesmos membros dessa categoria), foi somado à ascensão de um novo ator social coletivo de violência: gangues organizadas do comércio de drogas ilícitas. Se os crimes violentos para fins patrimoniais identificados na década de 1950 difundiram a cultura do medo e a apropriação política desse sentimento social (MISSE & GRILLO, 2014, p. 63), o *acúmulo social da violência* conjugado com a explosão demográfica das cidades brasileiras na década de 1970 transformou o Brasil em um país de maioria populacional urbana de forma desordenada e socialmente desigual (MARICATO, 2009; ROLNIK, 2009; SINGER, 1995), oportunizou a entrada da cocaína no país, sendo o Rio de Janeiro o caso mais emblemático na ramificação do crime e sua consequente produção de sentimentos de insegurança.

As crises econômicas cíclicas da ditadura militar afetaram financeiramente polos industriais do Rio de Janeiro, principalmente na zona norte. O quadro de desemprego e de pobreza estruturais somado à pressão pelo consumo, seja por artigos de primeira necessidade, seja por artigos supérfluos com o crescente acúmulo patrimonial a partir da década de 1970, podem ser fatores de recrutamento para uma *economia negra* (DAS & POOLE, 2008) que começava a ser desenvolvida nos morros e nas favelas da cidade, em especial. Além disso, a dimensão compensatória da violência pode ser um componente para o ingresso nessas gangues de narcotraficantes, uma vez que jovens do sexo masculino, que não foram

absorvidos pelo sistema formal de trabalho e/ou de ensino, acarretando perdas materiais e afetivas, vislumbrassem uma ascensão social relativa ao local de circulação, moradia e vivência. Nesse sentido, o comércio de drogas ilícitas apresenta um elemento central para seu desenvolvimento como atividade econômica e representação social: o território.

### 5.1.3. *Violência urbana e territorialização*

As disputas armadas pelo território para o comércio de drogas ilícitas nas favelas começaram a chamar a atenção da opinião pública e das autoridades com a difusão dessas informações pela imprensa na década de 1970. Os programas policiais de rádio e os jornais impressos conhecidos como “*pinga-sangue*”, que noticiavam preferencialmente os casos de homicídios e violências ocorridos na Baixada Fluminense, passaram a noticiar também o cotidiano violento nas favelas do Rio de Janeiro nesse período. A década de 1970 foi o início do processo de autonomia dessas gangues em relação a outros tipos de atores sociais da violência, como os *bicheiros* e os grupos de extermínio. Apesar disso, essas gangues ainda praticavam crimes comuns como sequestros, assaltos a banco e roubo de carros como forma de complementação financeira.

Os tiroteios verificados em favelas do Rio de Janeiro em decorrência dessas disputas territoriais foram sedimentando a transmutação da categorização dessas áreas: de potencial risco para criminalidade concreta. Ou seja, *risco* → *perigo*. Porém, a própria tipologia delitiva foi sendo ressignificada a partir da década de 1970 por não se caracterizar pela prevalência do viés patrimonial, mas pela potencialidade de se tornar vítima da violência homicida. Metralhadoras e escopetas começam a figurar na lista de material bélico dessas gangues que até então vendiam maconha e possuíam pistolas e revólveres, introduzindo uma expressão no vocabulário popular da cidade: *bala perdida*. Um dos registros dessa mudança foi o confronto armado entre gangues no Morro da Providência entre abril de 1971 e agosto de 1972, que foi resumida da seguinte forma:

Um muro erguido no Morro da Providência dividiu ao meio a primeira favela do Brasil. Quem mora de um lado não pode passar para o outro. Batizada pelos moradores de Muro da Vergonha, a barreira é vigiada dia e noite por olheiros do tráfico, crianças de oito a dez anos que se arriscam em troca de migalhas. O bando do Sessenta, liderado pelos ex-presidiários Itália e Tainha, almeja reinar em todas as bocas da Providência. Do outro lado estão os moleques do Cruzeiro, pequeno exército de ladrões e pistoleiros que querem honrar a morte do patrão, Carlitos, assaltante que se tornara um temido chefe do tráfico, mas acabou a sete palmos do chão, no Cemitério do Caju. A cidade lê nos jornais notícias de uma carnificina, com 14 bandidos mortos em poucos dias. Está em jogo o fornecimento de maconha em todo o Centro do Rio, incluindo os bairros da Zona Portuária, povoados de estivadores, marujos e malandros que fumam a diamba, a erva maldita, o veneno africano. Meses antes de o muro ser erguido, a favela acordou de madrugada com

uma tempestade de tiros: era o assassinato de Jurandir Barbosa, bandido de 23 anos trucidado com 50 balas pelos traficantes do Sessenta, enquanto bebia em um boteco.<sup>51</sup>

Em outras áreas do Rio de Janeiro também começaram a serem registrados e veiculados confrontos armados entre gangues locais por disputas de pontos de vendas de drogas ilícitas. A violência foi transmutando os signos de moralidades a partir dessas interações entre sujeitos históricos de marginalização. O exercício do poder local vai consolidando as noções de prestígio e pertencimento por meio de códigos de masculinidade traduzidos pela identidade social do *bandido* por meio do *acúmulo social da violência* (MISSE, 2010). As normas sociais compartilhadas territorialmente indicam a flexibilidade moral de membros dessas gangues em relação à sociedade e uma maneira compensatória da violência (SOARES, 2015; TAYLOR *et al*, 1990). A violência empregada por essas gangues indicaram também um nível de desorganização e limitação interna de circulação e ação dentro de seus territórios de disputa.

Dois pontos podem ser considerados como a guinada organizativa do comércio de drogas ilícitas do Rio de Janeiro. O primeiro, a relação próxima com opositores da ditadura militar envolvidos em ações armadas. Essa aproximação ocorreu pelo enquadramento de crimes comuns na Lei de Segurança Nacional, o que levou assaltantes de banco e sequestradores para a mesma cadeia que guerrilheiros urbanos por utilizarem o mesmo *modus operandi*. O presídio da Ilha Grande, localizado na região sul do estado do Rio de Janeiro, foi o cenário dessa interação, pela qual as táticas de organização aprendidas pelos presos comuns eram utilizadas como autoproteção dentro do cárcere (MISSE & GRILLO, 2014, p. 86-87). Nesse período, surge a *Falange Vermelha*, que posteriormente seria conhecida como Comando Vermelho.

A outra foi a chegada da cocaína aos morros e favelas cariocas nos fins da década de 1970. Inicialmente, o Rio de Janeiro foi transformado em rota de passagem da droga para o tráfico internacional, em uma conexão com os cartéis colombianos e da máfia italiana, além da produção oriunda da Bolívia e do Paraguai com destino à Europa (MISSE & GRILLO, 2014, p. 86). Porém, com a progressiva dificuldade e queda de rentabilidade nas atividades delitivas de assalto a banco e roubo de automóveis, a venda da droga no varejo emerge como uma atividade lucrativa para o Comando Vermelho, que se caracteriza como facção criminosa em 1979. Nesse sentido, a ideia de consolidar o Brasil como polo consumidor da droga

---

<sup>51</sup> Fonte: Jornal *O Globo*. Reportagem especial: *Raízes da violência no Rio*. Por Caio Barretto Briso. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/as-raizes-da-violencia-no-rio-21804502>. Acesso em 16/12/2017.

dinamiza outras relações que seriam a tônica de um país que começou a aspirar ares de democracia formal com a Lei da Anistia, nesse mesmo ano.

## **5.2. Segurança Pública como fator político: ascensão do narcotráfico a partir da década de 1980**

A transformação do Brasil em polo consumidor da cocaína ensejou uma nova fase das categorizações criminais de sujeitos históricos de marginalização e de qualificações territoriais do Rio de Janeiro. O aumento do poder financeiro do comércio de drogas ilícitas de maneira organizada acompanhou uma tendência de crescimento sensível da violência em escala mundial. Considerando que essa tendência foi verificada nos estados brasileiros a partir da década de 1980, foi observada a maior incidência dessa modalidade delitiva em relação aos delitos patrimoniais desde então, como descrito em trabalho anterior (SILVA DE OLIVEIRA, 2014). O Rio de Janeiro foi o caso mais categórico nessa rota pelo mercado consumidor ativo e também pelo acordo firmado entre o Comando Vermelho, mafiosos italianos e narcotraficantes da América Latina, sendo a virada dos anos de 1983 e 1984 como marco temporal da consolidação do consumo de cocaína no Rio de Janeiro (SILVA DE OLIVEIRA, 2014, p. 68). Isso conferiu uma fonte rentável para os traficantes de drogas ilícitas na cidade.

O efeito prático imediato e sensível do aumento dos lucros do Comando Vermelho na violência urbana foi a mudança de paradigma do poderio bélico em relação às gangues de narcotraficantes locais: “*maconha 38*” para “*cocaína –AR15*”<sup>52</sup>. Isso pode ser indicado como um dos fatores da expansão do domínio territorial dessa facção. A presença e a expansão progressiva do Comando Vermelho foram cristalizando a ideia de territórios da violência e de criminalização coletiva dos favelados, o que começou a agregar outra interpretação depreciativa para as populações marginalizadas por parte de setores da classe média, classe alta e elites cariocas: a convivência com o crime. Com efeito, esse julgamento moral *a priori* das classes dominantes reforçou os estigmas e as desigualdades sociais dessas populações.

As favelas pareceram pontos estratégicos para a consolidação da venda de cocaína. Os morros do Rio de Janeiro tinham funções militares de vigilância, de aproximação e de movimentação do inimigo, sendo o acesso das polícias dificultado. Do ponto de vista logístico, poderia ser esconderijo e refúgio para os criminosos, além de apontar um exército de reservas para o recrutamento para as facções criminosas pelas baixas expectativas do

---

<sup>52</sup> Referências ao revólver calibre 38 e ao fuzil AR-15, para ilustrar a mudança do armamento dos narcotraficantes e o aumento do potencial lesivo do seu material bélico.



mercado formal em virtude de uma escolarização precária ou mesmo o poder de atração simbólica na favela, atingindo também a ordem material da vida pela rápida inclusão na lógica e na prática do consumo. Socialmente, o narcotráfico acabou por ser um vetor acidental na consolidação de um direito, o da moradia, pela construção de casas de alvenaria em larga escala, reduzindo a possibilidade de remoções das favelas, um fantasma que acompanhou as populações marginalizadas que habitam e vivem esses conjuntos de casas. O Comando Vermelho começou a regulamentar e ordenar o cotidiano dos territórios que dominavam de maneira ilegal, o que introduziu mais uma expressão no vocabulário carioca: *estado paralelo*.

A ideia de estado paralelo evidencia o caráter paradoxal do Comando Vermelho no contexto de reabertura democrática do país. A tese mais aceita de sua formação foi o contato com militantes de esquerda (comunistas e socialistas) e adoção de elementos de sua organização coletiva. Porém, o foco da sua atuação remontou práticas capitalistas para obtenção de lucros através do mercado de drogas ilícitas mediante o domínio territorial de forma violenta. Esses dois elementos seriam constitutivos do Estado moderno por um consenso teórico e científico. Mas, cadê a soberania, um dos elementos mais importantes do Estado para exercer os seus monopólios do uso legítimo da violência física e a da taxaço de impostos?

O narcotráfico não pode ser considerado um *estado paralelo* por sua dependência do mundo legal para existir. As redes sociais, econômicas, jurídicas e políticas tecidas na legalidade servem de proteção para práticas delitivas, principalmente no que tange às *economias negras* (DAS & POOLE, 2008), que fazem a sociedade do consumo funcionar em época de crises. A estrutura organizacional e a divisão de tarefas de forma hierarquizada das facções criminosas remontam a burocracia do Estado, mas não há uma agência competidora no sentido de derrubada dessa tecnologia de controle social, regulação da vida e administração de populações por parte desses grupos. Portanto, a expressão *poder paralelo* é um conceito falho, pelo qual podemos formular a hipótese de que ele engendre a ideia de guerra no cotidiano urbano do Rio de Janeiro.

Os confrontos armados indicaram um ator social de violência no Rio de Janeiro a partir da década de 1980: a mídia. Os avanços tecnológicos de fotografia e imagem, transmissões via satélite e a popularização da TV a cores podem ser entendidos como potencializadores de uma nova apropriação midiática do crime na produção de narrativas. Os grandes jornais televisivos começaram a cobrir sistematicamente as ocorrências e os efeitos

do enfrentamento entre o crime e o Estado a partir de um discurso dual de batalha entre o bem (forças policiais) e mal (facções criminosas).

As imagens de menores de idade armados em bocas de fumo das favelas cariocas foram elementos para construir sentimentos contraditórios de pânico e de comoção na sociedade. O “*outro próximo*” foi sendo caracterizado como problema social ou como *perigoso* de forma cada vez mais precoce, evidenciando o quadro social de desigualdade e vulnerabilidade. A soma de crises políticas e sociais com a ascensão do tráfico de drogas ilícitas no Rio de Janeiro pode ser considerada como alegoria que desenhava os anos de 1980 como “*a década perdida*”.

Podemos considerar que a expressão “*estado paralelo*” foi uma resposta provisória para a aparente deterioração rápida do tecido social do Rio de Janeiro por meio do aumento da violência urbana. Porém, ao observarmos o processo de *acúmulo social da violência* (MISSE, 2010; MISSE & GRILLO, 2014), concluímos que essa situação foi sendo desenvolvida ao longo da história urbana da cidade. As recorrentes intervenções urbanísticas com viés classista foram sedimentando a ideia de territórios bem definidos ao qualificar determinados espaços e setores sociais em detrimento da segregação de outros.

Essa expressão também aponta a incompreensão da violência como fenômeno social difundida na sociedade carioca e brasileira pela quebra da utopia urbana do Brasil construída pela planificação histórica da capital fluminense. O urbano como lugar do conflito e da contradição emerge no Rio de Janeiro de maneira violenta entre as décadas de 1970 e 1980, sendo que a segunda começa a ser transmutada em “*metáfora da guerra*” como mais uma expressão que compõe a representação social da violência na cidade.

A segurança pública se tornou uma pauta política para o enfrentamento da violência urbana no Rio de Janeiro. Essa tendência foi seguida por forças sociais de outros estados que atentavam para o aumento exponencial da criminalidade na capital fluminense e viam também os números de ocorrências criminais crescerem estatisticamente em suas respectivas localidades (MISSE & GRILLO, 2014; TAVARES-DOS-SANTOS, 2009). As variáveis segurança e violência ganharam contornos políticos mais significativos com a progressiva abertura para a democracia formal e agendamento de eleições estaduais, em decorrência da derrocada da ditadura militar, cada vez mais impopular e insustentável (CÁRCOVA, 2006; TAVARES-DOS-SANTOS, 2009). A reacomodação de forças sociais indicou a disputa de pautas plurais e heterogêneas na esfera pública, tendo a questão da segurança pública um

lugar destacado nos debates políticos, que contavam também com a participação de populações marginalizadas das periferias e das favelas, mais vulneráveis à violência urbana.

Nesse contexto, emerge como ator sociopolítico uma nova classe média profissional, categorizada de *classe média alta*. Esse grupo caracterizou novas centralidades nas metrópoles brasileiras a partir de sua empregabilidade em empresas estrangeiras chegadas ao Brasil a partir dos anos de 1950, transformando a segregação do poder em poder de segregação pela expansão socioterritorial (RIBEIRO, 2016, p. 137). Sem embargo, o caso da Barra da Tijuca é o exemplo mais categórico de autosegregação que apontam as fissuras sociais da utopia urbana do Rio de Janeiro percebido, pensando e imaginado.

A noção de *insegurança ontológica* (YOUNG, 2002) pode ser mobilizada pela potencialidade de descontinuidade biográfica do indivíduo pela violência urbana. A percepção social de que as polícias são instituições corruptas e disfuncionais, além de ineficazes no enfrentamento ao crime que começou a se organizar no Rio de Janeiro e em outras metrópoles, estimula a transformação da segurança em mercadoria e em serviços prestados por empresas privadas. Esse período marcou o início da difusão dos primeiros shoppings e condomínios fechados como espaços seguros e de exclusividade.

Portanto, a democracia formal indicou um cenário político e social complexo pelas variáveis segurança pública e violência urbana. Se, por um lado, a gradual expansão do Comando Vermelho era potencializada nos discursos da mídia como perigo e mal a ser combatido pelas autoridades do Estado, por meio da reação violenta e a vigilância das polícias sobre as favelas do Rio de Janeiro, territórios de atuação da facção, começa a ter certa aceitação de camadas da sociedade.

Por outro, a memória recente da ditadura militar, que adotou métodos e práticas violentas e arbitrárias de forma ilegal contra os seus opositores e extensiva às populações historicamente marginalizadas, como a tortura em interrogatórios, foi um fator que indicou a desconfiança de setores sociais sobre a polícia, além de sua demanda por direitos humanos. Esse cenário apontou para o desmanche da ideia de cidade dual planejada e hegemonia política de uma classe dominante, uma vez que as forças sociais das regiões periféricas do Rio de Janeiro indicavam as microfissuras do urbanismo como ideologia civilizatória e da ilusão estatista do controle social por meio dessa técnica para a manutenção de determinada centralidade (LEFEBVRE, 2008, 2016).

### 5.2.1. *Violência urbana e direitos humanos: sociedade carioca e os dilemas da modernidade tardia*

As eleições de 1982 para governadores estaduais apresentaram um capítulo emblemático no Rio de Janeiro. O crescimento da criminalidade na capital e na baixada Fluminense, a primeira atribuída à atuação do Comando Vermelho no tráfico de drogas ilícitas e a segunda pela ação de grupos de extermínio; deu a tônica nos debates políticos e propostas de governo pela dicotomia entre vigiar ou incluir populações marginalizadas que viviam e/ou circulam pelas favelas e/ou periferias e subúrbio. A primeira disputa eleitoral para o governo fluminense foi polarizada entre Wellington Moreira Franco – PDS<sup>53</sup> (apoiado pelos militares e setores civis da ditadura) e Leonel de Moura Brizola – PDT<sup>54</sup> (opositor do regime ditatorial), com a vitória de Brizola. Porém, o pleito teve uma tentativa de fraude pela empresa *proconsult*, que passaria os votos nulos para Moreira Franco e divulgou o resultado da vitória deste candidato, o que ocasionou forte reação social contra setores da sociedade, em especial, a Rede Globo de TV<sup>55</sup>.

O histórico político de Leonel Brizola foi marcado pela ambiguidade de sua popularidade. Os críticos do seu estilo político o rotulavam depreciativamente de *populista*, tanto de setores de esquerda como de direita, enquanto seus defensores o viam como líder de massas de trabalhadores, sendo capaz de realizar transformações e/ ou revoluções sociais. A construção da figura pública de Brizola também apontou contradições, ao passo que era considerado um dos herdeiros políticos de Vargas – junto com João Goulart -, Brizola liderou a *Campanha da Legalidade*, em 1961, quando era governador do estado do Rio Grande do Sul (1959-1963), com o objetivo de garantir a posse de Goulart à Presidência da República.

Esse episódio projetou a imagem de Brizola nacionalmente e lhe deu contornos de revolucionário. Porém, também atraiu a vigilância da ditadura para si e acarretou o seu exílio, de onde organizou uma tentativa frustrada de formar um grupo guerrilheiro na Serra do Caparaó (ES-MG). Com efeito, podemos considerar a ideia de ruptura radical com o regime ditatorial com a volta do exílio (1979) e eleição de Brizola ao governo do Rio de Janeiro.

O simbolismo da eleição de Brizola ao governo do Rio de Janeiro conectou as expectativas da volta da democracia formal para o país e com as representações sociais da violência. A dimensão garantidora e universal do direito emerge como premissas dos

---

<sup>53</sup> Sigla do antigo Partido Democrático Social, ex- ARENA (Aliança Renovadora Nacional) associação partidária da situação ditatorial.

<sup>54</sup> Sigla de Partido Democrático Trabalhista.

<sup>55</sup> Fonte: *Jornal do Brasil*. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/11/27/ha-30-anos-jb-revelou-escandalo-do-proconsult-e-derrubou-fraude-na-eleicao/>. Acesso em 21/12/2017.

governos estaduais eleitos em SP e no RJ, com ênfase nos direitos humanos (MIRANDA, 2015). No caso do Rio de Janeiro, Brizola se aproximou dos movimentos sociais organizados, como o *Movimento Negro Unificado* (MNU), criado em 1978<sup>56</sup>, de setores populares marginalizados historicamente e de forças sociais que foram perseguidos pela ditadura militar. Dessa forma, a eleição de Brizola sintetizou as expectativas de resoluções de problemas sociais, econômicos e políticos históricos pela inclusão na dimensão plena dos direitos de cidadania como o restabelecimento formal da democracia, o que incidia nas questões urbanas de moradia e de criminalidade.

As mudanças urbanas do governo Brizola no Rio de Janeiro foram focadas nas populações em situação de inclusão precária e de marginalização. A ênfase no reforço da identidade cultural pelas expressões populares, como o samba, foi verificada nessa administração. A inauguração do Sambódromo em 1984, projetado pelo arquiteto Oscar Niemayer, que assinou o plano de Brasília, é um dos exemplos nesse sentido. O equipamento público permanente tem a finalidade primária de organizar os desfiles de escolas de Samba, que eram itinerantes e realizados em vias públicas da cidade. Isso também disciplinou as festividades populares dentro de uma margem de segurança e planejamento, ordenando o fluxo de pessoas e circulação de bens e dinheiro.

A construção do Sambódromo também teve efeitos econômicos, principalmente na indústria do turismo, e redimensionou a imagem do carnaval carioca pela transformação das alegorias e das fantasias das escolas de samba e pelo planejamento de transmissão pela TV. No entanto, isso acarretou a progressiva perda de protagonismo de membros das comunidades pela perspectiva mercadológica do carnaval, misturando exotização e invisibilidade de sujeitos históricos da marginalização e acarretando perdas simbólicas para essa camada da sociedade. Apesar disso, esse ordenamento territorial do carnaval no Rio de Janeiro indicou uma via de inclusão produtiva de populações marginalizadas por meio de expressões culturais e artísticas como forma de compensação material.

A educação formal de populações marginalizadas também foi o foco de Leonel Brizola no seu primeiro governo do Rio de Janeiro. Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), projeto educacional de autoria do Antropólogo Darcy Ribeiro, então vice-governador, se tornou a marca dessa administração e ficaram conhecidos como *Brizolões*. A educação básica também foi verificada como traço da administração de Brizola no RS, período em que foram construídas as chamadas *Brizoletas*. No entanto, a grandiosidade dos

---

<sup>56</sup> Fonte: Sítio do Movimento Negro Unificado. Disponível em: <http://mnu.org.br/>. Acesso em 21/12/2018.

CIEPs fluminenses, que eram edifícios, contrastava com a simplicidade das escolas gaúchas, em formato de “casa de madeira”. Ambas as iniciativas tinha como objetivo ampliar o acesso à educação. No caso fluminense, essas escolas eram construídas em favelas, nas periferias das zonas rurais e urbanas, sendo o primeiro CIEP inaugurado no bairro do Catete, zona central da cidade do Rio de Janeiro e atendia a população do Morro Santo Amaro, em 1985<sup>57</sup>. O projeto educacional de tempo integral tinha caráter de prevenção à violência, com assistência médica e social para os/as estudantes, na qual Darcy Ribeiro partiu da seguinte premissa: “*se os governadores não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios*”<sup>58</sup>.

No entanto, o projeto dos CIEPs recebeu críticas de setores da sociedade carioca. Uma delas era o seu suposto caráter populista, denotado pela alcunha *Brizolão* remetida a esse projeto. Isso seria indicativo de outra crítica: o viés eleitoral. O lançamento dos CIEP em 1985 se deu um ano antes das eleições para governador, no qual Darcy Ribeiro concorreria. Outro fato foi os lugares onde foram construídos a maior parte dos CIEPs, nas cercanias de autopistas, o que foi mobilizado como argumento de visibilidade, apesar de desconsiderarem as áreas rurais e periféricas nas quais existiam transporte público deficitário. Por fim, a construção dos CIEPs caracterizou um projeto de longo prazo no sentido de incluir no projeto de cidadania e *urbanidade* inseridos no espectro formal da democracia, porém, a emergência da violência urbana demandava respostas imediatas.

Nesse sentido, a equação entre promoção de direitos humanos e enfrentamento à criminalidade expuseram os dilemas da “*modernidade tardia*” no cenário urbano do Rio de Janeiro no contexto fraturado de redemocratização. Brizola adotou iniciativas simbólicas na tentativa de ampliação do significado de segurança pública e de direitos humanos. A nomeação do Coronel da Polícia Militar (PMERJ) Carlos Magno Nazareth Cerqueira para o comando da corporação indicou uma mudança de paradigmas no policiamento ostensivo. Nazareth Cerqueira foi o primeiro negro a comandar a PMERJ, indicando a dimensão simbólica do empoderamento, autonomia e emancipação de um sujeito histórico da marginalização em uma instituição tão contraditória na relação com negros/mestiços: ao mesmo tempo, via de inserção no mercado formal de trabalho e instrumento de manutenção

---

<sup>57</sup> Fonte: Sítio MultiRio – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3079-ciep-tancredo-neves-comemora-anivers%C3%A1rio>. Acesso em 21/12/2017.

<sup>58</sup> Fonte: *Jornal do Brasil*. Disponível em: <http://www.jb.com.br/opiniao/noticias/2017/01/07/se-os-governadores-nao-construirem-escolas-em-20-anos-faltara-dinheiro-para-construir-presidios/>. Acesso em 21/12/2017.

de violências físicas, psicológicas e simbólicas. Sob seu comando, a ideia de policiamento comunitário começou a ser desenvolvida no Rio de Janeiro para o patrulhamento de favelas a partir das premissas dos direitos humanos e presunção da inocência.

As noções de direitos humanos no policiamento desse período indicam a tentativa de inclusão cidadã de favelados como resultado da democracia no primeiro governo de Leonel Brizola. Nazareth Cerqueira teria proibido a polícia de invadir os barracos das favelas sem ordem judicial, decisão da qual o então governador teria assentido. No tocante à moradia nas favelas, Brizola instituiu a política “*cada família um lote*”, sendo a primeira tentativa sistematizada de regulamentar as favelas, o que dinamizou a construção de casas de alvenaria e os investimentos econômicos nesses aglomerados urbanos por afastar a ameaça das remoções (MARZULO, 2005, p. 134).

Isso inseriu no plano abstrato e formal as populações marginalizadas na dimensão do *direito à cidade*. Porém, essas iniciativas provocaram reações contrárias de setores sociais, principalmente das classes dominantes e da mídia, mobilizando argumentos que Brizola estaria dando um tratamento “*brando aos bandidos*”. Essa perspectiva revela os estigmas sociais que populações periféricas e faveladas ainda passavam para acessar a cidade, uma vez que linhas de ônibus que começaram a fazer a rota direta entre zona sul e zona norte também causaram reações contrárias por parte dessas forças sociais.

Observamos que houve uma concomitância de fatos que evidenciaram o crescimento da criminalidade no período de Leonel Brizola. De fato, as ações do Comando Vermelho foram se tornando cada vez mais violentas e espetaculares, acompanhando seus lucros no comércio ilegal de cocaína. O poder territorial do crime também começou a ser expresso na fala, na língua e na escrita da cidade através da linguagem urbana (LEFEBVRE, 2016, p. 70), nas quais a sigla C.V.<sup>59</sup>, iniciais da facção criminosa estão inscritas nas paredes e nos muros tanto da *cidade real* como na *cidade ideal*. Os signos de poder material e simbólico do Comando Vermelho como problema público a ser enfrentado podem ser sintetizados na fuga cinematográfica de José Carlos dos Reis Encina, o *Escadinha*, um dos chefes e fundadores do Comando Vermelho, em que ele foi resgatado por um helicóptero de dentro do presídio da Ilha Grande, na virada de 1985 para 1986<sup>60</sup>. Esse episódio apontou para a ideia de perda de controle social do crime no Rio de Janeiro.

---

<sup>59</sup> Também eram encontradas inscrições C.V.R.L., com a adição das iniciais de Rogério Lemgruber, um dos fundadores da facção criminosa.

<sup>60</sup> Fonte: *Jornal Extra*. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/bau-do-crime/a-mais-espetacular-das-fugas-de-escadinha-392202.html>. Acesso em 21/12/2017.

A ideia de impunidade em relação às ações violentas cometidas pelo Comando Vermelho denotou o paradoxo democrático, tendo o Rio de Janeiro como cenário de referência nacional da violência urbana. A noção de direitos humanos – tão cara e reivindicada no recrudescimento do período ditatorial brasileiro pela perseguição, tortura, prisão e execução de grupos de oposição a esse regime - foi ganhando contornos negativos por se caracterizar como obstáculo para o enfrentamento ao crime organizado traduzido pelo tráfico de drogas que tinham as favelas como territórios privilegiados para essa atividade ilícita. Ou seja, a interpretação que o trabalho repressivo da polícia seria dificultado porque a democracia construiu suspeitos com “*direitos demais*”, fazendo com que a ação autoritária e reativa fosse estimulada e, até, desejada para resolver os problemas mais imediatos da população (MIRANDA, 2015; PINHEIRO, 2000; TAVARES-DOS-SANTOS, 2009).

Interessante observar que a segurança pública e a violência urbana como variáveis expõem as ideologias dominantes no Rio de Janeiro. As interpretações sobre os direitos humanos vão sendo construídas pelas interações concretas entre indivíduos inseridos em uma relação de poder assimétrica. A perspectiva das classes dominantes que entendem a favela como um problema parte das premissas históricas de marginalização que construíram tipos sociais considerados desviantes como um catálogo de suspeitos ideais de crime, pelos aspectos étnico-raciais, de classe e territoriais, apontando para a regularidade do negro, pobre e favelado; como perfil a ter a seus direitos suprimidos seletivamente em defesa do direito à segurança de setores mais privilegiados da sociedade carioca. Paradoxalmente, as populações mais vulneráveis a esse tipo de violência repressiva são as que reivindicam mais proteção através desse expediente, entendendo os direitos humanos como “*coisa de rico e de político*”, compartilhando a ideia que começa a se configurar na sociedade democrática brasileira de “*bandido bom é bandido morto!*”.

A violência urbana e a segurança pública se tornaram pautas permanentes nos debates políticos e de participações sociais coletivas no Rio de Janeiro. O discurso construído que o governo de Leonel Brizola teria sido responsável pela expansão do tráfico de drogas na cidade foi absorvido e difundido como verdadeiro e utilizado como campanha política contra sua administração. A vitória de Moreira Franco sobre Darcy Ribeiro na sucessão a Brizola no governo do estado demonstrou o protagonismo que essa modalidade delitativa ganhou ao longo da década de 1980. De fato, o Comando Vermelho se expandiu rapidamente nesse período, o que pode ter relação causal com a diminuição de incursões policiais às favelas da cidade e o aumento do poder de fogo dessa facção com a utilização do fuzil, dando visibilidade ao



controle de circulação de pessoas *desconhecidas/ estranhas* nas favelas que dominavam. Porém, antes de Brizola assumir, já eram registrados confrontos armados e tiroteios em favelas do Rio de Janeiro, sendo falaciosa a afirmação de que foi em seu governo que o crime foi instalado na cidade, ao considerarmos o processo de *acúmulo social da violência* desde os anos de 1950 (MISSE & GRILLO, 2014).

O discurso de Moreira Franco ao assumir o governo do Rio de Janeiro era da volta do policiamento reativo como resposta ao aumento da criminalidade e a expansão territorial do Comando Vermelho. O então candidato tinha prometido acabar com a violência no estado em apenas seis meses<sup>61</sup>, caso fosse eleito. Se o governo Brizola tinha como foco a mudança de mentalidade das polícias e o enfrentamento aos desvios de conduta cometidos por agentes de segurança pública, na administração Moreira Franco as práticas e os métodos ilegais e violentos por parte de policiais seria tolerado para o enfrentamento da criminalidade. No entanto, os números da violência urbana no estado aumentavam, em especial os dados referentes à rubrica homicídio. Além disso, denúncias de crimes de abuso de autoridade e corrupção por parte de policiais – venda de armamentos para traficantes, subornos e a extorsão – e a volta da visibilidade dos esquadrões da morte se tornaram constantes no período de Moreira Franco. Portanto, é público e notório que a promessa de campanha estava fora da realidade concreta e complexa do quadro de criminalidade do Rio de Janeiro.

O “*problema favela*” emerge mais uma vez no Rio de Janeiro em decorrência das chuvas de 1988. A incompatibilidade de projeto administrativos dos então governador do estado, Moreira Franco, e prefeito da capital, Saturnino Braga (PDT), indicou as perspectivas distintas sobre os rumos das favelas nas questões de moradia e de segurança. No governo municipal de Braga, a Secretaria de Desenvolvimento Social apoiou e estimulou material e socialmente os mutirões para a urbanização das favelas, sendo chamada de “*prefeituras das favelas*” (GONÇALVES, 2015, p. 108-109). Porém, as chuvas de 1988, que causaram deslizamentos e mortes, foram transformadas em argumento de setores sociais que defendiam a volta do discurso das remoções, já que essas comunidades representavam risco para toda a cidade e para os próprios moradores das favelas por aspectos sanitários e ambientais (Idem, p. 110-111), apontando a polissemia da segurança como categoria sociológica. Nesse sentido, as forças sociais que disputavam os métodos e técnicas dos usos do solo e administração e participação de populações marginalizadas ou não no processo decisório evidenciaram o

---

<sup>61</sup> Fonte: *Portal G1*. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/moreira-franco-prometeu-acabar-com-a-violencia-em-6-meses/6524244/>. Acesso em 28/12/2017.

quadro de violência difusa e os dilemas da “*modernidade tardia*” na construção do urbano no Rio de Janeiro no período de democracia formal.

O que podemos apreender dos governos Brizola e Moreira Franco para a análise sociológica do fenômeno urbano do Rio de Janeiro? Primeiramente, podemos identificar uma saturação do modelo urbanístico da cidade, o que evidenciou os limites temporais, espaciais e sociais da planificação de classe e segmentação territorial desigual e segregacionista. O *dever ser* abstrato do urbanismo como ideologia de classe e instrumento de controle social e de administração de populações de maneira territorial se demonstrou frágil em relação às intensas mudanças sociais e políticas que o Rio de Janeiro passou, refletindo no aumento do fluxo da circulação de bens, mercadorias, veículos e pessoas. Assim, a estrutura, a forma e a função da cidade foram se tornando cada vez mais plurais, com áreas de autonomia e emancipações de sujeitos históricos de marginalização. Isso propiciou espaços nos quais as normas locais tiveram como eixos norteadores a informalidade e ilegalidade, traços históricos das interações sociais de sociedades periféricas, suburbanos e ou faveladas. Porém, a ascensão do Comando Vermelho reacomodou as forças sociais e seus repertórios interpretativos e de ação.

Nesse contexto, outro *dever ser* abstrato se choca com a realidade concreta do Rio de Janeiro: a democracia formal. Os dilemas da *modernidade tardia* da violência e da criminalidade, somadas à pobreza e à desigualdade, foram abordadas de maneira descontinuada nas ações do poder público. A falta de um projeto político de Estado indicou o perfil autoritário dominante na sociedade e as contradições do fenômeno urbano de maneira violenta no Rio de Janeiro como a transição para a democracia formal. A inovação, a surpresa e o encontro entre desconhecidos, elementos do urbano que constituem o *direito à cidade* e suas contradições e seus conflitos, vão ganhando contornos negativos pela cultura do medo e da insegurança que vai esfacelando a utopia urbana construída historicamente. A noção de perigo cristaliza no imaginário um tipo de catálogo de suspeitos ideais de suspeitos, que pode ser legitimado de forma imagética pela visualização do “*outro próximo*” portando armamentos de guerra estampado nas capas de jornais ou na TV. Isso indicaria o déficit civilizacional do urbanismo que incluiu precariamente uma parcela populacional de forma subordinada e subalterna.

A segurança se apresenta como fenômeno social complexo nesse contexto de redemocratização e de violência urbana. As posições sociais sobre as políticas de segurança pública no Brasil passam a ser entendidas como “*formas de manifestação de valores*

*profundamente interiorizados na sociedade (...) segundo as quais as práticas quotidianas de policiamento seriam incompatíveis com as orientações que têm como base o respeito aos direitos humanos*” (MIRANDA, 2015, p. 3). As noções de estima social e de reconhecimento da condição de sujeitos de direitos (HONNETH, 2003) se perdem no estado democrático a partir dessa dinâmica conflituosa que acarreta zonas de violência ilegal legitimadas socialmente como paradigma de autoproteção e de vigilância. Portanto, o que os governos Brizola e Moreira Franco nos indicam como recorte de análise sociológica é a dificuldade de articular e de formar consenso dentro de um contexto de demandas sociais tão emergenciais que sedimentaram as variáveis segurança pública e violência como eixo norteadores de ações públicas referentes à desigualdade e à pobreza, materializadas nas favelas.

#### *5.2.2. Década de 1990: frustrações sociais com o Estado democrático de direito e crises econômicas conjugadas com o quadro de violência urbana no Rio de Janeiro*

A passagem da década de 1980 para 1990 no Rio de Janeiro foi marcada pelo revezamento da titularidade do governo estadual entre Leonel Brizola e Moreira Franco. Com as eleições de 1990, o político gaúcho voltou ao governo fluminense, após sua tentativa frustrada para o pleito presidencial de 1989. Esse ciclo pode ser descrito assim: Brizola → Moreira Franco → Brizola. Esse movimento pendular é indicativo para interpretarmos a situação do Rio de Janeiro em um cenário de violência difusa e estruturante no contexto de mundialização das violências e como os dilemas da “*modernidade tardia*” engendraram um repertório de ações coletivas das forças sociais da capital fluminense. Dessa forma, as eleições pendulares de governos de ideologia e metodologia tão opostas são indicadores de algumas frustrações de expectativas da sociedade brasileira em geral com a democracia formal, sendo o Rio de Janeiro o cenário mais dramático e discursivamente construído de criminalidade.

A eleição de Brizola indicou um processo de descontinuidades institucionais nas ações políticas. Essas idas e vindas de revezamento de forças sociais a ocupar os postos executivos do Estado indicaram que a política democrática como forma estava funcionando como o previsto, pela possibilidade de alternância, mas em sentidos práticos demonstrava ser pouco eficiente. As mudanças “*revolucionárias*” propostas por Brizola e as posições conservadoras de Moreira Franco apontaram para a diferença entre o tempo social e o tempo da política.

As expectativas de reversão dos quadros de pobreza e de criminalidade foram os principais motivos das frustrações da sociedade civil brasileira com a recente volta da democracia, uma vez que essas situações se mantiveram inalteradas. Ao recortarmos o Rio de

Janeiro como amostra, essa situação se agravou com a junção de crise econômica permanente e aumento do tráfico de drogas nas favelas, aprofundando a crise social e de direitos. Com efeito, a utopia democrática apresentou seus limites no contexto concreto de desigualdade social e os desafios do urbano como lugar da contradição e do conflito pela variável violência.

A violência urbana no Rio de Janeiro teve como diferencial a cristalização das favelas como territórios de “guerra” dentro de uma metrópole, daí a dificuldade de Brizola para reaver seus projetos inclinados para os direitos humanos pelo aumento da violência e das disputas pelo controle de venda de drogas nas favelas. O conflito armado entre o Comando Vermelho e gangues locais e/ou policiais com o objetivo de expansão foi redimensionado a partir dos anos de 1990, com a formação de novas facções criminosas organizadas para venda de mercadorias ilícitas. A expansão do Comando Vermelho ocasionou dissidências internas, acarretando a criação das facções Amigos dos Amigos (A.D.A) e Terceiro Comando (T.C). Ambas as facções atuavam em parceria contra o Comando Vermelho e foram fundadas por Ernaldo Pinto de Medeiros, conhecido como Uê, ex- integrante do Comando Vermelho, sendo a A.D.A em coautoria com Celso Rodrigues, o Celsinho da Vila Vintém.

A interação violenta entre essas facções nas disputas dos pontos de venda de drogas ilícitas dinamizaram a narrativa da “*guerra urbana*”, que foi potencializada pela mídia. A morte do traficante conhecido como Orlando Jogador, do Comando Vermelho, a mando de Uê, em 1994, foi o catalisador de confrontos armados entre as facções que transmutaram a metáfora em uma guerra não declarada na cidade que pode ser um dos indicadores do aumento exponencial da violência urbana, em especial o homicídio (MISSE & GRILLO, 2014). A questão do pertencimento e da lealdade ao grupo criminoso também evidenciaram a cristalização das funções ritualistas e pedagógicas da violência no mundo da ilegalidade, uma vez que essa foi a linguagem para construir a *lei do mais forte* nos territórios controlados pelas facções, no caso, as favelas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, foram sendo sedimentadas a estética e a linguagem da “*guerra urbana*”.

Ambas as noções puderam ser verificadas por ações violenta e/ou signos identificadores que foram compartilhados entre as pessoas que circulavam nas favelas cariocas. No caso dos atos violentos, as execuções brutais realizadas pelos “*tribunais do tráfico*”, como o fuzilamento, o esquartejamento e a queima de pessoas vivas; utilizadas contra X-9, inimigos e traidores das facções ficaram conhecidas pelo termo popular “*esculacho*”, prática que indicava a punição exemplar. A profanação do corpo como

mensagem cristalizou no senso comum a ideia de estado paralelo e das favelas cariocas como territórios da barbárie, nos quais os moradores seriam cúmplices de criminosos.

Observamos que há uma dependência das facções criminosas com a população para que se evitem as denúncias, sendo possíveis alguns dividendos residuais e/ou particulares de maneira informal que apontam certas fragilidades dos traficantes de drogas nas favelas cariocas (MISSE & GRILLO, 2014), ao mesmo tempo em que indicou a ausência e/ ou a presença precária do Estado na dimensão garantidora nesses territórios. Porém, o eixo norteador dessas interações sociais foi a potencialidade e o ato das práticas violentas como normas compartilhadas localmente, revelando uma relação de poder assimétrica e personalizada.

No que tange aos signos identificadores, o vestuário e o linguajar cotidiano deram a tônica da extensão da dominação territorial das facções, traçando fronteiras simbólicas do crime. Roupas de determinadas marcas e suas cores, além de palavras “proibidas” começaram a ser adotadas como conduta em áreas deflagradas em conflitos armados durante a década de 1990. No caso, a marca de surfe *Cyclone*, o uso da cor vermelha como dominante, e o vocativo “*fiel*” foram alguns dos códigos compartilhados como traços de identificadores do C.V, enquanto as roupas da marca *T.C.K* foram absorvidas como símbolos pelo T.C<sup>62</sup>. Essas regras podiam fazer a diferença entre a vida e a morte daqueles que cruzassem essas fronteiras, indicando o poder de decisão de circulação de pessoas em territórios dominados pelas facções criminosas.

As convergências entre as facções cariocas eram o perfil étnico-racial, etário e de gênero em seus contingentes. Em geral, a regularidade de jovens negros do sexo masculino contribuiu para reforçar o catálogo de suspeitos ideais de crime de rua, incidindo também na segregação sócio-espacial. A articulação da violência e signos identificadores tinha um lugar privilegiado para o confronto não armado: os bailes funk. Com o fechamento de alguns bailes funk do *asfalto*, houve a migração para as favelas dominadas por traficantes, sendo o início dos “*bailes de comunidades*”. A associação entre o ritmo musical e a violência adveio dos corredores nos quais as galeras eram divididas em *Lado A* e *Lado B* para brigarem, o que aponta para o “*ethos do guerreiro*” como signo de masculinidade e virilidade (ALVITO & ZALUAR, 2003). O estreitamento das relações entre os traficantes de drogas e o *funk*, pelo patrocínio dos bailes em territórios dominados por facções criminosas, deu conotações

---

<sup>62</sup> É válido observar que nenhuma das marcas autorizou o seu uso por parte dos traficantes de drogas ilícitas e sua vinculação. Contudo, essa dinâmica indicou um das formas nas quais as *economias negras* podem fazer a economia formal e legal circular o dinheiro.

delitivas ao ritmo pela ressignificação do termo *bonde*, como forma de ação criminosa; e das letras, em que algumas canções podiam ser interpretadas como apologia às facções e/ou a narrativa de um cotidiano violento, sendo o *Rap das Armas*, de Cidinho e Doca, paradigmático nesse sentido:

Parrapapapapá papá papá  
 Parrapapapapapá papá papá  
 Paparrá Paparrá Paparrá clack BUM  
 Parrapapapapapa papá papá

Morro do Dendê é ruim de invadir  
 Nós, com os Alemão, vamo se divertir  
 Porque no Dendê vô te dizer como é que é  
 Lá não tem mole nem pra DRE  
 Pra subir aqui no morro até a BOPE treme  
 Não tem mole pro exército civil, nem pra PM  
 Eu dou o maior conceito para os amigos meus  
 Mas Morro Do Dendê também é terra de Deus  
 Vem um de AR-15 e outro de 12 na mão  
 Vem mais dois de pistola e outro com 2-oitão  
 Um vai de URU na frente, escoltando o camburão  
 Tem mais dois na reta-guarda, mas tão de Glock na mão  
 Amigos que eu não esqueço, nem deixo pra depois  
 Lá vem dois irmãozinhos de 762  
 Dando tiro pro alto só pra fazer teste  
 De INA-Ingratek, Pisto-UZI ou de Winchester  
 É que eles são bandido ruim, e ninguém trabalha  
 De AK-47 e na outra mão a metralha  
 Esse rap é maneiro, eu digo pra vocês  
 Quem é aqueles cara de M-16  
 A vizinhança dessa massa já diz que não aguenta  
 Nas entradas da favela já tem .50  
 E se tu toma um pá, será que você grita  
 Seja de .50 ou então de .30  
 Mas se for Alemão eu não deixo pra amanhã  
 Acabo com o safado dou-lhe um tiro de Pazã  
 Porque esses Alemão são tudo safado  
 Vem de garrucha velha dá dois tiro e sai voado  
 E se não for de revolver eu quebro na porrada  
 E finalizo o rap detonando de granada.

A criminalização do *funk* foi sendo consolidada com a popularização das versões conhecidas como *proibições*. As letras faziam apologia direta às facções criminosas, quando não às figuras mais proeminentes do crime. Isso foi atraindo um público de jovens de outras classes sociais como signo de rebeldia e transgressão, utilizando a violência como forma de ocupar o mundo social (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009), apesar de ser uma fase transitória para o público que não era das populações faveladas. Tal como o samba, que foi assimilado e legitimado como traço cultural e artístico da identidade nacional pelas classes dominantes, o *funk* foi um forma de criminalização de hábitos e costumes populares (DAS & POOLE, 2008).

No entanto, as letras ao ritmo do *funk* expressavam o cotidiano segregado do Rio de Janeiro. O *rap do Silva* e o *rap da felicidade* são exemplos de canções que apresentaram outras narrativas sobre as populações marginalizadas em um contexto deflagrado em conflitos armados. As canções citadas descreviam o cotidiano plural das favelas, com trabalhadores precarizados, dificuldades de transporte, ciclo de violências e opções limitadas de lazer, que podem ser até criminalizadas, indicando a inclusão precária e a vulnerabilidade social das populações marginalizadas das favelas cariocas.

A noção de “*guerra urbana*” no Rio de Janeiro reforçou sentimentos de pânico e de insegurança. A concomitância de signos sociais e culturais associados às facções criminosas do Rio de Janeiro foi consolidando qual modalidade de crime se tornava alvo das reações mais contundentes da sociedade: o tráfico de drogas. Assim, o catálogo de tipos ideais de suspeitos desse crime foi sendo desumanizado. Esse efeito é um dos sinais da frustração populacional com a democracia formal devido ao cenário de violência urbana instalado no Rio de Janeiro. Esse período apresentou a transição dos direitos humanos como construção de “*suspeitos como muitos direitos*” para serem transmutado no imaginário social como sinônimo de “*direito de bandidos*”<sup>63</sup>. Com efeito, gradualmente, os direitos humanos foram ganhando contornos negativos e seus defensores sendo interpretados como obstáculos para efetivação da segurança pública por ser uma via de questionamento de possíveis arbitrariedades cometidas por policiais.

A presunção da inocência é fragilizada no contexto de democracia formal nos anos de 1990. A categorização de tipos sociais ideais de criminosos, por meio da relação falha entre pobreza e crime, produz a interpretação social de que grupos e/ou indivíduos marginalizados são *culpados até que se prove o contrário*, pela construção de estereótipos e estigmas sociais que coletivizam a criminalização desses setores. No caso do Rio de Janeiro, isso oportunizou a legitimação social das incursões violentas das polícias nas favelas da cidade, além da difusão de uma ação militar como forma de enfrentamento às facções criminosas. Essa lógica sedimentou a expressão “*bandido bom é bandido morto!*” como maneira de solução imediata e definitiva com a eliminação material do agente perpetrador de violência e identificado como um criminoso contumaz e “*mau*” (MISSE, 2010). Isso indica o concurso de moralidades que constituem *a priori* a identidade criminal no contexto de desigualdade social.

A imagem do Rio de Janeiro ganha uma dimensão contraditória. A cidade seguiu sendo um lugar de sonhos, de lazer, de consumo e de referência cultural e social do Brasil,

---

<sup>63</sup> O Massacre do Carandiru, ocorrido em São Paulo (1992), foi um caso emblemático nessa transição.

mas também foi interpretado como local no qual pesadelos podem ser vivenciados pela dita guerra às drogas e o domínio territorial das facções de traficantes. Ao considerarmos nossa premissa inicial de cidade estar relacionada à civilização (IANNI, 2003), a cultura do medo engendrada pelo esfacelamento das seguidas intervenções urbanas na cidade indicou espaços e populações consideradas incivilizadas pelas elites da cidade, as quais poderiam ser disciplinadas e administradas pelo emprego da força física e violência arbitrária como forma de governamentalidade (FOUCAULT, 2008). Podemos concluir que a vigilância violenta legitimada pelas classes dominantes, que alija determinados setores sociais subalternos e subordinados na hierarquia de poder da capital fluminense, constitui um estado de barbárie avesso à civilização, porém, essas são microfissuras do fenômeno urbano em escala mundial.

Podemos considerar que a dita guerra contra as drogas é uma fase mais contemporânea da luta de classes no urbanismo carioca, que indica também elementos racializados. Isso é argumentado por dois motivos: (i) a repressão histórica do Estado de forma desqualificada sobre as populações desses territórios marginalizados que foram transmutados em “*praça de guerra*” e (ii) a verificação de tráfico de drogas no *asfalto*, nos quais há uma tolerância ou uma abordagem menos violenta das polícias, não envolvendo a necessidade de utilização de armas de fogo. De fato, o poderio bélico dos traficantes de drogas ilícitas é a tradução da evolução material desses grupos e que demandou a atenção das autoridades para ações efetivas. Porém, a ação armada das polícias apontou para a escalada de violência letal na cidade, tendo como alvo regular as populações das favelas do Rio de Janeiro, cidade que pode ser entendida como alegoria e referência da criminalidade no Brasil. Com efeito, esse contexto indicou a complexidade da resolução dos dilemas da “*modernidade tardia*” com a volta da democracia formal ao país.

Observamos também que a redemocratização formal do Brasil se deu no contexto de Globalização. Governos de orientação neoliberal foram eleitos após o fim das ditaduras militares no Cone Sul da América Latina (BORÓN, 2003; CÁRCOVA, 2006). Apesar da relativa estabilidade econômica no Brasil com o governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), do PSDB<sup>64</sup>/SP, essa perspectiva não indicou a melhora social da população. A falta de um Estado de bem-estar social e a tradição autoritária estatal foram somadas à ideia de democracia como elitista e não inclusiva por atender uma minoria, sendo um verniz que não foi legitimado socialmente e recaindo no enfraquecimento das instituições democráticas (BORON, 2003, 2006; GONZALEZ CASANOVA, 2009). A tendência

---

<sup>64</sup> Sigla de Partido da Social Democracia Brasileira.



privatista dos governos neoliberais ocasionou a redução do Estado em várias áreas, sob o argumento de diminuição da burocracia e de eficácia do mercado e da iniciativa privada (SOUZA, 2009). Isso também reduziria os custos estatais com outras políticas sociais, direcionando os investimentos do Estado para áreas estratégicas, como a segurança. Porém, o modelo autoritário e reativo do Rio de Janeiro também emergiu como um problema conjugado com o tráfico de drogas nas favelas para os objetivos de forças sociais que pretendiam dar outra vocação para a capital fluminense: *o projeto de cidade global*.

### **5.3. Rio de Janeiro como cidade global: Cesar Maia e o Empreendedorismo urbano no contexto de competição urbana global**

A década de 1990 foi o marco temporal da mudança de estratégia dos governantes do Rio de Janeiro para reverter a crise global das cidades. A descentralização do Estado pelas privatizações e/ou das parcerias público-privadas foram as marcas da transição brasileira para a globalização, o implicava grandes projetos urbanísticos para o ordenamento das cidades (BRAND, 2008, p. 13; CARRIÓN, 2016, p. 47; RIBEIRO, 2016). Dessa forma, as políticas urbanas foram fortemente influenciadas nesse processo pela ideia de competitividade urbana para administração de crises, principalmente no sentido econômico e a transformação das cidades locais em “cidades-globais”. No entanto, o geógrafo britânico Peter Charles Brand observa e problematiza a noção de “administração de crises” no contexto urbano latino-americano:

(...) Na América Latina as crises urbanas neoliberais produziram-se em circunstâncias de reduzido desenvolvimento industrial, altos níveis de desigualdade preexistentes, sistemas de seguridade social de baixa cobertura e com vastos setores da população urbana sobrevivendo na informalidade. Em outras palavras, somavam-se novas crises às já acumuladas, agravadas ocasionalmente pelos preocupantes níveis de violência e a presença de economias ilegais e organizações políticas paraestatais (BRAND, 2008, p. 16).

A observação de Brand sobre a situação das cidades da América Latina indica os obstáculos do Rio de Janeiro para ser reconhecida como *cidade global*. As dimensões da violência e da moradia se tornam uma espécie de mercadoria política marcada pelo clientelismo cultural das instituições estatais da América Latina, aprofundando desigualdades sociais a partir do território, incidindo na noção de segurança.

A capital fluminense apresentava paralelos de violência por conta do narcotráfico com a cidade colombiana de Medellín, o que a tornava pouco atrativa para investimentos financeiros e comerciais. Porém, a eleição de Cesar Maia como prefeito do Rio de Janeiro em 1992 iniciou o ciclo de empreendedorismo urbano. Cesar Maia foi prefeito da capital

fluminense por três períodos<sup>65</sup> e é considerado o ícone neste tipo de administração urbana. A partir da sua gestão, a capital fluminense teve um Plano Estratégico, pelo qual foi firmada uma parceria público-privada e que contou com a consultoria da empresa catalã Tubsá (ARAÚJO, 2011, p. 9).

O sucesso relativo da ECO-92<sup>66</sup>, conferência mundial sobre as mudanças climáticas, foi um estímulo para Maia por esse evento ter se caracterizado como uma espécie *programa-piloto* do Empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. Apesar de o evento supracitado ter sido realizado durante a administração de Marcello Alencar (municipal) e de Leonel Brizola (estadual), anterior à posse de Maia, ele indicou as mudanças que ocorreriam na cidade para albergar os megaeventos. A segurança pública se destacou no sentido operacional e logístico (BRUM, 2013; MIRANDA, 2015), ora de forma transitória, ora de forma permanente<sup>67</sup>.

A dinâmica de administração proposta por Maia apresentou a noção de requalificação do espaço urbano para receber os megaeventos e tornar a cidade um polo de atração para negócios e de turismo. No entanto, essa requalificação da cidade do Rio de Janeiro foi alheia a atores que não fossem do capital econômico, ideia oposta a apresentada no Plano Estratégico de Maia, que tinha como premissa uma participação social “*sem precedentes*” por abranger todos os anseios da cidade e não se configurando em um projeto de governo (ARAÚJO, 2011, p. 9). Dessa forma, a qualificação dos territórios não teve a participação social “*sem precedentes*” nas decisões da Administração Pública em parceria com a iniciativa privada, acarretando uma inclusão precária das classes mais populares no projeto de cidade global no contexto de empreendedorismo urbano (BRUM, 2013; CUNHA & MELLO, 2011), indicada pela segregação nas dimensões espacial e social.

O projeto de cidade global variou sua ordem com passar do tempo: de neoliberal para neodesenvolvimentista. As mudanças da Administração Cesar Maia evidenciaram os conflitos sociais no Rio de Janeiro, independente da linha ideológica que o projeto de cidade global estava inserido. A reconfiguração urbana da cidade também foi influenciada pela mobilização de moradores de áreas, então, populares para permanência nos territórios e afirmação dos seus direitos de moradia em relação à especulação imobiliária, incidindo na decisão do Estado (BRUM, 2013, p. 198-199; OLIVEIRA *et ali*, 2012, 2014; ROLNIK, 2009).

---

<sup>65</sup> Períodos: 1º (1993-1997), 2º (2001-2005) e 3º (2005-2009).

<sup>66</sup> O evento oficialmente era A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

<sup>67</sup> No período de 3 a 14 de junho de 1992, o então presidente da República transferiu a capital federal de volta para o Rio de Janeiro.

### 5.3.1. Reurbanizar ou remover? O programa *favela-bairro*

No que tange à moradia e reconfiguração do espaço urbano, a ação de destaque da primeira administração de Cesar Maia foi o projeto *favela-bairro*. A meta do projeto era a urbanização de territórios favelizados para que estes se tornassem *bairros*. No bojo dessa política estava a possibilidade de regulamentação fundiária, coordenação e realização de mutirões comunitários com a participação da população. O *favela-bairro* também apresentou paralelos com as políticas de reurbanização das favelas na primeira metade do governo Carlos Lacerda, antes da fase das remoções. Porém, ao contrário do governador citado, o programa parecia enterrar o projeto de remoção das favelas através de sua reurbanização.

Apesar da continuidade do projeto, inclusive após a administração de Maia, e algumas premiações internacionais, o *Favela-bairro* foi alvo de críticas por seus efeitos práticos. Por um lado, houve críticas por parte de camadas sociais cariocas que questionaram o programa sobre o método e o objetivo a partir de sua abrangência efetiva dentro das favelas. O ponto focado foram as ações da administração municipal para além do *embelezamento* das entradas dos territórios, no sentido de (re)inserção de populações marginalizadas ao tecido urbano, sem contar a permanência de narcotraficantes em localidades nas quais foi implantado o projeto.

Por outro, setores especulativos do setor imobiliário faziam *lobby* contra o programa. O argumento mobilizado por esses grupos possuía dimensões econômicas, ecológicas e sociais. Do ponto de vista econômico, as favelas desvalorizavam o terreno, incidindo no valor de uso e no valor de troca do espaço urbano. Na questão ecológica, as condições precárias de higiene e de saneamento básico das favelas seriam fatores de contaminação de mananciais de água e áreas verdes da cidade, principalmente na região da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, que eram alvo de interesse da especulação imobiliária. Por fim, a questão social remetia à violência urbana. Os crimes cometidos nas regiões próximas das favelas, em especial os bairros de classe média, eram atribuídos à presença de moradores dos territórios marginalizados, reconstruindo e reproduzindo estigmas sociais históricos e estruturantes da segmentação espacial do Rio de Janeiro.

Interessante identificarmos como a questão da moradia foi pensada com políticas diferentes e por atores sociais diferentes no Rio de Janeiro. No caso dos bairros mais populares, a intervenção estatal para requalificação urbanística dessas áreas a partir do recorte criminal, sendo a promoção da cidadania algo secundário. No caso da expansão territorial de viés imobiliário, os empreendimentos tiveram como responsáveis as empreiteiras de

construção civil, sendo o Estado avalista e permissionário dessa expansão. Em ambos os casos, podemos ver a tentativa de concentração de bens, mercadorias e pessoas circulando na capital fluminense e manter a sua referência como metrópole. Nesse sentido, os espaços vacacionados começam a tomar outro significado para uma postulante à *cidade global*.

### 5.3.2. *Violência urbana e atores sociais difusos: populismo punitivo, mídia e administração pública para a construção de uma cidade-segura*

O quadro de violência urbana conflagrada em conflito armado seguiu no Rio de Janeiro na década de 1990. Apesar de essa década ter sido marcada por iniciativas políticas de cunho social nas favelas cariocas e com a realização da ECO-92, como primeiro megaevento internacional sediado na cidade, a realidade urbana do Rio de Janeiro ainda era reflexo da década anterior: as disputas entre narcotraficantes pelos pontos de venda de drogas nos morros e favelas, com a intervenção policial armada como forma de “dirimir” o contencioso. Porém, outros fatos criminais ocorridos no Rio de Janeiro no início da década de 1990 ganharam proporções globais, consolidando no imaginário social a ideia de cidade violenta, contrária à proposta de cidade global.

O quadro de violência difusa no Rio de Janeiro foi inscrito em várias camadas da sociedade e dos territórios cariocas. No início da década de 1990, os *arrastões* nas praias da zona sul da cidade ganharam as telas dos noticiários. A praia é imaginada como lugar de lazer e convivência cariocas e possui uma aura democrática, a princípio, sendo o espaço do encontro. Porém, nos anos de 1992 e 1993 a prática de *arrastões* se tornou frequente nas praias. A violência empregada nos *arrastões* era catalisadora de insegurança e de distúrbios nas areias, causando pânico aos banhistas e frequentadores. O argumento de que moradores da zona norte da cidade iam à praia para praticar assaltos, roubos e brigar entre si em sistema de gangues foi ganhando aderência na sociedade.

Apesar de haver registros já na década de 1980, os *arrastões* tomam proporções midiáticas e econômicas, principalmente para o turismo, a partir desses ocorridos. Esses episódios também evidenciaram a segmentação territorial das praias cariocas, indicando que as areias, apesar de plural e heterogênea, possuíam regras informais compartilhadas pelos frequentadores. Podemos interpretar essa conduta como uma espécie de controle de circulação de estranhos e de desconhecidos nas vias públicas para a segurança das pessoas (JACOBS, 2009). Os *arrastões* seguem acontecendo em menor escala até os dias atuais e continuam sendo atribuídos prioritariamente a jovens de favelas da zona norte da cidade. O caso mais

emblemático dessa atribuição de culpa foi o pedido de cancelamento da linha de ônibus 474 (Jacaré – Jardim de Alah) em 2015, indicando a criminalização coletiva de moradores do bairro.

Nesse mesmo período, duas chacinas demonstraram a permanência dos grupos de extermínio no Rio de Janeiro. Ambos os crimes ocorreram no ano de 1993 e também ganharam projeção internacional. A primeira delas ficou conhecida como chacina da Candelária, em referência à igreja da Candelária, no centro financeiro e administrativo da cidade. O crime ocorreu na noite do dia 23 de julho, com oito vítimas fatais, todos jovens que viviam em situação de rua<sup>68</sup>. Os jovens eram acusados de praticarem pequenos crimes na área do centro da cidade. A brutalidade e o método torpe do crime, sem possibilidade de defesa porque as vítimas estavam dormindo, chocou a opinião pública mundial, atingindo a imagem da cidade.

O outro crime foi a chacina de Vigário Geral, ocorrida no bairro homônimo, na periferia da cidade, no dia 29 de agosto. A chacina foi perpetrada um dia após outro crime: o assassinato de quatro policiais no bairro. Em represália, um grupo de cerca de trinta homens encapuzados entrou na favela e, segundo testemunhas, eles estavam armados com armas de fogo (fuzis, pistolas e escopetas) e explosivos. O grupo atacou pessoas na rua e invadiu casas e bares, assassinando 21 moradores da localidade. O massacre também ocorreu tarde da noite, *modus operandi* semelhante ao utilizado na Candelária. A imagem dos corpos das 21 vítimas na rua, cercados por moradores da localidade é simbólica e representativa da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro.

Ao compararmos as dimensões sociais, históricas e territoriais dos dois crimes, identificamos as diferentes ações e reações de autoridades e da opinião pública. A gestão de conflitos de forma extralegal por grupos de extermínio contra tipos sociais considerados suspeitos é um traço histórico e legitimado socialmente nas periferias do Rio de Janeiro por parte da sua sociedade, como já abordamos. Porém, a brutalidade empregada no caso da chacina de Vigário Geral projetou a insegurança da continuidade biográfica de grupos sociais marginalizados no estado para outras partes do globo em decorrência de práticas criminosas cometidas por membros de forças policiais, indicando o descrédito social da corporação como fator prejudicial para as aspirações dos gestores da capital fluminense no intuito de torná-la uma cidade global. Nesse sentido, a localidade recebeu *feedback* do governo e de ONGs para a pacificação do bairro, com destaque para a *Afroreggae*.

---

<sup>68</sup> Seis eram menores e dois maiores de idade.

A chacina da Candelária provocou outras reações. Cesar Maia iniciou seu projeto de cidade global a partir do centro do Rio de Janeiro, elencando como um dos obstáculos para o seu objetivo a informalidade, traduzida pelo comércio ambulante nas ruas da região. A chacina da Candelária reforçou no imaginário social a ideia de informalidade ser intrínseca à ilegalidade, logo ao crime. Dessa forma, Maia criou oficialmente a Guarda Municipal do Rio de Janeiro<sup>69</sup>, com o objetivo de estabelecer seu padrão de ordem urbana, em março de 1993 e o Mercado Popular da Uruguaiana, conhecido como *camelódromo* da Rua Uruguaiana, no ano seguinte, marcas permanentes da administração municipal de Maia e seu empreendedorismo urbano por meio da urbanização. A chacina da Candelária ocorreu no ínterim das ações citadas e não estamos estabelecendo nexos causais entre os acontecimentos, o que estamos problematizando neste momento são as possíveis consequências de um crime dessa natureza no centro financeiro e administrativo de uma cidade postulante ao título de global.

As dimensões da cidade – função, forma e estrutura – no Rio de Janeiro a partir do urbanismo indicam a influência da violência urbana. Se os grupos de extermínio nas periferias cariocas e na Baixada Fluminense eram tolerados por autoridades e legitimados socialmente, o mesmo não pode ser afirmado sobre essa ação criminosa no centro da cidade. A multiplicidade de perfis que circulam pela região, tanto do ponto de vista numérico como socioeconômico, e a visibilidade indicam uma possibilidade de perigo real à totalidade dos cidadãos cariocas e visitantes da capital fluminense. A chacina da Candelária demandou uma ação mais imediata das autoridades locais para “*apaziguar os ânimos*”, seja por ações que atendiam os argumentos mais economicistas e/ou pelo pânico social, para transparecer a ideia de segurança.

A recepção na sociedade brasileira e carioca sobre essas duas chacinas apresentou diferentes reações. Por um lado, defensores dos direitos humanos apontavam para a violação de direitos de populações em situação de vulnerabilidade, inclusive o direito à vida, pela ação ilegal de membros de corporações responsáveis pela segurança pública. Por outro, parcelas da sociedade reproduziram e retroalimentaram o discurso de que os direitos humanos produziram “*acusados com direitos demais*” e isso atrapalhava o trabalho da polícia contra o crime, mesmo que os métodos empregados fossem extrajudiciais e ilegais.

As duas perspectivas indicam as limitações da democracia formal do Estado de direito ante aos dilemas da modernidade tardia na América Latina, principalmente no que se refere ao

---

<sup>69</sup> A Guarda Municipal do Rio de Janeiro foi criada pela lei 1.887, em 27/07/1992, anterior ao mandato de Cesar Maia. Suas funções institucionais foram alteradas e estabelecidas pela lei municipal 2.612, de 23/12/1997, na administração de Luiz Paulo Conde.

crime e a violência urbana. A noção de incivilidade apontada como característica do não-Estado de direito na América Latina (PINHEIRO, 2000) pode mobilizar discursos na direção do populismo punitivo para manutenção de privilégios de determinadas classes sociais, narradas como direitos, que possuem abrangência ideológica na sociedade carioca, inclusive as populações mais vulneráveis a violações podem naturalizar e legitimar discursos que produzem a concepção de *cidade segura*.

A grande mídia direcionou o consumo da violência urbana como mercadoria com maior desenvoltura a partir da década de 1990. O Rio de Janeiro é o referencial de cidade violenta com as disputas armadas por territórios entre narcotraficantes e a polícia, construindo uma narrativa de guerra urbana que produz medo e insegurança. O jornalismo investigativo ganhou uma nova roupagem na TV com a produção de uma linguagem televisiva mais refinada. O exemplo dessa mudança é o programa *Linha Direta*, da Rede Globo de Televisão, que abordou inicialmente “crimes famosos”, com dramatizações. Além disso, documentários para o cinema contribuíram para o discurso de “guerra urbana” no Rio de Janeiro, como *Notícias de uma guerra particular*, do cineasta João Moreira Salles, apesar de apresentar uma perspectiva mais crítica sobre o debate da criminalidade na capital do que o viés punitivista.

No entanto, a grande guinada foi a passagem dos programas de rádio estilo “*mundo cão*” para as redes nacionais de TV. O grande expoente dessa transição foi Luiz Carlos Alborghetti, com o seu programa *Cadeia Nacional*, lançado em 1992 pela Rede OM de TV (atual Central Nacional de Televisão - CNT), sediada em Curitiba. Em seu programa, Alborghetti falava abertamente sobre violações de direitos constitucionais por meio da ação da polícia. Sua performance raivosa e inflamada diante das câmeras, com emprego de palavrões e de um porrete, demonstrou ter forte apelo popular, tornando-o referência de um estilo, apesar de estar em uma emissora pequena, inclusive, fazendo um sucessor: Carlos Roberto Massa, o Ratinho, apresentador do *190 Urgente*, na mesma emissora. Alborghetti foi deputado estadual pelo Paraná por quatro mandatos consecutivos (1986 a 2002), evidenciando sua atuação política institucional por meio da sua popularidade midiática. Enquanto Ratinho diversificou seu programa passando por outras emissoras, ainda adotando o estilo Alborghetti em outras temáticas. A figura de porta-voz do povo encarnada por Alborghetti começa a se tornar um produto rentável para o consumo das massas que estão mais vulneráveis à violência urbana, manufaturando a opinião pública em apoio a reações violentas e arbitrárias por parte das polícias.

No caso do Rio de Janeiro, o populismo punitivo alcançou as decisões de governo no enfrentamento ao narcotráfico na década de 1990. O exemplo a ser utilizado para ilustrar o processo histórico de enfrentamento ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro foi a gratificação pecuniária para policiais por “*atos de bravura*”. Em 1995, o então governador Marcello Alencar (1995-1999) sancionou por decreto<sup>70</sup> a referida gratificação para aqueles policiais que participassem de grandes operações. Porém, passados três anos dessa premiação os números de homicídios no Estado não diminuíram, evidenciam a controvérsia da gratificação, que ficou conhecida como *gratificação faroeste*.

A *gratificação faroeste* é um exemplo do recrudescimento e da militarização da segurança pública. O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro era o General do Exército Nilton Cerqueira, que teve como alvo preferencial de sua rigidez a população mais pobre e “*os efeitos desta política foram o incremento da mortalidade entre os policiais e a constatação de sua mira certa, pois em ‘confronto’ com os supostos ‘bandidos’, conseguem sempre atirar para matar*” (CANO, 2007 *apud*, MIRANDA, 2015, p. 5). Nesse sentido, não há uma base teórica que sustente a eficácia deste modelo reativo no sentido de reduzir a criminalidade (CHEVIGNY, 2000, p. 71<sup>71</sup>), ainda que haja forte apoio da opinião pública.

Essas situações apontaram para as discontinuidades das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Um exemplo dessas discontinuidades foi a *Operação Rio*, em 1994, com a participação de forças militares no enfrentamento ao tráfico de drogas ilícitas. A operação foi ordenada pelo então governador Leonel Brizola, que em seu primeiro mandato tinha adotado uma perspectiva de segurança pública mais voltada para os direitos humanos. Assim, o fenômeno urbano demonstrou outras formas de desenvolvimento na cidade pelas suas variáveis locais, o que demandou políticas específicas para problemas sociais específicos numa sociedade globalizada, mas que ainda tem referências no local. O direcionamento da opinião pública pela mídia foi um vetor para ressignificar territórios como *perigosos* ou como *seguros* e, com isso, condicionando os investimentos públicos e/ou privados na capital fluminense.

---

<sup>70</sup> Decreto nº 21.753 de 08/11/1995.

<sup>71</sup> In: O'DONNELL, G.; PINHEIRO, M.; MÉNDEZ, J. *Democracia, Violência e Injustiça: O Não Estado América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



## 6. RIO DE JANEIRO: ENTRE O IDEAL GLOBAL E O REAL LOCAL

Até agora, analisamos o processo histórico do Rio de Janeiro como cidade-capital do Brasil e suas contradições sociais a partir do conceito de segurança. Verificamos que a violência urbana é encarada como problema político e social a partir da década de 1980, em um contexto de grave crise econômica e de transição política, e é consolidada como problema central da cidade na década de 1990. O narcotráfico emerge nesse contexto como antagonista de uma *cidade segura* e as favelas são cristalizadas no imaginário social como territórios do crime e da insegurança, coletivizando as suas populações como um catálogo de suspeitos ideais de criminosos – idealizando o tipo de crime também: aquele que emprega algum tipo de violência física de forma direta. Essa dinâmica reforçou duas dimensões históricas da desigualdade na capital fluminense: a segregação e a supressão ou a promoção seletiva de direitos de cidadania. Nesse sentido, as favelas cariocas se caracterizaram como alvo das políticas públicas de urbanização de viés territorial, indicando prioritariamente dois aspectos: o enfrentamento ao crime e o valor de uso /valor de troca do solo.

Efetivamente, o Rio de Janeiro continuou sendo o modelo a ser seguido pelo Brasil. Por sua condição de cidade-capital e postulante à condição de cidade-global, a metrópole carioca seguiu sendo um laboratório de experimentos sociais, políticos e econômicos. Essas experiências foram evidenciando também a heterogeneidade da cidade pela concentração diferenciada da população através do território, remetendo ao argumento de Lefebvre sobre a ideia de *zoning*. Apesar de ser referência nacional, o Rio de Janeiro foi inserido no cenário global de competição das metrópoles e isso demandou dos idealizadores deste empreendimento urbano “*beber de outras fontes*” para constituir uma musculatura condizente para tal objetivo. Dessa forma, foi pensado um modelo urbanístico considerado bem-sucedido a ser seguido, adaptado e/ou reproduzido pelos atores responsáveis por esse objetivo, o que incide diretamente sobre os três conceitos essenciais do fenômeno urbano para Lefebvre: função, forma, estrutura. A relação assimétrica de poder entre os indivíduos coletivamente será o cerne dessa *cidade segura*, reconfigurando o espaço urbano e ao transformar/ressignificar antigos conceitos urbanísticos pela comparação entre cidades e suas realidades concretas, o que reafirma o caráter polissêmico da categoria sociológica segurança.

A *sociedade burocrática do consumo dirigido* descrita por Lefebvre nos traz maiores contribuições e complexidades para articularmos e verificarmos quais são as potencialidades dos seus conceitos teóricos de *sociedade urbana* e *direito à cidade* e o seu método *regressivo-progressivo* para a nossa unidade de análise. Esses conceitos e método teóricos estão sendo

articulados com os referenciais conceituais sistêmicos de território, violência e conflito por meio do percurso histórico da formação urbana do Rio de Janeiro e seus sujeitos ou não-sujeitos de direitos. Neste ponto, passaremos para a atual realidade concreta da metrópole: a cidade-global. Essa realidade pode ser vista, entre outros fatores, pela realização de megaeventos de diversas ordens que credenciam as metrópoles locais para cidades-globais. Nesse contexto, os megaeventos esportivos ganham destaque.

O esporte está na vida cotidiana da classe trabalhadora, que pode ser consumido como lazer através da TV por esse grupo (LEFEBVRE, 2016, p. 133). Além disso, pode ser vendido como ideia de neutralidade, sendo atenuante de conflitos sociais e catalisador de unidade, o que é interessante para a estratégia global no sentido de enfrentamento da criminalidade e dos distúrbios, os quais seriam perigosos para os negócios financeiros. Dentre esses megaeventos esportivos, podemos afirmar que as olimpíadas de verão são o evento mais emblemático de todos, já que ele vem com a promessa de *legado olímpico*, uma espécie de contrapartida permanente para a cidade com mudanças de infraestrutura de mobilidade, reconfiguração do espaço urbano, entre outras ações que seriam motivadas pela realização dos jogos. A argumentação mobilizada é que essas ações beneficiariam o conjunto universal dos cidadãos e poderiam dar competitividade urbana à cidade postulante de globalidade através de parcerias público-privadas. Podemos fazer uma articulação entre os argumentos críticos de Harvey e de Lefebvre sobre a conjugação de *sociedade burocrática do consumo dirigido* e de *empreendedorismo urbano* pelo caso olímpico, com especial atenção ao contexto de capitalismo periférico da América Latina:

A ênfase no turismo e no consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros num determinado palco, mostra todos os sinais de ser o remédio predileto para economias urbanas efêmeras. Os investimentos urbanos desse tipo talvez produzam ajustes acelerados, ainda que passageiros, em relação aos problemas urbanos. No entanto, esses investimentos são, frequentemente, especulativos. Por exemplo, preparar-se para concorrer a sediar uma Olimpíada é uma prática dispendiosa, que talvez se pague ou não (HARVEY, 2006, p. 184).

Harvey defende que a concorrência interurbana na globalização começa a virar um “*atoleiro de dívidas*”. Apesar do desempenho econômico fraco, o investimento nesse tipo de projeto parece exercer um fascínio tanto social como político, com especial atenção para os megaeventos esportivos. No caso das olimpíadas, “*a produção orquestrada de uma produção urbana também pode, se bem-sucedida, ajudar a criar solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar*” (HARVEY, 2006, p. 185). Nesse sentido, a expressão “*pão e circo*” é ressignificada como ideologia da localidade que produz a noção de união comunitária em uma “*cidade sem conflitos*”, essencialmente presente nos megaeventos esportivos. Essa perspectiva

aproxima Harvey do humanismo de Lefebvre por apresentar a possibilidade do possível-impossível através do esporte, sendo que os megaeventos caracterizam a cidade efêmera, que só é possível através da técnica, segundo o teórico francês. Isso nos serve para fazermos a crítica sobre o universalismo teórico-conceitual para diferentes realidades concretas e construções históricas urbanas por meio da análise comparativa através da recepção e interpretação dos megaeventos e *seu legado* pelos indivíduos e/ou por grupos sociais.

Para analisar comparativamente o Rio de Janeiro como unidade de pesquisa, tomaremos emprestadas do materialismo dialético de Marx e Engels as noções de tese, antítese e síntese<sup>72</sup>. Essas noções nos servem de balizadores sobre modelos urbanos idealizados e a realidade urbana concreta das cidades que escolhemos para esta análise comparativa. A escolha foi baseada em dois eixos: o modelo de reconfiguração urbana e a ideia de segurança. A realização ou não de megaeventos é uma medida interessante para compreender indicadores tangíveis e intangíveis da cidade global e como a ideia de empreendedorismo urbano é aplicável e em que medida em cenários com realidades históricas, culturais, sociais, econômicas, políticas e jurídicas diferentes para compreendermos como e qual projeto de cidade está em disputa.

### Quadro 3: Cidades comparadas

<i>Cidades</i>	<i>Justificativa</i>
Barcelona (tese)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de megaeventos: Olimpíadas de 1992 e Copa do Mundo de 1982;</li> <li>• Reconfiguração urbana considerada bem sucedida.</li> </ul>
Medellín (antítese)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não realização da Copa de 1986;</li> <li>• Cenário de violência armada conflagrada: narcotráfico e guerra civil.</li> </ul>
Rio de Janeiro (síntese)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciclo de megaeventos nos anos 2000, tendo como ponto alto as Olimpíadas de 2016;</li> <li>• Violência urbana como problema sociopolítico e econômico, em especial o narcotráfico.</li> </ul>

#### 6.1. Barcelona – Tese

A cidade de Barcelona, localizada na região autônoma da Catalunha, ao nordeste da Espanha, é considerada o modelo bem-sucedido de urbanismo e realização de megaeventos esportivos por conta dos jogos olímpicos de verão de 1992. O histórico de reformas

<sup>72</sup> As três noções não significam um processo como no pensamento Marxista, mas nos servem para categorizar e esquematizar idealizações pensadas como modelos urbanos comparativos.

urbanísticas da capital catalã é secular, porém, podemos destacar a reforma do engenheiro Ildelfons Cerdá, com a expansão da cidade para além de suas muralhas, que foram demolidas em 1854, com uma estrutura sanitária e de vias e espaços públicos interligados, trabalho que deu origem ao seu livro *Teoria Geral da Urbanização*, consolidando princípios técnicos para as cidades do início do século XX (MONTE-MÓR, 2006, p. 62). As Olimpíadas também não foram o primeiro grande evento esportivo que a cidade recebeu, porém foi paradigmático para sua transformação urbana e social, o que a alçou para outros patamares e a expôs para o cenário global. Ademais, outros grandes eventos de outras ordens foram sediados em Barcelona ao longo de sua história (FERNÁNDEZ, 2016, p. 25).

Barcelona também foi uma das sedes da Copa do Mundo de futebol de 1982. A cidade albergou dois estádios deste mundial: Camp Nou e o antigo Sarriá<sup>73</sup>. O nome Sarriá remete a tristes memórias futebolísticas para os brasileiros e brasileiras aficionados/aficionadas pelo esporte bretão, uma vez que o referido estádio foi palco da derrota da seleção brasileira para Itália pelo placar de 3 x 2, que ficou conhecida no Brasil como “*tragédia do Sarriá*”. A Copa de 1982 foi realizada em um contexto de transição política da Espanha a partir do fim da ditadura unitarista do General Francisco Franco. No início deste período, ocorreu uma tentativa de golpe frustrada pelo exército, em 1981, e a eleição do *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE)<sup>74</sup>, no ano de 1982, que pretendia passar uma ideia de pacifismo democrático, mas foi marcada por episódios de violência política e social (LA PARRA PEREZ & SOUTO SALOM, 2013, p. 80-81). O período de transição entre 1973-1985 marcou também a volta da reivindicação pública das memórias nacionais de regiões da Espanha, como o caso da Catalunha, acarretando a criação das comunidades autônomas na Constituição daquele país, em 1978.

Devemos considerar outras variáveis para comparar o Mundial de Futebol de 1982 e os Jogos Olímpicos de 1992 na Espanha e seus reflexos sociais. Uma variável é a dimensão tempo-espaço. Em 1982, as exigências políticas e econômicas para a realização por parte da Federação Internacional de Futebol (FIFA), responsável pelo evento, foram menos impactantes para o país. Apesar de Barcelona ter um dos maiores times do futebol mundial e de grande popularidade na atualidade, *O Barcelona F.C.*, o caráter descentralizado do mundial dessa modalidade desportiva dificilmente mobilizaria os mesmos recursos que os jogos olímpicos. Nesse sentido, as Olimpíadas com caráter desportivo mais plural e

---

<sup>73</sup> Demolido em 1997.

<sup>74</sup> Partido Socialista Operário Espanhol (livre tradução do espanhol).

universalista emergem como narrativa mais verossímil para transformações urbanas por movimentar a economia de uma cidade, de forma intensa e quase ininterrupta, durante seu período de realização, podendo catalisar a adesão social pelo discurso de neutralidade atribuído ao esporte.

Outra variável foi a introdução do empreendedorismo urbano em Barcelona a partir da década de 1980 com a crise do emprego, principalmente da indústria. Curiosamente, o Partido dos Socialistas da Catalunha, vitoriosos nas eleições municipais de 1979, foram os atores políticos desta fase neocapitalista na cidade catalã, passando dos “projetos monográficos simples” – uma praça, uma rua, um parque - para projetos mais complexos – conjunto de parques, ruas e praças – e, posteriormente, para o “projeto público-privado”. No ano de 1986, Barcelona foi eleita para sediar os jogos olímpicos de 1992, o que oportunizou a junção de forças políticas e econômicas para torná-la competitiva no mercado de cidades-globais (FERNÁNDEZ, 2016, p. 34). Esse processo culminou com a construção de estruturas que visavam a realização de megaeventos na cidade, indicando como seriam articulados os três conceitos essenciais do fenômeno urbano de Lefebvre:

É interessante destacar que todo o projeto de ações urbanísticas de Barcelona visava dois eixos principais: o primeiro era a criação de espaços públicos (como os que foram feitos nas áreas periféricas) e as grandes operações urbanísticas. Novas infraestruturas de comunicação, aeroportos, cinturões de vias expressas são alguns exemplos, voltadas exclusivamente com o objetivo de melhorar o espaço urbano para receber Megaeventos (Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de 1992 foram os principais neste período). A “revitalização” da cidade passou pela renovação social de diversos setores da cidade (frente marítima com a Vila Olímpica; organização do antigo bairro industrial que foi transformado em distrito para empresas de Tecnologia e Comunicação; a elaboração de centros de atividades hoteleiras, comerciais e de convenções, a renovação cultural (com a construção de museus e centros culturais), pela melhoria do centro construído, pela construção de novos espaços de consumo e de lazer, e também, por uma imagem capaz de incluir tudo isso (ARAUJO, 2011, p. 7).

Podemos observar que houve em Barcelona um movimento para transformá-la em uma *smart city*, com isso, configurando-a como cidade-global. Considerado um sucesso por especialistas políticos, econômicos e técnicos, o modelo Barcelona foi transportado para outras cidades da Espanha para realização de megaeventos, como Sevilla<sup>75</sup> e Valencia<sup>76</sup>. Esse modelo foi exportado para outros lugares do planeta como uma marca de qualidade. Porém, o

---

<sup>75</sup> A cidade andaluza foi sede da Exposição Universal em decorrência dos V centenário do “descobrimto das Américas” pelos espanhóis, em 1992. O evento teve duração de seis meses (abril a outubro) e constituiu em pavilhões de exposições de 112 países (alguns deles foram transformados em patrimônio da cidade após o término do evento), com intercâmbio cultural, político e financeiro, sendo visitada por cerca de 20 milhões de pessoas (fonte: expo'92. Disponível em: <http://www.expo92.es/inicio/index.php>). Acesso em 12/01/2018.

<sup>76</sup> Algumas modificações urbanísticas na cidade da comunidade autônoma homônima foram em decorrência de megaeventos esportivos, como sede da etapa regular de fórmula 1.

modelo Barcelona é indicativo para compreender a afirmativa de Lefebvre sobre o urbanismo como ideologia, articulando suas premissas com os argumentos de Sassen (2010) sobre cidade-global e a possibilidade de uma nova elite profissional, no caso da tecnologia, confluindo com as novas contradições da *sociedade urbana* defendida por Lefebvre. Os trabalhadores do ramo tecnológico conseguem os melhores salários devido à demanda de mão de obra especializada que possibilita a ascensão social e econômica de indivíduos de classes não privilegiadas via estudo formal e mercado de trabalho formal, enquanto os trabalhadores industriais vão ficando mais precarizados. No caso de Barcelona, isso pode indicar um fator negativo deste modelo por conta da segregação:

Outro ponto negativo do “modelo” seria a polarização de atividades entre a cidade de Barcelona e seu entorno metropolitano, concentrando-se na primeira os profissionais liberais, diretores, pessoal técnico, administrativo e comercial, enquanto que no âmbito metropolitano prevaleceriam os trabalhadores manuais da indústria, da construção e dos serviços (UTE, 2004). É interessante lembrar que a cidade vem perdendo uma grande quantidade de habitantes ao longo das últimas décadas, devido oferecer muitos imóveis a preços altos que acaba por fazer os jovens procurar fora desta, em sua área de entorno (área metropolitana) moradias a preços mais baixos. Isso significa que os enlacs juvenis que deveriam ocorrer em Barcelona ocorrem fora desta e com isso, a cidade está sofrendo um processo de envelhecimento (ARAUJO, 2011, p. 7).

Com o passar do tempo, o modelo Barcelona começou a ser alvo de críticas. O Antropólogo catalão Manuel Delgado tece uma crítica ao urbanismo feito na cidade. Em seu livro *La ciudad mentirosa – fraude y miséria del “Modelo Barcelona”* (2007), Delgado se dedica a descrever e analisar o processo urbano da capital catalã a partir do referencial teórico de Lefebvre. Apesar de reconhecer melhoramentos de equipamentos e espaços públicos e na estética de Barcelona, Delgado afirma que políticos, arquitetos e iniciativa privada projetaram uma cidade “*buena chica*” (*boa menina*), que estaria sob controle, planejada e modelada, sem conflitos (DELGADO, 2007, p. 15), que, segundo ele, é uma cidade inexistente. Esse processo de urbanização padronizado e planejado torna a cidade uma fábrica de simulacros e sonhos, onde os conflitos sociais desaparecem com essa intervenção. Esta dinâmica segue interesses de grandes corporações, defende Delgado, afirmando que este processo de mudanças varia da *transição* (política para democracia) para *transação* (valor de uso e valor de troca da cidade e seus habitantes) através do marketing urbano (Idem, p. 40). O antropólogo conceitua as cidades que passam por este processo urbanístico de “*ciudades-commodities*” ou “*ciudades-negócio*”, caracterizando a mercantilização do espaço urbano.

Em Barcelona, as áreas consideradas estratégicas foram revitalizadas para construção de uma memória coletiva formal e formalizada a partir de um “*multiculturalismo cênico*” (DELGADO, 2007). A cidade-global tem que parecer um produto consumível e rentável para

albergar os megaeventos, o que indica a noção de segurança, nesse caso, para investimentos e lucros financeiros, inclusive. No entanto a falta de participação civil na gestão dessa transformação urbanística ocasionou um processo de gentrificação e criminalização, principalmente de jovens de periferia da capital catalã (ARICÓ, 2016, p. 192-193; DELGADO, 2007, p. 184), que apresentou componentes de gênero, classe, étnicos e raciais, sendo empregada a violência policial. A ideia de pacificação e unidade civilizadora em Barcelona para sua condição de cidade-global foi marcada pela violência de Estado, como caso do bairro de *La Mina*, na periferia da cidade, indicando uma tentativa de controle social territorial de áreas consideradas perigosas (tráfico de drogas) e empobrecidas da capital catalã e eliminação de conflitos através da planificação urbana e a conjugação de interesses empresariais às ações de Estado (ARICÓ, 2016).

A violência policial também foi empregada contra os movimentos sociais que reivindicaram/reivindicam os direitos ativos nas decisões sobre Barcelona. De fato, houve benefícios para a cidade a partir dos megaeventos, mas a contrapartida social, no sentido de promoção e garantias de direitos de cidadania, não atingiu a totalidade dos habitantes de Barcelona, principalmente no que tange ao direito à moradia (DELGADO, 2007, p. 42-43). Com efeito, esse planejamento urbano aprofundou a segregação social e espacial na capital catalã, que segundo Delgado, virou uma “*cidade para poucos*”. Nesse sentido, o urbanismo como ilusão de classe é evidenciado pela ideia das elites barcelonesas não conseguirem êxito em eliminar o que caracteriza o fenômeno urbano: a possibilidade do conflito e da contradição. Ou seja, a possibilidade da democracia da rua através da reivindicação do direito à cidade se perde nessa planificação urbanística.

Em 2017, a segurança do modelo Barcelona foi posto à prova por dois motivos. O primeiro foi um ataque terrorista na *Rambla*, um dos lugares mais visitados e movimentados da cidade, no qual um homem utilizou uma *van* para atropelar as pessoas que lá passavam, ocasionando a morte de 13 delas e ferindo cerca de 100, no dia 17 de agosto. Esse é um dos fatores que colocam em cheque o argumento de *olhos da rua*, de Jacobs, para a movimentação de pessoas serem inibidores de atos de violência por parte de estranhos, uma vez que o local parece ter sido escolhido justamente pela movimentação. A violência difusa como um dos dilemas da modernidade tardia apresenta essa variável transnacional do crime em um mundo globalizado: o terrorismo.

O caso do terrorismo no mundo globalizado remete a outras temporalidades e outras espacialidades. O atentado ocorrido em Barcelona apresentou diversos paralelos a outro ato de

terror ocorrido um ano antes em Nice, na França<sup>77</sup>. Além do *modus operandi*, efetuado em vias de passagem e de grande movimento, os dois atentados foram realizados por indivíduos que professavam a religião islâmica e eram imigrantes. Dois aspectos podem ser apontados nesses ataques. O primeiro é o histórico de atração de antigos países que eram potências coloniais que agora figuram como polos econômicos na globalização que ainda exercem influência sobre alguns países que foram suas colônias, em especial na África. Contudo, esse fato pode jogar na marginalidade grupos sociais estigmatizados pela divisão social do trabalho, tornando o acesso universal à cidadania desses grupos mais difícil ou improvável, acarretando uma inclusão precária nesses países.

O outro aspecto que podemos identificar é a mobilização de argumentos e discursos anti-imigratórios por parte de nacionais contra determinadas etnias com o mote de *guerra contra o terror*. Podemos interpretar que essas ações remetem a fatos históricos de disputas civilizacionais entre a cristandade e o islamismo em sua versão globalizada. A partir dos atentados de 2001, nos EUA, foi construída a ideia de um inimigo-público ideal: o terrorista muçulmano. Essa construção social politiza os conceitos de raça e etnia em nome da segurança de cidadãos nacionais, legitimando atos arbitrários contra esses grupos marginalizados, colocando-os sob vigilância e suspeição do Estado em seus territórios ou em declaração de guerra a países considerados protetores de grupos terroristas para a democratização ocidental dos mesmos.

Porém, a onda de refugiados da África e do Oriente Médio, em especial da Síria, evidenciaram que as pessoas mais vulneráveis aos ataques de grupos terroristas eram populações muçulmanas, indicando a pluralidade deste grupo. Ou seja, não estamos diminuindo os atentados ocorridos na Europa, o que estamos problematizando neste momento é como se constroem o reconhecimento e a legitimidade sociais para a promoção e garantia de direitos e quem são os sujeitos idealizados dos mesmos. Nesse sentido, a coletivização dos muçulmanos como grupo social potencialmente perigoso por parte de países centrais do capitalismo ocidental nos indicam duas interpretações conexas possíveis para o discurso de segurança: (i) a estigmatização histórica de outras raças e etnias consideradas não-ocidentais na globalização, evidenciando o seu caráter homogeneizador; e (ii) a oportunidade de crescimento de movimentos nacionalistas de ordem conservadora como contradição do mundo globalizado, em nome da segurança local.

---

<sup>77</sup> Dia 14/06/2016, data comemorativa da Revolução Francesa pela queda da Bastilha, ocorreu o atentado, que causou a morte de 87 pessoas e dezenas de feridos.



Devemos considerar que os nacionalismos que emergiram ou ganharam força e visibilidade na era da globalização não são necessariamente por fatores exógenos aos Estados e suas respectivas populações. Barcelona é um exemplo de fatores endógenos históricos que podem acarretar movimentos autonomistas e evidenciar as contradições da ideia de nação espanhola como exemplo de conflitos da globalização. O plebiscito de independência da Catalunha, ocorrido em outubro de 2017 e considerado ilegal pelo poder central de Madrid e proposto pelo governador da região, Carles Puigdemont, foi o ponto de inflexão das contradições locais em uma cidade global. Houve atos públicos nas ruas Barcelona contra e a favor da independência. No dia do pleito, a violência empregada pelas forças policiais contra os catalães que tentaram votar foi registrada e divulgada no mundo inteiro, indicando o conflito social na cidade para além daquelas populações marginalizadas e segregadas, administradas territorialmente. A vitória do grupo separatista não foi reconhecida pelo poder central da Espanha e marcou eleições para um novo governo, continuando a indefinição política no país.

A democracia da rua aparece de forma ambivalente no sentido de segurança no modelo Barcelona. Se, por um lado, uma cidade-global pode atrair investimentos de empresas estrangeiras, também pode atrair redes transnacionais de crime, como o terrorismo (busca de visibilidade) e o narcotráfico (obtenção de lucros) como efeito colateral (SASSEN, 2010, p. 28). O que atrai em Barcelona pelo seu lado positivo pode ter efeitos negativos. No caso da contestação pública, podemos observar que o caso do plebiscito foi o limite da democracia dessa cidade global planejada e, teoricamente, sem conflitos, desfazendo a ilusão das classes dominantes barcelonesas a partir do seu urbanismo sanitário que procurava “sanar” as impurezas provenientes de comportamentos indesejáveis e incivilizados de grupos sociais marginalizados, que indicam a permanência dos conflitos sociais locais. Apesar de todas as suas contradições e fragilidades, o modelo Barcelona ainda segue sendo considerado bem sucedido e tese de um objetivo a ser alcançado por alguns países de realidades concretas e construções históricas e geográficas bem distintas, principalmente em países da periferia do capitalismo, como os países da América Latina.

## 6.2. Medellín – Antítese

A cidade de Medellín é a maior cidade e capital do departamento de Antioquia, localizada na Colômbia, com uma população estimada de 2.800.000 habitantes<sup>78</sup>. A Colômbia é um país que guarda proximidades com o Brasil. Além das questões geográficas, ambos os países estão situados na América do Sul, a formação histórica, cultural, econômica e social dos dois países possuem paralelos na estrutura de Estado e no aspecto humano. A miscigenação também é um traço marcante da Colômbia, com a presença massiva de uma população negra/parda. A história econômica colombiana também apresenta este paralelo com a brasileira, uma vez que a atividade agrícola do café, que segue sendo a atividade principal daquele país, remete a outro paralelo entre os países: o futebol como esporte popular e de massas, sendo a seleção colombiana conhecida pelo apelido de “*cafeteira*”. A estrutura da sociedade colombiana também é marcada por profundas desigualdades que hierarquizam e segmentam as suas cidades, na qual identificamos o padrão latino-americano de segregação e territorialização de divisão social do trabalho e qualificação entre “*lugares seguros*” e “*classes perigosas*”.

No entanto, a Colômbia possui especificidades na política interna relacionadas à violência entre diversos atores sociais ao longo do século XX e início do século XXI. O país passou por uma guerra civil que durou até 2016 e que ainda apresenta controvérsias sobre seu desfecho e início. Oficialmente, a guerra foi declarada em 1964, quando as *Forças Revolucionárias da Colômbia* (FARC) e o *Exército de Libertação Nacional* (ELN), de orientações marxistas, se organizaram de forma armada contra forças políticas conservadoras daquele país, muito influenciados pelo sucesso da *Revolução Cubana*, em 1959.

Porém, as tensões políticas e conflitos sociais que acarretaram atos de violência são anteriores a este período, sendo o *Bogotazo* considerado o *start up* da guerra civil colombiana. O *Bogotazo* foi uma revolta popular ocorrida em Bogotá, capital do país. A revolta se deu em decorrência do assassinato do líder político e candidato à presidência da Colômbia, Jorge Gaitán, em 09/04/1948. Gaitán era muito popular entre as classes médias e baixas; o que gerou uma onda de violência que culminou com a morte de centenas de pessoas.

Podemos identificar que a violência oriunda de tensões políticas fez/faz parte do cotidiano da sociedade colombiana, ramificando para outras esferas e camadas sociais, com atores diversos em um quadro de violência difusa. Apesar desse quadro de violência e da

---

<sup>78</sup> Sítio oficial da Prefeitura de Medellín:

<https://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin?NavigationTarget=navurl://6488ef50a6787e1fdb4e42e62a46a>

instabilidade política, a Colômbia não possui em seu histórico o ciclo de ditaduras civil-militar que foram perpetradas no cone sul nas décadas de 1960 e 1970, dando uma dupla interpretação de suas instituições de poder estatal, ainda que o país tenha passado por crises econômicas semelhantes às dos países que sofreram golpes de Estado na região.

O quadro de violência na Colômbia foi intensificado com a entrada do país na produção de cocaína. Essa violência e os ciclos de crises econômicas contribuíram para estigmatizar o país como um dos mais violentos do mundo. A Copa do Mundo de Futebol de 1986, que seria realizada no país, foi transferida para o México, com a desistência da Colômbia, anunciada em 1982. As alegações variavam das exigências da FIFA ao contexto social de violência no país. A Colômbia, no entanto, albergou a edição dos jogos pan-americanos de 1971, na cidade de Cali, e a edição da Copa América de Futebol de 2001, com a vitória da seleção local. Este último evento esportivo foi cercado por um forte esquema de segurança que envolveu a polícia nacional e o Exército colombiano de maneira ostensiva. A relação com o futebol não é mera curiosidade no caso colombiano, uma vez que os cartéis de Medellín e de Cali exerceram forte influência nos dois maiores clubes das cidades: Nacional e América, respectivamente.

Voltemos ao desenvolvimento histórico do narcotráfico na Colômbia. Como já abordamos anteriormente, a América Latina se tornou epicentro do comércio e produção da cocaína a partir da década de 1970, tendo como grandes produtores Bolívia, Peru e Colômbia. Os dois primeiros países apresentam uma relação cultural de ancestralidade indígena com a *hoja de coca*, que seria uma das alegações do grupo guerrilheiro peruano de orientação marxista *Sendero Luminoso* não tenha aderido ao narcotráfico, como as FARC e o ELN o fizeram, para financiar suas ações. Com isso, a Colômbia se tornou centro de produção da droga entre os anos de 1970 e 1980, com a concorrência do cartel mexicano de Ciudad Juárez a partir da década de 1990 (JARAMILLO & PEREA, 2014).

O foco principal dos cartéis colombianos foi o mercado consumidor estadunidense, extremamente lucrativo e atraente para os narcotraficantes pela força de sua moeda: o dólar. Os cartéis de narcotraficantes colombianos seguiram por mais de trinta anos a rota para os EUA, passando da hegemonia para crise, observando a rota alternativa por países da América Central – El Salvador, Honduras e Guatemala –, com a intermediação da Venezuela, em primeira ordem, e por Equador, de maneira mais espaçada (PEREA *et al*, 2014, p. 18). Outro fato que podemos apontar na questão do narcotráfico colombiano é a sua inserção também em regiões rurais com o objetivo de influenciar processos políticos.

Os cartéis colombianos se demonstraram mais globalizados, com rotas não só para os EUA, mas com conexões mundiais. Dois cartéis urbanos se destacaram no mercado internacional de cocaína. O cartel de Cali, comandado pelos irmãos Rodríguez Orejuela, e o cartel de Medellín, chefiado por Pablo Escobar, disputavam o mercado interno e externo de drogas ilícitas que fez com que houvesse uma escalada de violência no país traduzida pelo número crescente de homicídios, principalmente na década de 1980. Essa disputa violenta afetou várias cidades do país e reconfigurou a dinâmica urbana pelo filtro da violência e da insegurança, incluindo a capital: Bogotá. Aqui, focaremos o caso paradigmático de Medellín de violência urbana e territorialidade, uma vez que a cidade se tornou uma espécie de capital simbólica negativa da Colômbia a partir do desenvolvimento das atividades criminosas do cartel de Escobar, com emprego sistemático da violência letal.

A influência do cartel de Medellín fez com que Pablo Escobar ganhasse notoriedade, sendo um personagem que transitava entre o mundo real e o universo ficcional. Esse personagem influenciou a cultura colombiana e mundial, sendo retratado em séries, novelas, livros de forma direta, ficcional ou documental, ou de forma indireta; como o romance *Rosario Tijeras*, de Jorge Franco, uma *sicária* fictícia que seria suposta amante de Escobar. A aura mítica sobre Escobar pode ser atribuída às suas ações violentas espetacularizadas, que contribuíram para que Medellín ficasse conhecida como a “*cidade mais violenta do Mundo*” (ANGARITA, 2016, p. 199).

Escobar também tinha influência política institucional na Colômbia, chegando a transitar pela legalidade ao ser eleito para uma cadeira no congresso nacional do país como deputado suplente em 1982. Porém, ele foi expulso da vida parlamentar no ano seguinte por denúncias sobre suas atividades ilegais. Suas práticas criminais e ilegais sobressaíram ao subornar autoridades e mandar matar inimigos políticos, incluindo ministros de Estado, magistrados e candidatos à presidência da República. A violência em Medellín também era expressa por desaparecimentos e/ou deslocamento forçado em setores populacionais que viviam sob o controle territorial de grupos criminosos e/ou membros da força pública (ANGARITA, 2016).

A guinada pessoal de Escobar converge com a mudança de modalidade criminal preferencial em Medellín. De uma cidade que tinha como atividade delitiva principal o contrabando, Medellín passou a ser associada ao narcotráfico. O território sob o comando dos

grupos armados a serviço de Escobar (*sicários, combos, bandas* e narcotraficantes)<sup>79</sup> eram as regiões mais periféricas e as favelas da cidade, semelhante ao que se passa no Rio de Janeiro. Outro fato que se assemelha à cidade brasileira é a geografia física acidentada. Medellín é cercada por morros, como o Rio de Janeiro, mas não é banhada pelo mar, já que está a pelo menos 1.500 m de altitude do nível do mar. O narcotráfico foi inserido na cidade, tecendo redes dentro de sistemas políticos e econômicos e se caracterizando como organizado.

Com efeito, o narcotráfico foi uma mola propulsora da economia formal e legal em Medellín, refletindo nas dinâmicas do trabalho formal de maneira positiva no sentido de empregabilidade da população, o que angariou adesão popular para Escobar. Um desses exemplos foi a compra do time mais popular da cidade, o Nacional, que viria a ser o campeão da Copa Libertadores da América de 1989. Porém, o narcotráfico se caracteriza como uma “*economia negra*”, que parece exercer forte atração sobre os jovens de periferia e de favelas, sendo uma espécie de cidadania do consumo e de autonomia ao mundo das leis do Estado (DAS & POOLE, 2008, p. 35-36), ainda que o jovem figure nessa dinâmica de violência ora como agressor e ora como vítima (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009).

Pablo Escobar começa a perder apoio com a sua declaração de guerra ao Estado colombiano, sendo seu auge e o seu declínio do período entre 1988-1993. Nesse período, grupos paramilitares armados também entraram em guerra com o cartel de Medellín, aumentando a violência homicida na cidade. A ação mais espetacularizada e mais violenta de Escobar foi a explosão de um Boeing em Bogotá, matando 110 pessoas, em 1989. O alvo seria o então candidato à presidência Cesar Gaviria, que não estava no voo. Gaviria foi eleito presidente e promulgou uma nova Constituição em 1991, ano em que Medellín atingiu seu ápice no número de homicídios: 6. 349, equivalente a 381 por cem mil habitantes (JARAMILLO & GIL, 2014, p. 119). O governo de Gaviria começou uma abertura econômica de ordem neoliberal, o que demandava que as cidades colombianas fossem competitivas internacionalmente, mas tinha que criar dispositivos para proteção das instituições de Estado frente à escalada do crime no interior das mesmas:

O que houve na Colômbia foi, mais propriamente, uma crise de ordem política, estreitamente associada com o problema do narcotráfico: a penetração das máfias em todas as instâncias políticas, econômicas e civis, o estabelecimento de controles territoriais e aparelhos paraestatais nos bairros populares e o aprofundamento de uma situação crônica de violência. Tãmanha foi a gravidade, que em 1990 se convocou uma assembleia constituinte numa tentativa de salvaguardar as estruturas políticas e institucionais (BRAND, 2008, p. 20).

---

<sup>79</sup> A existência desses grupos é anterior à ascensão do cartel de Medellín, com identificação já na década de 1950 (ver JARAMILLO & PEREA, 2014, p. 131).

As políticas de segurança pública ganharam um incremento para a diminuição dos números de crimes na Colômbia, em especial o narcotráfico e o homicídio. As cidades de Bogotá e Medellín foram os laboratórios preferenciais para estes experimentos, uma vez que a lógica capitalista global entrou em choque com a realidade local do país. A segurança para atrair investimentos estrangeiros dependia também da segurança das ruas. Foram implementadas políticas integradas de segurança pública entre a prefeitura, o governo central e a polícia nacional da Colômbia. O período de governo municipal de Antanas Mockus<sup>80</sup> é considerado um marco neste sentido, por promover atos de cultura de paz por meio do desarmamento e controle de porte de armas, por exemplo, o que reduziu os números de homicídios na capital a partir da noção de convivência (PEREA & RINCÓN, 2014, p. 201).

A ideia de “*rouba, mas não mata*” entrou na dinâmica da capital, ainda que não haja um ator que exerça um poder violento. Outro ponto é a existência de enclaves violentos em Bogotá, nos quais o número de homicídios segue crítico, além da proliferação do crime organizado baseado no narcotráfico em escala territorial menor (JARAMILLO & PEREA, 2014, p. 33-32). Podemos considerar que a ideia de “*rouba, mas não mata*” é uma política de redução de danos dentro de um cenário no qual havia uma escalada da violência homicida, não sendo a medida ideal, mas viável no sentido de proteção ao direito à vida, ainda que haja a possibilidade do emprego da violência física e ilegal contra as vítimas de roubos e assaltos.

O cartel de Medellín perdeu força a partir da morte de Pablo Escobar, em 1993. Com isso, sua importância no tráfico internacional de cocaína foi se reduzindo ao âmbito doméstico da Colômbia. A morte de Escobar também possui aspectos simbólicos e significativos para interpretarmos a relação entre Estado e crime. A ação danosa de Escobar nas instituições estatais colombianas demandou uma reação no sentido de manutenção de suas estruturas como um sistema crível para a defesa da existência do próprio Estado. A violência como justificativa para a soberania do Estado de Direito (AGAMBEN, 2014, p. 37-38) pode ser mobilizado no caso de Pablo Escobar como um corpo matável, configurando a exceção do Estado como potência e ato. Nesse sentido, a polissemia da categoria sociológica segurança emerge no limiar da garantia e da supressão de direitos, transitando entre a barbárie e a civilização.

A criação das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) nos fins da década de 1990, formada por paramilitares que argumentavam combater os guerrilheiros das FARC e do ELN,

---

<sup>80</sup> Prefeito de Bogotá em dois períodos: 1995 a 1997 e 2001 a 2004.

foi um indicador de uma nova fase da violência no país: a fragmentação dos cartéis colombianos. As AUC surgiram da organização de agentes estatais moradores das regiões vulneráveis aos avanços e possíveis extorsões das guerrilhas, inicialmente, e propuseram a oferecer segurança e proteção contra os guerrilheiros e os narcotraficantes (GANEM MISSE, 2013, p. 224). No entanto, as AUC evidenciaram sua característica de ator criminal ao se aliarem ao cartel do Vale do Norte, contradizendo o entusiasmo inicial da população com seu discurso nacionalista e de Direita, uma vez que seu *modus operandi* de domínio territorial não diferenciava daquele exercido pelos cartéis de drogas ilícitas.

As AUC tiveram papel fundamental na *Operação Órion*, na comuna 13 de Medellín, articulada e executada pelas Força Aérea, Polícias e Exército colombianos e apoiados por paramilitares, em 2002. A operação foi ordenada pelo então presidente Alvaro Uribe sob a alegação de retomada do território dos grupos guerrilheiros, o que mobilizou um aparato estatal de mais de 3 mil agentes, sendo a maior operação militar em território urbano no país. O saldo foi de 14 mortos e a desmobilização dos grupos paramilitares de Medellín ou declarada sua ilegalidade no ano seguinte à operação.

A ocupação territorial das comunas de Medellín por parte das forças policiais apresentou um viés permanente, propondo políticas de urbanização e transporte por meio do policiamento comunitário, com a implementação do Plano de Convivência e Segurança Cidadã. Esse plano consistiu numa reforma urbana das comunas com equipamentos de lazer, de saúde, de acesso à justiça, de escolas e bibliotecas, de espaço e equipamentos públicos e de modais de transporte, como teleféricos, somados a operações policiais regulares para a pacificação da cidade (GANEM MISSE, 2013, p. 221).

As conexões entre o Rio de Janeiro e Medellín também são evidenciadas pelas políticas públicas voltadas para territórios marginalizados e criminalizados das duas cidades. O *favela-bairro*, projeto implementado na capital fluminense, foi a referência para políticas de urbanização na cidade colombiana, indicando um intercâmbio de ideias e de práticas entre os seus gestores, como nos apresenta o sociólogo e jurista brasileiro Daniel Ganem Misse, ao entrevistar um dos engenheiros responsáveis pelas obras dos projetos sociais em Medellín: “Curiosamente, também nos revelou que boa parte do que desenvolveram em Medellín se baseava no programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro, com foco principal em transformar favelas em bairros populares” (GANEM MISSE, 2013, p. 228). A ideia de equacionar a cidade real com a cidade ideal emerge como recorte de enfrentamento ao crime e como uma

etapa do processo civilizatório na América Latina, tomando a questão territorial como vértice ideológico dessa transformação urbana.

Além disso, o Observatório de Segurança Humana de Medellín sistematizou uma agenda comunitária de segurança na cidade para construir mecanismos de proteção frente à violência e à insegurança, em especial as populações mais vulneráveis através da participação da população no processo decisório (ANGARITA, 2016, p. 200-203). Essas iniciativas levaram ao reconhecimento internacional de Medellín com a redução de números de homicídios – entre 2011 - 2012 (25%) e 2012 – 2013 (27%) – (Idem, p. 199). Existe uma preocupação especial com o público jovem nesses territórios, com programas voltados para este grupo específico.

Apesar desses melhoramentos, Medellín ainda apresenta os obstáculos da violência e do narcotráfico. A quebra de acordos entre estado e grupos criminosos para a pacificação territorial revelam os limites dessas políticas de segurança pública, indicando que Medellín, como microcosmo do universo colombiano, transita entre os fatores positivos e negativos da violência compensatória, como traço da cultura política e social do país. É interessante observar que a experiência colombiana de políticas de segurança pública com participação de governos locais, no caso, os municípios; é considerada exitosa, sendo exportada para cidades de outros países, como Guayaquil e Quito, ambas no Equador<sup>81</sup>.

O país que viveu em guerra civil por mais de 50 anos e esteve inserido em um quadro de violência difusa por conta de atores sociais violentos de diversas ordens, paradoxalmente, acabou por se tornar uma referência em políticas urbanas de segurança pública na América Latina. Essas políticas apresentam duplicidade: por um lado, o foco territorial delas indica a permanência de uma segregação sócio-espacial que estigmatiza setores mais populares da sociedade colombiana; por outro, ela aponta para possíveis alternativas de integração urbana dentro de um quadro histórico de déficit democrático do Estado latino-americano, que promove e/ou suprime direitos de cidadania de maneira seletiva. Portanto, as políticas de segurança pública em Medellín representam a tese dentro da nossa antítese: uma proposta de *cidade segura* na América Latina.

---

<sup>81</sup> ACERO, H. Experiencias exitosas de seguridad en gobiernos locales. Guayaquil, Quito, Medellín, Bogotá y el Programa Departamentos y Municipios Seguros –DMS. Disponível em: <http://www.oas.org/dsp/alertamerica/documents/experiencias%20exitosas%20de%20Seguridad%20en%20Gobios%20Locales.pdf>. Acesso em 12/01/2018.



### 6.3. Rio de Janeiro – Síntese

Com os fracassos das campanhas olímpicas para sediar as edições de 2004 e de 2012, os gestores do projeto de globalização do Rio de Janeiro tiveram que traçar novas estratégias de competição urbana. O quadro de violência difusa também foi um dos obstáculos para este empreendimento, ora de ordem pública, ora de parceria público-privada. Nesse sentido, é interessante identificarmos como a questão territorial foi pensada com políticas diferentes e por atores sociais diferentes da cidade até às portas do século XXI, principalmente no que tange à habitação.

No caso dos bairros mais populares, a intervenção estatal para requalificação urbanística dessas áreas se deu a partir do recorte criminal, sendo a promoção da cidadania dessas populações algo secundário. No caso da expansão territorial de viés imobiliário, os empreendimentos tiveram como responsáveis as empreiteiras de construção civil, sendo o Estado avalista e permissionário dessa expansão. Em ambos os casos, podemos ver a tentativa de concentração de bens, mercadorias e pessoas circulando na capital fluminense e manter a sua referência como metrópole. Nesse sentido, os espaços vacacionados começam tomar outro significado para uma postulante à cidade-global.

#### 6.3.1. Anos 2000: O território como centralidade

A cobertura midiática seguiu construindo o discurso de violência urbana como produto de consumo de massas e o direcionamento da opinião pública para ações de governo na passagem do século. No Rio de Janeiro, o sequestro do ônibus da linha 174<sup>82</sup>, parecia um roteiro de cinema e atraiu a atenção das câmeras das TVs do mundo inteiro para o caso. O sequestrador, Sandro Barbosa do Nascimento, manteve um grupo de pessoas sob uma arma durante cinco horas no bairro do Jardim Botânico, zona sul da cidade, no dia 12/06/2000. Sandro foi um dos sobreviventes da chacina da Candelária, o que deu contornos mais dramáticos ao fato ocorrido. O desfecho foram as mortes de uma passageira, Geísa Gonçalves, numa ação equivocada do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da Polícia Militar do Rio de Janeiro, e de Sandro Nascimento, por asfixia. A princípio, houve uma tentativa de afirmar que o disparo que matou a passageira foi efetuado pelo sequestrador, mas imagens demonstraram que o tiro foi dado por um policial e que Sandro entrou vivo na viatura.

---

<sup>82</sup> Atualmente, a linha não existe mais, sendo substituída pela linha 158 (Central –Gávea).

O caso do ônibus 174 entrou na cultura popular como tema de documentários e filmes<sup>83</sup>, especialmente pela trajetória violenta de vida do sequestrador. Esse caso foi exemplar no sentido de construções narrativas sobre a violência urbana. A ideia de crime fora de controle no Rio de Janeiro foi amplificada, uma vez que o sequestro ocorreu numa das zonas mais nobres da cidade e ao lado da sede da emissora de maior abrangência nacional. A sensação de insegurança pelo fato e de negligência pela história de Sandro, ora mobilizando argumentos a favor dos direitos humanos, ora sendo base para discursos de populismo punitivo, foram se consolidando como construção dos tipos de crime que deveriam ser enfrentados pelo poder público em um quadro de mundialização das violências.

Outro evento que se passou no Rio de Janeiro e ganhou projeção midiática internacional foi o motim de detentos no complexo penitenciário de Bangu. Em setembro de 2002, chefiados por Luiz Fernando da Costa, conhecido por *Fernandinho Beira Mar*, traficantes do Comando Vermelho invadiram a ala na qual se encontravam membros da facção A.D.A, acarretando a morte de seis indivíduos, incluindo *Uê*. Isso ocasionou a reacomodação de grupos criminosos que atuavam na cidade pela retomada do protagonismo do C.V no tráfico de drogas na cidade. A rebelião causou pânico na capital fluminense, sendo que repartições públicas e comércios foram fechados em várias regiões da cidade, principalmente nas áreas de disputas/domínio das facções criminosas. Esse episódio reforçou a complexidade do fenômeno urbano do Rio de Janeiro pelas variáveis segurança e violência para a construção de um repertório de ações sociais e políticas.

Os programas ditos policiais passaram por reformulações e se consolidaram como atração permanente na TV brasileira nos anos 2000. O *Linha Direta* passou por modificações para dar ares mais sofisticados à narrativa policial para um público mais classe média. O sociólogo brasileiro Alex Niche Teixeira disserta sobre o programa para as construções de narrativas para determinar a vítima ideal e o criminoso ideal a partir das dramatizações dos casos criminais apresentados pelo programa (2003). O apresentador estando nos lugares onde o crime “ocorrerá” na dramatização, dá a ideia de agilidade na investigação por parte do programa. No final das edições, o programa mostrava algum foragido que fora preso após a exibição de uma edição anterior, afirmando que a ajuda do espectador foi muito importante para que a “*justiça fosse feita*”, ainda que o trânsito em julgado não tivesse acontecido. Dessa forma, o *Linha Direta* se apresentava como forma eficaz de enfrentar o crime no Brasil, superando a própria polícia na competência investigativa. Esse argumento reforça a ideia de

---

<sup>83</sup> Documentário: *Ônibus 174*, de José Padilha (2002). Filme: *Última parada 174* (2008), de Bruno Barreto.

instituições judiciais e policiais do Estado brasileiros são disfuncionais em relação à resolução de problemas considerados emergenciais pela sociedade.

Para as camadas mais populares da sociedade, os programas policiais ganharam o horário da tarde, com edições na hora do almoço ou no final da tarde. As emissoras com sede em São Paulo se destacaram nesse filão ao fazer franquias dos programas originariamente paulistas em suas redes afiliadas pelo Brasil. O apresentador José Luiz Datena, da TV Bandeirantes, personifica essa mudança. Um homem de terno, transmitido a ideia de sucesso através do trabalho, se apresenta como advogado autoproclamado da indignação popular. Se os palavrões e o porrete de Luiz Carlos Alborghetti não estão presentes, Datena tem uma atuação performática agressiva com bordões midiáticos em suas chamadas ao vivo e rotulações negativas contra suspeitos de crimes são repetidas à exaustão pelo apresentador, sendo “*vagabundo*” um dos vocativos mais empregados pelo apresentador.

No Rio de Janeiro, o apresentador Wagner Montes foi o representante mais destacado deste estilo. Montes teve sua explosão midiática com a sua ida para a Rede Record de Televisão<sup>84</sup>, popularmente conhecida apenas por Record, em 2003, apresentando o *Cidade Alerta Rio*, franquia do original paulista. Posteriormente, ele apresentou o *Balanço Geral Rio*, na mesma emissora. Os bordões de Wagner Montes como “*larga o aço*”, “*escraaacha*” e “*bandido deve estar no colo do capiroto*” (essa última com uma dança própria) enalteciam os atos violentos por parte das polícias no Rio de Janeiro contra suspeitos e/ou a exposição públicas de presos em ações policiais, em especial o narcotráfico.

O discurso de Wagner Montes apresentavam ambivalências que evidenciavam as contradições sociais como vetores da violência urbana, principalmente em incursões nas favelas. Se por um lado, ele incentivava ao vivo as ações policiais, por outro, ponderava sobre os trabalhadores que moravam nesses territórios. Essa ponderação indica a mensuração material da vida, cristalizando a distinção entre a vida que vale a pena ser vivida e os corpos matáveis, da teoria de Agamben sobre o Estado de Exceção. Com efeito, a popularidade de Wagner Montes alcançou níveis altos no Rio de Janeiro, ocasionando a sua eleição ao cargo de deputado estadual, sendo o mais votado nas eleições de 2010. Seu espaço na TV também recebeu vários anunciantes comerciais, indicando a pluralidade de seu público e a violência como produto rentável.

---

<sup>84</sup> Antes disso, Wagner Montes foi repórter policial nas décadas de 1970 e 1980 e apresentou o *190 Urgente*, no final da década de 1990.

Os programas policiais de massa tiveram papel importante para manufacturar a opinião pública. De fato, o poder da comunicação de massas é bem abrangente na sociedade contemporânea, porém, por si só, não explica o fenômeno da territorialização como forma de qualificação ou desqualificação na reconfiguração do espaço urbano. No caso do Rio de Janeiro, as favelas tem sido alvo de incursões policiais, de prestação precária de serviços públicos e de estigmas sociais que historicamente são remetidos a elas, são retroalimentados por estes programas, reforçando a ideia de lugares de violência. Dessa forma, demandas de camadas mais populares da sociedade confluem com interesses de classes dominantes política e economicamente da cidade, potencializados pelos discursos veiculados pela grande mídia. As políticas de ocupação territorial das favelas emergem como forma de pacificação da cidade e a possibilidade de (re)inserção efetiva da cidade real no projeto de cidade ideal na era da globalização a partir de uma demanda capaz de construir uma coesão de classes: segurança.

O Grupamento de Policiamentos em Áreas Especiais (GPAE) foi implementado como política de segurança pública territorial, em setembro de 2000, pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. O GPAE foi oriundo do projeto “mutirão da paz”, realizado em 1999, na favela Pereirão, no bairro das Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro e teve duração de 10 meses (GANEM MISSE, 2013, p. 86). A primeira localização do GPAE foi no complexo do Pavão-Pavãozinho, situado entre os bairros de Copacabana e Ipanema, zona sul da capital fluminense. O critério de seleção para participar do GPAE foi o voluntariado de agentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a partir das seguintes diretrizes:

O GPAE seria implementado com base em 7 princípios básicos: legalidade e direitos humanos, integração, inteligência, estratégia diferenciada, prevenção proativa, repressão qualificada e uso seletivo da força (...) Esses pressupostos implicam em [sic] uma abordagem essencialmente preventiva, uma nova estratégia para o serviço policial no interior das comunidades, baseada nos princípios do policiamento comunitário orientado para a administração de conflitos (GANEM MISSE, 2013, p. 87)

Os GPAEs foram ampliados para outras comunidades: Cavalão, no município de Niterói, zona metropolitana da capital fluminense; Formiga/Borel/ Chácara do Céu/ Casa Branca, no bairro da Tijuca; e na Vila Cruzeiro, todas localizadas na zona norte do Rio de Janeiro. No entanto, a implantação dos GPAEs foi caracterizada pelas demandas emergenciais em relação a conflitos armados e/ou pressão midiática:

O conflito entre facções rivais durante o primeiro semestre de 2002, resultou na implantação do GPAE Formiga/Borel/Chácara do Céu/Casa Branca. Em junho do mesmo ano, o episódio da morte do repórter Tim Lopes, antecipou a instalação de um GPAE na comunidade de Vila Cruzeiro (GANEM MISSE, 2013, p. 88).

A presença de policiais também apareceu como potencial catalisadora de distúrbios sociais pelo desvio de conduta por parte dos agentes. Apesar dos meses de treinamento anteriores a implementação, as tensões entre população e policiais eram constantes, com denúncias recorrentes de abuso de autoridade contra os agentes. A entrada violenta nas favelas também é um ponto a observar nos GPAEs, uma vez que era o BOPE responsável pela primeira ação de “pacificar” os territórios. Ademais, a infraestrutura de projetos sociais para a população jovem não foi concretizada, havendo sobrecarga de funções do policiamento comunitário dos GPAEs. A ideia de fim dos tiroteios era um termômetro para avaliar a “pacificação” pela possibilidade de continuação biográfica nesses territórios. Porém, o GPAE começou a cair em descrédito com as recorrentes denúncias veiculadas pela grande mídia de que o narcotráfico continuaria agindo nos territórios, ainda que sem emprego de métodos violentos e sem exercer o controle territorial efetivo (MISSE & GRILLO, 2014, p. 113), semelhante aos acordos da capital colombiana: Bogotá.

É válido lembrarmos que a ação da grande mídia no Rio de Janeiro é histórica e constitui interesses ideológicos que a torna um ator social e político atuante. A cidade-global como *cidade segura* implica não só um investimento maior na área de conhecimento e tecnologia, convergindo aos interesses de grupos de comunicações, mas também de investimentos financeiros, outro ponto importante para as grandes redes de mídia se manter. A ideia de “pacificação” das favelas por meio do GPAE e a construção de um “consenso tácito de não agressão” entre Estado e narcotraficantes não se caracteriza como efetiva retomada do território, apresentando uma lógica militar de estado de guerra para a situação da cidade, potencializada na década de 1990 pela mídia na sociedade carioca. Esse “consenso” indica uma possibilidade de quebra de acordo que pode gerar instabilidade e insegurança. A estratégia discursiva adotada pela grande mídia apontava para a ideia de soberania territorial por parte do Estado. O objetivo era o manufaturamento da opinião pública em favor da ideia conjugada de pacificação e domínio territorial pleno contra os narcotraficantes, estes últimos os inimigos de uma guerra urbana que deveriam ser combatidos no Rio de Janeiro.

A ideia de domínio territorial pleno daria mais margem de autonomia de ação para os investimentos que as classes dominantes do Rio de Janeiro entendiam como necessária no seu projeto de cidade-global. De fato, o ideal é reduzir o número de crimes a níveis civilizacionais aceitáveis e ter foco na redução de crimes que envolvam lesões corporais graves e/ou mortes para zero. Isso é um consenso social e teórico. Porém, quais serão os métodos aplicados para o projeto urbano e quem os formulará e efetuará são os vértices de disputa e de conflitos

sociais que flexionam os conceitos de *sociedade urbana* e de *direito à cidade* no Rio de Janeiro como unidade de análise. O pouco ou inexistente debate com a sociedade carioca, principalmente as populações periféricas e marginalizadas, sobre a cidade ideal para a globalização e a cidade real para a população local influencia nos processos decisórios da administração pública. Assim, modelos alternativos ou informais de segurança são aceitos ou legitimados pelo poder estatal, pelas classes dominantes e as grandes mídias cariocas, reproduzindo ações de clientelismo político.

O fenômeno social das milícias ganha espaço no debate da segurança pública no Rio de Janeiro como um novo ator social e político. A edição de 20 de março de 2005 do jornal *O Globo*, sediado na capital fluminense e de circulação nacional, tinha em seu conteúdo uma matéria com o seguinte título e subtítulo: “*Milícias de PMs expulsam tráfico: grupos de policiais assumem o controle de 42 favelas, mas há denúncias de abusos*”<sup>85</sup>. Apesar da ponderação no subtítulo, o tom otimista da matéria pode ser identificado no seu conteúdo pela suposta expulsão de narcotraficantes das referidas favelas localizadas nos bairros de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, zona oeste da cidade. O trecho a seguir dá dimensão dos valores positivos das milícias a época:

Os grupos contam principalmente com a ajuda dos moradores dessas áreas carentes para denunciar os traficantes. Em contrapartida, além da segurança, esses policiais aplicam um modelo de assistencialismo semelhante ao que os bandidos adotavam no passado, financiados pelo comércio e as indústrias locais, ocupando o vácuo deixado pelo poder público na área social. São distribuídas cestas básicas para as famílias mais pobres e material para reforma de casas atingidas por disparos em tiroteios provocados pelo tráfico (...) Apesar do volume de denúncias contra os policiais, no interior das favelas o clima é de tranquilidade. Crianças brincam o dia inteiro, inclusive à noite. Famílias ficam conversando nas ruas e bicos bem iluminados até bem tarde da noite.<sup>86</sup>

Inicialmente, as milícias ganharam conotações positivas na mídia carioca. A popularidade desses grupos influenciou inclusive a teledramaturgia. A rede Globo de televisão exibiu entre outubro de 2007 e maio de 2008 a novela *Duas Caras*, que tinha como um dos seus núcleos a favela fictícia da Portelinha. A liderança desse núcleo era exercida pelo personagem Juvenal Antena, que chefiava um grupo armado e ordenava o território próximo a um terreno especulado imobiliariamente, perto da Barra da Tijuca. Na trama, a favela era considerada modelo pela ordem local e pela ausência de narcotráfico, desde seu início, que teve origem na ocupação de um terreno no início da década de 1980. O fenômeno das milícias

---

<sup>85</sup> Fonte: sítio do Jornal *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/milicias-de-pms-expulsam-trafico-4560083>. Acesso em 13/01/2018.

<sup>86</sup> Idem.

foi sendo romantizado e idealizado no cotidiano carioca, ainda que a telenovela em questão abordasse a gestão de ilegalismos de maneira nítida<sup>87</sup>.

As autoridades e as camadas médias da sociedade carioca também atribuíram valores positivos às milícias. Em seu terceiro mandato como prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia chegou a comparar os paramilitares como as “autodefesas comunitárias” da Colômbia, sendo um mal menor em relação ao narcotráfico para a realização dos jogos Pan-americanos de 2007, uma vez que as milícias se espalhavam pelo corredor deste evento esportivo na cidade<sup>88</sup>. Em 2006, o então deputado federal e candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro pelo PSDB, Eduardo Paes, utilizou as milícias como exemplo de “*recuperação de soberania territorial por parte do Estado*” e de “*proporção de tranquilidade para a população*”<sup>89</sup>. Este último ponto foi mais sensível aos auspícios da população.

Os constantes tiroteios eram um transmissor sonoro de risco de vida em áreas conflagradas ou não do Rio de Janeiro. A ausência dos tiroteios indicava uma segurança relativa de continuidade biográfica dos indivíduos, sendo um fator argumentado positivamente pela presença das milícias em determinados territórios. Outro ponto foi a suposta ideia de segurança particular popular e comunitária, construída a partir das ações “alternativas” desses agentes públicos, uma espécie de proteção desinteressada e altruísta das populações sem a obtenção de lucros, tornando o direito à segurança acessível aos mais pobres em uma cidade marcada pela violência urbana.

A novidade das milícias foi sendo desmontada a partir da visibilidade que estes grupos foram ganhando na sociedade carioca e projetada nacional e internacionalmente. As milícias ressignificaram antigas práticas de grupos de extermínios do Rio de Janeiro ao convertê-las em domínio territorial, controlando o comércio e explorando os serviços informais de gás, de TV a cabo e de transporte alternativo. Esse poder era exercido mediante ao emprego da violência e de ameaças físicas que podia chegar ao homicídio. As populações locais eram obrigadas a pagar “contribuições” para os paramilitares em troca de “proteção”. O perfil dos membros das milícias é de agentes públicos (policiais civis e militares, bombeiros e alguns militares; sendo eles ou da ativa ou aposentados ou afastados), mas também alguns moradores

---

<sup>87</sup> A novela não foi a primeira na TV brasileira a abordar um tema de violência urbana como mote central. A extinta TV Manchete exibiu a novela *Guerra Sem Fim* entre novembro de 1993 e abril de 1994, uma história que apresentava o desenvolvimento do narcotráfico no Rio de Janeiro a partir do romance entre dois personagens: o traficante Cacau e a médica Flávia.

<sup>88</sup> Fonte: Jornal *O Globo*: Milícias avançam pelo corredor do Pan 2007. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/milicias-avancam-pelo-corredor-do-pan-2007-4541223>. Acesso em 14/01/2018.

<sup>89</sup> Entrevista RJTV. Fonte: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DXY7DRa2PXA>. Acesso em 15/01/2018.

recrutados na comunidade dominada e até ex-narcotraficantes (MISSE & GRILLO, 2014, p. 104). Além disso, a afirmação do poder de expulsar o narcotráfico é falaciosa, uma vez que das 171 comunidades dominadas pelas milícias, 119 nunca registraram a presença do narcotráfico como grupo territorial dominante (Idem, p. 103).

A referência de organização das milícias foi a localidade conhecida como Rio das Pedras, na zona oeste da cidade, que teve seu início na década de 1980<sup>90</sup>. A localidade serviu de inspiração para a novela *Dois Caras*. A partir dessa dinâmica ilegal e criminosa, as milícias se mantiveram financeiramente com lucros abundantes de suas práticas, se caracterizando como donos do lugar e exercendo o controle territorial através da gestão dos ilegalismos às margens do Estado de direito.

As milícias apresentaram semelhanças e diferenças com o narcotráfico. O clientelismo e o assistencialismo também foram empregados pelos milicianos, assim como os narcotraficantes, em troca de apoio político. Porém, as milícias possuíam um discurso moral bem demarcado, o que pode ser creditado ao fato de muitos deles serem membros de corporações de segurança pública. Assim, a busca pela legitimação é um dos traços das milícias que podemos identificar no movimento de inserção de alguns milicianos na política institucional carioca e fluminense, em especial no legislativo municipal e estadual, ensaiando projeções nacionais. O projeto político dos milicianos se difere da inserção de narcotraficantes no Rio de Janeiro:

A diferencia del tráfico, cuyos tentáculos en el poder público son limitados y puntuales, las milicias poseen agentes del Estado en sus mandos y tuvieron éxito al elegir algunos de sus miembros para ejercer mandatos en el poder legislativo. Se observó que tenían un proyecto político vinculado a la expansión de estos grupos, lo que les proporcionaría una complejidad mayor de su organización con relación a las facciones del tráfico de drogas (MISSE & GRILLO, 2014, p. 103-104).

Nesse sentido, o sociólogo espanhol Inácio Cano definiu o conceito de milícia a partir de cinco características fundamentais:

- a) dominio territorial y poblacional ejercido por grupos armados irregulares;
- b) coacción contra residentes y/o comerciantes locales;
- c) motivación de ganancia individual de los integrantes del grupo;
- d) discurso de legitimación en oposición al narcotráfico y al desorden social;
- e) participación abierta de agentes armados del Estado en posiciones de comando de los grupos (MISSE & GRILLO, 2014, p. 105).

A expansão política das milícias apontou para currais eleitorais no Rio de Janeiro. O voto de cabresto dos milicianos nas regiões dominadas por esses grupos criminosos indicou o processo das margens moldando o centro do Estado, fragilizando a sua face democrática

---

<sup>90</sup> Os grupos armados da comunidade Rio das Pedras eram conhecidos por “policia mineira”.



formal. O ápice do ilegalismo praticado pelas milícias foi a denúncia de que moradores das localidades dominadas por elas teriam que levar celulares para fotografar o próprio voto, nas eleições municipais de 2008. Isso acarretou a proibição de celulares em algumas seções do referido pleito. Dessa forma, as milícias começaram a se caracterizar como danosas à estrutura formal do Estado democrático de direito, indicando os limites do voto universal em um contexto de assimetria de poder pautadas no uso e abuso da violência física que influenciam diretamente na formação discursiva da vontade e da opinião e na própria ação dos atores sociais.

Os veículos de comunicação de massas também atribuíram valores negativos às milícias após as reiteradas denúncias de violências, expulsões, desaparecimentos e/ou homicídios de moradores das áreas dominadas por esses grupos. A progressiva mudança de termos utilizada pelas mídias cariocas para se referirem às milícias como “*polícia paralela*”, por exemplo, indica a contenção do seu entusiasmo inicial pela suposta eficácia desses grupos contra os avanços do crime, em especial do narcotráfico, em comparação aos meios formais de justiça e ação legais das polícias.

Porém, até o sequestro e tortura de uma equipe de jornalistas do periódico *O Dia*, ordenados por milicianos da favela do Batan, na zona oeste do Rio de Janeiro, não havia caracterização direta das milícias como grupo criminoso na imprensa carioca. O crime ocorrido em 2008 foi o catalisador de uma mudança na opinião pública e teve consequências na política institucional, ocasionando a CPI das milícias da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). A CPI teve como resultado o indiciamento criminal de 226 pessoas, entre as quais estavam figuras políticas do legislativo e do executivo fluminense. Após a CPI, houve mudanças na atuação das milícias:

Ya no aparecía en el discurso de los entrevistados la legitimación de estos grupos como una alternativa al tráfico y tampoco los policías y demás agentes estatales se declaraban abiertamente como integrantes de las milicias. Los cobros pasaron a ser efectuados por personas no identificadas como milicianos, sino como sus asistentes, preservando la imagen de los primeros. En lugar de lanzar la candidatura política de sus propios miembros, pasaron a apoyar candidatos sólo indirectamente vinculados a estos grupos. Y así continuaron existiendo y propagándose, pero esto “bajo cuerda” (MISSE & GRILLO, 2014, p. 106).

As milícias também tiveram perdas financeiras com a regularização dos serviços que eram explorados ilegalmente pelos paramilitares. Esse ponto indica a permanência histórica da não universalização do acesso aos bens de serviços públicos e/ou de consumo na cidade do Rio de Janeiro. O exercício da cidadania de consumo é um dos indicativos materiais para a avaliação de qualificação ou não do território pela divisão social do trabalho. As milícias

apresentaram a permanência de grupos economicamente ricos nas periferias, como uma elite local tolerada e permissionária dentro de determinados limites geográficos e simbólicos da capital. Em outras palavras, grupos paramilitares cariocas, como as AUC colombianas, são dispositivos de segurança pela gestão de ilegalismos, uma vez que “*A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina*” (FOUCAULT, 2008, p. 14), remontando a segregação espacial e social reforçada pelo urbanismo como ideologia de classe dominante contra determinados tipos sociais.

As milícias se apresentaram como agentes das margens do Estado para a manutenção da ordem desejada pelas classes dominantes, inicialmente. Porém, a progressão nociva das milícias às instituições estatais fez com que forças sociais e políticas atuassem para a razão de ser do Estado: a sua própria continuidade. Esse quadro aponta para outro paralelo possível com Medellín: os quadros políticos criminais. A introdução desse grupo na esfera pública não apresentou a volta da soberania do Estado em determinados territórios do Rio de Janeiro, mas a deterioração da estrutura formal das instituições, causando instabilidade e insegurança.

A administração de populações periféricas e o controle social das mesmas, exercido de maneira histórica por mecanismos de ilegalismos, ameaçou a racionalidade de Estado. Esse fato estimulou a reivindicação de um Estado democrático de direito por parte de classes dominantes do Rio de Janeiro pela quebra das fronteiras simbólicas construídas historicamente. As ambivalências interpretativas sobre a democracia ao longo da história da América Latina são evidenciadas nesse recorte também, uma vez que os privilégios históricos de classes sociais dominantes são universalizados como direitos, mobilizando o discurso de civilidade e unidade como forma da democracia para todos.

O caráter humanista para um projeto de sociedade urbana por parte das elites econômicas, sociais e políticas do Rio de Janeiro é evidenciado, ainda que transite de maneira secundária em relação à perspectiva economicista. O quadro de instabilidade e violência provocado por grupos criminosos era completamente contrário ao projeto de cidade-global pretendido pelos gestores da capital fluminense. Se as tentativas organizadas em políticas territoriais de segurança pública através do GPAE não obtiveram o sucesso esperado, a legitimação e até certo apoio da sociedade e de autoridades cariocas a grupos paramilitares criminosos e ilegais demonstravam a completa falta de planejamento contra a violência urbana a médio e longo prazo naquele momento. Para atender aos investimentos de mercados financeiros internacionais e nacionais, os gestores do projeto global da cidade demandavam

um planejamento urbano. Dessa forma, o bairro da Barra da Tijuca é um exemplo de viabilidade de um território planejado na cidade.

### 6.3.2. Barra da Tijuca

A década de 1990 também consolidou a Barra da Tijuca como última fronteira da especulação imobiliária. A proximidade do mar e de áreas verdes juntamente com a escassez de espaços urbanos livres para construções fizeram com que o valor de uso e o valor de troca do bairro da zona oeste do Rio de Janeiro aumentassem por meio da especulação imobiliária. Outro fator foi a venda do conceito de exclusividade e segurança, visando as classes médias altas e classes altas, uma vez que a zona sul era cercada por morros e favelas. É válido observar que a expansão urbana do Rio de Janeiro tem início a partir da década de 1970, paralela às políticas de habitação para as populações de classes mais baixas economicamente nos subúrbios cariocas, implementadas no bojo do segundo ciclo de remoções na cidade.

A transformação da Barra da Tijuca numa commodity imobiliária a partir do Plano Lucio Costa ou “*Rio de Janeiro do Futuro*” pelo decreto 234/76, sendo desenvolvida resumidamente assim:

Ao final da década de 1970, a Barra está preparada para ser constituída como nova frente de expansão, comandada por uma coalização de interesses formada pelos quatro grandes proprietários de terra, algumas poucas grandes incorporadoras imobiliárias, grandes empresas de obras públicas e o poder público, configurando um caso típico de urbanização organizada pela lógica da geração e extração de um tipo de renda da terra semelhante à *class- monopoly rent* conceituada por Harvey (1974). Tal fato desencadeou uma força de arrasto na dinâmica de organização social do território metropolitano expresso no fato de a Barra da Tijuca passar a concentrar em 1989 mais da metade dos lançamentos imobiliários na cidade – medidos em metros quadrados – quando em 1980 eram apenas de 7,9% (RIBEIRO, 2016, p. 133).

A Barra da Tijuca se caracteriza pela ideia de autoss segregação e pela confusão entre papéis sociais. A marca dessa novidade foi o plebiscito de emancipação da Barra da Tijuca do município do Rio de Janeiro, realizado em 1988, que teve como uma das lideranças o empresário Roberto Medina. Uma das alegações dos emancipacionistas era a arrecadação elevada do bairro, defendida como indicador econômico para estruturar uma prefeitura própria. O plebiscito teve pouca adesão e os votos não foram suficientes para a emancipação<sup>91</sup>. Nesse sentido, podemos mobilizar o exemplo da Barra da Tijuca como contrária à premissa de Lefebvre sobre o valor de uso subordinado ao valor de troca da cidade na sociedade urbana, na qual ele defende que a realidade urbana deve ser destinada aos

---

<sup>91</sup> Fonte: Jornal *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/desde-1988-movimentos-de-independencia-politica-financeira-esquentam-rotina-da-barra-da-tijuca-16949253>. Acesso em 20/01/2018.

“usuários” e não aos especuladores e aos promotores do capitalismo, nem aos planos técnicos (LEFEBVRE, 2016, p. 127). Porém, essa premissa de Lefebvre também é fragilizada por essa confusão de papéis porque a fronteira entre usuários e os outros agentes da cidade se torna cinzenta pelo fato de os moradores da Barra da Tijuca aturam socialmente nessas frentes.

Podemos salientar que o bairro se tornou símbolo de uma nova burguesia carioca que ficou conhecida como “*emergentes*”. A ascensão social dos “*emergentes*” se deu pelo trabalho em vários ramos: serviços, entretenimento, tecnologia, profissionais liberais, entre outros. O desenvolvimento histórico dessa nova elite econômica indica a possibilidade de sucesso individual no capitalismo, a liberdade por meio do mercado e pelo poder de compra. Os “*emergentes*” se distinguem das classes altas da zona sul por uma questão de origem. Se na zona sul, há uma linhagem tradicional familiar, proeminentes na sociedade carioca do século XX: cientistas, Ministros de Estado, Magistrados, Militares de alta patente, entre outros; na Barra da Tijuca há espaço para pessoas vindas do subúrbio ou de cidades da Baixada Fluminense adquirirem imóveis em lugares considerados qualificados do ponto de vista urbanístico.

A personificação simbólica dos “*emergentes*” da Barra da Tijuca foi a empresária do ramo de padarias Vera Loyola, conhecida pelas extravagâncias, como aniversários grandiosos para seus cachorros, por exemplo. Vera Loyola é um caso ilustrativo de como o estilo de vida medido pela riqueza e pelo consumo age como fator de desmobilização da classe trabalhadora, pelo fato de os mais pobres legitimarem a liberdade e ostentação de símbolos supérfluos pelo consumo dos ricos de forma naturalizada por fugir do seu cotidiano ordinário, o que pode acionar padrões miméticos de consumo por parte de classes sociais de poder aquisitivo menor (CAROSIO, 2011, p. 2-3; LEFEBVRE, 2016, p. 118). Nesse sentido, Carosio descreve as dimensões hedonistas do consumo, que pode ser identificado nas ações dos emergentes, sendo algo auto-ilusório na sociedade contemporânea:

En el consumo se realiza la búsqueda hedonista del placer individual, que apunta hacia el despliegue de la fuerza vital de la expresión orgiástica. (...) El desarrollo del consumo se bosqueja como la marcha hacia una mayor individualización centrada en el goce y despliegue sensible de lo humano (...) El consumidor crea (y abandona) “deseos”, y este proceso nunca tiene fin (...) se tiene así una ‘libertad precaria’, constantemente amenazada (CAROSIO, 2011. p. 6-7).

Há uma distinção social entre as elites econômicas que vivem na Barra da Tijuca e as que vivem na zona sul do Rio de Janeiro. Os bairros da zona sul carioca apresentam um desenho urbanístico que congrega comércio de rua (lojas, bares e restaurantes), espaços públicos, mobilidade urbana, centros culturais e de ciência e tecnologia, etc. Essa

configuração urbana estimula a caminhada de pessoas pelas ruas e possibilita o encontro, ainda que exista um marketing planejado para o consumo direcionado. A circulação de estranhos é uma das tônicas do lugar, como na maior parte da capital fluminense, que pode acionar mecanismos de defesas de moradores locais a partir de premissas preconceituosas sobre tipos ideais marginalizados, no sentido de produzir sensação de segurança, indicando a possibilidade de conflitos sociais e de distúrbios públicos.

Na Barra da Tijuca, o projeto urbanístico privilegia as autopistas, os grandes condomínios e os shopping centers. Os espaços públicos são reduzidos à praia e alguns poucos lugares abertos, como a ilha da Gigóia e o Jardim Oceânico, por exemplo. Essa estrutura física dificulta a sociedade urbana por ser uma espécie de higienização do espaço e de segregação, refletindo no exercício do *direito à cidade*. O projeto da Barra da Tijuca parece ter o objetivo de eliminar as contradições que são características do fenômeno urbano. Novamente, a proposta de segurança é um dos maiores atrativos da Barra da Tijuca, o que implica controle territorial e previsibilidade dentro de um contexto marcado pela violência. Ou seja, a segurança passa de um direito para uma mercadoria consumível de maneira mais nítida no caso desse projeto urbanístico.

Porém, uma tragédia foi paradigmática no sentido de segurança do planejamento urbano do bairro. A partir do desabamento do edifício *Palace II*, em 1998, podemos identificar a polissemia de segurança como categoria sociológica, como baseada na crença sobre a técnica de profissionais. O tipo de solo e de material de construção utilizados no *Palace II* eram inadequados para o empreendimento, além de irregularidades na documentação do prédio. O resultado do desabamento foi oito mortos. Esse episódio chamou a atenção para o processo acelerado de construções de grandes prédios na Barra da Tijuca e sua segurança. Com efeito, salientamos que a ilegalidade nas construções urbanas desse bairro “é um fenômeno reconhecido tanto por estudos técnicos vindos de organismos do Estado como em acadêmicos trabalhos” (MARZULO, 2005, p. 131).

Podemos identificar que o território da zona sul do Rio de Janeiro foi construído como representação da cidade para o mundo. As diferentes temporalidades que resultam a sociedade carioca contemporânea nos faz concluir que a elite da zona sul carioca se caracteriza como classe cultural dominante por uma construção histórica de identidade local que foi transmitida globalmente, legitimando socialmente suas ações, valores e práticas, de forma estrutural. A própria categorização “*emergente*” ou “*new rich*” já denota o estigma social da elite econômica da Barra da Tijuca em relação aos moradores da zona sul. Porém, essa diferença

não implica em marginalização ou criminalização dos moradores da Barra da Tijuca no sentido formal, apesar das extravagâncias de alguns de seus moradores. Nesse sentido, as divergências entre essas elites estão no campo discursivo.

O fato de manterem um estilo de vida diferenciado da elite da zona sul, indica o grau de autonomia e equilíbrio social entre ambas, ainda mais pelo fato da Barra da Tijuca ser marcada pela autossegregação. Além disso, os condomínios de mansões do bairro remetem materialmente aos subúrbios estadunidenses, exercendo uma espécie de feitiço da mercadoria de que este é o possível-impossível para as classes sociais de menor poder aquisitivo da cidade. Os empreendimentos imobiliários para a classe média assalariada da zona norte ou dos antigos distritos industriais da zona oeste são caracterizados por condomínios miméticos e em menor escala aos encontrados na Barra da Tijuca, símbolos de uma ascensão social relacional.

Apesar de projetos históricos e culturais distintos, ambos os grupos dominantes da cidade do Rio de Janeiro são forças sociais que influenciam na política institucional. As elites que moram na Barra da Tijuca se beneficiaram de infraestruturas que qualifiquem e vocacionem os seus territórios, apresentando objetivos comuns com as classes dominantes da zona sul. Nesse sentido, as obras de mobilidade foram centradas no bairro na década de 1990. A obra mais destacada foi a autopista Avenida Governador Carlos Lacerda, conhecida popularmente como *Linha Amarela*. Inaugurada em 1997,<sup>92</sup> pelo então prefeito Luiz Paulo Conde, sucessor institucional e político de Cesar Maia; a *Linha Amarela* é uma das principais vias de trânsito da capital fluminense, ligando a Barra da Tijuca ao aeroporto internacional do Galeão – conexão com a *Linha Vermelha*; passando por bairros da zona norte da cidade. A obra beneficiou/beneficia sobremaneira os moradores da Barra da Tijuca, baseado no conceito de utilização do automóvel como meio de transporte, apesar de ônibus coletivos também passarem pela via, dinamizando a circulação de mercadorias e de pessoas.

A Linha Amarela apresenta contradições no sentido de *direito à cidade*. Dois pontos a serem abordados são exemplares. O primeiro é o pedágio urbano, cobrado pela empresa que administra a via: LAMSA. O pedágio fica antes do acesso à Barra da Tijuca, no bairro de Água Santa, subúrbio do Rio de Janeiro, podendo caber a interpretação que o bairro é uma

---

<sup>92</sup> A linha Amarela foi um projeto do então Governador Carlos Lacerda, na década de 1960. Originalmente, seria uma linha de metrô que ligaria a Barra da Tijuca ao bairro do Méier, zona norte da cidade. A obra foi iniciada por Cesar Maia, em 1994, e Luiz Paulo Conde era seu secretário municipal de obras. Curiosamente, Luiz Paulo Conde fez parte da equipe de arquitetos do projeto original da Linha Amarela, além de ter assinado o projeto do Campus Maracanã da Universidade Estadual da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

espécie de território fechado e o fácil acesso é uma mercadoria, uma vez que a *Linha Amarela* é a única via intramunicipal que possui este tipo de cobrança. A outra foi a resistência de proprietários e inquilinos das localidades em que a via futuramente passaria, em especial os moradores da zona norte. A maioria das pessoas foi removida e as construções foram demolidas sob a alegação de “*interesse da administração pública e da coletividade*”, cabendo indenização. Outros permaneceram de pé por conta de mobilizações populares, como a Escola Estadual Olinto da Gama Botelho, no bairro de Pilares, zona norte do Rio de Janeiro, que passou por adaptações para manter suas atividades. Atualmente, a via já apresenta sinais de exaustão, como engarrafamentos e vulnerabilidade à violência urbana.

A abordagem mais prolongada sobre a Barra da Tijuca se deve ao fato de que será um ponto estratégico no intuito de tornar o Rio de Janeiro uma cidade-global por meio dos megaeventos. Além de ser a última fronteira de expansão imobiliária da cidade, a localidade também se expandiu e se deparou com territórios “desqualificados”. A proximidade com a Cidade de Deus e com a Vila Autódromo será importante mais adiante na nossa tese para formulação do conceito de *cidade segura* a partir das noções de *sociedade urbana* e de *direito à cidade*. Os territórios citados evidenciam o urbanismo da Barra da Tijuca como ilusão ideológica de classe, uma vez que a proposta inicial dos projetistas do bairro era uma espécie de *cordão sanitário* contra comportamentos e tipos sociais indesejáveis pela privatização do espaço urbano e dos serviços de segurança em áreas de exclusividade.

No entanto, a Barra da Tijuca foi palco de violências cometidas por seus moradores dentro de seus territórios. O caso da empregada doméstica Sirlei Dias, em 2007, é ilustrativo para evidenciar o caráter inter e extraclasse do crime violento. Sirlei foi espancada e teve seus pertences subtraídos por cinco rapazes de classe média e moradores do bairro na Avenida Lucio Costa, perto do condomínio onde ela trabalhava. A alegação dos agressores foi que pensaram se tratar de uma prostituta, como forma de justificativa para o seu ato. Um dos pais dos agressores se referiu ao grupo como “*crianças, rapazes que estudam e trabalham*” para não serem postos nas celas com traficantes, tendo em vista que não são criminosos<sup>93</sup>. Quando nos atemos ao discurso mobilizado pelo pai, ainda que reconheçamos o envolvimento emocional deste indivíduo, percebemos a construção de um tipo ideal de criminoso pelos conceitos de *acumulação social da violência* e de *sujeição criminal*, do sociólogo brasileiro Michel Misse, os quais indicam que “*o crime é definido primeiramente no plano das*

---

<sup>93</sup> Fonte: *Revista Época*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG77848-6014,00-A+BRUTALIDADE+E+BR+O+DESEJO+DE+JUSTICA.html>. Acesso em 21/01/2018.

*moralidades que se tornaram hegemônicas e cuja vitória será inscrita posteriormente nos códigos jurídicos”* (MISSE, 2010, p. 22).

O caso Sirlei é interessante para compreendermos as dinâmicas de legitimação social de sujeitos ou de não sujeitos de direitos na sociedade carioca. A relação territorial e a divisão social do trabalho seguem como medida para a promoção e/ou supressão seletiva de direitos e base para privilégios, potencializados por questões étnico-raciais, de classe e de gênero. Nesse sentido, o discurso mobilizado para justificar a agressão contra Sirlei e para “aliviar” os seus agressores indicam a não universalização do direito à vida e à integridade física na sociedade, sendo que determinados corpos seguem sendo espaços admitidos para aflição de dor. Essa lógica parece nortear as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro e quais são os tipos sociais estão protegidos no projeto de cidade-global.

### *6.3.3. Jogos Pan-Americanos de 2007*

O Rio de Janeiro foi sede dos jogos pan-americanos de 2007. O evento foi uma espécie de vestibular para as pretensões olímpicas da cidade. O sucesso na realização deste evento esportivo regional convenceu os delegados do Comitê Olímpico Internacional (COI) que a capital fluminense teria condições de sediar um evento internacional de maior porte (MIAGUSKO, 2012):

A realização do Pan parece ter sido fundamental para a vitória do Rio de Janeiro como sede olímpica. Mas, o Pan deixou um paradigma de intervenção urbana, que pode ser compreendido a partir da legislação urbana, do consenso político, na forma de tratamento das parcelas mais vulneráveis da população e no discurso de emergência que parece se repetir nesse momento. Assim, analisar os legados do Pan pode nos mostrar um tipo de ação cujos desdobramentos não se encerram num único governo e parecem se perpetuar num novo paradigma de intervenção urbana (MIAGUSKO, 2012, p. 402-403).

Os jogos pan-americanos do Rio de Janeiro apresentaram o primeiro alinhamento de forças políticas – municipal, estadual e União – com o intuito de um megaevento. A reeleição de Luiz Ignácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) para o seu segundo mandato de Presidente da República e a eleição de Sérgio Cabral Filho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao governo do estado do Rio de Janeiro marcaram a convergência de setores políticos ideologicamente opostos em favor do empreendedorismo urbano de Cesar Maia. O neodesenvolvimentismo proposto pelo governo federal apresenta paralelos históricos e político ao modelo Barcelona: foi proposto por um governo de esquerda ou por uma coalizão de centro-esquerda. No caso brasileiro, a esfera de governo foi a federal.



A crítica de Lefebvre sobre o urbanismo ser utilizado como técnica tanto nos projetos políticos de ordem socialista como nos de ordem capitalista se verifica na interação concreta entre os atores políticos. É válido lembrar que Lefebvre criticava o urbanismo a partir de uma perspectiva de esquerda, uma vez que: “*A crítica de direita, liberal, ou neoliberal, ataca o urbanismo como instituição para exaltar as iniciativas dos promotores imobiliários*” (LEFEBVRE, 2008, p. 147), transformando os espaços livres em forma de lucrar, situação oposta ao exercício do *direito à cidade* pela classe trabalhadora.

Apesar de considerado um sucesso, o Pan-americano de 2007 ocorreu paralelo aos problemas de violência urbana do Rio de Janeiro. Em junho do referido ano, as polícias realizaram junto com a recém-criada Força Nacional uma megaoperação no Complexo do Alemão, zona norte da cidade, mobilizando cerca de 1.350 agentes, que resultou na morte de 19 pessoas da localidade. A operação guardou similaridades com a operação Orion, ocorrida em Medellín. O então secretário de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, afirmou que a ação não tinha relação com a proximidade dos jogos pan-americanos e que era a “*quebra do pacto de não agressão contra os bandidos*”<sup>94</sup>. Porém, a *Chacina do Alemão*, como ficou conhecido este episódio, teve repercussão nacional e internacional negativa e apontou para a necessidade de “inventar” um programa de segurança pública para a cidade global (LEITE, 2015, p. 384).

A questão territorial também apresentou permanências de estigmas sociais que acarretaram violências simbólicas. Além da repressão policial nas favelas, as declarações do novo governador também marcaram a associação entre pobreza e criminalidade. Cabral declarou que o aborto deveria ser entendido como uma questão de segurança pública porque as mulheres das favelas seriam “*fábricas de fazer marginais*” e o estado não dá conta do aumento da criminalidade por este motivo<sup>95</sup>. A declaração da maior autoridade do executivo estadual teve além de recortes de classe, de gênero, de raça, remetendo às teorias racialistas dos fins do século XIX e início do século XX. Cabral comparou as mulheres das favelas da cidade com africanas de países miseráveis, enquanto as mulheres de classes médias e altas eram interpretadas como “suecas”, tendo a taxa de natalidade como referência para essas afirmações<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> Fonte: Sítio do Jornal Extra. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/megaoperacao-no-alemao-deixa-19-mortos-681274.html>. Acesso em 23/01/2018.

<sup>95</sup> Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.html>. Acesso em 23/01/2018.

<sup>96</sup> Idem.

As declarações do governador do estado apontam para as contradições históricas e os conflitos sociais e a dialética entre a cidade real e cidade ideal no caso do Rio de Janeiro. As diferentes temporalidades se entrecruzam no espaço mobilizando o método *regressivo-progressivo* de Lefebvre para compreendermos a violência urbana na capital fluminense. A criminalização *a priori* de uma camada social inteira, ainda que não haja comprovação científica, permanece no cerne para políticas de segurança pública na cidade e indica a territorialidade como eixo norteador para o projeto de *cidade segura*.

Por outro lado, ainda no sentido territorial, os jogos pan-americanos serviram de mote para a especulação imobiliária da área de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. Apesar de o maior equipamento esportivo construído para o evento ter sido o estádio olímpico Nilton Santos<sup>97</sup>, popularmente conhecido como *Engenhão*, em referência à sua localização – o bairro do Engenho de Dentro, zona norte da cidade –, a concentração de construções para o pan-americano de 2007 foi a área anteriormente citada, tanto os esportivos como as obras públicas. As obras de construção do “anel viário Pedro Ernesto” e a duplicação da Avenida Embaixador Abelardo Bueno, ligando a Barra da Tijuca a Jacarepaguá, são exemplos de equipamentos públicos para facilitar o trânsito durante o evento que ficaram de forma permanente. No ponto de vista imobiliário conjugado com o pan-americano, os apartamentos da vila pan-americana, que abrigou os atletas da competição, foram comprados por particulares, semelhante ao que ocorreu em Barcelona ao término dos jogos olímpicos naquela cidade. Porém, atualmente, a vila pan-americana apresenta problemas estruturais de construção material por conta do solo no qual foi construído.

Um episódio entre o ano de 2007 e 2008 no Rio de Janeiro evidenciou a emergência de uma política de segurança pública conjugada com a ideia de urbanização das favelas de maneira sistemática. O programa *cimento social*, implementado de maneira experimental no morro da Providência, consistiria na construção de casas padronizadas na localidade, idealizado pelo então Senador Marcello Crivella (PRB – RJ)<sup>98</sup> e acionado com verbas federais. A segurança desse programa foi feita inicialmente pelo Exército, em consonância a um antigo anseio social estimulado pelas grandes mídias de que as forças armadas seriam a medida mais eficaz para o quadro de criminalidade urbana da cidade. Porém, a experiência se demonstrou desastrosa. Se no caso da moradia, o número ínfimo de famílias atendidas pelo projeto, até 2011 foram apenas 12 contempladas, já é indicativo sobre a dimensão efetiva do

---

<sup>97</sup> Inicialmente o estádio ganhou o nome de Olímpico João Havelange.

<sup>98</sup> Partido Republicano Brasileiro.

*cimento social*, no que tange à segurança pública, a eficácia do patrulhamento militar não se verificou no sentido de garantias e promoções de direitos de cidadania nos territórios marginalizados.

A saída do Exército do programa decorreu pela participação de militares do Exército no homicídio de três jovens que moravam no morro da Providência. Os jovens teriam sido abordados na localidade por uma patrulha do Exército e levados à autoridade militar responsável pela coordenação da segurança do projeto *cimento social* por conta de um suposto desacato ao comandante da referida patrulha. Após a liberação dos três jovens considerados suspeitos, o comandante da referida patrulha teria entrado em contato com uma facção criminosa rival do morro da Mineira, ao lado da Providência, para dar um “corretivo”<sup>99</sup>. Essa ação teve como resultado a tortura e morte dos três jovens, sendo seus corpos encontrados na Baixada Fluminense. Esse episódio expôs os riscos da militarização da segurança pública e a quebra da aura de moralidade das Forças Armadas em comparação às polícias de Estado no sentido de corrupção, mesmo que as primeiras sigam prestigiadas na sociedade brasileira e carioca como instituições de segurança. As ideias de “guerra urbana” e de “inimigo” são vetores que oportunizam os discursos públicos sobre a militarização de territórios e o conceito de soberania estatal como método de segurança pública pela reação dos agentes.

O ciclo de mandatos municipais de Cesar Maia no Rio de Janeiro se encerrou sem uma política de segurança pública efetiva que conjugasse com seu projeto de cidade global. Apesar de não ter feito um sucessor do seu campo político no ano de 2008, o projeto olímpico como portfólio para a candidatura global da capital fluminense seguiu. O Pan-americano de 2007 mudou a geografia do plano olímpico idealizado inicialmente por Maia para a edição de 2004 e teve implicações políticas locais, nacionais e internacionais no intuito de sediar os jogos olímpicos de verão em 2016. Oficialmente, o Rio de Janeiro foi lançada como cidade aspirante à sede das Olimpíadas em 2007, vencendo a disputa interna com a cidade de São Paulo, e em 2008 foi reconhecida como cidade candidata pelo COI. O anúncio da escolha do Rio de Janeiro como sede dos jogos olímpicos de 2016 foi feita em 02/09/2009, já na administração municipal de Eduardo Paes (PMDB – RJ).

---

<sup>99</sup> Fonte: G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL602913-5606.00-TENENTE+NAO+DEMONSTROU+ARREPENDIMENTO+DIZ+DELEGADO+SOBRE+JOVENS+MORTO S.html>. Acesso em 25/01/2018.

#### 6.4. Era Eduardo Paes

A eleição de Eduardo Paes para o cargo de prefeito do Rio de Janeiro foi o indicador da consolidação do realinhamento de forças sociais e políticas que conseguiu catalisar os interesses de diversos atores sociais para o projeto olímpico conjugado com a ideia de cidade-global. A trajetória política de Paes pode ser ilustrativa das idas e vindas deste processo. Ele foi lançado na vida pública como subprefeito da região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá por Cesar Maia em seu primeiro mandato, tendo em vista que nesta região estava o reduto político de Paes. Sua carreira política se concentrou nos cargos legislativos, de vereador a deputado federal, passando por diversos partidos. Apesar de ter sido lançado pelo PSDB ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro, as condições de sucesso eleitoral no executivo se deram com a sua transferência para o PMDB, no pleito municipal de 2008, com o apoio de Sérgio Cabral Filho e Luiz Inácio Lula da Silva, governador do estado e presidente da República, respectivamente.

Paes foi nomeado por Cabral para o cargo de secretário estadual de Turismo, Esporte e Lazer até a metade do seu primeiro mandato. A essa época, os investimentos federais para as áreas relacionadas para esta pasta foram significativos. A experiência de Paes frente a esta secretaria pode ser um indicativo para analisarmos os objetivos políticos e as implicações sociais que atendiam às estratégias de realização dos megaeventos por meio do alinhamento das três instâncias de poder: municipal, estadual e federal. A ideia de vocação, a partir de traços culturais e artísticos identificados com a metrópole carioca, poderia impulsionar a candidatura da cidade para os jogos olímpicos, assim como a viabilidade da cidade ser um polo de investimentos privados (nacionais e internacionais) e de moradia, pela sua atmosfera cosmopolita de arte, conhecimento e tecnologia e qualidade de vida para como cidade. Nesse sentido, a nossa interpretação é que a titularidade de Paes para esta secretaria aponta para o seu trânsito entre os atores sociais e políticos que o levou à candidatura em 2008.

Eduardo Paes foi eleito duas vezes consecutivas para prefeito da cidade, somando oito anos de gestão<sup>100</sup>. A continuidade do projeto global para o Rio de Janeiro através da realização de megaventos pôde ser verificada em sua gestão. Tal como Maia, Paes se referenciou em planejamentos urbanos idealizados/efetuados na capital fluminense em outras épocas a partir de reformulações indicadas para as metrópoles contemporâneas no sentido de mobilidade e circulação, memória, territorialidade e segurança. Se Cesar Maia afirmava que tinha como referencial o governo de Carlos Lacerda, Eduardo Paes pretendia realizar uma

---

<sup>100</sup> Prefeito de 1º de Janeiro de 2009 a 1º de Janeiro de 2017.

reforma urbana de vultuosidade semelhante à feita por Pereira Passos no sentido de mudança dos três conceitos lefebvreanos essenciais da cidade: função, forma e estrutura. Porém, Paes conseguiu personificar publicamente a imagem de gestor político moderno para o empreendedorismo urbano através de ações práticas de urbanismo no Rio de Janeiro para a realização das Olimpíadas.

#### *6.4.1. Tecnocracia e popularidade na administração municipal: Perfil político de gestor de contradições do empreendedorismo urbano*

Eduardo Paes conseguiu desprender a sua imagem pública do seu antecessor na prefeitura e padrinho político, Cesar Maia, mesmo dando continuidade ao projeto iniciado pelo precedente. Alguns paralelos são possíveis de traçar pelas interpretações e representações sociais que ambos tinham na opinião pública. Enquanto Cesar Maia recebia apelidos de maneira pejorativa pelas suas inovações urbanas como “*prefeito maluquinho*”<sup>101</sup>, ou mesmo “*cria do Brizola*”, em referência ao seu antigo padrinho político, Leonel Brizola; Eduardo Paes foi construindo uma imagem de modernidade e de novidade condizente com o perfil de gestor de contradições do empreendedorismo urbano. Apesar de Maia ter sido um prefeito relativamente popular e ter empreendido a cidade no projeto de competição urbana global, ele era um figura pública passível de ser caricaturada e remetida a antigas forças e grupos políticos, Paes foi personificando o conceito de político jovem, moderno e tecnocrata.

As trajetórias pessoais de ambos podem ser um indicativo para essas interpretações e representações sociais construídas publicamente. Apesar de Cesar Maia possuir formação universitária em economia, sua trajetória política ganhava mais ênfase, ora como militante político e exilado na juventude, posteriormente como administrador institucional, transitando da esquerda para a direita, podendo ser interpretados como movimentos políticos tradicionais de clientelismo e fisiologismo remetidos a interesses mais particulares da política na América Latina.

No caso de Eduardo Paes, a formação técnica foi enfatizada. Apesar de ter feito um caminho tradicional na política institucional, Paes construiu uma imagem pública de político moderno por sua formação universitária<sup>102</sup> e do trabalho. O fato de ser mais jovem que Cesar Maia contribuiu para essa ideia, uma vez que não tinha uma trajetória política ligada às

---

<sup>101</sup> Fonte: sítio UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2004/10/04/ult1928u420.jhtm>. Acesso em 27/01/2018.

<sup>102</sup> Eduardo Paes é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RIO), curso e institucional tradicionais na classe média e classe alta da cidade.

antigas disputas duais entre esquerda e direita, aprofundadas pela ditadura militar. Paes se aproximou do tipo ideal de “homem autoconstruído”, bem-sucedido pelo esforço individual e pelo seu capital social que lhe conferia a legitimação de ser reconhecido como gestor de um empreendimento urbano. A progressão política de Paes é remetida à ideia de meritocracia e de impossível-possível na sociedade capitalista. Com efeito, a ideia de “*homem síntese*” como forma de imperialismo de saberes na *sociedade burocrática do consumo dirigido* (LEFEBVRE, 2008, p. 59) é personificada em Eduardo Paes pelo rótulo de tecnocrata em sua trajetória política.

A popularidade de Paes também é um contraponto em comparação à Maia. A questão das aparições públicas no cargo de prefeito no caso dos grandes eventos e ocorrências que afetavam o Rio de Janeiro também pode ser analisada para a construção de um gestor ideal de empreendimento urbano. No caso do carnaval, Cesar Maia ficou conhecido com ações consideradas excêntricas, como varrer o sambódromo em uma edição de carnaval, enquanto Eduardo Paes se declarava torcedor de uma escola de samba tradicional do subúrbio carioca, a Portela, e comparecia a algumas festividades de rua no Rio de Janeiro, trajando terno de linho branco e chapéu de palha, semelhante às figuras tradicionais do samba carioca.

Paes demonstrava nessas ações o trânsito simbólico entre o gestor e o cidadão comum, fundindo esses dois perfis. Essa conduta engendrava a ideia de unidade e coesão sociais para a realização de megaeventos e para a construção da imagem pública de uma cidade global sem conflitos. Esse perfil de administrador municipal seria capaz de gerir os desejos e as demandas de diferentes agentes sociais da cidade no intuito de uma governança urbana, que imprime a sua marca política e costura acordos em uma coalizão plural, sendo valorizado o caráter cívico das alianças comerciais e empresariais nas cidades que competem no projeto urbano da globalização (HARVEY, 2006).

Salientamos que não nos cabe fazer um julgamento político-ideológico entre as administrações de Cesar Maia e Eduardo Paes. A comparação entre os dois é importante para compreendermos os processos que oportunizaram a efetivação ou não de seus projetos urbanos. Nesse sentido, o nosso objetivo era traçar a imagem pública construída de ambos e a contextualização no processo de transformação do Rio de Janeiro em *cidade global*.

No caso dos assuntos mais graves, a administração de Eduardo Paes também avançou nos equipamentos tecnológicos de monitoramento do Rio de Janeiro. Alavancado pelos investimentos referentes aos jogos olímpicos, foi inaugurado em dezembro de 2010 o Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR), que funciona como um quartel-general das

operações urbanas da capital fluminense, segundo o sítio oficial da prefeitura. A descrição das funções do COR é oficialmente:

Cerca de 30 órgãos (secretarias municipais e concessionárias de serviços públicos) estão integrados no edifício para monitorar a operação da cidade e minimizar seus impactos na rotina do cidadão ou durante a realização de grandes eventos. Durante 24 horas por dia, nos sete dias da semana, o COR busca antecipar soluções, alertando os setores responsáveis sobre os riscos e as medidas urgentes que devem ser tomadas em casos de emergências, como chuvas fortes, deslizamentos e acidentes de trânsito. Mais de 500 profissionais se revezam em diferentes turnos neste monitoramento da cidade.

O COR usa alta tecnologia para o gerenciamento das informações fornecidas pelas agências integradas e por diversos tipos de sensores estrategicamente posicionados. Cerca de 800 câmeras da prefeitura são monitoradas pela equipe do COR, que também tem acesso a outras 700 gerenciadas por concessionárias de serviços públicos e pela Secretaria Estadual de Segurança Pública. Todas as câmeras e informações de sensores e softwares podem ser visualizadas de forma integrada em um telão de 65 metros quadrados na sala de controle do COR. Em situações de crise, o centro operacional conta ainda com sistema de videoconferência que permite comunicação em tempo real com a residência oficial do prefeito e a sede da Defesa Civil municipal.<sup>103</sup>

O COR é simbólico no sentido de controle territorial do Rio de Janeiro como estratégia urbana global. Um fato trágico, porém, acelerou o processo de instalação do equipamento. As chuvas da noite 05/04/2010 provocaram deslizamentos nas favelas da região metropolitana da capital fluminense, inclusive na própria capital, chegando a um número de quase 300 pessoas mortas e centenas de desabrigados<sup>104</sup>. Paes chegou a declarar que os moradores não saíssem de casa em decorrência dos efeitos da chuva. Essa tragédia forçou a volta paulatina das contenções de encostas nas favelas do Rio de Janeiro e a instalação do COR para o monitoramento cotidiano da cidade (GONÇALVES, 2015, p. 115). A ideia era prevenir esses desastres e gerenciar a circulação e o funcionamento da cidade, evidenciando a polissemia da categoria sociológica segurança para a sociedade urbana. Os maiores atingidos pelas chuvas de abril de 2010 foram populações de baixa renda, principalmente na zona norte da cidade, indicando a desigualdade social e econômica como contradição da *cidade global*.

A essa altura, as favelas cariocas tinham evoluído populacionalmente de maneira exponencial, desde a sistematização do censo das favelas. As figuras abaixo mostram o desenvolvimento das favelas em cada região do Rio de Janeiro a partir da década de 1950:

<sup>103</sup> Fonte: Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR) – verbete: institucional. Disponível em: <http://cor.rio/>. Acesso em 28/01/2018.

<sup>104</sup> Há uma imprecisão nos dados oficiais sobre essa tragédia, por isso, chegamos a este número a partir das análises das fontes primárias para fazer essa estimativa. O Morro do Bumba, em Niterói, teve o maior número de vítimas fatais: 45 pessoas.

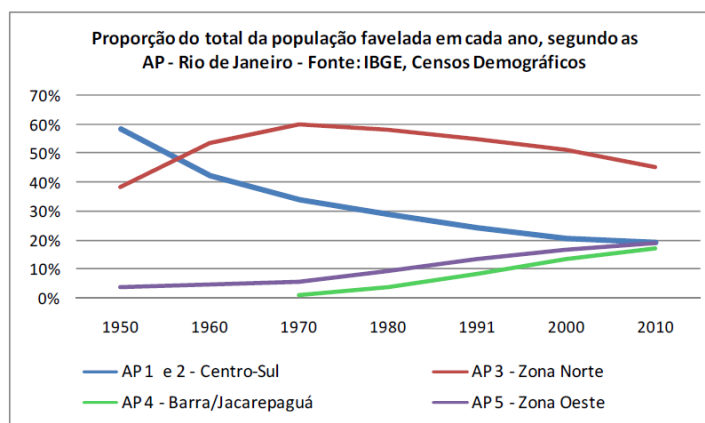


Figura 1 – Proporção histórica

Tabela 4 - Proporção da população da cidade e das favelas sobre os respectivos totais, por Áreas de Planejamento - Município do Rio de Janeiro -2010

Áreas de Planejamento	População Residente			
	Cidade	Proporção	Favela	Proporção
Total	6.320.446	100%	1.443.773	100%
AP1 - Central	297.976	5%	103.296	7%
AP2 - Zona Sul	1.009.170	16%	174.149	12%
AP3 - Zona Norte	2.399.159	38%	654.755	45%
AP4 - Barra/Jacarepaguá	909.368	14%	236.834	16%
AP5 - Zona Oeste	1.704.773	27%	274.739	19%

Fonte - Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Figura 2 – Proporção territorial

A partir da inauguração do COR, Eduardo Paes começou a comunicar as situações importantes para o funcionamento da cidade desde o local. Essa postura do prefeito pode indicar a ideia de eficiência e rapidez para gerir os assuntos do Rio de Janeiro, dos mais cotidianos aos mais críticos, através do uso da tecnologia da informação e da conexão entre diversos órgãos para ações urbanas efetivas de controle social. É válido lembrar que os mandatos de Paes contaram inicialmente com um momento político de estabilidade política e econômica no país e na cidade que oportunizaram melhores condições para a condução do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro em comparação a Cesar Maia. Essas transformações materiais e tecnológicas alinharam o apoio da grande mídia à sua administração. Nesse sentido, os objetivos de segmentação territorial de Paes começam a ganhar mais reverberação na opinião pública com o foco nas favelas das cariocas, após as chuvas de abril de 2010, com o discurso de segurança que corrobora o urbanismo como ilusão de classe.

A questão criminal foi somada às questões ambientais e de saúde, como fatores de risco das favelas para o Rio de Janeiro. O tema das remoções volta com força na agenda de



políticas de habitação para populações de baixa renda na cidade. A volta das remoções para o debate público sobre o projeto global aponta para dois fatores: (i) os limites de políticas de urbanização das favelas, como o *favela-bairro*, com os conflitos e contradições que já abordamos anteriormente, foram demonstrados pela verificação da falta de consenso social sobre a permanência das favelas (BRUM, 2013, p. 192); e (ii) a supressão e promoção seletiva de direitos, o que inclui o *direito à cidade*, conceito que estamos trabalhando teoricamente nesta tese, uma vez que as decisões são tomadas por um número reduzido de atores sociais. Alguns agentes sociais do campo privado, com maior destaque para os veículos de mídia fizeram editoriais defendendo o argumento que algumas comunidades do Rio Janeiro não possuíam condições de continuar onde estavam pelo risco para sua população e para as demais localidades da cidade, afirmando ser necessário um processo de “*desfavelização*” (GONÇALVES, 2015, p. 116), o que ganhou eco em algumas autoridades do poder constituído pelas críticas à urbanização das favelas como irresponsabilidade de governantes, quebrando o tabu das remoções na capital fluminense, ainda que não fossem apenas as favelas atingidas pelas chuvas (BRUM, 2013, p. 195).

Podemos abordar duas dimensões mobilizadoras desse discurso. Uma é a dimensão econômica através da financeirização do solo pela especulação imobiliária. Nesse caso, o *urbanismo imobiliário* de contingente passa a ser essencial (LEFEBVRE, 2008, p. 144) no caso brasileiro, pelo setor da construção civil se tornar uma via de circulação de dinheiro pela parceria público-privada e geradora de emprego formal, o que beneficiaria o setor empresarial e grupos sociais mais populares da sociedade, reforçando o discurso das classes dominantes de caráter cívico das alianças empresariais. Porém, os ganhos dos empresários são infinitamente maiores do que os da classe de trabalhadores assalariados no empreendedorismo urbano.

A dimensão econômica nos leva à outra: a jurídica. A volta das remoções também nos remete à vulnerabilidade jurídica de populações marginalizadas no exercício de seus direitos como cidadãos. A falta de reconhecimento jurídico pode ser identificada pela falta de estima social traduzida no preconceito e nos estigmas atribuídos a essas populações, potencializados pela ideia da violência urbana como territorial com a presença de narcotraficantes. Dessa forma, o “*próximo*” é interpretado como o “*outro*” no processo de competição urbana global como forma de flexibilização dos seus direitos a partir de uma perspectiva economicista de sociedade urbana, aprofundando a segregação e a desigualdade.

Porém, a impopularidade política e os conflitos sociais que as remoções poderiam gerar fizeram que o poder público mobilizasse estratégias discursivas para amainar os efeitos simbólicos dessa estratégia urbana. Um dos motivos foi o fato da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro ser gerida pelo PT nos mandatos de Eduardo Paes. O partido possuía um grande apelo nas camadas mais populares, incluída a classe trabalhadora, pela identificação ideológica com o campo da esquerda, sendo o presidente da República a época, Lula, um ex-metalúrgico. Os conflitos e as contradições do empreendedorismo urbano como governança emergem como problemas de atuação de grupos sociais que seriam a força política que reivindicava a responsabilidade histórica e a proposição do programa político de reforma urbana da classe trabalhadora e do *direito à cidade*, indicando a possibilidade de mudança dessas propostas (LEFEBVRE, 2016, p. 114).

A semântica linguística foi mobilizada para construir novos conceitos para estratégias semelhantes às utilizadas historicamente para flexibilizar os direitos de populações marginalizadas no Rio de Janeiro. No caso da volta das remoções, o termo *desadensamento* populacional de favelas foi uma tentativa de manutenção do capital simbólico do Partido dos Trabalhadores na gestão de Paes e o projeto global da capital fluminense por uma política nacional de *neodesenvolvimentismo*, que tinha o estado do Rio de Janeiro como modelo pela instalação de polos de conhecimento e tecnologia, dinamizados principalmente pela indústria petrolífera e seus *royalties*.

As chuvas de abril de 2010 aceleraram o processo de *desadensamento* populacional das favelas. Nesse sentido, Eduardo Paes instituiu o *Programa Morar Seguro*, pelo decreto 42.406, de 13/04/2010, que consistiu na construção de unidades habitacionais para o reassentamento da população que vive em áreas de risco no estado do Rio de Janeiro a partir da “demanda” ocasionada pelas referidas chuvas (BRUM, 2013, p. 195). A pronta resposta de Paes também pode ter relação com os megaeventos na cidade:

As chuvas de 2010, por sua vez, vieram logo após o Rio de Janeiro ter sido escolhido como sede de inúmeros eventos internacionais. Nesse contexto, é notório que a cidade entrou em uma nova fase de remoção de favelas antes mesmos das primeiras gotas de chuva. Um dos objetivos abertamente anunciados pelo plano estratégico do município de 2009 visava reduzir o espaço ocupado por favelas em 3,5% até o ano de 2016, a partir dos dados de 2008. Essa meta já tinha sido aumentada para 5% no plano estratégico de 2013. As chuvas e o uso da noção do risco colaboraram para o esforço de se alcançar tal objetivo. Logo após as chuvas de abril de 2010, a prefeitura anunciou a intenção de remover integralmente quase duas centenas de favelas com dezenas de milhares de habitantes. Houve uma forte mobilização popular contrária a tais medidas, o que “limitou” esse número, em dados de 2012, a 17.400 moradias, representando, de qualquer forma, segundo o jornal *O Globo*, de 20 de maio de 2012, uma diminuição de 2% do espaço urbano ocupado por favelas.[...] Ao contrário do contexto político das chuvas anteriores, a legislação local e federal atual assegura o princípio da não remoção de favelas,

exceto quando apresentarem risco de vida aos seus moradores (GONÇALVES, 2015, p. 116-117).

No bojo dessas mudanças, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal ganhou um novo incremento na questão habitacional da cidade. O PAC estava diretamente ligado ao Ministério das Cidades, criado no primeiro governo Lula, indicando a relevância da problemática urbana no projeto neodesenvolvimentista do PT, o que apontava para a possibilidade de reformas urbanas por meio da democratização da gestão e função social do território para fins de moradia (ROLNIK, 2009, p. 35-36). A conexão com a melhora material de vida dos moradores de favela do Rio de Janeiro tinha como objetivo a urbanização de áreas consideradas degradadas, violentas e de risco da capital fluminense. O PAC tinha conexão com dois projetos, o “*Minha casa, minha vida*” e “*Morar bem*”, federal e municipal, respectivamente. Um caso exemplar dessa mudança foi a remoção da favela da antiga fábrica da CCPL, no bairro de Benfica, zona norte da cidade. O Antigo prédio industrial não possuía condições mínimas de moradia e de segurança, além de seus moradores carregarem o estigma social da informalidade e da criminalidade.

Outro exemplo foi o reassentamento de 299 famílias que viviam em área de risco no morro do Urubu, em Pilares, para o “*Minha casa, minha vida*”, em Realengo, zona oeste, após as chuvas de abril de 2010. O lugar ficou conhecido como “*Urubulengo*”. Os dois casos podem ser exemplificados como uma intervenção de moradia para populações vulneráveis. Porém, é válido salientar que os reassentados foram transferidos para um local distante do original dessa população, o que causou problemas de acesso à educação, empregabilidade e adaptação, uma vez que saíram da condição de casas em vias públicas para condomínios.

Nesse sentido, há uma crítica sobre as construções físicas e o desconhecimento e, até mesmo, o desrespeito aos moradores e suas trajetórias históricas e sociais nos projetos habitacionais. No que tange ao urbanismo como técnica, o fator humano deve ser levado em conta para a construção de lugares de convivência, principalmente os espaços livres:

Muitas propostas desconsideravam a estrutura do bairro tradicional que, mesmo com adensada população, pobreza e degradação arquitetônica, apresentava espaços externos às residências – onde as pessoas passavam boa parte de seu tempo – extremamente ricos em significação e identidade. Ou seja, espaços livres urbanos em que predominavam as redes sociais de vizinhança (...) Em muitas propostas de conjuntos habitacionais os espaços livres foram configurados apenas como áreas verdes esteticamente agradáveis, mas sem uso adequado ao comportamento dos moradores, com acessibilidade deficiente e mal localizados em função das condições ambientais do lugar (insolação, ventilação etc.) (...) maior crítica à conceituação dos conjuntos. Os espaços livres nas favelas – tais como aqueles das cidades tradicionais –, por serem de natureza espontânea, configurados pelos moradores e frequentadores do lugar, materializam seus interesses, necessidades e conflitos. São essencialmente

espaços humanos, mesmo que precários em muitos aspectos (CENIQUEL & FIGUEIREDO, 2013, p. 17-18)

Por outro lado, a política de *desadensamento* populacional foi mais forte na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá, berço eleitoral de Eduardo Paes. Algumas favelas da região entraram no radar de remoção, ainda que os moradores dessas localidades possuíssem documentos de posse, como o caso da Vila Autódromo. O conflito de competências entre poder estadual e poder municipal sobre a titulação se deu na região quando Paes era subprefeito da localidade, no início da década de 1990, e já advogava pela remoção sob a alegação de questões ambientais e de segurança, apoiado pelo então prefeito Cesar Maia, uma vez que as favelas seriam atrativas para violência e insegurança, e entre o então governador Leonel Brizola, que conferiu a titularidade para os moradores marginalizados da região (BRUM, 2013, p. 193-200). Recordamos que esta área é estratégica para especulação imobiliária e para a realização de megaeventos, como mostramos anteriormente. Porém, as mudanças de objetivos e de postura de Eduardo Paes fizeram com ele trocasse a estratégia política para um perfil mais conciliador para gerir as contradições do empreendedorismo urbano e as crises do capitalismo:

En esta nueva coyuntura urbana el ejecutivo municipal presenta una mutación importante: transita del municipio de notables (caciquil, patronal) hacia un municipio moderno y democrático donde aparece con mucha claridad el posicionamiento de distintos modelos de gestión y de políticas de intervención urbana que se expresan, finalmente, la existencia de actores diferentes que encarnan distintos modelos de gobierno de la ciudad (CARRIÓN, 2016, p. 68).

A necessidade de assumir o papel de protagonista pela nova situação urbana da América Latina no século XXI, com a entrada do Rio de Janeiro na competição urbana para ser uma cidade global, foi uma das condicionantes da mudança de postura do prefeito. O realinhamento de forças políticas também redefiniram as estratégias locais e a construção do Estado brasileiro na era da globalização como um *player* internacional, tanto político como econômico. Nesse sentido, podemos mobilizar alguns argumentos de Lefebvre (2008) para compreender o papel das autoridades municipais nesse contexto a partir das noções de *exercício de poder* e “*lógicas de classe*”:

**Quadro 4: Estado em nível global – exercício de poder: vontade e representação<sup>105</sup>**

Vontade	Representação
“O poder de Estado e os homens que detêm uma estratégia ou estratégias políticas”	“Os homens de Estado têm uma concepção política ideologicamente justificada do espaço”.

<sup>105</sup> LEFEBVRE, 2008, p. 75-76

**Quadro 5: “Lógicas de classe” – ação, manejo de recursos e estratégias<sup>106</sup>:**

<i>Neoliberalismo</i>	<i>Neodirigismo</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Máximo de iniciativa privada – promotores imobiliários e bancos.</li> <li>• Áreas reduzidas para o estado e seus serviços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planificação do domínio urbanístico – intervenções tecnocratas [capitalismo de Estado].</li> <li>• Apodera-se do setor privado.</li> </ul>

Podemos considerar que houve um hibridismo entre o *neodirigismo* e o *neoliberalismo* no realimento de forças políticas para o projeto urbano global no Rio de Janeiro. O programa *neodesenvolvimentista* do governo federal procurou se aproximar de um capitalismo de Estado, mas não se apoderou do setor privado. Dessa forma a estratégia política foi construir um consenso “*por cima*”, institucional, por meio de parcerias público-privadas que mantiveram a política de descentralização municipal para determinados objetivos. A crítica às ideologias de esquerda e de direita pode ser verificada na prática pelas ações de Estado impedindo a realização do urbano (LEFEBVRE 2008, p. 151), uma vez que a participação e a contestação da classe trabalhadora são limitadas ou controladas, pelo uso da violência, como ocorrido em Barcelona. Além disso, o neocapitalismo se caracteriza pela sobreposição do centro de decisão sobre o centro de consumo, reunindo informações e conhecimentos, e pela dominação de técnicas bem determinadas com suas implicações sociopolíticas (LEFEBVRE, 2016, p. 130). Dessa forma, Eduardo Paes encontrou um cenário favorável para implementar e justificar seu projeto urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro pela imagem de gestor moderno: as áreas vocacionadas.

#### 6.4.2. *Áreas vocacionadas: ressignificações culturais, sociais e históricas no urbanismo do Rio de Janeiro global.*

O Território ganha conotações variadas com a ideia de áreas vocacionadas propostas por Eduardo Paes. As premissas dessa idealização podem ser baseadas em fatores culturais, sociais, históricos e de memória que consistiriam numa espécie de “*espírito do lugar*”, que seriam suas qualificadoras ou desqualificadoras no projeto de cidade global no Rio de Janeiro. Essas premissas definiriam qual tipo de política pública ou de investimentos privados ou público-privados seria priorizado para cada região por suas potencialidades. Com isso, a noção de espaço urbano homogêneo se desfaz, dando valores múltiplos e ambivalentes às várias cidades dentro da cidade. Porém, essas premissas foram definidas por atores sociais

<sup>106</sup> LEFEBVRE, 2008, p. 76.

pré-determinados. Ademais, a ideia de “área vocacionada” remete ao período Vargas sobre os distritos industriais, não sendo exatamente uma categorização nova.

A estratégia de uma cidade sem conflitos e harmônica tem como um dos componentes a ideia de multiculturalismo. Algumas passagens históricas são ressignificadas para construir uma ideia de passado glorioso ou de superação de diferenças para a construção de uma identidade local pública. Nesse sentido, a cidade realiza um sincretismo, emitindo e recebendo mensagens, comprando e vendendo de signos pela ideologia do consumo no consumo “real” (LEFEBVRE, 2016, p. 69), na qual a publicidade tem papel central na construção desses signos e dos objetos (riqueza, felicidade, poder, ciência, etc.). Essa dinâmica social pode ser expressa no quadro 6 (idem. p. 70):

**Quadro 6: formas de comunicação urbana para Lefebvre**

<i>Fala da Cidade</i>	O que se diz e o que acontece nas ruas, nas praças e nos vazios.
<i>Língua da Cidade</i>	Particularidades próprias da cidade expressadas pelos seus habitantes (palavras e seus empregos, gestos, conversas, roupas, etc.).
<i>Linguagem urbana</i>	Linguagem de conotações - sistema secundário.
<i>Escrita da Cidade</i>	Emprego do tempo na cidade pelos seus habitantes – inscrições e prescrições.

No caso do Rio de Janeiro, essas expressões definem os territórios no imaginário social e suas vocações. O empreendedorismo urbano por meio do urbanismo expõe também o interesse de classe no projeto de cidade global e apontam os movimentos dialéticos entre as contradições e os conflitos sociais para este projeto. A indicação de que sujeitos históricos de marginalização continuarão sendo incluídos de maneira precária e/ou desigual nesse processo pode gerar conflitos. A entrada de “novos usuários” da cidade com a chegada de empresários ou mesmo outros estrangeiros podem gerar tensões políticas pela demanda por reconhecimento dos desprivilegiados aos direitos de cidadania, inclusive o direito à cidade (HONNETH, 2003; LEFEBVRE, 2016; SASSEN, 2010). Apesar da potencialidade do emprego da violência estatal para defender interesses privados, a marginalidade é uma via de ser sujeito de direito e/ou ator político ainda que haja uma assimetria profunda de poder nesse contexto.

No sentido de qualificação ou desqualificação territorial do Rio de Janeiro, podemos identificar um recorte comum da questão urbana na América Latina sobre a segmentação do espaço e o empreendedorismo urbano:

Ante la evidencia de que los grupos sociales no se distribuyen de manera aleatoria en la ciudad, o que tampoco todos acceden a la misma calidad de infraestructura y

servicios urbanos, las distintas contribuciones del libro dirigen la mirada hacia los actores involucrados en el proceso: el Estado y sus mecanismos y planes de (des)regulación del uso del espacio, los agentes inmobiliarios y sus proyectos y emprendimientos, las organizaciones sociales, las sociedades de fomento o asociaciones de vecinos, entre otros (CARMAN, CUNHA, SEGURA, 2013, p. 12-13).

A segmentação territorial proposta por Eduardo Paes atendeu alguns anseios materiais e simbólicos. O trânsito por alguns setores da classe média assalariada das periferias do Rio de Janeiro reforçou a legitimidade de Paes como gestor nesses setores, além de sua aceitação social nas elites econômicas da cidade. As obras de mobilidade urbana propostas pela prefeitura, em parceria com o poder estadual e da União, por meio de ações público-privadas, seriam *o legado olímpico* permanente. Dessa forma, a prefeitura deu início ao processo de revitalização de áreas estratégicas.

A zona portuária e central do Rio de Janeiro foram as primeiras a passar por este processo. O projeto *Porto Maravilha*, a construção do *Boulevard Olímpico*, a demolição do viaduto da perimetral para a construção da Avenida Binário e o túnel Marcelo Alencar (subterrâneo) são algumas mudanças físicas que reconfiguraram o espaço urbano daquela região da cidade. A transformação do bairro boêmio da Lapa em local de alto padrão de consumo de lazer e a extensão deste projeto para a Praça Tiradentes e para áreas da Saúde e da Gamboa, principalmente na Pedra do Sal, são indicativos dessas áreas vocacionadas. Os projetos de policiamento de proximidade *Lapa Presente* e *Centro Presente* têm sido um dos fatores de segurança para a circulação e movimentação das ruas do centro da cidade. O lugar, que outrora era considerado perigoso, foi transformado em ponto de encontro e de festa, sendo uma atração turística, de consumo e lazer. Porém, houve o encarecimento dos serviços com a valorização do solo, ocasionando um processo de mobilidade residencial.

No subúrbio, a construção do Parque de Madureira<sup>107</sup> também entra como legado olímpico. Apesar de não receber nenhum evento direto das Olimpíadas, o parque foi pensado para atender uma demanda antiga da localidade: uma grande área de lazer pública. O bairro da zona norte do Rio de Janeiro foi colocado no circuito cultural “*alternativo*” da cidade. As apresentações de baile *charme* sob o viaduto Negrão de Lima e, principalmente, pelas suas tradicionais escolas de samba: Império Serrano e Portela. Ademais, a *feira das Yabás*<sup>108</sup> e o

<sup>107</sup> Inaugurado em 2012, o parque possui 3, 15 km de extensão. Fonte: Sítio da RioTur. Disponível em: [http://visit.rio/que\\_fazer/parque-madureira/](http://visit.rio/que_fazer/parque-madureira/). Acesso em 02/02/2018.

<sup>108</sup> Precisamente, a referida feira fica na Praça Paulo da Portela, no bairro de Oswaldo Cruz, na grande região de Madureira. Porém, a feira é anunciada pela RioTur como circuito de Madureira (Ver em: sítio RioTur. Disponível em: [http://visit.rio/que\\_fazer/feira-das-yabas/](http://visit.rio/que_fazer/feira-das-yabas/) ). Acesso em 02/02/2018.

*jongo da Serrinha*<sup>109</sup> são outras manifestações culturais do bairro. Essas manifestações culturais expressam uma identidade tradicional ou sincrética negra, vocacionando este território a partir da ressignificação e do resgate da memória do povo negro, ainda que manufaturada por decisões “*de cima*” e direcionado ao consumo.

Madureira também possui um forte centro comercial de baixo custo e é um entroncamento rodoviário e ferroviário da cidade. O bairro é conhecido como ponto de circulação de pessoas de várias partes do Rio de Janeiro e de municípios da região metropolitana, para trabalho, consumo e lazer. Madureira é um exemplo de exploração da ideia de área vocacionada no projeto de Eduardo Paes ao dar conotações positivas aos estigmas do bairro: a pobreza e a aparente desordem. A alteridade do subúrbio carioca também pode se tornar uma peça de consumo direcionado na cidade globalizada. Dessa forma, o bairro se caracteriza como uma centralidade periférica que se torna estratégica no projeto urbano do Rio de Janeiro, entrando no circuito cultural e tendo um perfil funcional de circulação de bens e de pessoas (via de passagem entre a Barra da Tijuca e o aeroporto internacional).

A proposta de áreas vocacionadas apresenta a ambivalência sobre reforçar e atenuar o fenômeno da segregação no Rio de Janeiro. O caso do bairro de Madureira é exemplar neste sentido. Se por um lado houve o resgate de parte da memória da cultura negra no bairro, o *funk* ficou de fora deste circuito. O ritmo é muito popular, principalmente entre os jovens do bairro, e pode ser colocado como uma das expressões culturais contemporâneas de negritude, dentro de suas variações<sup>110</sup>. Podemos formular a hipótese na qual o *funk* segue consolidado no imaginário popular como música marginalizada e criminalizada por ser associado ao narcotráfico, especialmente pelas suas versões conhecidas por *proibições*, contendo letras que variavam de versões sobre sexo explícito até apologia ao crime. Isso aponta a continuidade de uma inclusão precária de determinados grupos sociais na sociedade e no estado brasileiros, tendo o Rio de Janeiro como recorte, a partir do seu lugar de moradia e convivência.

A partir dessa ambivalência exemplificada em Madureira, podemos analisar os tipos de segregação, geográfico e sociológico, e suas fronteiras simbólicas e sociais. O conceito de segregação mobiliza ações que privilegiam práticas, relações e sentidos nos espaços segregados para sua qualificação ou não no projeto de cidade global. Dessa forma, podemos

---

<sup>109</sup> Serrinha é um dos morros do bairro.

<sup>110</sup> Salientamos que o Funk possui grande popularidade na sociedade brasileira com versões mais comerciais e é consumido como um produto carioca. Um dos versos mais famosos do *Funk* carioca é “*É som de preto, de favelado, mas quando toca, ninguém fica parado*”, da música Som de Preto, de Amilcka e Chocolate, reforçando o ritmo como forma de expressão negra e da favela na cidade.



fazer paralelos entre a inclusão excludente e a exclusão includente de Agamben para reforçar a nossa ideia de inclusão precária a partir da segregação e da autosegregação. A planificação urbana mobiliza ações de resistência e/ou de consenso entre os atores sociais sobre as mudanças na cidade em um processo reivindicatório de direitos. Nesse sentido, a segregação de bairros periféricos e a autosegregação da Barra da Tijuca confluem para uma demanda comum: segurança.

Finalmente, temos que considerar o cenário de violência urbana que ainda é encontrado no Rio de Janeiro. Os municípios não possuem papel definido na segurança pública na Constituição brasileira, sendo suas atuações pontuais e de governo, geralmente. Dessa forma, quais são as possíveis medidas para desenvolver ações de Barcelona em um cenário de Medellín, ou seja, quais seriam as possibilidades do Rio de Janeiro acabar com as suas contradições (violência urbana) para um projeto de cidade global? A ação integrada de um projeto sistemático e contínuo de segurança pública foi formulada para o Rio de Janeiro se configurar como a síntese entre Barcelona (tese) e Medellín (antítese): as UPP. Essa política será central para compreendermos a reconfiguração do espaço urbano carioca e para analisarmos o desenvolvimento das áreas vocacionadas idealizadas por Paes e o *direito à cidade*.

## **7. A CIDADE GLOBAL E A *CIDADE SEGURA*: ALINHAMENTOS DE FORÇAS SOCIAIS E FORÇAS POLÍTICAS PARA O URBANISMO COMO IDEOLOGIA NO RIO DE JANEIRO**

O alinhamento de forças políticas nacionais, estaduais e municipais foi o vetor que possibilitou as transformações materiais e simbólicas no Rio de Janeiro para a competição urbana global. Concordamos com a premissa de Lefebvre e entendemos que as forças políticas são forças sociais e, no caso da capital fluminense, elas convergiram para um consenso sobre possibilidades sociais, econômicas e políticas da realização de megaeventos na cidade. Nesse sentido, o urbanismo é identificado como expressão e materialização de ideologias de grupos sociais e políticos distintos que canalizaram determinados interesses em comum para transformar as três características do urbano no Rio de Janeiro: função, forma e estrutura.

A variável violência emergiu como obstáculo histórico para o empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro e seu projeto de cidade global. A violência difusa no contexto de globalização engendrou sentimentos de medo a partir da sua modalidade estrutural e estruturante. Santos (2000) afirma que este medo difuso é convertido em potência para estimular a competição e fazer mais dinheiro circular na economia capitalista, acarretando a desnecessidade da responsabilidade coletiva e individual como traço de uma violência estruturante. Segundo o geógrafo, a falta de solidariedade intrínseca a essa dinâmica ocasiona a sensação de desamparo e a propagação de um medo generalizado, afirmando que:

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas de nossas vidas: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha a partir de uma violência difusa, mas estrutural, típica do nosso tempo, cujo nosso entendimento é indispensável para compreender, de maneira mais adequada, questões como a dívida social e a violência funcional, hoje tão presentes em nosso cotidiano (SANTOS, 2000, p. 58).

A violência estrutural e o medo difuso consolidam o conceito sociológico de segurança como polissêmico para compreender os desdobramentos do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. Os sentidos produzidos, reproduzidos e compartilhados em uma relação de poder assimétrica de maneira generalizada apontaram a demanda por segurança como interesse comum. De fato, a hipereposição de atos de violência urbana reforçou determinados medos sociais verificados no senso comum carioca, desde a perspectiva econômica até a continuidade biográfica dos indivíduos que vivem e/ou utilizam a capital fluminense. Dessa forma, o projeto de cidade global seria um pacote planejado para

transformar a cidade real em cidade ideal por meio do urbanismo, com aspectos modernizadores, tecnológicos e civilizatórios por parte das classes dominantes.

Os investimentos econômicos e sociais no Rio de Janeiro foram sendo consolidados à medida que o Brasil foi se cristalizando como *player* internacional com a ascensão dos BRICS<sup>111</sup> como bloco político contra-hegemônico em relação à União Europeia e aos EUA. A indústria petrolífera no estado homônimo oportunizou o investimento em estruturas materiais para transformar a capital fluminense em polo tecnológico, científico e de inovação, financeiro e de serviços, como modelo e laboratório para as outras metrópoles do país no que tange às políticas urbanas em um contexto mundial de crise das cidades capitalistas, agravadas no cenário latino-americano pelo capitalismo periférico. A consequência direta desses investimentos do governo federal, com os repasses dos *royalties* do petróleo, foi o aumento na oferta de empregos formais no estado e na cidade - trabalhadores com menor tempo de escolaridade formal para os serviços de construção civil e/ou comércio (classe trabalhadora tradicional); trabalhadores especializados (classe trabalhadora da globalização), principalmente na área de tecnologia, e profissionais liberais; servidores públicos (federais, estaduais e municipais).

Com efeito, os signos da cidade global idealizada vão sendo configurados no Rio de Janeiro. As categorias sociológicas *lugar* e *produção* na divisão social do trabalho no que tange às desigualdades nas diferentes tipologias de profissionais na capital fluminense são os prismas de análise do urbanismo como ideologia de classe como técnica aplicada na realidade. Essas categorias permitem enxergar a multiplicidade de economias e de culturas de trabalho em que está enraizada a economia global da informação por meio de processos concretos e localizados para construir o argumento de multiculturalismo das grandes cidades, sendo possível detectar novos tipos de políticas de desvantagens para trabalhadores (SASSEN, 2010, p. 86). Esse argumento é pertinente para compreender o empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro a partir da variável segurança, que pode ser somada às questões históricas e culturais que configuraram a função, a forma e a estrutura da cidade.

O Rio de Janeiro seguiu algumas particularidades no processo de transformação em cidade global. O Brasil, como *player* internacional, atraiu imigrantes de outros países para o seu território atrás de prosperidade e estabilidade econômicas, sociais e políticas. Cidadãos de países como Haiti, Senegal, Gana e Síria vieram de maneira massiva para o Brasil, por

---

<sup>111</sup> Sigla para o bloco econômico de países de economias emergentes no início do século XXI, formado por: Brasil, Rússia, China e África do Sul.

instabilidades econômicas e/ou situações de crise humanitária nestes países, o que lhes conferia o status de refugiados. Contudo, esse fluxo migratório massivo não teve como destino a capital fluminense, mas outras regiões do país, em especial a região sul, em virtude das indústrias agropecuárias, alimentícias e da construção civil, preferencialmente. O Rio de Janeiro atraiu estrangeiros de maneira mais difusa e individualizada. Nesse sentido, a cidade seguiu sua “vocação histórica” de polo de atração de migração interna, reforçando o argumento de Lefebvre sobre as *ciudades-capitais* terem uma relação de metrópole com semi-colônias, no que tange cidades de outras regiões do país.

A metrópole carioca apresentou os problemas históricos e sociais para novos e antigos usuários: a violência urbana. As tentativas formais e informais na área da segurança pública seguiram sendo um obstáculo para a resolução de conflitos sociais e as contradições do capitalismo periférico do empreendedorismo urbano evidenciados pelos dilemas da “modernidade tardia”. O alinhamento de forças políticas na área da segurança pública para o Rio de Janeiro construiu um modelo que, segundo as autoridades, atendia às especificidades e particularidades do projeto urbanístico para as cidades. As esferas de governo federal, estadual e municipal formularam uma política de segurança pública de viés territorial que reafirmaria a cidade como laboratório de experiências urbanas para o Brasil, no caso, o modelo de *cidade segura*: as UPP.

### **7.1. Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP)**

No final de 2008, foi implantado na favela Santa Marta, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, o piloto do que seria a primeira Unidade de Polícia Pacificadora. O programa ficou conhecido pela sigla de suas iniciais: UPP. Lançadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SESEG) sob a titularidade de José Mariano Beltrame, no Governo de Sérgio Cabral Filho, as UPPs tinham como objetivo a retomada de territórios da cidade em que os conflitos armados em decorrência da presença de narcotraficantes eram deflagrados e a ocupação e permanência do Estado nas localidades. Atualmente, são 38 UPPs no Rio de Janeiro, com um efetivo de 9.543 policiais<sup>112</sup>.

As UPP eram o carro-chefe do Programa Estadual de Pacificação das Favelas. Este programa tinha como objetivo a retomada de territórios dominados pelos narcotraficantes a partir da ruptura com as antigas práticas policiais e uma inovação na gestão de segurança pública. Nesse sentido, os idealizadores empregaram a expressão “*fim do fuzil*” como forma

---

<sup>112</sup> Fonte: sítio oficial das UPPs: <http://www.upprj.com/>. Acesso em 04/02/2018.

de definir a alteração pretendida nas relações dos moradores com o Estado (LEITE, 2015, p. 386).

As UPP possuíam etapas bem definidas no seu projeto inicial. De acordo com o Decreto nº 42.787 de 2011, o processo de pacificação é realizado em três grandes etapas: análise estratégica, planejamento operacional e ocupação operacional. Esta última corresponde às quatro fases de implantação do programa de polícia pacificadora, a saber: 1- intervenção tática; 2-estabilização; 3-implantação da UPP e 4-avaliação e monitoramento (MELLO & MUNIZ, 2015, p. 47). Porém, o decreto nº 45. 186, de 17 de março de 2015, revogou completamente as disposições postas no decreto anterior. Nesse sentido, o novo decreto enuncia cinco etapas das Unidades de Polícia Pacificadora, no seu artigo 2º <sup>113</sup>:

I - ANÁLISE ESTRATÉGICA - etapa em que a SESEG, baseada em critérios técnicos que consideram conhecimentos e dados produzidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) e pelas agências de inteligência, dimensiona os recursos humanos e materiais necessários e pré-seleciona a(s) área(s) que será(ão) contemplada(s) com a Política de Pacificação e o Programa de Polícia Pacificadora (PPP), bem como ocorrem as ações de articulação, interação e interoperabilidade com outros entes federativos e outras instituições;

II - INTERVENÇÃO TÁTICA - Etapa em que, após as reuniões de planejamento e coordenação, são deflagradas ações policiais táticas, realizadas preferencialmente pelas forças do Comando de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar, com o objetivo de recuperar o controle estatal da área escolhida para a pacificação, e por efetivo especializado da Polícia Civil, visando a operacionalização das investigações em curso referentes ao local.

III - ESTABILIZAÇÃO - Momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área escolhida, antecedendo as ações da polícia pacificadora.

IV - IMPLANTAÇÃO DA POLÍCIA PACIFICADORA - Ocorre quando os fatores de risco à integridade física das pessoas estão relativamente controlados pelas forças de segurança, sendo possível o exercício da Polícia Pacificadora.

V - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - Ocorre a partir da implantação da polícia pacificadora para orientar eventuais correções periódicas, bem como acompanhar a evolução dos riscos à integridade física das pessoas envolvidas no processo, para a adoção das ações de polícia mais adequadas.

Há que se observar que as políticas anteriores à UPP – os PPC e o GPAE - não apresentaram o apoio social e a ampla divulgação dos meios de comunicação. Esse processo pode confundir o projeto das UPP como uma estratégia de marketing para o relançamento do GPAE por outro grupo político, tendo em vista que este último fora abandonado no ano anterior às UPPs (GANEM MISSE, 2013, p. 97-98). Outra diferença substancial que podemos salientar entre as UPP e os GPAE é referente à redução de seu efetivo. Enquanto o GPAE

---

<sup>113</sup> Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP –RJ). Verbete: Unidades de Polícia Pacificadora. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=61>. Acesso em 04/02/2018.

previa a redução de policiais à medida que as localidades fossem pacificadas por este projeto, as UPP tinham como premissa a expansão da política pública como forma de assegurar a sua eficácia, mantendo um alto número de policiais por tempo indeterminado (GANEM MISSE, 2013, p. 96-97).

Na filosofia de policiamento comunitário das UPP, os efetivos eram compostos majoritariamente por policiais recém-formados a partir da ideia de aproximação com os moradores das favelas nas quais o projeto foi implantado. A autonomia em relação aos batalhões de polícia locais também é um diferencial das UPP como política de segurança pública. Inicialmente, a ação territorial das Unidades estava subordinada à Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), sendo a premissa e o fator de identificação desse modelo. Outro ponto a ser ressaltado no policiamento comunitário das UPPs é a ideia de pacificação em oposição à noção de guerra, cristalizada nas últimas três décadas na cidade do Rio de Janeiro e remetida às favelas da capital fluminense pela presença territorial de narcotraficantes.

As UPPs apresentavam projetos sociais dentro de seu programa, que ficava a cargo da prefeitura do Rio de Janeiro por meio do Instituto Pereira Passos (IPP), que inicialmente eram chamadas de UPP Social: “*A UPP Social é a estratégia de promoção de integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)*”. Além disso, o programa da UPP Social tinha um acordo de cooperação firmado entre a prefeitura da capital fluminense e a ONU-Habitat, programa da ONU para assentamentos humanos<sup>114</sup>. Outras parcerias para as UPPs são da iniciativa privada, como bancos e outros ramos empresariais. Participação da iniciativa privada seria parte do projeto de integração das favelas no sentido de formalização da cidade através do mercado de trabalho formal. A UPP Social teria como objetivo básico ser um programa de “gestão social”, no qual foram pensadas duas Unidades Gestoras: local e central (GANEM MISSE, 2013). Em sentido mais extenso, os formuladores da UPP Social objetivavam (CUNHA & MELLO, 2011, p. 376):

- a) consolidar o controle territorial das áreas de favela recuperadas pelo Estado mediante o policiamento ostensivo e a expulsão dos grupos armados que ocupavam a área;
- b) urbanizar e oferecer serviços formais tais como fornecimento de energia elétrica e água;
- c) promover o desenvolvimento social e econômico da área; e, finalmente,
- d) construir meios que eliminem as fronteiras simbólicas e materiais que separam as favelas da cidade formal.

---

<sup>114</sup> Fonte: Sítio oficial do programa UPP Social. Verbete: programa. <http://uppsocial.org/programa/>. Acesso em 05/02/2018.

Com efeito, a UPP Social atuaria como instrumento de consolidação de urbanidade, civilidade e de sociabilidade identificadas com o projeto urbanístico global para o Rio de Janeiro. Contudo, o lapso temporal de lançamento deste programa em relação à ocupação militar das favelas é um dado problematizado em nossa análise. A UPP Social foi lançada em agosto de 2010, quase dois anos após o início do Programa Estadual de Pacificação de Favelas (LEITE, 2015, p. 387), projeto no qual as UPP estavam inseridas. Outra observação a ser feita foi a mudança de nome do programa para *Rio + Social*, que atende mais de 30 áreas da cidade, inclusive uma não pacificada – a região da Maré - segundo o sítio oficial do programa<sup>115</sup>. Esses dois pontos indicaram a possibilidade de desconexão e de descontinuidade dentro do programa.

A série histórica de indicadores criminais entre os anos de 2007 e 2015 nos traz números para interpretarmos as ações das UPP no sentido de ações efetivas e prevenção ao crime nas áreas em que o projeto foi implantado, detalhadas na tabela abaixo:

---

<sup>115</sup> Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro – Rio + Social. Verbete: programa. <http://www.riomaisocial.org/programa/>. Acesso em 05/02/2018.

**Tabela 1** Principais indicadores de criminalidade e atividade policial em áreas de UPP (2007 a 2015)<sup>116</sup>

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Homicídio doloso	179	140	99	92	75	64	52	72	109
Lesão Corporal seguida de morte	2	2	0	2	3	0	3	0	2
Latrocínio (roubo seguido de morte)	0	3	3	1	2	4	1	1	1
Homicídio decorrente de oposição à intervenção policial	180	139	128	52	38	37	20	24	38
Letalidade Violenta	361	284	230	147	118	105	76	97	150
Ocorrências em flagrante	381	343	576	642	887	1.184	1.475	1.625	1.783
Armas apreendidas	757	498	458	274	311	224	160	214	345
Apreensão de drogas	580	526	947	912	1.392	1.947	2.564	2.744	2.469
Roubos	2.267	2.210	1.678	1.557	1.263	943	1.003	1.376	1.465
Furtos	1.204	1.500	1.606	1.714	2.092	1.947	1.939	1.908	1.918
População	670.817	675.935	681.091	686.287	690.142	693.871	698.174	700.754	703.246

A tabela contém dados que indicam a continuidade e a descontinuidade de determinados atos criminais com a implantação das UPP. Ao considerarmos os crimes violentos contra a pessoa, as categorias *lesão corporal seguida de morte* e *latrocínio* mantiveram o mesmo padrão nesse recorte temporal. As categorias *homicídio doloso*, *homicídio decorrente de oposição à intervenção policial* e *letalidade violenta* apresentaram oscilações significativas na comparação entre os períodos antes e depois da implantação das

<sup>116</sup> Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP –RJ). Verbete: Unidades de Polícia Pacificadora – Balanço de Indicadores da Polícia de Pacificação. Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/Uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacifizacao2015.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/BalancodeIndicadoresdaPoliciadePacifizacao2015.pdf). Acesso em 06/02/2018.



UPP. Nesse sentido, observamos na referida tabela que o menor número de registros de ocorrências foi no ano de 2013.

No caso dos crimes de ordem patrimonial, identificamos oscilações em todas as categorias apresentadas na tabela. Porém, podemos interpretar que o aumento do registro é um indicador da presença da autoridade policial nas áreas que receberam as UPP. Duas categorias são ilustrativas nesse sentido: *ocorrências em flagrante*<sup>117</sup> e *apreensão de drogas*. Ambas as rubricas podem denotar a ação preventiva da polícia ou a mudança de relação com a população local para o registro de ocorrências. O aumento dos registros de ocorrência não é um sinônimo de crescimento da violência necessariamente. Ele é um indicador de redução da subnotificação estatística do Estado, que serve de parâmetro para o controle social e para formulação de políticas públicas.

Outro fator considerado positivo das UPP foi a redução e/ou a eliminação de confrontos armados nos territórios nos quais o modelo foi implementado. Os tiroteios eram a materialização do risco eminente da continuidade biográfica dos indivíduos que compõem e/ou circulam nas favelas e em suas cercanias, caracterizando o fim desses atos como demandas emergenciais. Com a permanência do policiamento de proximidade das UPP, a chamada “*síndrome do cabrito*”, dos policiais que subiriam o morro apenas em momentos de conflito e desceriam ao término de suas missões mais emergenciais (MELLO & MUNIZ, 2015), seria “tratada”, dando mais efetividade na prevenção da ocorrência de tiroteios. Nesse sentido, há uma polissemia no conceito de “pacificar” intrínseco à interpretação de segurança nas UPP, uma vez que as categorias *território* e *comunidade* apontam para o protagonismo de diferentes atores sociais. O território indica o protagonismo do Estado e *comunidade* denota o protagonismo da população das favelas:

Há uma distinção operada pelos discursos da pacificação que parece jogar um papel estratégico, estruturante, nos conteúdos e práticas de proximidade (...) A noção de *território* aparece com mais ênfase quando se situa a necessidade de garantir a soberania estatal e a sua instrumentalidade policial, expressas sob a forma de uma operação especial ou militar para a retomada de áreas com governos autônomos ilegítimos (...) *ocupa-se o território* para impor uma *paz civil*, [Polícia] *que leva a paz às comunidades*. (...) Já a noção de comunidade é acionada quando se exalta a soberania popular e suas singularidades, expressas sob a forma de ações sociais em complemento a atuação ordinária e tutelar da polícia como um instrumento de empoderamento dos moradores e de aceitação de algum nível de autogoverno legítimo. [...] *resgata-se a comunidade* para promover a *paz social*, delimitando o seu lugar com a *presença do estado* (MELLO & MUNIZ, 2015, p. 49).

---

<sup>117</sup> De fato, esta categoria nos pareceu um tanto genérica, suscitando dúvidas se o crime foi: ou tentado, ou consumado. Além de não se verificar se era um crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, ou até mesmo uma modalidade conexa.

As UPP apresentaram a fronteira entre a sujeição e a obediência de uma política pública que tem o território como conceito central. Apesar da alteração morfológica das relações sociais, há um acúmulo histórico de conflitos entre a população marginalizada das favelas em relação às representações simbólicas do Estado, sendo foco de resistências por parte dos indivíduos que foram incluídos de maneira precária na sociedade carioca. Segundo as antropólogas brasileiras Jacqueline Muniz e Kátia Mello, essas fronteiras estão inseridas em um cenário de autoridade e legitimidade disputadas, explicitadas pelas categorias território e comunidade, no qual “*o embate entre a memória oficial desejada e a memória coletiva acumulada com tudo que estas comunicam de busca de coesão interna, demarcação simbólica de fronteiras e sentido de identidade*” (MELLO & MUNIZ, 2015, p. 49).

As UPP seriam vetores de reconfiguração de sentidos, sendo a noção de pacificação o princípio orientador das ações policiais nos territórios. Mello & Muniz defendem que o policiamento de proximidade aponta para cenários diferentes para os atores sociais envolvidos no processo de implantação, o que possibilitaria a ruptura de visões hegemônicas e práticas arraigadas, sendo indicador de uma ordem prática do modelo com fins políticos. Dessa forma, as antropólogas escrevem que essa simbologia conduziria “*à mobilização de protagonistas, em vários níveis decisórios, que pregam uma nova fala não apenas nos seus discursos, mas também por meio de instrumentos normativos, procedimentais e avaliativos que induzam a uma nova cultura institucional*” (MELLO & MUNIZ, 2015, p. 50), sendo uma virtude da implantação das UPP.

Ao considerarmos a filosofia e os dados apresentados, o modelo UPP alcançou níveis de aceitação e legitimidade social de maneira rápida. Inicialmente, o modelo consolidou a modalidade territorial como paradigma de formulações de políticas de segurança pública por demonstrar sua eficácia na redução de crimes por meios estatísticos. Essa comprovação diminuiria a produção social da sensação de *insegurança ontológica* (YOUNG, 2002, p. 33) e do sentimento de medo difuso inserido em uma violência estrutural (SANTOS, 2000). O ato de *ir e vir* nas favelas pacificadas e ocupadas pelas UPP também é um dado que indica a segurança do território, aumentando a circulação de pessoas pelas ruas e vielas das comunidades, o que joga luz no conceito de *direito à cidade*. A presença de indivíduos identificados como membros das classes alta e média nas favelas do Rio de Janeiro após a implantação das UPP é um indicador da dissipação coletiva da idealização dessas localidades como territórios de violência e de medo.

A garantia da produção do conjunto de práticas sociais, políticas e econômicas estaria inserida no projeto urbanístico no qual a cidade global seria a *cidade segura*, apontando para expectativas positivas de progressão e continuidade materiais e físicas universais dos indivíduos que compõem a sociedade carioca, sejam de classes marginalizadas ou de classes privilegiadas, pelo conceito de segurança. Assim, as UPP se consolidaram também como símbolo de segurança pública desejada por autoridades políticas, gestores e de populações pelo Brasil, e provocando interesse mundial, indicando também a continuidade do Rio de Janeiro como laboratório de implantação de políticas públicas no país.

## **7.2. Politização e mercantilização da segurança pública**

O sucesso inicial das UPP no Rio de Janeiro foi capitalizado pelos grupos políticos que formularam e efetivaram o modelo. Não obstante, as parcerias de setores privados da economia ao projeto foram indicadores do potencial positivo das UPP para o urbanismo proposto pelos gestores do empreendedorismo urbano carioca. No entanto, Ganem Misse (2013) afirma que as UPP não são um GPAE com marketing, sendo uma estratégia distinta da política anterior pelo seu desenho. Essa distinção também seria uma forma de criar a identidade da UPP como modelo hegemônico de segurança pública. Mello & Muniz afirmam que há uma política dos sentidos e uma ordem discursiva nas UPP que corresponderia a *“estratégias de persuasão que vão desde a identificação, valorização e cooptação de produtores de bens simbólicos dentro de uma organização ou comunidade, até as iniciativas mais cândidas de comunicação, marketing e publicidade junto aos públicos alvo que têm sido acionadas pelos gestores e operadores das UPPs”* (MELLO & MUNIZ, 2015, p. 50). Portanto, a princípio, concordamos com os argumentos de Ganem Misse e de Mello & Muniz sobre o modelo não se limitar a uma grife, mas analisaremos como o marketing mobilizado para projetar as UPP se insere no projeto de cidade global para o Rio de Janeiro.

A politização das UPP pode ser verificada nas campanhas eleitorais subsequentes. No ano de 2010, a segurança pública já figurava como tônica dos debates políticos e em programas de governos dos presidentiáveis Dilma Rousseff (PT-RS) e José Serra (PSDB – SP). A disputa discursiva de ambos os candidatos sobre a área da segurança pública circundava a possibilidade do governo federal apoiar iniciativas de instalação das UPP em outros estados do Brasil. O caso de Rousseff é mais emblemático, uma vez que o governo no qual ela fez parte como Ministra-Chefe da Casa-Civil, implantou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que previa políticas de segurança pública

territoriais para áreas periféricas de 26 estados da União e o Distrito Federal, ponto que será dissertado adiante. Além disso, os candidatos aos governos estaduais que concorreram no pleito supracitado também fizeram referências ao modelo para as suas bases eleitorais, sendo o então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, o grande beneficiado político, uma vez que foi reeleito em primeiro turno das eleições e projetando o seu nome a nível nacional.

Além dos dividendos políticos, a legitimação social das UPP também dinamizou a projeção internacional do modelo, sendo o norteador da reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro e tendo viés econômico. As consultorias e palestras fora e dentro do Brasil dos gestores e idealizadores do modelo foram canais de comunicação que atraíram investidores estrangeiros para a cidade por meio do selo “UPP” de garantia de segurança. As três letras se tornaram marca do projeto de *cidade segura* para a competição urbana global na qual a capital fluminense estava concorrendo. A soma do neodesenvolvimentismo federal, indústria petrolífera estadual e do empreendedorismo urbano como forma de governança municipal ganhava outro elemento, as UPP, como via de crescimento econômico que caracterizava o urbanismo como ideologia de classe. Porém, assim como os modelos de urbanismo, as políticas de segurança pública apresentaram disputas discursivas, políticas e sociais pelo país.

### *7.2.1. Disputas de modelos de segurança pública*

O caso do Rio de Janeiro é emblemático para compreendermos o quadro complexo da segurança pública no Brasil. Destarte, a área é caracterizada por ações de governo e não em políticas de Estado, sendo que o papel social das polícias no país não foi definido. Nesse sentido, as disputas de modelos de políticas de segurança pública no país apresentam a variável eleitoral de forma dependente pelo fato de a expectativa da troca ou da manutenção de determinadas forças sociais como titulares da administração estatal. Essa instabilidade é refletida nas ações dos comandos policiais de cada estado, uma vez que não há diretrizes ou protocolos institucionais definidos de maneira nacional, além das definidas no artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Podemos encontrar as funções das instituições policiais e as especificações das polícias estaduais no texto do artigo supracitado, no qual também é disposto o papel do município na área de segurança pública:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;

- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.<sup>118</sup>

As responsabilidades institucionais da União, estados e municípios na área da segurança pública estão definidas juridicamente pela Constituição Federal. Porém, as interpretações dessas funções estão sujeitas a mudanças em decorrência das eleições. Como apresentamos anteriormente, o período de transição das ditaduras para as democracias formais no Cone Sul apresentaram disputas no entendimento e no reconhecimento de novos sujeitos de direitos humanos na América Latina para retirá-los da condição de marginalidade social. O paradigma de segurança cidadã, uma perspectiva preventiva e garantidora de direitos de cidadania, emerge no debate sobre o tema da violência, em contraposição ao modelo tradicional reativo das polícias e a tendência punitiva do sistema de justiça criminal no Brasil. Nesse sentido, foi lançado o PRONASCI, por meio do Ministério da Justiça, em 2007, que se pretendia uma matriz de orientação das ações de segurança pública para além das atividades policiais.

O PRONASCI tinha como carro-chefe o programa *Territórios de Paz*. Os Territórios de Paz eram um projeto guarda-chuva, dentro do qual foi desenvolvido projetos de prevenção à violência contra mulheres e jovens, vítimas menos e mais visíveis, respectivamente. No caso específico dos jovens, os recortes etários e de gênero eram explícitos, os de classe e de raça de maneira tácita. A premissa do PRONASCI tinha como público-alvo “*jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei; presos ou egressos do sistema prisional*”, além de reservistas das Forças Armadas, que poderiam ser

<sup>118</sup> Fonte: Sítio Oficial do Senado. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/art\\_144\\_.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_144_.shtm). Acesso em 09/02/2018.

recrutados para o narcotráfico (SILVA DE OLIVEIRA, 2014, p. 84). Porém, essa premissa reforça a representação social do criminoso idealizado: negro, periférico e/ou favelado. Ou seja, essas políticas apresentaram uma ambiguidade em sua interpretação: ora como forma de estigmatização e vigilância sobre tipos ideais suspeitos, ora como via de inserção na sociedade, ainda que tenda a reproduzir a inclusão precária.

O projeto *Território de Paz* foi formulado com a metodologia Estado-rede em atuação (União, Estado e Município). Em nossa dissertação de mestrado (2014), o objeto de análise sociológica foi o projeto implantado no município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, por ter sido considerado o *Território de Paz* mais bem-sucedido pelos gestores do PRONASCI, no bairro periférico de Guajuviras. A redução da violência letal no município gaúcho foi resultado da ação integrada das três esferas com investimento em tecnologia em vigilância e capacitação da guarda municipal, além dos projetos sociais de prevenção à violência contra mulheres e jovens. A implantação do projeto, em 2009, pode ser uma das dimensões explicativas da vitória eleitoral de Tarso Genro ao governo do estado, em 2010; uma vez que o PRONASCI foi criado quando ele era titular do Ministério da Justiça, indicando a capitalização política do tema segurança pública e do alinhamento de forças sociais para ações decisórias.

Apesar do sucesso inicial, o *Território de Paz* do Guajuviras passou por reformulações em seu desenho original. Em 2011, a criação do Programa *RS na Paz* passou algumas competências do PRONASCI para a esfera estadual e a mudança do desenho do projeto para quadrante-nordeste<sup>119</sup>, região de Canoas na qual está o bairro, denotam as variações que um projeto de segurança pública pode passar. O videomonitoramento começou a ser referenciado como o diferencial para acionar as forças de segurança em virtude do aumento da violência no território a partir do ano de 2013, sendo os projetos sociais preventivos apresentados de maneira secundária. Ademais, a fragilidade das equipes técnicas desses projetos foi verificada pela falta de definição institucional do seu papel e do município porque exerciam funções públicas e eram profissionais terceirizados, ocasionando uma interpretação dúbia na legitimidade e no reconhecimento sociais de que eram agentes de segurança cidadã por parte da população. Portanto, o viés tradicional de reação foi retomando o espaço que foi ocupado pela filosofia da segurança cidadã no *Território de Paz* do Guajuviras.

---

<sup>119</sup> A cidade de Canoas é dividida administrativamente em quatro quadrantes: Nordeste, Noroeste, Sudeste e Sudoeste. Ver: SILVA DE OLIVEIRA, 2014, p. 98.

Em termos comparativos, o que a experiência gaúcha de política de segurança pública contribui para a nossa análise sobre as UPP? Em primeiro lugar, o Rio de Janeiro também estava contemplado pelo projeto *Território de Paz* do PRONASCI. Em 2008, o então presidente Lula esteve no Complexo do Alemão para lançar o projeto na localidade e, no ano seguinte, o PRONASCI foi implantado junto às UPP na capital fluminense, que seria uma espécie de projeto-piloto para o país (ESTIVALET, 2018, p. 50). Porém, as UPP ficaram na pasta da Segurança Pública e a parte social com o município, enquanto os projetos do PRONASCI ficaram a cargo da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Assistência Social, incidindo na visibilidade das equipes do *Território de Paz* na cidade (GANEM MISSE, 2013, p. 177), isso indica a distinção e o grau de importância que os programas tinham para os governos no projeto de *cidade segura* para o Rio de Janeiro.

A distinção entre os projetos foi um dos fatores de visibilidade das UPP em relação aos *Territórios de Paz*. Foram identificados conflitos de competência institucional no desenvolvimento de projetos de matriz federal na implementação das UPP, em especial nas UPP Social, gerando confusão sobre a responsabilidade das ações governamentais e seus níveis de governança e a quem a população local deveria recorrer sobre as demandas (GANEM MISSE, 2013; OLIVEIRA *et al*, 2014). As equipes dos *Territórios de Paz* e da UPP Social não apresentaram um trabalho integrado, o que pode ser apontado como fator de desmobilização de moradores pelas promessas não cumpridas por parte das autoridades, além da falta de recursos econômicos próprios, divergências políticas e extrema burocracia (GANEM MISSE, 2013), apesar do investimento dos moradores das favelas na relação conflituosa com o Estado de manter os projetos pela possibilidade de melhora de vida pela integração urbana e inclusão social (LEITE, 2015, p. 378; OLIVEIRA *et al*, 2014, p. 182).

As UPP apresentaram a mesma premissa do PRONASCI com relação aos jovens que compõem as populações de territórios nos quais o modelo foi implantado. A juventude aparece como problema nos projetos e nas políticas públicas voltadas para este sujeito pela sua “*situação de risco*”, potencializada por condições ociosas, sendo direcionado para o mercado de trabalho formal e formação humanística (ROCHA, 2015, p. 320). Ademais, o indicativo de permanência dos territórios marginalizados demanda movimentos de incorporação a partir da formalização e da inclusão produtiva que estão disponíveis localmente para os mais pobres (LEITE, 2015, p. 392; OLIVEIRA *et al*, 2014), já que as remoções se tornaram política, social e economicamente muito custosas.

Por fim, as UPP foram consolidadas como modelo de segurança pública para o Brasil por meio do apoio financeiro de empresários que tinham intenção de investir no Rio de Janeiro. As UPP são um projeto humano e economicamente muito custosos para a manutenção de seu funcionamento, mas necessário para o projeto de segurança da cidade global. Se os *Territórios de Paz* contavam com o financiamento de órgãos estatais e de raríssimas contribuições de pequenos comerciantes de bairro, as UPP contaram com doações milionárias de particulares. O maior mecenas particular do modelo foi o empresário Eike Batista, que em 2010 celebrou um acordo com o governo estadual para doar à SESEG R\$ 20 milhões por ano, até 2014.

A fórmula das UPP cariocas foi sendo adotada e adaptada por outros estados, como a Bahia, indicando a marca do modelo como rótulo de gestão eficaz da segurança pública. Além disso, os produtos licenciados das UPP evidenciam a estratégia de internalizar a ideologia e a filosofia contidas no programa como hegemonia no campo das políticas de segurança pública. Em síntese, entendemos que as UPP inseridas em um projeto de empreendedorismo urbano têm como diferencial uma estratégia própria e abrangente de marketing em relação às políticas do PRONASCI.



Figura 3 - Policial distribuindo o quebra-cabeça das UPP para crianças (Unidade Rocinha)<sup>120</sup>

### 7.2.2. UPP: ações privadas e megaeventos

Até aqui apresentamos as disputas discursivas de modelos de política de segurança pública no país. As UPP emergiram como modelo bem-sucedido nessa temática, com um desenho e desenvolvimento definidos em seus objetivos. Algumas premissas do PRONASCI foram incorporadas nos enunciados programáticos das UPP. Segundo Mello & Muniz (2015), os objetivos das UPP seriam reintegrar a *cidade partida*, conhecida também pela dicotomia “*morro x asfalto*” no Rio de Janeiro, por meio do desenvolvimento socioeconômico que

<sup>120</sup> Fonte: Sítio Oficial das UPP. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/foto/fotos-interna/Rocinha/P216>. Acesso em 12/02/2018.



requalificaria as comunidades e o enfrentamento ao crime organizado, ocasionando a oferta de serviços públicos por parte do estado. As antropólogas se baseiam no decreto que instituiu a política de segurança pública como parâmetro para a implantação do modelo em determinados territórios, afirmando que a trindade *segurança, cidadania e inclusão social* “*parece sintetizar o campo de resignificação da missão policial militar de servir e proteger, proposta pelos gestores*” (MELLO & MUNIZ, 2015, p. 53):

- (i) presença ostensiva das armas de guerra;
- (ii) uso criminoso do território;
- (iii) elevados índices de criminalidade violenta letal;
- (iv) necessidades operacionais acima das possibilidades locais;
- (v) alta informalidade;
- (vi) ausência institucional do estado; e
- (vii) deficit social elevado.

A afirmação de Mello & Muniz (2015) pode ser problematizada, tendo em vista que estas localidades já tiveram histórico de políticas de caráter autoritário no sentido estatal e societário. Além disso, os pontos apresentados no programa das UPP como parâmetros para implantação do modelo. Ignácio Cano demonstra que, inicialmente, a implantação das UPPs no Rio de Janeiro não teve como parâmetro a geografia das ocorrências criminais, mas critérios que indicam áreas de potenciais turísticos e imobiliários da zona sul e, posteriormente, as regiões que compreendem o *corredor olímpico* e as áreas de interesse do mercado financeiro, como portos e aeroportos, além do centro a partir da revitalização (CANO, 2012). Com efeito, o conceito de segurança pode ser trabalhado no sentido polissêmico pela interpretação de quais seriam os sujeitos e atores sociais dessa proteção e dessa garantia.

As variáveis violência urbana e crime organizado foram transmutadas em fenômenos sociais de ordem territorial nortearam ações de controle e vigilância por parte dos gestores do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro, sendo a UPP um possível instrumento para produção de sentimento de segurança difusa. Ao considerarmos os argumentos de Foucault (2008), o controle social do crime é um mecanismo de administração das populações e não de territórios, já que a ideia é manter os índices criminais dentro de um limite social e economicamente aceitáveis para que não se altere a dinâmica social e as relações de poder. O filósofo afirma que os dispositivos de disciplina e de segurança são necessários para que haja a sujeição da população a um sistema legal e para que haja o não abandono do poder soberano. Nesse sentido, Foucault faz a distinção entre lei, disciplina e segurança:

A lei proíbe, a disciplina prescreve e a segurança, sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que

essa resposta anule essa realidade a que ela responde - anule, ou limite, ou freie, ou regule, Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos da segurança (FOUCAULT, 2008, p. 61).

Foucault defende que o lugar de atuação da segurança é na realidade. Para ele, a segurança faz os elementos da realidade atuarem uns em relações aos outros, ao contrário da lei que trabalha o imaginário e da disciplina que complementa a realidade (FOUCAULT, 2008, p. 62), afirmando que “*a segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina*” (Idem, p. 14). A internalização desses conceitos disciplinaria os corpos de indivíduos de populações marginalizadas para a normalização do controle social coercitivo por meio de um processo civilizador inserido no urbanismo como ideologia e ilusão das classes dominantes no Rio de Janeiro e instrumentalizado pelas UPP.

O urbanismo como ideologia das classes dominantes emerge ao transformar as favelas em mercadoria. A noção de liberdade pelo mercado de trabalho é um traço da ideologia neoliberal intrínseca ao empreendedorismo urbano desenvolvido no Rio de Janeiro que pode atuar como forma de atenuante de marginalidade pelo estímulo à cidadania do consumo como forma de inserção na sociedade para os favelados. A partir dessa lógica, os trabalhadores informais da favela seriam transmutados em empreendedores que trabalham por conta própria, sendo a possibilidade do indivíduo favelado se tornar um “novo homem” civilizado, territorializado, pacificado e capturado pelo mercado e pela ideologia da cidade global (LEITE, 2015, p. 396-397; SASSEN, 2010). Nesse sentido, o empreendedorismo individual opera com as ideologias neoliberais para a construção e reprodução de lógicas norteadoras do capitalismo como ações cotidianas, como a cultura de vencedores e perdedores no mercado de trabalho por meio da meritocracia, o que faz com que a ideia de “*captura*” se torne problemática sociologicamente pela agência e a capacidade de juízo do sujeito de marginalidade, ou seja, também pela sua ação e não apenas pela sua passividade.

Do ponto de vista econômico, as UPP conferiram às favelas nas quais o modelo foi implantado uma marca positiva. Porém, ao considerarmos a segmentação territorial do Rio de Janeiro, verificamos que essa marca é um potencial de possibilidade para fazer negócios por parte dos moradores e não algo universalizado. Ou seja, a inclusão produtiva tornaria os territórios ocupados pelas UPP mais seguro para a cidade nos sentidos: econômicos, sociais, estruturais e sanitários. De fato, não há como negligenciar a dimensão do trabalho formal como construtora de identidade social positiva e uma possibilidade de “uma vida melhor” de populações favelas e/ou periféricas, nas perspectivas material e simbólica.

Essa dimensão se torna mais relevante em nossa análise pelo processo histórico de marginalização das populações das favelas cariocas, criminalizadas coletivamente sob o estigma da pobreza e da convivência com o crime organizado. O trabalho formal como identidade social positiva pode ser compreendido na medida em que a carteira de trabalho é a comprovação documental de que o indivíduo marginalizado é um “*trabalhador*”, sendo uma via de reivindicação de direitos por parte do sujeito de marginalização (DAS & POOLE, 2008). Essa identidade seria contrária ao rótulo de “*vagabundo*”, remetido à vida desviante e delitiva consolidada na categoria social “*bandido*” (MISSE, 2010). Portanto, a dimensão do trabalho aponta para a cidadania do consumo como estratégia de distinção e de defesa contra possíveis violações de direitos e formas de solidariedade a partir da estima social.

As UPP tiveram reflexos nos bairros que cercam os territórios ocupados pelo modelo de segurança pública. A implantação das Unidades oportunizou investimentos em projetos urbanísticos que visavam a melhoria material e paisagística de determinadas zonas do Rio de Janeiro, fortalecendo suas vocações manufaturadas pelos gestores do empreendimento urbano. Se os pequenos empreendedores das favelas tiveram chances de aumentar seus ganhos, os empresários de setores econômicos estratégicos para o projeto de cidade global obtiveram um aumento considerável em suas margens de lucros com as UPP. Os setores imobiliários, turístico, hoteleiros e de serviços foram os maiores com a conjugação entre a política de segurança pública e a realização de megaeventos na cidade. Em termos relacionais, podemos concluir que a inclusão precária das populações das favelas do Rio de Janeiro permanece nos meios de produção da cidade global, tendo em vista os ganhos residuais de indivíduos que compõem este grupo em comparação ao setor empresarial, por este última se caracterizar como classe. Porém, o *impossível-possível* da *sociedade burocrática do consumo dirigido* de Lefebvre é identificado pela ideologia da liberdade pelo trabalho e pelo mercado para a população marginalizada.

A contraposição entre a classe dominante, aqui representada pelos empresários, e a classe dominada das favelas é um indicador da inclusão precária que acarreta interpretações ambivalentes sobre as UPP. Paradoxalmente, a implantação do modelo foi um fator de regulação fundiária por parte dos moradores, que lhes conferiu o direito formal à propriedade, e também um dos fatores de especulação imobiliária nas favelas, como nos bairros que cercam esses territórios. O valor de troca do solo foi alavancado pelo registro legal e pela ideia de segurança, o que elevou os preços de aluguéis, afetando as populações mais pobres.

A ideia de “remoção branca” pela impossibilidade de pagar os gastos emerge no contexto das UPP.

O *desadensamento populacional* também é um fator que pode significar a retirada de moradores, mas pode ser um indicador da entrada do Estado em serviços públicos essenciais. O surto de tuberculose<sup>121</sup> e o problema do esgoto nas favelas do Rio de Janeiro são exemplos sanitários nos quais a presença das UPP pode colaborar no acesso à saúde, porém demandaria reformas estruturais e materiais nos territórios, o que acarretaria a retirada de pessoas de algumas áreas. Apesar de trazer certos níveis de tranquilidade e previsibilidade aos moradores das favelas, esses fatores podem representar a permanência da ideia de “risco” pela presença de uma população marginalizada, sendo um catalisador para argumentos de vigilância, suspeição e até remoção territorial desse grupo social por parte das classes dominantes como forma de garantir a “*segurança social*”.

O urbanismo como ideologia e ilusão de classe é evidenciado pela noção de segurança para a construção da cidade ideal a partir das favelas pacificadas. A ideia de risco indica a oposição entre uma maneira *certa* e uma maneira *errada* do uso do solo, determinada pelos gestores do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. As dimensões midiática e lúdica do marketing da *cidade segura* para a competição urbana global são identificadas a partir da administração dos desejos da sociedade carioca. O jogo *Banco Imobiliário - Cidade Olímpica* é um exemplo categórico da articulação entre as UPP e o projeto de reconfiguração do espaço urbano da capital fluminense. A versão adaptada do jogo traz novas áreas, requalificadas pela intervenção urbanística, na qual é destacada a carta das UPP como forma de valorização do imóvel<sup>122</sup>.

As estratégias de marketing das UPP podem indicar quais os tipos de relações são mobilizadas entre autoridades estatais e setores privados da sociedade e os objetivos do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. O quebra-cabeça temático das UPP e o *Banco Imobiliário – Cidade Olímpica* indicam a prioridade para as crianças e insere a ideia de uma “juventude perdida”, ainda que existam jovens normalizáveis por meio da inclusão produtiva via mercado de trabalho formal (LEITE, 2015, p. 390-391), o que podemos relacionar com a

<sup>121</sup> Fonte: Agência Brasil de Notícias. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/campanha-quer-enfrentar-alta-incidencia-de-tuberculose-no-rio>. Acesso em 14/02/2018.

<sup>122</sup> Segundo a urbanista e professora da Universidade de São Paulo (USP), Raquel Rolnik: “novas ‘marcas’ da Rio Cidade Olímpica : o Porto Maravilha, a Clínica da Família, o Bairro Carioca, os BRTS (vias expressas de ônibus) , o Museu de Arte do Rio, o Museu da Imagem e do Som etc. Nas cartas de sorte ou revés, que definem ganhos ou perdas no patrimônio dos jogadores, há pérolas como ‘Seu imóvel foi valorizado com a pacificação da comunidade vizinha. Receba R\$ 75 mil.’”. Fonte: Blog da Raquel Rolnik. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/02/27/banco-imobiliario-cidade-olimpica-seria-comico-se-nao-fosse-tragico/>. Acessado em 14/02/2018.

perspectiva de “civilizado” e “incivil” (ELIAS, 1993) e de *corpos disciplináveis* para o trabalho (FOUCAULT, 2008). Outro ponto questionável é o investimento estatal em propaganda materializada que tinha como endereço as escolas públicas. As mudanças na função, na estrutura e na forma da cidade são abordadas de maneira que a interpretação sobre esses fatos seja positiva por uma perspectiva economicista do urbano, sendo dividendos políticos e econômicos capitalizados pelos gestores do empreendedorismo urbano e seus parceiros privados.

A complexidade das UPP como recorte sociológico ultrapassa a questão socioeconômica do Rio de Janeiro. O planejamento urbano de uma cidade “sem conflitos” e segura está na interseção dos desejos de habitantes de uma cidade na qual foi cristalizada a metáfora da guerra sobre a violência urbana. É legítimo o anseio da população carioca por segurança, mas a divisão territorial da cidade expõe a forma que essa demanda é interpretada e quais são as expectativas sociais, coletivas e individuais, para sua resolução. Além disso, quais forças sociais da cidade tem poder político de decisão. Dessa forma, o projeto de áreas vocacionadas do Rio de Janeiro reflete a pluralidade do cenário urbano carioca em sua segmentação espacial, assim: como seria a implantação das UPP, um projeto uniforme, em realidades territoriais tão distintas econômica, social, étnico-racial e culturalmente dentro do Rio de Janeiro?

### **7.3. Segmentação das UPP na cidade do Rio de Janeiro: simbologias, materialidades e funcionalidades**

A interpretação da relação entre sociedade, Estado e mercado é um dos recortes para compreender a segmentação territorial do Rio de Janeiro por aspectos materiais, funcionais e simbólicos. A ideia de transformar a capital fluminense em cidade global passa pela sua requalificação territorial para que seja reconhecida como *cidade segura* para investir, viver e trabalhar a partir das dimensões econômicas, de conhecimento e cultura, lazer e social. A construção de uma narrativa inclusiva e universal é um dos fatores para que o planejamento urbano ganhe adesão populacional. Setores privados, em especial a grande mídia, são atores sociais representativos na área política ao publicizar, de forma abrangente, as simbologias, as materialidades e as funcionalidades construídas, legitimadas e compartilhadas nesse processo.

O cenário territorial do Rio de Janeiro apresentou áreas de ocupações irregulares. Esse fato apontou para o déficit habitacional da cidade, o que nos leva à articulação com o conceito de *direito à cidade*. Nesse sentido, foram acionados discursos diversos sobre as formas de

regularização do uso do solo para uma cidade mais segura e funcional, o que impactou os moradores de favelas. Os aspectos ambientais, econômicos, sociais, entre outros ganharam dimensões de disputa política e jurídica pelo reconhecimento de sujeitos históricos de marginalização. Porém, como salientamos anteriormente, a o desejo legítimo de “*uma vida melhor*” por parte de moradores de favelas e periferia foi administrado pelos gestores do empreendimento urbano, sendo as UPP um instrumento eficaz para alcançar este objetivo.

A transformação da estrutura, da função e da forma do Rio de Janeiro tem aspectos de permanência e de mobilidade. Ao considerarmos a afirmação de Lefebvre, o nomadismo residencial como expressão do individualismo da sociedade contemporânea (LEFEBVRE, 2008, p. 92) cabe na interpretação do contexto *seguro* da capital fluminense, ou mesmo a ideia de permanência. As UPP também serviram de vetores de construção de uma autoestima territorial pelo fato de serviços comerciais de rua e espaços públicos para lazer foram sendo retomados com a ideia da qualificação através da segurança, aproximado da definição de Jacobs (2009) sobre a circulação de pessoas em vias públicas como forma de enfrentamento ao crime. O uso das ruas por parte dos cariocas que vivem e circulam pelas favelas e/ou bairros nos quais o modelo foi implantado apresentaram os signos, os significados e a linguagem da pacificação.

Porém, a ideia de vocação territorial trouxe consigo outros tipos de conflitos sociais. A definição vocacional foi uma decisão “*de cima para baixo*” dos gestores em relação às camadas mais populares do Rio de Janeiro. As estratégias e ações do planejamento urbano da cidade global carioca não apresentaram a tão propagada “*participação popular sem precedentes*” no processo decisório. Apesar da aparente adesão, a reconfiguração do espaço urbano da cidade atendeu prioritariamente as áreas de interesse privados sob o argumento de legado olímpico.

Ganem Misse apresenta em sua tese a percepção dos policiais das UPP sobre os objetivos do programa que podem ser conectados à ideia de cidade global para o Rio de Janeiro e a variável violência urbana. O sociólogo descreve as percepções de agentes de segurança envolvidos nesse modelo da seguinte forma:

70% dos policiais concordava com a afirmação de que as UPPs foram criadas para garantir a segurança da Copa e das Olimpíadas, 68% acreditava que a escolha das comunidades foi feita para tranquilizar a classe média, 65% achava que são um programa eleitoreiro e 57% pensava que as UPPs não resolveriam a criminalidade,mas apenas a deslocariam para outros lugares (GANEM MISSE, 2013, p. 114)

Outra contribuição que Ganem Misse nos traz é a perda de fôlego da UPP Social para a mobilização e adesão dos moradores das favelas ao projeto. Isso nos auxilia a interpretar as possíveis dimensões explicativas da relação dialética entre o empreendedorismo urbano e o *direito à cidade* no contexto de competição global das cidades em que o Rio de Janeiro foi inserido. Segundo o sociólogo, houve um esgotamento do sistema proposto a partir de 2012, catalisando uma série de frustrações dos moradores por conta da falta de prestação de serviços:

Muitas foram as falas de moradores criticando a UPP Social por conta da falta de respostas às demandas. Também houve muitos relatos de desmobilização devido ao modelo do Fórum da UPP Social ter esvaziado os fóruns locais já existentes e não ter conseguido devolver as demandas (...) observamos que a baixa governabilidade que o IPP teve para articular os serviços que se propunha melhorar nas comunidades acabou por atrapalhar a própria formação da UPP Social (GANEM MISSE, 2013, p. 180).

Dessa forma, a ideia de amplo debate e participação social da população para atos decisórios não foi verificada na prática para a implantação territorial do programa de segurança pública. O desenho das UPP é categórico nesse sentido, tendo em vista a grande concentração das unidades na zona sul, centro e na área da grande Tijuca, área na qual está o corredor da Copa do Mundo e das Olimpíadas:

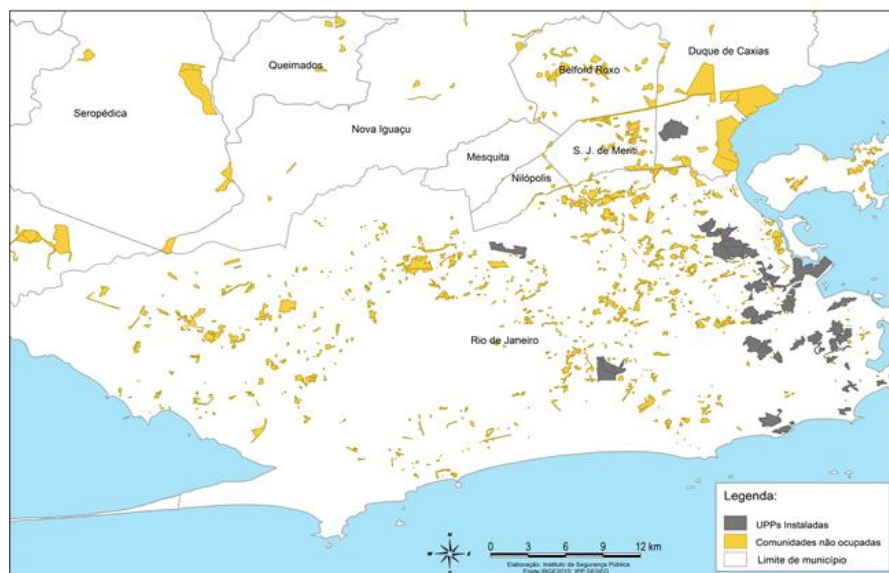


Figura 4 - Mapa das UPP (Fonte: ISP-RJ).

Em termos comparativos, os territórios que as UPP ocuparam uma parte da cidade. A afirmação de Cano sobre a funcionalidade das unidades pode ser articulada com o foco no projeto global para o Rio de Janeiro. A marca UPP está quase 100% nesse município e concentrada nas áreas estratégicas de circulação de mercadorias e de pessoas pelas principais

entradas e saídas da cidade. A zona oeste carioca aparece de forma residual no projeto, sendo grande parte negligenciada pelo programa. Ademais, a Baixada Fluminense só tem uma unidade neste mapa, sendo que é a região do estado que registra um grande número de homicídios. A partir da interpretação e compreensão das ações de governo e das reações sociais, construiremos argumentos analíticos sobre as simbologias, materialidades e funcionalidades das UPP em cada região para identificarmos as possíveis razões do desenho urbano expresso pelo mapa acima e as vocações territoriais a partir dos conceitos de violência, memória social, requalificação e relações de poder.

### 7.3.1. Zona Sul

Segundo informações oficiais da SESEG, a zona sul do Rio de Janeiro teve a implantação de oito Unidades de Polícia Pacificadora no seu perímetro urbano, sendo a primeira área da cidade a ter uma UPP: a favela Santa Marta. A história do desenvolvimento da favela, iniciada na década de 1920 atrás do terreno do colégio jesuíta Santo Inácio, passa pela migração de populações originárias do Vale do Paraíba após a crise do café que se estabeleceram na região, sendo que *“cerca de 20 anos depois, no recenseamento de 1950, o Morro Dona Marta já contava com 1.632 habitantes, sendo 787 homens e 854 mulheres. Do total, 728 eram analfabetos”* (CUNHA & MELLO, 2011, p. 378); reforçando o argumento das classes dominantes sobre as favelas como símbolo e materialização do atraso em relação à modernidade.

A favela Santa Marta recebeu visitantes ilustres. Em fevereiro de 1996, o *popstar* estadunidense Michael Jackson gravou um vídeo clipe na favela, fato que rendeu uma estátua em homenagem ao cantor. Porém, a permissão e a segurança da equipe de Jackson foram garantidas pelo chefe do tráfico da época, Marcinho VP, mediante um pagamento. A situação causou mal-estar entre as autoridades brasileiras e fluminenses por ter evidenciado a falta de controle sobre o território, indicador da perda de soberania, o que poderia transmitir uma imagem negativa do país. Esse fato tornou o morro conhecido internacionalmente, apontando para dois fatores: o potencial turístico do local e a possibilidade de construção de autoestima de populações marginalizadas.

Os conflitos sociais na favela Santa Marta são de ordens diversas. Do ponto de vista simbólico, há uma disputa política de significados por parte de moradores evangélicos, que se



referem à localidade como “*Dona Marta*”<sup>123</sup>, causando dubiedade na mídia e em documentos públicos sobre a favela (CUNHA & MELLO, 2011, p. 379). Outro fator simbólico que foi verificado com a implantação da UPP no Morro foi o endereço a partir das taxações como forma de existir legalmente para a cidade. A transformação de normas em valores acarretou conflitos sociais referentes ao reordenamento social por meio da regulação do espaço territorial pelo fato de a população marginalizada reivindicar um tratamento distinto, pois está inserida em uma realidade distinta do asfalto, ainda que os significados abarcados pelo poder público e pelo tecido urbano planejado sejam compartilhados entre os indivíduos.

A UPP da favela Santa Marta foi o piloto que apontou regularidades para a implantação do modelo para a zona sul do Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, a suspensão da violência armada teve um efeito significativo no *asfalto*. Ou seja, a classe média alta ou as classes altas tradicionais da cidade perceberam uma diluição do estado de “*guerra urbana*” que ensejava sensações de medo e de insegurança. Porém, este estado não configurava dados estatísticos de criminalidade da zona sul. Outro fato que podemos observar foi a especulação imobiliária que incidiu no valor de troca do solo dos bairros desta parte do Rio de Janeiro.

A área considerada nobre teve um aumento substancial nas dimensões econômica e financeira, tanto nos imóveis residenciais como nos estabelecimentos comerciais. A rede hoteleira e o setor turístico estão concentrados na zona sul e tiveram investimentos consideráveis com a aproximação dos megaventos e a implantação das UPP. Portanto, a interpretação de que o público-alvo primário das UPP nessa região era a população do *asfalto* é uma hipótese verificável.

A hipótese de que a população das favelas da zona sul que foram ocupadas pelas UPP não são entendidas como público-alvo primário é reforçada pela diferença entre os serviços públicos prestados nos territórios. Em termos comparativos, há uma discrepância entre a prestação de serviços públicos no *asfalto* e no *morro*. No entanto, esse tratamento diferenciado indica dois problemas de interpretação e compreensão sociológicas. O primeiro, a ideia de abandono dessa população marginalizada de maneira territorial na zona sul do Rio. O outro seria a dimensão dos direitos formais como forma de resolução de conflitos sociais inseridos em um contexto de informalidade. O fato concreto que podemos concluir é que o Estado entrou e permaneceu nas favelas com as UPP, sendo o fio-condutor da questão sociológica o seu desenvolvimento pela noção de *áreas vocacionadas*.

---

<sup>123</sup> De fato, o acidente geográfico no qual a favela está localizada é “*Dona Marta*”. Porém, a comunidade é “*Santa Marta*”.

A ideia de abandono histórico nas favelas da zona sul é problematizada pela interação direta entre pobres, ricos e classes médias inseridas no mesmo espaço urbano. De forma simultânea, a relação entre esses grupos sociais é caracterizada pela proximidade geográfica e física e pela distância material e simbólica. Esse contraste corrobora nossa afirmação da inclusão precária de marginalizados de maneira histórica no Rio de Janeiro pela funcionalidade dessas populações, o que as insere na economia de produção e consumo do capitalismo periférico, mas não as coloca no campo de cidadania plena. Como o caso da favela do Cantagalo, localizada entre os bairros de Copacabana e de Ipanema, que tem uma UPP implantada:

(..) composta por 4.771 habitantes distribuídos em 1.428 domicílios, conforme censo do IBGE de 2010. A história da ocupação do Cantagalo remonta à ocupação da orla da cidade do Rio de Janeiro e teve início por volta da década de 1930, com o desenvolvimento do bairro de Copacabana, quando trabalhadores encontraram na região uma melhor facilidade de acesso em relação central da cidade (OLIVEIRA & NUÑEZ, 2014, p. 28).

O indicador da imprecisão conceitual de abandono como “falta” é a verificação de projetos sociais progressos ao modelo das UPP nas favelas da zona sul. As ideias de pacificação, urbanidade e civilidade desses projetos sociais apresentam ações de caráter privado com o consentimento do Estado, sendo possível a interpretação de que são outras tecnologias de controle social informal de populações marginalizadas. Nesse sentido, as UPP evidenciaram a noção de vigilância sobre essas populações, ainda que as mesmas possam ter ganhos secundários em relação às camadas sociais privilegiadas.

Do ponto de vista jurídico, as UPP são indicadores das variações interpretativas dos direitos e das políticas públicas em relação às favelas, sendo um vetor de alterações morfológicas sociais e urbanas. A permanência da noção de direitos humanos como coisas de “*político e rico*” no entendimento de moradores das favelas que tiveram a implantação do modelo foi verificada de maneira regular. Essa interpretação se contrapõe a noção de direitos humanos construída no imaginário social brasileiro como “*direitos de bandidos*” a partir da década de 1980 para categorizar criminosos vindos de populações marginalizadas, principalmente narcotraficantes, sendo um dos vetores da coletivização criminal das mesmas.

Outro exemplo da variação interpretativa por parte dos moradores sobre as UPP que aponta para a ideia de vigilância é a forma que determinadas ações de segurança pública remetem à criminalização de seus hábitos. Ao considerarmos o direito à moradia, a UPP Social resgatou eixos norteadores do projeto favela-bairro, mas enfrentou resistência por parte de moradores por ser associada a um projeto de segurança pública (CUNHA & MELLO,

2011, p. 376). Além disso, manifestações culturais e artísticas foram associadas aos grupos criminosos que atuavam nos territórios.

O caso do *funk* foi emblemático, tendo em vista que ele foi inicialmente proibido na favela Santa Marta por ordem direta da comandante da UPP, sob a alegação da perturbação da tranquilidade local. Com efeito, a partir da proibição dos bailes *funk* identificamos a assimetria de poder nesses territórios, uma vez que a administração militar parte de uma lógica vertical e hierarquizada de comando, não sendo permitida a contestação, condição primária do fenômeno urbano, segundo Lefebvre, problematizando a ideia de integração de população marginalizada na “*cidade ideal*”.

A composição étnico-racial das favelas da zona sul do Rio de Janeiro apresenta variações que podem incidir na ideia de área vocacionada. O sociólogo brasileiro Eber Marzulo descreve em sua tese as distinções internas na favela Pavão-Pavãozinho, localizada entre os bairros de Copacabana e de Ipanema, comparando as dimensões culturais e sociais com a favela vizinha: Cantagalo. Segundo Marzulo, a favela do Cantagalo é considerada raiz pela regionalização dos antepassados dos moradores, vindos do interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, estados da região sudeste do Brasil (MARZULO, 2005, p. 140). Apesar de o registro inicial de ambas as favelas serem da década de 1930 e terem se consolidado pelas motivações de postos de trabalho de menor remuneração, a composição étnico-racial delas foi diversificada.

O Pavão-Pavãozinho é um exemplo da heterogeneidade das favelas cariocas e as estratégias de reconhecimento e legitimação de sujeitos históricos de marginalidade. O recorte étnico-racial indica a ideia de pertencimento pela distinção entre negros e nordestinos apresentada por Marzulo. Segundo o sociólogo, os nordestinos dessa favela seriam migrantes tardios, em sua maioria brancos que mantiveram a cultura regional e migraram de maneira individual, mas dividindo habitações de forma coletiva (MARZULO, 2005, p. 145). O engajamento e o pertencimento sociais dos moradores negros do Pavão-Pavãozinho podem ser traduzidos pelas expressões culturais, artísticas e de lazer tradicionais, como as rodas de samba do local; o que mobiliza ações de identificação de negros nordestinos pela raça e não pelo lugar de origem, argumenta Marzulo.

Em termos relacionais, identificamos as relações e flexibilizações de estigmas no caso da favela Pavão-Pavãozinho por parte de sujeitos históricos de marginalidade. Ao considerarmos o contexto de multiculturalismo como forma do urbano, a representação do negro como musicalidade e festa pode ser um dos atenuantes contra os preconceitos históricos

por construir uma identidade local “genuína”. Por outro lado, essa dinâmica pode reforçar pré-juízos sobre os nordestinos, remetidos ao atavismo e limitações cognitivas por parte da população carioca, que remonta na memória social os argumentos eugenistas e racialistas sobre o fator negativo da miscigenação como fator do atraso brasileiro em relação à modernidade europeia; sendo o vocativo “*Paraíba*” uma forma ofensiva de tratamento interpessoal na cidade. Com efeito, essa distinção pode ser canalizada no empreendedorismo urbano como mercadoria simbólica para dirimir conflitos sociais dentro da lógica da inclusão produtiva com a chegada das UPP, ainda que ambos os grupos sociais sigam às margens da sociedade.

A inclusão produtiva dos moradores das favelas através do trabalho formal foi desenvolvida de maneira sistemática na zona sul do Rio de Janeiro. A proximidade com as paisagens naturais que servem de cartão postal do Brasil indicou potencialidades de projetos de diferentes ordens nas favelas dessa parte da cidade pela sua localização privilegiada. Os investimentos nesses territórios foram de ordens diversas, tanto de indivíduos locais e de fora das favelas. No caso dos “forasteiros”, eles eram brasileiros, cariocas e/ou não, e estrangeiros, denotando outras interações territoriais a partir dos novos usuários da cidade. As favelas da zona sul apresentaram potencialidades turísticas e ambientais, mas também habitacionais com as UPP.

O morro do Vidigal é exemplar para identificarmos o perfil e as potencialidades que os novos usuários do Rio de Janeiro atribuíram a um território ocupado pela UPP. A favela, que teve origens na década de 1940, está próxima do Leblon, um dos mais nobres da cidade, o que influencia no seu valor de uso e valor de troca. Não obstante, o Vidigal tem um histórico de intervenções sociais e culturais como forma de prevenção à violência, como a companhia de teatro *Nós do Morro*, criada em 1986<sup>124</sup>. Com a implantação da UPP novos projetos foram sendo desenvolvidos na favela, em especial de arquitetura e urbanismo com a premissa de “sustentabilidade ambiental” como forma de aproveitamento do solo. Isso levou o Vidigal ao chamado “*boom de gringos*” pelo número considerável de estrangeiros que passaram a viver na localidade (OLIVEIRA *et al*, 2014, p. 30). Ademais, a especulação imobiliária e a proliferação de *hostels* dinamizaram a economia local pelo aluguel e pelo turismo, respectivamente.

---

<sup>124</sup> Fonte: Sítio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Verbetes: *Nós do Morro*. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/nos-do-morro>. Acesso em 18/02/2018.

A interação entre novos e antigos usuários da cidade indicaram novos conflitos e reivindicações de identidades sociais no Vidigal. O entendimento dos novos moradores sobre as funções, estruturas e formas da localidade entraram em choque com a percepção dos antigos moradores. Nesse sentido, o argumento da “*perda de identidade local*” é mobilizado pelos antigos pelo conflito de regras e de normas que os novos gostariam de implementar no território (OLIVEIRA *et al*, 2014, p. 31), no qual convivem 9. 678 habitantes em 3.235 domicílios, segundo o Censo do IBGE 2010. As noções de *urbanidade*, civilidade e sociabilidade entram no campo da legitimação e do pertencimento social como signos compartilhados entre os moradores, indicando a disputa de planejamento urbano dentro do Vidigal pelas interações interpessoais pelo reconhecimento da condição de morador e ator político da/na comunidade. A ideia de tradição é um dado indicativo nesse contexto pela possível flexibilização e risco de perda de significado desse conceito com a chegada das UPP e os novos usuários.

Outro bairro encravado em um dos endereços mais nobres do Rio de Janeiro a ter a implantação de uma UPP foi a Rocinha. Fundada nos anos de 1930, a favela da Rocinha foi desenvolvendo, entre as décadas de 1950 e 1970, com fluxo de migração nordestina. A localidade foi instada a condição de bairro em 1993, sendo considerada até então a maior favela do Brasil. A Rocinha está localizada entre os bairros de São Conrado e da Gávea, além de ser caminho para a Barra da Tijuca. Sua posição pode ser entendida como estratégica do ponto de vista de circulação de mercadorias e pessoas e imobiliário. Porém, o bairro ficou conhecido pelos intensos tiroteios em razão da disputa territorial pelos pontos de venda de drogas no varejo por grupos criminosos.

A primeira década dos anos 2000 foi marcada por confrontos armados entre policiais e/ou facções rivais na Rocinha. A metáfora da guerra foi reforçada no local pelo número elevado de mortes em confronto na localidade, especialmente os “chefes do morro”. O mais conhecido deles, Antonio Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, acabou sendo preso no ano de 2011, antes da ocupação da favela pelas forças policiais. Apesar da marca de território violento, a Rocinha foi a precursora de uma modalidade turística: o *favela tour*.

Com a implantação das UPP, essas potencialidades turísticas foram sendo desenvolvidas, tornando a comunidade ponto de festas concorridas como *réveillons* e bailes *funks*. Porém, a organização desses eventos era feita por pessoas de fora da Rocinha, com preços que a maior parte dos moradores da favela não podia pagar. Esse fato corrobora a argumentação das favelas seguras como mercadoria para o grande capital privado no contexto

de empreendedorismo urbano, uma vez que o argumento de “tranquilidade dos moradores” como alegação dos comandantes das UPP para a proibição de festas por conta do som alto. Essa tendência foi verificada em outras favelas nas quais houve a ocupação das UPP, evidenciando os ganhos secundários dos moradores das localidades.

A UPP da Rocinha foi o catalisador de uma série de questionamentos sobre o modelo e sua promoção de direitos humanos. Apesar de o policiamento local garantir o acesso a algum grau de serviços do Estado para as áreas que antes eram conflagradas, como saneamento, luz, etc., no sentido de trazer benefício material para as localidades, a garantia de direitos de cidadania e de participação social não foram verificadas de maneira categórica pelos recorrentes relatos de abusos e de crimes cometidos por policiais.

O desaparecimento e a morte presumida do ajudante de pedreiro Amarildo Gomes da Silva, em 2013, foram paradigmáticos nesse sentido. Segundo testemunhos, Amarildo teria sido levado de casa por policiais e conduzido, sem ordem judicial, até a sede da UPP da Rocinha e depois disso não foi mais visto. O caso Amarildo apontou para o crescimento do número de desaparecidos nas favelas nas quais as UPP foram implantadas desde a inauguração<sup>125</sup>. Além disso, o ex-comandante da unidade a época e outros policiais foram condenados pelo desaparecimento de Amarildo.

A noção de estado de exceção permanente com a ocupação militar das UPP indicou a dubiedade do programa sobre a questão dos direitos humanos e as sujeições legais. As denúncias de abuso de autoridade por parte dos policiais do programa indicam um grau de reprodução de práticas arbitrárias e violentas remetidas ao policiamento convencional. A proximidade dos agentes pode representar tanto a desconstrução como o reforço de tensões sociais e históricas que acarretam atos de desrespeito e agressão mútuos entre policiais e moradores de favelas. Com o caso Amarildo, podemos identificar as contradições sociais no sentido de sujeitos de direito à segurança, nas quais é possível trabalhar com os conceitos de *militarismo urbano* (GRAHAM, 2011) e *Estado de Exceção permanente* (AGAMBEN, 2014) para compreendermos e analisarmos quais são os tipos de relações de poder desenvolvidas em territórios ocupados pelas UPP.

#### 7.3.1.1. Chapéu- Mangueira e Babilônia

---

<sup>125</sup> Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/03/desaparecimentos-aumentaram-em-favelas-do-rio-apos-inicio-das-upps.htm>. Acesso em 19/02/2018.

A partir dessa visão panorâmica, realizamos um trabalho de campo na UPP que compreende os territórios das favelas Chapéu-Mangueira e Babilônia. O período que estivemos na localidade foi entre março e junho de 2016, poucos meses antes das Olimpíadas. A escolha das favelas localizadas no morro do Leme se deu pela forma que elas sintetizam as características da outros territórios que foram ocupados pelas UPP na zona sul do Rio de Janeiro e pela possibilidade de uma observação etnográfica mais prolongada por contarmos com interlocutores da localidade. Ademais, a noção de vocação é evidenciada em ambas as comunidades pelo rótulo conexo de “*favela sustentável*” (CUNHA & VILLAMIZAR, 2016). Interessante pensar o morro Chapéu-Mangueira e Babilônia dessa forma pelo histórico ambíguo em relação à natureza, principalmente com a água, tendo em vista que esse elemento garantidor da vida podia ser entendido como sinal de tragédias pelas chuvas fortes, o que ocasionava os mutirões nessa localidade, ora para buscar a água, ora para reconstruir o que as chuvas destruíram; indicando a autonomia da população em relação ao Estado e à deficiência na prestação de serviços públicos, além de um associativismo local engendrado pela solidariedade e pela mobilização.

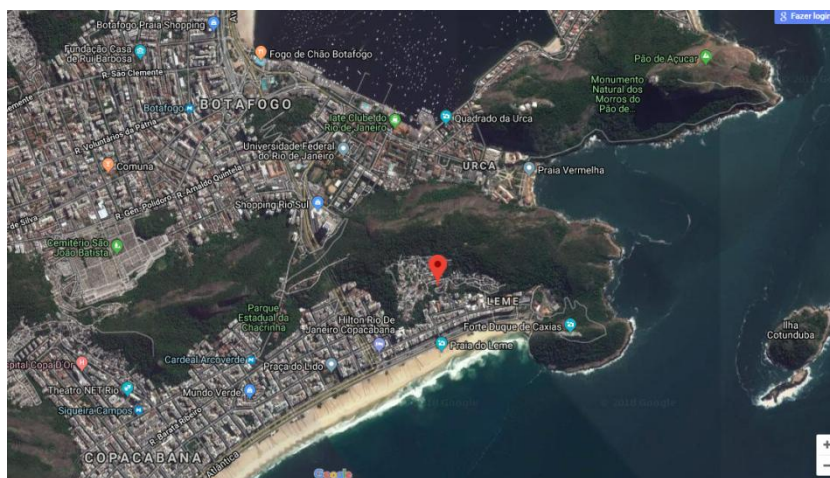


Figura 5 - Localização da UPP Chapéu-Mangueira / Babilônia (Fonte: Google maps)

As favelas da Babilônia e do Chapéu-Mangueira também tiveram um “*boom de gringos*”. A tipologia desses novos usuários, no entanto, foi marcada pelo perfil jovem e estudantil desses estrangeiros. Os *hostels* foram escolhidos como moradas iniciais desse público, que posteriormente foram alugando peças na localidade, quando não migravam para outras partes da cidade. No caso de ambas as favelas, identificamos a presença regular de uma nacionalidade: argentinos. A diversificação nos negócios de hospedagem e a interação rápida com os moradores mais antigos das localidades foram traços verificados em relação aos argentinos e às argentinas.

O comércio local também foi reflexo da ideia de empreendedorismo individual engendrado e dinamizado pela implantação das UPP. Nesse sentido, destacamos um estabelecimento para ilustrar a materialização do *possível-impossível* da sociedade capitalista por meio do urbanismo como ideologia e ilusão de classe: o Bar do David. O ex-pescador criado na comunidade David Bispo se tornou famoso por ganhar duas vezes consecutivas o concurso “*comida di buteco*” na sua edição carioca<sup>126</sup>, além de ter sido o primeiro bar de um território ocupado pelas UPP a concorrer ao prêmio. O comerciante já era conhecido nas cercanias e por turistas que começaram a frequentar o seu bar com a implantação da UPP.

Podemos concluir que David Bispo pode ser identificado como exemplo personificado da noção de meritocracia e liberdade através do mercado e do trabalho dentro da lógica neoliberal que norteia o empreendedorismo urbano. O sucesso do empreendedorismo individual de David Bispo pode ser verificado pela evolução material da fachada de seu bar:



Figura 6 - Foto: Fachada Bar do David em 2011<sup>127</sup>

<sup>126</sup> Fonte: Sítio *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/bar-do-david-e-bicampeao-do-comida-di-buteco-no-rio.ghml>. Acesso em 20/02/2018.

<sup>127</sup> Fonte: Portal *R7*. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/com-upp-bar-no-chapeu-mangueira-fica-famoso-e-e-o-primeiro-de-favela-a-participar-de-tradicional-concurso-20110327.html>. Acesso em 20/02/2018.





Figura 7 - Foto: Atual fachada do Bar do David <sup>128</sup>

O empreendedorismo individual de David Bispo atravessou as fronteiras da favela e evidenciou as ambiguidades no processo de inclusão produtiva de populações marginalizadas do Rio de Janeiro por meio do urbanismo como ideologia de classe. O sucesso de seu bar mobilizou outra identidade social para fora da favela a partir da realização de oficinas e palestras de empreendedorismo nas quais David Bispo é apresentado como “empresário”. Durante a observação participante, percebemos os convites e/ou propostas de negócios ao comerciante dentro e fora do Rio de Janeiro por parte de clientes. Essa interação reforça o nosso argumento da cultura de vencedores e perdedores a partir da lógica capitalista intrínseca à ideologia neoliberal do urbanismo. Além disso, reafirma a violência urbana como variável dependente para o projeto de competição urbana global e para a economia.

As favelas como mercadoria podem ser interpretadas ao analisarmos o empreendimento do território ocupado pela UPP no Chapéu-Mangueira e Babilônia. O fato de a localidade ter sido palco das filmagens de produções cinematográficas premiadas e de grande bilheteria, além de uma telenovela<sup>129</sup>; foi somada aos tipos de comércios locais que dinamizaram o turismo de favelas com a implantação das UPP pela mescla de signos que identificavam as favelas e de elementos que remetiam à cidade do Rio de Janeiro, dando ares de modernidade e civilidade do urbano em contraposição ao imaginário social de atraso e de pobreza sobre esses territórios. O diferencial para a prática desse tipo de turismo foi o cenário: as favelas pacificadas. Dessa forma, outra ambiguidade da inclusão produtiva proposta pelos

<sup>128</sup> Fonte: Blog Vida Carioca. Disponível em: <http://vidacarioca.net/bar-do-david/>. Acesso em 20/02/2018.

<sup>129</sup> No morro da Babilônia foram gravadas cenas dos filmes *Orfeu Negro* (1959) e *Tropa de Elite* (2007). A telenovela foi *Babilônia*, da Rede Globo TV, exibida no ano de 2015.

gestores do urbanismo urbano no Rio de Janeiro é identificada: a zona de indefinição entre a reivindicação de identidades sociais e a favela como mercadoria cultural e econômica.

As ideias de essência e identidade locais são eixos norteadores que trazem dividendos econômicos para indivíduos oriundos de populações marginalizadas. Porém, ambas as ideias também evidenciam uma forma exotizada que os visitantes percebem e interpretam o cotidiano das favelas, o que pode levar ao entendimento que os moradores possam ser categorizados como o “*outro*”. Essas percepções e interpretações podem ser compartilhadas entre os moradores como forma de turismo exótico e de fetichismo da mercadoria que os introduz em uma relação econômica produtiva, mas também pode reforçar estereótipos sociais. A fala do próprio David Bispo em uma de suas oficinas de empreendedorismo corrobora para essa indefinição: “*É preciso valorizar a cultura da cidade e também a das favelas do Rio. Não podemos perder a nossa essência*”<sup>130</sup>. Portanto, a agência e a capacidade de juízo do sujeito histórico da marginalização são pontos a serem observados no empreendedorismo urbano e o ao que se refere ao *direito à cidade* pela dimensão dos desejos alcançáveis inseridos no urbanismo como ideologia e ilusão de classe no contexto de *sociedade burocrática do consumo dirigido*.

O desgaste social das UPP teve efeitos na inclusão produtiva de populações marginalizadas, indicando os seus limites. Na primeira semana de abril de 2016 houve registro de tiroteios e mortes no Chapéu-Mangueira e Babilônia. Estivemos na localidade em 09/04/2016 e percebemos um clima tenso, mas que seguia certa normalidade. Poucos minutos após chegarmos ao ponto de encontro com os interlocutores, o Bar do David, agentes da polícia militar atravessaram armados em busca de suspeitos. As reações diferenciadas das pessoas presentes indicavam as suas classes sociais, além das suas roupas e sotaques. Enquanto alguns reagiam de forma assustada, outros agiam com certa naturalidade ou resignação. Um dos presentes murmurou “*presepada...*” em tom de reprovação e ironia a ação policial. A violência simbólica inscrita nos armamentos e na farda camuflada de combate dos policiais evidenciou a ideia permanente de *risco* em uma favela ocupada pelas UPP, ou seja, em tese pacificada. Este episódio demonstra que a aparência de segurança também demanda a retirada dos signos de guerra desses territórios para que a dimensão “*libertadora*” do mercado conjugue ideologia e prática no cotidiano da cidade global.

---

<sup>130</sup> Fonte: Sítio do Sebrae/RJ. Disponível em: <http://www.rj.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/RJ/sebraerj-realiza-evento-de-encerramento-do-projeto-sabores-e-cores-da-periferia,499a7b564ed5f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 20/02/2018.

Os limites da inclusão produtiva podem ser identificados pela permanência da desigualdade. A ideia de sucesso individual de David Bispo contrasta com a coletividade dos comerciantes do Chapéu-Mangueira e Babilônia, revelando as novas formas de divisão de classes nas favelas e as possíveis frustrações de expectativas de moradores que não se sentiram contemplados com as mudanças. Um dos nossos interlocutores nos disse que não ia ao bar do David porque um comerciante, que era seu vizinho, se sentiu “desprestigiado” por ele ter nos encontrado no estabelecimento e não no dele, localizado em uma parte mais alta do morro. No entanto, outro bar ficou conhecido por ter uma vista privilegiada da praia por estar em uma parte elevada do morro, o *Bar do Alto*, indicando que a geografia não é o determinante para o acesso, mas sim a transformação material e de estilo. Esse bar remonta a ideia de modernidade urbana pelo seu serviço e seu visual, indicando qual é o seu público-alvo preferencial: o externo à comunidade. Portanto, há uma divisão do consumo direcionado nessa nova atividade econômica das favelas, sendo recorte de distinção de classes.

Outro ponto problemático da implantação da UPP no Chapéu-Mangueira e Babilônia foi a construção de significados pela cidadania do consumo. A taxação da luz, que conferiu legitimidade e existência legal de moradores das favelas por meio do endereço, se caracterizou como um dos possíveis obstáculos para a permanência de moradores na localidade. As altas tarifas cobradas pela empresa prestadora, a Light, superava os preços encontrados no *asfalto*. Alguns moradores chegaram a ter uma cobrança mensal de R\$ 800,00 sendo que afirmavam ter pouco consumo de energia pelo fato de passarem mais tempo no ambiente de trabalho do que em casa. O dilema desses moradores residia na vontade de pagar a taxa, por entenderem como fator simbólico de inclusão urbana, mas por um preço condizente com suas realidades financeiras. Essa situação poderia estimular a prática do *gato*. Nesse sentido, as incertezas verificadas nesse cenário demonstram as contradições do processo de integração urbana das favelas do Rio de Janeiro.

Por fim, a realização do trabalho de campo nas favelas Chapéu-Mangueira e Babilônia nos revelou as contradições funcionais e simbólicas das UPP na zona sul do Rio de Janeiro. O programa trouxe benefícios econômicos que dinamizaram o trabalho formal na localidade, ainda que poucos tenham conseguido sucesso em seus empreendimentos individuais, mas este fato foi efetivo para a empregabilidade dos moradores locais na prestação de serviços de cultura, lazer e turismo. Apesar disso, os estigmas sociais se seguiram com a volta e o recrudescimento progressivo da violência no território. Entretanto, mesmo com as frustrações e o desgaste das UPP junto à população local, o medo da saída das UPP ao término dos

megaeventos geravam incertezas sobre o futuro. Portanto, de maneira geral, as populações das favelas da zona sul que foram ocupadas pelas UPP entendiam que a permanência do programa tinha que ser acompanhada do aperfeiçoamento do seu modelo para adequação das demandas locais e a participação simétrica nos processos decisórios.

### *7.3.2. Centro e Santa Teresa*

A região central do Rio de Janeiro teve a implantação de UPP em três territórios. Destarte, observamos que a distribuição geográfica e administrativa do bairro de Santa Teresa a coloca entre as zonas central e sul da cidade, sendo um dos fatores para a divisão territorial das unidades. Enquanto a parte do bairro que fica na zona sul foi ocupada pelas unidades nas comunidades Escondidinhos e Prazeres, a região central corresponde aos territórios Coroa, Fallet e Fogueteiro, na junção com o bairro do Rio Comprido. Os outros territórios que foram ocupados pelo modelo de segurança pública na parte do centro foram o morro da Providência e o morro de São Carlos, no bairro do Santo Cristo, ambos localizados na região portuária da capital fluminense.

### 7.3.2.1. Lapa e Santa Teresa

No caso de Santa Teresa, a implantação das UPP tinha como objetivo coibir os assaltos na localidade, além de ocupar o território que estava sob o domínio de grupos criminosos. O bairro é identificado como um “pedaço do interior” no centro de uma metrópole, no qual setores da classe média dividem espaço com moradores de classes mais populares. Em geral, Santa Teresa atrai muitos professores e artistas, podendo fazer um paralelo com a pluralidade do conceito de *gueto* defendido por Lefebvre, que não seria apenas referente aos territórios ocupados por grupos marginalizados (LEFEBVRE, 2016, p. 98). Além disso, a localidade possui centros culturais, artísticos, bares e estabelecimentos de hospedagem que dinamizam a economia local através do turismo. Geograficamente, a proximidade com o bairro da Lapa também remete Santa Teresa a um bairro boêmio, em certa medida, mas com o viés residencial destacado.

Além da implantação das UPP, a região central do Rio de Janeiro ganhou um incremento nas ações de segurança pública. Os projetos de polícia de proximidade executados nas operações permanentes *Lapa Presente* e *Centro Presente* são indicadores da violência como obstáculo para o desenvolvimento das potencialidades vocacionais da área para os gestores do empreendedorismo urbano. Essas ações se caracterizaram pela integração entre órgãos municipais e estaduais para garantia do ordenamento urbano, no sentido legal – reativo e preventivo – para evitar distúrbios sociais e crimes. A iniciativa teve apoio de organizações empresariais e comerciais da cidade, sendo ampliada para os bairros do Méier, do Flamengo e da Lagoa; o que indica outra forma de parceria público-privada e objetivos de forças sociais nesse contexto de transformações urbanas na capital fluminense.

A partir de um conjunto ampliado de ações de segurança pública, as potencialidades vocacionais do centro do Rio de Janeiro foram desenvolvidas e/ou reforçadas. Em regiões como a Lapa e Santa Teresa, os estabelecimentos comerciais foram sendo ampliados e modernizados para atrair um público consumidor plural. O caso da Lapa foi o primeiro a passar por um processo de requalificação pretendido pelos gestores do empreendedorismo urbano da cidade. A transformação do bairro, imaginado e identificado socialmente pela vida noturna e boemia, mas considerado território marginalizado e de tipos sociais desviantes durante décadas, foi iniciada pela noção de *consumo de alto padrão*.

Desde a segunda metade dos anos 2000, os investimentos em estabelecimentos comerciais com propostas “cosmopolitas” condizentes ao projeto de cidade global foram alterando as formas, estruturas e funções da Lapa. Geograficamente, os bares, restaurantes e

casas noturnas mais próximas dos arcos foram sendo direcionadas para um público com poder aquisitivo maior que os tradicionais bares “*pé-sujo*” que caracterizavam o bairro. Alguns desses estabelecimentos ainda podem ser encontrados nas proximidades da Praça da Cruz Vermelha.

A pluralidade de público engendra o argumento do bairro como lugar democrático pelas variedades de opções de cultura, lazer e consumo. Porém, as fronteiras simbólicas da Lapa são verificadas. A categorização de estabelecimentos modernizados como *hipster* e/ou *vintage* e os pés-sujos como “*raiz*” denotam o simbolismo, a divisão e o acesso ao consumo, indicando a possibilidade de um processo de *gentrificação*. Ademais, as áreas mais “qualificadas” da Lapa são entendidas como mais seguras por conta da vigilância do policiamento de proximidade e a circulação de pessoas em comparação às cercanias da Praça da Cruz Vermelha. No caso da Lapa, podemos considerar os argumentos de Jacobs (2009) e Lefebvre (2008) sobre a ocupação das ruas como forma de segurança no enfrentamento à violência urbana.

A requalificação da Lapa foi extensiva à Praça Tiradentes pelo conjunto de ações inserido no projeto de revitalização do centro do Rio de Janeiro. O território passou por ciclos de prosperidade cultural, entretenimento e lazer – com bares, teatros, universidades, hotéis e museus -, e de decadência material e social – zona de baixo meretrício, cortiços e “pés-sujos” - e entrou no circuito cultural do projeto de cidade global. A vocação festiva e boêmia da localidade foi engendrada a partir das memórias da cultura cigana, uma vez que a praça foi território ocupado pela etnia *calón* dos séculos XVII a XIX, e da cultura e história negras, especialmente (VEIGA, 2016). Nesse sentido, o público consumidor que frequenta a Praça Tiradentes atualmente é composto por jovens de classe média ou alta e de turistas.

#### 7.3.2.2. *Porto Maravilha*

A reconfiguração do espaço urbano na região portuária do Rio de Janeiro apresentou um projeto urbanístico bem definido para a requalificação e vocação da área pelos gestores do empreendedorismo urbano. Se a implantação das UPP na zona sul da cidade causava dúvidas sobre quem eram os beneficiários primários e secundários com as ocupações das favelas, na zona central o projeto *Porto Maravilha* apresentou objetivos nítidos sobre as transformações de estrutura, função e forma da região, denotando as suas materialidades e seus simbolismos e significados, como modelo de mudança arquitetônica e social por intermédio da técnica de ordenamento do espaço. A figura abaixo mostra a disposição visual e espacial do projeto:



Figura 8 - Projeto Porto Maravilha<sup>131</sup>

Podemos considerar simbólica a escolha da localização do projeto-piloto de requalificação do espaço urbano no Rio de Janeiro. Para além das funcionalidades e materialidades que o urbanismo apresenta como expressão do domínio da técnica humana sobre a natureza, a região central da cidade foi o local de sua fundação. A região foi sendo consolidada no imaginário social pelo seu valor de uso comercial, empresarial e financeiro durante o dia; e como território de prostituição, tráfico de drogas, alcoolismo durante a parte noturna, denotando a degradação do centro no sentido moral e material, engendrando sentimentos de medo e insegurança pela potencialidade de violência interpessoal e de ocorrências criminais. O simbolismo que podemos apreender desse projeto é a ideia de recomeço de uma cidade renovada, partindo do território histórico de seu desenvolvimento urbano para a construção de conceitos de urbanidade, de civilidade e de sociabilidade condizentes ao contexto global contemporâneo.

O simbolismo que interpretamos para a escolha do centro do Rio de Janeiro como local de projeto urbanístico bem definido pode indicar a construção de uma memória social e de narrativas positivas referentes ao passado da cidade. Ao considerarmos as afirmações de Lefebvre, para além de um médico do lugar, o arquiteto teria funções de construir espaços de bem-estar, sendo que os centros das grandes cidades são corroídos pela distinção entre lugar de trabalho e lugar de domicílio e por sua saturação espacial, o que os tornam lugares de insegurança pela circulação de desconhecidos (LEFEBVRE, 2008, 2016).

O método *regressivo-progressivo* de Lefebvre também nos auxilia a compreender este simbolismo por diferentes temporalidades coexistirem no mesmo território no centro do Rio

<sup>131</sup> Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br>. Acesso em 24/02/2018.

de Janeiro. Os edifícios espelhados, como expressão do progresso contemporâneo da técnica de arquitetura e de engenharia, contrastam com os requícios coloniais e/ ou de pobreza do lugar, que foram alvo da transformação urbanística das primeiras décadas do século XX e resistiram a essas investidas das classes política e economicamente dominantes. Dessa forma, os sentidos, significados e signos do que é atraso e do que é moderno são interpretados de maneira relacional para a requalificação do espaço do centro.

A perspectiva simbólica é reforçada pelo enunciado na página oficial do projeto na rede mundial de computadores. A ideia de relevância cultural e histórica da região reafirma o Rio de Janeiro como cidade-capital pelos formuladores do *Porto Maravilha* forma argumentativa de legitimação da intervenção urbanística naquele território para qualificá-lo. Ademais, o componente econômico e o cenário político favoráveis pelo alinhamento de forças sociais servem de base para justificar a mudança física da região, o que corrobora tanto para nossa interpretação de “recomeço simbólico” e como para nossa premissa do Rio de Janeiro como cidade-laboratório de políticas públicas do urbano no país, como neste trecho:

A reinvenção daquele espaço urbano se dá em um momento em que o País e a cidade vivenciam processo de crescimento econômico e redução das desigualdades. A revitalização surge como oportunidade de reafirmar e reforçar o papel dinâmico do centro da cidade a partir da atração de novos empreendimentos residenciais e comerciais para adensar a região, enquanto retoma a valorização de sua memória e identidade. Baseada em parâmetros de sustentabilidade ambiental para a requalificação urbana, a Região Portuária se transforma e assume a condição de referência de espaço urbano voltado principalmente para o bem-estar das pessoas.<sup>132</sup>

Do ponto de vista material, a transformação do centro do Rio de Janeiro por meio do projeto *Porto Maravilha* incidiu diretamente na circulação rodoviária. A derrubada do Elevado da Perimetral foi paradigmática para a requalificação do centro. A obra que simbolizou a modernidade da arquitetura e da engenharia na cidade durante as décadas de 1960 e 1970, por ter sido uma via de mobilidade de veículos, foi se tornando cada vez mais anacrônico no sentido urbano. O elevado passou a ser remetido à insegurança pela baixa luminosidade e pela degradação, sendo identificado como ponto de encontro de consumo e venda de drogas, prostituição, crimes patrimoniais e contra à pessoa, além da higiene precária, ao longo dos galpões do porto. Nesse sentido, o caminho abaixo do antigo elevado foi estratégico para a requalificação do espaço da região pelos gestores do empreendedorismo urbano.

---

<sup>132</sup> Fonte: Sítio Oficial do *Porto Maravilha*. Verbete: *Porto Maravilha: Permanência e Mudanças*. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4268>. Acesso em 24/02/2018.



A circulação de pessoas e veículos na região foram remodeladas. As passagens rodoviárias construídas em substituição ao Elevado da Perimetral foram a Via Binário e pelos Túneis Rio 450 e Prefeito Marcello Alencar, os dois primeiros paralelos e o último subterrâneo à Avenida Rodrigues Alves. Essas mudanças tiveram como um de seus objetivos a manutenção do entroncamento rodoviário estratégico do centro por estar na junção das principais entradas terrestres, marítimas e aéreas da cidade<sup>133</sup> e funcionamento da metrópole. O outro foi a construção de uma grande área de lazer, cultura e socialização como forma de requalificação do território: o *Boulevard Olímpico*. A alteração morfológica do centro, nas dimensões urbana e social, indicou a possibilidade de um novo uso do território por parte da população da cidade.



Figura 9 - Foto do antes/depois da derrubada do elevado da perimetral – *Boulevard Olímpico* (Lívio Silva de Oliveira/ 2016)

A ideia de vocação plural da área do centro do Rio de Janeiro é um dado que podemos relacionar à variável violência urbana para a requalificação territorial. A UPP da Providência e do São Carlos estão inseridas no projeto *Porto Maravilha*. A presença de traficantes de drogas ilícitas nas favelas seriam catalisadores de conflitos armados entre grupos criminosos rivais e/ou policiais pela (re)tomada de território. O Morro da Providência é simbólico nesse aspecto, por ser a favela mais antiga da cidade e ter sido fonte de toda a sorte de argumentos depreciativos ao longo de sua história, colocando seus moradores em situação de vulnerabilidade social e de criminalização coletiva. A ideia de pacificação desse morro parece atender uma demanda que podemos entender como atemporal ou de temporalidades distintas no mesmo espaço do Rio de Janeiro, uma vez que a localidade e seus moradores resistiram a

<sup>133</sup> Aeroporto Internacional do Galeão – Tom Jobim, ligado pela Linha Vermelha até o centro, e o Aeroporto Santos Dumont, perto do Aterro do Flamengo.

todas as investidas de remoção desde o início da República. Portanto, o Morro da Providência emerge nesse cenário como uma espécie de patrimônio material ambíguo da cidade.

As mudanças mais significativas na reconfiguração do espaço urbano do centro do Rio de Janeiro foram nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. A ocupação do Morro da Providência pela UPP, implantada em 26/04/2010, foi um dos vetores para a transformação material e social da área do central pela ideia de segurança e controle social do crime. A UPP da Providência dinamizou o processo de revitalização dos espaços públicos da região central da cidade por meio de equipamentos de cultura, lazer, turismo e entretenimento, o que aumentou a circulação de pessoas em lugares anteriormente considerados ermos. Lugares como a Praça da Harmonia, entre a Gamboa e Santo Cristo, por exemplo, voltaram a ser locais de reuniões e festividades de rua mais plurais.

O circuito cultural da região central do Rio de Janeiro como eixo norteador da ideia de memória da população negra da cidade. Um dos recortes do projeto Porto Maravilha foi a criação do chamado *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana*, instituído pelo decreto municipal nº 34.803 de 26/11/2011<sup>134</sup>, em decorrência do descobrimento de fragmentos arqueológicos que estavam soterrados e foram revelados em virtude das obras do projeto. O objetivo desse circuito era compreender os processos de diáspora africana e a formação da sociedade carioca e brasileira, sendo destacados os pontos do mapa abaixo:



Figura 10 – Mapa: *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana*

As potencialidades econômicas, históricas, culturais e sociais desse circuito foram dinamizadoras de novas formas de uso do solo na região central do Rio de Janeiro. Nesse

<sup>134</sup> Fonte: Sítio Porto Maravilha. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/circuito>. Acesso em 24/02/2018.

sentido, destacamos dois pontos desse mapa. O primeiro é o *Cais do Valongo* e *Cais da Imperatriz*. O sítio arqueológico descoberto durante as obras do projeto Porto Maravilha é um dado material das transformações urbanas que a cidade passou. As décadas de invisibilidade desse equipamento também remontam a marginalização da população negra como sujeito histórico e seu processo de inclusão precária no país a partir de sua antiga capital, uma vez que era a porta de entrada de seres humanos escravizados e, conseqüentemente, degradados física e moralmente. O nome duplo da localidade também indica uma disputa simbólica, além das tentativas pregressas de transformar o equipamento em um traço positivo de civilidade e/ou de apagar um passado remetido à barbárie e ao atraso dos períodos colonial e monárquico, por parte do regime republicano. A antiga reivindicação de segmentos do movimento negros pelo tombamento do local foi atendida em 2017 com a declaração da UNESCO de que o Cais era Patrimônio da Humanidade.

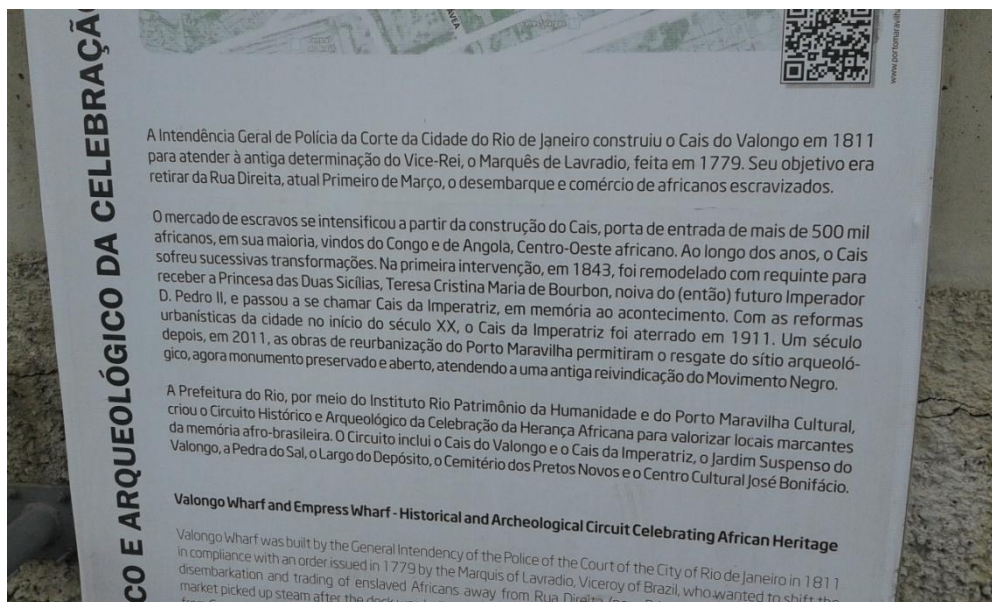


Figura 11 - Placa que descreve o processo histórico de transformação do Cais do Valongo – (Lívio Silva de Oliveira/ 2016).



Figura 12 - Cais do Valongo e o início do Morro da Providência ao fundo (Lívio Silva de Oliveira/ 2016).

O outro ponto a ser destacado é a Pedra do Sal, no bairro da Saúde. O local é considerado o berço do samba carioca e tem valor histórico no sentido de compreensão dos tipos de estrutura laboral que foram sendo desenvolvidas territorialmente, intrinsecamente aos processos de marginalização e de criminalização de manifestações culturais populares, especialmente o viés racial por conta da população negra. Posteriormente, as expressões de tipos sociais marginalizados foram sendo incorporadas e apropriadas pelas classes dominantes como traços do multiculturalismo carioca e bases para argumentos de pluralidade de identidade nacional desde a capital, sendo ainda mobilizadas para a ideia de democracia e harmonias urbanas.



Figura 13 - Roda de Samba da Pedra do Sal (Foto: Lívio Silva de Oliveira/2016)

Os gestores do empreendedorismo urbano transmutaram a Pedra do Sal em commodity do projeto *Porto Maravilha*. A tradicional roda de samba da localidade, que já atraía um público plural antes da ocupação do Morro da Providência pelas UPP, entrou no circuito cultural e de lazer da cidade. Nesse sentido, os estabelecimentos mais antigos e



barraquinhas de madeira e/ou de ferro dos ambulantes começaram a disputar os frequentadores com bares e restaurantes que tinham como mote a *sofisticação* e o *consumo de alto padrão*, tendo o caminho entre a Pedra do Sal e o Largo da Prainha as características entre o cosmopolitismo da cidade global e o charme da antiga capital, na base do Morro da Conceição, como atrativos conjugados com a ideia de segurança. A localidade foi ganhando ares de atração turística, o que desagradou alguns frequentadores e moradores locais pela noção de “perda de identidade”.

A mudança de público também foi na dimensão habitacional na região. O Morro da Conceição teve mudanças no perfil de seus moradores e um conseqüente encarecimento do solo com o projeto *Porto Maravilha*. Historicamente, o local ocupado por uma fortaleza colonial do séc. XVIII e utilizada pelo Exército brasileiro como quartel possuía uma população heterogênea da perspectiva étnica e racial, sendo composta por grupos que se identificam como negros e/ou remanescentes quilombolas, imigrantes ou descendentes de ibéricos, migrantes nordestinos, em sua maioria, integrantes de uma classe trabalhadora tradicional. A tranquilidade em relação à criminalidade territorializada em comparação ao morro vizinho, o da Providência, era atribuída à presença da unidade militar e à noção de “vizinhança familiar”, o que seria um obstáculo para a atuação de traficantes de drogas ilícitas armados de maneira ostensiva e estimulava a circulação de pessoas nas ruas das partes mais altas do morro.

A descrição de um lugar tranquilo na região central da cidade somada à pacificação atraiu um público jovem para morar no Morro da Conceição. Profissionais liberais e identificados com a nova classe trabalhadora da globalização, além de estudantes e artistas, começaram a transformar a ecologia humana do território. Essa mudança alterou também a forma de relações e interações sociais pelos novos códigos, significados e signos compartilhados. Os antigos casarões que eram fracionados entre famílias pelo aluguel de peças, tiveram ocupação progressiva de forma individualizada, sinalizando o novo perfil de moradores. Um comerciante local lamentou essa mudança, considerando que as ruas estavam vazias, especialmente de crianças na Rua Jogo da Bola, localizada no alto do morro. Isso denotou o que os moradores mais antigos chamaram de “perda de identidade”.

A reconfiguração urbana do centro do Rio de Janeiro teve como componente de requalificação territorial a mudança de finalidades de determinados estabelecimentos comerciais. Essa mudança decorreu com o objetivo de desestimular comportamentos e/ou tipos sociais desviantes que pudessem comprometer a imagem da cidade global e planejada

ideologicamente. O projeto acarretou a transformações dos antigos motéis da região em hotéis, tendo em vista a demanda turística de habitações que a capital fluminense foi acumulando nesse sentido com os megaeventos. Isso também aponta o “*princípio do prazer*” na sociedade urbana, na qual a sexualidade é exercida em espaços de intimidade buscados pelo “amor” [conjugal ou não], indicando o atravessamento do desejo pelas fissuras das lógicas sociais (LEFEBVRE, 2008, p. 82).

A dimensão do prazer é abordada de forma negativa no contexto de requalificação projetado pelos gestores do empreendedorismo urbano no tocante aos motéis do centro. De fato, a transformação desses estabelecimentos em lugares de hospedagem diárias ao invés de pernoites indicou a possibilidade de maiores ganhos econômicos para seus donos por conta dos megaeventos, apesar de demandar um investimento em reformas. Porém, podemos identificar também conotações morais de que a sexualidade poderia catalisar atributos negativos para a revitalização. O paradoxo da administração desse desejo engendrou tecnologias de controle e de negociação entre os usuários do centro da cidade, indicando o que Carosio (2010) afirma como relação entre o hedonismo e o consumo. Nesse sentido, a marginalidade que esses estabelecimentos foram inseridos nesse contexto funciona como uma espécie de folclore que pode ser tornado mercadoria.

A dinâmica folclórica também pode ser remetida a outros estabelecimentos e tipos sociais desviantes. Podemos considerar uma espécie de fetiche da mercadoria ao identificarmos o novo perfil de frequentadores do centro pela quebra do cotidiano em seu “*consumo alternativo*”. A composição de bares “meia-porta” e a verificação de pontos de prostituição de travestis, por exemplo, são componentes de uma paisagem da contradição, do encontro, da inovação e dos conflitos que caracterizam o urbano pela possibilidade do contato entre desconhecidos e estranhos. Além disso, a ideia de democracia da rua contrasta com a noção de planejamento. Porém, essas relações se dão no período da noite em determinado território, sendo um atrativo para ser consumido de forma dirigida, no qual podemos articular as argumentações de Lefebvre e de Carosio, no sentido de consumo do lugar e utilização do território por parte dos usuários da cidade e quais os tipos de interação social são compartilhados entre os sujeitos sociais.

A crítica ao urbanismo como ideologia e ilusão de classe de Lefebvre nos auxilia a analisar o contexto de mudanças da estrutura, da forma e da função do espaço urbano do centro do Rio de Janeiro. Além do direcionamento ao consumo do circuito cultural, as dimensões materiais e simbólicas do projeto *Porto Maravilha* indicam as representações que

se consolidam na memória social da cidade. Nesse sentido, há uma contradição na construção dos museus dentro desse projeto de revitalização. Apesar da criação do circuito cultural e histórico sobre a população negra, nenhuma estrutura permanente foi construída e/ou reformada com essa temática. Os pontos do circuito africano ficaram à sombra das duas megaestruturas museológicas construídas: o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) e o Museu do Amanhã, ambos decorrentes da parceria entre a Prefeitura e a Fundação Roberto Marinho. Em outras palavras, podemos interpretar que houve um tratamento secundário a esse circuito, como resíduo funcional da ideia de multiculturalismo e democracia urbana por se tratar de um fato *indisfarçável* pela existência de sítios arqueológicos naquele território.

O MAR foi construído a partir do aproveitamento das estruturas físicas da antiga rodoviária intermunicipal da Praça Mauá, do hospital da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e do Palacete Dom João VI. As instalações do museu contam com espaços que podem albergar exposições transitórias de diversos temas, o que incluiu arte indígena e negra além do mirante que é de acesso gratuito, no qual se tem vista panorâmica da Praça Mauá e da Baía da Guanabara. No andar térreo há uma exposição permanente em que é representada uma favela.



Figura 14 - Foto: Lívio Silva de Oliveira (2016)

Localizado no Pier Mauá, o Museu do Amanhã tem como viés principal a ideia de sustentabilidade. O projeto visual do equipamento museológico foi assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, o que podemos considerar um paralelo com o modelo urbanístico de Barcelona. Porém, a biografia profissional de Calatrava é marcada pelas recentes falhas e esfacelamento de suas construções, além do custo alto da execução das mesmas<sup>135</sup>, sendo um ponto de problematização na relação da parceria público-privada no

<sup>135</sup> Fonte: *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/01/1397508-falhas-provocam-derrocada-de-calatrava.shtml>. Acesso em 28/02/2018.

projeto de cidade global no Rio de Janeiro, o que indicou um dos possíveis focos do “atoleiro de dívidas” do empreendedorismo urbano para a realização de megaeventos (HARVEY, 2006). Apesar das controvérsias e suspeitas, o Museu do Amanhã contou com forte apelo midiático como legado olímpico, que pode ser uma das dimensões explicativas para o seu sucesso de público.



Figura 15 - Foto Lívio Silva de Oliveira (2016)

As vocações múltiplas do centro do Rio de Janeiro evocadas pelos gestores do empreendedorismo urbano apontaram os limites e as potencialidades do projeto *Porto Maravilha* no que tange o *direito à cidade*. As transformações físicas e sociais não foram efeito de decisões tomadas coletivamente entre a população local e a administração pública. Via de regra, essas mudanças demonstraram uma assimetria de poder pelas forças sociais implicadas nesse processo serem as elites políticas e econômicas atuantes na cidade.

De fato, a requalificação da área do Porto trouxe melhorias no sentido de aproveitamento de um espaço público antes considerado perigoso e degradado. Por outro lado, as transformações sociais impactaram sobremaneira uma parcela populacional que podia ser identificada como classe trabalhadora tradicional, que se viu ameaçada pela especulação imobiliária ocasionada pela requalificação territorial do *Porto Maravilha*. Portanto, a situação híbrida do centro do Rio de Janeiro teve sua morfologia alterada, acarretando novos conflitos sociais inerentes a sua vocação manufaturada.

### 7.3.2.3. E o Morro Da Providência?

A ocupação do Morro da Providência pelas UPP remonta a alguns aspectos históricos sociais recentes e distantes. Como já abordamos, a experiência da ocupação militar entre os



anos de 2007 e 2008 na localidade teve efeitos desastrosos, desencadeando questionamentos sobre as políticas de segurança pública territoriais com viés militarizado. Além disso, a noção de risco atribuída ao território é um recorte que persiste na narrativa social construída sobre o morro, que regularmente foi objeto do ímpeto remocionista pela sua posição geográfica privilegiada no centro da cidade (BRUM, 2013, p. 197). Nesse sentido, o conceito sociológico de segurança articulado com a variável violência urbana tem o Morro da Providência como eixo pela perspectiva de especulação imobiliária residencial e comercial do *Porto Maravilha*.

A impossibilidade da remoção total da favela mobilizou argumentos para o *desadensamento populacional* por parte da administração pública. Duas justificativas foram apresentadas pela Prefeitura. A primeira, a situação de risco, que foi confrontada pelos moradores, acarretando a não remoção total de pessoas dessa área. A outra foi a construção de dois teleféricos como forma de transporte e atração turística, ocasionando a desapropriação e demolição de imóveis. De fato, apenas um teleférico foi construído na localidade, com três estações. A ambiguidade entre qualificar o território e remover moradores para uma reforma urbana indica o problema social de quais grupos são beneficiários da reconfiguração desse espaço. Apesar disso, o Morro da Providência foi transformado em ponto turístico em menor escala pelo rótulo de “*favela mais antiga do Brasil*”, o que significou um ponto de estima social e solidariedade compartilhada por alguns moradores pela ideia de resistência e identidade local.

Os estigmas sociais continuaram a ser atribuídos aos moradores do Morro da Providência. Inicialmente, a localidade também teve momentos de tranquilidade com a ocupação da UPP no território, mas a relação entre a população local e os policiais foi se tornando cada vez mais conflituosa. O acúmulo de tensões dessa relação acarretou a volta das disputas territoriais pela presença de traficantes de drogas ilícitas. O ano de 2015 foi o divisor de águas da UPP da Providência. A lógica do confronto armado teve como resultado as mortes de policiais e de moradores. A cena de policiais forjando um auto de resistência de um jovem morto na localidade foi paradigmática para o questionamento das práticas policiais desenvolvidas em territórios marginalizados e contra tipos sociais considerados suspeitos.

Os reflexos dos tiroteios no Morro da Providência afetaram o cotidiano do centro do Rio de Janeiro. Os sentimentos de medo e de insegurança emergiram em um ponto estratégico de circulação de pessoas vindas da zona metropolitana e de todas as partes da capital fluminense: a Central do Brasil. Não obstante, a SESEG também está localizada neste endereço, denotando o simbolismo da violência difusa e estruturada, o que indica a situação

estratégica da favela para produção de significados para uma *cidade segura*. Portanto, a perda de legitimidade e de efetividade do UPP da Providência apontou para o risco da realização de megaeventos na cidade, no caso, as Olimpíadas, uma vez que o projeto *Porto Maravilha* foi a iniciativa nitidamente engendrada sob o argumento de legado olímpico.

O Morro da Providência segue como signo de contradições e disputas históricas entre forças sociais contemporâneas do Rio de Janeiro no que tange à estrutura, à forma e à função urbanas da cidade. Nas dimensões funcionais e materiais, o acidente geográfico apresenta potencialidades de ser transformado em mercadoria no contexto do empreendedorismo urbano por questões imobiliárias – residencial e comercial - pela localização central, na qual a paisagem natural e a mobilidade são atrativas para a circulação de riquezas, mercadorias e pessoas, dinamizada pelo turismo e pelo lazer intrínsecos ao projeto *Porto Maravilha*. Porém, o simbolismo da favela mais antiga do país indica a permanência da inclusão precária de populações marginalizadas no projeto urbano para a metrópole carioca, flexibilizando os direitos universais desses sujeitos históricos. Portanto, o Morro da Providência emerge como alegoria sintética das relações de poder assimétricas da sociedade urbana que foi sendo construída no Rio de Janeiro, indicando as tecnologias de vigilância e “pacificação” de populações consideradas rebeldes, o que aponta para os usuários que são identificados como sujeitos de *direito à cidade* no contexto global.

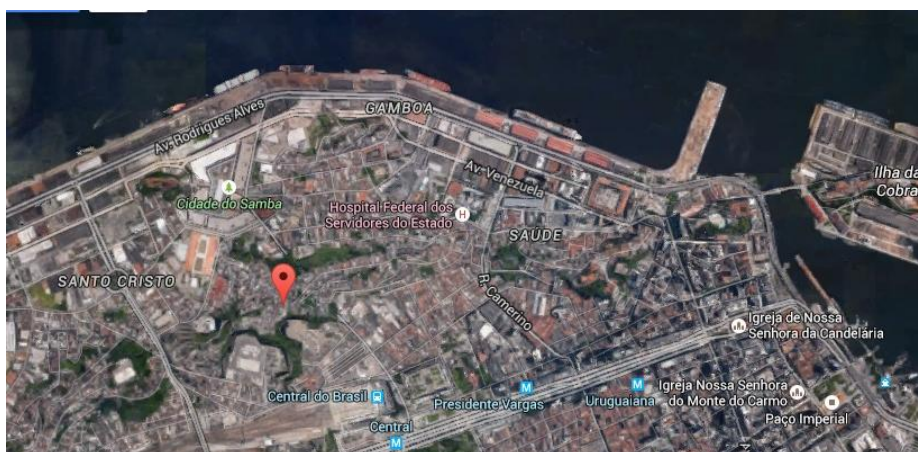


Figura 16 - Localização do Morro da Providência (ponto vermelho) – Fonte: Google Maps.

### 7.3.3. Zona Oeste

A região oeste do Rio de Janeiro teve a implantação de três UPP. O número reduzido de ocupações nessa área apresenta um paralelo com a Baixada Fluminense: um grande número de territórios marginalizados e historicamente marcados pela presença de grupos armados que podem ser identificados como “*donos do lugar*”. Apesar da atuação de traficantes de drogas ilícitas, esses grupos dedicados a atividades criminais diversificadas são

atores sociais da violência urbana. Isso pode ser verificado pela implantação da UPP do Jardim Batan, ou apenas Batan, no bairro de Realengo, em 18/02/2009, após a captura e tortura da equipe do jornal *O Dia* por milicianos que atuavam na localidade, no ano anterior. O simbolismo dessa implantação denota a ação por demanda pela pressão por respostas sobre as autoridades do Estado em relação à violência sofrida pelos profissionais de imprensa.

A motivação da implantação da UPP do Batan aponta para o reconhecimento e/ou supressão seletivos de sujeitos de direitos. O histórico de denúncias de violações de direitos por parte dos grupos paramilitares ilegais não foi capaz de engendrar uma ação efetiva do Estado no enfrentamento às milícias antes do ocorrido com a equipe jornalística. De fato, não cabem dúvidas sobre a legitimidade da situação de vítima dos profissionais de imprensa, o que estamos problematizando é a invisibilidade de populações que vivem em territórios dominados por atores que adotam essa modalidade delitativa. Ao considerarmos a noção de controle social informal e ilegal pelas margens do estado (DAS & POOLE, 2008), a funcionalidade desses grupos para a manutenção de ordem de classes dominantes pelo disciplinamento pelo uso da violência extralegal foi histórica, mas apresentou o risco de deterioração das próprias estruturas de poder estatal.

A implantação da UPP na Vila Kennedy apresenta as mesmas regularidades da unidade do Batan. A favela está localizada na grande área do bairro de Bangu e foi disputada por milicianos e por narcotraficantes nos últimos anos. Além disso, ambos os territórios estão nas proximidades da Avenida Brasil. A UPP foi instalada em 23/05/2014, em um contexto de expansão dos grupos paramilitares pela região da cidade.

A UPP da Cidade de Deus está inserida em um contexto programático do projeto de cidade global para o Rio de Janeiro. Em contraposição às outras duas unidades da zona oeste, a favela Cidade de Deus está geograficamente próxima à Barra da Tijuca. A pacificação da comunidade conota a funcionalidade da inclusão produtiva por meio de um conjunto de ações de setores privados e públicos, viabilizados por projetos sociais e ONGs. Nesse sentido, a juventude da Cidade de Deus é identificada como público-alvo privilegiado. A ideia de resgate da autoestima de jovens em “*situação de risco social*” é mobilizada por esses setores pela formação humanística, das expressões artísticas e do mercado de trabalho por serem transmissores de valores como cidadania, respeito e disciplina, além de ser uma forma de ampliar as redes de contatos e o capital social dos participantes desses projetos (ROCHA, 2015, p. 326-327). A participação de jovens nesses projetos também seriam signos de distinção dentro e fora da favela, como uma espécie de passaporte simbólico que pode possuir

interpretações ambivalentes: ora reabilitadoras, ora fonte de descrédito desses jovens (ROCHA, 2015). Portanto, a ideia de vigilância dos jovens de periferia e de favelas é evidenciada pela dita “*situação de risco social*”.

O imaginário social de território de violência e pobreza sobre a Cidade de Deus foi reforçado por meio da transmutação de mercadoria cultural de massa. O filme *Cidade de Deus*, baseado no romance homônimo escrito por Paulo Lins, narra as primeiras décadas de formação de grupos criminosos, desde a sua origem como conjunto habitacional de condições urbanísticas precárias, construído para pessoas removidas das favelas mais centrais do Rio de Janeiro, nos anos 1960 até o início da década de 1980, com o anúncio da chegada do Comando Vermelho. A produção cinematográfica teve repercussão mundial pelo realismo de suas cenas e por mostrar a pluralidade de perfis sociais dentro da favela, gerando grande bilheteria. O interesse do grande público pelo filme teve paralelo com *Orfeu Negro*, uma vez que ambas as produções mesclavam elementos da realidade cotidiana com narrativas ficcionais sobre as favelas cariocas, indicando a potencialidade desses territórios como objetos de consumo de massas.

A implantação da UPP na Cidade de Deus ganhou contornos simbólicos relevantes pela diminuição das ocorrências criminais na localidade. A ausência de conflitos armados produziu sentimentos de segurança na população local que foi catalisado como um dos modelos de ocupação bem-sucedida pelos gestores do programa. O ponto alto desse processo na Cidade de Deus foi a visita de Barack Hussein Obama, então presidente dos EUA, em 2011. Apesar de ter sido cercada por um forte aparato de segurança inerente ao protocolo da Casa Branca, a presença do chefe de Estado na favela foi o signo de soberania estatal pela retomada do território marginalizada, atestada pelo exercício do direito de ir e vir livremente na localidade. Essa ação também pode ser interpretada como estímulo à autoestima da população local pela sua autorrepresentação, que antes convivia com criminosos armados, e com as UPP podem receber visitas de personalidades mundiais. Essa quebra do cotidiano aponta para o viés emocional da ocupação pela noção de pertencimento político e social de sujeitos históricos da marginalização.



Figura 17 - Barack Obama na Cidade de Deus – Foto: Divulgação

A UPP da Cidade de Deus indica outros fatores para sua implantação. A proximidade geográfica da Barra da Tijuca apresenta paralelo com a funcionalidade das ocupações do modelo nas favelas da zona sul do Rio de Janeiro. A especulação imobiliária pelo valor de uso e valor de troca do solo implicou a alta de aluguéis e preço dos imóveis da região. Além disso, a favela está em uma área estratégica para a realização de megaeventos na cidade, pelo fato de a Barra da Tijuca concentrar os maiores complexos referentes aos Jogos Olímpicos e alguns equipamentos dos Jogos Pan-americanos de 2007. Porém, a Cidade de Deus está localizada também em uma região cercada por territórios nos quais as milícias exercem o poder ilegal por suas ações criminosas.



Figura 18 - Localização da Cidade de Deus (tracejado em vermelho) – Fonte: Google Maps.

As denúncias de abuso de autoridade por parte dos policiais foram fatores de desgaste da UPP da Cidade de Deus. Apesar de melhorias iniciais, a abordagem policial foi uma queixa

recorrente por parte dos jovens, indicando a função de controlar o fluxo desse público nos locais da implantação do programa e a permanência policial e evidenciando as arbitrariedades das UPP, o que estimulou a participação de projetos sociais de ONGs como forma de proteção à violência policial (ROCHA, 2015, p. 331-333). Portanto, podemos identificar a regularidade de tecnologias de controle social do crime e disciplinamento de uma juventude periférica e das favelas é demonstrado pelas formas múltiplas de vigilância e de inclusão produtiva na cidade global, apontando as contradições do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro.

#### 7.3.4. Zona Norte

A zona norte do Rio de Janeiro possui o maior número de UPP implantadas: 23. A região é a mais heterogênea socialmente da cidade, materializada pela sua segmentação territorial. A grande Tijuca é identificada como uma área que mescla áreas residenciais de classe média e de classe média alta, comércio de rua, áreas verdes (como o Parque Nacional da Tijuca) e espaços públicos. Apesar disso, área é cercada por morros e favelas que eram disputadas como pontos de vendas de drogas ilícitas. A grande Tijuca teve a implantação de seis UPP, que compõem o corredor olímpico e da Copa, no qual os equipamentos desses megaeventos estão localizados. Ademais, a ocupação dos morros da região pelas UPP e a consequente pacificação também teve impacto direto no valor de uso e no valor de troca do solo da grande Tijuca, uma vez que a violência urbana estava sendo um viés de desvalorização pelo risco de assaltos e tiroteios na área.

A área do bairro de São Cristóvão também entrou no circuito de requalificação da zona norte a partir da UPP. A região está inserida em uma das pontas do corredor dos megaeventos em decorrência da proximidade do complexo esportivo do Maracanã. Além disso, o bairro é um território remetido à memória, história e cultura clássicas e populares que compõem o multiculturalismo étnico da cidade. O Palácio da Quinta da Boa Vista alberga o Museu Nacional e representa o período monárquico por ter sido residência oficial da Corte. Na dimensão popular, as heranças negras e nordestinas estão representadas na Escola de Samba da Mangueira, da favela que tem o mesmo nome da agremiação e o centro de tradições nordestinas, conhecido popularmente como *feira dos paraibas*. Todavia, essa distinção indica as formas que foram construídas os sujeitos históricos na cidade.

As regiões da grande Tijuca e de São Cristóvão apresentaram objetivos definidos no contexto de empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. As vocações territoriais manufaturadas nessa dinâmica sistematizaram um circuito alternativo de consumo e de



circulação de pessoas e mercadorias. A UPP do Caju é um exemplo dessa funcionalidade por estar nos limites do Porto da capital fluminense, indicando a relação das UPP com os megaeventos para a reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro para a competição global entre as cidades. Ou seja, apesar da heterogeneidade da zona norte, o projeto urbanístico proposto para a cidade apresenta uma interligação direta entre determinadas áreas. Ademais, ambas as regiões são vizinhas e estão próximas do centro do Rio de Janeiro, sendo área da grande Tijuca caminho para a zona sul e para a Barra da Tijuca.

Os bairros mais periféricos da zona norte também apresentam funcionalidades e materialidades referentes aos megaeventos. O caso da região do grande Méier, que teve a instalação de três UPP<sup>136</sup>, indica uma relação direta na mobilidade e circulação de pessoas e mercadorias em razão da Linha Amarela e do Estádio do *Engenhão*, equipamento que foi utilizado nos Jogos Olímpicos de 2016. Ademais, a composição social e material do bairro do Méier, central dessa área, possui paralelos com os da região da grande Tijuca: condomínios e casas de classe média e comércio de rua. Portanto, o Méier é um dos polos de centralidades urbanas inseridos na periferia do Rio de Janeiro, denotando a divisão e a distinção de classes sociais nos territórios da zona norte.

Os complexos de favelas da zona norte do Rio de Janeiro começaram a ser cristalizados como territórios de violência e do crime no imaginário popular carioca a partir do declínio dos polos industriais instalados na região. As crises econômicas das décadas de 1970 foram concomitantes à ascensão do narcotráfico, que foi consolidada na década de 1980. De fato, pode ser estabelecido nexos causal entre o desemprego gerado pelo abandono das fábricas e expansão territorial de grupos criminosos nessas regiões industriais, demandando a identificação das variáveis dependentes e independentes desse processo. Nesse sentido, os complexos do Jacarezinho, do Alemão e da Maré estão inseridos em áreas nas quais a “vocação” industrial foi se perdendo, abrindo espaço para a reprodução e retroalimentação de estigmas sociais sobre populações marginalizadas que poderiam ser rotuladas como “*classes perigosas*”.

Os três complexos citados tiveram predomínio histórico de um grupo de traficantes de drogas ilícitas: O Comando Vermelho. A presença desse grupo como “*donos do lugar*” oportunizou o entendimento de coletivização penal das populações das referidas favelas. Uma das dimensões explicativas desse fato é a organização do Comando Vermelho, que chegou a

---

<sup>136</sup> Os territórios ocupados pelas UPP nessa região foram: Camarista Meier; Lins de Vasconcellos e São João, Matriz e Quietó. Fonte: Sítio Oficial das UPP – SESEG/RJ. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em 05/03/2018.

rivalizar com as forças de segurança, sendo considerado o antagonista principal do Estado no enfrentamento à violência urbana no Rio de Janeiro. A ideia de cumplicidade dos moradores desses territórios com o crime foi cristalizada no senso comum carioca por narrativas que afirmavam que se tratava de “conivência” da população local por “ganhos individualizados”. Porém, como já abordamos nesta tese, os grupos de narcotraficantes demandam uma margem de negociação com a população local e, dessa forma, supre pontualmente deficiências dos serviços públicos, ou seja, as facções não se sustentam apenas pela linguagem da violência.

Os complexos de favelas do Alemão, do Jacarezinho e da Maré foram sendo consolidados como territórios de barbárie e incivilidade, opostos às noções de urbanidade e de sociabilidade. Essa percepção foi potencializada na população pelos discursos midiáticos e estatais, identificando a área como foco de degradações morais, materiais e sociais pelo domínio do Comando Vermelho. Nesse sentido, a informalidade que se apresenta como linguagem cotidiana das favelas cariocas foi remetida à ilegalidade de maneira mais evidente nesses três complexos, podendo criminalizar hábitos e normas sociais de populações marginalizadas e denotando o abandono da dimensão garantidora e protetora do direito. Portanto, o projeto de ocupações do Jacarezinho, do Alemão e da Maré pelas UPP cumpriria não só aspectos organizacionais e materiais no que tange à estrutura, forma e função da cidade, mas também simbólicos pela reconquista da soberania do território por parte do Estado.

#### *7.3.4.1. Complexo do Jacarezinho e a Cidade da Polícia*

O caso do Jacarezinho é paradigmático para a ocupação do Estado pela implantação das UPP. A *cidade da polícia* é indicativa para os simbolismos e as materialidades que segmentam o Rio de Janeiro e compreender como se articulam os conceitos de segurança e de segregação para a categorização de territórios como qualificados ou não no projeto de cidade global. Nesse sentido, a representação social da violência pode ser um componente para a integração urbana ou para a manutenção da marginalidade de territórios marcados pela pobreza e estigmatizado pela criminalização.

Em 1992, a área chamada Jacarezinho foi oficialmente desmembrada do bairro do Jacaré, sendo alçada à condição de bairro. Localizado na zona norte do Rio de Janeiro, o bairro começou a ser urbanizado a partir da década de 1920 com a instalação das primeiras indústrias na localidade que margeava a estação da linha auxiliar de trem Vieira Fazenda (atual estação Jacarezinho, do Ramal Central do Brasil – Belford Roxo). Nos anos seguintes,



o número de indústrias e moradores foi crescendo na região, sendo que na década de 1960 foi criado o complexo industrial do Jacaré, pelo governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, também como parte do projeto de remoções de favelas do centro e da zona sul do antigo Distrito Federal, com o argumento de vocação industrial da zona norte da cidade (BRUM & GONÇALVES, 2015).

A partir da década de 1970, as indústrias do Jacaré começaram a entrar em declínio. As crises econômicas nacionais cíclicas ocasionaram a falência e o fechamento de diversas indústrias, acarretando desemprego, chegando ao bairro. Ao fim dessa década, a criminalidade da região começa a ser noticiada, se consolidando no imaginário social como área de violência e crime pela presença de gangues de narcotraficantes e seu poder bélico. A década de 1990 consolidou a saída das fábricas do bairro, algumas pela violência dos confrontos armados e a sensação de insegurança.

Segundo Harvey (2006), as contradições da estrutura espacial do capitalismo criam barreiras físicas nos locais onde deveriam se expandir. Essas barreiras podem ser imóveis, como prédios de fábricas, que não podem ser removidos, apenas destruídos para que haja o avanço geográfico da acumulação. Tal fato indica o equilíbrio delicado entre destruir os investimentos e abrir espaço para a acumulação, que pode gerar crises, acarretando reformas periódicas de ambiente. As teorias marxista e burguesa do espaço também são consideradas por Harvey. Enquanto a burguesa é baseada em uma análise parcial de equilíbrio estático, representando uma dinâmica satisfatória de si mesma, a marxista analisa que a geografia da acumulação capitalista é vista como lugar de contradição e tensão (HARVEY, 2006, p. 55).

Ao articularmos as premissas de Foucault sobre segurança e de Harvey sobre a acumulação capitalista no espaço urbano, podemos ser feitas conexões com a realidade concreta do Jacarezinho. A relação de abandono não significa estar fora da lei, mas estar desprotegido por ela, tornando o indivíduo que se encontra nessa situação vulnerável à retirada dos seus direitos, inclusive o direito à vida (AGAMBEN, 2014, p. 35). A dinâmica social verificada historicamente entre as classes dominantes e as classes dominadas do Rio de Janeiro é marcada por uma relação de poder assimétrica, não raras vezes autoritária e violenta. As remoções cíclicas indicam essa falta de reconhecimento das camadas mais populares como sujeitos de direitos pela situação de abandono legal. Nesse sentido, o quadro de deflagração de conflito armado no Jacarezinho aponta para a hipótese de territorialização do crime para a segurança de quem está de fora deste perímetro, o que pode ser identificado como uma das dimensões da segregação: a segregação espacial. Porém, como visto anteriormente, de

maneira paradoxal, a presença dos narcotraficantes foi um fator que dificultou as remoções nas favelas, proporcionando uma segurança jurídica acidental no acesso à moradia.

A geografia do Jacarezinho se confunde com outro bairro da zona norte do Rio de Janeiro: Manguinhos. Os equipamentos públicos instalados pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) nas margens da Avenida Dom Hélder Câmara (antiga Avenida Suburbana), uma das principais vias do subúrbio carioca, revitalizaram a localidade. A obra do Governo Federal, iniciada no período Lula, foi feita no antigo terreno do Exército que atualmente alberga uma praça, uma biblioteca, um colégio estadual, um conjunto habitacional e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Apesar desses investimentos na área social, os confrontos entre traficantes e forças policiais não tinham hora para acontecer. No período noturno, o consumo de drogas e a circulação de homens armados em motos na principal via do bairro eram fatos recorrentes, corroborando a sensação de insegurança e fragilizando o argumento de circulação de pessoas na rua como forma de segurança (JACOBS, 2009; LEFEBVRE, 2008) em decorrência do poderio bélico dos narcotraficantes.

Os conceitos de ordem e desordem são interessantes para analisar a situação. Se, por um lado, as dimensões espaciais e sociais da segregação podem ser consequências de um abandono legal e a falta de reconhecimento de sujeitos históricos da marginalização como sujeitos de direito, o que apontaria para uma formação territorial desigual e não padronizada na configuração urbana, sendo identificada como desordem. Por outro, as interações sociais demandam algum tipo de norma, ainda que informais, para a manutenção da coesão social e uma determinada ordem. Por isso, o conceito de desordem sobre as favelas deve ser problematizado pela oposição de formalidade e informalidade, sendo que esses territórios são marcados pela informalidade, podendo indicar normas de diferentes tipos de ordenamentos sociais.

A noção de informalidade das favelas é confundida como sinônimo de ilegalidade, sendo um componente da criminalização das populações desses territórios. A situação de abandono legal, referenciada aqui pela noção de *bando* (AGAMBEN, 2014, p. 35), abre brechas para que outras formas de exercício de poder se consolidem. Como observamos anteriormente, o narcotráfico demanda uma margem de negociação maior com as populações das favelas cariocas para manutenção do seu poder territorial, ao contrário da atuação de polícia, por esta última deter o poder simbólico e real do Estado. Dessa forma, a ideia de cumplicidade da população com os narcotraficantes é cristalizada no senso comum, sendo a

presença constante da polícia de proximidade o vetor dessa quebra de reciprocidade, ainda que a violência transite entre o ato e a potência nas duas ocasiões.

Em 2013, a UPP do Jacarezinho é implantada no complexo de favelas. Em outubro do mesmo ano foi inaugurado equipamento público que indica a permanência do Estado na região, a Cidade da Polícia Civil, que ficou conhecida popularmente apenas por ***Cidade da Polícia***. A ***Cidade da Polícia*** é um complexo da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro que concentra 13 delegacias especializadas, 5 órgãos da Chefia de Polícia e Coordenação de Recursos Especiais (CORE). O equipamento foi construído no terreno da antiga fábrica da Souza Cruz, na Avenida Dom Helder Câmara, que foi reformada pela Empresa de Obras Públicas (EMOP), vinculada à Secretaria de Obras Públicas, ao custo de R\$ 170 milhões<sup>137</sup>. Do ponto de vista material, esse reaproveitamento das estruturas físicas da antiga fábrica aponta para o equilíbrio estático de maneira satisfatória pela teoria burguesa do espaço de Harvey. A ***Cidade da Polícia*** fica na entrada principal do complexo de favelas do Jacarezinho, na localidade conhecida como “*faixa de gaza*”, em decorrência dos enfrentamentos armados, indicando a dimensão simbólica desse equipamento.

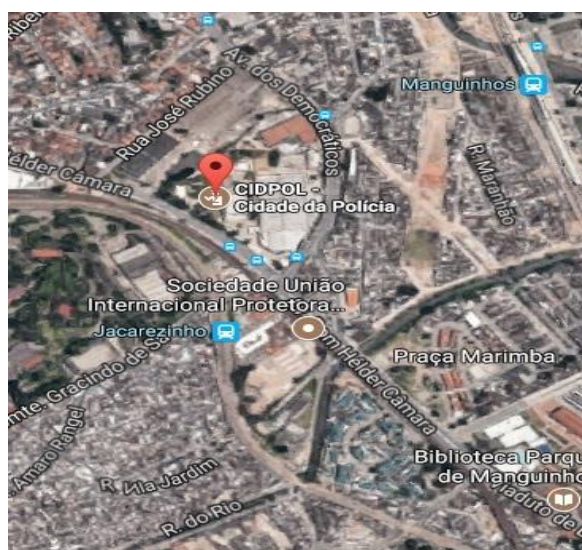


Figura 19: Localização da ***Cidade da Polícia*** (Fonte: Google Maps)

A ***Cidade da Polícia*** apresenta diversos aspectos podem ser interpretados sobre seu simbolismo. Para fora, os muros altos e retos do complexo policial lembram fortificações militares e passam a ideia de distanciamento e distinção daquele bairro, considerado degradado pela pobreza e violência. Para dentro, a concentração de delegacias especializadas daria agilidade para realização do trabalho investigativo policial e passaria a ideia de

<sup>137</sup> Fonte: Jornal *o Dia* – Rio de Janeiro Inaugura Cidade da Polícia na “Faixa de Gaza” (29/09/2013).

resultados satisfatórios, se aproximando, assim, de uma das definições de Erving Goffman (2003) sobre as Instituições totais: o encerramento para melhorar o desempenho profissional.

A grandiosidade do equipamento e o brasão da Polícia Civil no seu portão de entrada conferem a presença do Estado a partir do seu poder simbólico. Esse poder é caracterizado pelas disputas e hierarquizações que são travadas para a definição do mundo social (BOURDIEU, 1998). Tal dinâmica passa pelo imaginário popular, ora como proteção, ora como abandono; como figura de representação do conhecimento mediato no qual uma imagem é capaz de ser repostado pela memória, sendo visível e possivelmente decifrável (CHARTIER, 1991, p. 184). Portanto, a *Cidade da Polícia* apresenta uma facilidade de acesso para aqueles que demandam os serviços prestados pelos agentes de segurança pública, pela sua localização e centralização de funções, mas parece não se integrar ao local onde foi instalada, aparentando ser um posto de vigilância de controle territorial do crime e não um fator que facilitaria a integração urbana do Jacarezinho com o conjunto da cidade a partir da noção de segurança.



Figura 20: Portão de Entrada da *Cidade da Polícia*.

Outro fato que pode ser identificado sobre as possíveis funções materiais e simbólicas da *Cidade da Polícia* é o efeito social no sentido de atenuar a segregação. O equipamento fica a poucos metros da *crackolândia*, entre os bairros de Jacarezinho e de Manguinhos. O consumo da droga é diário, com três pontos de concentração. A maior parte dos usuários é jovem e negra. De fato, não é responsabilidade isolada de um equipamento como a *Cidade da Polícia* reparar desigualdades históricas e estruturais na sociedade do Rio de Janeiro, mas a permanência destes tipos de ocorrência, consumo e venda de entorpecentes reforça a hipótese de manter a segurança de quem está fora desse perímetro territorial, remetendo à ideia de *Cordão Sanitário* (YOUNG, 2002) contra comportamentos considerados indesejáveis pelas

classes dominantes e atribuídos a indivíduos e classes mais pobres, que podem ser criminalizados. A premissa na qual o Estado de Exceção está presente nas áreas periféricas das cidades contemporâneas (AGAMBEN, 2014, p. 171), as quais podem ser identificadas como territórios do “*tudo é possível*” (Idem, p. 167), ainda que tenha a administração jurídica do Estado sobre a população desse território nos parece interessante nessa análise sobre a UPP do Jacarezinho. Dessa forma, a ***Cidade da Polícia*** emerge como uma espécie de demarcador de fronteiras simbólicas e sociais da segregação baseado em dispositivos de segurança.

O conceito de segregação, no entanto, não se traduz apenas no campo espacial. A dimensão sociológica das outras dimensões da segregação aponta para a complexidade deste conceito, como abordado anteriormente. A análise a partir da expansão populacional no espaço urbano indica um fator que corrobora a marginalização e a inclusão precária de determinado estrato social por meio de conceitos de matrizes teóricas próprias, dando maior amplitude ao debate sociológico acerca da segregação. Como recorte do objeto de análise, entendemos A ***Cidade da Polícia*** no bairro do Jacarezinho como exercício de projeção sociológica para compreender de que maneiras podem ser demarcadas fronteiras sociais, materiais e simbólicas para qualificar, definir e cristalizar no imaginário social as vocações territoriais a partir de uma segmentação desigual do Rio de Janeiro.

As fronteiras verificadas na implantação da UPP do Jacarezinho indicam formas desiguais de acesso e distribuição de oportunidades sociais. Isso pode reforçar ou questionar certas fronteiras sociais nos aspecto simbólico (CARMAN, CUNHA & SEGURA, 2013, p. 17-18). Algumas percepções dos moradores do bairro sobre a implantação da UPP podem ser indicadores da forma precarizada de inclusão no projeto urbano global do Rio de Janeiro através do conceito de segurança. Essa interpretação pode ser verificada pela permanência de conflitos armados cujo resultado é a morte de moradores, agentes de segurança ou suspeitos criminais, indicando a falta de consolidação da UPP. Ademais, a ocupação dessas favelas para instalação dos equipamentos de segurança contou com o apoio logístico e humano de tropas dos Fuzileiros Navais, sinalizando um signo da metáfora da guerra e reforçando valores negativos sobre esses territórios e suas populações.

Ao articularmos os conceitos de segregação e segurança para analisar o caso da ***Cidade da Polícia***, a noção de vocação do bairro e do complexo de favelas do Jacarezinho se apresenta de maneira negativa. Apesar de investimentos sociais materializados pela construção de equipamentos públicos de lazer, cultura, habitação, educação e saúde na localidade, o que lhe conferiu relativa e temporária melhoria econômica e social, a região

ainda convive com o estigma de área perigosa devido à violência e o consumo de drogas. Dessa forma, o argumento de que as UPPs instaladas na região e a *Cidade da Polícia* atuarem como delimitadores do Estado para o controle social do crime de forma territorial, por meio da administração da população que vive e circula pela localidade, aparece como uma hipótese provável de verificação, ainda que não nos caiba uma afirmação categórica defendendo que este tenha sido o objetivo inicial do programa.

#### 7.3.4.2. Complexo do Alemão

O Complexo de favelas do Alemão foi transformado formalmente em bairro no ano de 1993. Essa mudança teria efeitos práticos para fins oficiais pela existência nominal, administrativa e simbólica desse território (COUTO & RODRIGUES, 2015, p. 7). As origens da localidade instalada na Serra da Misericórdia registram o início da ocupação humana a partir da década de 1920, sendo observados os processos distintos nos quais eram definidas as formas de fixação de moradia ao longo da história, “*que derivaram das relações entre os proprietários das terras e os moradores, ou suas associações, tais como: aluguel de chão; ocupação consentida; invasão coletiva; venda de cavas de terra por associações de moradores.*” (Idem, p. 8). A região compreendia a uma antiga área rural da zona norte do Rio de Janeiro, sendo conhecida pelo apelido do único proprietário dessas terras que morava no território: Leonard Kacsmarkiewicz, o *alemão*. Porém, o popular germânico era natural da Polônia, indicando as representações sociais construídas pela história oral da população do Complexo de favelas.

A composição heterogênea da população do Complexo do Alemão também é um dado relevante para compreender a situação de vulnerabilidade social e de marginalização. Inicialmente, a população migrante veio do interior do estado do Rio de Janeiro, sendo incrementada pela presença massiva de nordestinos a partir da década de 1950 pela industrialização oriunda da desapropriação de antigas sedes de fazenda, que, posteriormente, tiveram esses terrenos arrendados para fins de construção de conjuntos habitacionais na década de 1970, destinados às pessoas removidas de favelas das zonas centrais da cidade como política urbana da Ditadura Militar (BRUM, 2013; COUTO & RODRIGUES, 2015).

A ação dos chamados “*faveleiros*”, que ocupavam terrenos da zona norte do Rio de Janeiro nas proximidades dos polos industriais também foi um estímulo à fixação de pessoas no Complexo do Alemão. Esse fato teve reflexos políticos e econômicos, uma vez que esses indivíduos invadiam e revendiam o terreno (COUTO & RODRIGUES, 2015, p. 31). As ideias

conflitantes de desordem social e organização coletiva para decisões políticas são verificadas no desenvolvimento sócio-histórico do Complexo do Alemão.

O domínio do Comando Vermelho no Complexo do Alemão foi o catalisador para colocar a região no mapa de “*territórios perigosos*” pela variável violência urbana no Rio de Janeiro a partir da década de 1980. O quadro de conflito armado pelas disputas territoriais entre as facções de traficantes de drogas ilícitas e as polícias do estado do Rio de Janeiro foi cristalizado no imaginário social na década de 1990 com o assassinato do traficante Orlando Jogador, como já observamos nesta tese. Com efeito, os confrontos armados nas favelas dos bairros do ramal ferroviário da Leopoldina foram catalisadores para a transmutação e consolidação do Complexo do Alemão como um dos territórios de violência “endêmica” no Rio de Janeiro.

O Complexo do Alemão, como território de violência e pobreza, possui o recorte de espaço para normas e códigos sociais próprios do Comando Vermelho. O histórico conflituoso entre população e forças de segurança do Estado foi sendo aprofundado à medida que alguns jovens da região atribuíram a sigla CV, iniciais da facção de narcotraficantes, o signo de pertencimento e identidade da localidade, mesmo que não tivessem envolvimento com o crime. Os *proibições*, canções ao ritmo do *funk*, faziam alusões aos lemas da facção, como os dizeres “*paz, justiça e liberdade*”<sup>138</sup>; são inseridas nessa narrativa, que engendram percepções e vivências sociais da existência de um suposto poder paralelo. Essas dinâmicas fortaleceram estigmas sociais para dentro e para fora do Complexo do Alemão, engendrando no imaginário social a localidade como “*território do tudo é possível*”.

A construção de um espaço sob as normas extralegais de traficantes de drogas dinamizou uma corrida midiática por maiores informações sobre o que ocorria no Complexo de favelas do Alemão. Além dos conflitos armados, outras práticas cotidianas eram transformadas em pautas jornalísticas pelas possíveis conexões criminosas, o que implicava grandes riscos, mas grande reconhecimento no meio midiático. Nesse sentido, o caso do jornalista Tim Lopes é paradigmático. Em 2002, o repórter foi fazer uma série de reportagens investigativas sobre a venda de drogas e exploração sexual de adolescente nos bailes *funks* da região.

Porém, Tim Lopes foi reconhecido por criminosos que atuavam no Complexo do Alemão, em virtude de outra matéria feita por ele no ano anterior sobre a atividade ilícita na localidade. O repórter foi torturado, morto e seu corpo queimado no “*micro-ondas*” da Vila

---

<sup>138</sup> Esses dizeres também são atribuídos à facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC).

Cruzeiro, uma das favelas que estão no Complexo. As ordens para a execução do jornalista foram dadas pelo traficante conhecido como Elias Maluco por meio de um “*júri do crime*”.

A dialética da violência na representação social do Complexo do Alemão mobilizou ações ambíguas no que tange à segurança. Com a execução de Tim Lopes e a prisão de Elias Maluco, a localidade foi posta definitivamente no radar das ONGs como território a ser retomado. Projetos sociais que visavam o resgate da juventude pela cultura e do esporte foram ganhando apoio de setores da sociedade carioca e de órgãos estatais. Essas ações se caracterizavam pelas ideias de prevenção ao crime e de inclusão social como formas de enfrentamento da violência urbana.

Por outro lado, o Complexo do Alemão seguiu sendo alvo de incursões violentas das forças de segurança do Estado. As ações armadas foram cristalizando no imaginário social a necessidade de “*pacificação*” da população local e a retomada da soberania do território por parte do Estado sob o argumento de que a localidade era uma “*zona de guerra urbana*”. O Complexo do Alemão foi central no programa das UPP, tendo em vista a implantação do GPAE na Vila Cruzeiro em junho de 2002 e a *Chacina do Alemão*, ocorrida em junho de 2007, às vésperas dos jogos Pan-Americanos, são indicativos para essa afirmação. Ambas as ocasiões denotaram a demanda por um modelo sistematizado de segurança permanente e eficaz que fosse condizente ao projeto de cidade global e *segura* para o Rio de Janeiro.

A visibilidade que o Complexo do Alemão foi atribuindo indicou a ideia de desafio para sua integração à cidade ideal. O alinhamento de forças políticas também teve a localidade como cenário de reformulações urbanas a partir do PAC. Além das unidades habitacionais, o projeto previa a construção de equipamentos urbanos para integrar as favelas da região à cidade por meio da mobilidade e pela prestação de serviços públicos, como creches e postos de saúde. Nesse sentido, o projeto mais ambicioso do Governo Federal foi a construção de um teleférico para ligar doze comunidades do Complexo do Alemão. Esse transporte seria integrado ao sistema de trens, semelhante ao da Providência, saindo da estação Bonsucesso e passando por seis estações: *Adeus, Baiana, Alemão/Kibon, Itararé, Palmeiras*. Podemos considerar que há uma confluência entre noções antagônicas para o Rio de Janeiro: o empreendedorismo urbano e o *direito à cidade*, mas que o discurso oficial trata de articulá-las.

As transformações propostas para o Complexo do Alemão apresentavam uma variável dependente: a violência urbana. A presença de traficantes era considerada fator de risco para o andamento dos projetos urbanístico. A reação de grupos criminosos pela perda de seus



domínios territoriais na venda de drogas ilícitas pode ser verificada pela profusão de atos violentos no Rio de Janeiro ao fim do mês de novembro de 2010. Queima de veículos, arrastões e *tiroteios* foram registrados na capital, região metropolitana e em algumas cidades do interior do estado, gerando a sensação de pânico e de insegurança na população. A suspeita de autoridades políticas foi a conexão desses fatos com o Comando Vermelho pela possibilidade dos autores dos crimes terem se escondido no Complexo do Alemão. O então titular do governo estadual solicitou apoio logístico à União por meio do Ministério da Defesa como forma de contornar a situação. Nesse sentido, foi sendo desenhada a megaoperação militar no Complexo de favelas do Alemão.

Os contornos dramáticos da megaoperação no Complexo do Alemão foram traçados pela narrativa midiática. O desenrolar da trama foi tratado em um tom quase cinematográfico e com escalonamento, passando por etapas de calma, tensão e clímax. Com o cerco militar às favelas, figuras públicas se voluntariaram para “negociar” a rendição dos traficantes de drogas ilícitas que estavam na localidade, denotando a forma espetacularizada que a situação foi abordada pelos veículos de comunicação de massa. A presença de Forças Federais e do aparato de segurança estatal demonstrava a violência simbólica e reforçava a metáfora da “guerra urbana”, sendo narrada como uma batalha salvacionista entre o “bem x mal”, na qual a população local foi objeto dessas ações.

O enfrentamento armado entre as tropas do Estado e os narcotraficantes ficou marcado pela fuga desses últimos pela Serra da Misericórdia, que foi transmitida ao vivo com narração *passo a passo* das ações. O clímax dessa trama foi o hastear das bandeiras do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro pelos agentes de segurança no topo das estações do teleférico do Complexo do Alemão (figura 21), como símbolo da soberania do Estado naquele território, seguidas das manchetes com os dizeres “*dia histórico*”, “*O Estado venceu o crime*”, entre outras<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup> Neste sentido, destacou-se a cobertura da Rede Globo que entre os dias 25 e 29 de novembro de 2010, realizou uma série intitulada *Rio contra o crime* nas duas edições do telejornal local, o RJTV. Este mesmo telejornal, que é transmitido de segunda a sábado, teve uma edição especial no dia 28/11/2010, um domingo, dia da ocupação das tropas federais e das Polícias do Rio de Janeiro no Complexo do Alemão.



Figura 21 – As bandeiras do Brasil e do estado do Rio de Janeiro hasteadas por agentes no alto do Complexo do Alemão (Fonte: Agência EFE).

A narrativa desenvolvida na ocupação do Complexo do Alemão aponta para as dimensões simbólicas da localidade no imaginário e nas representações sociais da violência no Rio de Janeiro. A abordagem indicou o conjunto de favelas como a última fronteira do crime e que, sendo essa região pacificada, as resistências às UPP por parte de grupos criminosos seriam desestimuladas. Além disso, a ideia de pacificar o Complexo do Alemão seria o atestado de eficácia do programa de segurança pública proposto pelo realinhamento de forças políticas para um projeto global de cidade, que poderia ser capitalizado política e socialmente pelos formuladores do empreendedorismo urbano. O contexto de definição consolidaria a transmutação simbólica de uma cidade violenta para uma *cidade segura* pela reconfiguração do espaço urbano pelas UPP.

Porém, a ocupação do Complexo do Alemão denotou a supressão seletiva de direitos e à flexibilização do reconhecimento de sujeitos de direitos. Durante a megaoperação para a ocupação do conjunto de favelas foram registradas denúncias de abusos, violações de direito e até roubos cometidos por agentes de segurança. As arbitrariedades contra os moradores foram levadas ao conhecimento das autoridades responsáveis, que admitiram os “excessos” por parte dos policiais, que foram proibidos de fazer patrulhamentos portando mochilas nesse território<sup>140</sup>. Esses episódios evidenciaram a relação conflituosa entre as forças de segurança e a população dos Complexos do Alemão e da Penha, que também foi ocupado por Forças Federais.

<sup>140</sup> Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0412201004.htm>. Acesso em 08/03/2018.

As tensões sociais indicaram as expectativas contraditórias sobre as UPP. A primeira vez que estivemos no Complexo do Alemão foi em dezembro de 2010, no mês seguinte à ocupação. Na oportunidade, tivemos interlocutores das comunidades de Nova Brasília, Grota e Fazendinha, sendo a maior parte composta por integrantes do projeto *Mulheres da Paz*. Uma das nossas interlocutoras ironizou sobre os objetivos turísticos do teleférico construído na região, afirmando que poderia ser uma forma de “*safári humano*”, ao dizer, afinando a própria voz para representar um hipotético turista: “*Olha lá! Um pobrinho em casa! Olha lá como eles vivem! Que coisa!*”. A fala de nossa interlocutora indicou as possíveis interpretações da implantação das UPP, que pode trabalhar a construção da autoestima da população local como pode ser catalisador de ações desrespeitosas por tornar o cotidiano das favelas em mercadoria de um turismo exótico.

Apesar do risco de exotização da população marginalizada, a mesma interlocutora declarou que os projetos sociais proporcionaram uma nova sociabilidade e poderiam ser dinamizados pela presença da UPP. A expectativa pela prestação de serviços públicos nas comunidades, como saúde e educação, além da segurança pública, por exemplo; foi um fato entendido como positivo por nossos interlocutores. Ao percorrermos a localidade de Nova Brasília, outra interlocutora indicava os lugares que poderiam ser vetores de doenças como tuberculose e dengue pelas construções irregulares e/ou abandonadas, além de riscos de desabamento de imóveis. Dessa forma, o conceito de segurança emerge de maneira polissêmica no contexto de ocupação de territórios pelas UPP.

A redução ou a falta de conflitos armados também era uma das expectativas com a implantação das UPP à época. A preocupação das *Mulheres da Paz* tinha como foco principal a segurança dos jovens, especialmente negros e do sexo masculino, por este ser o perfil regular das vítimas letais, criminalização coletiva e de recrutamento por grupos criminosos locais. Em tese, as mulheres que faziam parte do projeto tinham canais de comunicação com o poder público facilitados e tinham algum grau de legitimidade como lideranças comunitárias para reivindicações de demandas dos moradores locais. Nesse sentido, a violência perpetrada tanto por policiais como por narcotraficantes estava no cerne da questão preventiva.

Outro grupo, formado por homens, também nos recebeu em 2010. Eles eram responsáveis por promoção de agendas culturais na localidade e estavam na faixa etária entre 40 e 50 anos. Esse grupo apresentou expectativas ambivalentes sobre as potencialidades econômicas e formais da então futura ocupação das UPP. Nas conversas emergiram interpretações, significados e sentidos próprios do que era violação de direitos e arbitrariedade

policiais no contexto da favela. Novamente, a juventude foi abordada, mas de maneira comparativa entre as épocas que esses homens eram jovens e a atualidade. Um deles definiu como “covardia” levar um jovem diante de um juiz e cumprir pena em um presídio, afirmando que, na sua época de juventude, os policiais davam “*meio dúzia de tapa na cara e largava a gente em casa*” e conversavam com os pais dos jovens.

O trecho acima indica a informalidade como eixo norteador de condutas nas favelas, que pode ser um componente da interação entre a população de territórios marginalizados e agentes de segurança do Estado. A ideia de resolução direta de conflitos na rua aponta para a dimensão de uma autonomia relacional a partir da agência de sujeitos históricos da marginalização por meio de sua capacidade de negociação. A violência física em decorrência de um ato desviante é interpretada como um “*mal menor*” na construção de um passado idealizado por parte daqueles senhores, uma vez que eles concordaram com esse depoimento, sendo a violência simbólica da justiça formal mais perversa por interferir de forma permanente na vida de um indivíduo rotulado como “criminoso” por ter sido “fichado” no sistema prisional, acarretando um estigma social formalizado pela lei, em especial na hora de buscar um posto de trabalho formal.

A noção de “garimpo” também foi levantada pelos nossos interlocutores a época. Alguns relatos faziam alusão a essa atividade pela prospecção de capitalização política, social e econômica, potencializada pela ocupação do Complexo do Alemão. A ideia de “aventureiros” foi relatada por uma das nossas interlocutoras que fazia parte do *Mulheres da Paz*, ao levar membros de uma ONG que queriam se instalar na localidade, no início de 2011. Segundo ela, ao percorrer as ruas e vielas das comunidades, uma das pessoas dessa ONG teria segurado com força a sua própria bolsa pela aproximação de jovens negros em sua direção.

As expressões “medo” e “preconceito” foram utilizadas pela nossa interlocutora para descrever o comportamento específico desse grupo, o qual ela afirmou ter dúvidas sobre a experiência de trabalhar com grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o conjunto de favelas emergiu como uma espécie de *Eldorado Simbólico*, pelas oportunidades múltiplas vislumbradas por atores sociais de fora das comunidades, mas que poderiam ser interpretadas como formas de exploração pelas populações locais e reforçar e retroalimentar estigmas sociais.

A implantação das UPP em favelas do Complexo do Alemão foi realizada apenas no ano de 2012, após um ano e meio de ocupação de forças militares naquele território. A sede da CPP foi instalada em 2011 na região, denotando o simbolismo da retomada do território

como signo de soberania do Estado pela presença de suas forças policiais. Foram instaladas oito unidades na área do Complexo do Alemão e no Complexo da Penha, ambos geograficamente simbióticos, sendo a área com a maior concentração do programa de segurança pública no Rio de Janeiro. A Tabela abaixo descreve a abrangência das UPP e os bairros que são atendidos pelo programa na zona da Leopoldina:

Tabela 2 - descrição das UPP do Complexo do Alemão e Complexo da Penha<sup>141</sup>

<i>UPP</i>	<i>Inauguração</i>	<i>Localidades atendidas</i>	<i>População Territorial estimada</i>	<i>Área total das comunidades</i>	<i>Bairros sede (e bairros no raio de 2 km<sup>2</sup>)</i>
Nova Brasília	18/04/2012	Nova Brasília, Ipê Itararé, Mourão Filho, Largo Gamboa, Cabão, Joaquim de Queiroz, Loteamento, Prédios, Jardim Guadalajara, Aterro I e Aterro II.	28.661 habitantes	553.311 m <sup>2</sup>	Bonsucesso (Inhaúma e Ramos)
Fazendinha	18/04/2012	Fazendinha, Relicário, Palmeirinha, Morro das Palmeiras, Vila Matinha, Parque Alvorada, Te Contei, Rua Um e Casinhas.	12.399 habitantes	545.854 m <sup>2</sup>	Inhaúma (Bonsucesso, Engenho da Rainha, Higienópolis e Ramos)
Adeus/ Baiana	11/05/2012	Morro do Adeus, Morro da Baiana, Morro do Piancó, Favela do Itararé e Favela Horácio Picoreli	4.354 habitantes	137.532 m <sup>2</sup>	Bonsucesso (Higienópolis, Olaria e Ramos)
Alemão	30/05/2012	Morro do Alemão, Pedra do Sapo, Morro da Esperança,	15.094 habitantes	531.564 m <sup>2</sup>	Bonsucesso (Higienópolis, Olaria e Ramos)

<sup>141</sup> Fonte: Sítio oficial das UPP – SESEG/ RJ. Disponível em: <http://www.upprj.com>. Acesso em 10/03/2018.

		Armando Sodré e Areal.			
Chatuba	27/06/2012	Chatuba, Parque Proletário do Grotão, Caixa d'água, Caracol e Laudelino Freire.	10.205 habitantes	310.314 m <sup>2</sup>	Penha (Engenho da Rainha, Olaria e Penha Circular)
Fé e Sereno	27/06/2012	Fé, Sereno, Paz, Frei Gaspar e Maturacá.	3.574 habitantes	93.037 m <sup>2</sup> .	Penha (Engenho da Rainha, Olaria e Penha Circular)
Parque Proletário	28/08/2012	Parque Proletário, Vila Proletária da Penha e Laudelino Freire.	18.661 habitantes	301.588 m <sup>2</sup>	Penha (Engenho da Rainha, Olaria e Penha Circular)
Vila Cruzeiro	28/08/2012	Vila Cruzeiro, Cariri e Mira	17.170 habitantes	454.182 m <sup>2</sup>	Penha (Olaria e Penha Circular)

A extensão da área e os registros do número populacional das UPP na região denotam a abrangência do domínio territorial exercido pelas facções criminosas que atuavam nas localidades dos Complexos do Alemão e da Penha. A expectativa de calma e fim dos confrontos armados foi efêmera na região. Em 23/07/2012, a Soldado Fabiana Aparecida de Souza foi o primeiro agente das UPP a ser morto em serviço ao ser atingida por um tiro de fuzil, na unidade de Nova Brasília (GANEM MISSE, 2013, p. 158). A partir da morte da policial militar, foram desencadeadas ações de violência que remontam ao conflito histórico e desconfianças mútuas entre populações marginalizadas e forças de segurança do Estado. A volta do estado de guerra urbana em decorrência dos tiroteios foi potencializada pelo toque de recolher, que dessa vez foi imposto por policiais da UPP do Complexo do Alemão, tendo reflexos em outras unidades da cidade:

Após esse incidente, houve mais tiroteios no Complexo do Alemão. Como consequência disso, foram intensificados os toque de recolher já existentes em todas as comunidades da Zona Norte até então ocupadas pela polícia. Segundo relatos de policiais, o tráfico estaria se reorganizando e essas medidas eram para trazer segurança a todos. Todavia, os relatos de violência policial aumentaram bastante também nesse período, de sorte a serem levados casos para o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH-RJ), o que culminou na reunião com o CPP no Fallet sobre essa temática, como vimos (GANEM MISSE, 2013, p. 159).

Os fatos ocorridos na implantação das UPP no Complexo do Alemão apontaram para os limites de um projeto único para realidades urbanas e territoriais distintas dentro da mesma cidade. Sobre o toque de recolher foram registradas resistências por parte da população da localidade, como a ocupação de espaços públicos das favelas no período noturno do dia 05/12/2012, às 21h (horário do toque de recolher), simultaneamente no Complexo do Alemão e no Morro do Borel, na grande Tijuca, não sendo registrados incidentes, além do apoio da própria polícia, no caso do Alemão (GANEM MISSE, 2013, p. 159). Porém, o catalisador dessa movimentação nesse conjunto de favelas foi a morte de um jovem dentro de sua própria casa em decorrência de uma ação policial (LANES, 2016, p. 153), indicando o nível de hostilidades entre a polícia e a população.

A ideia de ativismo social também foi engendrada no Complexo do Alemão a partir dos conflitos e das dúvidas geradas sobre a eficácia das UPP como via de reintegração de populações marginalizadas e de territórios considerados “perigosos” ao projeto de cidade global. Alguns coletivos foram sendo formados no interior das favelas ocupadas pelo modelo de segurança pública, com a temática principal de denúncias de violação de direitos contra a parcela jovem da população favelada. A maior parte desses coletivos é composta por moradores das favelas, mas também possuem membros de fora delas, inclusive estrangeiros, trabalhando a ideia de comunicação e de redes sociais.

Sobre esses coletivos, identificamos dois pontos. O primeiro, o objetivo de serem legitimados como representantes das favelas pela sua abrangência comunicativa e, assim, mobilizar as comunidades pela construção de sentidos para organizar ações coletivas. O outro é a adesão dos moradores da favela em relação às atividades propostas por esses grupos, ainda que haja um número elevado de habitantes na região, isso pode ser medido na efetividade de suas ações. Esse último ponto é problematizado pelo fato de esses grupos dialogarem mais com a linguagem afeita ao plano abstrato das classes médias fora das favelas do que no sentido prático da vida cotidiana de uma população marginalizada. De fato, a luta pelo reconhecimento da situação de vulnerabilidade de sujeitos históricos da marginalização na cidade é um fator importante para o exercício da cidadania. Porém, podemos considerar a hipótese da favela ser transmutada em produto midiático por uma espécie de fetichismo da mercadoria decorrente dessa dinâmica, além do fetichismo da imagem.

As disputas de narrativas sobre a ocupação do Complexo do Alemão pelas UPP também ganharam versões ficcionais. Produções cinematográficas e televisas foram produzidas sobre a temática da retomada desse território. A novela *Salve Jorge*, exibida pela

Rede Globo de TV entre outubro de 2012 e maio de 2013 em seu horário nobre (21 h), foi ambientada no conjunto de favelas. Os diálogos das personagens da trama ressaltavam as conotações positivas da pacificação da região nos aspectos econômicos, sociais e culturais, pela noção de segurança. A telenovela é indicativa para reforçar nosso argumento da estratégia de marketing das UPP como um programa inserido no projeto de empreendedorismo urbano para transformar o Rio de Janeiro em cidade global. Assim, a hipótese da favela como marca de consumo rentável é verificada também no Complexo do Alemão como mercadoria multifuncional e simbólica, podendo ser um fio-condutor da inclusão produtiva de populações marginalizadas por meio do mercado proposta pelos formuladores desse projeto.

Tipologias turísticas distintas foram identificadas no Complexo do Alemão. A possibilidade de se tornar uma espécie de *safári humano*, levantada por uma de nossas interlocutoras em 2010, com a inauguração do teleférico, é uma interpretação aceita pelos críticos do projeto por indicar a transformação da população numa espécie de “*zoológico cultural*” (BARRETTO, 2003, p. 25). A abordagem de programas televisivos sobre o equipamento reforçou a narrativa do favelado como o “*outro*”, e pode ter tido efeitos práticos no olhar dos visitantes, sendo um parâmetro que os conduziria a buscar o exótico no cotidiano das favelas. Por outro lado, podemos considerar a dimensão afetiva dos moradores de serem vistos de maneira positiva com a pacificação, ou seja, a presença e circulação de pessoas de fora das comunidades como possibilidade de desconstruir estigmas sociais de violência e pobreza, desenvolvendo a autoestima da população local. Um dos exemplos dessa potencialidade foi a visita do Príncipe da Coroa Britânica, Harry, em 10/03/2012<sup>142</sup>, como uma espécie de “carimbo” de segurança e de integração urbana no direito de ir e vir pela presença do monarca europeu, apesar do forte esquema de segurança montado ao seu redor, reforçando as dimensões afetivas e simbólicas das UPP.

---

<sup>142</sup> Fonte: *BBC Brasil* – No Complexo do Alemão, Príncipe Harry conversa sobre ocupação militar. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120310\\_harry\\_alemao\\_jc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/03/120310_harry_alemao_jc). Acesso em 12/03/2018.





Figura 22 - Príncipe Harry no Complexo do Alemão (Fonte: Marcelo Piu/ Agência O Globo<sup>143</sup>)

As UPP instaladas no Complexo do Alemão tiveram impacto na dimensão econômica e na habitação. A hiperexposição das favelas provocou uma especulação do valor do solo, elevando os aluguéis de maneira vertiginosa e rápida. Entretanto, os serviços públicos não acompanharam a mesma velocidade especulativa. Ademais, a ideia de inclusão produtiva não teve a mesma potencialidade no Complexo do Alemão. Em comparação com as favelas da zona sul e do centro da cidade, o comércio para turistas foi desenvolvido próximo das estações do teleférico, o que frustrou a expectativa de muitos moradores locais que pretendiam adotar a identidade profissional de “empreendedor”. Esse fato também foi catalisador de conflitos entre esses indivíduos com a concessionária do equipamento. Além da dimensão do consumo e produção, a participação social nos processos decisórios também foi um fator de frustração das expectativas dos moradores do Complexo do Alemão em relação às UPP.

O ano de 2015 foi indicativo para a contestação da eficácia das UPP no Complexo do Alemão. No mês de abril desse ano foram registradas duas mortes em seus próprios domicílios em decorrência de confrontos armados. Elisabeth Alves e sua filha foram atingidas por projeteis dentro de casa, ocasionando a morte da primeira<sup>144</sup>. Em menos de 48 horas, o menino Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, foi morto por um disparo de fuzil na porta de sua casa, durante uma operação do BOPE no conjunto de favelas. O caso de Eduardo teve repercussão social e midiática por fatores que remetem ao drama social na narrativa de “juventude perdida” e foco nas crianças da UPP, e o contexto de guerra urbana no qual o

<sup>143</sup> Fonte: Portal IG. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/alemao-ganha-mais-duas-upps-ja-em-abril-e-exercito-reduz-efetivo/n1597694689123.html>. Acesso em 13/03/2018.

<sup>144</sup> Fonte: Jornal *O Dia*. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-01/mulher-morre-ao-ser-atingida-por-bala-perdida-no-complexo-do-alemao.html>. Acesso em 14/03/2018.

Complexo do Alemão seguia imerso. A morte de Eduardo foi simbólica como signo da deterioração das UPP como estratégia de segurança, de proteção e de reintegração de populações marginalizadas de morros e favelas cariocas pelo fato de o disparo que o alvejou ter saído do fuzil de um policial, depois de análises balísticas.

A possibilidade de tiroteios influenciou um dos fatores explorados positivamente pelos formuladores do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro com a implantação das UPP: o direito de ir e vir. Ambos os casos citados aconteceram no período da tarde, indicando imprevisibilidade das ações e suas consequências. O nosso retorno para a realização do campo no Complexo do Alemão foi prejudicado pelas tensões provocadas por essa instabilidade social, reflexo de uma pacificação inacabada na localidade. O trânsito no ano de 2016 entre as favelas da cidade nas zonas sul e central não teve maiores obstáculos ou recomendações no sentido da violência como variável, como tivemos para acessar o conjunto de favelas da zona norte. Em comparação temporal, as nossas idas em 2010 e 2011 também não tivemos maiores problemas de ir e vir por dentro dessa região. Essa dimensão é importante para compreendermos o exercício do *direito à cidade* e qual tipo de *sociedade urbana* está sendo construída na capital fluminense e quais os tipos sociais que são sujeitos do direito à segurança e quais são aqueles que podem ser interpretados como objetos de vigilância no desenvolvimento do seu projeto de cidade global.

### 7.3.5. Maré: a não UPP

O Complexo da Maré era uma região estratégica para a implantação do programa das UPP nas dimensões simbólicas, funcionais e materiais. A ocupação populacional da região foi impulsionada na década 1940 a partir da construção da Avenida Brasil, sendo o Morro do Timbau o primeiro aglomerado de residências populares. Progressivamente, outras comunidades foram se formando na região entre a baía de Guanabara e a Avenida Brasil, principal via rodoviária do Rio de Janeiro, sendo atravessada por outra via expressa: a Linha Vermelha; desde sua primeira ocupação até o início dos anos 2000. Ao todo, são pelo menos 15 favelas localizadas na região, que foi transformada em bairro por lei ordinária municipal em 1994<sup>145</sup>.

A construção do Complexo da Maré como território de violência e pobreza coincidiu com o período de crises econômicas e progressivo abandono de imóveis comerciais na

---

<sup>145</sup> Lei nº 2119 de Janeiro de 1994. Fonte: Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c5e78996b82f9e0303257960005fdc93/4fa221027114b42d032576ac0073364b?OpenDocument>. Acesso em 15/03/2018.

Avenida Brasil e a ascensão do tráfico de drogas ilícitas. Essa dinâmica possui paralelos com os conjuntos de favelas do Jacarezinho e do Alemão, além da facção criminosa que exerceu historicamente o domínio territorial nessas localidades a partir da década de 1980: o Comando Vermelho. A interligação dos antigos polos industriais da capital fluminense também é um indicador de quais foram as vocações funcionais planejadas para essas regiões geográficas que concentravam grande parte da circulação de pessoas e mercadorias, o que acarretava também a circulação financeira e econômica; e das principais saídas e entradas da cidade: terrestre/ rodoviária, marítima (caminho para o porto), e aérea (Aeroporto Internacional).

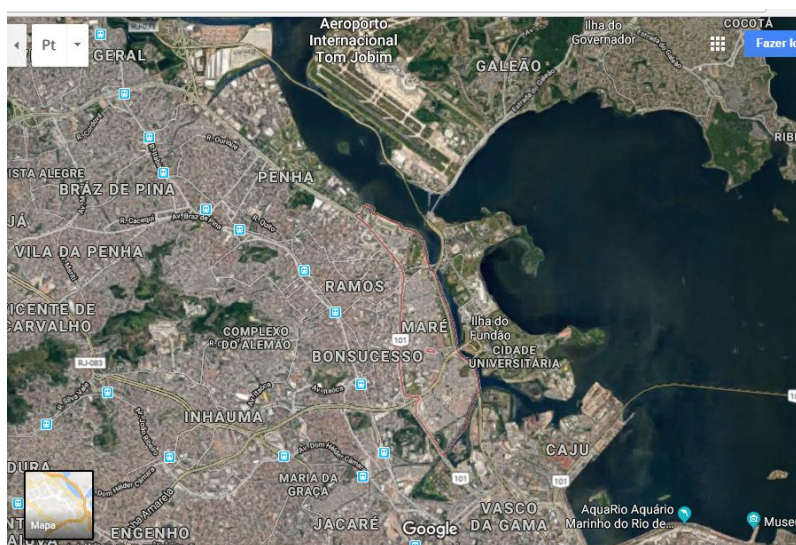


Figura 23 - Localização do Complexo da Maré (tracejado em vermelho) – Fonte: Google Maps.

É interessante pensar na hipótese que haja um nexo causal entre a expansão e fixação do Comando Vermelho nessa região do Rio de Janeiro articulando os conceitos de fuga e de refúgio. No sentido logístico, as vias de circulação de mercadorias e de pessoas poderiam ser utilizadas para atividades ilícitas, o que daria rotas de fuga para os grupos criminosos. No sentido geográfico, as construções habitacionais irregulares da Maré, que é na sua maior parte plana, seria um fator que facilitaria o esconderijo de narcotraficantes da vigilância do Estado. Outro ponto a ser observado no que tange a causalidades é o fato de a Maré ter em seu território várias unidades das três forças armadas ao longo da Avenida Brasil, indicando dois pontos: (i) a noção de área de segurança sobre aquele perímetro urbano e (ii) a fragilidade do argumento de que uma ocupação militar seria um fator determinante para desestimular a organização do tráfico de drogas.

Além do fator geográfico estratégico, o abandono legal do Estado em relação às populações marginalizadas do Complexo da Maré pode ser considerado como um dos fatores que estimularam a ascensão e fixação do Comando Vermelho naquela região. As crises

econômicas somadas às pressões por consumo e a falta de acessos aos serviços básicos podem ser entendidas como fatores que oportunizaram o recrutamento de jovens nessas regiões. Além disso, a noção de violência compensatória também pode ser mobilizada para analisar as formas de reconhecimento social que foram sendo consolidadas e compartilhadas a partir de normas sociais locais. O ingresso no mundo do crime pode corresponder a compensações de perdas afetivas, morais, sociais e materiais, sendo o exercício do poder armado territorial via de prestígio e distinção, em relação a outros jovens, reproduzindo a cultura capitalista de vencedores e perdedores a partir dos termos “*malandro*” e “*otário*”, no qual a violência ganha significados de emancipação para determinados sujeitos históricos de marginalidade.

O Complexo da Maré também foi consolidado como território de violência e pobreza a partir da metáfora da guerra urbana pela presença do Comando Vermelho. Na década de 1990, os conjuntos de favelas do Jacarezinho, do Alemão e da Maré foram cristalizados no imaginário social como cenários de barbárie e chacinas pelos confrontos armados, que ora envolviam facções criminosas que foram se organizando e fazendo disputa territorial com o Comando Vermelho pelas vendas de drogas ilícitas, ora pelas incursões policiais. Nesse sentido, os estigmas sociais de violência e pobreza foram sendo reforçados sobre a população dessas comunidades. Porém, os moradores do Complexo da Maré tiveram outra dimensão de valores depreciativos potencializados em relação aos dois conjuntos: o fator ecológico.

As ações de reintegração urbana da Maré sob o argumento de retomada de soberania estatal sobre territórios e populações criminalizáveis foram além das políticas de segurança pública. Em 2001, foi construído o equipamento público conhecido como *Piscinão de Ramos*, localizado na praia e no bairro homônimos, um exemplo dessas iniciativas. As praias ao longo da Baía de Guanabara eram consideradas balneáveis até a década de 1960, o que também era um dinamizador da economia local pela pesca e pelo comércio. A degradação ambiental das praias foi atribuída à explosão demográfica da Maré, pela destruição de manguezais em decorrência da ocupação humana e pelo esgotamento sanitário direto nas águas da baía.

O *Piscinão de Ramos* foi construído como equipamento urbano de funções culturais e de lazer como forma de requalificação territorial e reintegração da população com a cidade. Porém, a área foi sendo consolidada no imaginário social carioca e nacional como local do exótico e da desordem espetacularizada, reforçando os estereótipos negativos atribuídos aos favelados do Rio de Janeiro sobre comportamentos desviantes no que tange à civilidade, ***urbanidade*** e sociabilidade para as classes dominantes. Apesar de o *Piscinão de Ramos* ter entrado no circuito turístico alternativo da cidade, o equipamento foi um vetor de

retroalimentação de preconceitos e de estigmas sociais da população da Maré como “o *outro*”. Com efeito, a ideia de resgate de autoestima coletiva parece ter surtido o efeito contrário nessa situação, aprofundando a ideia de segmentação territorial e segregação social no Rio de Janeiro como dialética da relação entre as classes sociais.

Outras intervenções tiveram dimensão cultural e de resgate de memória. Nesse sentido, o *Museu da Maré* é paradigmático na reconstrução do processo histórico da região a partir da perspectiva da população local. O passo inicial dessa iniciativa foi dado em 1997, com a fundação da ONG *Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré* (CEASM) e foi consolidada com a inauguração oficial do museu em 2006<sup>146</sup>. A estrutura física utilizada para o Museu da Maré foi de uma antiga fábrica de transportes marítimos e abriga o acervo de Dona Orosina, uma das primeiras moradoras da região<sup>147</sup>. A narrativa contada pelos sujeitos históricos da marginalização foi materializada nesse museu, indicando uma forma de participação e reivindicação de aspectos positivos na construção da identidade social e histórica da cidade, o que pode ser entendido como forma de resgate da autoestima coletiva da população local que, apesar da rotulação de violência e pobreza, foram elementos constitutivos do multiculturalismo cosmopolita evocados pelos gestores do empreendedorismo urbano. Porém, o tratamento secundário dado a essas iniciativas contrastam com a ênfase dada à questão da criminalidade.

A ocupação do Complexo da Maré como forma de reintegração da localidade ao tecido urbano Rio de Janeiro também teve a educação como indicador de simbologias, funcionalidade e materialidades do projeto de cidade global. O Campus Educacional da Maré, inaugurado pela Prefeitura Municipal em fevereiro de 2016, é um exemplo categórico nesse sentido. A iniciativa está inserida no projeto *Escolas do Amanhã*, que remonta à ideia dos antigos CIEPs de educação em tempo integral, do ex-governador Leonel Brizola, referência explicitada pelo então prefeito carioca, Eduardo Paes, na cerimônia de lançamento das unidades na Maré<sup>148</sup>. Isso indica as transformações dos três elementos do urbano: estrutura, da forma e da função.

Porém, houve interpretações variadas sobre os significados das intervenções urbanísticas no Complexo da Maré. Apesar de reconhecerem a importância da implantação de

---

<sup>146</sup> Fonte: Sítio Museus do Rio. Verbete: Museu da Maré. Disponível em: [http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=46:museu-da-mar%C3%A9#sobre\\_o\\_museu](http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=46:museu-da-mar%C3%A9#sobre_o_museu). Acesso em 17/03/2018.

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> Fonte: Sítio Youtube. Canal: TV Prefeito Portal Político. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9c7SCKrVOWk>. Acesso em 17/03/2018.



unidades escolares na localidade, grupos e atores sociais salientaram a possibilidade de “*maquiagem urbana*”, uma vez que o Campus Educacional da Maré fica às margens da Linha Vermelha, principal via de trânsito para o Aeroporto Internacional da cidade. Essa interpretação pode ser compreendida na medida em que os prédios modernos das escolas contrastam com a ideia de pobreza materializada na construção dos imóveis do conjunto de favelas, somada a elevação dos beirais da via expressa, deixando em primeiro plano as obras do empreendedorismo urbano e dificultando a visibilidade das comunidades para os visitantes da cidade. A alegação do poder público sobre aumento do tamanho dos beirais e das telas protetoras da Linha Vermelha foi a segurança, tanto rodoviária como da violência urbana. Essas interpretações indicam as disputas sociais e políticas sobre os efeitos práticos do projeto global para o Rio de Janeiro entre o empreendedorismo urbano e o *direito à cidade*.

A variável violência urbana seguiu sendo um entrave para o projeto de cidade global para o Rio de Janeiro no caso do Complexo da Maré. As disputas de grupos criminosos pelo domínio territorial das favelas ganharam um novo ator no conjunto de favelas: as milícias. O domínio histórico do Comando Vermelho na região foi sendo fragmentado e reforçando a metáfora da guerra naquela parte da capital fluminense. Arrastões, assaltos e tiroteios na Linha Vermelha foram consolidando o sentimento de medo difuso por meio de uma violência estrutural identificada no cotidiano da cidade. Nesse sentido, a instalação de UPP na região seria estratégica no sentido funcional, simbólico e material, apontando para potencialidades de capitalização política, social e econômica da retomada do território pelos gestores do empreendedorismo urbano por meio da noção de segurança.

O ano de 2013 foi paradigmático para os objetivos de implantação de UPP no Complexo da Maré. O episódio conhecido como *massacre* ou *chacina da Maré* foi o catalisador de reações contrárias à instalação do modelo na região. Entre os dias 24 e 25 de junho de 2013, no bojo nas manifestações de rua daquele ano, agentes da Polícia Militar do Rio de Janeiro adentraram a favela da Nova Holanda, localizada na região, sob a alegação de perseguir indivíduos que estavam assaltando pessoas presentes no ato público realizado na Praça das Nações, no bairro de Bonsucesso, nas proximidades da Avenida Brasil. Essa dinâmica ocasionou o confronto entre forças policiais e grupos criminosos locais, o que mobilizou também a Força Nacional de Segurança e acarretou a ocupação da favela por horas<sup>149</sup>, tendo como resultado a morte de dez pessoas, entre policiais, suspeitos e moradores.

---

<sup>149</sup> Fonte: Sítio EBC. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/pm-e-forca-nacional-desocupam-favela-nova-holanda-no-rio>. Acesso em 17/03/2018.

A violência verificada nesse episódio acarretou a mobilização organizada por parte dos moradores contra a sua criminalização e evidenciou a situação de vulnerabilidade dessa população pelo risco de vitimização letal. Isso indicou também a permanência do quadro de inclusão precária de populações marginalizadas na sociedade carioca. O ato organizado na Maré reuniu cerca de 5.500 pessoas na altura da passarela 9 da Avenida Brasil em 02/07/2013, sendo uma atividade ecumênica em memória de todas as vítimas da *chacina*<sup>150</sup>.

O público que compareceu ao ato tinha um perfil plural de classes, étnico-racial e territorial, apontando para as redes de solidariedade mobilizadas como forma de protesto e enfrentamento ao episódio de violência urbana ocorrido na Nova Holanda (figura 24). Em dezembro de 2014, a Polícia Civil deu explicações sobre as investigações em audiência pública com moradores e a sociedade civil organizada da Maré, iniciativa inédita até então<sup>151</sup>, indicando a relevância da mobilização e da pressão social que a situação engendrou.



Figura 24 – Ato na Av. Brasil na altura do Complexo da Maré (fonte: Jornal do Brasil)

Porém, a noção de vigilância foi fortalecida sobre o Complexo da Maré com as dificuldades de instalação das UPP na região. Em abril de 2014, foi instaurada a Força de Pacificação do Complexo da Maré pelo dispositivo legal de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), às vésperas do início da Copa do Mundo. As tropas do Exército e dos Fuzileiros Navais ocuparam as principais vias que cortam a região e realizaram patrulhas conjuntas com forças de segurança estaduais com o objetivo de preparar o terreno para a implantação do

<sup>150</sup> Fonte: *Jornal do Brasil*. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/07/02/mais-de-cinco-mil-protestam-contramortes-na-mare/>. Acesso em 18/03/2018.

<sup>151</sup> Fonte: Portal *Brasil 247*. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/164021/Chacina-de-2013-faz-pol%C3%ADcia-ir-%C3%A0-Mar%C3%A9-para-explicar%C3%A7%C3%B5es.htm>. Acesso em 18/03/2018.

programa de segurança pública no conjunto de favelas, atividades semelhantes ao cronograma verificado no Complexo do Alemão. Porém, ao término da GLO, em maio de 2015<sup>152</sup>, nenhuma UPP foi implantada no Complexo da Maré, denotando a crise do modelo. A justificativa foi a falta de aporte financeiros da SESEG para a implantação de unidades na região, em março de 2016.

Outras regiões da cidade também não tiveram a instalação das UPP, então, por que analisar apenas a não UPP da Maré? As dimensões materiais, funcionais e simbólicas perpassam sobremaneira este território no projeto de cidade global e *segura* dos gestores do empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. Material e funcionalmente, a região é estratégica pela circulação de pessoas e mercadorias da capital fluminense, indicando a vocação de fluidez de riquezas e pontos de controle de entrada e saída da metrópole. No aspecto simbólico, a retomada do conjunto de favelas seria a consolidação da ilusão estatista como planejamento urbano por meio do controle social de populações marginalizadas e do crime. A não UPP da Maré apontou para os limites do Rio de Janeiro na competição urbana global pela violência como variável, tendo em vista a centralidade desse território para o projeto de *cidade segura*. Portanto, a não pacificação da localidade é significativa para compreendermos os sentidos da ação de atores e sujeitos sociais para interpretar e construir o direito à cidade em um cenário de segmentação territorial marcada pela desigualdade e pela violência como traços históricos da relação entre esses indivíduos e grupos.

### 7.5. Balanço das UPP

A partir da distribuição territorial das UPP buscamos demonstrar a política de segurança pública como referência para a reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro para o projeto de cidade global por meio da categorização de *áreas vocacionadas*. A requalificação de determinadas regiões e bairros da cidade pela implantação das UPP indicou as estratégias de forças sociais para decisões políticas no contexto de empreendedorismo urbano através do urbanismo como técnica, ilusão e ideologia de classe. Ao considerarmos a premissa de Lefebvre (2008) que o “*urbanismo elabora o espaço político*” (p. 161), além de sua interpretação que o urbano oriundo desse processo impediria a tomada de consciência e a reflexão crítica, reforma e contestação públicas, acarretando o declínio tanto da cidade histórica como da cidade espontânea (p. 145), podemos problematizar o *direito à cidade* pelas

---

<sup>152</sup> Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/16137-ocupacao-das-forcas-armadas-no-complexo-da-mare-acaba-hoje>. Acesso em 18/03/2018.



variáveis violência e segurança e sua relação dialética em um contexto de desigualdades sociais profundas como forma de administração de crises e de desejos. No caso do Rio de Janeiro, essas variáveis se mostraram universais, mas engendraram ações do poder público de maneiras distintas.

As interpretações sobre as intervenções urbanas no Rio de Janeiro a partir das UPP apontam para dimensões variadas do entendimento do projeto de cidade global. Se a demanda social por segurança em uma cidade que possui um histórico marcado pela violência urbana transmutada em *metáfora da guerra* nos parece legítima e universal em respeito à população carioca e os visitantes da capital fluminense, as ações encampadas pelos gestores do empreendedorismo urbano indicam as contradições sociais inscritas na segmentação territorial da cidade. Nesse sentido, a noção de requalificação territorial conjugada com a ideia de áreas vocacionadas deve ser analisada a partir da observação de aspectos tangíveis e intangíveis:

Os tangíveis são os facilmente observáveis e aferíveis quantitativa ou qualitativamente, como renda escolaridade, saúde, organização, gestão, conhecimentos, habilidades, formas de participação, legislação, direitos legais, divulgação, oferta, etc. Já os intangíveis são aqueles sobre os quais só podemos captar parcial e indiretamente envolvendo algumas manifestações: consciência social, autoestima, valores, atitudes, estilos de comportamento, capacidade empreendedora, liderança, poder, cidadania (BORGES, DURANTE, 2011, p. 68).

Com efeito, esses aspectos são norteadores para compreendermos os graus de legitimação, participação e aceitação sociais por parte dos usuários da cidade em relação ao projeto urbano para o Rio de Janeiro. Nesse sentido, as expectativas em relação às UPP indicaram a possibilidade de sujeitos históricos da marginalização serem reconhecidos como sujeitos de direitos pela integração da *cidade real* no projeto de *cidade ideal* para o Rio de Janeiro. As noções de multiculturalismo, inclusão produtiva e requalificação territorial como componentes das *áreas vocacionadas*, manufaturadas pelos gestores do empreendedorismo urbano, foram trabalhadas nas dimensões econômicas, sociais e afetivas, por meio da categoria sociológica segurança.

Ao considerarmos as estratégias territoriais distintas para o Rio de Janeiro, verificamos nossa hipótese das UPP fazerem parte de um projeto urbano que extrapola a área da segurança pública. A reconfiguração do espaço urbano por meio da implantação do programa incidiu no valor de uso e no valor de troca do solo, sendo o segundo vetor de estímulo à especulação imobiliária. No que tange aos aspectos microeconômicos, a implantação das unidades dinamizou a dimensão do consumo como traço de cidadania nas favelas, como forma de inclusão produtiva e a possibilidade de transmutação do trabalho informal em empreendimento individual.

O comércio e o turismo foram duas atividades econômicas identificadas como via da inclusão produtiva nas comunidades pacificadas pelas do Rio de Janeiro. O projeto de cidade global para a capital fluminense atrairia novos usuários, o que desenvolveria ambas as atividades em toda a cidade. No caso específico das favelas, a atividade turística indicaria a quebra do cotidiano de visitantes estrangeiros e nacionais do Rio de Janeiro e também uma espécie de turismo interno. Porém, a empregabilidade do turismo como forma de inclusão produtiva de sujeitos históricos da marginalização privilegiou o setor de prestação de serviços, principalmente o ramo hoteleiro e de comércio (limpeza, cozinha, cama, etc.), tarefas realizadas por servos e/ou escravizados (BARRETTO 2003, p. 22), apontando para problemas históricos e culturais que podem reproduzir e retroalimentar desigualdades estruturais e estruturantes. Nesses casos, o discurso de liberdade pelo trabalho e pelo mercado sinaliza mais uma retórica de *dever ser* do que a prática no que tange à relação entre meritocracia e ascensão social, sinalizando o viés ideológico desse processo.

A favela como mercadoria turística apontou para as contradições entre o campo material e afetivo. Essa modalidade econômica indicou a possibilidade concreta de ganhos financeiros de moradores das zonas sul e central do Rio de Janeiro pelas paisagens naturais e pela rede de hospedagem próxima das comunidades ocupadas por UPP. Isso impulsionou a ideia de inclusão produtiva e a competição mercadológica nos comércio das favelas. Porém, identificamos uma exotização das favelas que ora é interpretada de maneira positiva ora é entendida de maneira negativa. No caso da zona sul e do Centro, o turismo exótico foi diluído na perspectiva de valorização da *identidade local* e da *essência cultural* das favelas como *commodity*, enquanto no Complexo do Alemão, esse tipo de atividade oportunizou interpretações que a pobreza era uma espécie de entretenimento duvidoso e desrespeitoso, afetando a autoestima da população local. Porém, as frustrações com a ideia de empreendedorismo individual foram verificadas em todas as UPP, reforçando a cultura de vencedores e perdedores do capitalismo.

A permanência das UPP nas favelas após o ciclo de megaeventos no Rio de Janeiro também indicou a variação de percepção da população em relação ao território. A partir do survey utilizado na pesquisa de Vilarouca e Grijó<sup>153, 154</sup>, identificamos alguns dados que nos

---

<sup>153</sup> Dimensionamento dos impactos sociais das UPP em favelas cariocas (2016). Realizada pela FGV e pela UFMG com dois mil entrevistados em vinte comunidades da cidade do Rio de Janeiro, sendo 100 entrevistados em cada uma delas.

<sup>154</sup> Alguns itens dessa pesquisa, que poderiam ser interessantes, não foram utilizados na nossa tese por incompletude (caso da questão “situação melhorou ou piorou com a vida das UPP?”, na qual não havia a

auxiliam a interpretar as perspectivas de continuidade do programa, percepção de segurança com a instalação das UPP e o nível de confiança nos policiais das unidades por parte dos moradores nas figuras abaixo:

### Percepções sobre a (des)continuidade da UPP

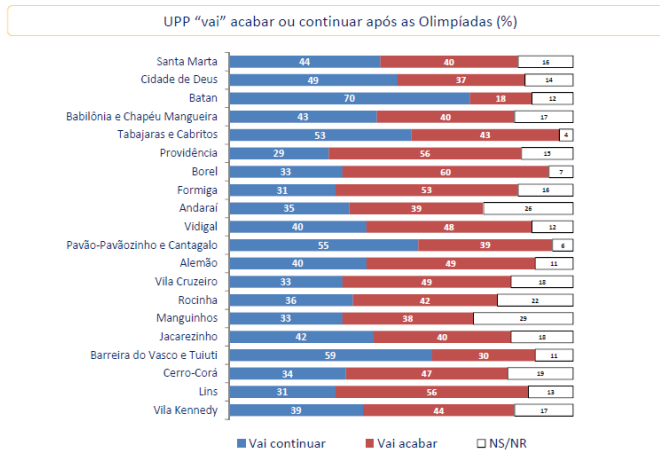


Figura 25

### Percepção sobre (in)segurança

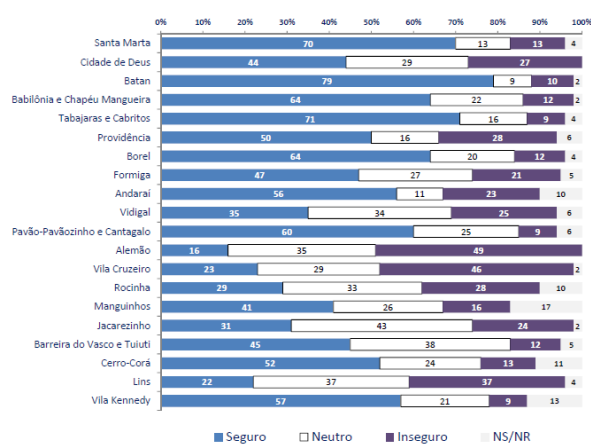


Figura 26

possibilidade de piora no questionário [ p. 27]) e por ambiguidade textual (sobre a descontinuidade das UPP, a pergunta “UPP ‘deve’ acabar ou continuar após às Olimpíadas?” [p. 31], transmite uma imprecisão de objetivo.)

### Confia ou desconfia dos policiais da UPP por comunidade (%)

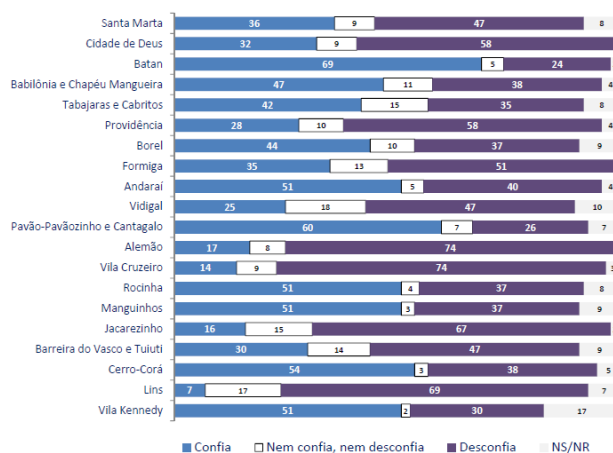


Figura 27

A partir desses surveys, podemos identificar algumas regularidades e analisá-las. A UPP do Batan apresentou altos índices estatísticos de aprovação, enquanto que na UPP do Lins foram verificados índices positivos baixos, especialmente sobre a confiança nos agentes das unidades. As unidades da Vila Cruzeiro e do Alemão foram as que os entrevistados se declaram mais inseguros e desconfiados dos policiais das UPP. Ao considerarmos o histórico do conjunto de favelas do Complexo do Alemão e a comunidade do Batan, podemos articular algumas possibilidades explicativas sobre esses dados. Ambas as localidades foram ocupadas pelas UPP por demanda simbólica, uma pela atuação da milícia, outra pela presença do Comando Vermelho, como *donos do lugar*. O tipo de ator de violência urbana que age em determinado território pode influenciar na percepção e na interação com os agentes e/ou na resposta dessa pesquisa, sendo indicador de regularidades e relações de poder.

Sobre a permanência das UPP após os megaeventos, a pergunta em si foi identificada como preocupação da população das favelas durante a pesquisa de campo. Enquanto que em algumas favelas, o modelo não foi consolidado - ou sequer foi implantado, como na Maré -, ou seja, a ocupação não acarretou a “pacificação” pela verificação da continuidade de confrontos armados; em outras a preocupação é com a continuidade do formato das unidades. A reformulação do modelo foi uma reivindicação recorrente nas favelas da zona sul, nas quais a economia foi dinamizada com as ocupações territoriais, sendo a UPP fator determinante para a possibilidade de inclusão produtiva. Apesar de ter sido o vetor de atração de novos usuários das favelas cariocas pela ideia de segurança, o modelo é considerado autoritário e conflituoso pela falta de diálogo simétrico com os comandantes militares.

A noção de militarização do território é uma das interpretações críticas do projeto das UPP. Essa dimensão foi aprofundada pela deflagração de conflitos armados que não consolidaram as unidades nos Complexos do Alemão e da Penha e na não implantação do modelo na Maré, áreas historicamente dominadas pelo Comando Vermelho. A dinâmica conflituosa verificada nas localidades pode ser articulada com as noções de *urbanismo militar* (GRAHAM, 2011) e de *estado de exceção*, ao interpretarmos que há uma população civil em situação de guerra e sob lei marcial como origem, não sendo caracterizada como direito ordinário por (AGAMBEN, 2014, p. 162). Essa potencialidade foi verificada em outras UPP, como no caso Amarildo, apontando para a continuidade de duas características históricas da marginalidade nas favelas do Rio de Janeiro: (i) a supressão seletiva de direitos de indivíduos em situação de vulnerabilidade social e (ii) a vigilância sobre determinados tipos sociais considerados indesejáveis para as classes dominantes. Nesse sentido, a ideia de integração da *cidade real* à *cidade ideal* é problematizada, sendo um indicativo da permanência da inclusão precária de sujeitos históricos de marginalidade no projeto de cidade global.

A ideia de ativismo social também foi desenvolvida por parte da população das favelas que criticavam as ocupações das UPP. Os relatos de violência engendraram mobilizações coletivas a partir dos conflitos e das dúvidas geradas sobre a eficácia das UPP como via de reintegração de populações marginalizadas e de territórios considerados “perigosos” ao projeto de cidade global. Alguns coletivos foram sendo formados no interior das favelas ocupadas pelo modelo de segurança pública, com a temática principal de denúncias de violação de direitos contra a parcela jovem da população favelada. A maior parte desses coletivos é composta por moradores das favelas, mas também possuem membros de fora delas, inclusive estrangeiros, trabalhando a ideia de comunicação e de redes sociais. Esse tipo de ativismo indicou também a possibilidade de construção de laços de solidariedade entre a população do *asfalto* e do *morro*.

Nesse sentido, identificamos dois pontos. O primeiro, o objetivo de serem legitimados como representantes das favelas pela sua abrangência comunicativa e, assim, mobilizar as comunidades pela construção de sentidos para organizar ações coletivas. O outro é a adesão dos moradores da favela em relação às atividades propostas por esses grupos, que pode ser medido na representatividade de suas ações. Esse último ponto é problematizado pelo fato de esses grupos dialogarem mais com a linguagem afeita ao plano abstrato da classe média fora das favelas do que no sentido prático da vida cotidiana de uma população marginalizada. De fato, a luta pelo reconhecimento da situação de vulnerabilidade de sujeitos históricos da

marginalização na cidade é um fator importante para o exercício da cidadania. Porém, podemos considerar a hipótese de a marca *favela* ser um produto midiaticizado por uma espécie de espetacularização do fetichismo da mercadoria também por essa perspectiva como produto simbólico de um *consumo alternativo* de setores da sociedade.

A dimensão garantidora do direito formal também foi problematizada nas favelas ocupadas pelas UPP. Em tese, a pacificação de territórios antes dominados por facções criminosas reforçou o direito à propriedade e à moradia através da regularização do uso do solo para populações marginalizadas, o que incidiu na cidadania de consumo e na dimensão material e prática da vida cotidiana. Porém, a dimensão dos direitos civis e sociais seguiu em uma zona cinzenta, variando de unidade para unidade as percepções e reações mútuas sobre a relação conflituosa entre policiais e moradores. A volta dos confrontos armados nas áreas ocupadas demonstrou a fragilidade do direito à vida e à liberdade nessas áreas, o que conota também a deterioração progressiva do programa. Ademais, os significados e os sentidos produzidos pelas UPP como ferramenta de integração urbana por um processo civilizador remontam à violência simbólica do Estado sobre determinados grupos sociais marginalizados. Porém, a demanda pelo direito à segurança dessa população marginalizada aponta um viés de integração ideológica por essa demanda ser caracterizada como universal.

O urbanismo como ideologia e ilusão de classe pelo empreendedorismo urbano dinamizou interpretações ambivalentes sobre as *áreas vocacionadas*. De fato, houve melhorias materiais e funcionais em áreas antes degradadas. A tentativa de resgate de memória da herança africana na construção histórica e social do Rio de Janeiro é um exemplo dessas ambivalências, uma vez que esse circuito pode ser entendido como secundário no projeto *Porto Maravilha*, mas não negligenciado. A tranquilidade e a previsibilidade iniciais pela ausência de confronto armado de algumas favelas que foram ocupadas, mas que suas populações não se sentiram contempladas na prestação de serviços públicos, participação nos processos decisórios e pela especulação imobiliária, também são indicadores dessa ambivalência. Esse desequilíbrio apontou para duas dimensões explicativas: (i) as distensões e disputas políticas sobre o desenvolvimento do programa de segurança pública e (ii) a ambiguidade para determinar o público-alvo primário desse programa.

As vocações positivas e negativas de territórios do Rio de Janeiro podem ter sido potencializadas com a implantação das UPP. As áreas de interesse mercadológico receberam maior incremento financeiro e material, sendo a zona sul e a região central da cidade, áreas privilegiadas pelo programa de segurança pública, em virtude suas potencialidades turísticas,

imobiliárias, culturais e econômicas, o que as qualificaria como portfólio da cidade global, planejada e *segura*, para a realização de negócios, habitação e de trabalho. Os trabalhadores, mais individualizados e técnicos, dessa nova ordem global inserida na capital fluminense contrastariam com a classe trabalhadora tradicional, cuja inclusão precária histórica configurou a segmentação material e social da cidade, indicando a segregação espacial em periferias e favelas, o que legitimaria os primeiros como usuários funcionais e privilegiados da cidade global, aprofundando as desigualdades sociais. Dessa forma, a interpretação de territórios de vocações negativas pode ser entendida como populações marginais que estejam em uma espécie de *cordão sanitário* de vigilância e de controle social para que não sejam catalisadores de distúrbios e desordens sociais na *cidade ideal*. Assim, o *direito à cidade* no contexto de empreendedorismo urbano indica também as gradações da segurança jurídica pelas dimensões materiais e funcionais da vida.

Com efeito, podemos concluir que o realinhamento de forças sociais para decisões políticas transformou as três características do urbano no Rio de Janeiro: estrutura, forma e função. A efetivação de ações referentes ao projeto de cidade global foi dinamizada pelas UPP em determinadas áreas de interesse dos gestores do empreendedorismo urbano na capital fluminense. A diminuição dos índices de violência nas favelas ocupadas pelo programa e nos bairros próximos foi um dos fatores para engendrar um clima positivo pela eficácia e pelo planejamento como signos de civilização, de modernidade e de governança a partir de preceitos democráticos formais. Porém, os conflitos sociais referentes ao exercício universal dos direitos de cidadania apontaram para o déficit democrático no cotidiano carioca.

Por fim, a grandiosidade do modelo das UPP pode ser entendida como reflexo do projeto de cidade global para o Rio de Janeiro. Apesar de ter sido o programa mais sistematizado de políticas de segurança pública, o seu desenvolvimento e sua continuidade demandaria um vultoso aporte financeiro, material e humano, mesmo em um trecho reduzido da cidade. Com a crise econômica do estado do Rio de Janeiro e a falência de seu maior patrocinador individual, Eike Batista, somadas às denúncias de arbitrariedades e ações efetivamente violentas contra as populações de favelas por parte das forças de ocupação, as UPP foram caindo em descrédito em relação à sua eficácia como fator determinante para a construção da *cidade segura*. A aproximação das Olimpíadas de 2016 e a não instalação das UPP no Complexo da Maré foram retroalimentando e reforçando as dúvidas sobre o modelo, tornando as UPP em uma incógnita e seu legado dúbio, por se tratar de um projeto singular para realidades urbanas e atores sociais de violência plurais na capital fluminense.

## 8. CICLO DE MEGAEVENTOS

Com a condição de *player* da política internacional, o Brasil também se credenciou a realizar eventos de magnitude mundial a partir da primeira década dos anos 2000. O ciclo de megaeventos no país foi diversificado, passando por aqueles de ordem religiosa e política, ou mista, chegando até os grandes festivais de música internacionais e, principalmente, os megaeventos esportivos. Nesse ciclo, o Rio de Janeiro ganhou destaque por ser a cidade sede da maioria desses eventos e/ou o ponto alto das competições esportivas. Os megaeventos tinham como objetivo consolidar a imagem de cidade global do Rio de Janeiro pela ideia de segurança de viver, investir, trabalhar e morar nessa cidade pela eficácia na realização de grandes atividades culturais, políticas e/ou esportivas.

As Olimpíadas de verão de 2016 no Rio de Janeiro seria o clímax do ciclo de megaeventos no país e na cidade. Dessa forma, eventos-testes foram sendo realizados para garantir a segurança e a eficácia na realização dos jogos olímpicos na capital fluminense, depois da experiência do Pan-Americano de 2007. O primeiro desses eventos-testes foi a 5ª edição dos jogos mundiais militares, entre os dias 16 e 24 de julho de 2011, que consistiu na disputa desportiva de militares de 88 países. Este evento teve como locais de disputas o estádio do Engenhão, o Complexo Esportivo de Deodoro, o Maracanãzinho, entre outros equipamentos destinados aos jogos olímpicos de 2016, servindo de ensaio para a preparação material da cidade para os referidos jogos.

Em 2012, foi realizada a Conferência Rio +20, em referência aos vinte anos da ECO-92. Esse evento durou de 13 a 22 de junho e contou com a presença de chefes de Estado e forte esquema de segurança. A Rio +20 teve como evento paralelo a *Cúpula dos Povos*, de 15 a 23 de junho, realizado no Aterro do Flamengo, zona sul da cidade, com a presença de 15 mil representantes da sociedade civil e de movimentos sociais de diversos países<sup>155</sup>. Os eventos tiveram como centralidade a questão ambiental e de sustentabilidade. Uma das promessas de legado olímpico era a limpeza da baía da Guanabara como contrapartida para a realização de provas de vela, sendo um tema debatido em ambos os encontros.

Em 2013, houve dois eventos de ordens diferentes no Rio de Janeiro. O primeiro deles foi a Copa das Confederações, evento realizado pela FIFA como forma de preparação para a Copa do Mundo, de 15 a 30 de junho. Esse evento foi descentralizado pelo país, sendo o Estádio do Maracanã o local da final do referido torneio. O outro evento foi a Jornada

---

<sup>155</sup> Fonte: Sítio Oficial Rio+20 – verbete: *Cúpula dos Povos*. Disponível em: [http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html](http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html). 21/03/2018.



Mundial da Juventude (MJM), evento católico que durou de 23 a 28 de julho. As agendas da MJM foram cumpridas em diversas partes da cidade, sendo o ponto alto a recepção ao Papa Francisco em sua primeira visita oficial ao Brasil. Apesar de algumas programações papais fora da cidade, este evento teve a capital fluminense como sede.

Os eventos realizados no ano de 2013 foram atravessados por tensões nos campos político e social do Brasil. Esse ano foi marcado pela retomada dos atos de massa nas ruas pelo país. O ponto de partida foi a cidade de Porto Alegre, com a mobilização de grupos organizados para a redução da tarifa municipal de ônibus, objetivo alcançado após a participação de dezenas de milhares de pessoas entre os meses de março e abril do referido ano. Posteriormente, a cidade de São Paulo foi a protagonista das mesmas reivindicações tendo como mote a tarifa de transporte público. Inicialmente, ambos os exemplos apontaram uma pauta específica: o *direito à cidade*.

Além do transporte público, a questões de moradia, de lazer, de espaços públicos e seus acessos estavam no bojo dessa reivindicação, sustentando o argumento no qual os megaeventos eram catalisadores de violações de direitos de cidadania por interesses privados. Dessa forma, foram registrados atos de violência contra os manifestantes que ocuparam as ruas das grandes cidades brasileiras, legitimados e até exigidos por autoridades do poder público, pela grande mídia e pelas classes dominantes sociais e econômicas do país<sup>156</sup>.

A violência empregada pela polícia contra os manifestantes que reivindicavam pautas não foi bem aceita na opinião pública de maneira geral. Os métodos repressivos contra aqueles que contestavam a forma de gestão urbana nas cidades brasileiras apresentaram duas dimensões: (i) a contradição da democracia formal no país, uma vez que a ordem pública foi quebrada pela ocupação das vias, evidenciando o viés conservador dessa ordem pela repressão a uma contestação pública; e (ii) a visibilidade de ações violentas contra indivíduos que não se enquadrariam no perfil de sujeitos históricos da marginalização e criminalizáveis, como moradores de periferias e/ou de favelas. A legitimidade do questionamento sobre os gastos públicos com megaeventos no Brasil foi reconhecida. Porém, houve uma disputa narrativa para capitalizar os atos de massa de 2013. Nesse sentido, as pautas mais específicas referentes ao direito à cidade foram sendo suplantadas por discursos mais genéricos e abstratos como “*o fim da corrupção*”, “*mais saúde, mais educação*”, polarizando as críticas sobre o governo federal de Dilma Rousseff (PT-RS).

---

<sup>156</sup> Ver: SILVA DE OLIVEIRA, 2015.

A Copa das Confederações foi o primeiro evento a ser afetado pelas manifestações de rua de 2013. Os atos de protestos foram registrados dentro e fora dos estádios. A ambiguidade das pautas e a forma que foram administradas também foram a tônica do evento. Aqueles que estavam dentro dos estádios cantavam o hino nacional e exibiam cartazes com pautas genéricas, além de descolarem os atletas e até mesmo o evento com o contexto das manifestações de rua sobre o direito à cidade. De alguma forma, eram bem recebidos e selecionados para aparecerem nos telões dos estádios pela administração do evento e pela grande mídia. As pessoas que contestavam a realização do evento eram reprimidas por forças policiais, sendo um desses fatos ocorridos nas cercanias do Maracanã, local da final da Copa das Confederações. O gás de pimenta utilizado para conter os manifestantes perto do estádio chegou a surtir efeito em suas dependências internas.

O clima de mobilização de manifestações de massa no Rio de Janeiro continuou intenso. Os investimentos na cidade como forma de legado dos megaeventos tiveram efeitos diretos no exercício do direito à cidade, principalmente na questão da moradia pela volta das remoções amparadas pelo conceito de *desadensamento populacional*. Nesse sentido, as mobilizações de rua no Rio de Janeiro trouxeram alguns questionamentos e críticas sobre este modelo e as parcerias público-privadas no modelo urbano que estava sendo implementado. A questão da segurança também emergiu nesse contexto, com uma contestação pública ao modelo das UPP, após o caso Amarildo, na Rocinha, e o massacre da Maré, já citados no capítulo anterior.

As manifestações de rua no Rio de Janeiro apresentaram um caráter difuso. Foram registrados reflexos em áreas de classe alta da cidade, como o Leblon, e em periferias, apesar do epicentro dos atos ter sido a Avenida Presidente Vargas, na região central da capital fluminense. Esses atos teriam um ápice de cerca de 1 milhão de pessoas rumo à sede da prefeitura municipal, onde a manifestação era reprimida pela polícia militar. Essa concomitância desses fatores, juntamente com problemas de serviços públicos cotidianos e atos públicos extravagantes, foi dilapidando o espólio político do então governador do estado, Sérgio Cabral Filho, que foi considerado o governador mais impopular ao fim do ano de 2013, chegando apenas a 12% de avaliação positiva.

A Copa do Mundo da FIFA foi realizada sob um clima de tensão política, pelo fato de 2014 ter sido um ano eleitoral no Brasil e de euforia social pelo evento mais importante do esporte mais popular do país estar sendo sediado nele. Com a tensão política, a lei geral da Copa ganhou mais evidência, apesar de sua promulgação ter sido dois anos antes da

realização do Mundial e ter contemplado a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude<sup>157</sup>. A referida lei representou a alteração da ordem jurídica vigente para uma ordem de exceção por conta da realização de megaeventos. Essa modificação privilegiou as empresas licenciadas pela FIFA para vender produtos, tendo o Estado como garantidor dos direitos comerciais das marcas, indicando a perspectiva de lucros privados e prejuízos coletivos dos megaeventos. A parte mais onerosa desses empreendimentos ficou a cargo da administração pública: a manutenção da ordem e do controle social.

Porém, foram registrados alguns incidentes nas dependências dos estádios. As ofensas e os xingamentos a então presidenta Dilma Rousseff na partida de abertura e na cerimônia de encerramento; e a invasão de cerca de 85 torcedores chilenos sem ingressos na partida Chile x Espanha realizada no Maracanã apontaram para a visibilidade ambígua que os megaeventos podem possuir. Se, por um lado, os estádios seguiram sendo palco de reivindicação política, onde determinado grupo social tinha acesso e ganhou contornos de adesão, era evidenciado como oposição ao governo a partir de pautas genéricas e abstratas; por outro, a invasão dos torcedores chilenos indicou falhas na segurança para um megaevento, uma vez que o terrorismo era uma das preocupações das autoridades públicas e gestores privados. Porém, o evento foi considerado pelos organizadores e pela opinião pública, nacional e internacional, como bem-sucedido, sendo realizado entre os dias 12 de junho e 13 de julho de 2014.

Ao considerarmos esse período excepcional e a noção de cidade efêmera, podemos identificar as formas de urbanismo transitório no contexto da Copa do Mundo de 2014. Nesse período, houve mudanças na rotina cotidiana das cidades que sediaram o mundial, mobilizando aparatos e estratégias de segurança pública para manter o cronograma do evento. A cidade de Porto Alegre foi exemplar para verificar um urbanismo transitório como forma da relação dialética entre empreendedorismo urbano e *direito à cidade* no período de megaeventos. As estratégias urbanas de facilitação para o evento FIFA foram a criação do chamado *Caminho do Gol*, que foi uma ideia de recepcionar os turistas para a Copa e de integração da população com os visitantes, sendo a única deste tipo entre as cidades-sede brasileiras. O sítio oficial da prefeitura de Porto Alegre descreve da seguinte forma o *Caminho do Gol*:

Ao mobilizar mais de 280 mil torcedores numa programação cultural e de serviços no trajeto preferencial para o estádio nos cinco dias de jogos na Capital, o projeto criado pela equipe da prefeitura conquistou destaque nacional e internacional. O trajeto de 3,5 quilômetros, do Mercado Público até o estádio Beira-Rio, ofereceu

---

<sup>157</sup> Lei nº 12.663 de 05 de junho de 2012. Fonte: Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112663.htm). Acesso em 22/03/2018.

mais de 100 atrações culturais, praças de alimentação e cinco estações com serviços de segurança, saúde, turismo, transporte, acessibilidade, proteção à infância e wi-fi gratuito (...) Todo o caminho recebeu decoração temática, alusiva ao posicionamento da cidade para o Mundial – “Todos os Povos. Todas as Cores. – Porto Alegre contra o preconceito”. (...) O Caminho do gol porto-alegrense foi inspirado em experiências similares durante os mundiais da Alemanha e África do Sul, idealizado e executado sob a coordenação das equipes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) e da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 (Secopa). O planejamento da Prefeitura de Porto Alegre começou em 2011, com o objetivo de aproveitar a geografia da cidade, reunindo belezas naturais, pontos turísticos e ligação entre a área central e o local dos jogos. O projeto também contou com a participação da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Os alunos da instituição criaram a marca do projeto.<sup>158</sup>

Outra iniciativa referente a um urbanismo transitório na capital gaúcha foi o projeto *Viva Porto Alegre na Copa*, que levou atrações culturais e telões para transmitir jogos da Copa do Mundo, sendo um evento licenciado pela FIFA, tendo um público de cerca de trinta mil pessoas nos bairros Bom Jesus, Restinga, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro e Santa Tereza (grande Cruzeiro)<sup>159</sup>. Esses bairros estão localizados em regiões periféricas da cidade e estigmatizados como territórios de violência e criminalidade. Nesse sentido, as interpretações sobre o *Viva Porto Alegre na Copa* são complexas no que tange o *direito à cidade* e qual *sociedade urbana* está sendo construída a partir da noção de empreendedorismo urbano.

Os exemplos de Porto Alegre na Copa do Mundo de 2014 apresentam a contradição do urbanismo como ideologia e o exercício do *direito à cidade*. A superprodução e o alto investimento de parcerias público-privadas no *Caminho do Gol*, região mais central da cidade, que também estava perto da *Fan Fest* (evento oficial da FIFA)<sup>160</sup>, tiveram como objetivo angariar divisas para uma cidade que não possui histórico turístico como forma de atividade econômica permanente, indicando objetivos mais tangíveis do empreendedorismo urbano. Além disso, um aparato de segurança pública foi mobilizado de maneira substancial, com a presença de agentes do interior do estado do Rio Grande do Sul no policiamento ostensivo da capital. A mesma eficácia não foi verificada na conclusão de obras que seriam legados permanentes da Copa em Porto Alegre, algumas não concluídas até e/ou retomadas no ano de 2018. Esses atrasos foram verificados em todas as cidades-sede da Copa de 2014.

<sup>158</sup> Copa 2014: Caminho do Gol recebe prêmio Top de Marketing ADVB. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=174048&COPA+2014:+CAMINHO+DO+GOL+RECEBE+PREMIO+TOP+DE+MARKETING+ADVB](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=174048&COPA+2014:+CAMINHO+DO+GOL+RECEBE+PREMIO+TOP+DE+MARKETING+ADVB). Acesso em 23/03/2018.

<sup>159</sup> Fonte: Sítio Oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p\\_noticia=171100&PROJETO+VIVA+PORTO+ALEGRE+NA+COPA+MOBILIZOU+COMUNIDADES](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_noticia=171100&PROJETO+VIVA+PORTO+ALEGRE+NA+COPA+MOBILIZOU+COMUNIDADES). Acesso em 23/03/2018.

<sup>160</sup> As *Fan Fests* foram programações realizadas em todas as cidades-sedes da Copa do Mundo, com atrações musicais, telões e vendas de produtos licenciados da FIFA. Em Porto Alegre, a programação ocorreu no Anfiteatro Pôr-do-Sol, na orla do rio Guaíba, na zona central da cidade.

Por outro lado, o *Viva Porto Alegre na Copa* pareceu estar localizado em uma zona cinzenta no que tange o *direito à cidade*. A indefinição interpretativa sobre o projeto está em dois pontos. O primeiro, se ele pretendia desmobilizar sujeitos históricos da marginalização para áreas mais centrais da cidade e serem catalisadores de distúrbios pelos seus supostos comportamentos indesejáveis e incivilizados e comprometer os eventos oficiais da FIFA, sendo ofertada uma *Fan Fest* para os pobres, evidenciando a inclusão precária desses sujeitos na *sociedade burocrática do consumo dirigido* no contexto de capitalismo periférico da América Latina.

O outro ponto são o acesso e a dinamização de bens culturais e de lazer em regiões periféricas como forma de inclusão urbana de populações marginalizadas, que podem trazer sensação de bem-estar e de comodidade pelo deslocamento menor em relação aos centros das cidades. De fato, as duas interpretações são possíveis neste contexto, sendo necessária a investigação do urbano vivido, percebido e pensado por parte desses sujeitos. Porém, em ambas as interpretações, podemos identificar a cidadania do consumo para populações marginalizadas.

O detalhamento sobre a Copa do Mundo em Porto Alegre foi no intuito de comparar com o Rio de Janeiro no contexto de megaeventos. Enquanto a capital gaúcha foi cidade-sede apenas da Copa do Mundo<sup>161</sup>, a capital fluminense foi o modelo desse empreendedorismo urbano, indicando as escalas relacionais entre Estado, sociedade e mercado para a segmentação territorial das cidades brasileiras de região para região. A visibilidade e projeções nacionais e internacionais reduzidas de Porto Alegre em relação ao Rio de Janeiro são indicadores dos efeitos econômicos, jurídicos, políticos e sociais que esses megaeventos podem ter na vida cotidiana das populações locais. Se a capital gaúcha, que não possuía um projeto de competição urbana global à época da Copa do Mundo, teve mudanças consideráveis a partir da realização da Copa do Mundo, qual seria o impacto sociopolítico no Rio de Janeiro, tendo em vista que a capital fluminense concentrou a maioria dos megaeventos no país?

Para além das perspectivas economicistas e jurídicas, o fator afetivo foi um dos componentes para a realização da Copa do Mundo de 2014. A ideia de multiculturalismo foi trabalhada para fortalecer o caráter universal e neutro do esporte para construir uma unidade social que aglutinasse as diversas classes sociais do país. A derrota da seleção nacional de

---

<sup>161</sup> Foram realizadas cinco partidas da Copa do Mundo na cidade, sendo que apenas uma foi na fase oitavas de final.

futebol por 7 x 1 contra a Alemanha foi um dos indicadores dessa unidade a partir de uma experiência negativa totalizada por meio do esporte, sendo tratada como uma “tragédia nacional”. O fato da maior parte do país parar nos horários de jogos da seleção brasileira em Copas do Mundo, mesmo aquelas que não foram realizadas no Brasil, é indicativo para compreender a dimensão afetiva do esporte como forma de unidade e coesão, uma vez que suspende aparente e provisoriamente os conflitos sociais.

No que tange aos megaeventos, a ideia de capital cultural do Brasil foi reforçada no Rio de Janeiro como forma de identidade nacional manufaturada a partir das construções históricas da cidade. Essa foi a premissa argumentativa para a capital fluminense sediar as finais dos torneios descentralizados de futebol, além de a cidade ter sido escolhido sede dos jogos olímpicos de 2016. Nesse sentido, as contradições e os conflitos urbanos seriam dirimidos pela administração de desejos da população carioca, principalmente das classes trabalhadoras e marginalizadas, pelo esporte, pelo lazer e pela cultura. O urbanismo como ideologia pode ser verificado nesse contexto ao considerarmos que as transformações no espaço urbano do Rio de Janeiro foram capazes de converter os objetivos dos gestores da cidade em ações de caráter coletivo que trabalharam a autoestima e o pertencimento sociais dessas populações por meio da recepção e da visualização positivas pelo mundo, diluindo as diferenças e as distinções de classe dentro do território da cidade efêmera. Com efeito, as críticas sobre os megaeventos foram perdendo força e espaço na opinião pública do Rio de Janeiro conforme as Olimpíadas e seu propalado legado foram se materializando.

O caso do Rio de Janeiro é interessante para aplicar a metodologia da Sociologia pragmática para analisar como o empreendedorismo urbano foi exitoso pela realização de megaeventos na cidade, tanto na perspectiva dos gestores como na opinião pública. O sociólogo francês Daniel Cefai (2009) resgata essa metodologia ao problematizar as organizações coletivas nas dimensões culturais e afetivas das ações públicas, para além da dimensão racional. As experiências coletivas para Cefai são componentes de atuação na “*arena pública*”, uma vez que oportunidades políticas e objetivas da ação têm seus horizontes redefinidos pelo público (CEFAI, 2009, p. 16). O conflito emerge dessas ações públicas, fazendo as fronteiras “*do que é político*” e “*o que não é*” sejam deslocadas constantemente, por trazer ambivalências por atos considerados negativos para determinada harmonia ou uma determinada ordem como a resistência, por exemplo, afirma Cefai. Sobre o poder, Cefai argumenta que ele não é entendido apenas como relação de dominação e de subordinação, nem de normalização e de resistência, mas também como potência de instituir capacidades e

direitos – junto ao Estado, e como potência de atuar em acordo – ao lado do público (CEFAI, 2009, p. 17).

Cefai dialoga com outro teórico da ação coletiva: o sociólogo italiano Alberto Melucci, que faz uma diferenciação de grupos a partir do recrutamento, de histórias de vida e fins, considerando que tipo de compromisso se assume coletiva e publicamente. Melucci apresenta o chamado *capital humano* de determinados profissionais e de elites estabelecidas como forma de inserção mais exitosa desses grupos na política institucional, por seu leque maior de conhecimentos e informações interpessoais, o que orienta a formação de sua identidade coletiva e os objetivos de suas ações. Já o grupo dos marginalizados apresenta um perfil mais plural por se tratar de intersecções de gênero, etárias, sociais, raciais, entre outros. Ademais, o grupo da antiga classe média que reage contra a perda de sua posição social prévia, chamados de *reacionários*. Melucci afirma que esses três grupos mantêm distintas capacidades para construção e negociação de uma identidade coletiva no tempo; desenvolvendo, portanto, diferentes expectativas em relação às suas ações (MELUCCI, 1994, p. 176).

Melucci defende que a “*solidariedade de grupo não está separada da busca pessoal e de necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, em sua existência cotidiana*” (MELUCCI, 2001, p. 97). Ainda nessa perspectiva, quando ele disserta sobre a eficácia das organizações são apresentados os pontos de que esta depende: de abertura, de receptividade e de eficiência das formas de representação, assim, a ação coletiva não pode ser separada das demandas e das necessidades individuais, sendo essa ação ameaçada de forma contínua pela atomização e pela pessoalização. Por outro lado, Melucci escreve que “*o impulso conflitual que desenvolve a lógica do sistema não o faz através do político, exatamente por isto não pode deixar de pender para a política*” (MELUCCI, 2001, p. 99).

As afirmativas de Melucci dialogam com os argumentos de Cefai em vários aspectos ao ponto de apresentarem definições comuns. Um exemplo dessa articulação teórica e argumentativa é que esses movimentos coletivos tem potencial de mudança institucional, alguns para conquistas de direitos, outros para consolidar posições antidemocráticas. Para Cefai, essas organizações coletivas são criadoras de experiências que estruturam relações sociais por “*esquemas de circulação de informações, de repartição de poderes e de divisão de tarefas, de cooperação entre operadoras, de distribuição de direitos e concentração de decisões*”, ainda que façam essas escolhas organizacionais, “*determinam imediatamente os tipos de experiências e reivindicações, de alianças e conflitos, de tipos de ações e margens de*

*manobra que terão*” (CEFAI, 2009, p. 19). Com efeito, as experiências coletivas e públicas não são um somatório de ações individuais e privadas pelas quais, através de uma perspectiva pragmática, segundo Cefai, pode ser construído um conceito de experiência que inclua as dimensões da afetividade e da sensibilidade, da memória, da imaginação e do projeto (Idem, p. 26-27). Esses movimentos para Cefai constituem uma *cultura pública* que articula a vida pública nos sentidos do direito, realidade e justiça dos atores coletivos para decisões que tenham efeito prático na instituição política.

Os argumentos de Cefai e de Melucci iluminam as questões da construção de uma ideia de harmonia e segurança para uma cidade global pela ideia de empreendedorismo urbano. Como observado anteriormente neste texto, a ideia de coerção violenta não se sustenta como forma primária de gestão de conflitos porque a ideia de guerra tem que ser removida do cotidiano urbano e, assim, há uma predileção para um diálogo dito democrático. Porém, o direito à segurança nesse contexto parece ter precedência ao *direito à cidade*, uma vez que a vigilância no Rio de Janeiro por meio das UPP e dos modelos de policiamento *presente*, além do policiamento ostensivo ordinário, desponta como carro-chefe desse empreendedorismo urbano. Nesse sentido, a partir da premissa de Lefebvre, acabar com essas liberdades urbanas seria acabar com a própria *sociedade urbana* porque essa vigilância eliminaria a contradição e o conflito da/na cidade, característica do fenômeno urbano, dos quais surgem o imprevisível, o lúdico, a criatividade e a invenção.

O dito diálogo democrático no Rio de Janeiro foi mantido por relações de poder assimétricas e determinadas muitas vezes pelo poder econômico. Isso também reduziu os custos das políticas sociais para governança urbana ou os realocaram para as parcerias público-privadas. Dessa forma, se constituiu um ponto que pode agregar algumas das vozes insatisfeitas no capitalismo periférico: o acesso ao consumo. Nesse sentido, as experiências coletivas podem ser transformadas em mercadorias consumidas para construção de um “*nós*” idealizado. Com a implantação das UPP, o turismo em favelas do Rio de Janeiro foi uma via de ascensão econômica de sujeitos históricos de marginalidade, em especial na zona sul da cidade, como já apresentamos no capítulo anterior. Porém, a crise econômica que foi se avizinando junto com as Olimpíadas apontava para um horizonte incerto antes mesmo da realização do evento.

O clima político institucional do Brasil ao término de 2014 também era tenso. A vitória eleitoral da então presidenta Dilma Rousseff, que a reconduziu ao seu segundo mandato, foi por uma diferença pequena em relação ao seu adversário, o Senador Aécio



Neves (PSDB- MG)<sup>162</sup>. Apesar das críticas com as obras e as parcerias público-privadas referentes aos megaeventos e manifestações de rua contra o seu governo, Dilma Rousseff conseguiu uma vantagem expressiva no pleito eleitoral em relação ao seu adversário no Rio de Janeiro (54,95% x 45,06%). Além disso, Luiz Fernando de Souza, conhecido como *Pezão*, conseguiu se reeleger no estado do Rio de Janeiro, mantendo o grupo de Sérgio Cabral Filho<sup>163</sup> no comando do estado, mesmo com sua perda de popularidade e tendo composto uma chapa híbrida – de apoio a Dilma e a Aécio, simultaneamente. Em termos comparativos, Dilma assumiu o segundo mandato com sua base aliada no Congresso Nacional esfacelada, sendo um condicionante negativo para seu governo; enquanto Pezão manteve boa parte de sua base na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), porém, ambos os mandatários estavam inseridos em uma aguda crise econômica. Essas incertezas indicavam dúvidas sob que condições ou mesmo se o Brasil teria capacidade política e econômica para realizar as Olimpíadas.

Um fato observado foi a relativa preservação da figura do Prefeito Eduardo Paes com as manifestações de rua. Apesar de algumas obras não terem sido concluídas no Rio de Janeiro, as realizações de Paes em relação ao objetivo olímpico foram significativas, ainda mais em comparação às tentativas de Maia. Nesse sentido, o perfil de prefeito gestor de Paes foi sendo consolidado ou, pelo menos, assimilado no contexto de crise institucional na política de um país inserido no capitalismo periférico e em uma competição urbana global. A figura política de Paes foi sendo cada vez mais divulgada com a aproximação e com a necessidade de sucesso dos jogos Olímpicos. No entanto, o personalismo do prefeito começou a se evidenciar com a sua presença ostensiva nos meios públicos. Ademais, o descolamento de sua figura em relação às de Cabral e de Rousseff é semelhante ao descolamento que a população demonstrou com os megaeventos e o empreendedorismo urbano. Nesse sentido, os preparativos materiais, simbólicos e funcionais do Rio de Janeiro para as Olimpíadas merecerão maiores detalhamentos a partir da próxima seção.

---

<sup>162</sup> “Com 100% das urnas apuradas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a atual presidenta da República, Dilma Rousseff (PT), foi reeleita neste domingo (26) com 51,64% dos votos válidos (54.500.287). O candidato Aécio Neves (PSDB) obteve 48,36% dos votos (51.041.146). Votos brancos e nulos somaram 6,34% (7.141.416) e as abstenções atingiram 21,10% (30.137.317)”. Fonte: Sítio Oficial do Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-presidenta-do-brasil>. Acesso em 26/03/2018.

<sup>163</sup> Sérgio Cabral Filho se desligou do cargo de Governador do estado do Rio de Janeiro em 03/04/2014, assim, seu vice, Pezão, assumiu o governo.

### 8.1. Olimpíadas 2016

As Olimpíadas de 2016 foram realizadas no Rio de Janeiro em um período atravessado por expectativas com o ápice do megavento que deveria confirmar a capital fluminense como cidade global, mas com desconfianças sobre o projeto de *cidade segura*. As UPP, modelo de segurança pública deste projeto, foram apresentando desgastes sociais e econômicos verificados pela volta dos registros de tiroteios e conflitos armados de forma recorrente, inclusive nos territórios em que as unidades policiais foram implantadas. O aumento das ocorrências de homicídios dolosos<sup>164</sup> no estado do Rio de Janeiro também contribuiu para a produção de medo e da sensação de insegurança na capital fluminense.

O ambiente político nacional também apontou para incertezas sobre a realização da edição olímpica no Rio de Janeiro. A deposição da então presidenta Dilma Rousseff de seu cargo apresentou dúvidas sobre a lisura do processo de *impeachment* que ela sofreu. A crise do emprego e a instabilidade socioeconômica no Brasil, somada a perda de apoio de Rousseff no Congresso Nacional, foi o mote para a abertura de um processo de cassação da presidenta sob a alegação de que cometera crime de responsabilidade fiscal. A manobra parlamentarista dentro do regime presidencialista para retirar Dilma Rousseff teve conotações de golpe de Estado. A narrativa de golpe ganhou força por dois fatos: a festa promovida pelos deputados federais na sessão de admissibilidade do *impeachment* e pelo fato do seu vice, Michel Temer, ter formado o seu gabinete ora interino com membros da coligação derrotada nas eleições presidenciais de 2014.

A fragilidade do Estado democrático de direito no Brasil é verificada pela flexibilização interpretativa da forma jurídica que acarreta ações concretas de determinados atores políticos por meios institucionais. Dessa forma, o conceito de segurança na sua dimensão jurídica também é fragilizado pela quebra de acordos prévios, causando instabilidade. A própria penalização da então presidenta foi extravagante do ponto de vista jurídico e constitucional: foi afastada definitivamente, mas manteve seus direitos eleitorais, sendo que essas sanções são indivisíveis. Ademais, a derrubada de Dilma Rousseff simbolizou a mudança de projeto socioeconômico na esfera federal de governo. O neodesenvolvimentismo petista deu lugar ao retorno de um projeto de ordem neoliberal. Esse ponto é interessante para compreendermos o urbanismo como ideologia, uma vez que o

---

<sup>164</sup> No ano de 2016 foi registrado o total de 5.033 ocorrências de homicídios dolosos. Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ). Verbete: *homicídios dolosos*. Disponível em: [http://arquivos.proderj.gov.br/isp\\_imagens/Uploads/ResumoIndicadoresDez2016.pdf](http://arquivos.proderj.gov.br/isp_imagens/Uploads/ResumoIndicadoresDez2016.pdf). Acesso em 30/03/2018.

empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro foi concretizado pelo alinhamento de forças políticas da direita, de centro e de esquerda durante os governos federais do PT.

Os preparativos materiais do Rio de Janeiro para as Olimpíadas foram sendo construídos como formas de legados funcionais e simbólicos. Apesar da crise econômica e política, as obras referentes ao transporte público na cidade foram sendo concluídas em larga escala. Nesse sentido, a prefeitura municipal teve como carro-chefe o Transporte Rápido por Ônibus, conhecido pela sigla BRT<sup>165</sup>. O BRT é uma parceria público-privada e foi planejado em quatro ramais interligados: Transoeste, Transcarioca, Transolímpica e TransBrasil. Dessas quatro, três foram entregues a tempo para as Olimpíadas de 2016, conforme a tabela abaixo<sup>166</sup>:

**Tabela III**

Ramal	Itinerário e histórico
Transoeste	<p>O Transoeste é o primeiro corredor em operação na cidade do Rio e transporta, por dia, 216 mil passageiros, em 60 quilômetros de pista exclusiva, 62 estações e quatro terminais (Alvorada, Santa Cruz, Campo Grande e Jardim Oceânico).</p> <p>Sua primeira fase foi inaugurada em 2012, com o trajeto que ligava a Barra da Tijuca ao bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste. Em sequência, veio a ampliação da via para Campo Grande e Paciência. Em agosto de 2016, foi implementado o Lote Zero, onde o BRT integra com a linha 4 do metrô, no terminal Jardim Oceânico.</p>
Transcarioca	<p>Inaugurado em 2014, às vésperas da Copa do Mundo do Brasil, o corredor expresso liga o terminal Alvorada, na Barra da Tijuca, ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador. Diariamente, o corredor atende 234 mil passageiros, que circulam pelos seus 39 quilômetros e 45 estações que interligam 27 bairros das zonas norte e oeste.</p> <p>Nas estações Madureira Manaceia e Olaria, o BRT é integrado com trem da Supervia e em Vicente de Carvalho faz integração com a linha 2 do Metrô.</p>

<sup>165</sup> Sigla da expressão em inglês *Bus Rapid Transit*. Fonte: Sítio do BRT. Verbete: *conheça o BRT*. Disponível em: <http://brtrio.com/conheca>

<sup>166</sup> Fonte: Sítio do BRT. Verbete: *conheça o BRT*. Disponível em: <http://brtrio.com/conheca>.

<p>Transolímpica</p>	<p>Inaugurada em agosto de 2016, o corredor, com 18 estações e três terminais (Recreio, Centro Olímpico e Sulacap) possui 26 quilômetros de pista exclusiva. A expectativa é que, em seu pleno funcionamento, a via, que passa por 11 regiões, chegue a transportar 70 mil passageiros por dia e reduza o tempo de viagem em até 60%, dos passageiros que viajam entre a Av. Salvador Allende, no Recreio, até Deodoro.</p> <p>Diferentemente do Transoeste e da Transarioca, que têm a conservação das pistas sob responsabilidade da Prefeitura do Rio, o Transolímpica tem sua conservação de via feita pela Concessionária ViaRio S.A., que também administra o pedágio e oferece os serviços de resgate e socorro médico em todo o trecho.</p>
----------------------	---

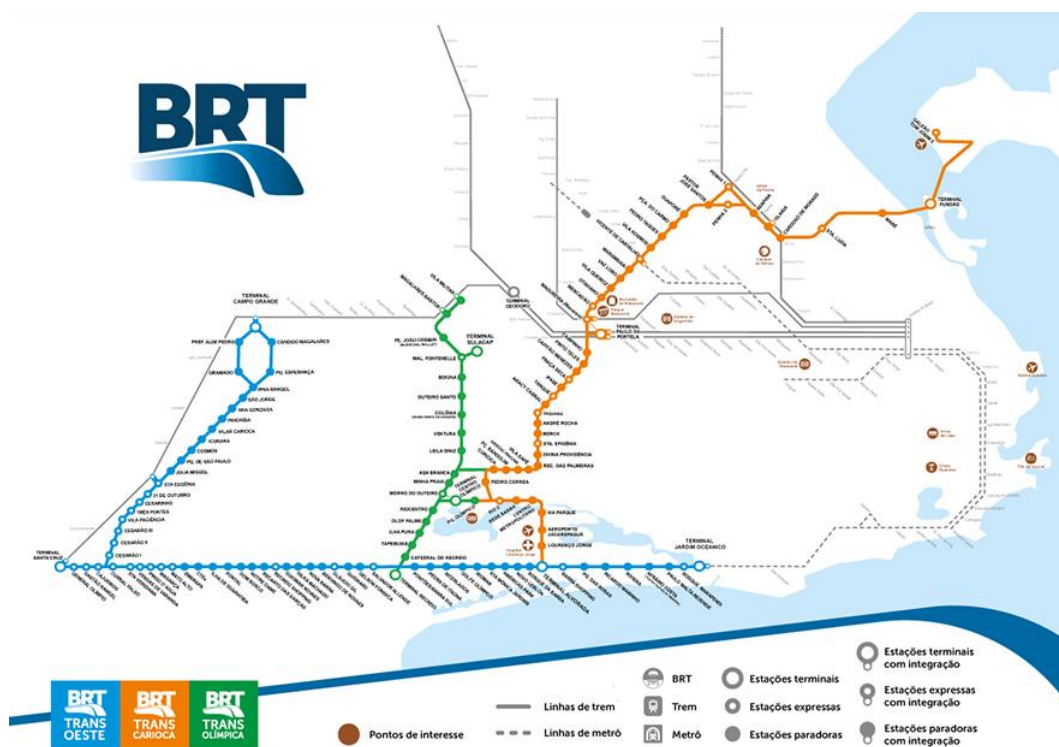


Figura 28 - A distribuição visual do BRT no Rio de Janeiro pode ser verificada no mapa

Ao considerarmos a tabela e o mapa do BRT, podemos identificar a funcionalidade e a abrangência deste meio de transporte para a população carioca. Este meio de transporte teve aceitação popular inicial, sendo uma das possibilidades de mobilidade urbana tanto para o trabalho como para o lazer. Além disso, o BRT conta com linhas alimentadoras que auxiliam no transporte de usuários desse sistema. Nesse sentido, o acesso ao *direito à cidade* ganhou dimensões materiais pela rapidez dos BRT. Outros pontos culturais da cidade foram se tornando mais acessíveis, como o bairro de Madureira, por exemplo, com os BRT. Porém, a obra inacabada da TransBrasil, paralela à Avenida Brasil, junto com a falta de manutenção e a

paulatina depredação das estações e dos ônibus do BRT são fatores negativos do sistema de transporte, que reproduz alguns pontos do sistema de transporte rodoviário convencional da capital fluminense.

Outro sistema de transporte apresentado como legado olímpico para o Rio de Janeiro foi o Veículo Leve sobre Trilho (VLT). Lançado em 2016, o VLT foi divulgado pela prefeitura da cidade como um transporte sustentável e econômico, que circularia pela região central. Sua funcionalidade turística e cultural é uma das dimensões comparativa de sua abrangência reduzida em relação ao BRT, ainda que haja conexões com trens, barcas e metro.



Figura 29 – Mapa do VLT <sup>167</sup>

Como podemos verificar no mapa acima, a linha azul do VLT transcorre pela área do projeto Porto Maravilha. Essa linha passa por equipamentos do circuito cultural que ativa a economia local pelo turismo. Além disso, a linha liga o Aeroporto Santos Dumont até a Rodoviária Interestadual Novo Rio, tendo um número extenso de estações que abastece o centro administrativo e empresarial da cidade, o que apresenta uma funcionalidade financeira características das cidades globais como forma de marketing. A linha verde indica um circuito reduzido em seu número de estações, passando por trajetos culturalmente mais alternativos ou boêmios, como a Praça Tiradentes, renovada a partir do processo de revitalização do centro.

O VLT é um prisma de análise no qual pode ser aplicado o método *regressivo-progressivo* de Lefebvre para compreender a relação dialética entre a *sociedade urbana* e o empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. Ao considerarmos que o sistema do VLT

<sup>167</sup> Fonte: sítio oficial VLT Carioca. Disponível em: <http://vltrio.rio/>

reproduz o circuito dos antigos bondes da cidade e a admiração de Paes por Pereira Passos, podemos interpretar que há diferentes temporalidades no espaço urbano carioca. A ideia da rua como lugar de produção e de consumo qualificados no centro do Rio de Janeiro também remonta à história do início do século XX. Esse passado imaginado pode ser revivido e ressignificado por meio de novas interações sociais que inter cruzam a dimensão espaço-tempo.

O passeio do bonde *hightech* VLT tem a potencialidade de remeter às memórias construídas sobre os resquícios de um passado imaginado que pode projetar o futuro e moldar o presente a partir do juízo do sujeito social reflexivo. Assim, as definições do que é mercadoria para consumo e o que é experiência afetiva são cada vez mais diluídas no contexto do empreendedorismo urbano carioca, sendo uma tecnologia de administração de desejos, mas também forma de pertencimento social. O lúdico, o contraditório e o imprevisível estão no circuito do VLT como formas de liberdades das ruas dentro do urbanismo voltado para a competição urbana global.

O VLT apresentou pontos negativos. Um dos questionamentos iniciais foi sobre o custo-benefício do sistema, uma vez que ele não é reconhecido como modal de transporte de massas, além de a sua manutenção ser cara. A vigilância dentro dos veículos também foi um dado que incomodou alguns usuários. A permanência de guardas municipais no interior dos VLT colocaria o passageiro sob suspeição, tendo em vista que o transporte não aceita dinheiro em espécie, apenas o cartão recarregável, que deve ser lido pela máquina registradora dentro do VLT. A presença ostensiva de guardas nos veículos apresentaram duas dimensões interpretativas negativas. A primeira, o aparato público mobilizado para o funcionamento dos VLT pode ser um indicativo de que o custo desse sistema é maior do que simplesmente fazê-lo andar por um trajeto urbano reduzido, ao salientar que eram necessários guardas municipais em motos para abrir caminho para a passagem do veículo para evitar acidentes por ser silencioso, além dos agentes dentro do veículo. O outro foi a falta de protocolo para a fiscalização, uma vez que o não pagamento da tarifa acarretava multa para o passageiro, dependendo da discricionariedade dos guardas.

Ainda no tema transporte como legado olímpico, o Rio de Janeiro teve a ampliação de sua malha ferroviária. Em 30/06/2016, com uma cerimônia que contou com a presença de autoridades políticas na sua primeira viagem, foi inaugurada a linha 4 do metrô integra passageiros da zona sul e da zona norte da cidade para a Barra da Tijuca por meio ferroviário, como mostra o mapa abaixo:



Figura 30 – Linha 1 (laranja), Linha 2 (verde), linha 4 (amarela).

Porém, o acesso à nova linha não foi imediato para a população carioca. Inicialmente, a linha 4 funcionou apenas para fins de transporte de pessoas que tinham ingresso e/ou quem fazia parte da equipe que trabalhava nos jogos olímpicos, chamada de *família olímpica*. O acesso universal da população só se deu no dia seguinte ao término dos jogos paraolímpicos (19/09/2016). Nesse sentido, podemos identificar o privilégio dos *novos usuários* da cidade global no Rio de Janeiro, como defende Sassen (2010), uma vez que os interesses privados tiveram precedência sobre os direitos coletivos dos cidadãos cariocas, apontando para um urbanismo voltado para o visitante e limitando o acesso ao *direito à cidade*. A demanda antiga da população da cidade para a estrutura permanente do transporte urbano foi posta em segundo plano para dar eficácia aos Jogos Olímpicos de 2016. Ademais, a linha 4 do metrô possui uma estação que não foi inaugurada e nem utilizada, a estação da Gávea, no bairro homônimo, sendo um dos indícios do que Harvey (2005) chamou de “*atoleiros de dívidas urbanas dos megaeventos*”.

As transformações físicas no espaço urbano carioca por meio do legado olímpico fortaleceram funcionalidades e simbologias de territórios pelo discurso de *áreas vocacionadas*. As conexões pela diluição das dimensões espaço-tempo pela velocidade, tanto da informação como de mobilidade físicas, são signos da cidade global no Rio de Janeiro, mesclando no mesmo espaço urbano ciência e tecnologia, lazer e cultura, segurança para viver e trabalhar, além da conectividade mundial que lhe conferiria o status de *smartcity* por meio do urbanismo planejado e idealizado por seus gestores. Nesse sentido, as redes de transporte público tiveram as suas funções direcionadas a privilegiar o evento olímpico, principal



portfólio do marketing urbano em uma competição global. As mensagens em outros idiomas também tinham como foco os visitantes da cidade, com apelos publicitários e/ou informativos como mostram as fotos abaixo, tiradas à época dos Jogos Olímpicos:

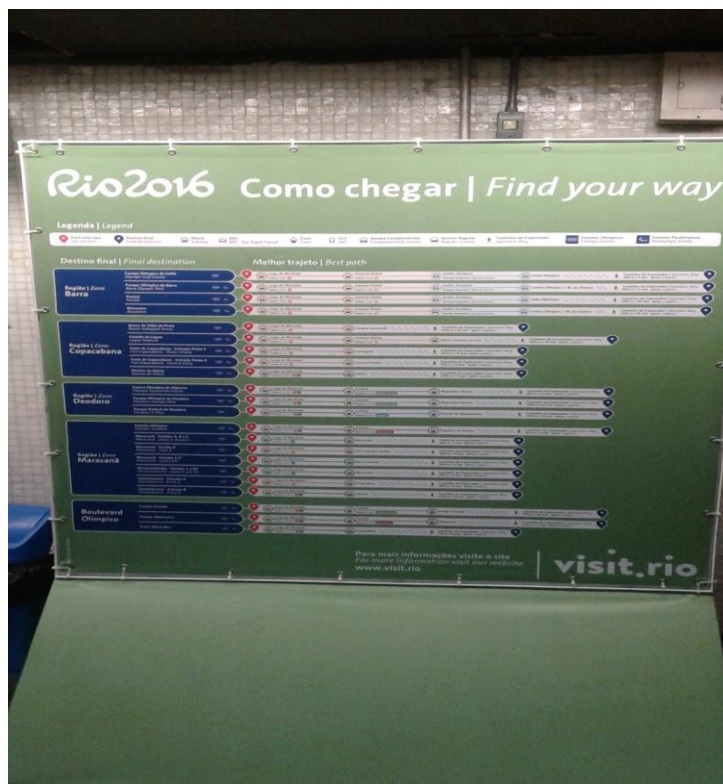


Figura 31 - Placa na Estação da Carioca (Metrô) – Por Lívio Silva de Oliveira (2016)





Figura 32 - Parada de ônibus na Av. D. Hélder Câmara, Engenho de Dentro – por Lívio Silva de Oliveira (2016).

Os equipamentos específicos para os Jogos Olímpicos foram sendo construídos e distribuídos pelo Rio de Janeiro. As instalações olímpicas foram divididas em quatro: Deodoro, Barra da Tijuca, Copacabana e Maracanã<sup>168</sup>. Salientamos que essas instalações olímpicas são referentes aos locais de competição e funcionais para a realização dos jogos. Essa observação é necessária porque áreas como o Parque de Madureira e o *Boulevard Olímpico* também podem ser entendidas como instalações olímpicas porque estavam inseridas no circuito de atividades relacionadas ao megaevento realizados entre os dias 05 e 21 de agosto de 2016. Além disso, os recursos e a execução desses equipamentos foram realizados em parcerias público-privadas<sup>169</sup>.

<sup>168</sup> Fonte: Autoridade Pública Olímpica (APO). Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/home/transparencia/instalacoes/>. Acesso em 04/04/2018.

<sup>169</sup> Idem.

### 8.1.1. Deodoro

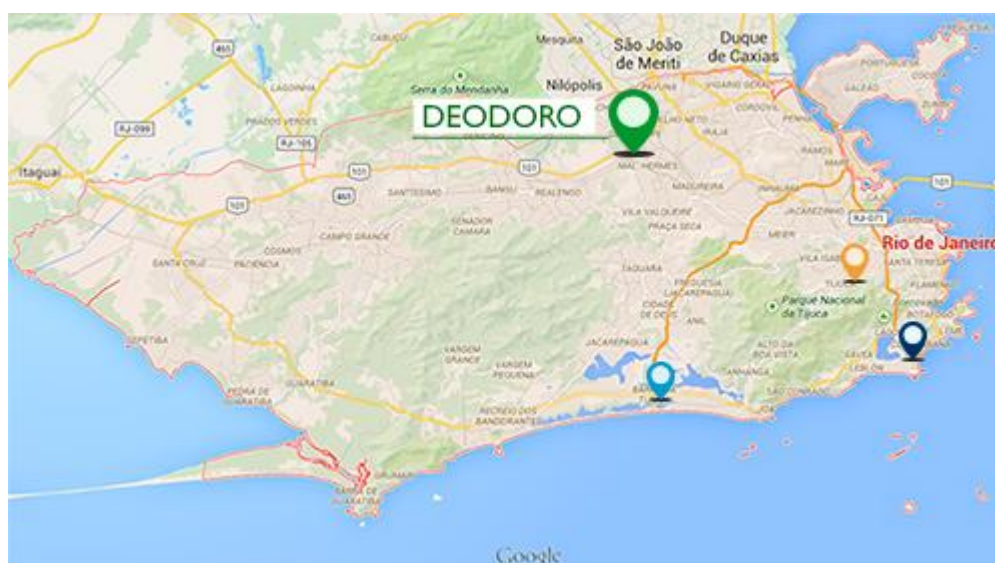


Figura 33 - Localização geográfica do bairro de Deodoro<sup>170</sup>

Podemos verificar o reforço vocacional no bairro de Deodoro, zona oeste da cidade, onde fica localizada a Vila Militar, maior concentração de militares do Exército Brasileiro. No Complexo Esportivo de Deodoro foram realizadas provas de tiro olímpico, de hipismo, entre outros esportes remetidos às rotinas militares que também foram modalidades nos Jogos Mundiais Militares de 2011 e nos Jogos Pan-americanos de 2007. Outras modalidades esportivas foram realizadas em Deodoro durante as Olimpíadas, como Hóquei sobre grama e o Rúgbi, além dos esportes considerados radicais, como canoagem *slalom* e *Mountain Bike*. O risco e a potencialidade da violência nas modalidades olímpicas realizadas em Deodoro podem ser remetidas às atividades militares, semelhantes aos seus treinamentos.

Equipamentos urbanos foram construídos ou reformados em Deodoro como forma de legado olímpico. Apesar da alta concentração de militares na localidade, a parcela civil da população do bairro aponta para moradias populares e territórios de crescimento desordenado do ponto de vista urbanístico. Esse contraste visual é uma das complexidades sobre Deodoro, que mistura militares de baixa e média patentes, porém com estabilidade socioeconômica, com uma classe trabalhadora precarizada no mesmo perímetro urbano. A construção e a reforma de equipamentos urbanos atenderam demandas populares de lazer, de cultura e de espaço público para uma área periférica do Rio de Janeiro com opções rarefeitas nesse sentido. É válido observar a condição geográfica de Deodoro, no entroncamento

<sup>170</sup> Fonte: Autoridade Pública Olímpica (APO). Verbete: *Zona – Deodoro*. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/home/transparencia/instalacoes/zona-deodoro/>. Acesso em 05/04/2018.

rodoferroviário entre a zona norte e a zona oeste cidade e saída para a Baixada Fluminense, em direção ao município de Nilópolis. A construção da Arena da Juventude e do Parque Aquático de Deodoro, além do estabelecimento de estações elétricas no bairro, apontou para a possibilidade de consolidação de signos materiais e simbólicos de integração urbana com qualificação de um território periférico da cidade.

### 8.1.2. Copacabana

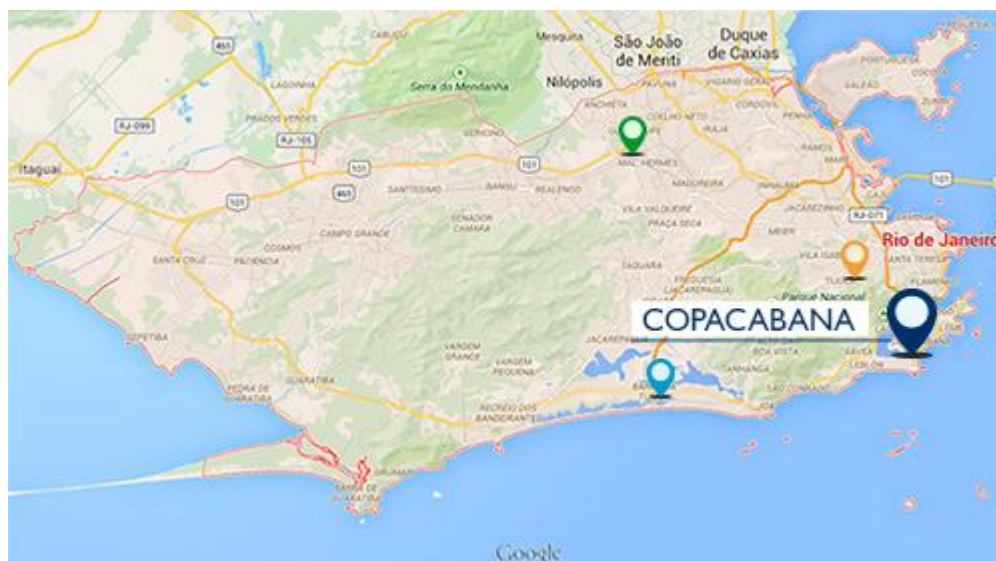


Figura 34 - Localização geográfica de Copacabana<sup>171</sup>

O bairro de Copacabana não sofreu alterações materiais e estruturais por conta das Olimpíadas de 2016. O bairro da zona sul carioca albergou atividades esportivas mais remetidas à praia e ao mar (vôlei de praia, maratona aquática e triatlo). Dessa forma, as instalações olímpicas para Copacabana foram todas temporárias, sem maiores transtornos para a população local no que tange a obras e legado olímpico. Porém, essa área não ficou restrita ao bairro. A única instalação permanente foi a Marina da Glória, localizada no bairro homônimo.

O fato de Copacabana não ter legado permanente olímpico é simbólico na medida em que contrapomos à região de Deodoro. Como já dissertamos anteriormente, o bairro da zona sul é um dos mais conhecidos do Rio de Janeiro e é considerado um dos mais tradicionais entre as elites econômicas e sociais da cidade. Porém, o bairro é cercado por favelas nas quais foram implementadas UPP e o turismo foi dinamizado como atividade econômica através do conceito de segurança. O valor de uso e o valor de troca do bairro são verificados por meio da

<sup>171</sup> <sup>171</sup> Fonte: Autoridade Pública Olímpica (APO). Verbete: *Zona – Copacabana*. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/home/transparencia/instalacoes/zona-copacabana/>. Acesso em 05/04/2018.

multifuncionalidade turística, seja por atividades de lazer e de hotelaria, direcionando o bairro para um consumo plural, porém dirigido, ainda contando com a valorização especulativa dos imóveis pela implementação das UPP. Nesse sentido, o reforço da vocação turística permanente de Copacabana contrasta com a efemeridade de Deodoro nessa dimensão econômica durante o período olímpico.

### 8.1.3. Barra da Tijuca



Figura 35 - Localização geográfica da Barra da Tijuca<sup>172</sup>

A Barra da Tijuca foi a região do Rio de Janeiro que teve a maior concentração de instalações dos Jogos Olímpicos de 2016. No bairro foram construídas 16 instalações para competições esportivas, além do hotel de Mídia e a Vila Olímpica, que abrigou jornalistas e atletas no período olímpico, o Centro Internacional de Rádio Difusão e o Centro Principal de Mídia. A grande concentração desses equipamentos teve uma justificativa logística para o megaevento: a localização do Parque Olímpico da Barra. Esse equipamento olímpico seria o grande legado material diretamente ligado aos esportes na cidade pelo fato de ser transformado no Centro de Treinamento Olímpico, após a realização do megaevento, no qual os e as atletas de alto rendimento encontrariam infraestrutura para os seus treinamentos.

Os atos preparatórios da Barra da Tijuca como zona de instalações olímpicas remeteram aos empreendimentos imobiliários já realizados no bairro. A Vila dos Atletas, que aparece nas planilhas de execução e investimentos como um equipamento 100% da iniciativa

<sup>172</sup> Fonte: Autoridade Pública Olímpica (APO). Verbete: *Zona – Copacabana*. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/home/transparencia/instalacoes/zona-copacabana/>. Acesso em 05/04/2018.

privada<sup>173</sup>, repetiu problemas estruturais identificados na Vila Pan-Americana. Os problemas nas instalações elétrica, sanitária e de gás nos apartamentos da Vila dos Atletas provocaram reações preocupadas por parte de algumas delegações olímpicas. A negativa inicial da delegação australiana de ocupar os apartamentos nessas condições foi exemplar para identificar o urbanismo como ilusão de classe e as fragilidades do empreendedorismo urbano.

Esse episódio teve efeitos políticos e sociais. Frente a esse imbróglio, o então prefeito Eduardo Paes chegou a declarar que colocaria um canguru no prédio da delegação australiana para que eles se sentissem mais em casa. Essa colocação do alcaide carioca foi contestada por representantes dessa delegação, afirmando que precisavam de encanadores e não de cangurus. O mal-estar causado pela declaração de Paes teve consequências internacionais e nacionais, gerando reações discriminatórias em relação ao Rio de Janeiro que foram criticadas pelo prefeito e pela opinião pública brasileira, como a matéria de um jornalista australiano que escreveu em sua coluna que a Vila Olímpica era uma “favela”<sup>174</sup>.

O clima conflituoso entre a delegação australiana e Paes contrastava com o discurso de universalidade e neutralidade do esporte. Os gestores do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro estavam em uma encruzilhada pela pressão da realização bem-sucedida do megaevento Olimpíadas para comprovar a competitividade urbana global da cidade, sob suspeita pelas crises econômicas e políticas que o Brasil atravessava naquele momento. Nesse sentido, o reconhecimento da situação estrutural precária do prédio reservado para a delegação australiana e o pedido formal de desculpas por parte de Paes foram atos políticos que se basearam no princípio olímpico da “paz” e da “unidade” entre os povos. Para dirimir esse conflito, houve uma troca de presentes entre o prefeito e a delegação australiana, em tom de amenidades: Paes entregou a chave da cidade para Kitty Chiller, a chefe da missão australiana, sendo a única delegação a recebê-la; que por sua vez presenteou o prefeito com um canguru-boxeador de pelúcia e uma camisa da equipe olímpica australiana, como mostra a foto abaixo:

---

<sup>173</sup> Fonte: Autoridade Pública Olímpica (APO). Verbete: *Vila dos Atletas*. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/home/transparencia/instalacoes/zona-barra-da-tijuca/vila-dos-atletas/>. Acesso em 06/04/2018.

<sup>174</sup> Fonte: Sítio do Jornal Zero Hora. Edição 27/07/2016. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/olimpiada/noticia/2016/07/jornalista-australiano-chama-vila-olimpica-de-favela-e-e-criticado-por-brasileiros-6927319.html>. Acesso em 06/04/2018.





Figura 36 – Eduardo Paes e Delegação Australiana

A simpatia e a afetuosidade olímpicas de Eduardo Paes no incidente com a delegação australiana não foram verificadas para dirimir os conflitos referentes à moradia na Barra da Tijuca. A Vila Autódromo, antigo incômodo estético e social para os moradores de alta renda da região, entrou no radar dos *desadensamentos* populacionais da prefeitura pela alegada necessidade de construção do Parque Olímpico no bairro. As famílias residentes na Vila Autódromo tiveram a proposta de reassentamento no conjunto residencial planejado chamado *Parque Carioca*, com pelo menos 920 unidades habitacionais e localizado a cerca de 1 km de distância da Vila. Porém, o terreno escolhido pela prefeitura foi alvo de críticas pela sua aquisição ter sido feita junto a duas empreiteiras que apoiaram financeiramente a campanha de Paes para prefeito, e pela falta de comprovação sobre a segurança ambiental e estrutural do terreno por ter sido área de atividade de mineração (FREIRE & TAFKGI, 2016, p. 64). A construção do Parque Carioca foi feita por meio de parceria público-privada. Nesse sentido, é interessante lembrar que a Barra da Tijuca é a última fronteira da especulação imobiliária no Rio de Janeiro a partir do urbanismo conectado ao conceito de segurança e espaços qualificados. A proximidade da favela com o Parque Olímpico é verificável na imagem abaixo no detalhe em vermelho, é a contraposição entre a cidade ideal global e a cidade real local:





A sequência de fotos a seguir foi um esforço para projetar imageticamente os acontecimentos ocorridos na Vila Autódromo de maneira cronológica:



Figura 38 - Ação dos Guardas Municipais na Vila Autódromo (Foto: Katia Carvalho)



Figura 39 - A casa dos resistentes da Vila Autódromo ao fundo o Centro Principal de Mídia.

O Caso da Vila Autódromo não foi isolado no sentido de remoções ou *desadensamento* populacional como formas de preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. O livro *SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*, de autoria da jornalista Lena Azevedo e do arquiteto Lucas Faulhaber, aponta para um número aproximado



de 67 mil pessoas removidas na cidade sob a alegação de viverem em áreas de risco, mas que eram alvos da especulação imobiliária, entre os anos de 2009 e 2013. Essa cifra total de desalojados pela prefeitura é de 77.206 e um déficit habitacional de 220.774 unidades na capital fluminense, entre os anos de 2009-2015 (FACHINO *et al*, 2016, p. 21). Com isso, Eduardo Paes teria removido mais pessoas do que Lacerda e Pereira Passos em sua gestão. O então prefeito contestou a publicação alegando que era um “conjunto de asneiras” e “panfleto de oposição”, ainda que os autores tenham se baseado em informações dos órgãos oficiais da prefeitura como fontes primárias<sup>176</sup>. O legado olímpico, então, é caracterizado por disputas de narrativas para construir a memória social urbana.

O caso da Barra da Tijuca como objeto de análise de compreensão sociológica do urbanismo como ideologia e ilusão de classe aponta para o conceito de segurança também na cidade olímpica efêmera. A presença de uma favela nas cercanias do Parque Olímpico não seria apenas um incômodo estético e obstáculo imobiliário para os gestores do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. Um território de população marginalizada e criminalizável perto da maior concentração de atividades olímpicas poderia representar um potencial risco de distúrbios e desordens sociais por meio de comportamentos públicos indesejados dentro dos marcos civilizacionais estabelecidos como etiqueta do evento.

Podemos considerar que a tentativa de remoção completa da Vila Autódromo está inserida na filosofia urbanística norteadora da ocupação da Barra da Tijuca. O argumento de eficácia para a realização das Olimpíadas apontou para a ilusão de classe do urbanismo do bairro a partir da ideia de fechamento. Nesse sentido, a liberdade urbana e o reconhecimento social na Barra da Tijuca são mediados pelo poder aquisitivo e de consumo de maneira mais explícita, sendo uma espécie de anticidade, e demonstraram a falta de participação social ou o desrespeito das autoridades públicas sobre as demandas populares em detrimento dos interesses privados. O direito à segurança e os comportamentos de exclusividade são interpretados como mercadorias nesse contexto. O contexto olímpico no Rio de Janeiro evidenciou a vocação construída artificialmente do solo da Barra da Tijuca como *commodity* e compartilhada coletivamente entre uma parcela reduzida da população carioca e, de alguma forma, legitimada por outros setores sociais da capital fluminense.

---

<sup>176</sup> Fonte: Blog Mario Magalhães. Disponível em: <https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2015/07/28/editora-rebate-eduardo-paes-que-chamou-de-asneira-livro-sobre-remocoes/>. Acesso em 08/04/2018.

### 8.1.4. Maracanã

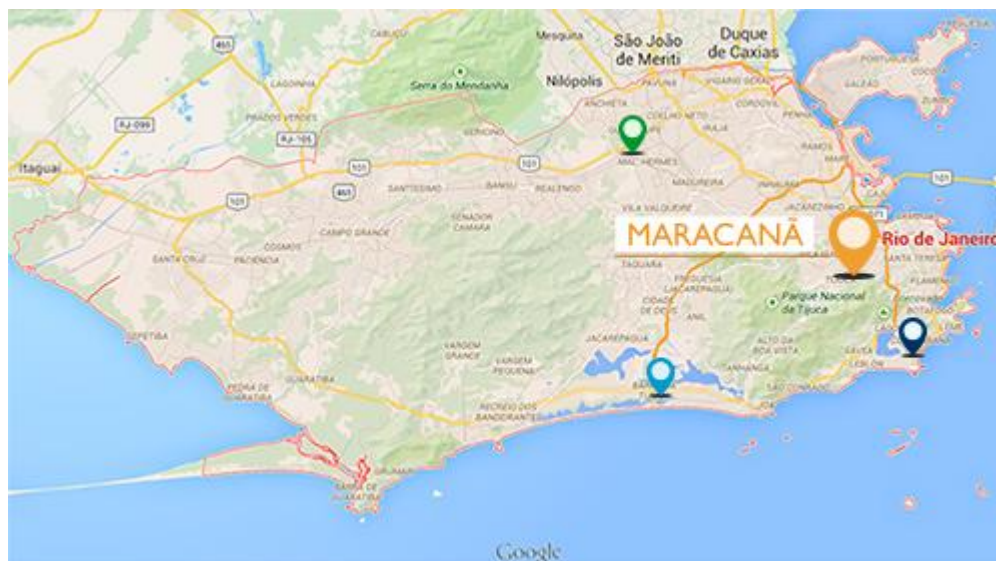


Figura 40 - Localização Geográfica do Maracanã<sup>177</sup>

A região do Maracanã foi o local de quatro instalações olímpicas no Rio de Janeiro. Os equipamentos localizados nessa região são permanentes e foram reformados para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. O Maracanã, o Maracanãzinho e o Estádio do Engenhão foram utilizados em outros eventos esportivos como o Pan-Americano e a Copa do Mundo, já o Sambódromo foi adaptado para receber competições esportivas. O Maracanã foi palco das cerimônias de abertura e de encerramento das Olimpíadas no Rio de Janeiro, com a apresentação de artistas brasileiros e internacionais. A final dos torneios olímpico de futebol, tanto feminino como masculino, nos qual a seleção alemã e brasileira conquistaram as medalhas de ouro, nas respectivas modalidades. Apesar das poucas atividades esportivas realizadas no estádio, a chama olímpica foi acesa no Maracanã. A edição dos jogos olímpicos do Rio de Janeiro contou com duas piras: uma no interior do estádio e a outra no *Boulevard Olímpico*, em frente à Igreja da Candelária.

O simbolismo de duas piras olímpicas na edição sediada no Rio de Janeiro, algo inédito na história das Olimpíadas<sup>178</sup>, é uma prisma de análise para interpretar os signos do empreendedorismo urbano em um contexto de capitalismo periférico e suas tecnologias para administrar conflitos e desejos sociais. A pira do Maracanã, em ambiente fechado e pouco visualizado pela subutilização do equipamento, pode nos indicar a ideia de distanciamento das Olimpíadas em relação à maior parte da população carioca, ou mesmo aos visitantes de baixa

<sup>177</sup> Fonte: Autoridade Pública Olímpica (APO). Verbetes: *Zona – Maracanã*. Disponível em: <http://www.apo.gov.br/index.php/home/transparencia/instalacoes/zona-maracana/>. Acesso em 05/04/2018.

<sup>178</sup> A adoção da pira olímpica como símbolo do início dos Jogos Olímpicos da era moderna se deu a partir dos Jogos Olímpicos de 1928, sediados em Amsterdã (Holanda).

renda que viajaram para a cidade para viver o clima do megaevento. Dessa forma, a pira olímpica localizada no *Boulevard Olímpico*, acessível a todo e qualquer indivíduo que estivesse na cidade, teria o potencial de transportar simbolicamente as pessoas para dentro das Olimpíadas pela visualização do objeto. Essa popularização da pira olímpica funcionou como forma de pertencimento e de unidade urbanas, de não conflitualidade e de suspensão de diferenças e distinções de ordem racial, de gênero, de classe, religiosa, entre outras.

A hipótese de unidade e suspensão de conflitos pela popularização da pira olímpica pode ser verificada na escolha dos indivíduos que acenderam o objeto localizado em espaço público. A pira olímpica do Maracanã foi acesa pelo maratonista Wanderley Cordeiro de Lima, atleta medalhista de bronze na edição de Atenas 2004 da competição após ser retirado da pista por invasor quando liderava a prova, apontando para o simbolismo de persistência e disciplina do esporte frente às diversidades, podendo ser conectada ao conceito de meritocracia. A pira do *Boulevard Olímpico* foi acesa por Jorge Alberto de Oliveira Gomes, de 14 anos, negro e praticante de atletismo, criado no complexo de favelas da Mangueira e, naquele momento, morador de Bento Ribeiro, bairro periférico localizado na zona norte da capital fluminense (figura 41), teve conotações simbólicas para preencher de sentidos o nome pelo qual o objeto foi denominado: Pira do Povo.



Figura 41 - Foto: REUTERS/ Marcos Brindicci<sup>179</sup>

A construção narrativa sobre a simbologia da Pira do Povo foi ressaltada pelos veículos da grande mídia. A contraposição com cerimônia de abertura no estádio do Maracanã

---

<sup>179</sup> Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/08/voa-moleque-jorge-gomes-da-mangueira-acende-pira-do-povo.html>. Acesso em 10/04/2018.

foi feita a partir do perfil dos presentes em cada ocasião. Enquanto que no estádio foi verificada a presença de autoridades políticas<sup>180</sup>, celebridades, dirigentes entre outras figuras públicas presentes, no *Boulevard Olímpico* o perfil popular e plural dos espectadores que estavam no local ressaltava o caráter neutro e de unidade dos jogos olímpicos na interação social entre desconhecidos e anônimos como forma de construção de um espaço sem conflitos e contradições contida na ideia de *povo*, caracterizada pela simplicidade da qual o jovem Jorge seria o representante, como mostra o trecho da matéria jornalística:

A simplicidade de Jorge também deu o tom da torcida. Brasileiros, naturalmente, eram maioria. Entretanto, em clima amistoso, eles dividiam espaço com argentinos, uruguaios, ingleses, americanos, dinamarqueses, peruanos, chilenos, dentre outros estrangeiros. As delegações surgiam nos telões montados no espaço, e o público reagia - cada um à sua maneira. Teve quem aplaudisse e quem gritasse. E teve quem fez os dois tamanha a euforia (...) Sem celebridades, políticos, dirigentes e quaisquer outras figuras que costumam pegar carona em eventos esportivos, o Boulevard Olímpico foi tomado pelo povo - o mesmo que irá tirar fotos diante da pira no horário de almoço do expediente no Centro da cidade, a poucos metros do local.<sup>181</sup>

A narrativa de unidade e neutralidade proporcionada pelo esporte aponta para as ambiguidades que os megaeventos podem evidenciar no processo de empreendedorismo urbano. A ideia de suspender os conflitos e as contradições sociais já é um indicativo categórico de sua existência. A escolha de um jovem negro e periférico, perfil idealizado de suspeitos de crimes e sujeito histórico de marginalidade, foi uma das ambiguidades identificadas passíveis de problematização sociológica no que tange o direito à cidade e o conceito polissêmico de segurança. Se a cidade olímpica está inserida em um urbanismo efêmero, o protagonismo de sujeitos históricos da marginalização nesse contexto seria temporário ou uma via de emancipação por meio de uma nova proposta de cidade? E qual seria esse projeto urbano?

O que podemos oferecer por ora neste texto são duas interpretações. A primeira, de viés mais economicista, seria a capacidade de autorrevolução do capitalismo que se mostrou mais veloz na sua fase de financeirização, sendo eficaz em transformar suas contradições em mercadorias consumíveis. A outra seria a busca para construir um consenso para uma convivência minimamente harmônica em um contexto historicamente dividido e violento no Rio de Janeiro, agravado pela desigualdade e pela inclusão precária das populações de baixa renda em territórios marginalizados da cidade, ou seja, o reconhecimento dos direitos de cidadania. Porém, é inegável a verificação da agência desses sujeitos em um contexto que, de

<sup>180</sup> Essa exposição pode ser exemplificada na atitude do prefeito Eduardo Paes de carregar a tocha olímpica, algo fora do protocolo do COI.

<sup>181</sup> Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/08/voa-moleque-jorge-gomes-da-mangueira-acende-pira-do-povo.html>. Acesso em 10/04/2018.

uma forma ou de outra, reivindicam espaços dentro da ideologia urbana como atores sociais. Esse ponto será aprofundado mais adiante nesse capítulo.

A tentativa de popularização dos Jogos Olímpicos não se restringiu à zona central do Rio de Janeiro. A zona do Maracanã foi a mais descentralizada nesse sentido. O estádio do *Engenhão* foi palco de partidas preliminares dos torneios de futebol olímpicos já citados<sup>182</sup>. Porém, o equipamento sediou as competições de Atletismo, modalidade mais nobre das Olimpíadas, consolidando o sentido de seu nome: estádio olímpico Nilton Santos<sup>183</sup>. As provas de atletismo causaram emoções nos espectadores e telespectadores pela quebra de recordes e pela competitividade dos atletas.

O *Engenhão* foi palco de um episódio controverso que expôs as diferentes interpretações culturais que o esporte pode ter. A medalha de ouro conquistada pelo brasileiro Thiago Braz na final do salto com vara foi marcada pelas vaias do público presente contra o seu adversário, o francês Renaud Lavillenie. O francês criticou o comportamento dos espectadores brasileiros, afirmando que as vaias o desconcentraram no momento da execução do seu salto e comparando o comportamento da torcida ao de “nazistas”, ao ser vaiado mais uma vez na hora de receber a medalha de prata, causando-lhe um sentimento de humilhação<sup>184</sup>, segundo o próprio atleta.

O COI e a organização dos Jogos Rio 2016 reprovaram a atitude dos espectadores, defendendo a “*canalização positiva de paixões*”. Nesse sentido, podemos identificar uma etiqueta universalizada e esperada nos megaeventos, apontando uma espécie de déficit civilizacional dos brasileiros na arena esportiva, no entender dos organizadores da competição. O comportamento poderia remeter a atos de animosidade e estranhamento entre as pessoas, contrários ao chamado “espírito olímpico” de unidade e harmonia. Contudo, a cultura esportiva construída no Brasil refere aos esportes coletivos que buscam o estímulo e o apoio dos seus torcedores. Portanto, há uma pluralidade de manifestações coletivas no esporte em nível global, que pode ser recorte de identidades locais e de reproduções de preconceitos, simultaneamente, que se estenderiam ao exercício e a tipologia de *urbanidades*.

---

<sup>182</sup> O torneio olímpico de futebol, tanto feminino como masculino, foi disputado em outras cinco cidades brasileiras: Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Manaus, Salvador. Fonte: Governo Federal – Brasil. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/olimpiadas/instalacoes/outrascidades>. Acesso em 11/04/2018.

<sup>183</sup> O nome é uma homenagem ao falecido lateral da seleção brasileira de futebol e do Botafogo, clube que arrendou o estádio, a partir de 2015, após autorização da prefeitura municipal, proprietária do equipamento.

<sup>184</sup> Fonte: G1. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/atletismo/noticia/2016/08/apos-vaias-no-podio-renaud-lavillenie-lamenta-sentimento-de-humilhacao.html>. Acesso em 11/04/2018.



Os megaeventos esportivos tiveram impacto significativo na região do Engenho de Dentro nas dimensões econômicas, sociais e materiais. A requalificação relacional do território por meio do valor de troca do solo foi a via de construção de equipamentos e espaços públicos de lazer. O terreno no qual Engenhão foi construído era conhecido como “cemitério de trens” por ter vagões sucateados em galpões de oficinas ferroviárias semiabandonadas, situação agravada após a privatização da linha ferroviária federal pela Supervia. O local era considerado perigoso pela população da região pela circulação de “estranhos” que entravam nas oficinas pelos buracos encontrados nos muros do terreno. Com a construção do estádio, as reformas no entorno foram sendo concluídas e retirando o incômodo estético e risco social do “cemitério de trens” do bairro.



Figura 42 - Cemitério de Trens do Engenho de Dentro (Foto: Carlos Latuff – 2002)

O legado permanente das Olimpíadas reconfigurou o espaço urbano do Engenho de Dentro. A área do antigo cemitério foi transformada na Praça do Trem, além da construção do Engenhão. A praça serve de espaço público para o lazer e cultura, requalificando a área como ponto de encontro e de sociabilidade entre os frequentadores do bairro. As estruturas da antiga oficina foram reaproveitadas no local para a construção do Museu Cidade Olímpica e Paralímpica e também contou com a reforma do Museu do Trem, que funcionava em estado precário nas oficinas. Dessa forma, a construção de um espaço de memória referente à linha férrea foi sendo desenhado como identificação e vocação de Engenho de Dentro.

Essa vocação pode ser interpretada pela reforma da estação de trem do bairro, que teve o termo “*olímpica*” acrescentado ao seu nome. A pintura da passarela de subida e descida da estação em formas de raias de atletismo e o aumento no número de acessos a ela possuem caráter simbólico e funcional. Ao passo que o signo marcante do bairro é o trem, a inscrição do megaevento esportivo que o visualizaria mundialmente é simbólica na nossa análise.

dimensão funcional se dá não só pelo fluxo de frequentadores do estádio, mas pelo fato da estação Olímpica do Engenho de Dentro ser uma das estações possíveis para a baldeação de trocas de ramais, como a estação de Deodoro. A ressignificação do bairro foi compartilhada entre os moradores como forma de identidade territorial de um espaço degradado e abandonado pelo urbanismo, indicando a ambivalência deste conceito como ideologia.

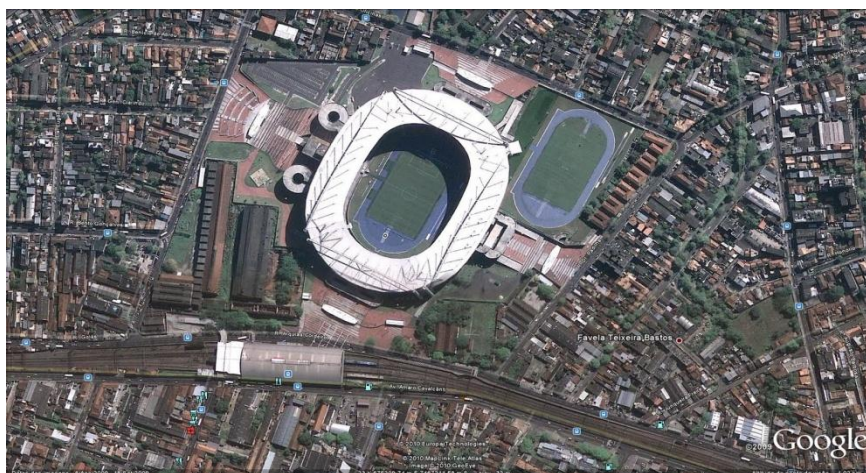


Figura 43



Figura 44

Acima: Fotos comparativas do entorno do Engenho antes e depois da construção da Praça do Trem (Fotos: Google Maps). Verificamos a progressiva diminuição de áreas verdes nas imagens, que podem indicar a ocupação de terrenos por construções. Além disso, são visíveis as alterações nos acessos da estação de trem.





Figura 45 - Um dos novos acessos da estação Olímpica de Engenho de Dentro (Foto: LMartins fotografia)



Figura 46 - Praça do Trem, o Museu da Cidade Olímpica e Paralímpica e o Engenho<sup>185</sup>.



Figura 47 - Pista estilizada na estação Olímpica de Engenho de Dentro<sup>186</sup>

<sup>185</sup> Fonte: *Jornal O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/praca-do-trem-no-engenho-de-dentro-sera-entregue-ainda-este-ano-18184460>. Acesso em 14/04/2018.



A expectativa de valorização do solo com a qualificação territorial tornou a região do bairro de Engenho de Dentro alvo da especulação imobiliária. Dos bairros da região do grande Méier, aqueles que estavam no perímetro urbano entre o centro do Méier, o Norte Shopping e a área do Engenhão tiveram algum tipo empreendimento imobiliário. O primeiro deles foi o condomínio Arena Park, localizado no bairro de Pilares, que remontou aos moldes de espaços residenciais fechados semelhantes ao verificados na Barra da Tijuca. Outros modelos deste tipo foram sendo erguidos nas proximidades do shopping e ocupados por profissionais que se encaixam no perfil de nova classe trabalhadora das cidades globais (SASSEN, 2010). Porém, esses empreendimentos não se tornaram marca do lugar, sendo verificada a permanência de casas de quintal e alguns prédios de planta baixa, tipos de moradias mais identificados com uma classe trabalhadora suburbana mais tradicional. Essa distinção habitacional aponta para uma cultura de uso do solo diferenciada por meio de estilos de vida que caracterizam os seus moradores e os territórios em que vivem. Todavia, a chegada das Olimpíadas causou expectativas financeiras, afetivas, sociais e culturais no sentido de dividendos para a população dessa região.

#### *8.1.5. Descrição do campo*

Para a realização do campo no Rio de Janeiro, o bairro de Pilares foi escolhido como base. A localidade fica a cerca de 1 km de distância do complexo do Engenho de Dentro, facilitando a logística para analisar os efeitos da cidade efêmera no contexto olímpico. Já no início dos jogos olímpicos, esses efeitos puderam ser percebidos, sentidos e vividos. A principal via interna de Pilares, a Avenida João Ribeiro, não teve a sua rotina alterada pela chegada do megaevento no bairro vizinho, seguindo seu cotidiano econômico de baixo custo, caracterizado pelo comércio ambulante, em barracas de armação de ferro em encaixe ou de madeira de trabalhadores informais, pelo comércio formal de lojas, bancos e supermercados, aparentando uma desordem urbana ao transitar pelas calçadas da via, na primeira metade da mesma. Após alguns metros da via em direção ao bairro de Tomás Coelho, Pilares vai demonstrando uma característica residencial e bairro de passagem, com algumas imóveis comerciais abandonados.

O planejamento urbano referente às Olimpíadas teve pouco efeito prático na região. O viaduto construído na Avenida João Ribeiro sobre a linha férrea foi a única obra remetida ao

---

<sup>186</sup> Fonte: Blog o Bloquinho. Disponível em:  
[http://jblogbloquinhovirtual.blogspot.com.br/2016/09/lancadas\\_12.html](http://jblogbloquinhovirtual.blogspot.com.br/2016/09/lancadas_12.html)

legado olímpico em Pilares, que tem paralelo com a construção do viaduto que liga a Rua das Oficinas à Rua da Abolição, no bairro homônimo, sobre a Linha Amarela. Efetivamente, esses supostos legados privilegiaram a indústria automotiva de carros, uma vez que não passam transportes coletivos regulares por essas construções. A diferença entre ambos os bairros é mais perceptível ao compararmos as estruturas físicas de suas estações de trem. A tão esperada hipervalorização do solo pelos moradores de Pilares não se converteu em efeitos práticos, apenas a chegada de uma franquia de uma marca de *fast food* internacional e a construção de um prédio de escritórios se caracterizaram de alguma forma como símbolo dessa expectativa, ainda que subutilizados.

Durante a realização das Olimpíadas, o bairro parecia estar em outra temporalidade, contemplando de longe a iluminação do estádio do Engenhão. O evento só não pareceu tão distante pela chegada de alguns visitantes avulsos, como um grupo de estadunidenses a uma franquia de comida árabe tradicional do bairro. O grupo era composto por jovens que tinham acabado de sair do Engenhão e buscavam comida barata, denotando a tipologia heterogênea de turistas que visitaram o Rio de Janeiro nesse período. As reações foram diversas, algumas pessoas tentaram interagir, outras ficaram curiosas, olhando a distância. Essas quebras de cotidiano foram raras no bairro, mas simbólicas no sentido de segmentação territorial da cidade e sua inclusão precária.

A estada em Pilares também foi estratégica para experienciar o trânsito entre as fronteiras simbólicas da reconfiguração do espaço urbano no contexto olímpico no Rio de Janeiro. O deslocamento de um bairro periférico para as regiões mais centrais e para zona sul da cidade fez com houvesse a identificação dos signos de segurança, pertencimento, estrutura de transporte e interação/integração entre a população local e os visitantes nos diferentes espaços. As atividades mais cotidianas foram analisadas e os conflitos sociais identificados por meio das alterações legais para a realização das Olimpíadas. Nesse sentido, as zonas do Engenhão e do *Boulevard Olímpico* foram privilegiadas como campo de pesquisa. Destarte, a inserção nessa fase de estudos foi menos mediada que as idas às áreas de UPP, que por si só já é um dado relevante para a tese.

Portanto, ficar baseado em Pilares apontou para a inclusão precária de populações periféricas como as Olimpíadas na dimensão territorial. A cidade planejada e efêmera das Olimpíadas invisibilizou conflitos sociais e contradições urbanas cotidianas em territórios que não estavam direta ou indiretamente conectados ao evento Olimpíadas. Porém, o objeto de nossa análise é como os Jogos Olímpicos se tornaram, ao mesmo tempo, fuga e refúgio de

populações marginalizadas, ainda que sejam considerados vetores sociais de simulacros. O poder de atração das Olimpíadas, que ativam dimensões morais, emotivas e racionais de ação, pode constituir a ambiguidade da afirmação de Lefebvre sobre o urbanismo como ilusão de classe, mas reafirma o seu caráter ideológico no empreendedorismo urbano para compreendermos como são desenvolvidos e significados os conceitos de direito à cidade e Sociedade Urbana no contexto periférico.

## **8.2. Mudanças na segurança pública do Rio de Janeiro: visibilidade de crises e contradições da violência urbana e seus territórios.**

O projeto de transformar o Rio de Janeiro em cidade global pela adaptação do modelo Barcelona de urbanismo começou a dar sinais de esgotamento antes mesmo do início dos Jogos Olímpicos. A área da segurança pública foi o maior indicador dessa deterioração, uma vez que as UPP, que consolidavam a relação intrínseca do conceito de *cidade segura* à noção de cidade global, não demonstrava a mesma eficácia em prevenir conflitos armados na capital fluminense em territórios nos quais as unidades foram consideradas bem-sucedidas na sua implementação. Em outros territórios em que a implementação das UPP não havia sido consolidada, as tensões e os conflitos sociais entre população local e policiais eram cada vez mais evidentes, apontando para o desgaste dessa política. Com efeito, as UPP não seriam a única estratégia prevista para o período olímpico, mas as unidades tiveram papel central na reconfiguração do espaço urbano carioca por meio do urbanismo voltado para a competição global entre as cidades, tendo os Jogos Olímpicos como principal portfólio. A figura 48<sup>187</sup> indica visualmente as zonas de instalação olímpicas e a distribuição das UPP pelo município.

---

<sup>187</sup> Fonte: Sítio Band Rio TV. Disponível em: <http://multi.band.uol.com.br/rio-2016/>. Acesso em 16/04/2018.



Figura 48 – comparação territorial UPP e Olimpíadas

A relação das UPP com os corredores olímpicos são verificadas na imagem sobreposta. A concentração das unidades nas zonas do Maracanã e de Copacabana reforçam a nossa hipótese das unidades possuírem funções para além da segurança pública no contexto de empreendedorismo urbano, sendo o vetor de reconfiguração do espaço urbano e de desenvolvimento das “vocações” de territórios a partir de categorizações qualificadoras ou requalificadoras. Nesse sentido, a falta das UPP em Deodoro, área militar do Rio de Janeiro, e da Barra da Tijuca, bairro planejado por meio do fechamento condominial, aponta para a consolidação de territórios seguros dentro de uma metrópole marcada pela violência e indica as possibilidades de projetos urbanísticos para a cidade ideal por parte dos gestores urbanos.

A crise financeira no estado do Rio de Janeiro atingiu todas as áreas administrativas e prestação de serviços do executivo fluminense, incluindo a segurança pública. Além das UPP terem perdido o seu maior mecenas privado, Eike Baptista, o modelo entrou no contexto geral de “estado de calamidade pública”, declarado pelo governador em exercício Francisco Dornelles<sup>188</sup>, em junho de 2016. As Polícias, civil e militar, e o Corpo de Bombeiros do estado do Rio de Janeiro tiveram atrasos ou ficaram sem receber salários, enquanto os registros de atos delitivos aumentavam na cidade, inclusive os que empregavam violência de forma direta. Ademais, o número de policiais mortos no estado também era um fator de insatisfação da classe<sup>189</sup>. Nesse contexto, os policiais fluminenses ameaçaram fazer uma paralisação, o que colocaria em risco a realização dos jogos por falta de segurança.

<sup>188</sup> O Governador Pezão estava licenciado para tratamento médico em decorrência de um câncer.

<sup>189</sup> No ano de 2016, 147 policiais foram assassinados no estado do Rio de Janeiro, sendo 40 mortos em serviço. Fonte: ISP-RJ. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=372>. Acesso em 16/04/2018.



Figura 49 - Policiais no saguão do Aeroporto Internacional Tom Jobim - RJ (Foto: AFP).

Os atos dos policiais do Rio de Janeiro foram criticados por setores empresariais e midiáticos. As mensagens contidas de estado de insegurança urbana nos protestos dos agentes, como a faixa em inglês *welcome to hell* (bem-vindos ao inferno), teria impacto extremamente negativo para a imagem da cidade por ser a primeira impressão de turistas, atletas e profissionais envolvidos com as Olimpíadas, ou não, ao desembarcarem, segundo representantes desses setores. A abertura de espaço na grande mídia para setores empresariais cariocas, principalmente o ramo do turismo, foi verificada, seguindo a linha que esses agentes não estariam interessados no “bem comum” da cidade por estarem agindo por interesses privados e aproveitando a visibilidade dos jogos.

O argumento mobilizado pelos empresários contra os policiais apresenta a mesma lógica estrutural e de objetivos dispensados aos moradores que resistiram às remoções dos chamados legados olímpicos. De maneira paradoxal, os policiais que reivindicavam os seus salários foram equiparados às populações marginalizadas, que historicamente possuem uma relação dialética e ambígua com a corporação. O empreendedorismo urbano no contexto olímpico evidenciou a fragilidade dos direitos de cidadania, na intersecção entre o *direito à cidade* e o direito à segurança. A estratégia argumentativa de classes econômicas dominantes também aponta para o poder da ideologia neoliberal no urbanismo, universalizando os seus interesses privados como “bem comum” pela ideia de “civismo urbano”, construído pela suposta neutralidade e unidade do esporte, e delineando uma narrativa na qual os direitos fundamentais podem ser interpretados como “vetores de distúrbios e desagregações sociais”.

O Governo Federal interveio no Rio de Janeiro no sentido material e financeiro para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Além do repasse de verba para o pagamento dos

agentes de segurança pública do estado, foi montada uma força tarefa compostas pela Força Nacional de Segurança e pelas três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica/ Força Aérea), articulada entre os Ministérios da Justiça e o da Defesa com o objetivo de garantir a segurança da capital fluminense nos períodos de preparação e realização das Olimpíadas, integradas com as forças de segurança do estado do Rio de Janeiro por meio de atividades de inteligência, investigação, patrulhamento da capital fluminense:

Apenas na cidade do Rio de Janeiro, aproximadamente 48 mil militares das três Forças e dos órgãos de segurança pública farão a proteção e defesa dos Jogos, atuando nas instalações olímpicas, segurança de mandatários e atletas, no entorno do aeroporto do Galeão, ao longo das principais vias de acesso e na orla marítima.<sup>190</sup>

O contingente das Forças Armadas no Rio de Janeiro foi de aproximadamente 21 mil militares, segundo o Ministério da Defesa. Alguns militares foram mobilizados de outras regiões do país para compor a força de segurança da capital fluminense no período olímpico. As forças armadas brasileiras tinham sido acionadas para megaeventos esportivos pelo dispositivo conhecido por Garantia da Lei e da Ordem (GLO)<sup>191</sup>, como no caso da Copa do Mundo de 2014. A presença dos militares nas ruas do Rio de Janeiro reforçou a percepção do sentimento de prestígio das instituições militares junto à população carioca como promotora de segurança pública, traduzida em reações públicas e/ou publicadas e propagadas de apoio, principalmente pelos grandes veículos de mídia. Esse sentimento foi fortalecido pela possibilidade de ataques terroristas durante os jogos olímpicos devido à exposição que a cidade ganhou globalmente.

A presença ostensiva de militares armados nas ruas do Rio de Janeiro aponta para a polissemia do conceito sociológico em uma cidade postulante ao título de global. Se por um lado a população local que se percebe e se sente vivendo em um território de guerra pela violência urbana celebra a presença das forças armadas como forma de enfrentamento ao crime, com o reforço de uma ameaça terrorista, os *novos usuários* da cidade, em especial os europeus, não interpretavam os militares como signos de segurança.

As vivências e memórias diferenciadas sobre a ideia de segurança são relacionais social e culturalmente. Isso pôde ser verificado nos megaeventos sediados no Brasil pela reação dos visitantes que vieram ao país. A presença de militares remeteu a alguns turistas os estados de emergência posteriores a ataques terroristas em seus países de origem e instauração

---

<sup>190</sup> Fonte: Sítio Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/22718-rio-2016-ministro-jungmann-acompanha-o-deslocamento-de-militares-da-fab-e-da-marinha>. Acesso em 18/04/2018.

<sup>191</sup> Fonte: Ministério da Defesa. Verbetes: *Garantia da Lei e da Ordem*. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em 18/04/2018.



de lei marcial, como o caso da França, por exemplo. Em termos comparativos, volto ao exemplo da cidade de Porto Alegre a época da Copa do Mundo de 2014, na qual participamos do *Observatório da Copa*<sup>192</sup> para consolidar nosso argumento. Na pesquisa de campo realizado na capital gaúcha, que não apresentava o mesmo rótulo de violência urbana atrelado ao Rio de Janeiro, a impressão de alguns turistas holandeses era de insegurança pela presença ostensiva de policiais portando armas de grosso calibre pelas ruas. Portanto, o consenso sobre o conceito de *cidade segura* pode ser construído pelo desenvolvimento histórico, social e cultural e dentro de marcos civilizacionais compartilhados e legitimados socialmente.



Figura 50 - Fuzileiros Navais em Copacabana durante as Olimpíadas (Foto: Nicole Rosner)

---

<sup>192</sup> Projeto realizado em parceria entre o Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC – UFRGS) e o Instituto de Pesquisas da Brigada Militar (IPBM-RS).



Figura 51 - Fuzileiros Navais ao redor da Pira do Povo no *Boulevard Olímpico*<sup>193</sup>



Figura 52 - Militares do Exército na estação de metrô de São Cristóvão<sup>194</sup>

<sup>193</sup> Fonte: *Revista Época*. Disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/olimpiadas/noticia/2016/08/boulevard-e-area-mais-critica-da-seguranca-dos-jogos-rio-2016.html>. Acesso em 20/04/2018.

<sup>194</sup> Fonte: Sítio Oficial do Exército Brasileiro. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/web/resiscomsex/cml/-/asset\\_publisher/XH4IrTsY8wOS/content/comando-da-4-brigada-de-infantaria-leve-montanha-cds-maracana](http://www.eb.mil.br/web/resiscomsex/cml/-/asset_publisher/XH4IrTsY8wOS/content/comando-da-4-brigada-de-infantaria-leve-montanha-cds-maracana). Acesso em 20/04/2018.





Figura 53 - Militares do Exército patrulhando plataforma de trem<sup>195</sup>

A presença da Força Nacional de Segurança foi outro reforço do governo federal no sentido de garantir a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro. A mobilização de cerca de 6 mil agentes para o evento repetiu a estratégia traçada para a área de segurança pública dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Porém, a crise financeira do país também recaiu no pagamento das diárias dos policiais, que são oriundos de instituições de outros estados do Brasil. Nesse sentido, foram registrados atrasos e/ou falta de pagamento para membros da tropa da Força Nacional<sup>196</sup>, além da carga excessiva de trabalho pelo contingente reduzido<sup>197</sup>.

Os problemas para os policiais da Força Nacional que foram mobilizados para fazer a segurança dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro não se limitaram aos pagamentos de suas diárias. As dificuldades financeiras foram somadas às condições precárias dos alojamentos, uma vez que o condomínio Vila Carioca, destinado ao programa *Minha Casa, Minha Vida*, possuía as peças habitacionais sem mobília, serviços de internet e com acesso à água dificultado. Não obstante, o condomínio localizado na Gardênia Azul, na área de Jacarepaguá, foi construído em um território de atuação das milícias, grupo criminoso paramilitar que supostamente tinha sido enfraquecido. Segundo os agentes da Força Nacional, houve instruções por parte dos milicianos sobre horários, onde e como os policiais poderiam andar armados e que não andassem com as identidades funcionais, apesar de eles estarem em uma

<sup>195</sup> Fonte: Revista *Calameo* – Verde Oliva. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00123820665efb7b8121c>. Acesso em 20/04/2018.

<sup>196</sup> Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/grupo-de-militares-da-forca-nacional-da-rio-2016-ainda-esta-sem-receber.html>. Acesso em 21/04/2018.

<sup>197</sup> Em reportagem ao sítio BBC Brasil, Elisandro Lotin, presidente da Associação Nacional de Praças (Anaspra), que representa os policiais, fez a seguinte afirmação: "Eram 9.960 homens no planejamento inicial. Agora estamos com 3.500 e devem chegar mais 1.000. O Ministério da Justiça tem que cumprir a escala de trabalho prometida". Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36814834>. Acesso em 21/04/2018.

“área branca” e, por isso, não correrem risco porque a presença da Força Nacional estava dando lucro para o comércio local<sup>198</sup>.



Figura 54 - Agentes da Força Nacional no condomínio Vila Carioca (Foto: *Jornal Extra*).

A vulnerabilidade dos agentes da Força Nacional em relação às milícias apontou para a continuidade de problemas de violência urbana no Rio de Janeiro. Paradoxalmente, as tropas que garantiriam a realização dos Jogos Olímpicos na cidade se viram ameaçadas por atores criminais de violência urbana que os contingentes deveriam enfrentar ao se encontrarem sob suas normas territoriais. Esse não foi o único caso de vulnerabilidade por parte dos agentes que compuseram as tropas da Força Nacional nas Olimpíadas. A morte do Soldado Helio Andrade, da PM de Roraima, indicou a potencialização dos riscos cotidianos que policiais de outras unidades federativas poderiam correr pela falta de familiaridade com os territórios da cidade em comparação aos policiais “nativos”. A patrulha na qual o Soldado estava foi atacada por grupos criminosos ao entrar por engano no complexo de favelas da Maré, ocasionando a morte do militar com um tiro em sua cabeça. Com efeito, tanto o ato contra o agente como a potência por meio da ameaça coletiva da Força Nacional no Vila Carioca expuseram as fragilidades do projeto de cidade global e sua proposta de segurança.

A ideia de *cidade segura* inserida no projeto de competição urbana global para o Rio de Janeiro evidenciou a segmentação territorial no que tange à violência. Além do exemplo citado acima, ocorrido na Maré, outros tiroteios e distúrbios sociais foram registrados em lugares onde não estavam sendo sediados eventos olímpicos. A operação policial ocorrida na noite de 11/08/ 2016 na favela Bandeira 2, no bairro de Del Castilho, localizada a cerca de 4

<sup>198</sup> O comércio e até o acesso à internet seria regulado pelas milícias no local. Fonte: *Jornal Extra*. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/milicia-impoe-regras-forca-nacional-no-rio-19707975.html#ixzz4SfvN1GKw>. Acesso em 21/04/2018.

km do estádio Engenhão, acabou com a morte de três pessoas<sup>199</sup>, apontando para a continuidade de uma rotina potencial e/ou efetivamente violenta de territórios marginalizados com populações criminalizáveis. Portanto, a suspensão temporária das contradições e dos conflitos urbanos no período de realização das Olimpíadas na capital fluminense foi verificada como não universal, apesar de ter sido um evento totalizador em relação aos moradores da cidade pelas conexões endógenas da metrópole.

A segurança nas instalações dos Jogos Olímpicos foi considerada eficaz e superou expectativas dos gestores, visitantes e moradores do Rio de Janeiro. Apesar dos registros de ocorrências de violência urbana por outras áreas da cidade, os resultados no quesito segurança<sup>200</sup> e/ou criminalidade atenderam às expectativas dos organizadores. Porém, houve uma regularidade nos crimes tentados ou cometidos por atletas e/ou por membros da equipe de apoio aos jogos Olímpicos. Camareiras da Vila Olímpica denunciaram tentativas de agressões sexuais que teriam sofrido, indicando atletas como perpetradores da violência, além do caso de uma ocorrência envolvendo um segurança do evento que cometeu atos libidinosos contra uma bombeiro civil, enquanto ela dormia, somando 4 ocorrências registradas e investigadas de estupro pela polícia civil do Rio de Janeiro<sup>201</sup>.

O caso mais simbólico envolvendo a polícia e os atletas durante as Olimpíadas no Rio de Janeiro foi o do nadador estadunidense Ryan Lochte. Medalha de Ouro nas últimas quatro olimpíadas, Lochte e mais três nadadores da equipe dos EUA alegaram ter sofrido um assalto ao saírem de uma festa na zona sul da cidade. Segundo o relato, os assaltantes seriam policiais e teriam ameaçado os nadadores com armas de fogo para passarem dinheiro e pertences. Essas declarações foram dadas aos veículos de mídia do seu país natal, não havendo denúncia formal. Prontamente, o comitê Rio 2016 se solidarizou com Lochte com um pedido formal de desculpas aos atletas envolvidos no incidente. Além disso, as autoridades policiais iniciaram investigações de ofício sobre o ocorrido. Porém, as investigações concluíram que os quatro nadadores estavam mentindo sobre o caso a partir de imagens de um posto de gasolina, nas quais os atletas são vistos vandalizando o estabelecimento.

---

<sup>199</sup> Fonte: Jornal *O Dia*. Disponível em: [https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/2016-08-12/confronto-na-favela-bandeira-2-em-del-castilho-deixa-tres-mortos.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2016-08-12/confronto-na-favela-bandeira-2-em-del-castilho-deixa-tres-mortos.html). Acesso em 22/04/2018.

<sup>200</sup> O acidente no Parque Olímpico, no qual uma câmera suspensa caiu dos cabos e feriu sete pessoas, pode ser considerado um registro de falha de segurança. Fonte: Sítio ESPN. Disponível em: [http://www.espn.com.br/noticia/622962\\_apos-acidente-no-parque-olimpico-cameras-suspensas-tem-uso-interrompido](http://www.espn.com.br/noticia/622962_apos-acidente-no-parque-olimpico-cameras-suspensas-tem-uso-interrompido). Acesso em 22/04/2018.

<sup>201</sup> Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/08/atleta-de-fiji-e-suspeito-de-assedio-camareiras-da-vila-olimpica-diz-cob.html>. Acesso em 22/04/2018.

O caso de Ryan Lochte apontou para as contradições do empreendedorismo urbano articuladas com a construção de sujeitos históricos de direito. O foco com os novos e transitórios usuários da cidade global evidenciou a percepção das instituições policiais como disfuncionais e corruptas. Podemos considerar essa interpretação na medida em que o denunciante seria considerado insuspeito pela sua classe, status e sua etnia, sendo crível sua versão no contexto latino-americano. Assim, essa construção nos remete aos marcos civilizadores nos quais o cidadão idealizado de maneira positiva e universal, o estadunidense *WASP*, não sofreria das mesmas mazelas morais que os latino-americanos possuiriam. Essa hipótese é reforçada pela reação do *Comitê Rio 2016* após as investigações ao declararem que “nenhuma desculpa é necessária” por se tratarem de “garotos que erraram” e de “ótimos atletas”<sup>202</sup>. Essa afirmação nos remete aos componentes de utilidade da vida por meio da divisão social do trabalho na história e na cultura brasileiras, via de construção de sujeitos de direitos e de sujeitos de marginalidade reconhecidos e legitimados socialmente.

A polissemia do conceito sociológico de segurança pode ser trabalhada no caso Lochte. As consequências para o nadador expuseram os possíveis riscos do empreendedorismo urbano nas dimensões econômica, social e moral. Apesar da condescendência do Comitê Rio 2016, o Comitê olímpico dos EUA pediu desculpas aos brasileiros pelo incidente e pelo constrangimento causados por seus atletas e Lochte perdeu quatro patrocinadores em decorrência desse episódio. Além disso, os problemas da equipe de nadadores com a justiça brasileira, em decorrência da notícia falsa, expuseram o lado indesejado dos usuários transitórios da cidade global em relação à população local, por comportamentos que se chocam e desrespeitam os costumes e hábitos compartilhados e a ordem local (KRIPPENDORF, 2000, p. 101), considerando o civismo urbano estimulado para a realização das Olimpíadas na cidade. Portanto, a eficácia do empreendimento urbano por meio dos megaeventos depende de fatores morais, além de financeiros, compartilhados socialmente para que não haja conflitos sociais para ser vendido como produto seguro e rentável, que, contraditoriamente, podem ser engendrados pelo próprio projeto de cidade global.

---

<sup>202</sup> Mario Andrada, diretor de comunicação do comitê Rio 2016, foi o autor dessa afirmação: “‘Esses garotos vieram se divertir, competiram sob enorme pressão. Existe uma investigação. Vamos dar um tempo para esses garotos. São atletas magníficos. Lochte é um dos maiores do mundo’, disse Andrada. ‘Podem errar. Mas a vida segue. Eles fizeram um erro. Mas a vida segue’, acrescentou o dirigente.”. Fonte: Jornal *O Tempo*. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/hotsites/olimp%C3%ADadas-2016/rio-2016-chama-americanos-de-garotos-e-diz-que-cometeram-erro-1.1357641>. Acesso em 22/04/2018.

A segurança nos acessos aos equipamentos olímpicos também foram considerados satisfatórios pelos seus organizadores, indicando protocolos e procedimentos policiais específicos para o megaevento no Rio de Janeiro. A retenção de um pequeno grupo de manifestantes que protestavam contra a realização das Olimpíadas no dia da abertura oficial, nas cercanias do Maracanã, foi contornada sem maiores distúrbios. A mudança mais visível em relação à segurança cotidiana foi o esquema montado para acessar as dependências das instalações. Verificamos isso no estádio Engenhão, ao constatar que havia revista minuciosa por parte dos agentes da Força Nacional e detectores de metais, semelhantes aos encontrados nos aeroportos, para entrar nas suas dependências, o que não acontece em dias de jogos regulares. A ameaça de ataques terroristas parecia justificar as imensas filas que se formaram na entrada do estádio, junto com a euforia do público com o evento olímpico.

A ocasião da ida ao Engenhão demonstrou alguns limites para realizar o campo nesse contexto. Ao tentar tirar uma foto do equipamento do detector de metais, fui prontamente interpelado por um agente da Força Nacional. Ao tentar explicar ao policial que se tratava de uma pesquisa sociológica para uma tese de doutorado, o meu interlocutor disse que era para eu passar no detector de metais porque eu estava atrapalhando o fluxo de entrada. A partir de este episódio, outras estratégias foram empregadas para tentar registrar dados do campo, o que incluiu até o vestuário. Ademais, isso indicou o grau de vigilância que as instalações estavam submetidas e quais comportamentos poderiam ser considerados suspeitos.

A segurança dos jogos olímpicos também foi um prisma de análise para compreender a relação entre Estado e mercado no contexto de empreendedorismo urbano. A canalização de recursos públicos para garantir os investimentos privados no Rio de Janeiro foi evidenciada pela grandiosa mobilização humana e econômica de militares das Forças Armadas e da Força Nacional para a realização do megaevento, além dos policiais do estado. É válido observar que o conceito de *militarismo urbano* de Graham (2011) como forma de dirimir os conflitos sociais pode ser empregada nesse contexto, mas de maneira secundária, tendo em vista que as ideias de unidade e de neutralidade do esporte estão inseridas na noção de urbanismo como ideologia e ilusão de classe, que busca evitar os conflitos e as contradições urbanas. Nesse sentido, a presença desse contingente demonstrou a força simbólica do Estado, que foi ressignificada a partir das interações sociais entre indivíduos concretos de diferentes países, sociedades, etnias e culturas. Portanto, podemos considerar que a estrutura estatal mudou seu ordenamento e suas funções teóricas para a realização desse evento, sendo vetor da

internalização e do compartilhamento do sentimento de “bem comum” a partir da exceção olímpica.

### **8.3. Exceção cotidiana: flexibilização de direitos e disputas simbólicas na cidade olímpica**

O Rio de Janeiro teve alterações jurídicas para poder albergar as Olimpíadas de 2016. Como ocorrido na Copa do Mundo, houve uma lei específica para a realização do megaevento. Porém, a diferença em comparação ao evento mundial de futebol foi a esfera de poder que teve o protagonismo de alterar as leis. Enquanto que para Copa do Mundo foi promulgada a lei geral da Copa em nível nacional, as mudanças do período olímpico foram de responsabilidade do Executivo Municipal, dando protagonismo e visibilidade à figura política de Eduardo Paes como prefeito. Com efeito, o prefeito se define como chefe de governo local a partir dos conceitos de soberania e de governança urbana, assim “*conceptúa la acción municipal desde una visión de totalidad e incorpora la participación en su esquema de gobernabilidad. En este caso se habla más de gobierno local, con un amplio abanico de competencias*” (CARRION, 2016, p. 70); podendo alterar leis administrativas ordinárias para leis excepcionais para a realização dos Jogos Olímpicos.

A lei nº 5.924 de 13/08/2015, de autoria do Executivo Municipal, estabeleceu as regras especiais para a realização das Olimpíadas e das parolimpíadas no Rio de Janeiro. A lei de caráter ordinário, decretada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito da cidade, Eduardo Paes, previa a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO) nas instalações dos jogos e eventos patrocinados por ela e/ou pelo Comitê Rio 2016, decretar feriados em dias de competição, mudanças de trânsito e a definição de preços foi exclusiva do Comitê Rio 2016 e a divulgação de suas marcas<sup>203</sup>. O artigo 5º dessa lei interfere diretamente na mobilidade urbana e no *Direito à Cidade* da capital fluminense por dispor a possibilidade de “*medidas restritivas necessárias*” para assegurar a eficácia e a funcionalidade do esquema olímpico. Deste artigo, destacamos os seguintes incisos:

- I - estabelecer restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos e pessoas em locais e horários predeterminados;
- III - definir zonas e faixas de tráfego em condições especiais;
- VI - instituir tarifas diferenciadas para vias com cobrança de pedágio, visando a desestimular o seu uso;
- IX - estimular alterações ao horário de funcionamento de atividades econômicas e repartições públicas;

<sup>203</sup> Fonte: Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/7cb7d306c2b748cb0325796000610ad8/7444f13b837ee4a883257ea1005412c0?OpenDocument>. Acesso em 23/04/2018.



XI - instituir, por ato do Poder Executivo, áreas de circulação restrita ou exclusiva, com o fim de promover não apenas a realização dos Eventos como também o acesso aos Locais Oficiais de Competição, garantindo a segurança dos atletas, do público e o desenvolvimento operacional dos Eventos, podendo proibir ou restringir atividades e o funcionamento de estabelecimentos comerciais, a circulação de veículos motorizados e não motorizados e de pessoas, bem como a utilização de engenhos publicitários ou a veiculação de qualquer espécie de propaganda, inclusive de natureza eleitoral, nos termos do disposto no art. 243, VIII, da [Lei federal 4.737](#), de 15 de julho de 1.965 - Código Eleitoral.

As leis municipais apontaram para os limites da soberania urbana inserida em um país e sua legislação geral. Os incisos III e VI confrontaram o empreendedorismo urbano posto no Rio de Janeiro com o ordenamento jurídico constitucional por decisões anunciadas pelo então alcaide. Paes instituiu uma multa de R\$ 1. 500,00 para os motoristas que entrassem na faixa verde destinada aos veículos da “família olímpica”, promulgada pelo Decreto Municipal nº 41. 867/2016, porém, este valor ultrapassava os R\$ 85,15 de multa para essa infração, prevista no Código Nacional de trânsito. Dessa forma, houve uma disputa judicial pela ação de inconstitucionalidade da multa, uma vez que a ação extrapolava as funções do prefeito. Apesar das idas e vindas jurídicas, o valor da multa foi suspenso. Porém, a decisão de Paes denotou o protagonismo dos *novos usuários* da cidade global e do urbanismo efêmero construído para a realização das Olimpíadas.

O Decreto Municipal nº 41.940/2016 também alterou o cotidiano dos cariocas durante os jogos olímpicos de 2016. O referido decreto foi uma alteração na redação do Decreto Municipal nº 41. 867, dispondo as modificações no trânsito do Rio de Janeiro no período olímpico, que continha a redução de circulação de transportes em determinadas áreas para facilitar a mobilidade olímpica. Essa alteração atingiu quase toda a população carioca. Porém, a população da zona norte e da zona oeste da cidade sofreram impactos mais severos nas suas atividades econômicas e financeiras pela redução do horário de funcionamento/ atendimento ao público externo das agências bancárias. Por decisão da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), as agências dessas regiões funcionaram das 12h e às 16h, além de fecharem nos dias que foram decretados feriado pelo prefeito, alegando que o serviço seria mais eficaz<sup>204</sup>.

A mudança de horário de atendimento bancário foi um filtro de análise interessante para interpretar as reações da população em relação às alterações do período olímpico. Ao ver as filas enormes e a insatisfação dos correntistas nas portas dos bancos, resolvi fazer uma observação participante em uma agência na região do Engenho. A escolhida foi a agência

---

<sup>204</sup>Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-07/olimpiada-altera-funcionamento-de-bancos-no-rio>. Acesso em 23/04/2018.

Banco do Brasil do Cachambi, por estar em frente ao Norte Shopping e possuir um número maior de condomínios ao redor, em relação à agência do bairro da Abolição, que está no perímetro do equipamento olímpico, mas se caracteriza por um comércio mais local e com casas, indicando um potencial menor de demandas em relação ao Cachambi. O objetivo foi presenciar as reações da população pela mudança do seu cotidiano, forma tão direta como a econômica, em virtude das Olimpíadas.

As alterações de horário afetaram os ânimos na agência. A demora no atendimento gerencial somada ao tempo reduzido de funcionamento foi o catalisador de insatisfações que progressivamente eram verbalizadas de maneira mais amplificada por parte dos correntistas. Posteriormente, o alvo das insatisfações foram os funcionários do banco, que eram chamados de “*boa vida*”, entre outras coisas, pelo fato de serem servidores públicos. Porém, nenhum correntista verbalizou de forma categórica a relação causal entre os jogos olímpicos e a situação estressora na qual estavam inseridos, atribuindo a lentidão aos “*vícios do funcionalismo público*”, indicando, também, a ideologia neoliberal de “*Estado ineficiente*”. Ademais, a eficácia do esquema defendido pela FEBRABAN não foi verificada, uma vez que o tempo levado para o atendimento gerencial era de 3 horas, em média. Ao perguntar a uma servidora se o atendimento estava sendo assim durante todo o período olímpico, ela me respondeu: “*tu tem que tirar um dia inteiro para resolver tudo nesse período...*”.

A exceção jurídica das Olimpíadas expuseram as contradições do urbanismo como ideologia e ilusão de classes no Rio de Janeiro. As mudanças de trânsito afetaram o livre deslocamento pelas ruas das áreas nas quais foram realizadas atividades dos jogos olímpicos. No caso da área do Engenho, essas restrições afetaram o acesso às casas dos moradores da região, tendo em vista que o bairro é eminentemente residencial. Assim, os residentes da região tiveram que fazer um cadastro para acessar suas casas e trafegar com seus veículos com o selo de permissão da prefeitura no período olímpico, indicando a flexibilização de um pressuposto ideológico liberal: o direito à propriedade. Portanto, o pequeno proprietário aparece como descrito por Lefebvre (2016), como resquício feudal que simbolizaria o atraso dentro do empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a definição de *usuário* do teórico francês é ilustrativa para compreendermos a situação dos moradores do Engenho de Dentro no contexto de competição urbana global:

Tudo se passa como se os competentes, os “agentes”, as autoridades afastassem de tal modo o *uso* em proveito da *troca*, que esse uso se confundisse com *usura*. A partir daí, como o usuário é considerado? Como um personagem muito repugnante que emporcalha o que é vendido novo e fresco, que deteriora, que estraga, que felizmente realiza uma função: a de tornar inevitável a substituição da coisas, de



levar a obsolescência a contento. O que muito pouco o desculpa (LEFEBVRE, 2008, p. 169).

As exceções do período olímpico no Rio de Janeiro apontaram para outras contradições na articulação entre direito à cidade e o empreendedorismo urbano a partir da categoria *usuário*. A variação dessa categoria entre “permanentes”, “novos” e “transitórios” indicam as disputas simbólicas do projeto global para a cidade. A participação reduzida das populações nos processos decisórios para as Olimpíadas denota os interesses de classes envolvidos no projeto de realização dos megaeventos. Nesse sentido, Lefebvre formula razões teóricas da passividade, como ausência de “participação”, para a fragmentação do fenômeno urbano pela representação social e delegação política aos ditos “*especialistas e competentes*” (LEFEBVRE, 2008, p. 168), reforçando o viés ideológico do urbanismo.

Ao construirmos esse diálogo com Lefebvre, chegamos às suas premissas de relação política entre Estado e empresa contra a *sociedade urbana*. Esse ponto é interessante para problematizarmos com o contexto olímpico, uma vez que o Rio de Janeiro historicamente foi a cidade laboratório para as transformações para o Brasil. Segundo Lefebvre:

a incompatibilidade entre o estatista e o urbano é radical. O estatista só pode impedir o urbano de tomar forma. O Estado consagra-se a dominar o fenômeno urbano, não para levá-lo à sua realização, mas para fazê-lo retroceder: para as instituições que, através da troca e do mercado, estendem à sociedade inteira os tipos de organização e de gestão advindos da empresa, das instituições elaboradas durante o crescimento, com primazia dos objetivos quantitativos (quantificáveis). (LEFEBVRE, 2008, p. 161).

A afirmação de Lefebvre pode ser verificada na reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro a partir do projeto olímpico. O projeto global para a capital fluminense por meio da “*vocação territorial*” e da segurança foi sendo absorvido pela população de uma maneira geral por meio do empreendedorismo urbano como tecnologia do capitalismo de Estado e subordinação de classes. O usuário como empreendedor individual, adepto à liberdade pelo trabalho, do impossível-possível na cidade global tem o seu direito flexibilizado, ainda que esteja documentado como forma de reivindicar seus direitos (DAS & POOLE, 2008, p. 31).

A realocação de comerciantes ambulantes do *Boulevard Olímpico* foi um caso emblemático nesse sentido. Atendendo a lei para a realização das Olimpíadas, o espaço foi arrendado para as empresas patrocinadoras do evento para venderem seus produtos licenciados. Dessa forma, as barraquinhas de madeira e/ou de ferro dos ambulantes, mesmo documentadas, foram sendo substituídas por *Food Trucks*, em eventos secundários do referido local. Os *Food Trucks* emergiram como linguagem do global, moderno e requalificado em

comparação ao atraso remetido aos equipamentos dos ambulantes. O recorte étnico-racial também pode ser verificado entre os donos dos *Food Trucks* (maioria branca) e os ambulantes (maioria negra).

As exceções do período olímpico apontaram para as disputas simbólicas no Rio de Janeiro. O direcionamento de decisões do poder público em benefício de grandes corporações privadas evidenciou uma cidade atravessada por conflitos sociais e contestações, diferente da *urbes* idealizada pelo planejamento urbano. Apesar de melhorias materiais, houve frustração de expectativas de alguns sujeitos históricos de marginalidade na efetivação de seus direitos ou suspensão dos mesmos. Ainda sobre os ambulantes do centro, uma senhora que vendia comida em sua tenda acalentava a esperança de poder voltar ao *Boulevard Olímpico*, mesmo sendo realocada com sua documentação em dia, por estar perto de lá, no Largo de São Francisco da Prainha. Esse é um dos indicadores da dimensão da inclusão precária de populações marginalizadas, no qual o urbanismo efêmero pode ser transmutado em uma ideologia e ilusão de classes dominantes e dominadas a partir da festa olímpica.

#### **8.4. Festa Olímpica**

A cidade efêmera dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro teve a aura de festividade como fio-condutor de integração e unidade a partir do esporte. A ideia de multiculturalismo cênico, trabalhada por Delgado (2007) para analisar Barcelona, foi mobilizada para interpretar e compreender as ações públicas dos atores sociais no contexto olímpico. Dessa forma, as expressões culturais, artísticas e de lazer, conectadas direta ou indiretamente à programação olímpica, serão analisadas a partir das suas modalidades: festas “fechadas” ou de rua. É válido observar o número excepcional de visitantes que a cidade teve em um mês<sup>205</sup>.

As casas temáticas dos países que participaram das olimpíadas foram lugares que tiveram grande adesão do público. As casas temáticas ficaram espalhadas pelas regiões da Barra da Tijuca, centro e zona sul do Rio de Janeiro, nas quais foram realizadas festas, agendas culinárias e exposições que remeteriam à história e à cultura típica de cada país. A tabela abaixo descreve a distribuição desses equipamentos, que contaram com o apoio da APO e das representações diplomáticas de alguns países:

---

<sup>205</sup> 11.303 atletas; 25.721 jornalistas credenciados; 3 mil árbitros; 1,17 milhão de turistas. Fonte: IPEA - Nota Técnica nº 37, 2017.

**Tabela 3: casas temáticas**

Região	Países
Barra da Tijuca	República Tcheca, Eslováquia, África, Japão/Tóquio 2020.
Centro	Austrália, Brasil, Colômbia, Finlândia, México, Portugal.
Zona Sul	Alemanha, Áustria, Catar, Coreia do Sul/ Pyeongchang 2018, Dinamarca, França/ Paris 2024, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Jamaica, Suíça.

Observamos alguns detalhes preliminares sobre as casas temáticas para trabalharmos a ideia de multiculturalismo cênico no contexto olímpico do Rio de Janeiro. Destarte, verificamos a propaganda do COI sobre os próximos eventos olímpicos: Pyeongchang 2018 (olimpíada de inverno), Tóquio 2020 e Paris 2024 (edições de verão da competição). Nesse sentido, podemos considerar que essas casas temáticas em especial foram direcionadas como forma de promoção direta das referidas competições, sendo as atividades culturais e artísticas postas de maneira secundária. Outro ponto que podemos identificar foi a construção de uma casa para o continente africano, o que problematiza a questão da representatividade de uma realidade tão heterogênea, plural e complexa, como a vivida naquele continente, nas dimensões étnico-raciais, religiosas, culturais, socioeconômicas e jurídico-políticas. Apesar de o espaço concentrar o maior número de países, a casa temática aponta para a possibilidade de uma cultura manufaturada para um consumo palatável.

As áreas de concentração das casas temáticas também podem ser problematizadas. A maior parte delas ficou localizada na zona sul do Rio de Janeiro e nenhuma na zona norte da cidade, onde fica o Engenheiro, sendo um indicador da segmentação territorial histórica da capital fluminense. Ademais, a maior parte das casas temáticas da zona sul tinha que pagar para entrar nas suas dependências, enquanto às casas localizadas no centro se tinha acesso livre, na maioria delas e/ou de suas dependências. A distância e a cobrança de ingressos pagos podem levantar a hipótese de desestímulo das populações periféricas para acessar as casas temáticas olímpicas e “qualificar” o público, uma vez que atletas seriam convidados para essas festas, indicando a incompatibilidade do *Direito à Cidade* de Lefebvre com o empreendedorismo urbano aplicado pelos gestores do Rio de Janeiro para transformá-la em cidade global, pela questão da mobilidade e o valor de troca do solo.

Porém, as casas temáticas foram consideradas sucesso de público durante as Olimpíadas. As mais procuradas foram: Catar, Áustria, Suíça, Japão, Austrália, México e Colômbia<sup>206</sup>. Fomos a três casas temáticas: México, Colômbia e Suíça. A casa mexicana apresentou modalidade mista, uma parte de acesso livre e a outra de acesso pago, nos quais foram encontradas feiras de artesanatos, culinária e de turismo e exposições arqueológicas e artísticas, em especial da pintora Frida Kahlo para as crianças. As feiras ficaram nas dependências externas e as exposições ficaram nas dependências internas do Museu Histórico Nacional.

A casa colombiana ficou localizada enfrente à casa mexicana, no Centro Cultural do Ministério da Saúde<sup>207</sup>. O acesso à casa temática era gratuito e lá foram feitas degustações de café (*commodity* importante do país), apresentação de músicas, fotos e danças tradicionais da Colômbia. As filas para entrar nas dependências da casa foram verificadas, com um perfil plural e heterogêneo de turistas, desde cariocas, brasileiros e brasileiras de outras regiões do país, e de estrangeiros, de classes sociais e etnias variadas. Ademais, os atendentes da casa eram todos nativos da Colômbia.

O complexo chamado “*Baixo Suíça*” foi montado na Lagoa Rodrigo de Freitas. O “*Baixo Suíça*” foi um equipamento montado na Copa do Mundo de 2014 e repetido para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, pelo sucesso de público. No complexo foram montadas atividades lúdicas infantis, de patinação, de gastronomia típica da Suíça e área de lazer. O “*Baixo Suíça*” teve espaços internos diferentes, nos quais eram vendidos produtos licenciados do COI. Como na casa da Colômbia, as filas para entrar nessa casa temática eram grandes, repetindo também o perfil regular de visitantes e de atendentes, que na maioria eram suíços.

A partir das casas temáticas, podemos identificar pontos de interações culturais dentro da ideia de multiculturalismo cênico. O contato de sujeitos sociais que teriam dificuldades ou restrições econômicas para visitar outros países foi um indicador de participação e pertencimento na festa olímpica a partir de traços culturais transportados para esse contexto. De fato, houve um direcionamento para construir o que é “típico” de cada país, porém, mesmo essa cultura manufaturada pode ser interpretada como quebra de uma rotina cotidiana de populações marginalizadas e de uma classe trabalhadora com acesso restrito a bens

---

<sup>206</sup> Fonte: Revista *Época*. Disponível em: <https://epoca.globo.com/esporte/olimpiadas/noticia/2016/08/casas-dos-paises-atraem-multidao-durante-rio-2016.html>. Acesso em 24/04/2018.

<sup>207</sup> O Museu Histórico Nacional e o Centro Cultural do Ministério da Saúde estão localizados na Praça Marechal Âncora, na altura da Praça XV.

culturais. Essa possibilidade pode ser identificada com nitidez ao compararmos as casas colombiana e mexicana, países relacionalmente próximos ao Brasil nas dimensões histórica, social cultural e geográfica, que seriam menos conhecidos que os países do hemisfério norte, sendo seus signos civilizatórios interpretados como universais e internalizados. Portanto, o transporte simbólico para uma realidade latino-americana poderia engendrar interpretações e questionamentos sobre a participação no processo de governança urbana e o projeto de cidade global a partir do *Direito à Cidade*, ainda que em um contexto de consumo burocratizado e dirigido.

As festas de rua durante os jogos olímpicos são dados de análise para compreender a percepção, vivência e possíveis interpretações dos usuários da cidade efêmera no Rio de Janeiro. Se as casas temáticas aproximaram o carioca de traços culturais de outros países, a rua foi o espaço privilegiado de intercâmbio no sentido contrário. As manifestações artísticas e culturais pelos circuitos centrais e alternativos da cidade no período olímpico foram uma via de protagonismo de sujeitos históricos da marginalidade e de suspensão temporária de barreiras sociais e étnico-raciais. Essa dinâmica se aproxima da afirmação de Lefebvre na qual a Sociedade Urbana se apropria e modifica centralidades passadas sem destruí-las (LEFEBVRE, 2016, p. 131). O diálogo entre a teoria de Lefebvre e a realidade do espaço urbano do Rio de Janeiro no período olímpico pode ser verificado no *Boulevard Olímpico* e no *Parque Madureira* por meio de apresentações de música (*funk*, samba, pagode, entre outros ritmos) que indicaram o multiculturalismo e a pluralidade da população carioca.

As dimensões afetivas são consideradas para a análise sociológica dos participantes da cidade olímpica efêmera. Os espaços montados e construídos durante e para as Olimpíadas apontam para as interpretações possíveis dos conceitos de Lefebvre para o contexto urbano da América Latina a partir do Rio de Janeiro. A afirmação do teórico francês sobre a colonização do espaço urbano e a uniformização desse cenário por meio da permissão de eventos “populares” viabilizados por ações comerciais (LEFEBVRE, 2008, p. 29) é relacional ao considerarmos o processo histórico da interação dialética entre Estado e sociedade na capital fluminense.

O déficit democrático do Estado construído na América Latina é uma variável a ser considerada na interpretação do que pode ser entendido por liberdade urbana. A falta de espaços públicos em uma metrópole pode dar conotações positivas ao empreendedorismo urbano por ir ao encontro a demandas populares históricas, finalmente legitimadas e reconhecidas pelo poder público. Esse processo dialético tem outra variável no Rio de

Janeiro: a noção de violência urbana. Dessa forma, os sujeitos históricos de marginalidade que vivem e percebem a cidade podem ter a dimensão afetiva de estarem participando de um processo social e de construção de memória positivos, acarretando sentimentos de pertencimento e de segurança; além da experiência concreta de uma festividade global e única.

O fato de um possível encontro com desconhecidos famosos também foi um componente afetivo para construir uma memória social positiva dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Esses desconhecidos seriam os atletas de alto nível que estavam pela cidade. O mais popular entre a população foi o velocista jamaicano Usain Bolt. O atleta foi a personificação da “fábrica de sonhos” da cidade olímpica efêmera pela sua simpatia e carisma. A figura de Bolt foi emblemática no sentido emotivo pela experimentação do atleta nas festas populares, como bailes *funks*, e também na memória de uma parcela periférica da população carioca, a do Engenhão, pelo fato de o velocista ter ganho sua última medalha de ouro olímpica no estádio. Esse *próximo-distante* em relação a Bolt pode ser interpretado como forma de participação e pertencimento de fatos históricos de sujeitos marginalizados socialmente, reforçando a memória positiva das Olimpíadas.

Considerando este contexto, como é possível articular a ideia de multiculturalismo cênico no Rio de Janeiro? Destarte, entendemos que essa ideia não poder ser empregada de maneira categórica para a cidade. A performance social e pública é uma forma de interação entre os indivíduos concretos e forma de comunicação que pode produzir sentidos compartilhados. Assim, as festividades de rua da cidade olímpica efêmera também estão na intersecção da “vocação” construída da capital fluminense dentro da sua história cultural como linguagem e estratégia de convivência social legitimada e reconhecida entre os cariocas e os visitantes da cidade. O que podemos verificar foram as tecnologias ideológicas do empreendedorismo urbano para consolidar um urbanismo que seria ilusão de classes e não apenas de uma classe dominante, ou seja, o compartilhamento dessa noção das classes de menor poder aquisitivo como amostra do *possível-impossível* da cidade global como acesso universal por uma “*eficácia gerencial*”. Porém, não se pode negar a capacidade de juízo e a agência desses sujeitos ao interpretarem e problematizarem esse projeto de cidade pela ideia de multiculturalismo como forma de contestação, transversais aos fatores sociais e econômicos.

A dimensão lúdica e o conceito de segurança também foram trabalhados pelos gestores do empreendedorismo urbano para construir o urbanismo como ideologia e ilusão de

classes dominantes e dominadas. A interação pública com pessoas de outros países reforçou a ideia de ocupação das ruas como forma de segurança dos cidadãos e cidadãs, como defendido por Lefebvre e Jacobs. Contudo, tomamos em conta o forte aparato estatal para assegurar a realização dos Jogos Olímpicos em um cenário urbano considerado violento. O trânsito de populações periféricas para os territórios efêmeros indicam também o desejo de viver em uma cidade sem conflitos, uma vez que esse termo vem acompanhado de “armados”, geralmente, dando conotação negativa para o mesmo. Essa unidade manufaturada e temporária é uma das dimensões da administração de desejos das populações, representada por mensagens como *#SomosTodosOlímpicos* e *#CidadeOlímpica*. A troca e a coleção de copos oficiais e de moedas das olimpíadas como *souvenir* e a venda de produtos não autorizados pelo COI ou pela APO são signos da tentativa de participação da cidade efêmera como fábrica de simulacros por meio do planejamento urbano. Portanto, podemos afirmar que a administração de desejos não é uma criação de necessidades materiais pura e simplesmente, mas uma forma de buscar legitimidade e reconhecimento como sujeito de direitos dentro do empreendedorismo urbano e expressar o lado positivo de viver e perceber o Rio de Janeiro, ainda que seja pelo direcionamento burocrático do consumo.

As Olimpíadas de 2016 foram encerradas em 21/08/2016. O então prefeito Eduardo Paes foi vaiado na cerimônia de encerramento, assim como o presidente interino na cerimônia de abertura. O então presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, foi aplaudido e fez um discurso emocionado de agradecimento ao público presente. Essas contradições do encerramento no estádio do Maracanã foram a síntese das Olimpíadas e o seu legado. Se por um lado, a experiência de viver e estar em um megaevento mundial proporcionou à população carioca um intercâmbio cultural intenso e temporário, o que teve impactos econômicos; por outro, o legado olímpico apresentou ambiguidades sobre o que é e para quem é o projeto de cidade global para o Rio de Janeiro. As remoções, o processo de encarecimento do solo, e ressignificação territorial do Rio de Janeiro que atingiram populações marginalizadas e periféricas, denotam a continuidade da inclusão precária dessas populações no projeto de sociedade: cidadania do consumo estimulada, cidadania sociopolítica direcionada e cidadania jurídica suprimida de forma seletiva.

Por fim, as fotos de moradores negros da Mangueira, ao assistirem a festa de abertura e a cerimônia de encerramento das Olimpíadas, são emblemáticas para interpretar os significados e os sentidos para a construção de uma memória coletiva sobre o megaevento que estão em disputa. O fetichismo da mercadoria e da imagem, na dimensão do “feitiço”, pode

ser aplicado nas contradições sociais evidenciadas pela invisibilidade de conflitos urbanos no período olímpico, já que as próprias UPP não foram noticiadas neste íterim. Portanto o *direito à cidade* e o direito à segurança se encontraram em uma encruzilhada com o fim da cidade efêmera, festiva e harmoniosa, e a volta da cidade real e segmentada territorialmente como materialização da desigualdade social.



Figura 55 - Festa de abertura (Foto: Tércio Teixeira)



Figura 56 - Cerimônia de encerramento (Foto: Carl de Souza/ AFP).



### 8.5. Ressaca social: crise na segurança pública e falência do Estado do Rio de Janeiro

Com o término das Olimpíadas, a atmosfera positiva construída no Rio de Janeiro deu lugar à realidade de crise social e econômica. As perdas da indústria petrolífera e os anos de isenções fiscais aos empresários levaram o estado a não pagar salários aos servidores do executivo e fechar fundações e autarquias como forma de “sanear” as contas da administração pública. O desemprego e a falta de pagamento ao funcionalismo ocasionaram a situação hipossuficiente de grupos de trabalhadores com menor renda, acarretando endividamento e, nos casos mais graves, despejos de imóveis alugados. Diante dessa crise, emergiu o Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Estado (MUSPE), como forma de contestação organizada de classe contra a administração Pezão.

As ocupações das ruas em volta da ALERJ para contestar a votação do pacote de ajuste fiscais, proposta pelo poder executivo, foram massivas. Os servidores que protestavam contra as más condições de trabalho e o corte dos seus salários ocuparam as galerias internas da Assembleia e foram reprimidos com a presença da polícia, que também estava com os salários atrasados. Essa situação se arrastou por meses, tendo como consequência o cercamento do prédio do plenário da ALERJ, como mostra a sequência de figuras abaixo:



Figura 57 – Mobilização de servidores em frente à ALERJ (Foto: MUSPE)



Figura 58 – Batalhão de choque acionado durante o ato dos servidores em frente à ALERJ (Foto: MUSPE)

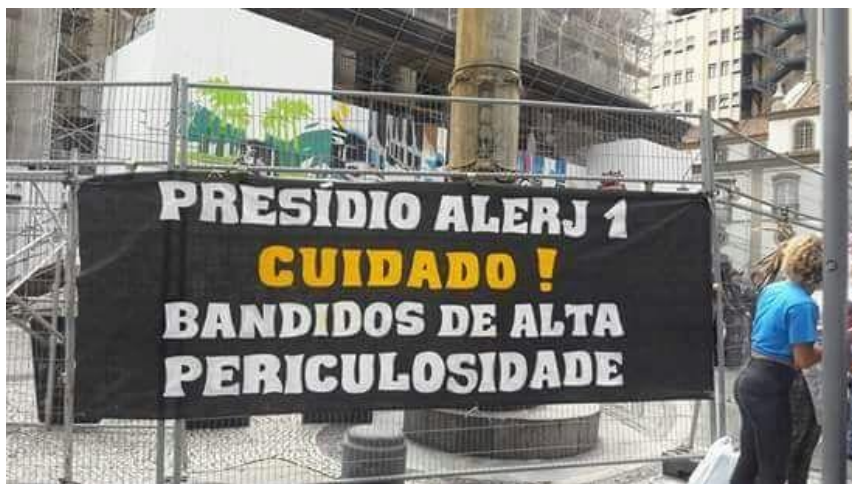


Figura 59 – Faixa ironizando o cercamento da ALERJ em decorrência dos atos dos servidores (Foto: MUSPE)

As Olimpíadas também estiveram envolta a uma rede criminoso. A prisão do ex-governador Sérgio Cabral Filho por desvio de verba pública e formação de quadrilha tiveram como objeto da ação as obras superfaturadas para realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Os empresários Fernando Cavendish e Eike Baptista também foram presos por estarem envolvidos no esquema criminoso. Além deles, o ex-presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, foi preso por suspeita de compra de votos para que o Rio de Janeiro fosse eleito cidade-sede dos jogos olímpicos de 2016. Interessante observar que esses atores políticos e sociais foram peças-chave para o empreendedorismo urbano e a implementação das UPP, o que reconfigurou as relações territoriais e a segmentação espacial da cidade através do conceito de segurança. Outro fato a ser observado é que o único que permanece na prisão é o ex-governador, sendo que os empresários respondem os respectivos processos em

liberdade, o que pode reforçar duas lógicas no senso comum: a criminalização da classe política no país como um todo e a ideia da iniciativa privada não ter os vícios do Estado, ainda que haja a relação simbiótica do público e do privado nos casos citados.

A situação da segurança pública foi se deteriorando com os seguidos confrontos armados nas favelas do Rio de Janeiro, inclusive em territórios nos quais foram implementados as UPP. Em outubro de 2016, José Mariano Beltrame deixou a titularidade da SESEG, cargo que ocupou por dez anos, em meio à crise do modelo que já vinha sendo contestado, agravada com o fim dos jogos olímpicos. Os tiroteios registrados no Pavão-Pavãozinho, com a imagem de um homem caindo da Encosta da Lagoa, e o desaparecimento de sete jovens e o posterior encontro de seus cadáveres em uma mata na Cidade de Deus, após a incursão do BOPE na comunidade em decorrência da queda de um helicóptero da PMERJ, que ocasionou a morte de quatro agentes, são exemplares para ilustrar a curva descendente do projeto de *cidade segura* para o Rio de Janeiro em um contexto de competição urbana global.

Apesar de a crise social e econômica, os Jogos Olímpicos foram considerados superavitários. A nota técnica nº 37 do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), identificou o aumento de 16,15% no rendimento médio do carioca, entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2016, véspera dos Jogos, em termos reais, e “*teve uma leve queda logo após o evento (4,35%), mantendo-se nesse patamar nos trimestres seguintes – ainda assim, 11,1% superior ao rendimento do primeiro trimestre de 2012.*” (ROCHA, 2017, p. 10). Nesse sentido, segundo o conteúdo da nota técnica, a realização dos Jogos Olímpicos retardou os efeitos da crise fiscal no Município do Rio de Janeiro:

Em resumo, as comparações de desempenho de indicadores do mercado de trabalho do Município do Rio e de outros entes, aqui apresentadas, evidenciam forte sinalização de que a preparação e realização dos Jogos Olímpicos, especialmente entre 2012-2016, favoreceram um dinamismo econômico diferenciado da Cidade no período, atenuando e retardando os efeitos da crise econômica vivida no país como um todo. Em outras palavras, as expectativas de curto prazo do empreendimento Jogos Rio 2016 se cumpriram – fortemente influenciados pelo lado da demanda: investimento na construção civil, gastos com a operação e logística dos Jogos e turismo (ROCHA, 2017, p. 13).

Porém, ao término das Olimpíadas, o mercado de trabalho formal foi sendo retraído. A crise dos servidores públicos atingiu também o setor privado pela inadimplência no comércio, motivada pela insolvência dos recursos individuais de muitos servidores. Paradoxalmente, podemos considerar a hipótese na qual os Jogos Olímpicos mantiveram o nível do emprego formal elevado, mas também foi o vetor da crise pelo fato desses megaeventos esportivos se tornarem um “*atoleiro de dívidas*” (HARVEY, 2006). Essa hipótese ganha mais força ao verificarmos as desistências de várias cidades em sediar as Olimpíadas, como a capital

italiana, Roma, cidade na qual a prefeita afirmou ser uma “irresponsabilidade” albergar a competição nos termos exigidos pelo COI, retirando a candidatura da cidade. Dessa forma, o modelo de cidade global demanda uma readequação para se apresentar como competitiva, sendo o caso do Rio de Janeiro emblemático para a América Latina no contexto de empreendedorismo urbano, principalmente pelo risco de perda de mercado consumidor interno e pela frustração afetiva que o legado negativo dos jogos podem ter.



Figura 60 - Charge da mascote das Olimpíadas Rio 2016 na fila do emprego (autor: Montanaro).

A questão do legado olímpico para o esporte brasileiro é um dos pontos a ser problematizado. Alguns equipamentos utilizados nas Olimpíadas foram sendo transformados em *elefantes brancos* pela falta de função, como o velódromo<sup>208</sup>. Outros equipamentos foram fechados para o público e seu entorno abandonado, como o *Parque de Deodoro*, e/ou foram objetos de litígios jurídicos, como o complexo esportivo do Maracanã, que chegou a ser depredado com roubos sistemáticos de sua fiação, por exemplo. Ademais, a ideia de transformar o Rio de Janeiro em centro de referência esportiva foi perdendo força pela crise socioeconômica, juntamente com outros projetos de transformar a cidade global em um polo de conhecimento e tecnologia, de informação e inovação, entre outros.

A crise visível após a realização das Olimpíadas também teve efeitos políticos. O ano de 2016 foi um ano de eleições para escolher o novo prefeito do Rio de Janeiro. O grupo de Eduardo Paes foi representado na candidatura de seu Secretário de Governo, Pedro Paulo Carvalho (PMDB-RJ). Porém, as denúncias de agressão domésticas contra o candidato foram dilapidando um possível espólio eleitoral herdado de Paes. Carvalho não chegou ao segundo turno das eleições, vencidas pelo então Senador Marcello Crivella, ao superar o Deputado

<sup>208</sup> Além da subutilização e a manutenção cara, devido aos custos com ar condicionado por conta de seu piso, o Velódromo teve um incêndio provocado pela queda de um balão em sua cobertura.

Estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ). Com isso, o ciclo municipal do grupo alinhado para o projeto de cidade global para o Rio de Janeiro, desde o segundo governo federal do Presidente Lula, chegava ao fim em meio a uma crise de ordem social, econômica e política, gerando incertezas sobre os projetos implementados nesse período.

### **8.6. Fim de um ciclo? As incógnitas sobre o projeto de cidade global e as UPP**

Com a nova administração municipal, o direcionamento do planejamento urbano do Rio de Janeiro iniciado na década de 1990 passa por incertezas sobre a sua continuidade. As eleições de 2016 foram atípicas, com a eleição para prefeitos em capitais do Brasil que reivindicavam o rótulo de “gestores” para si durante a campanha. A capital fluminense foi uma delas, sendo que o slogan de campanha de Crivella foi “*cuidar das pessoas*”. Porém, o perfil de gestor aparentemente foi uma retórica no pleito que foi marcado pela ideia de antipolítica. Essa afirmação se deve à falta de projetos concretos e objetivos da administração municipal do atual prefeito ao compararmos os mandatos de seus antecessores. Nesse sentido, independente da ideologia política e partidária, Maia e Paes representavam o empreendedorismo urbano como forma de governança, o que norteava a demanda e as disputas de projetos para a cidade, canalizando as formas de ações sociais coletivas, tanto de apoio como de oposição aos seus mandatos. Portanto, a ação e reação por demandas da atual administração são incompatíveis com a ideia de gestão por esta se caracterizar pela projeção e previsão ordenadas por meio do planejamento.

A falta de projetos bem definidos potencializam os efeitos da crise no Rio de Janeiro. O Planejamento Estratégico para a cidade pós-2016, elaborado no primeiro mandato de Eduardo Paes, partia da premissa que o legado olímpico tornaria o Rio de Janeiro mais “integrado e competitivo”, sendo pautado pelo melhoramento e manutenção por metas de dez eixos: saúde; educação; ordem pública; emprego e renda; infraestrutura urbana; meio ambiente; transportes; cultura, esporte e lazer; assistência social; e gestão e finanças. Porém, antes mesmo da realização dos Jogos Olímpicos, alguns objetivos desse planejamento não estavam sendo atingidos. Assim, com a ideia de descontinuidade de Crivella em relação ao mandato de Paes, a execução dessas propostas vai se tornando cada vez mais incertas, ou pelo abandono ou pelas possíveis novas propostas para a cidade vindas do grupo político que administra a prefeitura.

O método *regressivo-progressivo* de Lefebvre nos auxilia a analisar o urbanismo como ideologia e ilusão de classes no contexto após as Olimpíadas no Rio de Janeiro. A



noção de diferentes temporalidades no mesmo espaço urbano carioca perpassa a política pela percepção e interpretação dos atores sociais. Se Cesar Maia conseguiu colocar projetos urbanísticos para a cidade na pauta sociopolítica por meio da argumentação de modernidade, civilidade e segurança, e Eduardo Paes foi eficaz na realização de megaeventos e qualificação do Rio de Janeiro para competição urbano, um dando início e o outro cristalizando o empreendedorismo urbano, Crivella representa a volta das velhas práticas de compadrio político de maneira mais explícita<sup>209</sup>. O perfil de gestor tecnocrata para o empreendedorismo urbano não pode ser aplicado ao novo prefeito, pelo fato que o alcaide reproduz práticas patrimonialistas e pessoalizadas de governar, que não condizem com o Estado democrático de Direito, mas que é um traço histórico da cultura política no Brasil.

Ainda que práticas de loteamento de cargos seja a regra, o caso de Crivella é emblemático para compreendermos o retrocesso social que o país enfrenta e quais suas possíveis consequências para o *direito à cidade*. O perfil político conservador e econômico liberal do novo prefeito é potencializado pelo viés religioso. Crivella é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), de orientação neopentecostal. Esses papéis parecem se confundir na sua administração, em especial com as manifestações culturais tradicionais do Rio de Janeiro, como o carnaval<sup>210</sup>. Nesse sentido, a administração de desejos e as liberdades urbanas no Rio de Janeiro parecem entrar em uma zona cinzenta pelos cortes de verbas da Prefeitura para o carnaval da cidade, tanto os desfiles do Sambódromo como para os blocos de rua. Sobre os blocos, Crivella chegou a propor a construção de um *blocódromo*, na Barra da Tijuca, ideia rechaçada pela população, acarretando a desistência do projeto.

Com efeito, a restrição da utilização de espaços públicos para manifestações coletivas de natureza lúdica, cultural, social, entre outros, aponta para a tentativa de tolher a pluralidade e o multiculturalismo como marca do Rio de Janeiro. Essa pluralidade é um dos principais atrativos no projeto de cidade global, estimulando um cosmopolitismo e um civismo urbano, que ora pode ser catalisador de contestação pública ora pode ser o fio-condutor para ações de manutenção da ordem. De qualquer forma, a solidariedade de grupos depende do encontro de

---

<sup>209</sup> Marcelo Crivella chegou a nomear seu próprio filho, Marcelo Hodge Crivella, como Secretário da Casa-Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro. Fonte: Jornal *O Dia*. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/conteudo/rio-de-janeiro/2017-02-02/crivella-nomeia-seu-filho-para-assumir-secretaria-da-casa-civil.html>. Acesso em 28/04/2018.

<sup>210</sup> O prefeito não compareceu à abertura do carnaval no primeiro ano de seu mandato, no segundo ano, entregou as chaves da cidade para o Rei Momo e logo partiu em viagem para a Europa. A título de comparação a outras autoridades eletivas do Rio de Janeiro que professam a mesma fé que Crivella, o ex-governador Anthony Garotinho e as ex-governadoras Benedita da Silva e Rosinha Mateus não se recusaram a participar da festa, dentro dos termos de sua religiosidade.

conhecidos e/ou desconhecidos nas ruas para que ações coletivas ou individuais sejam praticadas, compartilhadas e/ou legitimadas socialmente.

A incerteza política pela falta de projeto de governo definidos verificada no nível municipal do Rio de Janeiro também foi identificada nas esferas federal e estadual. O governo de Michel Temer foi marcado pela impopularidade e a falta de legitimidade sociais, além de ser alvo de constantes denúncias na esfera criminal e por não apresentar uma diretriz programática formal. Ou seja, esse governo não apresentou um projeto neodesenvolvimentista e nem um projeto neoliberal, tão pouco algo híbrido entre essas duas vertentes, causando insegurança jurídica desde suas origens e incertezas sobre os projetos para o Brasil. Na esfera estadual, a base de apoio ao governador Pezão foi sendo esfacelada e perdendo força e legitimidade pela prisão de muitos parlamentares por desvio de verbas públicas. Com efeito, em ambos os governos, a ideia de “*se manter até o fim*” tem sido a tônica que norteia os mandatos, relegando a níveis secundários projetos voltados para a sociedade civil que se tornaram ações por demandas.

O contexto de incertezas políticas e programáticas atingiu o carro-chefe do projeto de cidade global para o Rio de Janeiro: a área da segurança. Os sinais de desgaste das UPP foram se tornando cada vez mais evidentes, acarretando reformulações no modelo. Em agosto de 2017, o então titular da SESEG, Roberto Sá, anunciou que as UPP seriam subordinadas aos batalhões de cada área e não mais à Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), que foi transformado em órgão subordinado ao Comando-Geral da PMERJ, perdendo autonomia dentro da pasta da segurança pública. O Batalhão de Polícia Pacificadora da Penha e do Complexo do Alemão seria o projeto-piloto dessa nova fase das UPP, segundo o então secretário: a mudança do projeto das UPP teve como argumento oficial a realocação de três mil policiais militares para o patrulhamento ostensivo na capital e na região metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar da afirmação de Roberto Sá que todas as UPPs seriam mantidas em sua essência

"Será na Penha. Uma peculiaridade, entendendo aquela região, com a dificuldade que é, nós criaremos um Batalhão de Polícia Pacificadora para atender as áreas da Penha e Alemão. Passa a ser comando de oficial superior, permanecendo cada UPP com seu comandante atual, um oficial intermediário atuando. Mas com oficiais superiores coordenando", disse Roberto Sá. Segundo Roberto Sá, todas as 38 áreas de UPP vão continuar e "sob um olhar especial". "Todo esse efetivo vai buscar cada vez mais diálogo com a população, cumprindo seu papel levando dignidade para as pessoas dessas áreas."<sup>211</sup>

---

<sup>211</sup> Fonte: Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/secretario-de-seguranca-do-rio-anuncia-mudancas-nas-upps.ghtml>. Acesso em 30/04/2018.

A mudança do projeto das UPP teve como argumento oficial a realocação de três mil policiais militares para o patrulhamento ostensivo na capital e na região metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar da afirmação de Roberto Sá que todas as UPP seriam mantidas em sua essência, essas mudanças apontaram para a descaracterização do modelo, indicando seu possível desmonte. Além dessas transformações, a mobilização de forças nacionais de segurança e de defesa em territórios que tiveram UPP implementadas foram se tornando mais frequentes ao longo do ano de 2017. O decreto que autorizava o dispositivo GLO na capital fluminense, que acionou as Forças Armadas na área de segurança pública, foi assinado pelo então presidente Michel Temer em 28/07/2017 e podia valer até o dia 31/12/2017<sup>212</sup>. Foram mobilizados cerca de 10 mil agentes das forças federais para reforçar o policiamento da cidade.

A noção de militarização e o conceito de Estado de Exceção podem ser mobilizados para analisar a violência urbana do Rio de Janeiro após as Olimpíadas. Os complexos de favelas da zona norte que tiveram a implementação de UPP foram os principais territórios de incursão de operações que envolveram forças federais. Nesse período, Os moradores dos complexos do Jacarezinho e de Manguinhos foram especialmente atingidos pelos confrontos armados entre as forças do Estado e as facções criminosas. O simbolismo militar somado ao histórico de violência e pobreza pode reforçar a “vocação” negativa desse território, consolidando e legitimando técnicas de controle social do crime por meio da supressão seletiva de sujeitos históricos de marginalidade como forma de administração populacional de determinado território. Dessa forma, a flexibilização do *direito à cidade* é verificado pelo argumento do direito à segurança, evidenciando a manutenção das clivagens sociais da capital fluminense identificadas por sua segmentação territorial.

A simbologia verificada nas incursões policiais com apoio de forças federais em territórios nos quais havia UPP implementadas foi somada às funcionalidades e materialidades do empreendedorismo urbano do projeto de cidade global para o Rio de Janeiro. A edição de 2017 do festival internacional de música Rock’ n Rio foi atravessada pela conflagração de um conflito armado entre facções criminosas por pontos de venda de drogas na Rocinha. A mobilização de tropas federais para apoiar as polícias estaduais em ações na localidade demandou um esquema paralelo para garantir o acesso do público ao evento, uma vez que a Rocinha está no meio do caminho entre a zona sul da cidade, que

---

<sup>212</sup> Fonte: Diário Oficial da União. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=28/07/2017>. Acesso em 30/04/2018.



possuí a maior parte dos empreendimentos hoteleiros, e o local de realização do Rock' n Rio. O tema da segurança reforça o argumento que a iniciativa privada deixa para o Estado as funções mais onerosas no projeto de empreendedorismo urbano (CARRION, 2016; LEFEBVRE, 2016, p. 84; SASSEN, 2010), apontando para a relação econômica entre o custo da repressão e o custo da criminalidade como questão fundamental (FOUCAULT, 2008, p. 12), o que formula a crítica sociológica ao urbanismo como ideologia e ilusão de classes e forma de administração de desejos populacionais no contexto carioca sobre o conceito de *cidade segura*.

A deterioração do modelo de segurança adotado para o Rio de Janeiro como cidade global foi agravada no início de 2018. Apesar de não apresentar resultados efetivos, a militarização do policiamento nas ruas do estado foi intensificada com a decretação da intervenção federal na área de segurança pública por meio do decreto nº 9.288 de 16/02/2018, assinado pelo então presidente do Brasil e votado pelo Congresso Nacional sob o argumento de “*pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública*”<sup>213</sup> em virtude do aumento nos índices de criminalidade entre 2016, 2017 e no início de 2018, este último pela violência percebida no carnaval por parte da população (RAMOS, 2018, p. 7). Por esse decreto, o interventor deve ser militar e fica subordinado ao presidente da República, não estando sujeito às ordens do governo estadual, ou seja, o estado do Rio de Janeiro não possui mais autoridade sobre a área de segurança pública. Porém, o interventor federal pode requisitar os recursos humanos e estruturais da administração estadual. O decreto, inédito no período democrático formal iniciado em 1988, vigorará até 31 de dezembro de 2018, apontando para o perfil histórico da capital fluminense como laboratório de políticas urbanas no país.

A intervenção militar indicou as incertezas sobre a continuidade das políticas de segurança pública e do projeto de cidade global para o Rio de Janeiro. A criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública foi um dos atos inerentes ao decreto federal, que esvaziou as funções do Ministério da Justiça, órgão com estrutura de Estado e corpo de servidores permanentes, restringindo a interpretação do paradigma de segurança como sinônimo de reação das instituições policiais, e não como uma rede integrada, excluindo também o Ministério das Cidades, por exemplo. A ocasião em que foi anunciada tanto o ministério como a intervenção, nem o ministro, Raul Jungmann e nem o interventor, General Braga Netto apresentaram um plano de ações com o protocolo e objetivos da intervenção. O

---

<sup>213</sup> Fonte: Sítio Oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9288-16-fevereiro-2018-786175-publicacaooriginal-154875-pe.html>. Acesso em 30/04/2018.

custo econômico da intervenção é algo a ser observado: R\$ 3,1 bilhões (RAMOS, 2018, p. 9). Dessa forma, podemos identificar a “*ação por demanda*” como forma de atender o anseio de uma parcela considerável da população que demonstra compreender que os militares são a solução para a violência urbana.

Porém, a intervenção militar não demonstrou resultados efetivos na diminuição da criminalidade violenta nos seus primeiros meses. Ao contrário, houve um incremento dos delitos, traduzidos nos números publicados pelo Observatório da Intervenção (CESEC-UCAM), que considera como fonte os dados do ISP. Segundo o conteúdo da publicação, foram registrados 940 homicídios, 209 pessoas mortas pela polícia e 19 policiais mortos no estado do Rio de Janeiro entre os meses de fevereiro e março de 2018, além do aumento no número de tiroteios (1.299 nos dois meses anteriores à intervenção e 1.502 após) e o registro de 12 chacinas com 52 vítimas (RAMOS, 2018, p. 5). Ademais, foram monitoradas 70 operações que mobilizaram 40 mil agentes com 25 mortes registradas, segundo a publicação (Idem, p. 5).

A suspeição de populações marginalizadas pela possibilidade de mandatos de busca coletivos foi identificada nas operações de forças federais durante a intervenção. Esse fato indica a vulnerabilidade na dimensão em relação ao direito como forma de proteção do Estado dessas populações. O registro de moradores da Vila Kennedy, na zona oeste do Rio de Janeiro, é o caso mais emblemático da supressão seletiva da cidadania em nome do direito à segurança, invertendo o preceito jurídico de presunção da inocência. Essa linguagem utilizada pode ser interpretada como forma de sujeição a um poder simbólico ou mesmo de objeto de uma relação de dominação, implicando o reconhecimento de sua cidadania e podendo legitimar atos arbitrários de violência contra os marginalizados.

A intervenção teve consequências concretas e/ou simbólicas no projeto de cidade global e o seu programa de segurança pública para o Rio de Janeiro. Efetivamente, o gabinete de intervenção, juntamente com o Ministério da Segurança Pública, iniciou o processo de extinção das UPP, afirmando que o Estado não tem mais controle sobre determinados territórios e que as unidades foram perdendo sua função pela falta de integração. O anúncio do fechamento de metade das unidades foi feito ao fim do mês de abril de 2018:

Em decisão tomada nesta quinta-feira, 26, em reunião, o Gabinete de Intervenção Federal decidiu extinguir metade das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Das 38, 12 serão fechadas nos próximos meses. Sete serão incorporadas por outras unidades.

De acordo com estudo da Polícia Militar, forças de segurança já perderam controle de determinadas áreas. Por conseguinte, as unidades não conseguem operar de

maneira satisfatória e serão fechadas. Duas das 19, segundo informações da TV Globo, já estão em processo de extinção.

As UPPs Cerro Corá e Complexo de São Carlos serão fechadas primeiro. Posteriormente, a unidade Mangueirinha, em Duque de Caxias, também seguirá o mesmo caminho. O Gabinete de Intervenção Federal anunciará quando as demais unidades fecharão nos próximos meses<sup>214</sup>.

Com efeito, o prognóstico de muitos moradores de territórios nos quais as UPP foram implementadas começa a se configurar no horizonte da segurança pública do Rio de Janeiro. Ainda que o gabinete de intervenção argumente que haverá uma readequação para que os policiais não fiquem vulneráveis aos ataques de grupos criminosos e melhore o policiamento das vias públicas, a hipótese de que as UPP seriam extintas após o ciclo de megaeventos vai sendo verificada de forma progressiva. As constantes mudanças no modelo descaracterizaram completamente o modelo inicial, o que torna a sigla UPP um conceito vazio de sentidos. Sem embargo, a disputa por um modelo de segurança pública para territórios marginalizados e criminalizáveis vai perdendo o seu parâmetro de referências, independente dos campos ideológicos que os atores sociais militam para definir os conceitos de: *direito à cidade*, *sociedade urbana* e *cidade segura*. Em síntese, a ambiguidade das UPP, que ora funcionavam como forma de garantir e regulamentar direitos patrimoniais dos moradores e notificação do Estado para ações de políticas públicas; ora como vetor de reprodução e retroalimentação de violações de direitos e conflitos sociais históricos, dá espaço à incerteza sobre o que virá em seu lugar após uma década de implementação.

Na dimensão simbólica, houve o agravamento do sentimento de insegurança e de vulnerabilidade em relação à violência urbana no Rio de Janeiro. A execução da Vereadora Marielle Franco (PSOL –RJ), um mês após o início da intervenção no estado, causou comoção nacional e internacional. A parlamentar foi assassinada na noite de 14/03/2018, junto com seu motorista, Anderson Gomes, com disparos de armas de fogo, indicando uma execução. Crítica da intervenção e militantes dos direitos humanos, Franco foi coordenadora da comissão na ALERJ que deu andamento à CPI das Milícias. A execução de Marielle Franco apontou para a possibilidade de reorganização e de fortalecimento do grupo criminoso paramilitar no estado, mesmo no contexto de GLO e de intervenção. A princípio, a preocupação das autoridades com a possível vinda de membros de facções de traficantes de drogas ilícitas de outros estados para disputar o território com as facções fluminenses. Porém,

---

<sup>214</sup>Fonte: *Jornal do Brasil*. Disponível em: <http://m.jb.com.br/rio/noticias/2018/04/26/gabinete-de-intervencao-decide-acabar-com-metade-das-upps/>. Acesso em 01/05/2018.

foi identificada pelo Ministério Público Estadual a diversificação dos negócios das milícias, inclusive no mercado de drogas ilícitas. Portanto, em termos funcionais e simbólicos, intervenção federal de viés militarizado não apresentou nenhuma eficácia concreta até o momento.

Apesar do cenário incerto, os legados olímpicos para o Rio de Janeiro podem ser verificados na dimensão material. O Parque de Deodoro foi reaberto no ano de 2017, mas não foi verificada a adesão massiva e popular que o Parque de Madureira e o *Boulevard Olímpico* apresentam. Ambos os equipamentos públicos foram sendo consolidados como pontos de encontro, cultura e lazer na cidade. Essa projeção dinamizou a ocupação social e a atividade econômica nas cercanias dessas regiões. No caso de Madureira, foi consolidada uma nova centralidade na região, amplificando e ressignificando as funcionalidades do bairro. Já para a parte central da cidade, a nova área de socialização emerge como uma espécie de refúgio e de fuga entre os prédios dessa região, ainda que seja possível interpretar a natureza como mercadoria pelo projeto urbanístico construído naquela parte. De fato, o espaço alberga as mais diversas manifestações de liberdades urbanas: culturais, sociais, religiosas, entre outras. Assim, o conflito, a contradição, a surpresa e a inovação, o encontro, todos esses elementos do urbano para Lefebvre podem ser identificados em ambos os espaços.



Figura 61 - Parque de Madureira (Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro)



Figura 62 - Festa de Iemanjá no Boulevard Olímpico (Foto: Lívio Silva de Oliveira – 2017)

A memória social das Olimpíadas foi construída de maneira mais nítida nesses espaços. A ideia de legado olímpico é trabalhada de forma positiva pelas propagandas espalhadas pelo espaço público, sendo cabível a interpretação da mensagem emitida seja de que a construção daquela área só foi possível em decorrência da realização do megaevento. Nesse sentido, a justificativa de um apelo emocional e afetivo, além de materialmente ser percebido e vivido pelos moradores e visitantes do Rio de Janeiro.



Figura 63 - Cartaz com propaganda positiva dos Jogos Olímpicos – Praça Mauá/ Centro (Foto: Lívio Silva de Oliveira -2017).

A realidade efêmera vivida, percebida e sentida pelos usuários da cidade, temporários ou permanentes, durante o período olímpico no Rio de Janeiro, apontou para os possíveis desejos sociais e quais são os possíveis modelos de cidade que as populações almejam. A

partir da dimensão afetiva, identificamos tentativas de desconstrução de estereótipos negativos construídos social e culturalmente ao longo do transcurso histórico da cidade. O ímpeto de não serem rotulados de “*o pior jogos olímpicos da história*” foi um catalisador de unidade das mais diversas classes sociais da cidade. Nesse sentido, a autoestima social e coletiva foi eficaz para defender símbolos e signos de identidades cariocas que compõem as práticas mais cotidianas, como o biscoito Globo, por exemplo, criticado por um jornalista estadunidense. Ainda que esses símbolos e signos sejam tradições construídas que podem dar origem a outros tipos de estereótipos, eles são parâmetro de coesão e de pertencimento a um grupo social, seja em nível micro e/ou macro, sendo uma possível via de reconhecimento, solidariedade e sociabilidade.

Porém, o empreendedorismo urbano desenvolvido por quase três décadas no Rio de Janeiro teve consequências sociais profundas. Uma delas foi o reforço na segmentação territorial da cidade, tornando mais aguda a inclusão precária de classes populares, ao oportunizar a criação de bolsões de autosegregação nas periferias por meio de condomínios fechados e “seguros” que simulam o *possível-impossível* de classe, ou pela intensificação de qualificar áreas mais nobres e valorizadas imobiliariamente, configurando uma nova via de desmobilização de classe trabalhadora, que foi reconfigurada no contexto de globalização pelos “*operários da tecnologia*”. Dessa forma, podemos trabalhar os três aspectos de segregação para Lefebvre, ora simultâneos, ora sucessivos: (i) espontâneo, proveniente da renda e das ideologias; (ii) voluntário, estabelecendo espaços separados; (iii) programado, sob o pretexto de arrumação e de plano. Não se pode afirmar que a segregação dos grupos seja obra de uma estratégia dos poderes constante e uniforme, nem projeção eficaz das instituições, a vontade de seus dirigentes, sendo a separação identificada a partir do indício de segregação (LEFEBVRE, 2016, p. 97 – 98).

Ao considerarmos a violência como variável, as proposições de Lefebvre são reinterpretadas pela ótica da realidade social do Rio de Janeiro. A inclusão precária de sujeitos históricos de marginalidade na sociedade do capitalismo periférico latino-americanos aponta para o déficit da democracia formal. A administração e o controle social das populações marginalizadas da cidade foram gerenciados territorialmente por atores sociais diversos. A violência como linguagem emerge pela informalidade e pela falta de proteção legal, dinamizando estratégias. No empreendedorismo urbano, essas estratégias se dissiparam pela dimensão financeira e pela flexibilização moral das classes dominantes em relação às premissas democráticas. Direitos constitucionais, como o direito à moradia, e outros



inalienáveis, como o direito à vida, foram sendo suprimidos de sujeitos históricos de marginalidade pelo discurso de segurança e de modernidade. Dessa forma, os conflitos sociais históricos do Rio de Janeiro ganharam uma nova gramática a partir da luta pelo *direito à cidade* no projeto de competição urbana global.

Ao articularmos o atual cenário urbano verificado no Rio de Janeiro com as definições de *cidade global* defendidas por Sassen, concluímos que, em certa medida, os gestores do empreendedorismo urbano alcançaram seus objetivos. Segundo a socióloga, a abertura econômica e a política transnacional, tendo as cidades como eixos centrais, proporcionaram novas formas de reivindicações que ocasionaram novas formas de cidadania, diversificando suas práticas. Esse argumento converge com as novas gramáticas sociais identificadas e analisadas no Rio de Janeiro para melhoria e manutenção de determinadas políticas para que elas sejam configuradas universais e plurais para o conjunto da população, o que acarreta a luta pelo reconhecimento da condição de sujeitos de direitos de parcelas marginalizadas da população. Assim, identificamos as características que constituem a cidade global, considerando os fatores históricos e culturais particulares do Rio de Janeiro, com as regularidades que Sassen descreve o fenômeno urbano contemporâneo, com seus atores sociais, conflitos e contradições:

A cidade global emergiu como um local para novas reivindicações: do capital global e dos novos usuários de cidade e de setores da população urbana em situação de desvantagem, uma presença frequentemente tão internacionalizada quanto os primeiros. A desnacionalização do espaço urbano e a formação de novas reivindicações centradas em atores transnacionais e envolvendo a contestação constituem a cidade global como uma fronteira para um novo tipo de relação (SASSEN, 2010, p. 107).

Portanto, o que temos no atual cenário de incertezas sociais e políticas que o Rio de Janeiro está imerso após as olimpíadas de 2016? A análise sociológica da reconfiguração do espaço urbano por meio das políticas de segurança pública nos faz concluir que houve um projeto urbanístico de longo prazo para a cidade de maneira sistemática, que foi disputado ideologicamente. A crítica ao seu desenvolvimento está na forma de gestão e participação política, promoção dos direitos de cidadania e categorização territorial pelo valor de troca. Isso caracteriza o perfil ideológico do projeto urbano e para quem seria construída essa cidade ideal. Porém, é inegável que os moradores da cidade real almejam estar contemplados por esse projeto e seus signos civilizacionais, como estabilidade e segurança. Essa demanda se torna mais evidente em uma cidade marcada pelas distinções sociais, culturais, étnico-raciais, simbólicas e econômicas que possuem a violência como transversalidade traduzida em territórios. Paradoxalmente, o conflito apresentado nessa relação dialética pode ser o vetor de

transformação social para a construção de possíveis diálogos por interesses e objetivos comuns. Porém, pode ocasionar, também, um processo narrativo de uma “*cidade para todos*” que não se transmutada na realidade concreta, reforçando as desigualdades.

Assim, seria um equívoco afirmar que todo esse empreendimento foi tão somente para realizar megaeventos e os gestores ganharem dinheiro. Isso seria reduzir as relações humanas ao nível estritamente economicista, ainda que o acúmulo de capital seja a primazia da ideologia neoliberal de ordem capitalista. O empreendedorismo urbano tinha como objetivo construir uma cidade global na qual seria ideal para se viver para determinadas classes. Ainda que caiba juízo de valor, não se pode negar que há uma dimensão afetiva desse projeto, mesmo que seja verificada a solidariedade intraclasses, ou seja, uma cidade para poucos. E pela definição desse projeto que foram possíveis mobilizações coletivas de contestação e/ou de consenso do mesmo. Por ora, dentro dessa falta de projetos bem definidos, sejam de ordem neoliberal ou neodesenvolvimentista, sejam capitalistas ou socialistas, fato que potencializa os sentimentos de medo difuso e a sensação insegurança em um cenário de violência estrutural da América Latina na globalização, a pergunta que se faz é: o que restará da cidade do Rio de Janeiro para que as pessoas tenham direito a ela? Porém, essa é uma pergunta a ser trabalhada em outras teses.



## 9. CONCLUSÃO

O processo de construção da reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro a partir das políticas de segurança pública como objeto de interesse sociológico demandou um esforço de articulação de argumentos trans e interdisciplinar. A cidade como unidade de análise da tese demonstrou toda a complexidade do fenômeno urbano, o que nos fez mergulhar nos estudos das áreas das Ciências Jurídicas e Sociais, da Geografia, da Filosofia, da Ciência Política e, principalmente, da História e da Antropologia para auxiliar no refinamento das questões sociológicas que indicaram o desenvolvimento das cidades como vetores de construção e legitimação de sujeitos históricos de forma negativa e positiva. Nesse sentido, concluímos a nossa tese afirmando que o conceito de exclusão nos parece falho porque entendemos que há uma inclusão precária histórica nas cidades que produz sujeitos históricos de marginalização. Essa sujeição subordina e subalterniza setores sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade, mas também aponta essas populações marginais como determinantes para o transcorrer histórico e social das cidades no mundo inteiro até a contemporaneidade.

Para demonstrar e defender o nosso argumento, fizemos um breve esforço de arqueologia genealógica das cidades como fenômeno mundial. Exemplificamos algumas tipologias de urbano, partindo da premissa de que a cidade está sempre relacionada a duas noções: civilização e cultura. Ambas as noções foram eixos norteadores para identificar as relações de poder entre dominados e dominadores para compreendermos como um empreendimento tão improvável foi exitoso, que se mantém até os dias atuais como modelo de coexistência coletiva e lugar da produção material, social, cultural e simbólica. A transformação do espaço teve como fator primário a ideia de dominação do homem sobre a natureza, passando por períodos de transição dos meios de produção material e simbólico da vida, o que incidiu na forma, estrutura e função da cidade. Nesse sentido, podemos concluir que o urbano produz e reproduz sentidos e significados compartilhados constituindo sujeições positivas e negativas, acarretando a construção conceitual de *cidadão* e de *Estado*.

A divisão social do trabalho também foi um fator de expansão do urbano sobre o rural em escala mundial. As fronteiras simbólicas indicaram os conflitos e as contradições do urbano nas relações assimétricas de poder entre dominados e dominadores como fato universal. A dialética da dominação nas cidades se intensifica com a resistência de sujeitos subalternizados socialmente, produzindo rotulações de cidadãos ideais e desviantes. A categorização de segurança indicou concurso de moralidades na história urbana para definição

de quem é *seguro* e de quem é *perigoso* para a ordem da cidade. Nesse sentido, a situação do continente Americano se transmutou em um desafio para o urbano, tendo a mescla de miscigenação e de colonização que dinamizou outros tipos de interações imediatas e inéditas na história da Humanidade.

Aqui podemos afirmar que continente americano foi/é a alegoria do urbano como conceito sociológico. Mais do que nenhum outro, esse continente expôs a nu todas as contradições históricas das relações de dominação e de poder na construção do urbano. A violência e exploração dos dominadores conviveram com ações e estratégias de sobrevivência biográfica, cultural, simbólica e social dos sujeitos de marginalização em situações de subalternidade e subordinação, via de regra, indígenas, mestiços e, principalmente, negros/negras. Portanto, a questão racial foi o traço marcante da construção de identidades sociais, ora positivas – em nome de uma coesão social - e negativas – que atestavam a normalidade dos tipos ideais de cidadãos em relação aos marginalizados. Porém, as sociedades urbanas do continente americano apresentaram a inovação, a surpresa, o encontro e o conflito de maneira ímpar, acarretando transformações intensas na sociedade mundial. Os E.U.A emergiram como primeira democracia formal da modernidade e, posteriormente, foi se tornando potência mundial no século XX, expandindo seu modelo capitalista urbano de valores neoliberais. Nesse sentido, a América Latina se tornou a área mais urbanizada do mundo, mas de forma desordenada por meio da aplicação de um capitalismo periférico e estrutura de Estado patrimonial e autoritária.

Nesse sentido, chegamos ao Rio de Janeiro como unidade de análise sociológica para compreendermos e identificarmos os limites e as potencialidades dos conceitos de *sociedade urbana* e *direito à cidade*, e o método *regressivo-progressivo*, de Lefebvre a partir de sua crítica ao urbanismo como técnica ideológica e ilusão de classe. Destarte, constatamos o Rio de Janeiro como caso urbano *sui generis* por ter sido sede da única monarquia das Américas e de uma corte europeia. Os signos materiais e simbólicos da civilização europeia introduzidos pela monarquia construiu um tipo de solidariedade elitista distinta na cidade, mesmo com a proclamação da República. O hibridismo entre passado glorioso aristocrático e a modernidade burguesa produziu uma classe dominante que instituiu a origem como traço definidor de *igualdade de estirpe*, potencializando as questões raciais, o que incidiu diretamente no planejamento urbano, com reflexos na contemporaneidade. Portanto, podemos afirmar que houve uma necessidade de constantes mudanças urbanas das forças sociais que se constituíram como classes dominantes para a qualificação de territórios.

Constatamos também que o Rio de Janeiro foi se consolidando como *cidade-capital* do Brasil para além do nível burocrático-administrativo. O ciclo de quase dois séculos como capital da colônia, do reino e da República transformou a cidade em referência nacional e imagem do país no exterior. Os hábitos e os estilos de vida foram sendo compartilhados e assimilados de forma hierarquizante, sendo o Rio de Janeiro lugar da produção, da reprodução e da legitimação de valores sociais, culturais e morais; e de memória histórica e utopias, além das dimensões políticas e jurídicas. Essa projeção, no entanto, demonstrou a dialética entre o atraso e o moderno nas diferentes temporalidades que ocupavam/ocupam o espaço urbano do Rio de Janeiro, norteando as relações de poder e as solidariedades inter e extragrupoais, sendo interpretados de maneira positiva ou negativa. Com efeito, essa cidade foi sendo transformada em laboratório de políticas urbanas para o Brasil.

A partir da concepção de urbanismo como ideologia e ilusão de classe concluímos que a categoria território é central para compreendermos a reconfiguração do espaço urbano carioca por meio do conceito de segurança. Constatamos que as favelas foram alvo das reformas urbanas no Rio de Janeiro, variando as seus argumentos ao longo da história, mas com a mesma regularidade de territórios desqualificados pelas elites como lugar da pobreza, da violência, da incivilidade e da higiene, em síntese: a materialização do atraso. O primeiro ciclo de remoções de favelas foi a reforma Pereira Passos, com viés higienista determinante pela ideia de saneamento do centro da cidade para transformá-la em uma Paris dos trópicos. Posteriormente, Carlos Lacerda retomou as remoções com fortes conotações de especulação imobiliárias na zona sul do Rio de Janeiro, mas com ações de fixação de moradia em áreas periféricas do subúrbio carioca, sistematizando a segregação sócio-espacial na cidade.

Ademais, as favelas apontaram as fissuras do urbanismo como determinante do social e do político. Podemos afirmar que a história urbana do Rio de Janeiro foi caracterizada pela luta pelo espaço reduzido da cidade de maneira dramática e violenta, contradizendo a utopia construída como sua imagem. A segregação de bairros periféricos e de favelas por todas as partes da capital fluminense indicou três fatores históricos da inclusão precária de sujeitos de marginalização na sociedade carioca e nas demais cidades do país: classe, moradia e raça. Essas dimensões legitimaram violações de direitos contra determinados tipos sociais considerados desviantes e/ou oportunizou a constituição de *donos do lugar* como forma de disciplinamento e controle extralegal de populações que poderiam catalisar distúrbios que poderiam afetar a ordem social determinada por classes dominantes. Nesse sentido, podemos concluir que o urbanismo de classe foi o construtor de fronteiras simbólicas a partir de um

concurso de moralidades hierarquizadas no qual as forças sociais dominantes podiam catalisar ações de repressão do Estado para a sua segurança, caracterizando a supressão e/ou a promoção seletiva de direitos de sujeitos históricos de marginalização.

A transmutação das favelas de risco potencial e abstrato em perigo real foi a partir da introdução dos armamentos de grosso calibre nas disputas territoriais entre gangues de traficantes nas favelas cariocas. Verificamos que já no início da década de 1970, as *balas perdidas* começaram a entrar no vocabulário das populações de favelas da cidade. Na década seguinte, com a consolidação do Rio de Janeiro como polo consumidor de cocaína, o tráfico se organiza, tendo a facção Comando Vermelho como a primeira do tipo a caracterizar um enfrentamento armado mais sistemático com as forças policiais na defesa e expansão de seus domínios territoriais. A década de 1990 foi o marco temporal da cristalização simbólica das facções criminosas que estavam em guerra pela disputa territorial, nos quais os signos identificadores de cada grupo criminoso limitavam o direito de ir e vir de populações marginalizadas nas favelas. A metáfora da guerra esfacelou o histórico de urbanismo dual das classes dominantes do Rio de Janeiro pela potencialidade da morte devido a uma guerra urbana não declarada, mas percebida de maneira universal pela sociedade carioca, evidenciando o sentido de *ilusão* dessa técnica em Lefebvre. Com efeito, o Rio de Janeiro transpareceu uma situação de deriva e desordem institucionais após anos de transferência da capital federal.

Nesse contexto de violência urbana o direito à segurança emergiu como demanda universal da população carioca. Entendemos que este foi um dos reflexos das frustrações sociais com as instituições da democracia formal, que não foram capazes de resolver os dilemas da “*modernidade tardia*”, como a desigualdade, a pobreza, a violência e a criminalidade. O autoritarismo cultural da sociedade brasileira foi reproduzido no Rio de Janeiro pelo populismo punitivo para o enfrentamento da criminalidade, dinâmica na qual os direitos de cidadania são interpretados como obstáculos para o trabalho policial. Nesse sentido, dois fenômenos são constatados na capital fluminense: (i) a autosegregação de uma nova elite econômica em condomínios fechados na Barra da Tijuca, evidenciando a segurança como uma mercadoria e (ii) as milícias. Ambas os fenômenos representam um risco em maior e menor grau. A mercantilização de um direito dimensiona as relações sociais pelo nível material, sendo contrária à democracia. O caso das milícias foi a síntese da desordem institucional urbana e os perigos da primazia do direito à segurança a qualquer custo em um

cenário de violência conjugado com a desigualdade transcrita materialmente nas favelas e nas periferias.

Sobre o processo de criminalização coletiva dos moradores de favelas, constatamos a disputa narrativa e ideológica das forças sociais para a interpretação de quem seria a “culpa” pela ascensão do tráfico de drogas ilícitas no Rio de Janeiro. Observamos que sobre esse aspecto, a atuação estatal de regularização fundiária nas favelas no primeiro governo de Leonel Brizola coincidiu com a permanência dos traficantes nessas localidades, o que foi um fator concomitante para desestimular as remoções e retomar as práticas de urbanização desses territórios, assegurando de maneira legal e ilegal o direito à moradia. No entanto, a margem de negociação que as facções tinham que ter com moradores para a manutenção desse poder foi um dos pontos que legitimaram socialmente a criminalização dessas populações e rotulando esse governo como cúmplices de criminosos, apontando para a cultura do medo como via de produção de *inimigos públicos* por meio do discurso político. Ao observarmos, o quadro de mundialização das violências e o histórico particular sociopolítico da cidade, afirmamos que essa categorização parte de moralidades dominantes para justificar a eliminação de tipos sociais indesejáveis e retirar do debate formas de repressão qualificada ao crime, reforçando a ideia de *guerra urbana*, o autoritarismo social e a violência como traço cultural da política.

A partir dessa descrição, que tipo de *sociedade urbana* e como é exercido o *direito à cidade* no Rio de Janeiro? Como interpretar o conflito social em um cenário complexo de violência urbana e articular os conceitos de Lefebvre com essa realidade? Primeiramente, podemos concluir que há uma relação dialética entre a *cidade real* e a *cidade ideal* na interpretação e ação de forças sociais que compõem o Rio de Janeiro. Nesse sentido, a onda de governos neoliberais introduziu a capital fluminense na competição urbana global. A ideia de *cidade global* proporcionou o desenvolvimento do empreendedorismo urbano como forma de manufaturar uma vocação econômica e financeira, aproveitando a situação contraditória do Rio de Janeiro como *cidade-capital à deriva*. Dessa forma, identificamos que as tentativas frustradas de uma nova reforma urbana abrangente no Rio de Janeiro esbarraram nos fatores macroeconômicos do país e na falta de consenso entre as forças sociais da cidade na década de 1990, sendo o recrudescimento da violência urbana o fator determinante para a não efetivação desse processo no período pela imagem negativa que a capital fluminense, como *cartão postal* do Brasil, foi ganhando internacionalmente.

O realimento de forças sociais no campo político dinamizou o empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro a partir do fim da primeira década dos anos 2000. Verificamos que a realização de megaeventos foi um fator determinante para a reconfiguração do espaço urbano carioca para transformar a cidade em uma mercadoria rentável na disputa urbana global, em um contexto macroeconômico e político-institucional favorável, criando um clima social positivo para o empreendedorismo urbano. O pleno emprego e a confiança internacional no país também foram fatores que oportunizaram a aceitação social dos megaventos esportivos, principalmente a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Porém, os jogos pan-americanos indicaram a segurança como o maior obstáculo para a construção da confiança dos investidores internacionais. Com efeito, podemos afirmar que o projeto de *cidade global* no Rio de Janeiro começou a se configurar como sinônimo de *cidade segura*.

Constatamos que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) fizeram parte de um conjunto de ações intrínseca ao empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro e na sua reconfiguração sócio-espacial. O projeto de *cidade global* para a capital fluminense engendrou esforços para construir um programa de segurança pública sistematizado e integrado às outras áreas da administração pública e parcerias privadas para transformar a cidade em lugar *seguro* sob vários aspectos. Assim, o foco na “*pacificação*” das favelas reforçou a ideia de lugar violento e metáfora da *guerra urbana*. Além disso, verificamos que as UPP ocuparam um lugar estratégico como vetores de qualificadoras de territórios pelo conceito de segurança, nas dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas, ensejando o processo de “áreas vocacionadas”. O desenho das UPP seguiu o trajeto da maior parte dos interesses privados e de regiões consideradas criminalmente endêmicas, confirmando a nossa hipótese inicial de se tratar de um programa para além da segurança pública.

As críticas às UPP demonstraram a ambiguidade da interpretação do conceito de segurança na sociedade carioca e no Brasil. O sucesso inicial do projeto de ocupação e pacificação das favelas reafirmou o Rio de Janeiro como laboratório de políticas urbanas no país, sendo a situação da cidade considerada a mais crítica no enfrentamento ao tráfico de drogas ilícitas. Constatamos que a marca UPP se tornou sinônimo de eficácia de segurança pública, tendo efeitos na capitalização política e cristalizando as favelas como lugares de violência e pobreza, porém reversíveis através da inclusão produtiva de populações marginalizadas, ou seja, a passagem *incivil* → *civil* conotou outros sentidos na funcionalidade de sujeitos históricos de marginalização por meio da ideia liberdade individual pelo mercado ao adotar a identidade de empreendedor. No entanto, esse processo civilizador apontou os

aspectos ambíguos entre o disciplinamento e a vigilância de moradores de favelas, uma vez que as UPP ora se apresentaram como forma de garantia de direitos, como o da moradia e de ir e vir, e ora como reprodutora da supressão seletiva de direitos e de violências físicas e simbólicas arbitrárias.

As fragilidades das UPP foram verificadas nas dimensões simbólicas, materiais e funcionais no espectro do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. O alto custo de manutenção e as diferentes realidades regionais da cidade, nas quais o projeto foi instalado de maneira uniforme, apontaram os limites deste programa a longo prazo. A constatação de abusos de autoridade e continuidade de tiroteios no enfrentamento a facções de traficantes de drogas ilícitas – fator preponderante para o considerado sucesso das UPP – nos Complexos do Alemão e do Jacarezinho, o cancelamento da instalação das Unidades no Complexo da Maré e a falta de planejamento para implementação do modelo em áreas de milícias, foram desgastando as UPP na opinião pública. Além disso, as ações sociais que viriam com o projeto não foram verificadas pelas disputas internas e externas do projeto de pacificação das favelas, sendo um dos fatores de descrédito do programa pela falta do reconhecimento da alteridade dos favelados como cidadãos. Constatamos, então, a permanência da dialética entre a *cidade real* e a *cidade ideal* do urbanismo com viés neoliberal e de classe.

Observamos também que as UPP foram instrumentos para manufacturar as vocações territoriais de maneira positiva e negativa, traçando fronteiras simbólicas de locais de exceção e locais seguros. No entanto, reafirmamos que a vigilância e administração do território são sobre as populações que fazem uso dele, ou seja, o estigma social recai sobre pessoas que moravam ou circulam nas favelas rotuladas de *perigosas*. Assim, o método *regressivo-progressivo* e o conceito de *direito à cidade* nos auxiliou para demonstrar as continuidades e descontinuidades históricas da inclusão precária de sujeitos de marginalização no contexto de empreendedorismo urbano para transformar o Rio de Janeiro em *cidade global*. Portanto, entendemos que o projeto das UPP demonstrou na prática que os maiores beneficiários do programa foram as classes sociais que viviam/ vivem no *asfalto* nos aspectos econômicas e sociais, apesar de moradores de favelas ocupadas pelo programa de pacificação, principalmente da zona sul da cidade, admitirem a preocupação com a possibilidade de retirada das UPP das localidades, indicando a universalidade da demanda por segurança.

Concluimos que a administração de desejos e de afetos foi um dos aspectos instrumentalizados pelo empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro. A ascensão social de indivíduos de classes médias e baixas da capital fluminense reconfigurou o espaço urbano na

dimensão física, mas alterou a morfologia social e simbólica. A transformação gradual do Rio de Janeiro em *cidade global* com o realinhamento de forças políticas oportunizou a formação de uma nova classe trabalhadora, mais individualizada, que mimetizou materialmente as ideologias urbanas das elites em bairros periféricos do subúrbio, indicando um sucesso relacional desses setores. Constatamos que este fenômeno teve origem a partir dos investimentos do governo federal juntamente com a produção de petróleo com o objetivo de transformar o Rio de Janeiro em um polo científico, financeiro e cultural para superar as crises da cidade, o que demandou a formação de uma mão de obra qualificada e melhor remunerada em comparação a uma classe trabalhadora tradicional, que também foi realocada nos setores de serviços no empreendedorismo urbano. Em ambos os casos, podemos afirmar que a cidadania do consumo foi estimulada acarretando sensações de bem-estar e de pertencimento no contexto da lógica do capitalismo neoliberal de liberdade pelo mercado.

Confirmamos também a contradição entre o *direito à cidade* e o empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. As ambiguidades da reconfiguração do espaço urbano na capital fluminense evidenciaram as incompatibilidades da democracia formal e a mercantilização. As remoções de moradias populares que estavam no espectro dos investimentos imobiliários dos megaeventos apontaram para intervenção do Estado para fins privados, o que Lefebvre defendeu como prática dos campos ideológicos capitalistas e socialistas para não permitir a *sociedade urbana*. Esse fato demonstrou a encruzilhada das ideologias políticas de forças sociais na prática cotidiana da democracia pela construção de consensos. O termo ***desadensamento populacional*** em lugar de remoção demarcou o simbolismo das contradições das práticas estatais e a relação com de forças sociais. No entanto, observamos também três fatores: (i) a resistência de populações marginalizadas em seus territórios, (ii) a demanda por melhorias nos serviços prestados pelo Estado, o que implicava muitas vezes as UPP e (iii) a reivindicação do reconhecimento como cidadão nos processos decisórios.

Constamos também que a contradição entre o *direito à cidade* e o empreendedorismo urbano ativou interpretações plurais dos sujeitos sociais sobre as transformações urbanas do Rio de Janeiro no período olímpico, marcado pela efemeridade. Observamos que a utopia da cidade olímpica efêmera suspendeu a ideia de conflito social durante a realização dos jogos olímpicos nos territórios direcionados para o megaevento. O funcionamento idealizado no que tange segurança, transporte e lazer da cidade apontou para a possibilidade fática do *possível-impossível* do urbano vivido, percebido e imaginado como forma de pertencimento e solidariedade de forma totalizada. Afiramos, então, que o empreendedorismo urbano não



teve tão somente um aspecto financeiro para consolidação de uma *sociedade burocrática do consumo dirigido*, porque entendemos que, de fato, houve uma experiência afetiva e única de sujeitos históricos de marginalização com a realização das Olimpíadas. Verificamos, portanto, a dimensão da autoestima social e do civismo urbano como fatores que legitimaram os jogos olímpicos como uma quebra do cotidiano violento e estigmatizado do Rio de Janeiro de maneira simbólica, como uma forma de volta a um *passado glorioso* e forma de apresentar positivamente o Brasil para o mundo por meio da sua *cidade-capital* globalizada, além da construção material de áreas de lazer e de memória. Nesse sentido, entendemos que o urbanismo se configurou como ideologia e ilusão de classes no Rio de Janeiro.

Por outro lado, confirmamos que os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro que os megaeventos promovidos pelos gestores do empreendedorismo urbano são um “*atoleiro de dívidas*”. A crise político-institucional e econômica profunda que o Brasil e o estado do Rio de Janeiro passavam (e ainda passam até o momento da escrita desta tese) desvelou e asseverou as desigualdades sociais na metrópole carioca. A flexibilização dos direitos à propriedade, de ir e vir, e a decretação de feriados para garantir a segurança dos Jogos Olímpicos problematizaram identificação de quais *usuários* da cidade eram sujeitos do direito à segurança no período olímpico. Tanto as interferências abruptas como as rotinas inalteradas de território para território indicaram quais grupos foram alvo da atenção do aparato público no que tange à cidade olímpica efêmera. Ademais, os desvios de verbas públicas e o superfaturamento de obras para a realização dos megaeventos levaram alguns dos gestores do empreendedorismo urbano para a prisão, expondo a dimensão criminal do projeto de *cidade global* para o Rio de Janeiro, indicando outra modalidade delitiva além daquelas que empregam a violência de forma direta.

Contudo, as classes dominantes do Rio de Janeiro que foram fiadoras desse projeto mantiveram o prestígio e a legitimação por parte de outras camadas sociais da sociedade carioca, não sendo rotuladas criminalmente de forma coletiva. Esse é o ponto de distinção nos parece fundamental para compreender a construção e a permanência de tipos sociais suspeitos de crimes de maneira histórica no Rio de Janeiro. Se Lefebvre entende o urbano a partir de três conceitos essenciais – forma, função e estrutura -, defendemos que o processo de criminalização coletiva na capital fluminense apresenta três conceitos essenciais, de ordem cultural, social e histórica: classe, raça e território. Dessa forma o sujeito histórico de marginalização é interpretado de maneira universal, inclusive por indivíduos que se encontram na mesma situação de subalternidade, subordinação e estigmatização; como

*perigoso*, evidenciando a permanência dessas categorizações históricas que ainda norteiam a inclusão precária.

Constatamos que o término das Olimpíadas no Rio de Janeiro foi concomitante ao fim de dois ciclos: (i) de megaeventos e (ii) do grupo político que desenvolveu o empreendedorismo urbano. Ambos os fatos indicaram um estado de *deriva* na cidade. Entendemos que a falta de planejamento por parte da nova administração da capital fluminense se demonstrou danosa para a democracia formal porque inviabiliza propostas e/ou contestações públicas pela imprevisibilidade e/ou falta de ações do poder público. Esse conjunto de incertezas também atingiram as UPP ao final desse ciclo, uma vez que o programa está sendo progressivamente esvaziado. A intervenção federal de caráter militar na segurança pública do estado fluminense nos faz concluir que descontinuidade dos projetos para essa área se manterá como regularidade histórica. Por fim, o próprio empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro parece ter chegado ao seu limite, tanto para os setores das classes dominantes como das classes subalternizadas e/ou marginalizadas, o que nos faz compreender que há uma emergência de reinterpretações do repertório de ações coletivas para a construção de consensos sociais para formular hipótese que revertam o quadro de violência urbana.

Finalmente, podemos concluir que a análise do Rio de Janeiro como objeto sociológico pela metodologia da Sociologia da violência e das Conflitualidades, articulada com elementos urbanos e históricos como contextualização, nos apresentou as continuidades e descontinuidades das políticas urbanas por meio da segurança. Nesse sentido, avaliamos que sujeitos históricos da marginalização foram assimilados progressivamente dentro de um processo de disciplinamento e legitimação civilizatória que variou ao longo da história do Rio de Janeiro da funcionalidade material e da simbologia pela demanda das classes sociais tentarem impedir um hipotético estado de barbárie. Os fatores de classe, raça e território foram sendo diluídos discursivamente na medida em que o capitalismo foi introduzindo a cidadania do consumo, no qual identificamos o urbanismo com um caráter ambivalente, ora como forma de controle social da violência ora como administração de desejos, mas entendido como forma mínima de planejamento e previsibilidade. Nesse sentido, a inclusão precária reforça a ideologia dominante, porém fática em um contexto de violência urbana deflagrada em conflitos armados, o direito universal à segurança, que no Rio de Janeiro vem a ser uma forma de coesão social e superação do atraso para a resolução das contradições e dos conflitos urbanos, suprimindo a noção de *direito à cidade*.

### 9.1. Crítica ao universalismo conceitual a partir da América Latina

Tomamos em conta a América Latina para analisar o fenômeno urbano pelo fato de esta região concentrar o maior número de sua população nas cidades. Seus aspectos culturais, históricos, sociais e étnico-raciais produziram sociabilidades, *urbanidades* e civilidades compartilhadas na interação entre os indivíduos concretos de diferentes classes sociais. Identificamos nessa dinâmica a recorrência da violência e do autoritarismo social, refletindo a desigualdade social nas instituições estatais e reinterpretações da democracia formal. Nesse sentido, concluímos que o Rio de Janeiro como objeto sociológico foi significativo para construirmos uma crítica conceitual sobre a ideia de superação do atraso e de desenvolvimento europeu e estadunidense como modelo civilizador dominante, tal qual Oliver (2005) nos propõe na tentativa de construir o *novo* nesse campo. Isso nos demandou um esforço de articulação para identificarmos as potencialidades e os limites dos conceitos de *sociedade urbana* e *direito à cidade* de Lefebvre.

Destarte, podemos considerar que a *sociedade urbana* de Lefebvre como resposta provisória para um problema no qual ele trabalhou como um objeto virtual foi concretizada em termos relacionais na contemporaneidade. Defendemos este argumento pela sobreposição da cidade sobre o campo que, de fato, ocorreu em escala mundial, acelerada pelo processo de globalização, redimensionando algumas interpretações dos argumentos defendidos por Lefebvre. No caso da América Latina, e mais especificamente no Brasil, as agro-cidades são um exemplo categórico para reinterpretarmos o conceito de *sociedade urbana* de Lefebvre. De fato, compreendemos que o conceito de Lefebvre foi uma proposição para a construção de um tipo de cidade plural e universal como forma desejada, porém esse conceito nos serviu de baliza para identificar um fenômeno que em termos relacionais e práticos foi verificado. A transmutação das cidades mundiais em cidades globais demonstrou o quão significativa foi a proposição de Lefebvre como parâmetro analítico do urbano.

Essas transmutações também incidiram no conceito de *direito à cidade*. Segundo Lefebvre, esse direito é superior a todos os outros e só a classe trabalhadora seria capaz de efetivá-lo ao construir novas centralidades. Porém, a classe trabalhadora de Lefebvre foi diluída no período de globalização, dando espaço para outros tipos de trabalhadores especializados, que dividimos entre: classe trabalhadora tradicional e nova classe trabalhadora ao longo de nossa tese. Dessa forma, fizemos uma releitura desses conceitos pela ótica da realidade concreta e histórica do Rio de Janeiro, na qual o urbanismo como ilusão e ideologia

de classe dominante foi defendido em nossa tese a partir do eixo norteador de segurança. O conceito de *direito à cidade* de Lefebvre como interpretação de uma realidade violenta nos indicou interpretações distintas de sua definição inicial. Porém, esse conceito foi fundamental para compreendermos os tipos de demandas que se configuraram ao longo da história do Rio de Janeiro pensado, vivido e imaginado.

Os conceitos de *sociedade urbana* e *direito à cidade* indicaram a possibilidade de utopias e dever ser das cidades. No entanto, ambos os conceitos podem cair em um discursivo vazio sem uma análise cuidadosa sobre as noções de inclusão precária e de sujeitos históricos da marginalização no contexto carioca. As dimensões da violência podem engendrar outros tipos de solidariedades e outras perspectivas de urbano como forma de construir novas centralidades. A própria ideia de classe trabalhadora no contexto histórico do Rio de Janeiro foi trabalhada na perspectiva material, sendo que a ascensão social relativa em determinados territórios periféricos interpretados como sinais de riqueza e elitização ao considerarmos as questões étnico-raciais e de origem. No caso das favelas, a dimensão compensatória da violência complexifica este quadro e o entendimento dessa *sociedade urbana* e do *direito à cidade*.

Ao analisarmos o Rio de Janeiro como recorte de análise do fenômeno urbano na América Latina, entendemos que ambos os conceitos de Lefebvre são indicadores para interpretarmos os aspectos materiais, afetivos, simbólicos e sociais a partir da reação e/ ou apropriação do urbanismo como forma de regulação da vida cotidiana. O cenário de incertezas de continuidades biográficas em um quadro de violência apontou para a demanda universal de segurança por parte de todos os setores da população. Em termos comparativos, as obras que remeteram ao modelo urbanístico de Barcelona (construções de espaços públicos, tirando as redes de transportes) tiveram menos impactos na opinião pública que as ações semelhantes às realizadas em Medellín (UPP e intervenções urbanas em favelas). Portanto, o *direito à cidade* foi construído historicamente como *direito à segurança*, sendo possível concluir que o modelo de *sociedade urbana* no qual o projeto de *cidade global* do Rio de Janeiro foi transformado em *cidade segura*. Esse quadro é evidenciado pela mundialização das violências na era da globalização

## 9.2. Afinal: o que é *cidade segura* para a América Latina em um contexto de globalização e mundialização das violências

A partir da experiência do empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro para a competição urbana global articulada com a nossa reinterpretação dos conceitos e do método de Lefebvre, além das categorias território, Estado democrático de direito, criminalização, marginalização e território, verificamos a polissemia do conceito de segurança como categoria sociológica. Com isso, a conexão entre o urbano e a segurança denotou variáveis significativas para nossa análise da capital fluminense como recorte para a realidade da América Latina no contexto de globalização e mundialização das violências. Nesse sentido, chegamos a algumas considerações para a formulação da noção de *cidade segura* para a região mais urbanizada do mundo, mas também a mais desigual e violenta.

A primeira, a construção histórica de desvio e delito a serem enfrentados reside na legitimação da normalidade das classes dominantes que transcreveram materialmente essa distinção por meio do urbanismo. No caso do Rio de Janeiro, as questões de classe, raça e território demonstraram a sujeição marginal de tipos sociais indesejados, que passaram de risco potencial para perigo real no imaginário social. Assim, o crime violento se tornou territorial, sendo a intervenção das UPP comemorada como solução definitiva. As consultorias nacionais e internacionais dos idealizadores desse programa apontam para a reafirmação dessa interpretação, ou seja, a permanente vigilância como forma de administração de populações em territórios marginalizados.

A segunda consideração foi o aspecto ideológico. O urbanismo como ideologia de classe foi bem sucedido historicamente na construção do discurso de categorização de cidadãos pela segmentação territorial do Rio de Janeiro, sendo a zona sul a utopia desejada e almejada por classes sociais subalternas como ideário material e simbólico de civilização. Dessa forma, as estratégias de distinção indivíduos membros de populações marginalizadas para aceitação social constituíram também na reprodução de discursos e ações para este fim. Nesse aspecto, o *direito à segurança* evidenciou também o poder da ideologia dominante pela legitimação de ações repressivas e violações de direitos fundamentais por parte das suas potenciais vítimas, as populações marginalizadas. Esse quadro foi sendo agravado com as frustrações de setores sociais com as instituições democráticas e suas crises cíclicas e a autorrepresentação de profissionais individuais que mimetizam as elites, mas apenas compõem uma classe média em subúrbios periféricos, tendo vantagens materiais relacionais e reproduzindo de forma acrítica os discursos produzidos pelas classes dominantes.

A terceira e última consideração é a legitimidade da demanda social por segurança. O contexto violento e desigual produzido pela segregação sócio-espacial desmobilizou o debate sobre ações preventivas de segurança pública. É legítimo o desejo universal da população de ter uma vida digna, sendo reconhecida como sujeitos de direitos. No entanto, o contexto de desigualdade material e simbólica da América Latina foi consolidando os direitos como privilégios, o que culminou com mercantilização da segurança como um *bem*. Apesar disso, a possibilidade de pertencimento, solidariedade e produção da autoestima foi verificada, potencializando as partes positivas de um planejamento urbano, ainda que efêmero. Portanto, a segurança como direito universal passaria pela superação cotidiana da inclusão precária de sujeitos históricos da marginalização, sendo consolidada a perspectiva cidadã de segurança com uma repressão qualificada à criminalidade. O que temos por ora é ação reativa privilegiada e estimulada pela cultura do medo que desumaniza e retira a alteridade de determinados grupos sociais.

Finalmente, propomos o conceito de *cidade segura* a partir da reconfiguração do espaço urbano do Rio de Janeiro inserido no projeto de *cidade global* pensado pelos gestores do empreendedorismo urbano. Ao observarmos os conceitos de *sociedade urbana* e *direito à cidade*, identificamos a relação dialética da capital fluminense entre a *cidade real* e a *cidade ideal*, isso constrói, reproduz e retroalimenta fronteiras simbólicas entre os grupos sociais, acarretando conflitos sociais inerentes da luta histórica pela ocupação da cidade e pelo reconhecimento de setores marginalizados como forças sociais capazes de participarem dos processos decisórios das políticas urbanas.

Com efeito, a *cidade segura* emerge como uma forma de apaziguar os ânimos para a manutenção da ordem social e econômica dominante, apresentando de forma discursiva certas garantias de continuidade biográfica de forma genérica e estímulos à circulação e produção da vida material e simbólica das cidades latino-americanas. O urbanismo como ideologia de classe se mantém como desejo de classes, sendo a *cidade segura* o oposto da *sociedade urbana* de Lefebvre, porém a ilusão vivida, pensada e imaginada em sociedades que convivem em um contexto de violência urbana e incertezas, no qual o Rio de Janeiro se configurou de maneira exemplar.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. (org). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV editora, 1998.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Ed. Companhia das letras, 2008.
- ANGARITA, Pablo. *En Medellín: otras formas de seguridad son posibles*. In: TAVARES-DOS-SANTOS, J.; BARREIRA, C. *Paradoxos da Segurança Cidadã*. Porto Alegre: Ed. Tomo, 2016.
- ANJOS, José Carlos dos. **No Território da Linha Cruzada: a Cosmopolítica Afro-Brasileira**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- ARAÚJO, F. *Empresariamento Urbano: concepção, estratégias e críticas*. In: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos CODE-IPEA, 2011.
- ARICÓ, Giuseppe. *La pacificación de la periferia: conflictividade social, regeneración urbanística y esterilización de lo urbano en el barrio de La Mina, Barcelona*. In: CUNHA, N.; FREIRE, L.; MACHADO-MARTINS, M.; VEIGA, F. (org.). *Antropologia do Conflito Urbano: conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
- ATHENS, Lonnie. *Dominance, Ghettos, and Violent Crime*. In: *The Sociological Criminology*: 1998.
- BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003.
- BECKER, Howard. *Conceitos*. In: *Segredos e Truques da Pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Elsevier, 2000.
- BORON, Atílio. *Estado, capitalismo y democracia en America Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- BORÓN, Atílio; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S. *La Teoria Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na Sociologia**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertarand Brasil. 1998.

BRAND, Charles. **A globalização liberal e a escala urbana perspectivas latino-americanas**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v. 10, n. 1 / maio 2008, p. 9-28.

BRUM, Mario. **Favelas e remocionismos ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos**. In: O Social em Questão, v. 29. Rio de Janeiro: 2013, p. 179-208.

BRUM, Mario; GONÇALVES, Rafael. O Rio do IV Centenário aos 450 anos: novas funções da cidade e o passado como obstáculo. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, N.7, pp. 37 - 56, jan./jun. 2015.

BURGOS, Marcelo. *Cidade, Territórios e Cidadania*. In: **Dados-** Revista de Ciências Sociais, v. 48, n.1. Rio de Janeiro: IESP, 2005. pp 189-222.

CANO, Ignácio (org.). **“Os donos do Morro”**: Uma avaliação exploratória das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: 2012.

CÁRCOVA, Carlos María. *La Dimensión Política de la Función Judicial*. In: **Derecho, política y magistratura**. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2006

CARMAN, María; CUNHA, Neiva Vieira; SEGURA, Ramiro. **Antropología, diferencia y segregación urbana**. In. CARMAN, M. (Org.); CUNHA, N. (Org.); SEGURA, R. (Org.). *Segregación y Diferencia en la Ciudad*. 1ª. ed. Quito: FLACSO Equador, 2013.

CAROSIO, Alba. **La cultura del consumo contra la sostenibilidad de la vida**. Disponível em: <http://www.sustentabilidades.usach.cl/numero-2-ano-1-julio-2010>).

CARRIÓN, Fernando. *La ciudad y su gobierno en América Latina*. In: ABRAMO, P.; RODRÍGUEZ, M.; ERAZO, J. *Procesos urbanos en acción: ¿Desarrollo de ciudades para todos?* Quito: ediciones Abya Yala - Clacso, 2016.

Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160704113705/Procesos\\_urbanos.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160704113705/Procesos_urbanos.pdf)

CASTRO COMA, M. *Del sueño olímpico al proyecto Porto Maravilha: el ‘eventismo’ como catalizador de la regeneración a través de grandes proyectos urbanos*. In. Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana. V. 3, n. 2: 2011.

CEFAI, Daniel. *Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva*. In: Dilemas, V. 2, n. 4. Rio de Janeiro: 2009.

CHARTIER, R. *O Mundo Como Representação*. In: Revista das revistas. V. 5. N. 11. São Paulo: Estudos Avançados, 1991.

CUNHA, Neiva Vieira; FREIRE, Letícia; MACHADO-MARTINS, Melissa; VEIGA, Felipe. (org.). *Antropologia do Conflito Urbano: conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.



CUNHA, Neiva Vieira da.; MELLO, Marco Antonio. *Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4. Rio de Janeiro: 2011.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas**. In: Cuadernos de Antropología Social, n. 27. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008.

DELGADO, M. **La ciudad mentirosa: Fraude y miseria del modelo Barcelona**. Madrid: Los libros de La catarata, 2007.

DURANTE, Marcelo; BORGES, Dorian. *Avaliação de desempenho em Segurança Pública*. In.: Segurança, Justiça e Cidadania / Ministério da Justiça. – Ano 3, n. . Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2011.

DURKHEIM, Emile. **Representações Individuais e representações sociais**. In: *Sociologia e filosofia*. San Martin – São Paulo: Ícone, 1984.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador – Volume I – Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador – Volume II – Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESTIVALET, Anelise. **Política. Gênero e Violência no Cotidiano: Uma Análise do Projeto Mulheres da Paz**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Vale dos Sinos. São Leopoldo (RS): PPGCS-UNISINOS, 2018.

FANON, Frantz. **Pele Negra. Máscaras Brancas**. Porto: Ed. Paisagem, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

FERNANDEZ, Mikel. **Barcelona 1992, el porvenir de una ilusión**. In: CUNHA, N.; FREIRE, L.; MACHADO-MARTINS, M.; VEIGA, F. (org.). *Antropologia do Conflito Urbano: conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

FICHINO, Daniela; MARINHO, Gláucia; CAMPAGNANI, Mario. **Guia para Jornalistas e Comunicadores – Violação de Direitos na Cidade Olímpica**. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2016. Disponível em: [http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/1431/1/%5BT036%5D%20JUSTICA%20GLOBAL%20-%20guia\\_jornalistas\\_violacoes\\_olimpiadas.pdf](http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/1431/1/%5BT036%5D%20JUSTICA%20GLOBAL%20-%20guia_jornalistas_violacoes_olimpiadas.pdf).

FIGUEIREDO, Guilherme; CENIQUEL, Mario. **Cadernos técnicos Morar Carioca – Espaços Livres**. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 2013.

FOUCAULT, Jean-Michel. **Segurança, Território, População**. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

FREHSE, Fraya. **Potencialidades do método regressivo-progressivo Pensar a cidade, pensar a história.** In: *Tempo Social - Rev. Sociol. USP*. São Paulo: USP, 2001.

FREIRE, Letícia; TAFACKI, Mariana. O que está em jogo na “Cidade Olímpica” Conflitos e resistências acerca da remoção de assentamentos populares no Rio de Janeiro. In: CUNHA, N.; FREIRE, L.; MACHADO-MARTINS, M.; VEIGA, F. (org.). **Antropologia do Conflito Urbano: conexões Rio-Barcelona**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

GANEM MISSE, Daniel. **Políticas Sociais em Territórios Pacificados**. Tese de Doutorado PPGSD-UFF. Niterói: 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GONÇALVES, Rafael. “São as águas de março fechando o verão...”: chuvas e políticas urbanas nas favelas cariocas. In: Acervo – Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre y Clacso, 2009.

GRAHAM, Stephen. **Cities under siege: the new military urbanism**. New York City: Verso, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la cárcel**. Ciudad de México D.F.: Ed. Era, 1986.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Ed. Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo y desigualdad social**. Madrid: Siglo veintiuno de España, 1977.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade – Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

JARAMILLO, A.; PEREA, C. **Ciudades en la encrucijada: violencia y poder criminal en Río de Janeiro, Medellín, Bogotá y Ciudad Juárez**. Medellín: Corporación Región, 2014.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Ed. Aleph, 2000.

LA PARRA PÉREZ, P.; SOUTO SALOM, Julio. *Contar hoy la violencia de ayer: video y literatura actual sobre la transición política española*. In: **Sociologias**, v. 15, n. 34. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2016.

LEITE, Márcia. *De territórios de Pobreza a território de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”*. In. BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. *Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: Ordens e Resistências*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

MARICATO, Ermínia. *Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada*. In. *A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública*. São Paulo: Educ, 2009.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. In: *Os economistas*. São Paulo: Ed. Abril, 1982.

MARZULO, Eber. *Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2005.

MIAGUSKO, Edson. **Antes da Copa, depois do Pan: O Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos**. In. *Civitas – Revista de Ciências Sociais da PUCRS*, v. 12, n. 2 (2012). Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/11935/8135>

MELLO, Marco Antonio; VEIGA, Felipe Berocan; COUTO, Patrícia; ALVES, Mirian. *Os ciganos do Catumbi: de “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro*. In: **Cidades – Comunidades e Territórios**. Junho, 2009, nº 18, pp. 79-92. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/pesquisadores/ciganos.pdf>

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Asumir un compromiso: identidad y movilización en los movimientos sociales*. In: **Zona abierta**, n. 69. Madrid: 1994.

MIRANDA, Ana Paula. *Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/ Brasil*. In. *Fórum Sociológico*, n. 25/ 2014.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição Criminal**: aspectos de uma Contribuição analítica sobre a Categoria “bandido”. In.: *Lua Nova*, nº 79. São Paulo: 2010.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina. **Río de Janeiro: sufrir la violencia, decir la paz**. In. JARAMILLO, A.; PEREA, C. *Ciudades en la encrucijada: violencia y poder criminal em Río de Janeiro, Medellín, Bogotá y Ciudad Juárez*. Medellín: Corporación Región, 2014.

MUNIZ, Jacqueline; MELLO, Kátia. *Nem tão perto, nem tão longe: o dilema da construção da autoridade policial nas UPPs*. In: *Civitas – Revista de Ciências Sociais da PUCRS*, v. 15, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

NUMMER, Fernanda. *“Ser Brigadiano ou ‘trabalhar na Brigada’”: Estilos de vida entre soldados da Brigada Militar*. Tese de Doutorado PPGAS-UFRGS. Porto Alegre, 2010.

O'DONNELL, G.; PINHEIRO, M.; MÉNDEZ, J. *Democracia, Violência e Injustiça: O Não Estado América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

OLIVER, Lúcio. *O novo na sociologia latino-americana*. In: Revista Sociologias. Ano 7 – nº 14. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2005.

OLIVEIRA, Fabiana (org). **Cidadania, Justiça e pacificação em favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

OLIVEIRA, F.; SADEK, M.; ABRAMOVAY, P.; NUÑEZ, I. **UPPs, Direitos e Justiça**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

PAVARINI, Massimo. *Control Y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemônico*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1983.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

RAMOS, Silvia (coord.). **À deriva: sem programa, sem resultado, sem rumo**. Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, 2018.

RAWLS, John. **Liberalismo Político**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

RIBEIRO, Luiz. *Metamorfoses da Ordem Urbana da Metrópole Brasileira: o caso do Rio de Janeiro*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 120-160. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004205>

ROCHA, Lia. **O “repertório dos projetos sociais”**: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In. BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. *Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: Ordens e Resistências*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ROLNIK; Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo: São Paulo, 2015.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do Direito**: Antropologia jurídica da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1990.

SANSONE, Lívio. **Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

SANTOS, Irene (org). **Negro em Preto e Branco**: História Fotográfica da População Negra de Porto Alegre. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito**. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Mauro; VERSIANI, Maria. **História de Capitalidade do Rio de Janeiro**. In: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense. Rio de Janeiro, N.7, pp. 75 - 90, jan./jun. 2015.

SILVA DE OLIVEIRA, Lívio. **Limites e potencialidades da participação civil na segurança pública: um estudo de caso sobre as equipes técnicas do Território de Paz no Guajuviras**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2014.

\_\_\_\_\_. *Os invisíveis, os cidadãos e as ruas de Porto Alegre: análise do processo dialético das manifestações de massa e a relação entre o Estado democrático e o acesso aos direitos no Brasil*. **Revista Portuguesa de Ciência Política**. Lisboa: Observatório Português de Ciência Política, 2015.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

SOARES, Antônio. *Violência como fenômeno intrínseco à cultura política brasileira*. In: **Sinais** – Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, v. 2. n. 18, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13254/9739>.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo, 2009.

TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **La Nueva Criminologia**. Buenos Aires: Amorrortu ed.; 1990.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A espetacularização violento pela televisão: o caso do programa Linha Direta do crime**. Dissertação de Mestrado em Sociologia (PPGS-UFRGS). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VEIGA, Felipe Berocan. **Los vientos que vienen de Lapa: El baile social y la Plaza Tiradentes como palco de transformaciones urbanas en el centro carioca**. In: ABRAMO, P.; RODRÍGUEZ, M.; ERAZO, J. *Procesos urbanos en acción: ¿Desarrollo de ciudades para todos?* Quito: ediciones Abya Yala - Clacso, 2016.

Disponível em:  
[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160704113705/Procesos\\_urbanos.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20160704113705/Procesos_urbanos.pdf)

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **A política como vocação**. Brasília: Ed. UnB, 2003.

\_\_\_\_\_. **História Geral da Economia**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política. Volume I**. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

WOOD, Ellen. *Estado, Democracia y Globalización*. In: BORÓN, A; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S.(org.). **La Teoría Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAVALETA, René. **Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial**. In: *La auto determinación de las masas*. Bogotá (Colombia): Siglo del Hombre Editores – Clacso, 2009.

### **Portais consultados:**

Agência Brasil de Notícias: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Autoridade Pública Olímpica (APO): <http://www.apo.gov.br/>

BBC Brasil : <http://www.bbc.com/portuguese/>

Blog da Raquel Rolnik: <https://raquelrolnik.wordpress.com>

Blog Vida Carioca: <http://vidacarioca.net/>

Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR): <http://cor.rio/>

CPDOC – FVG: <https://cpdoc.fgv.br/>

Empresa Brasileira de Comunicação: <http://www.ebc.com.br/>

ESPN Brasil: <http://www.espn.com.br/>

Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP –RJ) <http://www.isp.rj.gov.br/>

*Jornal do Brasil*: <https://www.jb.com.br/>

*Jornal Extra*: <https://extra.globo.com/>

*Jornal Folha de São Paulo*: <https://www.folha.uol.com.br/>

Jornal *O Dia*: <https://odia.ig.com.br/>

Jornal *O Globo*: <https://oglobo.globo.com/>

Jornal *Zero Hora*: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Ministério da Defesa: <https://www.defesa.gov.br/>

Movimento Negro Unificado: <http://mnu.org.br/>.

Museus do Rio: <http://www.museusdorio.com.br>

Portal *Brasil 247*: <https://www.brasil247.com/>

Portal *GI* : <https://g1.globo.com/>

Portal *R7*: <http://noticias.r7.com/>

Portal UOL: <https://www.uol.com.br/>

Prefeitura do Rio de Janeiro – Rio + Social. <http://www.riomaisocial.org/programa/>

Revista *Calaméo* – Verde Oliva: <https://pt.calameo.com/>

Revista *Época*: <https://epoca.globo.com/>

RioTur <http://visit.rio/>

Sebrae/RJ: <http://www.rj.agenciasebrae.com.br/>

Sítio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.cultura.rj.gov.br/>

Sítio do *Porto Maravilha*: <http://www.portomaravilha.com.br/>

Sítio Oficial da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro: <http://mail.camara.rj.gov.br/>

Sítio Oficial da Câmara Federal <http://www2.camara.leg.br/>

Sítio Oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro: <http://www.rio.rj.gov.br/>

Sítio Oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/>

Sítio Oficial da Presidência da República: <http://www2.planalto.gov.br/>

Sítio oficial das UPP: <http://www.upprj.com/>

Sítio Oficial do Clube de Regatas Vasco da Gama: <http://www.vasco.com.br/site/>

Sítio Oficial do Exército Brasileiro: <http://www.eb.mil.br/>

Sítio Oficial do Governo do Brasil: <http://www.brasil.gov.br/governo/>

Sítio oficial do programa UPP Social. <http://uppsocial.org/programa/>.

Sítio Oficial do Senado: <http://www.senado.gov.br/>

Sítio Oficial Rio+20 : <http://www.rio20.gov.br/>

VLT Carioca: <http://vltrio.rio/>

Youtube: <https://www.youtube.com/>